



Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina



Edição Nº 1687

Sexta-feira - 20 de Fevereiro de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Itaiópolis	344
Alto Bela Vista.....	4	Itapiranga.....	344
Anchieta	7	Itapoá	347
Antônio Carlos	8	Ituporanga	352
Arroio Trinta.....	10	Jacinto Machado	352
Balneário Rincão	46	Joaçaba.....	355
Barra Velha.....	47	José Boiteux	389
Bela Vista do Toldo.....	48	Lauro Muller	389
Benedito Novo	67	Lebon Regis.....	420
Biguaçu	67	Leoberto Leal.....	422
Blumenau	86	Lindóia do Sul	423
Bom Jesus do Oeste	115	Luzerna	433
Bom Retiro	118	Mafra	443
Braço do Trombudo.....	121	Maravilha.....	447
Caçador.....	121	Massaranduba.....	450
Camboriú.....	122	Modelo	451
Campo Alegre	123	Navegantes.....	455
Campos Novos	141	Nova Trento	458
Canelinha	143	Orleans	459
Canoinhas.....	144	Palhoça	460
Capinzal	156	Palmitos	468
Catanduas.....	158	Papanduva.....	469
Caxambu do Sul.....	159	Passos Maia	469
Cocal do Sul.....	159	Paulo Lopes	481
Concórdia	160	Penha.....	481
Cordilheira Alta	162	Peritiba.....	482
Coronel Freitas.....	163	Petrolândia	482
Coronel Martins.....	163	Pinheiro Preto	483
Correia Pinto.....	164	Pomerode	487
Curitibanos	164	Ponte Serrada	488
Dionísio Cerqueira	172	Porto União.....	488
Eral Velho	174	Rio do Sul.....	490
Faxinal dos Guedes.....	178	Salto Veloso	493
Forquilha.....	180	Santa Terezinha do Progresso	494
Fraiburgo.....	192	Santiago do Sul.....	495
Frei Rogério.....	219	São Bento do Sul.....	495
Garopaba.....	220	São Carlos	500
Garuva	227	São Domingos.....	500
Gaspar	228	São João do Sul	501
Governador Celso Ramos	234	São José	501
Grão Pará	236	São José do Cedro.....	509
Guaramirim.....	240	São Lourenço do Oeste.....	513
Guarujá do Sul.....	248	São Pedro de Alcântara.....	513
Herval d'Oeste	248	Schroeder	514
Ibiam	256	Serra Alta	535
Imbituba	270	Sombrio.....	535
Indaial.....	277	Tigrinhos	537
Ipumirim	341	Timbé do Sul	537
Irineópolis	341	Timbó	539

Trombudo Central.....	542
Turvo	545
Vargeão.....	546
Vargem Bonita	547
Videira.....	547
Vitor Meireles.....	555
Xavantina	556
Xaxim.....	559

Associações

AMOSC.....	562
EGEM	564

Consórcios

AGIR	568
CIDEMA.....	570
CIMVI.....	571
CIS Nordeste	571
CIS/AMOSC.....	572
CIS/AMURES.....	573
CITMAR.....	573

Editais de Notificação

Doutor Pedrinho.....	574
Eral Velho	593
Garuva	594
Guaramirim.....	606
Guarujá do Sul.....	611
Itapoá	621
Maravilha.....	634
Massaranduba.....	653
Morro da Fumaça	658
Santa Rosa do Sul	664
São Carlos	665
São Joaquim	684
Schroeder	692
Siderópolis.....	714
Timbé do Sul	749
Três Barras	760
Turvo	763

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.
Convoca o(a) Senhor(a) Jussara Salete Putton da Silva, aprovado no Concurso Público 015/2014, no cargo de Merendeira para apresentar-se em quinze dias úteis, contados a partir desta convocação, para assumir a vaga em caráter temporário.
O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 19 de fevereiro de 2015
Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Jussara Salete Putton da Silva
Recebido em ____/____/____.

CONVOCAÇÃO

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.
Convoca o(a) Senhor(a) Magali Ferreira da Costa Ferretti, aprovado no Concurso Público 015/2014, no cargo de Professor 1º ao 5º ano 20 horas para apresentar-se em quinze dias úteis, contados a partir desta convocação, para assumir a vaga em caráter temporário.
O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 18 de fevereiro de 2015
Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Magali Ferreira da Costa Ferretti
Recebido em ____/____/____.

PORTARIA 066/2015

PORTARIA Nº 066/2015 de 18 de fevereiro de 2015
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário Maria Odete Amorim Mendes, inscrito sob CPF nº 026.636.489-65, ocupante do cargo de Odontólogo, a partir de 18/02/2015 a 19/03/2015, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de fevereiro de 2015
Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 067/2015

PORTARIA Nº 067/2015 de 18 de fevereiro de 2015
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário Orlando Fávero, inscrito sob CPF nº 422.350.229-87, Secretário de Saúde e Promoção Social, a partir de 18/02/2015 a 04/03/2015, período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de fevereiro de 2015
Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 068/2015

PORTARIA Nº 068/2015 de 18 de fevereiro de 2015
"NOMEAR PARA O CARGO DE PROFESSOR 1º AO 5º ANO - 20 HORAS O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo, em caráter temporário, de Professor 1º ao 5º ano - 20 horas, a servidora, Maira Ramos, inscrita no CPF sob o nº 019.988.579-64 a partir de 18/02/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de fevereiro de 2015
Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 069/2015

PORTARIA Nº 069/2015 de 18 de fevereiro de 2015
"NOMEAR PARA O CARGO DE PROFESSOR 1º AO 5º ANO - 20 HORAS O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo, em caráter temporário, de Professor 1º ao 5º ano - 20 horas, a servidora, Dayane de Moraes, inscrita no CPF sob o nº 036.181.369-43 a partir de 18/02/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de fevereiro de 2015

Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 070/2015

PORTARIA Nº 070/2015 de 19 de fevereiro de 2015
"DESISTÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Deferir o pedido de desistência do Concurso Público 015/2014, de Maria Della Jakma, referente ao cargo em caráter temporário de Merendeira, conforme o pedido de desistência em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 19 de fevereiro de 2015

Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 071/2015

PORTARIA Nº 071/2015 de 19 de fevereiro de 2015
"DELEGA PODERES A SERVIDORES MUNICIPAIS JUNTO AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Fica conferido delegação de atribuições junto a Prefeitura Municipal de Água Doce-SC para servidora MARILIA LINS DA SILVA, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 1384, para substituição temporária da servidora MARIA TERESA MACAGNAN, brasileira, casada, matrícula nº 1160, a qual encontra-se em Licença por motivo de saúde, com todos os poderes da mesma, com acesso a todas as contas que a substituída acessava, sendo:

- I- Solicitar saldos e extratos;
- II- Sustar/ Contra-ordenar cheques;
- III- Cancelar Cheques;
- IV- Baixar Cheques;
- V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;
- VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- IX- Emitir comprovantes;
- X- Efetuar transferências para mesma titularidade - meio eletrônico;
- XI- Abrir contas de depósito;
- XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;
- XIV- Autorizar aplicações financeiras;
- XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
- XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;
- XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;
- XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;
- XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XX- Encerrar contas de depósito;
- XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;
- XXII- Requisitar talonários de cheques;
- XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;
- XXIV- Emitir cheques;
- XXV- Retirar cheques devolvidos;

§ 2º Os poderes elencados acima, efetivar-se-ão mediante duas assinaturas, sendo que obrigatoriamente as transações serão assinadas pelo servidor citado no caput deste artigo, e por Valter Valentin Rampazzo, Prefeito Municipal.

Artigo 2º Tal substituição tem início em 19/02/2015 até 09/03/2015, ou seja em quanto a substituída estiver em licença.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 19 de fevereiro de 2015

Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 072/2015

PORTARIA Nº 072/2015 de 19 de fevereiro de 2015
"DESISTÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Deferir o pedido de desistência do Concurso Público 015/2014, de Jussara Salete Putton da Silva, referente ao cargo em caráter temporário de Merendeira, conforme o pedido de desistência em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 19 de fevereiro de 2015

Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

Alto Bela Vista**PREFEITURA****DECRETO Nº 1997 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.**

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO COMO RESPONSÁVEL PELAS PUBLICAÇÕES.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 22 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE

Art. 1º Designar a Sra. FATIMA LORETE CLEINDA SILVA, como responsável pelas Publicações das Leis Municipais, dos Atos Administrativos, dos relatórios previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 e de outros atos de Publicação exigidos por Lei.

Art. 2º Pelo desempenho do presente mandato o Servidor designado não receberá qualquer gratificação ou adicional no respectivo vencimento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na presente data, revogando o Decreto 1960 de 12 de janeiro de 2015 e as disposições em contrário.

Alto Bela Vista (SC), em 18 de fevereiro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta data.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações.

LEI COMPLEMENTAR Nº 070 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

DISPOE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores propôs, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei,

Art. 1º Que o anexo II da Lei Complementar n. 043, de 18 de julho de 2011 passa a vigor com a redação prevista no anexo I desta lei..

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista - SC, 18 de fevereiro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

ANEXO II

DESCRIÇÃO DE HABILITAÇÃO E ATRIBUIÇÕES GERAIS DOS CARGOS, POR CARREIRAS

CARREIRAS	Nº DE VAGAS	CARGOS	HABILITAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
I – AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS	01	AGENTE OPERACIONAL	Ensino Fundamental	Executar serviços de menor complexidade, compreendendo os serviços de limpeza e higienização das dependências das instalações prediais e do mobiliário da Câmara de Vereadores, como limpeza de pisos e assoalhos, esquadrias e vidraças, acessos, dependências sanitárias; serviços de copa e cozinha, próprios para os parlamentares, servidores e pessoas que usam os serviços da Câmara de Vereadores; serviços de encaminhamento de pessoas; recepção e postagem de correspondências e outros serviços correlatos.
II – AGENTES DE APOIO PARLAMENTAR	01	AGENTE PARLAMENTAR	Ensino Médio	Executar serviços de média complexidade, compreendendo serviços administrativos auxiliares, como protocolo de documentos; elaboração e controle da agenda parlamentar; redação da ata das sessões plenárias do parlamento e de outras sessões e audiências públicas; digitação e arquivamento de correspondências e atos oficiais do Poder Legislativo Municipal, suas comissões e seus parlamentares; serviços de recepção e telefonia da Câmara de Vereadores; acompanhamento do processo legislativo; recepção e encaminhamento de correspondências e comunicados com o Poder Executivo; operação de fotocopiadoras, microcomputadores, equipamentos de som e outros utilizados nas atividades e no exercício das atribuições e competências do Poder Legislativo Municipal; executar outros serviços de ordem administrativa e parlamentar da Câmara de Vereadores. Realizar serviços de publicações oficiais, bem como realizar todos os atos necessários para manter os dados do site (página oficial de internet) atualizado. Realizar serviço de controle do uso, controle da conservação e manutenção de veículos do Poder Legislativo.

III – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFissionais DE NÍVEL SUPERIOR	01	CONTADOR	Graduação em Contabilidade e registro junto ao Conselho Federal ou Regional de Contabilidade	Exercer as atribuições inerentes à formação técnico-profissional, operacionalizar os serviços contábeis e de gestão fiscal, financeira, orçamentária e patrimonial, segundo as orientações legais e técnicas aplicáveis; supervisionar a execução orçamentária, contábil, financeira e patrimonial; participar da elaboração da legislação orçamentária; orientar todos os setores da Administração acerca da legislação e de normas de Direito Financeiro; atender às determinações do Controle Externo e agir com o Controle Interno; integrar equipe multidisciplinar de profissionais e especialistas em gestão pública; cumprir as determinações do Tribunal de Contas do Estado, além de outras inerentes ao cargo.
---	----	----------	--	---

LEI MUNICIPAL Nº 659 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRAS, COM AS ENTIDADES QUE IDENTIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termos de Convênio, objetivando a cooperação financeira com as entidades a seguir relacionadas, e com a finalidade de contribuir e cooperar na manutenção e desenvolvimento das atividades sociais, assistenciais e culturais das seguintes entidades:

I - Grupo de Veteranos Sempre Unidos, de Alto Bela Vista, no valor R\$ 8.100,00 (Oito mil e cem reais);

II - Grupo de Idosos Raios de Sol, da localidade de Volta Grande, no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais);

III - Grupo de Idosos Nova Amizade, da localidade de Linha Floresta, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais);

IV - Grupo de Idosos Paz e Amor, da localidade de Linha Nova Entre Rios, no valor de R\$ 5.500,00 (Cinco mil e quinhentos reais);

V - Grupo de Idosos União Faz a Força, da localidade de Linha Entre Rios, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais);

VI - Grupo de Idosos Vida e Esperança, da localidade de Vila União, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais) ;

VII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Alto Bela Vista, no valor de R\$ 59.700,00 (Cinquenta e nove mil, setecentos reais);

VIII - Associação de Cantores Concórdia, da localidade de Nova Entre Rios, no valor de R\$ 7.5000,00 (Sete mil, quinhentos reais);

IX - Sociedade de Cantores Belavistense, da cidade de Alto Bela Vista, no valor de R\$ 7.500,00 (Sete mil, quinhentos reais);

X - Grupo Folclórico Hoche Schöne Aussicht Volkstanzgruppe, da cidade de Alto Bela Vista, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais);

XI - Associação dos Municípios Lindeiros a Barragem Itá, no valor de R\$ 20.610,00 (Vinte mil, seiscentos e dez reais);

XII - Associação Cultural de Alto Bela Vista, no valor R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais);

XIII - Sociedade Esportiva e Recreativa Palmeiras, da Localidade de Linha das Palmeiras, no valor de R\$ 8.500,00 (Oito mil, quinhentos reais);

XIV - Associação de Moradores de Linha floresta, da Localidade de Linha Floresta, no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil, quinhentos reais).

§ 1º Os termos de convênio serão celebrados, depois de cumpridas as determinações estabelecidas no art. 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º Celebrados os termos de convênios deles será dada ciência à Câmara Municipal de Vereadores, conforme disposto no art. 21 da Lei Orgânica do Município.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta lei serão suportadas por dotações orçamentárias previstas na Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício de 2015.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC,
em 18 de Fevereiro de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015 CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 dias de férias a Servidora Pública Municipal, JOSI VITORIA LERMEN FINGER ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, lotada na Gerência de Administração.

Art. 2º Período aquisitivo de 14/12/2013 a 13/12/2014, período de gozo de 18 de fevereiro a 19 de março de 2015.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista em 18 de fevereiro de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 022 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015 CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 dias de férias ao Servidor Público Municipal, MARCOS FINGER ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, lotado na Gerência de Saúde.

Art. 2º Período aquisitivo de 11/10/2013 a 10/10/2014, período de gozo de 18 de fevereiro a 19 de março de 2015.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista em 18 de fevereiro de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 023 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015
CONCEDER FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentar ao Servidor Público Municipal em Cargo de Provimento efetivo, MARCELO CONTESSOTTO no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado na Gerencia de administração.

Art. 2º. Período aquisitivo de 04/04/2013 a 03/04/2014, período de gozo 18 de fevereiro de 2015 a 19 de março de 2015. Sendo que dos referidos dias serão convertidos os primeiros dez (10) dias em pecúnia; em conformidade com o art. 77, parágrafo 1º da Lei Complementar nº 011 de 10 de Janeiro de 2005.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista
em 18 de fevereiro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

Anchieta**PREFEITURA****EXTRATO AVISO PREGÃO FMS- 003_2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 004/2015

A Gestora do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, Objetivando o Registro de Preço visando à prestação de serviço na confecção de próteses dentaria conforme a portaria nº 2.486 de 31 de outubro de 2012, Portaria nº. 1.825 de 24 de agosto de 2012, onde estipula o valor da tabela SUS, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 05/03/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 19 de fevereiro de 2015.
ROSELI CANCI SAGAZ
Gestora FMS

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 011_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 011/2015

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Contratação de empresa de prestação de serviços radiofônico para a divulgação de campanhas da administração municipal de caráter educativo e de orientação social das secretarias de Infraestrutura, Agricultura, Saúde, Educação, Assistência Social, Desenvolvimento Local e Secretaria da Fazenda. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 10:00 horas do dia 05/03/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 19 de fevereiro de 2015.
Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO 006/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 003/2015

AVISO DE ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, torna pública a ERRATA, comunicando a todos os interessados que no processo licitatório 006/2015 - modalidade Pregão Presencial nº. 003/2015 ocorreu erro de digitação, não alterando em nada a concretização de propostas por parte dos licitantes. Assim, o ANEXO I itens 75 e 148, passam a vigorar com as seguintes transcrições abaixo explicitadas.

Desta forma, comunica a todos interessados que:

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 003/2015

Onde se lê:

Anexo I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 006/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2015

QUADRO DE QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MEDICAMENTOS	UNID	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
{..}	{..}	{..}	{..}	{..}	{..}
75	Castanha da Índia	CP	15.000	R\$ 0,1710	R\$ 2.565,00
{..}	{..}	{..}	{..}	{..}	{..}
148	Dexclufeniramina (maleato) Sol Oral 0,4mg/ml Fr20ml	FR	400	R\$ 1,5090	R\$ 603,60

Leia-se:

Anexo I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 006/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2015

QUADRO DE QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MEDICAMENTOS	UNID	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
{..}	{..}	{..}	{..}	{..}	{..}
75	Castanha da Índia – 100mg	CP	15.000	R\$ 0,1710	R\$ 2.565,00
{..}	{..}	{..}	{..}	{..}	{..}
148	Dexclufeniramina (maleato) Sol Oral 0,4mg/ml Fr 120ml	FR	400	R\$ 1,5090	R\$ 603,60

Antônio Carlos, 19 de fevereiro de 2015.

Pregoeiro Oficial

PORTARIA N 105/2015

PORTARIA Nº 105/2015.

Admiti ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o concurso Público nº 001/2014,

Considerando a vigência do concurso publico realizado por esta municipalidade;

Considerando a necessidade temporária em admitir funcionário para auxiliar estudantes com carater especial;

Considerando que a ordem cronológica dos chamamentos para o cargo de Professor está sendo respeitado na íntegra;

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, SAMARA PAULI, para o cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 30H, a partir de 20 de fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, para atuar no NEM Cônego Raulino Reitz em Santa Maria, como Professor II, em virtude de aluno especial.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de fevereiro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 20 de fevereiro de 2015.

PORTARIA N 102/2015

PORTARIA Nº 102/2015.
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, JOSIANE PETRI, do cargo temporário de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 20 de fevereiro de 2015, pelo término de seu contrato.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de fevereiro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 20 de fevereiro de 2015.

PORTARIA N 103/2015

PORTARIA Nº 103/2015.
Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor efetivo FERNANDO PRIM HOFFMANN, ocupante do cargo de MOTORISTA, a partir de 02 de março de 2015, relativo ao período aquisitivo de 06/07/2011 a 05/07/2012.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de fevereiro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 20 de fevereiro de 2015.

PORTARIA N 104/2015

PORTARIA Nº 104/2015.

Concede Licença Premio a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 60 dias, a servidora efetivo CLARISE CRISTINA COELHO BESEN, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 23 de fevereiro de 2015, relativo ao período aquisitivo de março/2009 a março/2014.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de fevereiro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 20 de fevereiro de 2015.

PORTARIA N 106/2015

PORTARIA Nº 106/2015.

Admiti ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o concurso Público nº 001/2014,

Considerando a vigência do concurso publico realizado por esta municipalidade;

Considerando a necessidade temporária em admitir funcionário para auxiliar estudantes com carater especial;

Considerando que a ordem cronológica dos chamamentos para o cargo de Professor está sendo respeitado na íntegra;

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, MAYARA MAFRA BONDAVALLE, para o cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 20H, a partir de 20 de fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, para atuar no CEI Coração de Jesus, como Professor II, em virtude de aluno especial.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de fevereiro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 20 de fevereiro de 2015.

PORTARIA N 107/2015

PORTARIA nº 107, de 20 de fevereiro de 2015.

Concede pensão por morte, em face do óbito do servidor inativo AUGUSTINHO ANTONIO DA CUNHA, em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e nos artigos 34 a 41 da Lei Municipal nº 845/1999, à dependente presumida ADELINA JUNKES DA CUNHA, com efeitos a partir de 27/01/2015, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art.1º Conceder, pensão por morte, em face do óbito do servidor inativo AUGUSTINHO ANTONIO DA CUNHA, brasileiro, casado, ex-portador do CPF nº 070.728.219-53, em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e dos artigos 34 a 41 da Lei Municipal nº 845/1999, à dependente presumida ADELINA JUNKES DA CUNHA (esposa).

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40 da Constituição da República, observada a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, perfazendo o montante bruto total de R\$ 1.093,51 (um mil e noventa e três reais e cinquenta e um centavos) que serão pagos mensalmente pelo IPRE-ANCARLOS.

Parágrafo Único. O valor dos proventos de pensão por morte serão revisados nos termos da Lei Federal nº 10.887/2004, observada a aplicação da medida cautelar proferida pelo STF na ADIn 4582.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e retroage seus efeitos a 27/01/2015 - data do óbito do servidor inativo.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Antonio Carlos, 20 de fevereiro de 2015.

Antonio Paulo Remor
Prefeito Municipal

Arroio Trinta**PREFEITURA****TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Tomada de Preços nº 0001/2015

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa especializada visando a execução de obras sob o regime de empreitada global, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra, compreendendo: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), ADEQUAÇÃO AO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DE TRECHOS DA RUA JACOB CASELETTI COM ÁREA A PAVIMENTAR DE 2.286,66M² E RUA VEREADOR IVO POSSATO COM 534,40 M², SENDO UMA ÁREA TOTAL A PAVIMENTAR DE 2.821,06M², INCLUSIVE CONSTRUÇÃO DE PASSEIO NAS LATERAIS DA RUA IVO POSSATO, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 1.008.143-67/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, CONVÊNIO Nº 790195, PROGRAMA DE TRABALHO Nº 1545120541D73 0042, TUDO DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E QUANTITATIVOS ANEXADOS A ESTE EDITAL (GRAVADOS EM CD)

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 13/03/2015.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 13/03/2015.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura, onde será entregue às empresas interessadas o Edital, os Projetos, as planilhas, tudo salvo em CD.

O valor para a retirada do Edital é de R\$ 200,00. A conta para depósito é em nome do Município de Arroio Trinta, Banco do Brasil, Agência 5322-8, Conta Corrente nº 00016-7.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 19 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

RGF 2º SEMESTRE DE 2014

Município de Arroio Trinta - SC

CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período: Janeiro/2014 a Dezembro/2014

RGF - ANEXO 01 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	Jan/2014 a Dez/2014	
	LIQUIDADAS	INSC. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.853.335,83	0,00
Pessoal ativo	6.266.017,13	0,00
Pessoal inativo e pensionistas	587.318,70	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por demissão e incentivos a demissão voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocações Extraordinárias	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	6.853.335,83	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		6.853.335,83
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
VALOR		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		14.355.673,46
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		47,74
LIMITE MÁXIMO (INCISOS I,II E III, ART. 20 DA LRF) - 60%		8.613.404,08
LIMITE PRUDENCIAL (PARAG. ÚNICO, ART 22 DA LRF) - 57%		8.182.733,87
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 90%		7.752.063,67

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE Sistema Pública-COP (04.00.17.0008) LRF 2014 (04.00.17.0000)
Unidade Responsável: Município de Arroio Trinta
Data de emissão: 19/02/2015
Hora de emissão: 10:58

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Ronivan Brandalise
Contador CRC/SC 025.868

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

João Marcos Ferronato
Controlador Interno

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período: 2o. Semestre/2014

RGF - ANEXO 02 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	Saldo Exercício Anterior	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		1.o Semestre	2.o Semestre
Dívida Consolidada - DC (I)	591.488,27	591.488,27	205.496,03
Dívida Mobiliária	0,00	237.500,00	87.500,00
Dívida Contratual	591.488,27	353.988,27	117.996,03
Interna	591.488,27	353.988,27	117.996,03
Externa	0,00	0,00	0,00
precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
Outras dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II) ¹	1.742.772,38	2.202.365,77	1.460.582,15
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.789.107,88	2.202.614,73	1.460.582,15
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	46.335,50	248,96	0,00
Dívida Consolidada Líquida DCL (III)=(I-II)	-1.151.284,11	-1.610.877,50	-1.255.086,12
Receita Corrente Líquida - RCL	12.681.667,64	13.954.730,44	14.355.673,46
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	4,66	4,24	1,43
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-9,08	-11,54	-8,74
Limite definido por resolução do Senado Federal - 120,00 %	15.218.001,17	16.745.676,53	17.226.808,15
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	13.696.201,05	15.071.108,88	15.504.127,34

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	Saldo Exercício Anterior	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		1.o Semestre	2.o Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	591.488,27	353.988,27	117.996,03
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTOS DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituições Não Financeiras	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (VII)	591.488,27	353.988,27	117.996,03
Interna	591.488,27	353.988,27	117.996,03
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

OUTRO VALORES NÃO INTEGRANTES DC	Saldo Exercício Anterior	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		1.o Semestre	2.o Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00

Continua 1 / 2

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período: 2o. Semestre/2014

Continuação

DEPÓSITOS	0,00	0,00	0,00
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	412.122,07	72.896,40	438.961,84
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	Saldo Exercício Anterior	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		1.o Semestre	2.o Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	5.197.976,92	8.779.314,29	8.779.314,29
Passivo Atuarial	5.197.976,92	8.779.314,29	8.779.314,29
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X) ¹	9.577.595,11	10.731.024,20	11.623.063,42
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.942,46	189.284,57	134.665,97
Investimentos	9.572.652,65	10.541.739,63	11.488.397,45
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
Dívida consolidada líquida previdenciária (XI) = (IX - X)	-4.379.618,19	-1.951.709,91	-2.843.749,13

FONTE Sistema Pública-COP (04.00.17.0008) LRF 2014 (04.00.17.0000)
Unidade Responsável: Município de Arroio Trinta
Data de emissão: 19/02/2015
Hora de emissão: 11:10

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos os Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada – DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Ronivan Brandalise
Contador CRC/SC 025.868

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

João Marcos Ferronato
Controlador Interno

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período: 2o. Semestre/2014

RGF - ANEXO 04 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até Semestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras operações de crédito não sujeitas ao limite	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	Valor	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	14.355.673,46	-
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
Do período de referência (III)	0,00	0,00
De períodos anteriores ao de referência	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.296.907,75	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	2.067.216,98	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.004.897,14	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE		

Continua 1 / 2

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período: 2o. Semestre/2014

Continuação

CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0.00	0.00
--------------------------	------	------

FONTE Sistema Pública-COP (04.00.17.0008) LRF 2014 (04.00.17.0000)
Unidade Responsável: Município de Arroio Trinta
Data de emissão: 19/02/2015
Hora de emissão: 11:44

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Ronivan Brandalise
Contador CRC/SC 025.868

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

João Marcos Ferronato
Controlador Interno

Município de Arroio Trinta - SC

CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: 3o. Quadrimestre/2014

RGF - ANEXO 05 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Transferência de Convênios Outros	350.839,47 D	0,00	350.839,47 D
Convênio Transito Militar	293,04 D	0,00	293,04 D
Convênio Trânsito Civil	11.639,89 D	0,00	11.639,89 D
Convênio Transito Prefeitura	41.488,97 D	0,00	41.488,97 D
Salário Educação	60.599,73 D	0,00	60.599,73 D
Recursos de Alienação de Bens	97.417,32 D	0,00	97.417,32 D
Outras Transferencias FNAS	91.835,80 D	0,00	91.835,80 D
Merenda Escolar	78,63 D	0,00	78,63 D
Transferência do FUNDEB (Manutenção)	21.809,74 D	0,00	21.809,74 D
Fundo Especial do Petróleo	6.979,56 D	0,00	6.979,56 D
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	506,74 D	0,00	506,74 D
Transporte Escolar Federal	40,32 D	0,00	40,32 D
Outros Recursos do FNDE	502,50 D	0,00	502,50 D
Contribuição RPPS (Patronal, Segurados e Compensações Financeiras)	387.559,80 D	0,00	387.559,80 D
Atenção Básica	242.021,79 D	0,00	242.021,79 D
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	5.375,17 D	0,00	5.375,17 D
Vigilância em Saúde	7.336,10 D	0,00	7.336,10 D
Assistência Farmacêutica Básica	5.885,86 D	0,00	5.885,86 D
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	1.332.210,43 D	0,00	1.332.210,43 D
Recurso Ordinários	103.219,86 D	81.835,10 C	21.384,76 D
Receitas de Impostos e Transferência de Impostos Saúde	25.151,86 D	4.069,45 C	21.082,41 D
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	128.371,72 D	85.904,55 C	42.467,17 D
TOTAL(III) = (I+II)	1.460.582,15 D	85.904,55 C	1.374.677,60 D
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	11.623.063,42 D	1.264,80 C	11.621.798,62 D

FONTE Sistema Pública-COP (04.00.17.0008) LRF 2014 (04.00.17.0000)
Unidade Responsável: Município de Arroio Trinta
Data de emissão: 19/02/2015
Hora de emissão: 13:22

JULIAR LUIZ MANENTI
Secretário Municipal de Educação

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2014

		Continuação		R\$ 1,00	
RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)					
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)					
Operações de Crédito Internas					
Mobilidade					
Contratual					
Operações de Crédito Externas					
Mobilidade					
Contratual					
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)					
DÉFICIT (VI)					
TOTAL (VII) = (V + VI)					
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES(Utilizados para créditos adicionais)					
Superavit Financeiro					
Reabertura de créditos adicionais					

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS		SALDO	
				Até o Bimestre		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (h)	% ((g+h)/f)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-OR) (VIII)	14.399.350,00	3.255.885,99	17.655.235,99	14.289.280,58	14.289.280,58	13.911.490,59	13.911.490,59	377.789,99	80,94
Despesas Correntes	12.322.350,00	1.018.245,69	13.340.595,69	11.997.183,17	11.997.183,17	11.983.244,76	11.983.244,76	13.938,41	89,93
Pessoal e Encargos Sociais	5.401.122,00	489.106,96	5.890.228,96	5.724.767,82	5.724.767,82	5.724.767,82	5.724.767,82	0,00	97,19
Juros e Encargos da Dívida	90.000,00	-35.000,00	55.000,00	53.063,30	53.063,30	53.063,30	53.063,30	0,00	96,48
Outras Despesas Correntes	6.831.228,00	564.138,73	7.395.366,73	6.219.352,05	6.219.352,05	6.205.413,64	6.205.413,64	13.938,41	84,10
Despesas de Capital	1.097.000,00	2.237.640,30	3.334.640,30	2.292.097,41	2.292.097,41	1.928.245,83	1.928.245,83	363.851,58	68,74
Investimentos	757.000,00	2.190.640,30	2.947.640,30	1.906.105,17	1.906.105,17	1.542.253,59	1.542.253,59	363.851,58	64,67

Continua 2 / 5

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2014

RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)										Continuação	
											R\$ 1,00
Amortização da Dívida	340.000,00	47.000,00	387.000,00	385.992,24	385.992,24	385.992,24	385.992,24	0,00	99,74	1.007,76	
<< categoria não cadastrada	980.000,00	0,00	980.000,00							980.000,00	
<< categoria não cadastrada	980.000,00	0,00	980.000,00							980.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMEN) (IX)	851.000,00	39.693,04	890.693,04	828.427,32	828.427,32	828.427,32	828.427,32	0,00	93,01	62.265,72	
SUBTOTAL DESPESAS (X)=(VIII + IX)	15.250.350,00	3.295.579,03	18.545.929,03	15.117.707,90	14.739.917,91	15.117.707,90	15.117.707,90		81,51	3.428.221,13	
Amortização Dívida/Refinanciam. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	15.250.350,00	3.295.579,03	18.545.929,03	15.117.707,90	14.739.917,91	15.117.707,90	15.117.707,90		81,51	3.428.221,13	
SUPERÁVIT (XIII)											
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	15.250.350,00	3.295.579,03	18.545.929,03	15.117.707,90	14.739.917,91	15.117.707,90	17.028.960,74				

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITA REALIZADA			SALDO	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	(a-c)
RECEITAS							
Receitas correntes intra-orçamentárias	767.000,00	767.000,00	807.294,96	105,25	807.294,96	105,25	-40.294,96
Receitas de Contribuições	767.000,00	767.000,00	807.294,96	105,25	807.294,96	105,25	-40.294,96
Contribuições Sociais	767.000,00	767.000,00	807.294,96	105,25	807.294,96	105,25	-40.294,96
TOTAL	767.000,00	767.000,00	807.294,96	105,25	807.294,96	105,25	-40.294,96

Continua 3 / 5

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2014

Continuação

RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R\$ 1,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO	
				Até o Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO		%
						No Bimestre	Até o Bimestre			
	(d)	(e)	(f)=(d+e)							(f-(g+h))
Despesa	851.000,00	39.693,04	890.693,04	828.427,32	828.427,32	828.427,32	828.427,32	0,00	93,01	62.265,72
Despesas Correntes	851.000,00	39.693,04	890.693,04	828.427,32	828.427,32	828.427,32	828.427,32	0,00	93,01	62.265,72
Pessoal e Encargos Sociais	851.000,00	39.693,04	890.693,04	828.427,32	828.427,32	828.427,32	828.427,32	0,00	93,01	62.265,72
TOTAL	851.000,00	39.693,04	890.693,04	828.427,32	828.427,32	828.427,32	828.427,32	828.427,32	93,01	62.265,72

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a

pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE Sistema Pública-COF (04.00.17.0008) LRF 2014 (04.00.17.0000)
Unidade Responsável: Município de Arroio Trinta
Data de emissão: 19/02/2015
Hora de emissão: 10:17

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Ronivan Brandalise
Contador CRC/SC 025.868

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

João Marcos Ferronato
Controlador Interno

Continua 4 / 5

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro/2014 a Dezembro/2014

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses											
	Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014	Abril/2014	Maio/2014	Junho/2014	Julho/2014					
RECEITAS CORRENTES (I)	1.393.037,96	1.643.376,65	1.168.600,98	1.492.358,45	1.653.898,57	1.253.850,44	1.426.887,81					
Receitas tributárias	46.037,47	19.369,71	45.578,09	48.556,89	42.150,94	98.472,42	101.746,16					
IPRU	0,00	48,62	21,93	686,43	0,00	43.870,94	50.992,31					
ISS	10.545,26	9.338,23	9.859,65	9.219,33	10.226,26	15.081,30	9.192,12					
ITBI	1.245,27	8.014,02	2.413,03	7.449,41	7.109,70	4.116,49	8.014,00					
IRRF	33.727,04	914,80	18.921,40	17.870,78	18.104,97	17.994,32	18.297,40					
Outras receitas tributárias	519,90	1.054,04	14.362,08	13.330,94	6.710,01	17.409,37	15.250,33					
Receita de contribuições	72.211,32	49.421,18	49.100,92	41.644,63	48.983,46	49.102,51	49.621,89					
Receita Patrimonial	12.978,45	348.082,43	72.171,17	208.164,85	343.031,66	44.173,93	121.888,94					
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita de Serviços	0,00	30,00	1.200,00	1.835,50	4.420,00	6.401,00	2.432,50					
Transferências Correntes	1.252.635,79	1.208.265,30	988.515,03	1.171.901,94	1.206.307,03	1.045.321,50	1.138.274,40					
Cota-Parte FPM	594.831,36	635.192,90	376.793,29	541.655,35	573.089,30	429.779,99	369.126,63					
Cota-Parte do ICMS	435.777,55	413.688,62	419.677,95	409.297,65	416.047,81	422.090,68	392.242,51					
Cota-Parte do IPVA	22.214,69	31.176,81	39.882,59	42.363,41	46.451,27	47.223,33	54.287,97					
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Transferências da LC 87/1996	1.836,98	1.836,98	0,00	1.836,98	1.836,98	1.836,98	1.836,98					
Transferências da LC 61/1989	6.951,59	5.885,39	5.750,78	6.262,00	6.810,96	6.487,08	6.664,24					
Transferências do FUNDEB	85.389,44	83.427,47	77.010,50	77.592,78	84.840,66	80.287,53	74.343,75					
Outras Transferências correntes	105.634,18	37.057,13	69.399,92	92.893,77	77.230,05	57.615,91	239.772,32					
Outras receitas correntes	9.174,93	18.208,03	12.035,77	20.254,64	9.005,48	10.379,08	12.923,92					
DEDUÇÕES (II)	264.815,35	245.818,94	196.753,24	206.389,01	237.463,42	210.367,69	193.734,46					
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	52.493,12	28.332,50	28.332,50	28.427,95	28.616,37	28.884,26	28.903,00					
Compensação Finan. Entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Dedução de receita para formação do FUNDEB	212.322,23	217.555,94	168.420,74	177.961,06	208.847,05	181.483,43	164.831,46					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.128.222,61	1.397.557,71	971.847,74	1.285.969,44	1.416.435,15	1.043.482,75	1.233.153,35					

Continua 1 / 3

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro/2014 a Dezembro/2014

Continuação

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses						
	Agosto/2014	Setembro/2014	Outubro/2014	Novembro/2014	Dezembro/2014	Total Últimos 12 Meses	Previsão atualizada 2014
RECEITAS CORRENTES (I)	1.613.521,71	906.579,03	1.439.371,81	1.560.089,33	1.531.964,16	17.083.536,90	17.058.550,00
Receitas tributárias	43.971,53	55.658,27	46.492,55	33.618,19	53.123,47	634.775,69	624.500,00
IPTU	5.572,74	672,78	174,30	47,72	81,62	102.169,39	109.500,00
ISS	14.741,92	18.123,05	16.476,14	13.736,79	14.443,25	150.983,30	115.000,00
ITBI	1.359,97	13.859,26	3.011,52	530,78	3.355,76	60.479,21	30.000,00
IRRF	18.249,17	18.544,32	21.441,00	17.747,87	31.715,83	233.528,90	210.000,00
Outras receitas tributárias	4.047,73	4.458,86	5.389,59	1.555,03	3.527,01	87.614,89	160.000,00
Receita de contribuições	50.442,35	50.372,68	53.923,89	50.987,61	107.775,80	673.588,24	566.000,00
Receita Patrimonial	396.547,47	-261.084,49	198.104,17	189.100,91	-129.800,12	1.543.359,37	802.844,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	2.400,00	1.218,67	3.100,00	4.500,75	3.726,08	31.264,50	61.944,00
Transferências Correntes	1.106.894,58	1.048.330,82	1.126.799,60	1.270.003,10	1.478.400,62	14.041.649,71	14.875.192,00
Cota-Parte FPM	448.426,05	393.082,94	371.503,84	491.732,86	790.906,07	6.016.120,58	6.400.000,00
Cota-Parte do ICMS	411.045,23	441.234,49	454.913,36	501.892,18	479.958,08	5.197.866,11	5.950.000,00
Cota-Parte do IPVA	56.338,95	51.888,63	66.314,15	68.994,10	25.462,82	552.598,72	470.000,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	390,74	45,00	0,00	435,74	5.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.836,98	1.836,98	1.836,98	1.836,98	3.673,96	22.043,76	32.000,00
Transferências da LC 61/1989	6.869,37	6.464,44	6.922,86	7.949,50	7.843,85	80.862,06	80.000,00
Transferências do FUNDEB	79.525,20	81.156,77	84.792,96	88.524,39	87.953,17	984.844,62	1.045.800,00
Outras Transferências correntes	102.852,80	72.666,57	140.124,71	109.028,09	82.602,67	1.186.878,12	892.392,00
Outras receitas correntes	13.265,78	12.083,08	10.951,60	11.878,77	18.738,31	158.899,39	128.070,00
DEDUÇÕES (II)	213.965,24	207.905,28	211.061,62	243.007,23	296.581,96	2.727.863,44	2.913.400,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	29.062,11	29.003,95	30.685,42	28.517,35	85.167,91	426.356,94	326.000,00
Compensação Finan. Entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de receita para formação do FUNDEB	184.903,13	178.901,33	180.376,20	214.489,88	211.414,05	2.301.506,50	2.587.400,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.399.556,47	698.673,75	1.228.310,19	1.317.082,10	1.235.382,20	14.355.673,46	14.145.150,00

Nota: Não devem ser consideradas, para fins de apuração da Receita Corrente Líquida, as Receitas Intraorçamentárias.

Continua 2 / 3

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro/2014 a Dezembro/2014

Continuação

R\$ 1,00

FONTE Sistema Pública-COP (04.00.17.0008) LRF 2014 (04.00.17.0000)
Unidade Responsável: Município de Arroio Trinta
Data de emissão: 19/02/2015
Hora de emissão: 10:19

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Ronivan Brandalise
Contador CRC/SC 025.868

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

João Marcos Ferronato
Controlador Interno

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período: Janeiro a Dezembro 2014

RREO - ANEXO 05 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	591.488,27	591.488,27	205.496,03
Deduções (II)	1.742.772,38	1.742.772,38	1.460.582,15
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.789.107,88	1.789.107,88	1.460.582,15
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	46.335,50	46.335,50	0,00
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	-1.151.284,11	-1.151.284,11	-1.255.086,12
Receita de Privatizações (IV)		0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)	-1.151.284,11	-1.151.284,11	-1.255.086,12

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-103.802,01	-103.802,01

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013	Bimestre Anterior	Bimestre Atual
Dívida consolidada previdenciária (VII)	5.197.976,92	5.197.976,92	8.779.314,29
Passivo Atuarial	5.197.976,92	5.197.976,92	8.779.314,29
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
Deduções (VIII)	9.577.595,11	9.577.595,11	11.623.063,42
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.942,46	4.942,46	134.665,97
Investimentos	9.572.652,65	9.572.652,65	11.488.397,45
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados	0,00	0,00	0,00
Dívida consolidada líquida previdenciária (IX = VII - VIII)	-4.379.618,19	-4.379.618,19	-2.843.749,13
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI = IX - X)	-4.379.618,19	-4.379.618,19	-2.843.749,13

FONTE Sistema Pública-COP (04.00.17.0008) LRF 2014 (04.00.17.0000)
Unidade Responsável: Município de Arroio Trinta
Data de emissão: 19/02/2015
Hora de emissão: 10:21

Continua 1 / 2

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período: Janeiro a Dezembro 2014

Continuação

RREO - ANEXO 05 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Ronivan Brandalise
Contador CRC/SC 025.868

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

JOÃO MARCOS FERRONATO
Diretor de Trânsito

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2014

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	14.435.806,00	14.045.965,99	14.045.965,99	13.383.202,34
Recetas tributárias	624.500,00	634.775,69	634.775,69	582.316,93
IPTU	109.500,00	102.169,39	102.169,39	72.134,17
ISS	115.000,00	150.983,30	150.983,30	161.908,16
ITBI	30.000,00	60.479,21	60.479,21	51.301,69
IRRF	210.000,00	233.528,90	233.528,90	215.325,16
Outras Recetas Tributárias	160.000,00	87.614,89	87.614,89	81.647,75
Recetas de Contribuições	1.333.000,00	1.480.883,20	1.480.883,20	1.316.626,29
Recetas Previdenciárias	1.093.000,00	1.233.651,90	1.233.651,90	1.111.097,10
Outras Recetas Contribuições	240.000,00	247.231,30	247.231,30	205.529,19
Receta Patrimonial Líquida	500,00	0,00	0,00	988,42
Receta patrimonial	802.844,00	1.543.359,37	1.543.359,37	410.550,82
(-) Aplicações Financeiras	802.344,00	1.543.359,37	1.543.359,37	409.562,40
Transferências Correntes	12.287.792,00	11.740.143,21	11.740.143,21	10.980.675,48
FPM	5.120.000,00	4.885.373,31	4.885.373,31	4.453.954,73
ICMS	4.760.000,00	4.158.293,94	4.158.293,94	4.169.360,07
Convênios	49.000,00	203.376,00	203.376,00	161.861,02
Outras Transferências Correntes	2.358.792,00	2.493.099,96	2.493.099,96	2.195.499,66
Demais Recetas Correntes	190.014,00	190.163,89	190.163,89	502.595,22
Dívida Ativa	16.460,00	10.880,41	10.880,41	5.456,14
Diversas Recetas Correntes	173.554,00	179.283,48	179.283,48	497.139,08
RECEITAS DE CAPITAL (II)	12.200,00	1.439.635,38	1.439.635,38	1.342.846,46
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	385.114,96
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	1.200,00	148.610,00	148.610,00	230.100,00

Continua 1 / 4

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2014

Continuação					RS 1,00
RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)					
Transferências de Capital	11.000,00	1.291.025,38	1.291.025,38	727.631,50	
Convênios	11.000,00	1.291.025,38	1.291.025,38	727.631,50	
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	11.000,00	1.291.025,38	1.291.025,38	727.631,50	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	14.446.806,00	15.336.991,37	15.336.991,37	14.110.833,84	

Continua 2 / 4

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2014

Continuação

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS					
		Em 2014			Em 2013		
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADAS	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADAS
		No Bimestre	Até o Bimestre		Até o Bimestre		
DESPESAS CORRENTES (VIII)	14.231.288,73	12.811.672,08	12.811.672,08	13.938,41	11.834.340,71		27.113,43
Pessoal e Encargos Sociais	6.780.922,00	6.553.195,14	6.553.195,14	0,00	5.856.961,84		0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	55.000,00	53.063,30	53.063,30	0,00	105.511,85		0,00
Outras despesas Correntes	7.395.366,73	6.205.413,64	6.205.413,64	13.938,41	5.871.867,02		27.113,43
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	14.176.288,73	12.758.608,78	12.758.608,78	13.938,41	11.728.828,86		27.113,43
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.334.640,30	1.928.245,83	1.928.245,83	363.851,58	1.222.104,83		323.836,79
Investimentos	2.947.640,30	1.542.253,59	1.542.253,59	363.851,58	876.093,10		323.836,79
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	-----	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)	-----	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Demais Inversões Financeiras	-----	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida (XIV)	387.000,00	385.992,24	385.992,24	0,00	346.011,73		0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	2.947.640,30	1.542.253,59	1.542.253,59	363.851,58	876.093,10		323.836,79
Reserva de Contingência (XVI)	980.000,00	-----	-----	-----	-----		-----
Reserva do RPPS (XVII)	0,00	-----	-----	-----	-----		-----

Continua 3 / 4

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2014

Continuação

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)					RS 1,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XXVII)	18.103.929,03	14.300.862,37	14.678.652,36	12.955.872,18	
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	-3.657.123,03	1.036.129,00	658.339,01	1.154.961,66	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-----	-----	605.842,69 D		

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL		VALOR CORRENTE
Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE Sistema Pública-COP (04.00.17.0008) LRF 2014 (04.00.17.0000)
Unidade Responsável: Município de Arroio Trinta
Data de emissão: 19/02/2015
Hora de emissão: 10:24

Alcides Felchilcher Prefeito Municipal	Ronivan Brandalise Contador CRC/SC 025.868	Nelson Campagnin Ordenador da Despesa	João Marcos Ferronato Controlador Interno
---	---	--	--

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2014

RREO - ANEXO 07 (LRF, Art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos			Saldo	Cancelados	Pagos	Liquidados	Inscritos	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013						Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ) (I)	248,76	46.086,74	46.086,54	248,96	0,00	61.171,85	339.225,67	11.724,55	61.171,85
EXECUTIVO									
Município de Arroio Trinta	0,00	46.086,74	46.086,54	0,20	0,00	61.171,85	263.712,49	6.871,35	61.171,85
Fundo Municipal de Saúde	248,76	0,00	0,00	248,76	0,00	0,00	75.513,18	4.853,20	0,00
LEGISLATIVO									
Câmara de Vereadores de Arroio Trinta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTO) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	248,76	46.086,74	46.086,54	248,96	0,00	61.171,85	339.225,67	11.724,55	61.171,85

FONTE Sistema Pública-COP (04.00.17.0008) LRF 2014 (04.00.17.0000)
Unidade Responsável: Município de Arroio Trinta
Data de emissão: 19/02/2015
Hora de emissão: 10:27

Ronivan Brandalise
Contador CRC/SC 025.868

Nelson Campagnin
Ordenador da Despesa

João Marcos Ferronato
Controlador Interno

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2014

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1-Receita de impostos	475.020,00	475.020,00	550.124,62	550.124,62	115,81
1.1-Receita resultante do IPTU	118.800,00	118.800,00	104.726,13	104.726,13	88,15
1.1.1-IPTU	109.500,00	109.500,00	102.169,39	102.169,39	93,31
1.1.2-Multas, Juros e outros encargos do IPTU	1.350,00	1.350,00	542,51	542,51	40,19
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	6.600,00	6.600,00	1.610,13	1.610,13	24,40
1.1.4-Multas, juros, Outros encargos Dívida Ativa do IPTU	1.350,00	1.350,00	404,10	404,10	29,93
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
1.2-Receita resultante do ITBI	30.000,00	30.000,00	60.479,21	60.479,21	201,60
1.2.1-ITBI	30.000,00	30.000,00	60.479,21	60.479,21	201,60
1.2.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
1.3-Receita resultante do ISS	116.220,00	116.220,00	151.390,38	151.390,38	130,26
1.3.1-ISS	115.000,00	115.000,00	150.983,30	150.983,30	131,29
1.3.2-Multas, Juros e Outros encargos do ISS	280,00	280,00	376,62	376,62	134,51
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	660,00	660,00	23,25	23,25	3,52
1.3.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ISS	280,00	280,00	7,21	7,21	2,58
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
1.4-Receita resultante do IRRF	210.000,00	210.000,00	233.528,90	233.528,90	111,20
1.4.1-IRRF	210.000,00	210.000,00	233.528,90	233.528,90	111,20
1.4.2-Multas, Juros e Outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1-ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
2-Receitas de transferências constitucionais e legais	12.937.000,00	12.937.000,00	11.869.926,97	11.869.926,97	91,75
2.1-Cota Parte FPM	6.400.000,00	6.400.000,00	6.016.120,58	6.016.120,58	94,00
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	6.400.000,00	6.400.000,00	5.653.737,77	5.653.737,77	88,34
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	362.382,81	362.382,81	0,00
2.2-Cota Parte ICMS	5.950.000,00	5.950.000,00	5.197.866,11	5.197.866,11	87,36
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	32.000,00	32.000,00	22.043,76	22.043,76	68,89
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	80.862,06	80.862,06	101,08
2.5-Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	435,74	435,74	8,71
2.6-Cota-Parte IPVA	470.000,00	470.000,00	552.598,72	552.598,72	117,57
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	13.412.020,00	13.412.020,00	12.420.051,59	12.420.051,59	92,60

Continua 1 / 5

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2014

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4-Receita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5-Transferências do FNDE	134.592,00	134.592,00	181.721,72	181.721,72	135,02
5.1-Transferências do Salário-Educação	70.000,00	70.000,00	104.702,88	104.702,88	149,58
5.2-Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4-Transferências Diretas - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5-Outras transferências do FNDE	62.592,00	62.592,00	63.663,39	63.663,39	101,71
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	2.000,00	2.000,00	13.355,45	13.355,45	667,77
6-Transferências de convênios	49.000,00	49.000,00	64.176,00	64.176,00	130,97
6.1-Transferências de convênios	49.000,00	49.000,00	64.176,00	64.176,00	130,97
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	4.012,00	4.012,00	1.876,93	1.876,93	46,78
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)	187.604,00	187.604,00	247.774,65	247.774,65	132,07

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	2.587.400,00	2.587.400,00	2.301.506,50	2.301.506,50	88,95
10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	1.280.000,00	1.280.000,00	1.130.747,27	1.130.747,27	88,34
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	1.190.000,00	1.190.000,00	1.039.572,17	1.039.572,17	87,36
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	6.400,00	6.400,00	4.408,68	4.408,68	68,89
10.4-Cota Parte IPI-Exportação (20% de 2.4)	16.000,00	16.000,00	16.172,45	16.172,45	101,08
10.5-Cota Parte ITR ou ITR destinado Fundeb (20% de (1.5 + 2.5))	1.000,00	1.000,00	87,12	87,12	8,71
10.6-Cota Parte IPVA (20% de 2.6)	94.000,00	94.000,00	110.518,81	110.518,81	117,57
11-Receitas recebidas do FUNDEB	1.050.000,00	1.050.000,00	987.128,96	987.128,96	94,01
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	1.045.800,00	1.045.800,00	984.844,62	984.844,62	94,17
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	4.200,00	4.200,00	2.284,34	2.284,34	54,39
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.541.600,00	-1.541.600,00	-1.316.661,88	-1.316.661,88	85,41

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (F)	% (g) = ((e+f)/d) x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)		

Continua 2 / 5

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2014

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)						RS 1,00
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	890.000,00	975.000,00	965.846,65	965.846,65	0,00	99,06
13.1-Com Educação Infantil	315.000,00	352.000,00	348.673,97	348.673,97	0,00	99,06
13.2-Com Ensino Fundamental	575.000,00	623.000,00	617.172,68	617.172,68	0,00	99,06
14-OUTRAS DESPESAS	55.000,00	64.608,69	20.386,53	20.386,53	0,00	31,55
14.1-Com Educação Infantil	47.500,00	32.500,00	693,36	693,36	0,00	2,13
14.2-Com Ensino Fundamental	7.500,00	32.108,69	19.693,17	19.693,17	0,00	61,33
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	945.000,00	1.039.608,69	986.233,18	986.233,18	94,87	

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	Valor
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1- FUNDEB 60%	0,00
16.2- FUNDEB 40%	0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	19.273,17
17.1- FUNDEB 60%	0,00
17.2- FUNDEB 40%	19.273,17
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	19.273,17
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) ¹	966.960,01
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	97,84
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	0,11
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %	2,05
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	Valor
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	525.793,69
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²	19.273,17

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)= (b/a)x100	
22-Impostos e transf. destinadas à MDE (25% de 3) ³	3.353.005,00	3.353.005,00	3.105.012,90	3.105.012,90	92,60	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (F)	% (g) = ((e+f)/d) x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)		
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	582.500,00	651.500,00	570.539,95	570.539,95	502,79	87,65
23.1-Creche	582.500,00	651.500,00	570.539,95	570.539,95	502,79	87,65
23.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	362.500,00	384.500,00	349.367,33	349.367,33	0,00	90,86
23.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	220.000,00	267.000,00	221.172,62	221.172,62	502,79	83,02
23.2-Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24-EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	1.417.730,00	1.588.338,69	1.497.917,11	1.497.917,11	557,96	94,34
24.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	582.500,00	655.108,69	636.865,85	636.865,85	0,00	97,22
24.2-Custeadas com outros recursos de impostos	835.230,00	933.230,00	861.051,26	861.051,26	557,96	92,33
25-Ensino Médio	128.000,00	117.000,00	102.753,53	102.753,53	0,00	87,82
26-Ensino Superior	120.000,00	128.000,00	116.834,28	116.834,28	0,00	91,28
27-Ensino Profissional nao integrado ao ensino regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3 / 5

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2014

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)	R\$ 1,00					
28-Outras	281.692,00	253.192,00	169.664,17	169.664,17	0,00	67,01
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.529.922,00	2.738.030,69	2.457.709,04	2.458.769,79	89,80	

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
30-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)	-1.316.661,88
31-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício	0,00
32-Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (50h)	2.284,34
33-Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB	19.273,17
34-Despesas custeadas com superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos	0,00
35-Restos a pagar inscritos no exercício sem dispon financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino ⁴	0,00
36-Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com dispon financ de rec de impostos vinculados ao ensino = (46g)	0,00
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	-1.295.104,37
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	3.364.622,18
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ⁵ ((38) / (3) x 100) %	27,09

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (F)	% (g) = ((e+f)/d) x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)		
40-Custeadas com aplic finan de outros rec de imposto vinculadas ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41-Custeadas com contrib social salário-educação	0,00	61.141,43	60.810,10	60.810,10	0,00	99,46
42-Custeadas com operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43-Custeadas com outras receitas para finan do ensino	0,00	530.806,51	9.667,00	9.667,00	0,00	1,82
44-TOTAL OUTRAS DESPESAS (40+41+42+43)	0,00	591.947,94	70.477,10	70.477,10	11,91	
45-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (29+44)	2.529.922,00	3.329.978,63	2.528.186,14	2.529.246,89	75,95	

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM (g)
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2-Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	529.232,91	0,00
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	984.844,62	0,00
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	990.167,51	0,00
49.1-Orçamento do Exercício (+ empenhos extras)	990.167,51	0,00
49.2 Restos a Pagar (+ empenhos extras)	0,00	0,00
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.284,34	0,00
51-(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	526.194,36	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício,

Continua 4 / 5

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2014

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

RS\$ 1,00

por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE Sistema Pública-COP (04.00.17.0008) LRF 2014 (04.00.17.0000)

Unidade Responsável: Município de Arroio Trinta

Data de emissão: 19/02/2015

Hora de emissão: 10:29

- ¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
- ² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: “Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.
- ³ Caput do art. 212 da CF/1988
- ⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- ⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro/2014

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x10
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	475.020,00	475.020,00	550.124,62	115,81
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	109.500,00	109.500,00	102.169,39	93,31
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	30.000,00	30.000,00	60.479,21	201,60
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	115.000,00	115.000,00	150.983,30	131,29
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	210.000,00	210.000,00	233.528,90	111,20
Imposto Territorial Ruaral - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos de Impostos	1.630,00	1.630,00	919,13	56,39
Dívida Ativa de Impostos	7.260,00	7.260,00	1.633,38	22,50
Multas e Juros de Mora e Outros Encargos Dívida Ativa	1.630,00	1.630,00	411,31	25,23
RECEITAS DE TRANSFÊRENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.937.000,00	12.937.000,00	11.507.544,16	88,95
Cota-parte FPM	6.400.000,00	6.400.000,00	5.653.737,77	88,34
Cota-parte ITR	5.000,00	5.000,00	435,74	8,71
Cota-parte do IPVA	470.000,00	470.000,00	552.598,72	117,57
Cota-parte ICMS	5.950.000,00	5.950.000,00	5.197.866,11	87,36
Cota-parte do IPI - Exportação	80.000,00	80.000,00	80.862,06	101,08
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos de Transferências Constitucionais	32.000,00	32.000,00	22.043,76	68,89
Desoneração ICMS (LC 87/96)	32.000,00	32.000,00	22.043,76	68,89
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	13.412.020,00	13.412.020,00	12.057.668,78	89,90

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	539.800,00	539.800,00	729.397,50	135,12
Proveniente da União	411.400,00	411.400,00	624.969,77	151,91
Proveniente dos Estados	128.400,00	128.400,00	55.602,73	43,30
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	48.825,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADOS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	80.000,00	80.000,00	108.770,99	135,96
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	619.800,00	619.800,00	838.168,49	135,23

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até o bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS CORRENTES	2.942.278,00	3.208.173,14	3.032.183,34	7.936,42	94,76
Pessoal e encargos sociais	1.751.622,00	1.887.122,00	1.871.313,42	0,00	99,16
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	1.190.656,00	1.321.051,14	1.160.869,92	7.936,42	88,48

Continua 1 / 4

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro/2014

Continuação

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)					RS 1,00
DESPESAS DE CAPITAL	208.800,00	243.460,06	187.904,61	0,00	77,18
Investimentos	208.800,00	243.460,06	187.904,61	0,00	77,18
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (IV)	3.151.078,00	3.451.633,20	3.220.087,95	7.936,42	93,52

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até o bimestre (f)	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS (g)	% (f+g)/e
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	566.700,00	829.520,55	687.628,95	7.500,00	83,80
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	539.500,00	795.074,31	655.197,63	7.500,00	83,35
Recursos de operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros recursos	27.200,00	34.446,24	32.431,32	0,00	94,15
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDIVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELAS DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	566.700,00	829.520,55	687.628,95	7.500,00	83,80

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.584.378,00	2.622.112,65	2.532.459,00	436,42	96,60
--	---------------------	---------------------	---------------------	---------------	--------------

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(f+g) / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%	4 e 5	21,01
--	--------------	--------------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(f+g) - (15 x IIIb) / 100]	724.245,10
---	-------------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Anteriores a 2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 4

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro/2014

Continuação

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)

R\$ 1,00

Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
--------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência	Saldo Final (Não Aplicado)
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2010	0,00	0,00	0,00
Anteriores a 2010	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LÍMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência	Saldo Final (Não Aplicado)
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2010	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2009	0,00	0,00	0,00
Anteriores a 2009	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até o bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
Atenção Básica	2.948.378,00	3.178.842,86	2.993.234,96	7.936,42	94,41
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	32.200,00	71.144,10	43.132,56	0,00	60,63
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	16.500,00	16.500,00	13.242,52	0,00	80,26
Vigilância Epidemiológica	12.000,00	12.000,00	11.659,40	0,00	97,16
Alimentação e Nutrição	102.000,00	163.146,24	158.818,51	0,00	97,35
Outras subfunções	40.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.151.078,00	3.451.633,20	3.220.087,95	7.936,42	93,52

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
 . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Continua 3 / 4

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro/2014

Continuação

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)

R\$ 1,00

FONTE Sistema Pública-COP (04.00.17.0008) LRF 2014 (04.00.17.0000)
Unidade Responsável: Município de Arroio Trinta
Data de emissão: 19/02/2015
Hora de emissão: 10:33

- ¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último
- ² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- ³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- ⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.
- ⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23da LC 141/2012.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Ronivan Brandalise
Contador CRC/SC 025.868

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

João Marcos Ferronato
Controlador Interno

Município de Arroio Trinta - SC

SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2014

LRF, Art. 48 - ANEXO 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Jan a Dez/2014	Até Dez/2014
RECEITAS			
Previsão inicial	-----		12.695.350,00
Previsão atualizada	-----		12.695.350,00
Receitas realizadas	13.371.168,40		13.371.168,40
Déficit Orçamentário	-----		0,00
Saldo de exercicios anteriores (Utilizados para créditos adicionais)	-----		448.477,07
DESPESAS			
Dotação Inicial	-----		9.383.272,00
Créditos Adicionais	-----		2.939.004,72
Dotação Atualizada	-----		12.322.276,72
Despesas empenhadas	10.547.634,82		10.547.634,82
Despesas Executadas	10.177.781,25		10.547.634,82
Liquidadas	10.177.781,25		10.177.781,25
Inscritas em Restos a Pagar não Processados	-----		369.853,57
Superávit Orçamentário	-----		2.823.533,58
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Jan a Dez/2014	Até Dez/2014
Despesas empenhadas		10.547.634,82	10.547.634,82
Despesas Executadas		10.177.781,25	10.547.634,82
Liquidadas		10.177.781,25	10.177.781,25
Inscritas em Restos a Pagar não Processados		-----	369.853,57
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até Dez/2014
Receita Corrente Líquida			12.031.433,02
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Jan a Dez/2014	Até Dez/2014
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos			
Receitas previdenciárias realizadas (IV)	0,00		0,00
Despesas previdenciárias executadas (V)	0,00		0,00
Liquidadas	0,00		0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	-----		0,00
Resultado previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00		0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o bimestre (b) % em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-135.397,13 0,00
Resultado Primário		0,00	3.073.409,24 0,00

Continua 1 / 3

Município de Arroio Trinta - SC

SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2014

Continuação

LRF, Art. 48 - ANEXO 14

R\$ 1,00

RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	46.086,74	0,20	46.086,54	0,00
Poder Executivo	46.086,74	0,20	46.086,54	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	331.755,69	6.871,35	263.712,49	61.171,85
Poder Executivo	331.755,69	6.871,35	263.712,49	61.171,85
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	377.842,43	6.871,55	309.799,03	61.171,85

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até Dez/2014	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Dez/2014
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na MDE	3.364.622,18	25,00	27,09
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	965.846,65	60,00	97,84
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	10,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesas de Capital Líquida	2.059.392,80	965.787,44

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício em Referência: 2014	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Jan a Dez/2014	Saldo à Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Dez/2014	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Dez/2014
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	126.387,19	15,00	1,05
Liquidadas	-----	-----	-----
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	-----	-----	-----

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas/RCL (%)	

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Continua 2 / 3

Município de Arroio Trinta - SC

*SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2014*

Continuação

LRF, Art. 48 - ANEXO 14

R\$ 1,00

FONTE Sistema Pública-COP (04.00.17.0008) LRF 2014 (04.00.17.0000)
Unidade Responsável: Município de Arroio Trinta
Data de emissão: 19/02/2015
Hora de emissão: 10:57

Ronivan Brandalise
Contador CRC/SC 025.868

João Marcos Ferronato
Controlador Interno

Nelson Campagnin
Ordenador da Despesa

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2014

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

RS 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO (a-(b+c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADO (c)	
					No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM.) (0)	8.803.272,00	11.715.276,72	10.001.383,12	10.001.383,12	9.631.529,55	9.631.529,55	369.853,57	1.713.893,60
ADMINISTRAÇÃO	1.896.200,00	2.137.821,62	1.967.612,59	1.967.612,59	1.956.541,99	1.956.541,99	11.070,60	170.209,03
Administração Geral	1.896.200,00	2.137.821,62	1.967.612,59	1.967.612,59	1.956.541,99	1.956.541,99	11.070,60	170.209,03
SEGURANÇA PÚBLICA	31.200,00	57.680,06	24.254,29	24.254,29	24.254,29	24.254,29	0,00	33.425,77
Policimento	31.200,00	57.680,06	24.254,29	24.254,29	24.254,29	24.254,29	0,00	33.425,77
ASSISTÊNCIA SOCIAL	380.350,00	442.400,00	355.593,99	355.593,99	355.593,99	355.593,99	0,00	86.806,01
Assistência Ao Idoso	58.150,00	59.150,00	33.278,85	33.278,85	33.278,85	33.278,85	0,00	25.871,15
Assistência Ao Portador De Deficiência	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Assistência à Criança e Ao Adolescente	72.000,00	60.000,00	41.942,93	41.942,93	41.942,93	41.942,93	0,00	18.057,07
Assistência Comunitária	242.200,00	315.250,00	280.372,21	280.372,21	280.372,21	280.372,21	0,00	34.877,79
SAÚDE	142.000,00	173.146,24	158.818,51	158.818,51	158.818,51	158.818,51	0,00	14.327,73
Alimentação e Nutrição	102.000,00	163.146,24	158.818,51	158.818,51	158.818,51	158.818,51	0,00	4.327,73
Abastecimento	40.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
EDUCAÇÃO	2.299.922,00	3.072.978,63	2.330.377,33	2.330.377,33	2.329.316,58	2.329.316,58	1.060,75	742.601,30
Ensino Fundamental	1.441.433,00	2.109.876,95	1.479.428,06	1.479.428,06	1.478.870,10	1.478.870,10	557,96	630.448,89
Ensino Médio	129.161,00	129.161,00	111.928,80	111.928,80	111.928,80	111.928,80	0,00	17.232,20
Ensino Superior	120.000,00	128.000,00	116.834,28	116.834,28	116.834,28	116.834,28	0,00	11.165,72
Educação Infantil	591.328,00	698.940,68	616.186,19	616.186,19	615.683,40	615.683,40	502,79	82.754,49
Educação Especial	18.000,00	7.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	0,00	1.000,00
CULTURA	311.000,00	331.000,00	296.406,05	296.406,05	296.406,05	296.406,05	0,00	34.593,95
Difusão Cultural	311.000,00	331.000,00	296.406,05	296.406,05	296.406,05	296.406,05	0,00	34.593,95
URBANISMO	716.500,00	1.797.316,84	1.712.398,94	1.712.398,94	1.382.992,74	1.382.992,74	329.406,20	84.917,90
Infra-estrutura Urbana	101.000,00	1.151.206,19	1.122.494,08	1.122.494,08	793.295,88	793.295,88	329.198,20	28.712,11
Serviços Urbanos	615.500,00	646.110,65	589.904,86	589.904,86	589.696,86	589.696,86	208,00	56.205,79
HABITAÇÃO	6.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Habitação Urbana	6.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
SANEAMENTO	24.000,00	27.000,00	10.324,15	10.324,15	10.324,15	10.324,15	0,00	16.675,85

Continua 1 / 3

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2014

Continuação

R\$ 1,00

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a-(b+c))	
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADO (c)	% (b+c) /total (b+c))		% (b+c) /a
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
Saneamento Básico Urbano	24.000,00	27.000,00	10.324,15	10.324,15	10.324,15	10.324,15	0,00	0,10	38,24	16.675,85
GESTÃO AMBIENTAL	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	744.000,00	732.000,00	693.948,62	693.948,62	693.948,62	693.948,62	0,00	6,58	94,80	38.051,38
Extensão Rural	198.000,00	176.000,00	149.241,50	149.241,50	149.241,50	149.241,50	0,00	1,41	84,80	26.758,50
INDÚSTRIA	546.000,00	556.000,00	544.707,12	544.707,12	544.707,12	544.707,12	0,00	5,16	97,97	11.292,88
Promoção Industrial	111.000,00	111.000,00	54.452,68	54.452,68	54.452,68	54.452,68	0,00	0,52	49,06	56.547,32
COMÉRCIO E SERVIÇOS	11.000,00	1.000,00	37,00	37,00	37,00	37,00	0,00	0,00	3,70	963,00
Turismo	11.000,00	1.000,00	37,00	37,00	37,00	37,00	0,00	0,00	3,70	963,00
TRANSPORTE	1.185.600,00	1.964.433,33	1.581.534,97	1.581.534,97	1.553.737,65	1.553.737,65	27.797,32	14,99	80,51	382.898,36
Transporte Rodoviário	1.185.600,00	1.964.433,33	1.581.534,97	1.581.534,97	1.553.737,65	1.553.737,65	27.797,32	14,99	80,51	382.898,36
DESPORTO E LAZER	231.000,00	231.000,00	213.800,53	213.800,53	213.281,83	213.281,83	518,70	2,03	92,55	17.199,47
Desporto Comunitário	231.000,00	231.000,00	213.800,53	213.800,53	213.281,83	213.281,83	518,70	2,03	92,55	17.199,47
ENCARGOS ESPECIAIS	670.000,00	607.000,00	601.823,47	601.823,47	601.823,47	601.823,47	0,00	5,71	99,15	5.176,53
Outros Encargos Especiais	670.000,00	607.000,00	601.823,47	601.823,47	601.823,47	601.823,47	0,00	5,71	99,15	5.176,53
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	28.500,00	28.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.500,00
Reserva De Contingência	28.500,00	28.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.500,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	580.000,00	607.000,00	546.251,70	546.251,70	546.251,70	546.251,70	0,00	5,18	89,99	60.748,30
TOTAL (III) = (I + II)	9.383.272,00	12.322.276,72	10.547.634,82	10.547.634,82	10.177.781,25	10.547.634,82	100,00	85,60		1.774.641,90

Continua 2 / 3

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2014

Continuação

R\$ 1,00

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a-(b+c))	
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADO (c)	% (b+c) / total (b+c)		% (b+c) / a
					No Bimestre	Até o Bimestre				
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		(a)								
EDUCAÇÃO	580.000,00	607.000,00	546.251,70	546.251,70	546.251,70	546.251,70	0,00	100,00	89,99	60.748,30
	230.000,00	257.000,00	198.869,56	198.869,56	198.869,56	198.869,56	0,00	36,41	77,38	58.130,44
Ensino Fundamental	175.000,00	202.000,00	171.862,70	171.862,70	171.862,70	171.862,70	0,00	31,46	85,08	30.137,30
Educação Infantil	55.000,00	55.000,00	27.006,86	27.006,86	27.006,86	27.006,86	0,00	4,94	49,10	27.993,14
ENCARGOS ESPECIAIS	350.000,00	350.000,00	347.382,14	347.382,14	347.382,14	347.382,14	0,00	63,59	99,25	2.617,86
Outros Encargos Especiais	350.000,00	350.000,00	347.382,14	347.382,14	347.382,14	347.382,14	0,00	63,59	99,25	2.617,86
TOTAL	580.000,00	607.000,00	546.251,70	546.251,70	546.251,70	546.251,70	0,00	100,00	89,99	60.748,30

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE Sistema Pública-COP (04.00.17.0008) LRF 2014 (04.00.17.0000)
Unidade Responsável: Município de Arroio Trinta
Data de emissão: 19/02/2015
Hora de emissão: 10:18

ALCIDIR FELCHILCHER Prefeito Municipal	Ronivan Brandalise Contador CRC/SC 025.868	NELSON CAMPAGNIN Secretário Municipal de Administração	João Marcos Ferronato Controlador Interno
---	---	---	--

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO Nº. 014/PMBR/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/PMBR/2015.

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Data e horário da sessão de abertura: 06/03/2015 às 14h00min.
Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de cestas básicas a fim de atender as demandas dos benefícios eventuais do Município de Balneário Rincão/SC., durante o ano de 2015.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC, 19 de Fevereiro de 2015.

Pregoeira

Gisele P. Ferreira.

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

EXTRATO DE PORTARIAS 17A20/SAMAE/2015

PORTARIA Nº 017/SAMAE/2015

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 006/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar, a pedido do contratante: ALEXSANDRO ALVES NASCIMENTO, brasileiro, CPF nº 012.582.649-43, do cargo de COLETOR/GARI.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 05 de fevereiro de 2015.

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR
DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 05 de fevereiro de 2015.

ANTÔNIO CARLOS GHISI
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 018/SAMAE/2015

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 006/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar, a pedido do contratante: FABRÍCIO ALVES FREITAS, brasileiro, CPF nº 003.942.720-05, do cargo de MOTORISTA

DE CAMINHÃO.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 05 de fevereiro de 2015.

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR
DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 05 de fevereiro de 2015.

ANTÔNIO CARLOS GHISI
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 019/SAMAE/2015

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 006/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar, a pedido do contratante: RODRIGO ROCHA COSTA, brasileiro, CPF nº 042.000.159-00, do cargo de GARI/COLETOR.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 12 de fevereiro de 2015.

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR
DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 12 de fevereiro de 2015.

ANTÔNIO CARLOS GHISI
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 020/SAMAE/2015

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 006/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar, a pedido do contratado: ANDERSON BATISTA, brasileiro, CPF nº 063.896.719-81, do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 15 de fevereiro de 2015.

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR
DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 15 de fevereiro de 2015.

ANTÔNIO CARLOS GHISI
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Barra Velha

PREFEITURA

CP 001/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 010/2015 -
Concorrência Pública nº 001/2015.

O Prefeito de Barra Velha/SC, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Concorrência Pública para Execução de Obras para pavimentação em lajota sextavada, pavimentação asfáltica e drenagem das ruas Nazareno Teixeira da Costa, rua Osmar Galm, Estrada Geral do Escalvado e rua João Pedro de Oliveira, conforme o Termo de Referência, quantitativo, Memorial descritivo, Projetos de Drenagem, Pavimentação, Sinalização anexos. Cadastro até 24/03/2015. Data/horário recebimento envelopes: 27/03/2015 até 14:00 horas. Data/horário abertura envelopes: 27/03/2015 às 14:30 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 19 de fevereiro de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

ANEXO I - DECRETO N.º 233/2015

ANEXO I

Ato 008/BVT/ED2/14/EP

HOMOLOGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO

EDITAL 002/2014(EMPREGO PÚBLICO)

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Fica homologada a Classificação Final de todos os aprovados do Concurso Público, Edital 002/2014, Emprego Público, conforme listagem abaixo:

Agente Comunitário de Saúde (Rio Bonito) Ensino Fundamental Completo														
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Final	Situação			
					Acertos	Nota	Acertos	Nota						
1º	4	36327	Josiane Aparecida Dreher Iarrocheski	16/04/1985	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado			
2º	3	37260	Joze Santos De Lima	01/12/1982	0	0,00	10	5,00	10	5,00	Aprovado			
3º	1	35404	Edinei Andrecovicz Da Rocha	26/05/1976	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado			
Odontólogo ESF Ensino Superior Completo														
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Final	Situação			
					Acertos	Nota	Acertos	Nota						
1º	9	36420	Karine Langer Dos Santos	09/04/1986	9	1,80	20	5,60	29	7,40	Aprovado			
2º	12	30842	Paulo Henrique Bastos	31/03/1992	8	1,60	16	4,48	24	6,08	Aprovado			
3º	13	34955	Zeno Amaral Neto	21/08/1979	3	0,60	18	5,04	21	5,64	Aprovado			
4º	11	34810	Nagila Granemann Adam-cheski	13/03/1993	2	0,40	17	4,76	19	5,16	Aprovado			
5º	7	35842	Camila Malinoski Erhardt	10/11/1992	3	0,60	16	4,48	19	5,08	Aprovado			
Orientador Social (CRAS) Ensino Médio Completo														
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Final	Situação			
					Acertos	Nota	Acertos	Nota						
1º	16	39143	Edna Aparecida Farias	24/12/1985	9	1,80	17	5,10	26	6,90	Aprovado			
2º	23	35946	Tania De Cassia Ferraz	19/01/1993	8	1,60	14	4,20	22	5,80	Aprovado			
3º	21	37405	Maria Leticia Koggi	11/06/1992	4	0,80	15	4,50	19	5,30	Aprovado			
4º	15	34746	Celia Schipitoski Do Prado	26/09/1981	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado			
Pedagogo (CRAS) Ensino Superior Completo														
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Nota Títulos	Nota Final	Situação	
					Acertos	Nota	Acertos	Nota						
1º	26	38723	Adriana Milchevsky	06/03/1981	4	0,80	17	4,76	21	5,56	0,50	6,06	Aprovado	
Professor Educação Física (NASF) Ensino Superior Completo														
Psicólogo (NASF) Ensino Superior Completo														

Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Final	Situação		
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1º	35	34497	Thaynara Lech Wendt	03/04/1991	8	1,60	17	4,76	25	6,36	Aprovado		
2º	33	29473	Tassiana Elvira Neves	27/09/1991	5	1,00	15	4,20	20	5,20	Aprovado		
3º	29	37040	Bruna Luana Souza	13/08/1990	2	0,40	17	4,76	19	5,16	Aprovado		

ANEXO I 232

ANEXO I

Ato 013/BVT/ED1/14/ADM

HOMOLOGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 001/2014(ADMINISTRAÇÃO GERAL)

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Fica homologada a Classificação Final de todos os aprovados do Concurso Público, Edital 001/2014, Administração Geral, conforme listagem abaixo:

Advogado Municipal Ensino Superior Completo				NASC.	CG		CE		T. Acertos	Nota Final	Situação
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO		Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1º.	5	35820	Arilda Mielke	22/11/1972	9	1,80	16	4,48	25	6,28	Aprovado
2º.	27	36724	Jocielen Da Silva Pucci	01/08/1986	6	1,20	18	5,04	24	6,24	Aprovado
3º.	40	34554	Osmar Viana	20/12/1972	7	1,40	17	4,76	24	6,16	Aprovado
4º.	8	36271	Carlos Vinicius Javorski	10/06/1987	9	1,80	15	4,20	24	6,00	Aprovado
5º.	54	36390	Victoria Da Silva Huttner	05/12/1985	8	1,60	15	4,20	23	5,80	Aprovado
6º.	45	34668	Ricardo Beninca	18/03/1981	9	1,80	14	3,92	23	5,72	Aprovado
7º.	19	32993	Flavio Adolfo Veiga	15/06/1964	5	1,00	16	4,48	21	5,48	Aprovado
8º.	52	35657	Tiago Kraeski De Oliveira	21/05/1985	6	1,20	15	4,20	21	5,40	Aprovado
9º.	11	35807	Dayane Lessak	07/01/1991	7	1,40	14	3,92	21	5,32	Aprovado
10º.	29	36154	Josilmar Paulo Kovalski	19/09/1988	9	1,80	12	3,36	21	5,16	Aprovado
11º.	12	37290	Diogo Evandro Bauler	24/01/1991	9	1,80	12	3,36	21	5,16	Aprovado
12º.	9	37630	Cleber Kochhann	08/01/1978	6	1,20	14	3,92	20	5,12	Aprovado
13º.	46	37802	Ricardo Lis	12/07/1982	6	1,20	14	3,92	20	5,12	Aprovado
14º.	33	37114	Luiz Eduardo Saliba	11/11/1989	7	1,40	13	3,64	20	5,04	Aprovado
15º.	37	31778	Mariana Freitas Fiedler	12/11/1989	7	1,40	13	3,64	20	5,04	Aprovado
Agente de Combate à Endemias Ensino Fundamental				NASC.	CG		CE		T. Acertos	Nota Final	Situação
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO		Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1º.	75	35823	Valmir Mielke	09/08/1968	6	1,50	13	6,50	19	8,00	Aprovado

2º.	58	37956	Andreia Gelinski	28/06/1988	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado
3º.	70	38576	Marta Sabrina Da Silva	16/03/1986	7	1,75	10	5,00	17	6,75	Aprovado
4º.	60	34412	Claudete Aparecida Koge De Lima	25/10/1970	2	0,50	12	6,00	14	6,50	Aprovado
5º.	71	35676	Paulo Marcelino Honorato	17/03/1986	2	0,50	12	6,00	14	6,50	Aprovado
6º.	73	36273	Simone Da Silva	07/03/1980	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
7º.	57	32562	Andreia Dembinski	18/09/1992	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
8º.	64	36798	Emanueli Koge	18/08/1995	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
9º.	68	35177	Luciane De Jesus Fernandes Ferreira	26/01/1982	1	0,25	11	5,50	12	5,75	Aprovado
10º.	67	36698	Leandro Nadroski	28/10/1989	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
11º.	62	34654	Edilberto Schiessl	20/02/1973	2	0,50	10	5,00	12	5,50	Aprovado
12º.	69	35824	Marcio Soares De Lima	09/03/1984	1	0,25	10	5,00	11	5,25	Aprovado
13º.	66	38332	Josiel Carlos Ossowski	11/12/1984	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado

Assistente Administrativo | Ensino Médio Completo

Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T. Acertos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1º.	100	35887	Jair Zattar Junior	03/10/1989	10	2,00	15	4,50	25	6,50	Aprovado
2º.	111	29303	Luiz Rodrigo Wagner	11/06/1992	10	2,00	15	4,50	25	6,50	Aprovado
3º.	118	29319	Patricia Iurkiv	16/07/1993	13	2,60	13	3,90	26	6,50	Aprovado
4º.	85	38092	Daniela Cristina Da Silva	29/02/1988	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado
5º.	93	38771	Elvira Cristina Correia Da Maia	15/04/1997	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado
6º.	78	32352	Aline Iachitzki	10/05/1995	6	1,20	17	5,10	23	6,30	Aprovado
7º.	114	35486	Marcos Andre Ossowski	09/10/1996	9	1,80	15	4,50	24	6,30	Aprovado
8º.	89	31136	Deniel Vieira De Lima	13/11/1988	13	2,60	12	3,60	25	6,20	Aprovado
9º.	122	35845	Sueli Marko Ossowski	03/09/1960	11	2,20	13	3,90	24	6,10	Aprovado
10º.	123	28988	Suellin Aline Damaso Da Silveira	30/08/1993	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado
11º.	125	37299	Vilson Arendarchuka	12/12/1974	12	2,40	12	3,60	24	6,00	Aprovado
12º.	120	38012	Rimon Seleme Neto	28/07/1985	10	2,00	13	3,90	23	5,90	Aprovado
13º.	102	38137	Jaqueline Pedrassani Tyszka	24/10/1989	10	2,00	13	3,90	23	5,90	Aprovado
14º.	99	36339	Gisele Kosak	25/05/1986	8	1,60	14	4,20	22	5,80	Aprovado
15º.	119	30868	Regiane Massaneiro	31/07/1994	8	1,60	14	4,20	22	5,80	Aprovado
16º.	110	37493	Luis Claudio Damaso Da Silveira	01/03/1996	11	2,20	12	3,60	23	5,80	Aprovado
17º.	105	38748	Karine Packer	05/09/1995	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
18º.	127	36731	Viviane Gomes Dos Santos Gan	07/08/1991	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado

19º.	108	36480	Luana Priscila Bueno De Oliveira	04/10/1993	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
20º.	116	36627	Marlon Mielke	28/03/1995	11	2,20	11	3,30	22	5,50	Aprovado
21º.	101	34471	Janaina Bornatte De Meira Colaco	09/01/1990	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
22º.	81	34962	Arlete Nadroski	03/04/1987	6	1,20	13	3,90	19	5,10	Aprovado
23º.	107	39036	Luan De Mello Goncalves	23/07/1994	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado
24º.	84	34736	Claudio Cesar Dreher	26/07/1991	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado

Assistente Administrativo Escolar | Ensino Médio Completo

Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T. Acertos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1º.	154	36498	Pablo Augusto Vieira Erhardt	30/10/1996	10	2,00	17	5,10	27	7,10	Aprovado
2º.	129	36223	Alexandra Iachitzki	07/01/1997	10	2,00	17	5,10	27	7,10	Aprovado
3º.	160	30859	Soraia Mielke	18/09/1995	11	2,20	15	4,50	26	6,70	Aprovado
4º.	155	35753	Priscila Goncalves De Lima Oliveira	14/04/1995	8	1,60	16	4,80	24	6,40	Aprovado
5º.	147	29562	Leonardo Castor Bezerra	07/01/1991	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado
6º.	142	35475	Helen Susane Vieira Magalhaes	23/06/1995	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
7º.	144	37663	Joao Paulo Zorek	18/12/1996	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
8º.	132	38794	Daiane Jusilene Schiessl	18/08/1993	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
9º.	161	35049	Suellen Do Prado	11/01/1995	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
10º.	156	38749	Robson Dreher	14/10/1995	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
11º.	152	38536	Marilei Alberti	23/05/1979	6	1,20	14	4,20	20	5,40	Aprovado
12º.	138	37938	Emerson Schiessl	01/03/1996	6	1,20	14	4,20	20	5,40	Aprovado
13º.	130	35629	Cassia De Fatima Bomfim Karvat	13/05/1982	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
14º.	148	34439	Leonardo Ricardo De Jesus	02/07/1996	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
15º.	146	37413	Laurici Ferreira Vaz Ricardo De Jesus	11/11/1966	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado
16º.	131	37600	Cleia Vanessa Baumgarten	23/02/1989	6	1,20	13	3,90	19	5,10	Aprovado
17º.	139	37974	Estela Kucarz	20/10/1988	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
18º.	143	38279	Jessica Regina Da Silva Leite	16/03/1996	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado

Assistente Social | Ensino Superior Completo

Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T. Acertos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1º.	175	34574	Mariane Michele Leandro Goncalves Da Silveira	24/10/1985	5	1,00	16	4,48	21	5,48	Aprovado
2º.	178	39054	Silmara Murante	14/11/1989	1	0,20	18	5,04	19	5,24	Aprovado
3º.	168	33618	Jessica De Jesus Vieira	12/03/1988	2	0,40	17	4,76	19	5,16	Aprovado

Auxiliar de Odontologia Ensino Médio Completo											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T. Acertos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1º	181	39103	Karin Lidiane Castilho	16/02/1996	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
Auxiliar de Serviços Gerais - Feminino (Educação e Saúde) Ensino Fundamental											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T. Acertos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1º.	221	37569	Silvana Aparecida Machado Vieira	27/10/1983	4	1,00	14	7,00	18	8,00	Aprovado
2º.	213	38028	Paula Daiane Ribeiro De Melo	20/06/1991	6	1,50	13	6,50	19	8,00	Aprovado
3º.	187	38041	Camila Vieczorkiewicz	01/04/1989	3	0,75	14	7,00	17	7,75	Aprovado
4º.	195	37961	Eliane Vera Mendes Iendras	04/12/1977	2	0,50	14	7,00	16	7,50	Aprovado
5º.	194	32570	Elenice Franz	14/08/1989	4	1,00	13	6,50	17	7,50	Aprovado
6º.	198	38118	Gislaine Aparecida Fantim	23/08/1989	1	0,25	14	7,00	15	7,25	Aprovado
7º.	190	34680	Claudete De Fatima De Paula Baze.	02/03/1982	3	0,75	13	6,50	16	7,25	Aprovado
8º.	223	38545	Simone Maria Emiliano Batista	07/12/1981	2	0,50	13	6,50	15	7,00	Aprovado
9º.	212	38046	Neiva Vieczorkiewicz	08/07/1983	2	0,50	13	6,50	15	7,00	Aprovado
10º.	210	38004	Marisa Schelbauer	17/04/1983	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
11º.	203	37915	Joice De Lima	04/09/1996	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
12º.	189	38000	Cirlei Gallante	26/02/1984	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
13º.	220	37539	Selma Dreher Schiessl	24/08/1977	1	0,25	12	6,00	13	6,25	Aprovado
14º.	209	39187	Marina De Oliveira Lisboa	15/08/1981	1	0,25	12	6,00	13	6,25	Aprovado
15º.	219	38574	Sandra Mara Ferreira Dos Santos	28/02/1982	1	0,25	12	6,00	13	6,25	Aprovado
16º.	208	38531	Luzia Nogueira	15/07/1983	1	0,25	12	6,00	13	6,25	Aprovado
17º.	186	34838	Erica De Prado	26/05/1996	1	0,25	12	6,00	13	6,25	Aprovado
18º.	222	37922	Simone De Oliveira	06/12/1995	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
19º.	200	36292	Ivani Kubiak	17/10/1980	0	0,00	12	6,00	12	6,00	Aprovado
20º.	196	38106	Elizane Voginhak Alberti	15/01/1990	0	0,00	12	6,00	12	6,00	Aprovado
21º.	191	35048	Cleusa Wanderlind Lopes Knop	06/10/1969	2	0,50	11	5,50	13	6,00	Aprovado
22º.	192	35669	Debora Alves Godoy De Lima	26/05/1975	2	0,50	11	5,50	13	6,00	Aprovado
23º.	188	37847	Celiane De Fatima Ribeiro	25/06/1981	1	0,25	11	5,50	12	5,75	Aprovado
24º.	185	35735	Ana Maria Do Prado	01/04/1981	0	0,00	11	5,50	11	5,50	Aprovado
25º.	201	35010	Ivania Muzzo	18/11/1986	2	0,50	10	5,00	12	5,50	Aprovado
26º.	184	38693	Alessandra Schimboski	03/10/1993	2	0,50	10	5,00	12	5,50	Aprovado
27º.	225	37926	Soilete Krauss De Oliveira	05/08/1971	1	0,25	10	5,00	11	5,25	Aprovado

28º.	217	37921	Rosicleia Ferreira De Lima	02/04/1985	1	0,25	10	5,00	11	5,25	Aprovado
29º.	205	35641	Juceli Carvalho	13/07/1988	1	0,25	10	5,00	11	5,25	Aprovado
30º.	207	38017	Lindamir Da Rocha	09/11/1980	0	0,00	10	5,00	10	5,00	Aprovado
31º.	218	30221	Rosilane Rogaleski	09/08/1992	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
32º.	224	30486	Simone Vieira Machado	21/08/1993	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
Auxiliar de Serviços Gerais - Feminino (Secretaria Obras) (Margarina) Ensino Fundamental											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T. Acertos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1º.	230	36320	Rosemeri De Jesus Alves De Oliveira Schiessl	12/03/1984	2	0,50	11	5,50	13	6,00	Aprovado
2º.	227	35497	Carmem Lucia Domingos Pinto	20/07/1980	1	0,25	11	5,50	12	5,75	Aprovado
3º.	228	35488	Isabel Maria De Rezende	07/08/1968	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
Engenheiro Civil Ensino Superior Completo											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T. Acertos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1º	233	30939	Fernanda Ruske De Siqueira	16/04/1983	6	1,20	14	3,92	20	5,12	Aprovado
Fiscal de Obras e Tributos Ensino Médio Completo											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T. Acertos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1º	241	39397	Allan Diego Bockor	25/02/1993	14	2,80	11	3,30	25	6,10	Aprovado
2º	243	33904	Diomar Rudnick	30/11/1970	11	2,20	12	3,60	23	5,80	Aprovado
Fisioterapeuta Ensino Superior Completo											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T. Acertos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1º	250	36397	Deborahah Castelo Branco Furtado	22/03/1987	9	1,80	14	3,92	23	5,72	Aprovado
2º	252	32046	Gislaine Dos Santos Holler	27/12/1987	7	1,40	15	4,20	22	5,60	Aprovado
Médico Clínico Geral Ensino Superior Completo											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T. Acertos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1º	263	38246	Rubens Mauricio Dallagassa Stelmachuk	05/10/1975	8	1,60	17	4,76	25	6,36	Aprovado
2º	262	34398	Onivaldo Da Costa Menezes	22/05/1981	7	1,40	14	3,92	21	5,32	Aprovado
3º	261	38154	Mahara Shimona Shimoguri	10/10/1988	5	1,00	15	4,20	20	5,20	Aprovado
4º	258	31150	Gilson Jorge De Camargo Weigert	11/04/1958	6	1,20	14	3,92	20	5,12	Aprovado
Médico Ginecologista Ensino Superior Completo											
Nenhum candidato inscrito neste cargo...											
Médico Pediatra Ensino Superior Completo											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T. Acertos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1º	266	35662	Joselainy Stela Pires	28/08/1976	4	0,80	16	4,48	20	5,28	Aprovado

Merendeira Ensino Fundamental													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T. Acertos	Nota Final	Situação		
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1º.	269	39328	Celestina Gritens Alberti	04/02/1975	4	1,00	15	7,50	19	8,50	Aprovado		
2º.	270	38804	Danieli Kondras	12/07/1993	6	1,50	14	7,00	20	8,50	Aprovado		
3º.	272	30115	Josefa Aparecida Carvalho Iachitzki	22/08/1965	4	1,00	14	7,00	18	8,00	Aprovado		
4º.	268	35041	Ariana De Souza Pantaleao	08/03/1984	1	0,25	15	7,50	16	7,75	Aprovado		
5º.	271	37394	Danieli Resende Sampaio Schiessl	12/01/1988	4	1,00	13	6,50	17	7,50	Aprovado		
6º.	275	36593	Marcia Rezende Sampaio Mielke	06/09/1974	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado		
7º.	281	35894	Terezinha Aparecida Bomfin Monteiro	14/09/1967	1	0,25	14	7,00	15	7,25	Aprovado		
8º.	277	35201	Maria Gorete Lauriano	27/07/1969	2	0,50	13	6,50	15	7,00	Aprovado		
9º.	276	34325	Maria Aparecida Metzger Kogi	11/10/1983	2	0,50	13	6,50	15	7,00	Aprovado		
10º.	273	34727	Juciane Schipitoski	17/06/1983	1	0,25	13	6,50	14	6,75	Aprovado		
11º.	274	35510	Marcia Regina Polonisky Schiessl	24/10/1981	2	0,50	12	6,00	14	6,50	Aprovado		
12º.	267	31218	Aline Caetano De Oliveira	17/02/1995	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado		
13º.	280	34608	Sonia Cristina Roteski	16/08/1987	2	0,50	11	5,50	13	6,00	Aprovado		
14º.	279	38642	Roselia De Fatima Bonete	26/10/1978	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado		
Monitor (Creche) Ensino Médio Completo													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T. Acertos	Nota Final	Situação		
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1º	301	35139	Viviane Bauer	23/10/1989	9	1,80	16	4,80	25	6,60	Aprovado		
2º	289	36272	Ester Mariane Da Cruz	21/05/1995	8	1,60	14	4,20	22	5,80	Aprovado		
3º	287	30024	Dislaine Rosa Schiessl	28/04/1995	6	1,20	15	4,50	21	5,70	Aprovado		
4º	298	38788	Rosi Elisabete Schiessl	27/04/1996	6	1,20	15	4,50	21	5,70	Aprovado		
5º	292	36748	Kerla Isabel Ribeiro	08/03/1996	6	1,20	14	4,20	20	5,40	Aprovado		
6º	282	38229	Ana Vanessa Roteski	27/07/1998	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado		
7º	293	35004	Lidiane Schiessl	03/06/1996	6	1,20	13	3,90	19	5,10	Aprovado		
Monitor de Educação Especial Ensino Superior Completo													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T. Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1º	306	39113	Sarai Stein	06/12/1993	4	0,80	17	4,76	21	5,56	0,00	5,56	Aprovado
2º	302	31437	Adriana Baze	17/11/1993	4	0,80	16	4,48	20	5,28	0,00	5,28	Aprovado
3º	305	37923	Michele De Lima Hortes	13/11/1990	8	1,60	13	3,64	21	5,24	0,00	5,24	Aprovado
Motorista Alfabetizado													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T. Acertos	Nota Final	Situação		
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1º.	321	36760	Clederson Karvat	25/07/1988	9	2,25	15	7,50	24	9,75	Aprovado		
2º.	350	38483	Joel Damaso Da Silveira	17/09/1962	9	2,25	14	7,00	23	9,25	Aprovado		

3º.	360	36970	Marcio Geovani Dobrychtop	02/03/1980	9	2,25	14	7,00	23	9,25	Aprovado
4º.	374	34669	Sergio Martiniski	21/09/1961	6	1,50	15	7,50	21	9,00	Aprovado
5º.	335	32590	Elton Rubens Karvat	16/10/1982	8	2,00	14	7,00	22	9,00	Aprovado
6º.	331	37286	Edir Adriano Cordeiro	27/04/1989	8	2,00	14	7,00	22	9,00	Aprovado
7º.	326	37433	Edenilso Ribeiro	26/10/1984	5	1,25	15	7,50	20	8,75	Aprovado
8º.	319	38879	Claudinei Moreira Da Silva	23/11/1989	5	1,25	15	7,50	20	8,75	Aprovado
9º.	376	39451	Sinezio Schiessl	28/04/1971	9	2,25	13	6,50	22	8,75	Aprovado
10º.	351	38053	Jorge Edi Kuchler	19/11/1985	9	2,25	13	6,50	22	8,75	Aprovado
11º.	357	35638	Marcos Felicio De Oliveira	22/03/1987	4	1,00	15	7,50	19	8,50	Aprovado
12º.	352	37708	Jose Carlos Da Silva	07/02/1972	6	1,50	14	7,00	20	8,50	Aprovado
13º.	330	35633	Edilson Taborda	17/08/1974	6	1,50	14	7,00	20	8,50	Aprovado
14º.	341	31785	Gilberto Vozniack	29/08/1975	6	1,50	14	7,00	20	8,50	Aprovado
15º.	343	35369	Gustavo Krul	01/06/1993	6	1,50	14	7,00	20	8,50	Aprovado
16º.	317	35166	Carlos Ricardo Rodrigues De Jesus	04/04/1970	5	1,25	14	7,00	19	8,25	Aprovado
17º.	314	36143	Arani Leal Padilha	15/09/1977	5	1,25	14	7,00	19	8,25	Aprovado
18º.	338	36141	Fabio Ariel Schiessl	07/12/1985	5	1,25	14	7,00	19	8,25	Aprovado
19º.	332	34677	Edson Gelinski	20/05/1986	5	1,25	14	7,00	19	8,25	Aprovado
20º.	369	30546	Romalino De Oliveira Lisboa	01/03/1987	5	1,25	14	7,00	19	8,25	Aprovado
21º.	322	37599	Criatiano Meyer	21/08/1987	5	1,25	14	7,00	19	8,25	Aprovado
22º.	368	39090	Rogério Kchecinski	07/02/1990	5	1,25	14	7,00	19	8,25	Aprovado
23º.	354	38501	Lucinei Gomes Dos Santos	16/06/1980	7	1,75	13	6,50	20	8,25	Aprovado
24º.	333	38539	Elenir Natalio Batista	13/12/1970	4	1,00	14	7,00	18	8,00	Aprovado
25º.	315	31925	Arlei Reichardt	01/08/1971	4	1,00	14	7,00	18	8,00	Aprovado
26º.	363	31208	Odair Jose Senn	21/11/1976	4	1,00	14	7,00	18	8,00	Aprovado
27º.	353	35867	Jose Sidenei Chaves	22/04/1981	4	1,00	14	7,00	18	8,00	Aprovado
28º.	329	35839	Eder Alves Dos Santos	09/10/1983	4	1,00	14	7,00	18	8,00	Aprovado
29º.	347	36803	Joao Antonio De Paula	13/06/1988	4	1,00	14	7,00	18	8,00	Aprovado
30º.	356	37941	Marcelo Alves David	04/02/1982	6	1,50	13	6,50	19	8,00	Aprovado
31º.	334	37983	Elivelton Woidella	27/06/1992	6	1,50	13	6,50	19	8,00	Aprovado
32º.	310	30496	Aldacir De Jesus Machado	15/07/1982	3	0,75	14	7,00	17	7,75	Aprovado
33º.	336	35191	Fabiano Mateus De Silva	02/09/1980	5	1,25	13	6,50	18	7,75	Aprovado
34º.	309	38404	Alcir Sausen Junior	13/11/1988	5	1,25	13	6,50	18	7,75	Aprovado
35º.	359	38222	Matias Jose Kucarz	14/03/1990	7	1,75	12	6,00	19	7,75	Aprovado

36º.	323	36061	Cristiano Czerniak	09/03/1974	2	0,50	14	7,00	16	7,50	Aprovado
37º.	324	35469	Douglas Leimar Wendt	13/04/1975	4	1,00	13	6,50	17	7,50	Aprovado
38º.	342	35321	Glaucinei Tomporoski	24/07/1980	4	1,00	13	6,50	17	7,50	Aprovado
39º.	373	34311	Sebastiao Lorena	12/12/1980	4	1,00	13	6,50	17	7,50	Aprovado
40º.	339	36122	Fernando Jose Karvat	16/11/1985	4	1,00	13	6,50	17	7,50	Aprovado
41º.	365	36321	Paulo Cristiano Ribeiro De Melo	01/07/1987	4	1,00	13	6,50	17	7,50	Aprovado
42º.	380	35045	Venir De Jesus Gallante	07/07/1991	4	1,00	13	6,50	17	7,50	Aprovado
43º.	346	36974	Joao Airton De Castro	28/06/1971	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado
44º.	316	38097	Eder Alberti	15/02/1980	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado
45º.	379	31835	Valdenir Castro	10/08/1982	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado
46º.	313	36706	Antonio Golcalves Martins	18/12/1975	3	0,75	13	6,50	16	7,25	Aprovado
47º.	311	37958	Anderson Rodrigues	16/05/1984	3	0,75	13	6,50	16	7,25	Aprovado
48º.	358	37963	Mario Emiliano	18/05/1969	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprovado
49º.	349	37503	Joelcio Machado	11/09/1985	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprovado
50º.	375	36607	Silvio De Carvalho	15/01/1971	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
51º.	361	38487	Miguel Soares De Lima	30/09/1973	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
52º.	377	35203	Valdecir Gude	01/06/1976	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
53º.	340	38739	Francisco Marcos Schimboski	26/09/1981	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
54º.	378	36708	Valdenilson Lepchack	03/05/1986	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
55º.	344	32801	Helio Massaneiro	26/05/1970	3	0,75	12	6,00	15	6,75	Aprovado
56º.	308	35163	Adir Andrechowski	30/07/1972	3	0,75	12	6,00	15	6,75	Aprovado
57º.	367	39319	Reginaldo Schiessl	14/10/1977	3	0,75	12	6,00	15	6,75	Aprovado
58º.	371	38528	Rosnei De Lima	11/04/1980	3	0,75	12	6,00	15	6,75	Aprovado
59º.	370	32529	Romario Jose De Souza	22/09/1994	3	0,75	12	6,00	15	6,75	Aprovado
60º.	318	36100	Claudinei Da Silva	25/03/1974	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
61º.	355	36323	Luiz Alfredo Schiessl	20/12/1978	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
62º.	325	35437	Edezio Vieira	14/08/1984	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
63º.	327	35090	Edenilson De Lima	08/06/1974	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
64º.	328	36276	Edenir Emiliano	18/02/1967	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
65º.	312	37416	Anisio Soinski	27/01/1968	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
66º.	337	38776	Fauri Massaneiro	21/07/1968	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
67º.	372	37829	Sebastiao Edemar Santos	20/04/1971	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado

Odontólogo Ensino Superior Completo				NASC.		CG		CE		T. Acertos	Nota Final	Situação
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1º	381	38265	Caroline Fernanda Moreira Stelmachuk	24/12/1980	8		1,60	16	4,48	24	6,08	Aprovado

Operador de Máquinas Alfabetizado				NASC.		CG		CE		T. Acertos	Nota Prova	Prática	Nota Final	Situação
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO			Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1º	390	35285	Sandro Mazorovicz	28/06/1984	5		1,25	12	6,00	17	7,25	6,75	6,95	Aprovado
2º	386	32008	Luiz Clari Castanheira	21/02/1968	3		0,75	13	6,50	16	7,25	5,88	6,43	Aprovado
3º	383	39334	Cristiano Jose Miranda	28/05/1986	6		1,50	13	6,50	19	8,00	5,13	6,28	Aprovado
4º	392	36064	Sidinei De Souza	13/05/1986	6		1,50	11	5,50	17	7,00	5,25	5,95	Aprovado
5º	389	35136	Rene Antonio Figura	08/11/1983	3		0,75	10	5,00	13	5,75	4,63	5,08	Aprovado

Pedagogo Ensino Superior Completo				NASC.		CG		CE		T. Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO			Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1º.	399	34621	Cirene Aparecida Schiessl	18/06/1984	6		1,20	19	5,32	25	6,52	0,50	7,02	Aprovado
2º.	402	36694	Crislaine Dranka Nogara	23/08/1986	4		0,80	19	5,32	23	6,12	0,50	6,62	Aprovado
3º.	397	35186	Carmen Lucia Poloniski Iarocheski	13/03/1971	2		0,40	20	5,60	22	6,00	0,50	6,50	Aprovado
4º.	401	37912	Cleonice De Fatima Glevinski Alves De Lima	15/12/1976	7		1,40	18	5,04	25	6,44	0,00	6,44	Aprovado
5º.	407	34540	Graziela Feger Mello	13/08/1984	6		1,20	18	5,04	24	6,24	0,00	6,24	Aprovado
6º.	400	31195	Claudia Regina De Lima Ostrovski	13/02/1983	4		0,80	17	4,76	21	5,56	0,50	6,06	Aprovado
7º.	413	35801	Margarete Bortnik	02/09/1977	6		1,20	15	4,20	21	5,40	0,50	5,90	Aprovado
8º.	408	36558	Jessiane Aparecida Ribeiro	02/11/1987	4		0,80	18	5,04	22	5,84	0,00	5,84	Aprovado
9º.	415	37104	Renata Cristina Fernandes Kaschuk	25/11/1973	4		0,80	16	4,48	20	5,28	0,50	5,78	Aprovado
10º.	412	35145	Mare Eliza Kurutz Drosdeck	04/12/1978	2		0,40	17	4,76	19	5,16	0,50	5,66	Aprovado
11º.	398	34706	Cassiana Napoli Madureira	29/12/1990	7		1,40	15	4,20	22	5,60	0,00	5,60	Aprovado
12º.	403	39428	Elizete Ap. Kadanass Gevieski	30/03/1978	4		0,80	15	4,20	19	5,00	0,50	5,50	Aprovado
13º.	395	36283	Alexandra Aparecida De Castro	28/05/1984	4		0,80	16	4,48	20	5,28	0,00	5,28	Aprovado
14º.	411	38603	Luciane Urbanek	01/06/1990	2		0,40	17	4,76	19	5,16	0,00	5,16	Aprovado
15º.	410	34722	Lizete Didek	10/11/1982	3		0,60	16	4,48	19	5,08	0,00	5,08	Aprovado
16º.	404	31230	Fabiane Emanuele Do Prado	28/05/1985	3		0,60	16	4,48	19	5,08	0,00	5,08	Aprovado
17º.	409	35610	Karine Fatima Fleitux Mendes	18/03/1990	3		0,60	16	4,48	19	5,08	0,00	5,08	Aprovado

Professor de Artes Ensino Superior Completo				NASC.		CG		CE		T. Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO			Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1º	417	34713	Carine Rodrigues Ferreira	01/05/1992	6		1,20	19	5,32	25	6,52	0,00	6,52	Aprovado
2º	419	35006	Jucelia Do Carmo Neves	03/12/1975	7		1,40	16	4,48	23	5,88	0,00	5,88	Aprovado
3º	418	38991	Joanir Rodrigo Silva	28/03/1988	5		1,00	15	4,20	20	5,20	0,50	5,70	Aprovado

Professor de Ciências Ensino Superior Completo													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T. Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1º	423	37379	Roni Santi Sjabelski	10/05/1988	6	1,20	19	5,32	25	6,52	0,00	6,52	Aprovado
2º	420	37861	Adriana Juraszek	12/09/1989	3	0,60	17	4,76	20	5,36	0,00	5,36	Aprovado
3º	424	31597	Suelen Ciecaleski	12/01/1992	3	0,60	17	4,76	20	5,36	0,00	5,36	Aprovado
4º	421	37462	Camila Alexandra Cavalheiro	05/11/1988	3	0,60	16	4,48	19	5,08	0,00	5,08	Aprovado
5º	422	35848	Maria Jocinete Fürst	18/05/1987	4	0,80	15	4,20	19	5,00	0,00	5,00	Aprovado
Professor de Educação Física Ensino Superior Completo													
Não houve aprovados													
Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais Ensino Superior Completo													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T. Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1º.	455	35631	Marli Denize Dreher	07/03/1988	5	1,00	22	6,16	27	7,16	0,50	7,66	Aprovado
2º.	459	38379	Tereza Müller Kucarz	02/10/1962	2	0,40	20	5,60	22	6,00	0,50	6,50	Aprovado
3º.	444	36657	Jaciel Soares De Lima	12/02/1981	6	1,20	17	4,76	23	5,96	0,50	6,46	Aprovado
4º.	453	37386	Maria Valdirene Krause Francisco	19/10/1982	5	1,00	19	5,32	24	6,32	0,00	6,32	Aprovado
5º.	442	36056	Idelci Kuiaski Smekatz	27/11/1981	3	0,60	18	5,04	21	5,64	0,50	6,14	Aprovado
6º.	451	34400	Marcelo Martins De Carvalho	24/07/1987	3	0,60	18	5,04	21	5,64	0,50	6,14	Aprovado
7º.	441	37135	Guiomar Finau Kaschuk	12/02/1967	7	1,40	15	4,20	22	5,60	0,50	6,10	Aprovado
8º.	458	37266	Tatiana Aparecida Fernandes Correa Karvat	08/10/1984	4	0,80	18	5,04	22	5,84	0,00	5,84	Aprovado
9º.	443	35141	Inez Dembinski	30/10/1974	4	0,80	16	4,48	20	5,28	0,50	5,78	Aprovado
10º.	447	38421	Josefa Sebastiana Cardoso Müller	13/11/1967	3	0,60	16	4,48	19	5,08	0,50	5,58	Aprovado
11º.	436	36082	Cleusa De Castro	20/09/1981	3	0,60	16	4,48	19	5,08	0,50	5,58	Aprovado
12º.	435	39360	Ana Catia Goncalves Dransfeld	13/04/1980	4	0,80	17	4,76	21	5,56	0,00	5,56	Aprovado
13º.	457	35169	Silvia Colaco	21/07/1989	4	0,80	15	4,20	19	5,00	0,50	5,50	Aprovado
14º.	434	38591	Alexsandra Kamers Moro	15/01/1980	4	0,80	16	4,48	20	5,28	0,00	5,28	Aprovado
15º.	460	37932	Terezinha De Jesus Alberti Schiessl	16/08/1971	3	0,60	16	4,48	19	5,08	0,00	5,08	Aprovado
Professor de Ensino Religioso Ensino Superior Completo													
Não houve aprovados													
Professor de Inglês (15h) Ensino Superior Completo													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T. Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1º	465	34923	Gisele Prussak	25/08/1993	3	0,60	16	4,48	19	5,08	0,00	5,08	Aprovado

Professor de Inglês (30h) Ensino Superior Completo Não houve aprovados													
Professor de Língua Portuguesa Ensino Superior Completo Não houve aprovados													
Professor de Matemática Ensino Superior Completo Não houve aprovados													
Professor de Música Ensino Superior Completo													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T. Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1º	474	37737	Ivan Engel	12/05/1966	3	0,60	19	5,32	22	5,92	0,00	5,92	Aprovado
Professor Sala Multifuncional Ensino Superior Completo													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T. Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1º	487	34846	Silvete Czerniak	23/06/1981	6	1,20	17	4,76	23	5,96	0,50	6,46	Aprovado
2º	485	34590	Raquel Bueno	13/06/1986	6	1,20	16	4,48	22	5,68	0,50	6,18	Aprovado
3º	480	35319	Jucilane Knop Tomporoski	11/03/1985	6	1,20	15	4,20	21	5,40	0,50	5,90	Aprovado
4º	483	30321	Maria Veronica Schumovski	04/08/1969	3	0,60	16	4,48	19	5,08	0,50	5,58	Aprovado
5º	476	39405	Claudia Aparecida Polonisky Rudnick	19/08/1976	4	0,80	15	4,20	19	5,00	0,50	5,50	Aprovado
6º	482	39447	Luciane Munhoz Marko Maffezoli	27/05/1978	4	0,80	15	4,20	19	5,00	0,50	5,50	Aprovado
7º	488	37269	Uadia De Fatima Schafaschek	19/03/1979	3	0,60	16	4,48	19	5,08	0,00	5,08	Aprovado
8º	481	35334	Karina De Fatima Gomes	06/02/1989	3	0,60	16	4,48	19	5,08	0,00	5,08	Aprovado

Psicólogo Ensino Superior Completo											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T. Acertos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1º	490	39026	Gabriela Araujo	25/09/1988	5	1,00	17	4,76	22	5,76	Aprovado
Técnico Agrícola Ensino Médio Completo Não houve aprovados											
Técnico de Enfermagem Ensino Médio Completo											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T. Acertos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1º	506	38015	Silmara Schumovski Konkol	05/01/1976	5	1,00	15	4,50	20	5,50	Aprovado
2º	504	36487	Rosimeri De Fatima Pimentel Da Silva	30/12/1967	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
Técnico em Vigilância Sanitária Ensino Médio Completo											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		T. Acertos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1º	509	39072	Luciane Franciele De Oliveira Dos Santos	01/08/1989	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado

DECRETO N.º 232/2015

DECRETO N.º 232/2015, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.
"DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 (ADMINISTRAÇÃO GERAL), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Fica HOMOLOGADO os resultados finais para os candidatos devidamente aprovados no Concurso Público nº 001/2014 (Administração Geral), informando para tal, a classificação, o nome, o número da inscrição e a respectiva média final obtida pelo candidato, em ordem de classificação final no concurso, assim relacionados no Anexo I, parte integrante deste ato.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 10 de fevereiro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MÁRIO CESAR CORREA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N.º 233/2015

DECRETO N.º 233/2015, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.
"DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2014 (EMPREGO PÚBLICO), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Fica HOMOLOGADO os resultados finais para os candidatos devidamente aprovados no Concurso Público nº 002/2014 (Emprego Público), informando para tal, a classificação, o nome, o número da inscrição e a respectiva média final obtida pelo candidato, em ordem de classificação final no concurso, assim relacionados no Anexo I, parte integrante deste ato.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 10 de fevereiro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MÁRIO CESAR CORREA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIAS 102-125/2015

PORTARIA nº. 102/2015, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015
"NOMEIA SERVIDOR"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art.1º-NOMEAR o servidor ANDREI JESSE LEAL PADILHA para ocupar o cargo de COORDENADOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO do quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 04 de fevereiro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 103/2015, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015
"REMOVE E ALTERA CARGO DE SERVIDORA"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- REMOVER a servidora IVANI KOCH ADUR ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal de Educação para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Saúde na função de Diretora de Saúde, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 04 de fevereiro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 104/2015, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015
"CONCEDE FÉRIAS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER FÉRIAS a servidora MARIZA SCHIESSL, ocupante do cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM pelo período de 30 (trinta) dias, com vigência de 05/02/2015 à 06/03/2015, em conformidade com o Art. 78, da Lei nº 004/97, referente ao período aquisitivo de 02/07/2013 à 01/07/2014.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 05 de fevereiro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 105/2015, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015
"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, a servidora TEREZINHA DE JESUS ALBERTI SCHIESSL, ocupante do

cargo de MONITORA no C.E.I. Delfino Corrêa da Maia, a partir de 05/02/2015 em conformidade com a Lei nº 887/2012, de 28 de novembro de 2012.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 05 de fevereiro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 105-A/2015, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015
"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao servidor ADIR ANDRE-CHOWSKI, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS do quadro de funcionários estatutários desta Prefeitura, pelo período de 04/02/2015 à 04/05/2015, referente ao período aquisitivo de 26/03/2007 à 22/03/2012, de acordo com a Lei Municipal nº 004 de 27 de janeiro de 1997.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 05 de fevereiro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 106/2015, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015
"CONCEDE A SERVIDORA"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER A CONVERSÃO DE 2/3 DAS FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO a servidora ANDRÉIA CRISTINA DUMKE TISCZKA, ocupante do cargo de CONTADORA, com base no art. 79, §1º da Lei nº 004, de 27 de janeiro de 1997, referente ao período aquisitivo de 01/06/2013 à 31/05/2014.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 05 de fevereiro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 107/2015, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015
"CONCEDE A SERVIDOR"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER A CONVERSÃO DE 2/3 DAS FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO ao servidor PATRIK MOYSÉS DA SILVEIRA, ocupante do cargo de MOTORISTA, com base no art. 79, §1º da Lei nº 004, de 27 de janeiro de 1997, referente ao período aquisitivo de 02/01/2013 à 01/01/2014.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 05 de fevereiro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 108/2015, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015
"NOMEIA SERVIDORA"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º-NOMEAR a servidora IVANI GONÇALVES DE LIMA KUCHLER para ocupar o cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 06 de fevereiro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 109/2015, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015
"NOMEIA SERVIDOR"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

ART.1º- NOMEAR o servidor ADENILSON DE OLIVEIRA para ocupar o cargo de DIRETOR DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO no N.E.M. João Pedro Alberti, do quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 06 de fevereiro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 110/2015, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015
"ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º. ALTERAR o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB que passará ter a seguinte composição:

PRESIDENTE: Maria Cristina Schiessl Gelinski

VICE- PRESIDENTE: Alice Arnoldo de Lima

SECRETÁRIA: Ivanilda Liller

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

Titular: Ivanilda Liller

Suplente: Adilvete Sabatke

Titular: Adaiane do Prado Machado

Suplente: Juliane Lecin

REPRESENTANTES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:

Titular: Alice Arnoldo de Lima

Suplente: Emerson Keitto

REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:

Titular: Eliane Aparecida Sabatke da Silveira

Suplente: Adriane Figura

REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS :

Titular: Adelson Knop
Suplente: Marta Sabrina da Silva
REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:
Titular: Marlon José Karvat
Suplente: Josete Kogg
Titular: Adilson Poloniski
Suplente: Elenita Karvat Sabatke
REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:
Titular: Sueli Aparecida Kubiak Schiessl
Suplente: Lucimara Fuck
Titular: Lindamir da Rocha
Suplente: Cristiano Meyer
REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
Titular: Maria Cristina Schiessl Gelinski
Suplente: Roberta Tischler Mielke
REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR:
Titular: Lucimar Nenevê dos Santos
Suplente: Kelly Caroline Lietz Alves David
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
Art. 3.º Revogam-se os efeitos da Portaria nº 388 de 19 de dezembro de 2014 e todas as disposições em contrário.
Bela Vista do Toldo, 06 de fevereiro de 2015
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 111/2015, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015
"NOMEIA COMISSÃO PARA CONFERÊNCIA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA MEU CANTINHO DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, DO CONVÊNIO Nº 2013TR004529"
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º. Fica nomeada a Comissão para conferência de material de construção e fiscalização da execução do Programa Meu Cantinho do Governo do Estado de Santa Catarina, do convênio nº 2013TR004529.
Parágrafo Único: Para integrar e compor a Comissão instituída neste artigo ficam nomeados os seguintes servidores públicos municipais:
Presidente: SILVANA DO CARMO DAMBROSKI
Membro: SIMONE APARECIDA LESSAK MAGALHÃES
Membro: DOUGLAS CORRÊA DA MAIA
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação
Art. 3.º Revogam-se todas as disposições em contrário.
Bela Vista do Toldo, 06 de fevereiro de 2015
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 111-A/2015, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2015
"CONCEDE FÉRIAS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art.1º- CONCEDER FÉRIAS a servidora ROSILDA KONKEL, ocupante do cargo de PROFESSORA pelo período de 30 (trinta) dias, com vigência de 07/02/2015 à 08/03/2015, em conformidade com o Art. 78, da Lei nº 004/97, referente ao período aquisitivo de 01/06/2013 à 31/05/2014.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.
Bela Vista do Toldo, 07 de fevereiro de 2015
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 112/2015, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015
"NOMEIA SERVIDOR"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
ART.1º- NOMEAR o servidor MOISÉS RAFAEL DOS SANTOS VEIGA para ocupar o cargo de DIRETOR DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO no E.M. Terezinha Corrêa Agostinho, do quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura, a partir desta data.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.
Bela Vista do Toldo, 09 de fevereiro de 2015
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 113/2015, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015
"ALTERA CARGA HORÁRIA"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art.1º- ALTERAR TEMPORARIAMENTE, ex officio, e por imperioso interesse público, a carga horária da servidora MARGARETE BORTINIK, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais no N.E.M. Juliana Tomporoski Krull, para suprir a vaga da servidora afastada por licença maternidade.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.
Bela Vista do Toldo, 09 de fevereiro de 2015
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 114/2015, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015
"ALTERA CARGA HORÁRIA"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art.1º- ALTERAR TEMPORARIAMENTE, ex officio, e por imperioso interesse público, a carga horária da servidora SIRLENE KICHELESKI BABIRETZKI, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais no N.E.M. Juliana Tomporoski Krull, para suprir a vaga da servidora afastada por licença maternidade.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.
Bela Vista do Toldo, 09 de fevereiro de 2015
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 115/2015, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015
"ALTERA CARGA HORÁRIA"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ALTERAR TEMPORARIAMENTE, ex officio, e por imperioso interesse público, a carga horária da servidora IVONE GONÇALVES DE LIMA OLIVEIRA, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais no N.E.M. Juliana Tomporoski Krull, para suprir a vaga da servidora afastada por licença maternidade.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 09 de fevereiro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 116/2015, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015
"ALTERA CARGA HORÁRIA"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ALTERAR TEMPORARIAMENTE, ex officio, e por imperioso interesse público, a carga horária da servidora ZENILDA KOGE FREITAS GONÇALVES, de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais no N.E.M. Juliana Tomporoski Krull, pois não houve nenhuma aprovação para este cargo no Concurso Público, edital nº 001/2014.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 09 de fevereiro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 117/2015, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015
"CONCEDE FÉRIAS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER FÉRIAS ao servidor JOÃO MARIA FERREIRA, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS pelo período de 30 (trinta) dias, com vigência de 09/02/2015 à 10/03/2015, em conformidade com o Art. 78, da Lei nº 004/97, referente ao período aquisitivo de 28/12/2013 à 27/12/2014.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 09 de fevereiro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 119/2015, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2015
"CONCEDE FÉRIAS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER FÉRIAS a servidora GIOVANI MARIA SCHIESSL

WACHOLZ, ocupante do cargo de NUTRICIONISTA - NASF pelo período de 15 (quinze) dias, com vigência de 16/02/2015 à 02/03/2015, em conformidade com o Art. 78, da Lei nº 004/97, referente ao período aquisitivo de 01/06/2013 à 31/05/2014.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 16 de fevereiro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 120/2015, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2015
"CONCEDE FÉRIAS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER FÉRIAS ao servidor JEFFERSON DAVIS WACHOLZ, ocupante do cargo de ENFERMEIRO pelo período de 15 (quinze) dias, com vigência de 16/02/2015 à 02/03/2015, em conformidade com o Art. 78, da Lei nº 004/97, referente ao período aquisitivo de 01/06/2013 à 31/05/2014.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 16 de fevereiro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 121/2015, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2015
"EXONERA SERVIDORA"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- EXONERAR A PEDIDO a servidora TAÍS AUGUSTA DAMASO DA SILVEIRA, ocupante do cargo de EDUCADORA FÍSICA - NASF do quadro de funcionários temporários desta Prefeitura, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 17 de fevereiro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 122/2015, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2015
"CONCEDE FÉRIAS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER FÉRIAS a servidora LÚCIA SCHIESSL KUCHLER, ocupante do cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM pelo período de 30 (trinta) dias, com vigência de 19/02/2015 à 20/03/2015, em conformidade com o Art. 78, da Lei nº 004/97, referente ao período aquisitivo de 01/06/2013 à 31/05/2014.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 19 de fevereiro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 123/2015, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2015
"CONCEDE FÉRIAS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER FÉRIAS ao servidor JORGE EDI KUCHLER, ocupante do cargo de AUXILIAR DE MECÂNICO pelo período de 30 (trinta) dias, com vigência de 19/02/2015 à 20/03/2015, em conformidade com o Art. 78, da Lei nº 004/97, referente ao período aquisitivo de 28/12/2013 à 27/12/2014.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 19 de fevereiro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 124/2015, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015
"CONCEDE A SERVIDOR"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER A CONVERSÃO DE 2/3 DAS FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO ao servidor JULIO SCHINDLER FILHO, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com base no art. 79, §1º da Lei nº 004, de 27 de janeiro de 1997, referente ao período aquisitivo de 13/01/2014 à 12/01/2015.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 19 de fevereiro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 125/2015, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015
"ALTERA CARGA HORÁRIA"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ALTERAR CARGA HORÁRIA da servidora IVANI GONÇALVES DE LIMA KUCHLER, de 15 (quinze) para 40 (quarenta) horas semanais, no N.E.M. Juliana Tomporoski Krull e N.E.M. João Batista Pontarolo, conforme edital nº 002/2014, referente ao processo de alteração dos profissionais do magistério.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 19 de fevereiro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

RETIFICA EDITAL Nº 004/2015

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE

Art. 1º - HOMOLOGAR o resultado final do Processo de Alteração de Carga Horária dos Profissionais do Magistério (Edital nº 001/2014), conforme relação constante no Anexo Único, o qual fica fazendo parte integrante do presente Edital.

Bela Vista do Toldo, SC, 11 de julho de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

ÁREA DE ATUAÇÃO	PROFESSOR	CARGA HORÁRIA ANTERIOR E LOCAL	CARGA HORÁRIA ALTERADA PARA:
ANOS INICIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL	LUCIANE KARVAT FRANÇA	20 horas - N.E.M. Juliana Tomporoski Krull	40 horas - N.E.M. Juliana Tomporoski Krull
ANOS INICIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL	ROBERTA TICHLER MILKE	20 horas - N.E.M. João Pedro Alberti	40 horas - N.E.M. João Pedro Alberti
ANOS INICIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL	MARILETE STELZNER DO PRADO	20 horas - C.I. Raios de Sol	40 horas - C.I. Raios de Sol
ANOS INICIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL	ALINE DE ALMEIDA DE LIMA	20 horas - C.I. Raios de Sol	40 horas - C.I. Raios de Sol
ANOS INICIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL	LUCIANE DEMBINSKI	20 horas - C.I. Profº Delfino Corrêa da Maia	40 horas - C.I. Profº Delfino Corrêa da Maia
ANOS INICIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL	GIOVANA DE Fª GONÇALVES DE LIMA DOS SANTOS	20 horas - C.I. Profº Delfino Corrêa da Maia	40 horas - C.I. Profº Delfino Corrêa da Maia
ANOS INICIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL	NOELI DAMASO DA SILVEIRA LEITE	20 horas - C.I. Profº Delfino Corrêa da Maia	40 horas - C.I. Profº Delfino Corrêa da Maia
MATEMÁTICA	IVANI GONÇALVES DE LIMA KUCHLER	15 horas - N.E.M. Juliana Tomporoski Krull	40 horas - N.E.M. Juliana Tomporoski Krull e N.E.M. João Batista Pontarolo
MATEMÁTICA	ROSILDA KOPNKE	25 horas - E.M. Terezinha Corrêa Agostinho	40 horas - E.M. Terezinha Corrêa Agostinho
MATEMÁTICA	SIDNEI LILER	20 horas - N.E.M. João Pedro Alberti	40 horas - N.E.M. João Pedro Alberti

LÍNGUA PORTUGUESA	EDILAINE FERNANDES CORRÊA	20 horas - N.E.M. João Pedro Alberti	40 horas - N.E.M. João Pedro Alberti, E.M. Terezinha Corrêa Agostinho e N.E.M. João Batista Pontarolo
ENSINO RELIGIOSO	DAVINA VIELE-VSKI GOMES DOS SANTOS	35 horas - E.M. Terezinha Corrêa Agostinho - N.E.M. João Batista Pontarolo - E.N.M. José Schimborski - E.M. Paulo Schiessl - E.M. Alóis Schiessl	40 horas - E.M. Terezinha Corrêa Agostinho - N.E.M. João Batista Pontarolo - E.N.M. José Schimborski - E.M. Paulo Schiessl - E.M. Alóis Schiessl
CIÊNCIAS	MARIA AMÉLIA DAMASO DA SILVEIRA	20 horas - E.M. Terezinha Corrêa Agostinho - 10 horas N.E.M. João Batista Pontarolo	30 h - E.M. Terezinha Corrêa Agostinho - N.E.M. João Batista Pontarolo
GEOGRAFIA	CAROLINE BUENO	10 horas - N.E.M. Juliana Tomporoski Krull	30 horas - N.E.M. Juliana Tomporoski Krull e N.E.M. João Pedro Alberti
GEOGRAFIA	GIVANILDO GONÇALVES DE LIMA	20 horas - E.M. Terezinha Corrêa Agostinho	40 horas - E.M. Terezinha Corrêa Agostinho e N.E.M. João Batista Pontarolo
ARTES	SOLANGE DE JESUS CORRÊA BARBOSA	30 horas - C.I. Profº Delfino Corrêa da Maia e N.E.M. João Batista Pontarolo	40 horas - C.I. Profº Delfino Corrêa da Maia e N.E.M. João Batista Pontarolo
ARTES	ALCIONE SABATKE	20 horas - C.I. Raios de Sol	30 horas - C.I. Raios de Sol e C.I. Profº Delfino Corrêa da Maia
ARTES	JAILA FERNANDA KUCARZ SCHINDLER	25 horas - E.M. Terezinha Corrêa Agostinho	40 horas - E.M. Terezinha Corrêa Agostinho
ARTES	SANDRA DOS ANJOS DE OLIVEIRA	25 horas - N.E.M. João Pedro Alberti	40 horas - N.E.M. João Pedro Alberti

EDUCAÇÃO FÍSICA	ANA LETÍCIA DAMASO DA SILVEIRA WOIDELLA	20 horas - N.E.M. João Batista Pontarolo	40 horas - N.E.M. João Batista Pontarolo e C.I. Profº Delfino Corrêa da Maia
EDUCAÇÃO FÍSICA	RAQUEL TICHLER	35 horas - E.M. Terezinha Corrêa Agostinho	40 horas - E.M. Terezinha Corrêa Agostinho
EDUCAÇÃO FÍSICA	CALINE REGINA DAMASO	30 horas - C.I. Raios de Sol	40 horas - C.I. Raios de Sol
EDUCAÇÃO FÍSICA	EMERSON KEITO	30 horas - N.E.M. Juliana Tomporoski Krull	40 horas - N.E.M. Juliana Tomporoski Krull
HISTÓRIA	PATRÍCIA DE LIMA VEIGA	25 horas - N.E.M. João Batista Pontarolo e - N.E.M. João Pedro Alberti	30 horas - N.E.M. João Pedro Alberti e N.E.M. João Batista Pontarolo
HISTÓRIA	JULIANA LESAK	30 horas - N.E.M. Juliana Tomporoski Krull - E.M. Terezinha Corrêa Agostinho	40 horas - N.E.M. Juliana Tomporoski Krull e - E.M. Terezinha Corrêa Agostinho

RETIFICA PORTARIAS 2015

PORTARIA nº. 80/2015, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015
"ALTERA CARGA HORÁRIA"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art.1º- ALTERAR CARGA HORÁRIA da servidora EDILAINE FERNANDES CORRÊA, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no N.E.M. João Pedro Alberti, N.E.M. João Batista Pontarolo e na E.M. Terezinha Corrêa Agostinho, conforme edital nº 002/2014, referente ao processo de alteração dos profissionais do magistério.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 02 de fevereiro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 85/2015, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015
"ALTERA CARGA HORÁRIA"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art.1º- ALTERAR CARGA HORÁRIA da servidora SOLANGE DE JESUS CORRÊA BARBOZA, de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, no N.E.M. João Batista Pontarolo e C.E.I Delfino Corrêa da Maia, conforme edital nº 002/2014, referente ao processo de alteração dos profissionais do magistério.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 02 de fevereiro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 88/2015, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

"ALTERA CARGA HORÁRIA"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ALTERAR CARGA HORÁRIA da servidora ANA LETICIA DAMASO DA SILVEIRA WOIDELELLA, de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, no C.E.I. Profº Delfino Corrêa da Maia e N.E.M. João Batista Pontarolo, conforme edital nº 002/2014, referente ao processo de alteração dos profissionais do magistério.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 02 de fevereiro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 89/2015, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

"ALTERA CARGA HORÁRIA"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ALTERAR CARGA HORÁRIA da servidora RAQUEL TISCHLER, de 35 (trinta e cinco) para 40 (quarenta) horas semanais, no E.M. Terezinha Corrêa Agostinho, conforme edital nº 002/2014, referente ao processo de alteração dos profissionais do magistério.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 05 de fevereiro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 92-A/2015, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

"ALTERA CARGA HORÁRIA"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ALTERAR CARGA HORÁRIA da servidora JULIANA LESSAK, de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, no N.E.M. Juliana Tomporoski Krull e E.M. Terezinha Corrêa Agostinho, conforme edital nº 002/2014, referente ao processo de alteração dos profissionais do magistério.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 05 de fevereiro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 93/2015, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015
"NOMEIA SERVIDOR"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º-NOMEAR o servidor MARCOS ANDRÉ OSSOWSKI para ocupar o cargo de CHEFE DE SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO do quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 05 de fevereiro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Benedito Novo**PREFEITURA****AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREGÃO PRESENCIAL nº. 20/2015

O Município de Benedito Novo - SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial.

OBJETO: SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZO DE PNEUS PARA VEÍCULOS E MAQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 15:00h do dia 05 de março de 2015.

ABERTURA: às 15:05h do dia 05 de março de 2015.

LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal.

Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: www.beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 19 de fevereiro de 2015.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito

Biguaçu**PREFEITURA****PORTARIA Nº 351/2015**

PORTARIA Nº 351/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JUCENIR LUCIA BENDER, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 963/2015 em anexo no período de 02/02/2015 a 10/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 351/2015

PORTARIA Nº 351/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JUCENIR LUCIA BENDER, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 963/2015 em anexo no período de 02/02/2015 a 10/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 352/2015

PORTARIA Nº 352/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANDREA GARCIA SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 1023/2015 em anexo no período de 16/01/2015 a 16/03/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 353/2015

PORTARIA Nº 353/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IARA ERMELI LACERDA DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 353/2015 em anexo no período de 04/02/2015 a 04/04/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 354/2015

PORTARIA Nº 354/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA ISABEL CAMACHO, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 858/2015 em anexo no período de 28/01/2015 a 28/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 355/2015

PORTARIA Nº 355/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROGERIO SILVA, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 860/2015 em anexo no período de 01/02/2015 a 02/03/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 356/2015

PORTARIA Nº 356/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA GORETI MEIER, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em

virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 860/2015 em anexo no período de 04/02/2015 a 04/04/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 357/2015

PORTARIA Nº 357/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VERA LUCIA CIPRIANI, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 958/2015 em anexo no período de 29/01/2015 a 09/03/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 358/2015

PORTARIA Nº 358/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MIRELLA DA CONCEIÇÃO, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 961/2015 em anexo no período de 31/01/2015 a 14/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 358/2015

PORTARIA Nº 358/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MIRELLA DA CONCEIÇÃO, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 961/2015 em anexo no período de 31/01/2015 a 14/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 359/2015

PORTARIA Nº 359/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MAGALI MERY DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 1173/2015 em anexo no período de 05/02/2015 a 19/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 361/2015

PORTARIA Nº 361/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELAINE CRISTINA SOUZA WOLFF, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 1217/2015 em anexo no período de 02/02/2015 a 13/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 362/2015

PORTARIA Nº 362/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GISELI ELSA SCHMITZ, ocupante do Cargo comissionado de GERENTE OPERACIONAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 973/2015 em anexo no período de 02/02/2015 a 16/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 363/2015

PORTARIA Nº 363/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JACO LOURENÇO DOS SANTOS

FILHO, ocupante do Cargo temporário de OPERARIO BRAÇAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 1216/2015 em anexo no período de 30/01/2015 a 05/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 364/2015

PORTARIA nº 364 de 19 de fevereiro de 2015

Nomeia Maria Angélica do Nascimento, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Centro de Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Maria Angélica do Nascimento, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor de Centro de Educação Infantil, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 02/02/2015.

Art. 2º O servidor opta pela remuneração normal, acrescida de 30% sobre seus vencimentos, observada a aplicação do inciso II do art. 146 da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 365/2015

PORTARIA nº 365 de 19 de fevereiro de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Luzimar Aldina Sagás Beling, ocupante do cargo efetivo de Professor II (Educação Infantil), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao servidor Luzimar Aldina Sagás Beling, detentor do cargo de provimento efetivo de Professor II (Educação Infantil), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, inscrito na matrícula funcional nº 7436, a partir de 19/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

Willian Lofy

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 366/2015

PORTARIA nº 366 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) KATHIANA CRIS SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KATHIANA CRIS SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 367/2015

PORTARIA nº 367 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) RAQUEL DA VEIGA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RAQUEL DA VEIGA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 368/2015

PORTARIA nº 368 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) ALINY BORGES PEIXOTO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ALINY BORGES PEIXOTO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 02/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 369/2015

PORTARIA nº 369 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) ANGELITA AZENIR SEIA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANGELITA AZENIR SEIA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 370/2015

PORTARIA nº 370 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) PAULA RAFAELA DA ROSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) PAULA RAFAELA DA ROSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 371/2015

PORTARIA nº 371 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) CLEUNICE SOMMER DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CLEUNICE SOMMER DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 372/2015

PORTARIA nº 372 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) SUELLEN LUIZA RODRIGUES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SUELLEN LUIZA RODRIGUES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 373/2015

PORTARIA nº 373 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) MARLENE AURORA NAU DA ROSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARLENE AURORA NAU DA ROSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 374/2015

PORTARIA nº 374 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) MARIA GORETE DE SOUZA FERNANDES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA GORETE DE SOUZA FERNANDES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 375/2015

PORTARIA nº 375 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) BRUNA MARIA FERREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) BRUNA MARIA FERREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 376/2015

PORTARIA nº 376 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) ANDREIA DOS PASSOS DA CUNHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANDREIA DOS PASSOS DA CUNHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 377/2015

PORTARIA nº 377 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) DEBORA MUNIZ NASCIMENTO DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DEBORA MUNIZ NASCIMENTO DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 378/2015

PORTARIA nº 378 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) GISELY KARINA CAPISTRANO SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GISELY KARINA CAPISTRANO SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 379/2015

PORTARIA nº 379 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) JANICE DA ROSA REGIS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JANICE DA ROSA REGIS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 380/2015

PORTARIA nº 380 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) ANDREZA PERES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANDREZA PERES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 381/2015

PORTARIA nº 381 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) ANGELA APARECIDA COELHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANGELA APARECIDA COELHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 382/2015

PORTARIA nº 382 de 19 de fevereiro de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Angelita Azenir Seia da Silva, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Sala, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Angelita Azenir Seia da Silva, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 383/2015

PORTARIA nº 383 de 19 de fevereiro de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Marlene Aurora Nau da Rosa, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Sala, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Marlene Aurora Nau da Rosa, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 389/2015

PORTARIA nº 389 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) KATIA IZAURA MARCELINO FERNANDES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KATIA IZAURA MARCELINO FERNANDES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 390/2015

PORTARIA nº 390 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) GISELI MARIA ANACLETO VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GISELI MARIA ANACLETO VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 391/2015

PORTARIA nº 391 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) CARMEN LUCIA LOPES MARTINS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CARMEN LUCIA LOPES MARTINS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 392/2015

PORTARIA nº 392 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) CLAUDIA ISMENIA DE ARRUDA MONICO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CLAUDIA ISMENIA DE ARRUDA MONICO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 393/2015

PORTARIA nº 393 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) CLEONICE CLARICE DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CLEONICE CLARICE DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 394/2015

PORTARIA nº 394 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) MARCILEIA MARTA NAZARIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARCILEIA MARTA NAZARIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 291/2015

PORTARIA nº 291 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) EMILIA BAIERLE FARACO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de FARMACÊUTICO, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) EMILIA BAIERLE FARACO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de FARMACÊUTICO, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 13/02/2015 a 13/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 292/2015

PORTARIA nº 292 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) ANDRE LUCHTEMBERG, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANDRE LUCHTEMBERG, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 08/02/2015 a 07/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 293/2015

PORTARIA nº 293 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) ELZA REGINA DA ROSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELZA REGINA DA ROSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 08/02/2015 a 01/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 294/2015

PORTARIA nº 294 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) MARIA AUGUSTA MEDEIROS E SILVA PEREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA AUGUSTA MEDEIROS E SILVA PEREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 09/02/2015 a 04/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 295/2015

PORTARIA nº 295 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) FRANCIELLI GASPARETTO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO II, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FRANCIELLI GASPARETTO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 08/02/2015 a 01/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 296/2015

PORTARIA nº 296 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) DENISE VANILDA SOARES FAGANELLO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SAÚDE II, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições,

que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DENISE VANILDA SOARES FAGANELLO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SAÚDE II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 11/02/2015 a 11/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 297/2015

PORTARIA nº 297 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) JULIA AMABLIA VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JULIA AMABLIA VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 298/2015

PORTARIA nº 298 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) JESSICA GABRIELA SILVEIRA LEONART, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JESSICA GABRIELA SILVEIRA LEONART, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 299/2015

PORTARIA nº 299 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) ARLI ANTONIA LAPA WEINGARTNER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ARLI ANTONIA LAPA WEINGARTNER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 300/2015

PORTARIA nº 300 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) MERCEDES MARTA VARGAS DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MERCEDES MARTA VARGAS DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 301/2015

PORTARIA nº 301 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) ISOLETE CARDOSO AGUIAR, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ISOLETE CARDOSO AGUIAR, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 302/2015

PORTARIA nº 302 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) ACIONE IRACI VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ACIONE IRACI VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 303/2015

PORTARIA nº 303 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) SANDRA APARECIDA CHALKOWSKY, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SANDRA APARECIDA CHALKOWSKY, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 304/2015

PORTARIA nº 304 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) ANDREIA VALDA DIAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições,

que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANDREIA VALDA DIAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 305/2015

PORTARIA nº 305 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) LAIANE OLIVEIRA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LAIANE OLIVEIRA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 306/2015

PORTARIA nº 306 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) NAZIDE DOS SANTOS DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) NAZIDE DOS SANTOS DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 307/2015

PORTARIA nº 307 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) IVANETE HILHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) IVANETE HILHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 308/2015

PORTARIA nº 308 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) MARIA SALETE DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA SALETE DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 309/2015

PORTARIA nº 309 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) TATIANE KUHN DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TATIANE KUHN DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 310/2015

PORTARIA nº 310 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) ISABEL CRISTINA CURCIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ISABEL CRISTINA CURCIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 311/2015

PORTARIA nº 311 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) MARIA ESTELA LAGUNA JACQUES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA ESTELA LAGUNA JACQUES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 312/2015

PORTARIA nº 312 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) ANATALIA MOHR, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PSICOLOGO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições,

que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANATALIA MOHR, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PSICOLOGO, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 313/2015

PORTARIA nº 313 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) LIMARA RAMACK FEIJO MARTINS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de FONOAUDIOLOGO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LIMARA RAMACK FEIJO MARTINS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de FONOAUDIOLOGO, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 314/2015

PORTARIA nº 314 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) THAMY FERNANDES SCHMITT, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de FONOAUDIOLOGO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) THAMY FERNANDES SCHMITT, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de FONOAUDIOLOGO, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 315/2015

PORTARIA nº 315 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) ERICA DE OLIVEIRA GONÇALVEZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ERICA DE OLIVEIRA GONÇALVEZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 316/2015

PORTARIA nº 316 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) ANA HELENA DE SOUZA MORENO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANA HELENA DE SOUZA MORENO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 317/2015

PORTARIA nº 317 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) JULIANE RODRIGUES MARTINS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JULIANE RODRIGUES MARTINS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 318/2015

PORTARIA nº 318 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) JULIA VIEIRA TOCHETTO DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JULIA VIEIRA TOCHETTO DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 319/2015

PORTARIA nº 319 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) JAQUELINE LEONIDA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JAQUELINE LEONIDA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 320/2015

PORTARIA nº 320 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) LUCICLEIA LAURITA VITAL SAGAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUCICLEIA LAURITA VITAL SAGAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 321/2015

PORTARIA nº 321 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) ANA CLAUDIA DOMINGUES DE AZEVEDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANA CLAUDIA DOMINGUES DE AZEVEDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 322/2015

PORTARIA nº 322 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) IVOLINE IVONE MACHADO SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) IVOLINE IVONE MACHADO SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 323/2015

PORTARIA nº 323 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) ALINE CRISTINA DA CUNHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ALINE CRISTINA DA CUNHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 324/2015

PORTARIA nº 324 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) DARSONIA ALCI DOS SANTOS PEREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DARSONIA ALCI DOS SANTOS PEREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 325/2015

PORTARIA nº 325 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) MAGDA ELENA SUELI GARCIA DE AZEVEDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MAGDA ELENA SUELI GARCIA DE AZEVEDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 326/2015

PORTARIA nº 326 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) SANDRA MARA DE ANDRADE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SANDRA MARA DE ANDRADE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 327/2015

PORTARIA nº 327 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) MAGALI RAMOS CURCIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MAGALI RAMOS CURCIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 328/2015

PORTARIA nº 328 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) GISELIA EVANILDE GARPE SAGAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GISELIA EVANILDE GARPE SAGAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 329/2015

PORTARIA nº 329 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) STEFANI DE MIRANDA DA CRUZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) STEFANI DE MIRANDA DA CRUZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 330/2015

PORTARIA nº 330 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) KESE QUADROS DE LIMA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KESE QUADROS DE LIMA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 331/2015

PORTARIA nº 331 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) MARIZETE MARIA LOFY MORGANTI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIZETE MARIA LOFY MORGANTI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 332/2015

PORTARIA nº 332 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) CARLOS JORGE ARNAUT SICILIANO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CARLOS JORGE ARNAUT SICILIANO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 333/2015

PORTARIA nº 333 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) SABRINA SILVA RICARDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SABRINA SILVA RICARDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 334/2015

PORTARIA nº 334 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) CRISTIANE DONEDA RUZZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CRISTIANE DONEDA RUZZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 335/2015

PORTARIA nº 335 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) VALERIA SOUZA FIGUEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VALERIA SOUZA FIGUEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 336/2015

PORTARIA nº 336 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) ERICA ZACARIAS FLORIANO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ERICA ZACARIAS FLORIANO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 337/2015

PORTARIA nº 337 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) SCHEILA GREGGIO FAJARDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SCHEILA GREGGIO FAJARDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 338/2015

PORTARIA nº 338 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) MARIVANE APARECIDA MACHADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR I (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIVANE APARECIDA MACHADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR I (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 339/2015

PORTARIA nº 339 de 19 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) ROSEMAR CAVALHEIRO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSEMAR CAVALHEIRO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 340/2015

PORTARIA nº 340 de 19 de fevereiro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GRAZIELLE BEATRIZ CARDOSO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GRAZIELLE BEATRIZ CARDOSO, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/02/2015 a 30/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 341/2015

PORTARIA nº 341 de 19 de fevereiro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ELIARA FERNANDES YATES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do

Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ELIARA FERNANDES YATES, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/02/2015 a 30/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 342/2015

PORTARIA nº 342 de 19 de fevereiro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JAQUELINE MARIA ALMEIDA DA ROSA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JAQUELINE MARIA ALMEIDA DA ROSA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/02/2015 a 30/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 343/2015

PORTARIA nº 343 de 19 de fevereiro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DEIZE CRISTINA PERES DE AMORIM, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado

para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DEIZE CRISTINA PERES DE AMORIM, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 24/12/2014 a 07/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/12/2014.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 344/2015

PORTARIA nº 344 de 19 de fevereiro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RICHARD MACHADO ANTONIO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RICHARD MACHADO ANTONIO, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENCANADOR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 03/02/2015 a 02/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 345/2015

PORTARIA nº 345 de 19 de fevereiro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TATIANI DELFIS DA CRUZ DA MAIA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TATIANI DELFIS DA CRUZ DA MAIA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO II, do Quadro de Pessoal da Administração

Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/02/2015 a 30/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 346/2015

PORTARIA nº 346 de 19 de fevereiro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JANE LUCIA DA CUNHA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JANE LUCIA DA CUNHA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/02/2015 a 30/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 347/2015

PORTARIA nº 347 de 19 de fevereiro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), EDNA GARCIA MAFRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), EDNA GARCIA MAFRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/02/2015 a 30/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 348/2015

PORTARIA nº 348 de 19 de fevereiro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANDREA REGINA WILL, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANDREA REGINA WILL, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/02/2015 a 30/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 349/2015

PORTARIA nº 349 de 19 de fevereiro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARINA DE SOUZA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARINA DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 08/01/2015 a 07/01/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/01/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 350/2015

PORTARIA nº 350 de 19 de fevereiro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSECLERIA MARIA FELIPPE PETRY, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSECLERIA MARIA FELIPPE PETRY, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/02/2015 a 01/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**CONVITE 002/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU

CNPJ: 73.564.064/0001-99

RUA: HERMÓGENES PRAZERES, Nº 79, CENTRO, BIGUAÇU/SC
CEP 88.160-000

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 02/2015 (CONVITE)

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Vereadores de Biguaçu, no exercício de suas atribuições que lhe confere na portaria nº 020/2015 de 13 de janeiro de 2015, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 27 de fevereiro de 2015, com a entrega dos envelopes às 13h30min, e abertura às 14h30min horas, também no dia 27 de fevereiro de 2015, no endereço: Rua Hermógenes Prazeres, n. 79, Comercial Nagib Garcia, Centro - Biguaçu - SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 02/2015 na MODALIDADE CONVITE, para aquisição de material permanente e de informática para manutenção da CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da Câmara Municipal de Biguaçu, mediante a apresentação de um pen-drive ou pelo e-mail: cmb.licitacao@yahoo.com.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (48) 3243-4233 - Ramal 217.

Biguaçu/SC, 19 de fevereiro de 2015.

Salete Orlandina Cardoso
Presidente da Câmara de Vereadores

Blumenau**PREFEITURA****LEI Nº 8.067/2015**

LEI Nº 8.067, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DOS CLUBES DE CAÇA E TIRO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro à:

I - Associação dos Clubes de Caça e Tiro de Blumenau, inscrito no CNPJ sob o nº 79.375.291/0001-52, com foro no Município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 5.628, de 16/05/2001, no valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), destinados a atender o termo de convênio celebrado entre o Município de Blumenau - através da Secretaria Municipal de Turismo - e a referida entidade;

II - Associação dos Clubes de Caça e Tiro de Blumenau, inscrito no CNPJ sob o nº 79.375.291/0001-52, com foro no Município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 5.628, de 16/05/2001, no valor de R\$ 110.700,00 (cento e dez mil e setecentos reais), destinados a atender termo de convênio celebrado entre o Município de Blumenau - através da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB - e a referida entidade.

Art. 2º As despesas previstas nos incisos I e II, do artigo 1º desta Lei, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

1601 - Administrativo do Gabinete

Atividade 16.01.23.695.0008.2100 - Apoio Fin. Assoc. Clubes de Caça e Tiro

Modalidade 3.3.50 (611) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R \$ 26.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

26 - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB

2601 - Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB

Atividade 26.01.23.695.0008.2236 - Apoio Financeiro a Entidades

Modalidade 3.3.50 (18) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 110.700,00

Fonte de Recurso 0206.00000

Art. 3º Fica ainda o Poder Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta até o valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

1601 - Administrativo do Gabinete

Atividade 16.01.23.695.0008.2100 - Apoio Fin. Assoc. Clubes de Caça e Tiro

Modalidade 3.3.50 (611) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 26.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

Art. 4º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 3º desta Lei correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

1601 - Administrativo do Gabinete

Atividade 16.01.23.695.0008.2099 - Apoio Fin. Conv. & Visitours Bureau

Modalidade 3.3.50 (610) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc.

R\$ 26.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

Art. 5º A entidade beneficiada prestará contas da aplicação dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do repasse.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 13 de fevereiro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI Nº 8.069/2015

LEI Nº 8.069, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

ASSEGURA A REALIZAÇÃO DE EXAME MAMOGRAFICO, PELO SUS, A TODAS AS MULHERES A PARTIR DOS 40 ANOS, NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É assegurada a realização de exame mamográfico de rastreamento bilateral, bianual, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a todas as mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos, nas unidades de saúde do Município de Blumenau.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 18 de fevereiro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.545/2015

DECRETO Nº 10.545, DE 08 DE JANEIRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 936.364,00 (novecentos e trinta e seis mil, trezentos e sessenta e quatro reais), na seguinte dotação orçamentária:

04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0402 - Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa

Projeto 04.02.04.122.0002.1002 - Desapropriações

Modalidade 4.4.90 (636) Aplicação Diretas

R\$ 936.364,00

Fonte de Recursos 0343.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 08 de janeiro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.562/2015

DECRETO Nº 10.562, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015.

RECONHECE DESPESA DE EXERCÍCIO ANTERIOR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, XXII, combinado com o artigo 75, I, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no artigo 37 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no artigo 2º do Decreto Federal nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968,

DECRETA:

Art. 1º Ficam reconhecidas as despesas constantes do Anexo I deste Decreto no valor total de R\$ 1.486.157,67 (um milhão, quatrocentos e oitenta e seis mil, cento e cinquenta e sete reais e sessenta e sete centavos), realizadas e não processadas no exercício financeiro de 2014 no âmbito da Administração Direta do Município.

Art. 2º As despesas de que trata o artigo 1º deste Decreto correrão por conta das dotações específicas do orçamento, abaixo discriminadas:

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 - Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.451.0006.1008 - Exec. Pav. e Dren. em Ruas do Badesc.

Modalidade 4.4.90 (263) Aplicações Diretas

R\$ 367.422,75

Fonte de Recursos 0183.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1071 - Prol. Rua Humberto de Campos - Prog. Mob. Sust. Blumenau

Modalidade 4.4.90 (645) Aplicações Diretas

R\$ 790.011,98

Fonte de Recursos 0386.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1143 - Prog. Mob. Sustentável de Blumenau

Modalidade 4.4.90 (642) Aplicações Diretas

R\$ 166.663,51

Fonte de Recursos 0386.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1161 - Superv. Proj. Mel. Amp. Corredor

Est. Norte - Prog. Mob. Sust. Blumenau

Modalidade 4.4.90 (644) Aplicações Direta

R\$ 117.911,75

Fonte de Recursos 0386.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1162 - Superv. Proj. Imp. Pav. Corredor

Est. Oeste - Prog. Mob. Sust. Blumenau

Modalidade 4.4.90 (643) Aplicações Diretas

R\$ 44.147,68

Fonte de Recursos 0386.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 05 de fevereiro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.562/2015 - ANEXO

ANEXO I

CREDOR:	PACOPEDRA PAV. E COMERCIO DE PEDRAS LTDA
DOCUMENTO	MEDICÃO Nº. 374/2014
DATA:	30/12/2014
ORIGEM DA DESPESA:	Referente Execução de Pav. Asfáltica na Rua Gustavo Zimmermann – BADESC.
DOTAÇÃO:	263/2015 – Ação 1008 – Fonte de Recurso 0183
VALOR:	R\$ 238.939,05

CREDOR:	APPE ASSOSSORIA PARA PROJETOS ESPECIAIS LTDA
DOCUMENTO	MEDICÃO Nº.338/2014
DATA:	31/12/2014
ORIGEM DA DESPESA:	Referente Gerenciamento Técnico Programa de Mobilidade Sustentável - BID.
DOTAÇÃO:	642/2015 – Ação 1143 – Fonte de Recurso 0386
VALOR:	R\$ 166.663,51

CREDOR:	CONSÓRCIO ENGEPLAN FREEDOM
DOCUMENTO	MEDICÃO Nº.372/2014
DATA:	30/12/2014
ORIGEM DA DESPESA:	Referente Pavimentação da Rua Jacob Ineichen – BADESC
DOTAÇÃO:	263/2015 – Ação 1008 – Fonte de Recurso 0183
VALOR:	R\$ 128.483,70

CREDOR:	CONSÓRCIO SOTEP/SC ENGENHARIA
DOCUMENTO	MEDICÃO Nº.333/2014
DATA:	31/12/2014
ORIGEM DA DESPESA:	Referente Projeto de Engenharia do Corredor Estrutural Oeste – BID.
DOTAÇÃO:	643/2015 – Ação 1162 – Fonte de Recurso 0386
VALOR:	R\$ 44.147,68

CREDOR:	CONSÓRCIO CONCRESOLO/ASTEP/PROYFE
DOCUMENTO	MEDICÃO Nº.345/2014
DATA:	30/12/2014
ORIGEM DA DESPESA:	Referente Projeto de Engenharia do Corredor Estrutural Norte – BID.
DOTAÇÃO:	644/2015 – Ação 1161 – Fonte de Recurso 0386
VALOR:	R\$ 117.911,75

ANEXO I

CREDOR:	SETEP CONSTRUÇÕES LTDA
DOCUMENTO	MEDICÃO Nº.346/2014
DATA:	31/12/2014
ORIGEM DA DESPESA:	Referente Execução do Prolongamento da Rua Humberto de Campos – BID.
DOTAÇÃO:	645/2015 – Ação 1071 – Fonte de Recurso 0386
VALOR:	R\$ 790.011,98

TOTAL GERAL A RECONHECER	R\$ 1.486.157,67 (Um milhão quatrocentos e oitenta e seis mil e cento e cinquenta e sete reais e sessenta e sete centavos)
--------------------------	--

Reconheço as despesas desta relação.

Blumenau, 05 de fevereiro de 2015.
PAULO FRANÇA
Secretário Municipal de Obras

DECRETO Nº 10.568/2015

DECRETO Nº 10.568, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A COBRANÇA DA TARIFA DE UTILIZAÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO PREFEITO HERCÍLIO DEEKE - TU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 59, e na forma estabelecida na alínea "i" do inciso I do art. 75 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no Decreto Estadual nº 568, de 27 de agosto de 2007, e com base nos estudos elaborados pelo Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, constantes do Ofício GAB. PRES. nº 140/2015, de 17 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º A Tarifa de Utilização do Terminal Rodoviário Prefeito Hercílio Deeke - TU, calculada de acordo com a distância percorrida pelo usuário, será cobrada nos seguintes valores:

I - R\$ 1,40 (um real e quarenta centavos) para deslocamentos de até 40 quilômetros;

II - R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) para deslocamentos de 41 a 90 quilômetros;

III - R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos) para deslocamentos de 91 a 150 quilômetros;

IV - R\$ 4,70 (quatro reais e setenta centavos) para deslocamentos acima de 151 quilômetros realizados dentro do território do Estado ou interestaduais.

Art. 2º O valor arrecadado com a cobrança da TU constitui receita do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes - SETERB, destinada à manutenção do Terminal Rodoviário Prefeito Hercílio Deeke.

Art. 3º A Tarifa será paga pelo usuário do serviço de transporte coletivo intermunicipal de passageiro juntamente com o bilhete da passagem.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 8.851, de 19 de dezembro de 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 18 de fevereiro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.446/2015

PORTARIA Nº 18.446, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.
DISPENSA MARIA DOS ANJOS DE SOUZA LIMA ZANCANELLA DA FUNÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR DO CEI "OSWALDO BURGER".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento na Lei nº 7.796, de 16/10/2012, regulamentada do Decreto nº 9.824, de 16/10/2012, e de conformidade com o Memorando nº 38/2015 - Gabinete SEMED, de 04/02/2015, resolve:

DISPENSAR a servidora pública municipal MARIA DOS ANJOS DE SOUZA LIMA ZANCANELLA, matrícula nº 170240, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do exercício de Direção do CEI "OSWALDO BURGER", nomeada pela Portaria nº 16.460, de 14 de dezembro de 2012, a contar de 21 de janeiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 13 de fevereiro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.447/2015

PORTARIA Nº 18.447, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.
DESIGNA MARIA DOS ANJOS DE SOUZA LIMA ZANCANELLA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIREÇÃO DO CEI "OSWALDO BURGER" E CONCEDE-LHE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento o art. 16, IV, da Lei nº 7.796, de 16/10/2012 e no art. 68, do Decreto nº 9.824, de 16/10/2012 e de conformidade com o Memorando nº 39/2015 - Gabinete SEMED, de 21/01/2015, resolve:

DESIGNAR, a contar de 22 de janeiro de 2015, a Professora MARIA DOS ANJOS DE SOUZA LIMA ZANCANELLA, integrante do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, para o exercício da função de Diretor do CEI "Oswaldo Burger", concedendo-lhe a gratificação de que trata a Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 13 de fevereiro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.448/2015

PORTARIA Nº 18.448, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2015.
NOMEIA ALEXANDRA ZAMBONETI PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE CONTROLE PATRIMONIAL, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores e Memorando SEDEAD nº 46/2015, resolve:

NOMEAR
ALEXANDRA ZAMBONETI, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Controle Patrimonial, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, no dia 17 de fevereiro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 17 de fevereiro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.451/2015

PORTARIA Nº 18.451, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2015.
RETIFICA A PORTARIA Nº 18.406, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

RETIFICAR
a Portaria nº 18.406, de 02 de fevereiro de 2015, que nomeou candidatos aprovados em concurso público para ocuparem cargos de provimento efetivo, onde se lê: "MICHELLE KAROLINE BENVENUTTI" leia-se: "MICHELE KAROLINE BENVENUTTI".

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 17 de fevereiro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.452/2015

PORTARIA Nº 18.452, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2015.
NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CENTRO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o inciso XVIII, do art. 7º, combinado com o inciso IV do art. 20 da Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, e conforme Memorando SEMUDES nº 10/2015, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR
FERNANDA SARITA TRIBESS para exercer a função de Conselheiro Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente - Centro, no período sucessivo de férias dos Conselheiros Tutelares titulares - Centro, de 02/03/2015 à 20/05/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 17 de fevereiro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.453/2015

PORTARIA Nº 18.453, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2015.
DESIGNA WILLIAM GUERNER PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO
GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso
das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do
Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com
o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido
pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DESIGNAR

o servidor público municipal WILLIAM GUERNER, ocupante do car-
go de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Se-
cretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, para o
exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor dos Con-
selhos Tutelares, FGC-30%, a contar de 01 de fevereiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 17 de fevereiro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.454/2015

PORTARIA Nº 18.454, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2015.
DECLARA VAGO O CARGO DE EDUCADOR, OCUPADO POR SAN-
DRA SUELI NICOLETTI DE SOUSA,
EM VIRTUDE DE POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso
das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica
do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo
com o inciso V, do art. 44, da Lei Complementar nº 660, de 28 de
novembro de 2007, resolve:

DECLARAR VAGO,

a contar de 06 de fevereiro de 2015,
o cargo de provimento efetivo de Educador, ocupado pela servido-
ra pública municipal SANDRA SUELI NICOLETTI DE SOUSA,
lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, em virtude
de sua posse no cargo de Professor, nomeada pela Portaria
nº 18.354, de 12/01/2015, de acordo com Processo Administrativo
nº 2015/02/0795.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 17 de fevereiro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.455/2015

PORTARIA Nº 18.455, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2015.
NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO
PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso
das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art.
75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de
março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de
28 de novembro de 2007, e Memorando
nº 49/2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção
Pública, os candidatos abaixo, a contar de 18 de fevereiro
de 2015:

WELLINGTON DE SOUZA, para ocupar o

cargo de provimento efetivo de Agente de Defesa Civil, do Qua-
dro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Fun-
cional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento
"I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº
001/2011;

FABIANE OECHSLER, para ocupar o cargo de provimento efetivo
de Fisioterapeuta, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do
Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas sema-
nais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada
pelo Concurso Público nº 001/2011;

ELIZANGELA FAMANTA NAVARRO, para ocupar o cargo de provi-
mento efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, do Quadro
Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico -
GT, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão
de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

FERNANDO SCHNEIDER, para ocupar o cargo de provimento efeti-
vo de Turismólogo, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do
Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas sema-
nais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado
pelo Concurso Público nº 001/2014;

MARCELO ALVES DI JURA, para ocupar o cargo de provimento
efetivo de Turismólogo, do Quadro Permanente de Poder Executi-
vo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas
semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, apro-
vado pelo Concurso Público nº 001/2014;

HELENA RAQUEL STENGER, para ocupar o cargo de provimento
efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Poder
Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40
horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento
A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

EMANOEL DE OLIVEIRA JUNIOR, para ocupar o cargo de provi-
mento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente
de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada
de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Venci-
mento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

LUCIANE BERNARDINO, para ocupar o
cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Qua-
dro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Fun-
cional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento
"I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº
001/2014;

JUSSANA TAINA CANABARRO, para ocupar o cargo de provimento
efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Poder

Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

CRISTIANE SEIDE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

BRYAN AOLIABE SIQUEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

SUELEN JESSICA VIEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 17 de fevereiro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.456/2015

PORTARIA Nº 18.456, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2015.
NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,
com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 49/2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, a contar de 18 de fevereiro de 2015:

KEOMA FILIPE RODRIGUES DOS SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

CASSIE TUANE GABRIEL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

FERNANDA LUZZANI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

KELVIN CLAYTON DOS SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente

de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

CAROLINE GALLI MOREIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Psiquiatra Adulto, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "II", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

DANIEL FERNANDO SOARES E SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Hepatologista, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "II", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

AMANDA FENILLI MENDES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Fonoaudiólogo, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

LAIS ABDALA MARTINS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Terapeuta Ocupacional, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

ELOIR MAOSKI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Geólogo, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

JOSÉ VOLNEI OLIVEIRA DE AVILA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Veterinário, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

ANDRÉIA DA SILVEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Analista de Recursos Humanos, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 17 de fevereiro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.457/2015

PORTARIA Nº 18.457, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - SEPLAN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de conformidade com o art. 46, "I" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 19/01/13 e alterações posteriores, e nos termos do Decreto nº 10.567, de 13/02/15, resolve:

EXONERAR, os servidores públicos municipais abaixo, no dia 10 de fevereiro de 2015:

EVANDRO LUIZ SCHÜLER, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Planejamento Urbano, na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, símbolo CC-2, nomeado pela Portaria nº 17.800, de 08/04/2014;

ANDRÉIA LINA MAUL RAUCH, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Políticas Urbanas, na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, símbolo CC-3, nomeada pela Portaria nº 17.052, de 18/06/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 18 de fevereiro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.458/2015

PORTARIA Nº 18.458, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
DESIGNA WILLIAM GUERNER PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme Memorando nº 057/2015/DAF, de 13/02/2015, resolve:

DESIGNAR o servidor público municipal WILLIAM GUERNER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, para o exercício, a contar de 01 de fevereiro de 2015, da Função Gratificada de Confiança de Assessor dos Conselhos Tutelares, símbolo FGC 30%, constante do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 01/04/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 18 de fevereiro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.459/2015

PORTARIA Nº 18.459, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE JULGAMENTO PARA SELEÇÃO DE NOVOS GRUPOS PARA OS DESFILES DA OKTOBERFEST.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, inciso II, e na forma prevista no art. 75, II, "c", ambos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o Edital de Concurso para seleção de novos grupos para os desfiles da Oktoberfest, publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM-e, de 16 de dezembro de 2014, resolve:

Art. 1º. Nomear Comissão Especial de Julgamento para escolha de novos grupos para os desfiles da Oktoberfest, composta pelos seguintes membros:

RICARDO STODIECK, Presidente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB e Secretário Municipal de Turismo - SECTUR;

IVONE LEMKE, Diretora de Eventos e Operações da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB;

VÂNIA MARIA GAYO, Gerente de Captação e Recepção de Eventos da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB;

ROLF GESKE, Agente Administrativo da Secretaria Municipal de Turismo - SECTUR;

GEÓRGIA ANDRÉIA RUBLESCH, Turismóloga da Secretaria Municipal de Turismo - SECTUR;

SUELI MARIA VANZUITA PETRY, Historiadora, Diretora Histórico Museológico da Fundação Cultural de Blumenau - FCB;

ROBERTO KOFFKE, Engenheiro Mecânico;

ALESSANDRA KLUG, Artista Plástica;

EMANUELLA SCOZ, Designer de Moda.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 18 de fevereiro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.460/2015

PORTARIA Nº 18.460, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
NOMEIA CARLOS XAVIER SCHRAMM PARA CONSTITUIR O COMITÊ DE INVESTIMENTO NO ÂMBITO DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU - ISSBLU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com suporte no art. 3º, da Lei Complementar nº 636, de 27 de abril de 2007, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, o servidor público municipal abaixo, para constituir o Comitê de Investimento no âmbito do Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau - ISSBLU, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 636, de 27 de abril de 2007, pelo período de 02 (dois) anos, a contar desta data:

CARLOS XAVIER SCHRAMM, servidor público municipal, aposentado pela Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, em substituição a JULIO CÉSAR KLOCK, nomeado pela Portaria nº 18.151, de 15 de outubro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 18 de fevereiro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.461/2015

PORTARIA Nº 18.461, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
AUTORIZA O RETORNO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KATHLEEN CARLA RIBAS HENNINGS AO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica

do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

AUTORIZAR

o retorno da servidora pública municipal KATHLEEN CARLA RIBAS HENNINGS, ao exercício do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 03 de fevereiro de 2015, conforme Processo Administrativo nº 2015/02/0725.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 18 de fevereiro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.462/2015

PORTARIA Nº 18.462, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
DISPENSA A PROFESSORA ROMILDA RAUTENBERG DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETOR DA EIM "DR.BLUMENAU".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento na Lei n. 7.796, de 16/10/2012, regulamentada do Decreto n. 9.824, de 16/10/2012, e de conformidade com o Memorando nº 057/2015-Gabinete SEMED, de 18/02/2015, resolve:

DISPENSAR, a contar de 29 de janeiro de 2015, a Professora Romilda Rautenberg, do exercício da função de Diretor da EIM "Dr. Blumenau", nomeada pela Portaria nº 16.460, de 14/12/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 18 de fevereiro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.463/2015

PORTARIA N. 18.463, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
DESIGNA A PROFESSORA JANETE MAÇANEIRO WULF PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETOR DA EIM "DR.BLUMENAU" E CONCEDE-LHE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento o art. 16, IV, da Lei n. 7.796, de 16/10/2012 e no art. 68, do Decreto n. 9.824, de 16/10/2012 e de conformidade com o Memorando n. 057/2015 - Gabinete SEMED, de 18/02/2015, resolve:

DESIGNAR, a contar de 30 de janeiro de 2015, a Professora JANETE MAÇANEIRO WULF, integrante do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, para o exercício da função de Diretor da EIM "Dr.Blumenau", concedendo-lhe a gratificação de que trata a Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 18 de fevereiro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 110/2015 - PROEB

PORTARIA RH N.º 110
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO
ARCIRIO CAPISTRANO

RICARDO STODIECK, Presidente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9.º, inciso III, da Lei Complementar n. 10 de 21 de dezembro de 1998, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

De acordo com o artigo 16, § 4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por ter apresentado desistência do cargo, a nomeação de ARCIRIO CAPISTRANO, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014, na 2ª colocação, através da Portaria RH Nº 106, de 10 de fevereiro de 2015.

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU- PROEB, em 19 de fevereiro de 2015
Ricardo Stodieck
Presidente

PORTARIA Nº 4575/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4575/2015
CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOÃO BATISTA MARCOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de JOÃO BATISTA MARCOS, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Administração, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00403/14-1, em 21/01/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
43 S.A. Gráfica e Editora	23/04/1970 a 19/02/1971
Cia. de Cigarros Souza Cruz	01/12/1971 a 29/04/1972
Prefeitura Municipal de Blumenau	01/04/1982 a 13/11/1995
Fundação Cultural de Blumenau	01/02/1996 a 28/02/1997

Totaliza o tempo de 5814 (cinco mil, oitocentos e quatorze) dias, correspondente a 15 (quinze) anos, 11 (onze) meses, e 9 (nove) dias, conforme Processo n.º 01213/01/2015.

Blumenau, 22 de janeiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4576/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4576/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GRACIELA AGUIAR.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de GRACIELA AGUIAR, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021080.1.00140/14-0, em 19/12/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Instituto de Idiomas Criciúma Ltda. - ME	01/03/1988 a 04/04/1988
Farmácia Beira Rio Ltda.	01/12/1992 a 30/06/1993

Totaliza o tempo de 244 (duzentos e quarenta e quatro) dias, correspondente a 8 (oito) meses, e 4 (quatro) dias, conforme Processo n.º 01282/01/2015.

Blumenau, 22 de janeiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4577/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4577/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RENATO DA CRUZ.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de RENATO DA CRUZ, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotado no SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021040.1.00023/12-8, em 15/06/2012,

prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Kouda Comércio, Transportes e Agropecuária Ltda.	17/01/1978 a 09/08/1978
Catarinense de Refrigerantes Ltda.	01/12/1978 a 20/03/1979
SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto	26/03/1979 a 30/04/1990

Totaliza o tempo de 4363 (quatro mil, trezentos e sessenta e três) dias, correspondente a 11 (onze) anos, 11 (onze) meses, e 18 (dezoito) dias, conforme Processo n.º 01224/01/2015.

Blumenau, 22 de janeiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4578/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4578/2015

NOMEIA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO ISSBLU N.º 001/2014 PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve,

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, inciso I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007,

LETICIA HODECKER, para exercer o cargo em provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente de Pessoal do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, categoria 6, do Grupo Ocupacional Técnico, carga horária de 30 (trinta) horas, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A.

Blumenau, 23 de janeiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4579/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4579/2015

ANULA A PORTARIA N.º 3105/2012 QUE CONTOU TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GEOVANI ZANELLA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

ANULAR,

a Portaria N.º 3105/2012, de 11 de maio de 2012, que mandou contar tempo de contribuição, para efeito de aposentadoria, a favor da servidora pública municipal, GEOVANI ZANELLA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Químico, sob o Regime Jurídico Estatutário, lotada na FURB-Fundação Universidade Regional de Blumenau.

Blumenau, 23 de janeiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4580/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4580/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANITA FISTAROL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 20139, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso I, anexo I-A, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 846, de 5 de abril de 2012, artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 2, de 11 de julho de 1990, combinado com o artigo 94, § 1.º, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, artigo 40, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 39, inciso IV, § 3.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 680, de 6 de março de 2008, 732, de 19 de outubro de 2009, e 839, de 19 de novembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ANITA FISTAROL, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.507,01 (Dois mil, quinhentos e sete reais e um centavo), a partir de 2 de fevereiro de 2015, conforme Processo n.º 01225/01/2015.

Blumenau, 27 de janeiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4581/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4581/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VELASIO MARCOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ,

De acordo com os artigos 4.º, inciso I, e 5.º, inciso III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 649, de 4 de setembro de 2007, artigos 2º, inciso VIII, anexo VIII, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, § 1.º inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado

com o artigo 6.º-A, § único, da mesma Emenda, com redação acrescentada pela Emenda Constitucional n.º 70, de 29 de março de 2012, a

VELASIO MARCOS, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Serviços Públicos, lotado no SETERB -Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.645,38 (Dois mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e trinta e oito centavos), a partir de 2 de fevereiro de 2015, conforme Processo n.º 013496/12/2012.

Blumenau, 27 de janeiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4582/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4582/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VERENA FORSTER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU-Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ,

De acordo com o artigo 4.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 649, de 4 de setembro de 2007, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 2, de 11 de julho de 1990, combinado com o artigo 94, § 1.º, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, e artigo 40, inciso I, § 1.º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com o artigo 6.º-A, § único, do mesmo diploma legal, com redação acrescentada pela Emenda Constitucional n.º 70, de 29 de março de 2012, à

VERENA FORSTER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 1.919,18 (Mil, novecentos e noventa e oito reais e dezoito centavos), a partir de 2 de fevereiro de 2015, conforme Processo n.º 010669/05/2011.

Blumenau, 27 de janeiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4583/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4583/2015

CONCEDE APOSENTADORIA COMPULSÓRIA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSÉ LUIZ DA LUZ.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA COMPULSÓRIA,

De acordo com o artigos 4.º, inciso II, § 5.º, e 28 da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação determinada pelo § 1.º, da Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso VII, anexo VII-A, 54 e 64, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, §§ 1.º, inciso II, e 3º, da Constituição Federal, com redações determinadas pelas Emendas Constitucionais n.os 20, de 15 de dezembro de 1998, e 41, de 19 de dezembro de 2003, a

JOSÉ LUIZ DA LUZ, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda, lotado no SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 830,38 (Oitocentos e trinta reais e trinta e oito centavos), a partir 28 de janeiro de 2015, conforme Processo n.º 01228/01/2015..

Blumenau, 27 de janeiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4584/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4584 /2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLI TEREZINHA HOSTIN DA CRUZ.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar nº 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar nº 839, de 19 dezembro de 2011, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARLI TEREZINHA HOSTIN DA CRUZ, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 3.432,60 (Três mil, quatrocentos e trinta e dois reais e sessenta centavos), a partir de 2 de fevereiro de 2015, conforme Processo n.º 01218/01/2015.

Blumenau, 27 de janeiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4585/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4585/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DALVINO FRANCISCO SALVADOR.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de

Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 18, 19, e 20, da Lei Complementar n.º 744, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar n.º 746, de 19 de março de 2010, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

DALVINO FRANCISCO SALVADOR, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 11.180,38 (Onze mil, cento e oitenta reais e trinta e oito centavos), a partir de 28 de janeiro de 2015, conforme Processo n.º 01288/01/2015.

Blumenau, 27 de janeiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4586/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4586/2015

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU - ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 2 DE FEVEREIRO DE 2015 ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

NOMEAR,

nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. THOMAZ PEREIRA SPERB, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado no ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dra. GIOVANA ELENIR MERINI DE FRANCESCHI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 2 de fevereiro de 2015, às 10 horas e 30 minutos.

Blumenau, 28 de janeiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4587/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4587/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MAIKE CRISTINE ORTMANN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MAIKE CRISTINE ORTMANN, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo n.º 20021010.1.00430/14-9, em 23/12/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Prefeitura Municipal de Blumenau	17/02/1995 a
	23/04/1995
	03/07/1995 a
	31/12/1995
	22/02/1996 a
	31/12/1996
Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina	12/02/1997 a
	20/12/1997
	09/02/1998 a
	02/04/1998
	03/04/1998 a
	30/12/1998

Totaliza o tempo de 1200 (mil, duzentos) dias, correspondente a 3 (três) anos, 3 (três) meses, e 15 (quinze) dias, conforme Processo n.º 01287/01/2015.

Blumenau, 28 de janeiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4588/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4588/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA DONIZETE NONES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARIA DONIZETE NONES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida

pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo n.º 20021010.1.00398/14-8, em 28/11/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Shu Ve Rin Confecções Ltda.	01/02/1971 a 03/10/1972
Confecções Bronia Stil Ltda.	01/06/1973 a 01/08/1973
Estacento Estacionamentos Ltda.	12/09/1973 a 31/01/1976
Davidson Gustavo Reif	05/02/2001 a 31/07/2001
Andreia Nones Reif	01/08/2002 a 31/01/2003

Totaliza o tempo de 1904 (mil, novecentos e quatro) dias, correspondente a 5 (cinco) anos, 2 (dois) meses, e 19 (dezenove) dias, conforme Processo n.º 01302/01/2015.

Blumenau, 28 de janeiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4589/2015 - ISSBLU

PORTARIA N. 4589/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SHIRLEY LUCAS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, artigo 1.º, § único, da Lei Complementar n.º 119, de 31 de maio de 1996, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

SHIRLEY LUCAS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 4.155,22 (Quatro mil, cento e cinquenta e cinco reais e vinte e dois centavos), a partir de 2 de fevereiro de 2015, conforme Processo n.º 01231/01/2015.

Blumenau, 28 de janeiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4590/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4590/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA DE FATIMA ROSENBROCK.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARIA DE FATIMA ROSENBROCK, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00414/14-3, em 10/12/2014, prestado à Rijan Representações Ltda. - ME, no período de 01/06/1988 a 15/01/1995, um total de 2415 (dois mil, quatrocentos e quinze) dias, correspondente a 6 (seis) anos, 7 (sete) meses, e 15 (quinze) dias, conforme Processo n.º 01299/01/2015.

Blumenau, 28 de janeiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4591/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4591/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA DE FATIMA ROSENBROCK.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARIA DE FATIMA ROSENBROCK, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão N.º 1613/2014, de 24/10/2014, expedida pelo IPREV - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, no período de 03/08/1982 a 31/12/1987, um total de 1973 (mil, novecentos e setenta e três) dias, correspondente a 5 (cinco) anos, 4 (quatro) meses, e 28 (vinte e oito) dias, conforme Processo n.º 01299/01/2015.

Blumenau, 28 de janeiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4592/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4592/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CARLOS ALBERTO CARDOZO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU-Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ,

De acordo com os artigos 4.º, inciso I, 5.º, inciso I, e 28, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.º 479, de 29 de setembro de 2004, e 649, de 4 de setembro de 2007, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, § 1.º inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com o artigo 6.º-A, § único, da mesma Emenda, com redação acrescentada pela Emenda Constitucional n.º 70, de 29 de março de 2012, a

CARLOS ALBERTO CARDOZO, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, lotado na Secretaria Municipal de Administração, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 933,45 (Novecentos e trinta e três reais e quarenta e cinco centavos), a partir de 2 de fevereiro de 2015, conforme Processo nº 013553/01/2013.

Blumenau, 28 de janeiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4593/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4593/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALICE MARIA SOST CORREA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ALICE MARIA SOST CORREA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00018/15-9, em 23/01/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Prefeitura Municipal de Capanema	19/02/1987 a 11/05/1987
Fábrica de Chocolate Saturno Ltda. - ME	02/03/1993 a 14/03/1995

Contribuinte Individual	01/09/1995 a 30/04/1996 01/08/1996 a 31/12/1996
CCV Empreendimentos Hoteleiros Ltda. - EPP	03/03/1997 a 31/03/1997
Tema Serviços Ltda. – EPP	11/03/1999 a 07/07/1999
Prefeitura Municipal de Blumenau	15/02/2001 a 19/12/2001 07/01/2002 a 28/02/2002

Totaliza o tempo de 1730 (mil, setecentos e trinta) dias, correspondente a 4 (quatro) anos, e 9 (nove) meses, conforme Processo n.º 01306/01/2015.

Blumenau, 29 de janeiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4594/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4594/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ETELVINO JOSÉ MANERIQUE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ETELVINO JOSÉ MANERIQUE, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedreiro de Manutenção Oficial, lotado no SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20721001.1.00110/98-0, em 17/06/2014, prestado ao SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no período de 01/05/1990 a 30/07/1996, que totaliza o tempo de 2280 (dois mil, duzentos e oitenta) dias, correspondente a 6 (seis) anos, e 3 (três) meses, conforme Processo n.º 01248/01/2015.

Blumenau, 29 de janeiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4595/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4595/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL INEZITA CABRAL E SILVA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, artigo 26, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 39, inciso IV, § 3.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar 732, de 19 de outubro de 2009, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

INEZITA CABRAL E SILVA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.778,63 (Dois mil, setecentos e setenta e oito reais e sessenta e três centavos), a partir de 2 de fevereiro de 2015, conforme Processo nº 01226/01/2015.

Blumenau, 30 de janeiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4596/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4596/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALICE MARIA SOST CORREA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ,

De acordo com os artigos 4.º, inciso I, e 5.º, inciso III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 649, de 4 de setembro de 2007, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, § 1.º inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com o artigo 6.º-A, § único, da mesma Emenda, com redação acrescentada pela Emenda Constitucional n.º 70, de 29 de março de 2012, à

ALICE MARIA SOST CORREA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 1.109,14 (Mil, cento e nove reais e quatorze centavos), a partir de 2 de fevereiro de 2015, conforme Processo nº 00083/06/2014.

Blumenau, 30 de janeiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4597/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4597/2015

ANULA PORTARIA N.º 2726/2011 QUE CONCEDEU PENSÃO VITALÍCIA À HERTA NAGEL BABEL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, e

CONSIDERANDO a Decisão Plenária nº 4904/2013, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que concluiu pela anulação do ato de pensão, concedida à Herta Nagel Babel, que apontou como indevida a incorporação de produtividade, resolve:

ANULAR,
a Portaria n.º 2726/2011, de 28 de julho de 2011, que concedeu pensão vitalícia HERTA NAGEL BABEL, cônjuge de ANTONIO BABEL, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotado no SAMAE- Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, 21 de julho de 2011.

Blumenau, 30 de janeiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4598/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4598/2015

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À HERTA NAGEL BABEL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, e

CONSIDERANDO a DECISÃO SINGULAR COE/GSS - 594/2014, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que conclui pela anulação do ato de pensão nº 2726, de 28 de julho de 2011, concedida à Herta Nagel Babel, que apontou como indevida a incorporação de produtividade, e pela edição de um novo ato de concessão, resolve:

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA,

HERTA NAGEL BABEL, cônjuge de ANTONIO BABEL, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Leitura e Inspeção, lotado no SAMAE-Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 21 de julho de 2011, passando a perceber, mensalmente, o valor de R\$ 1.677,54 (Mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), a contar da data do óbito.

Blumenau, 30 de janeiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4599/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4599/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA MARGARIDA MARTINS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARIA MARGARIDA MARTINS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00265/13-0, em 30/10/2013, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Cia. Hering	25/03/1982 a 15/06/1987
Kuala S.A.	03/09/1987 a 18/05/1990
Fábrica de Chinelos Continental Ltda. – ME	01/11/1994 a 30/11/1994
Contribuinte Individual	01/05/1995 a 30/06/1995 01/08/1995 a 29/02/1996
Segura Serviços Ltda.	01/07/1997 a 19/06/2000
Prefeitura Municipal de Blumenau	12/02/2001 a 19/12/2001
Adilson Duarte	01/05/2002 a 31/03/2003

Totaliza o tempo de 4929 (quatro mil, novecentos e vinte e nove) dias, correspondente a 13 (treze) anos, 6 (seis) meses, e 4 (quatro) dias, conforme Processo n.º 01314/01/2015.

Blumenau, 30 de janeiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4600/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4600/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELKE BRAUN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ELKE BRAUN, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00424/14-9, em 28/01/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Prefeitura Municipal de Blumenau	01/03/1982 a 21/02/1988
	05/04/1990 a 31/12/1990
	01/01/1987 a 31/01/1987
Estado de Santa Catarina	01/07/1988 a 31/01/1990
Ernani da Silva	

Totaliza o tempo de 3027 (três mil, vinte e sete) dias, correspondente a 8 (oito) anos, 3 (três) meses, e 17 (dezesete) dias, conforme Processo n.º 01308/01/2015.

Blumenau, 30 de janeiro de 2015.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4601/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4601/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SANDRA LUCIA DA MAIA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de SANDRA LUCIA DA MAIA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00017/15-2, em 28/01/2015, prestado à Fundação Hospitalar de Blumenau, no período de 07/03/1995 a 13/06/1995, um total de 97 (noventa e sete) dias, correspondente a 3 (três) meses, e 7 (sete) dias, conforme Processo n.º 01313/01/2015.

Blumenau, 30 de janeiro de 2015.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4602/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4602/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VERONICA BATSCHAUER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições

que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de VERONICA BATSCHAUER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00286/14-5, em 29/01/2015, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, no período de 24/08/1987 a 31/01/1994, um total de 2347 (dois mil, trezentos e quarenta e sete) dias, correspondente a 6 (seis) anos, 5 (cinco) meses, e 7 (sete) dias, conforme Processo n.º 01318/01/2015.

Blumenau, 30 de janeiro de 2015.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4603/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4603/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUIZ SHIGUEO YONAMINE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de LUIZ SHIGUEO YONAMINE, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00132/06-7, em 28/07/2009, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
DER- Departamento de Estradas de Rodagem	01/06/1978 a 30/09/1982
Hayashi & Cia. Ltda.	03/01/1983 a 06/06/1984
APPE Assessoria para Projetos Especiais Ltda.	04/08/1986 a 06/10/1989
Prefeitura Municipal de Blumenau	10/10/1989 a 01/05/1990

Totaliza o tempo de 3464 (três mil, quatrocentos e sessenta e quatro) dias, correspondente a 9 (nove) anos, 5 (cinco) meses, e 29 (vinte e nove) dias, conforme Processo n.º 01321/02/2015.

Blumenau, 2 de fevereiro de 2015.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4604/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4604/2015

CONCEDE O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA,

Nos termos dos artigos 9.º, § único, e 10, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, aos servidores públicos municipais:

CADASTRO	NOME	INICIO	TERMINO
17264-2	ADOLI BIBOW	12/12/2014	29/05/2015
13915-7	ALCENIRA CLAUDINO DA SILVA	16/12/2014	28/02/2015
22878-1	ANA LUCIA SANTOS DUARTE ALMEIDA	02/10/2014	31/10/2014
22878-1	ANA LUCIA SANTOS DUARTE ALMEIDA	20/11/2014	23/02/2015
22412-0	ANA MARIA VIEIRA	25/11/2014	09/01/2015
22744-7	ANA PAULA MACHADO GHIZONI	15/11/2014	11/01/2015
22274-7	ANAILDA DE FATIMA DA SILVA	20/12/2014	28/02/2015
20483-8	ARLEI RENI BORELLA	01/10/2014	13/02/2015
19567-7	BERNADETTE ZIMMERMANN BARDINI	30/08/2014	17/10/2014
19567-7	BERNADETTE ZIMMERMANN BARDINI	02/11/2014	23/01/2015
21664-0	CARLA CRISTINA HEINZEN DE LIZ	28/08/2014	20/03/2015
22123-6	CHARLES MARCELO STEIN	25/11/2014	24/12/2014
19909-5	CINTIA ROSSBACH CUSTODIO DA LUZ	11/11/2014	30/01/2015
16800-9	CLOVIS TRIERWEILER	22/10/2014	04/01/2015
14569-6	DAISY MARIA OLIVEIRA FERNANDES	25/11/2014	09/02/2015
21501-5	DANIELA COLOMBO	24/01/2015	23/03/2015
21780-8	DANIELA COLOMBO	24/01/2015	23/03/2015
20302-5	DEISE AMORIM	03/02/2015	13/02/2015
20938-4	DIVA SALETE DE OLIVEIRA DOS SANTOS	12/12/2014	13/03/2015
22931-2	DOLORES MARQUES FIRMO SCHRAM	29/10/2014	02/01/2015
22952-6	DORIS HELENA MORETTI	12/12/2014	27/02/2015
19162-0	EDUARDO DE GALVAO MEDEIROS	10/12/2014	23/01/2015
22917-1	ELAINE BAUMAYER RIBEIRO	19/11/2014	03/01/2015
09752-7	ELENIR BAUER BLASIU	23/10/2014	30/01/2015
19224-4	ELIANA MARIA DE AMORIM	26/11/2014	06/02/2015
19332-1	ELIANE DE OLIVEIRA	17/12/2014	30/01/2015
17961-2	ELIANE WEITGENANT	20/12/2014	04/03/2015
21092-7	ELUIZA FREITAS	31/10/2014	27/02/2015
07039-4	EVANDEL FARIAS DOS SANTOS	17/01/2014	30/01/2015
20018-2	FABIOLA KANAREK	16/12/2014	31/12/2014
20280-0	FRANCISCO AUGUSTO ALVES NETO	14/09/2014	05/01/2015
22886-5	GILBERTO LUIS GRAFF	07/12/2014	12/01/2015
11942-3	GILDA PEROSSO	03/10/2014	07/01/2015
22839-2	GISELE LUCIANI	08/10/2014	24/02/2015
22110-4	GIZELA LEITE	30/12/2014	14/04/2015
13180-6	IRACILDA RODRIGUES DOS SANTOS	21/11/2014	24/01/2015
18722-4	ISABEL BRUNOW VENTURA	27/01/2015	27/02/2015
21989-4	ISABEL BRUNOW VENTURA	27/01/2015	27/02/2015
21737-9	ISOLETE FERNANDES	26/11/2014	06/01/2015
20796-9	IVAN OLIANI	01/01/2015	24/04/2015
22919-1	JACKELINE MEDINA REZZA	04/12/2014	23/01/2015
22959-3	JEANE ANDREA SCHUHART	07/11/2014	02/01/2015

10710-7	JORGE HUMBERTO ALVES	05/11/2014	19/12/2014
22930-1	JOSIANE KANSZEWSKI	23/10/2014	06/02/2015
22931-5	JULIETE SCHLICKMANN LOOS	20/12/2014	03/02/2015
21108-7	KATIA CILENE CUNHA	11/12/2014	20/02/2015
16474-7	LEANDRA PELLEGRIN	16/12/2014	19/01/2015
13205-5	LIAMARA FIETZ DOS PASSOS	19/09/2014	17/02/2015
20536-2	LORI ROTERS	04/09/2014	13/03/2015
22992-1	LUCIANA TIELET DA SILVA	31/12/2014	17/04/2015
22525-8	MAGDA SETTER CIPRIANI	13/01/2015	06/03/2015
22106-6	MARA ELISABETH DA SILVA	26/09/2014	02/03/2015
15567-5	MARA RUBIA DA SILVA	02/01/2015	30/01/2015
15583-7	MARCIA JANICE BLASIUS	04/11/2014	16/01/2015
21965-7	MARCO ANTONIO MERECHIA SANTOS	02/12/2014	16/01/2015
19168-5	MARILDA TOMAZ	06/12/2014	20/01/2015
22931-1	MARISTELA CHAVES DA ROSA MANCHINI RODRIG	10/12/2014	20/12/2014
18546-9	MARTA BILOUS WALTERS	18/01/2015	31/03/2015
20940-6	MAURENA RAMOS	23/12/2014	03/02/2015
22989-0	NADIA JAMIL SALEH KAWAKUBO	23/12/2014	19/03/2015
19336-4	NAIR WESTPHAL	27/12/2014	20/02/2015
21480-9	NEIDA KEFER DA SILVA	20/01/2015	06/03/2015
18290-7	NEIDE ROSI HECK DE CARVALHO	09/12/2014	10/01/2015
20346-7	NELIA MARIA SOARES DA SILVA	23/07/2014	27/02/2015
19685-4	NILSA TERESINHA HENDGES	21/10/2014	26/03/2015
21075-7	NOELI BERNADETE PADILIA DE ANDRADE	02/10/2014	02/01/2015
21182-6	OSNI BARBOSA DA SILVA	30/12/2014	06/01/2015
21182-6	OSNI BARBOSA DA SILVA	09/01/2015	01/06/2015
11719-6	PATRICIA LONGO	18/11/2014	30/01/2015
13250-0	PAULO SERGIO TAMASIA	04/11/2014	28/01/2015
22872-8	PEDRO PAULO SABEL	02/10/2014	10/03/2015
22312-3	PRISCILA JENIFER NUNES FERREIRA DE SOUZA	16/10/2014	30/01/2015
11234-8	REGINA ZEFERINO WEISSHEIMER	03/02/2015	31/03/2015
16924-2	RITA DE CARSI PEIXOTO	21/11/2014	09/01/2015
08663-0	ROMILDA RAUTENBERG	28/11/2014	13/03/2015
19125-6	ROSANE SALVADOR RODRIGUES	18/09/2014	20/03/2015
19230-9	ROSANGELA SCHLINDWEIN LIESENBERG	15/12/2014	02/01/2015
20355-6	ROSILENE MARIA PORTO	19/09/2014	09/02/2015
22950-4	SANDRA MICHELE TRAPP FISCHER	30/12/2014	10/02/2015
22588-6	SANDRO CHAVES VIVIAN	11/12/2014	23/03/2015
22947-7	SHIRLEI APARECIDA DA SILVA	07/10/2014	19/12/2014
19174-4	SILVANA DE FATIMA KAMMER ROMUALDO	19/11/2014	19/12/2014
19025-0	SILVANA MARIA MORETTI	30/01/2015	02/04/2015
22833-6	SIMONE SOARES DE SOUZA	18/11/2014	02/01/2015
22865-5	SOLANGE REGINA BRITKE	17/12/2014	02/01/2015
20999-6	SONIA MARIA FRANZEN	31/12/2014	23/01/2015
18545-0	SONIA REGINA ZAVAGLIO RAWIETSCH	29/01/2015	31/03/2015
22986-0	TALITA VERGARA BAUTISTA	27/01/2015	15/05/2015
21785-9	TULIO MORITZ JUNIOR	09/12/2014	20/02/2015
16813-0	URSULA SOUZA	23/08/2014	12/03/2015
10306-3	VALDIR TEIXEIRA	04/11/2014	21/11/2014
17787-3	VALMIR KLOEPFEL	18/11/2014	31/03/2015
18679-1	WALDEMAR JOSE WEISS	23/12/2014	16/01/2015

Blumenau, 2 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4605/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4605/2015

CONCEDE O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE ÀS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE,

Nos termos dos artigos 14, inciso I, e 15, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, às servidoras públicas municipais:

CADASTRO	NOME DA SERVIDORA	INICIO	TERMINO
22857-8	ANA PAULA DE SOUZA CRESTANI	22/12/14	20/04/15
22845-8	CRISTINA DE MELO MONTEIRO	27/12/14	24/04/15
22930-5	ELIANE MANERICH	01/01/15	30/04/15
22099-0	FABIANA CORREA	26/12/14	24/04/15
22925-8	GISELE CRISTINA DA SILVA FLOSS	05/01/15	04/05/15
23000-3	GRAZIELA HOSTIN CANDIDO RON	05/01/15	04/05/15
21031-5	JULIANA DOROW GIRARDI	12/01/15	11/05/15
22951-2	MARCIA ALEXANDRA FRIEDRICH BLAU	14/01/15	13/05/15
22431-6	MARELIZA AMANDIO	05/01/15	04/05/15
19055-4	MARILDA DOS SANTOS ROCHA BORGES	05/01/15	04/05/15
22931-1	MARISTELA CHAVES DA ROSA MANCHINI RODRIG	12/01/15	11/05/15
22928-0	SANDRA ROTERS TRAPP	10/01/15	09/05/15
22823-8	TALIRA SCHUTZ DOS SANTOS	31/12/14	29/04/15

Blumenau, 2 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4606/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4606/2015

PRORROGA O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA CONCEDIDO ATRAVÉS DAS PORTARIAS N.ºS 4528/2014, 4530/2014 E 4347/2014 AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

PRORROGAR O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA,

CADASTRO	NOME	INICIO	TERMINO
22394-8	ADELIA GLATZ	24/12/14	18/02/15
18425-0	ADELINA MULLER REINHOLD	02/10/14	06/03/15
18706-2	ADIR RINALDI CALIXTO DA SILVA	01/01/15	01/06/15
06915-9	ADRIANA DE SOUZA ZWICKER	25/10/14	10/01/15
20978-3	ADRIANA DOS SANTOS	01/01/15	28/02/15
19502-2	ADRIANA MIRANDA DA SILVA ZIMMERMANN	20/12/14	09/01/15
18600-7	ALEXANDRA DA CONCEIÇÃO DO AMARAL	17/09/14	16/01/15
18761-5	ALEXANDRA DE SOUZA E SILVA HAUSMANN	16/01/15	10/04/15
22876-9	ALINE FOSTER TEXEIRA	24/12/14	13/03/15
18886-7	ANA LOURDES KUSKOWSKI	11/12/14	23/02/15
18803-4	ANDREA PELLEGRINO	20/12/14	22/01/15
21731-0	CARLA FERNANDA DA SILVA DONINE	29/11/14	22/02/15
22978-2	CARLA TANCON	21/10/14	28/03/15
13324-8	CARMEN LUIZA GOMES DE MATOS	17/12/14	04/03/15
22822-7	CIBELI APARECIDA MARTINS ZANG	20/12/14	13/02/15
22815-3	CLARISSA AMELIA PEIXOTO DOS SANTOS	20/12/14	30/01/15
18739-9	CLAUDIO WINTERS STEIL	17/01/15	17/02/15
22068-0	CLEONICE MAGALI PAMPLONA SCHULTZE	10/12/14	29/05/15
20997-0	CRISTIANA NEUHAUS	02/10/14	28/11/14
22834-0	DANIELA TORRI	20/12/14	06/03/15
20357-2	DEISI PEREIRA ZANELLA	07/01/15	17/02/15
20829-9	DENISE CORREA	01/11/14	25/03/15
18786-0	DILMEIA DIAS DOS SANTOS	03/01/15	14/01/15
21126-5	DOLORES REGINA ALVES PADILHA	22/01/15	20/03/15
22910-9	EDUARDO LUCIANO SOFIATI	24/01/15	27/03/15
17629-0	EGOLAND GNICH	01/01/15	30/06/15
22905-6	ELAINE CRISTINA MACANEIRO DA SILVA	18/12/14	23/02/15
20133-2	ELENIR MARIA CONSTANTINO DA SILVA	01/10/14	22/03/15
19500-6	ELIANE CESTARI	14/12/14	03/03/15
18959-6	ELIANE MICHELMANN	20/12/14	18/02/15
11822-2	ELISETTE REGINA DA COSTA	07/10/14	30/01/15
19018-7	EVA CRUZ	01/12/14	28/02/15
22972-4	FELIPE LUIZ MARQUES	22/01/15	17/07/15
22929-8	HELGA FABIANA GUBER	27/12/14	06/02/15
15755-4	IDA MARIA MOSSMANN	25/10/14	13/03/15
13135-0	ITALO ZAILU LUIZ DE MEDEIROS	24/01/15	02/02/15
14799-0	JACIRA ALBERTINA ANTUNES	01/01/15	01/06/15
22493-6	JANAINA BURGONOV	01/12/14	23/12/14
10312-8	JANDIR SOARES	16/04/14	27/02/15
22128-7	JANETE DA SILVA JACOB	23/09/14	06/02/15
22022-1	JAQUELINE RAMLOW	09/01/15	04/03/15
09871-0	JOAO CARLOS ROSA	04/10/14	21/04/15
22873-4	JOAO DA SILVA	01/01/15	28/02/15
22114-7	JOAO DE GOES NETO	10/12/14	10/02/15
11081-7	JOAO DE GOES NETO	10/12/14	10/02/15
22942-9	JOICE MINEIA BRANGER	20/09/14	30/01/15

14550-5	JOSENIAS BORGES VARGAS	09/05/14	09/02/15
21249-0	JUCEMARA APARECIDA RIBEIRO DIAS MORAES	08/10/14	05/01/15
21083-8	JUCIARA ALVES DE SOUZA	01/01/15	01/06/15
22831-2	JULIANA BATISTA DO AMARANTE	18/10/14	08/02/15
17781-4	KATIA SILENE MICHELSON	20/12/14	23/01/15
18102-1	LUCIA BATISTA	24/12/14	30/01/15
20688-1	LUZIA CUSTODIO NUNES PROCHNOW	13/01/15	25/02/15
22941-7	MARCIA IRENI ASSMANN	01/01/15	27/02/15
19664-9	MARCIA REGINA FEHRLE	24/12/14	14/01/15
20215-0	MARIA DAS NEVES MINATTI SCHLOSSER	16/01/15	15/05/15
14126-7	MARIA MARGARETE DOMINGUES DOS SANTOS	15/01/15	30/01/15
22144-9	MARIA ROSANA CHIODINI INEICHEN	15/10/14	27/02/15
22927-6	MARILDA MACHADO DUGGEN	15/01/15	10/07/15
20608-3	MARILDE VICENTE	09/01/15	20/03/15
22925-4	MARILENE APARECIDA DE MORAES	27/09/14	22/05/15
18392-0	MARILEUSA DIEL STUPP	08/01/15	30/01/15
20765-9	MARLENE WESSNER	08/10/14	12/02/15
18546-9	MARTA BILOUS WALTERS	09/10/14	02/01/15
17384-3	MONICA HAMMES JUNCKES	20/12/14	13/03/15
19259-7	MORGANA LEONOR	14/01/15	27/02/15
19192-2	NELI TEREZINHA DAL CORDIVO SANTOS	13/12/14	18/02/15
18247-8	NELSON DA SILVA	21/09/14	16/01/15
22340-5	NEUSA APARECIDA MANERICH	17/12/14	02/03/15
21095-1	NEUZA MARIA GRIEBELER	01/01/15	01/06/15
18242-7	NEUZA MARIA MENEZES DE ALENCAR	10/09/14	23/03/15
18787-9	NEUZA TEREZINHA DAMBROS	24/01/15	13/03/15
16875-0	OSMAR PEDRO AMARO	20/12/14	09/01/15
22481-2	REGIANE DOS SANTOS KUTNI	19/12/14	04/02/15
20017-4	REGINA MARIA ZIMMER	20/12/14	13/02/15
17383-5	RITA DE CASSIA COSTA SCHIOCHET	13/01/15	10/02/15
12064-2	RITA DE CASSIA DEMARCHI ROCHA	20/09/14	27/02/15
20140-5	ROJANA SALETE WUTKE	11/12/14	12/12/14
21246-6	ROSANE BALLMANN	13/12/14	30/01/15
17412-2	ROSANGELA MARIA GONCALVES DOS REIS	13/12/14	19/12/14
22902-3	ROSANGELA PEREIRA	20/12/14	13/02/15
20405-6	ROSITA PAGELKOPF	06/01/15	27/02/15
22816-2	RUBENS MICHEL	22/12/14	24/03/15
14466-5	RUBIA PATRICIA VIEIRA	10/01/15	09/03/15
22948-1	RUBIA PRISCILA GRAF COUTO AUGUST	04/10/14	23/01/15
11636-0	SANDRA REGINA DE ZUTTER	13/06/14	27/02/15
22854-1	SANDRA SCHIQUET DOS SANTOS	11/10/14	30/01/15
14855-5	SANTINA BORGES D'AVILA	01/01/15	01/06/15
17189-1	SERGIO FERNANDES SAPELLI	10/12/14	18/02/15
21753-0	SHEILA PRATIS HUSCHER	06/01/15	18/03/15
17830-6	SILVANA NADIR ZIMMERMANN REIS	13/01/15	06/02/15

21019-6	SONIA MARISA BLAESE PASOLD	20/05/14	16/01/15
22460-0	SONIA SUELI EBEL	24/12/14	07/01/15
13950-5	TANIA ISABEL EBEL	01/01/15	01/06/15
12174-6	TANIA MARIA MARTINS MILESKE	13/01/15	13/03/15
19433-6	TANIA TERESINHA DO CARMO VIEIRA	04/10/14	13/04/15
21217-2	TATIANA RAMOS ROSA	12/12/14	06/03/15
20794-2	TATIANA TESCK	01/01/15	28/02/15
18636-8	VALDELICE ANGELO MASO	23/08/14	03/02/15
05180-2	VALDEMAR REITER	23/10/14	21/02/15
11327-1	VERA BITTENCOURT	17/12/14	06/02/15
20394-7	VERA DE FATIMA KUSTER	01/01/15	01/06/15
17333-9	VIVIANE MASSANEIRO JOAQUIM	10/01/15	18/03/15

Blumenau, 2 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4607/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4607/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GRACIELA AGUIAR.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ,

De acordo com os artigos 4.º, inciso I, e 5.º, inciso III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 479, de 29 de setembro de 2004, e 649, de 4 de setembro de 2007, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, § 1.º inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com o artigo 6.º-A, § único, da mesma Emenda Constitucional, com redação acrescentada pela Emenda Constitucional n.º 70, de 29 de março de 2012, à

GRACIELA AGUIAR, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 1.067,03 (Mil, sessenta e sete reais e três centavos), a partir de 9 de fevereiro de 2015, conforme Processo nº 015352/01/2014.

Blumenau, 2 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4608/2015 - ISSBLU

PORTARIA Nº 4608/2015

NOMEIA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO ISSBLU Nº 001/2014 PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

NOMEAR,
com fundamento no artigo 9º, inciso I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007,

GABRIELA KIELING DA SILVA, para exercer o cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, categoria 4, do Grupo Ocupacional Funcional, carga horária de 40 (quarenta) horas, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A.

Blumenau, 3 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4609/2015 - ISSBLU

PORTARIA Nº 4609/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL IVAN BATISTA DOS SANTOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 73-B, incisos I, II, e III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigos 2º, inciso I, anexo I-A, 54, e 64, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 2, de 11 de julho de 1990, combinado com o artigo 94, § 1.º, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, e artigo 3.º, incisos I, II, e III, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a

IVAN BATISTA DOS SANTOS, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.163,13 (Dois mil, cento e sessenta e três reais e treze centavos), a partir de 9 de fevereiro de 2015, conforme Processo n.º 01285/01/2015.

Blumenau, 3 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4610/2015 - ISSBLU

PORTARIA Nº 4610/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ILMENE NATERCIA LONGO KUSZKOWSKI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ILMENE NATERCIA LONGO KUSZKOWSKI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.460,22 (Dois mil, quatrocentos e sessenta reais e vinte e dois centavos), a partir de 9 de fevereiro de 2015, conforme Processo nº 01240/01/2015.

Blumenau, 3 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4611/2015 - ISSBLU

PORTARIA Nº 4611/2015

CASSA O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA CONCEDIDO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PAULO SERGIO TAMASIA .

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, e

CONSIDERANDO o não comparecimento do servidor à Perícia Médica Oficial do ISSBLU, previamente agendada, sem qualquer justificativa, infringindo disposto no Regimento Interno do Instituto, resolve

CASSAR,

Com fundamento no Artigo 32, do Decreto nº 9254, de 21 de setembro de 2010, o benefício de Auxílio Doença concedido ao servidor PAULO SERGIO TAMASIA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras e Posturas, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Cadastro nº 132500, a contar de 29 de janeiro de 2015.

Blumenau, 3 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4612/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4612/2015

REVERTE A CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALMOR DE OLIVEIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, e em observância ao disposto no artigo 32, da Lei Complementar n.º 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

REVERTER

a aposentadoria por invalidez concedida a VALMOR DE OLIVEIRA, pela Portaria N.º 3560/2013, de 8 de março de 2013, tendo em vista a insubsistência dos motivos determinantes constatados através de Laudo Pericial.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos a partir de 17 de fevereiro de 2015.

Blumenau, 4 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4613/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4613/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARGARETE EGER MEDEIROS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARGARETE EGER MEDEIROS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Sistemas, lotada na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00346/14-8 em 16/10/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Asplan S/C Ltda. – Assessoria Empresarial ME	24/04/1985 a
	07/02/1986
	01/05/1986 a
	19/07/1986
FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau	01/08/1986 a 28/02/1993

Totaliza o tempo de 2768 (dois mil, setecentos e sessenta e oito) dias, correspondente a 7 (sete) anos, 7 (sete) meses, e 3 (três) dias, conforme Processo n.º 01334/02/2015.

Blumenau, 5 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4614/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4614/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOÃO BATISTA MARCOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 63, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, artigo 102, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 39, inciso I, § 3.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações acrescidas pelas Leis Complementares n.ºs 680, de 6 de março de 2008, e 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

JOÃO BATISTA MARCOS, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Administração, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.171,02 (Dois mil, cento e setenta e um reais e dois centavos), a partir de 9 de fevereiro de 2015, conforme Processo n.º 01273/01/2015.

Blumenau, 6 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4615/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4615/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JOSEFA MOTA PINHEIRO DE ARAUJO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE,

De acordo com os artigos 4.º, inciso III, § 2.º, e 28, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, à JOSEFA MOTA PINHEIRO DE ARAUJO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 830,38 (Oitocentos e trinta reais e trinta e oito centavos) a partir de 9 de fevereiro de 2015, conforme Processo n.º 01215/01/2015.

Blumenau, 6 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4616/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4616/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SILVIA ODEBRECHT.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigo 37, § único, da Lei Complementar n.º 745, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar n.º 746, de 19 de março de 2010, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

SILVIA ODEBRECHT, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 11.939,76 (Onze mil, novecentos e trinta e nove reais e setenta e seis centavos), a partir de 9 de fevereiro de 2015, conforme Processo n.º 01108/12/2014.

Blumenau, 6 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4617/2015 - ISSBLU

PORTARIA Nº 4617/2015

NOMEIA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO ISSBLU Nº 001/2014 PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

NOMEAR,
com fundamento no artigo 9º, inciso I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007,

BRUNA LUIZA FREIBERGER, para exercer o cargo em provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente de Pessoal do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, categoria 9, do Grupo Ocupacional Especialista, carga horária de 30 (trinta) horas, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A.

Blumenau, 6 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4618/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4618/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À NADIA MARIA SPLITTER BLANKENBURG.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, inciso III, § 1.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar nº 839, de 19 dezembro de 2011; artigo 26, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 39, inciso IV, § 3.º, inciso I, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 732, de 19 de outubro de 2009, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "a", e 3.º, da Constituição Federal, com redações determinadas pelas Emendas Constitucionais n.º 20, de 15 de dezembro de 1998, e 41, de 19 de dezembro de 2003, à

NADIA MARIA SPLITTER BLANKENBURG, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 1.932,74 (Mil, novecentos e trinta e dois reais e setenta e quatro centavos), a partir de 9 de fevereiro de 2015, conforme processo n.º 01148/12/2014.

Blumenau, 6 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4619/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4619/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MIRIAM SPLITTER HACKBARTH.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MIRIAM SPLITTER HACKBARTH, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00198/14-9, em 29/05/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Supermercados Riachuelo S.A.	05/02/1976 a 10/10/1978
Massa Falida de Hermes Macedo S.A.	16/04/1980 a 18/10/1980
Ataliba Cozinha Industrial Ltda.	24/04/1985 a 25/06/1985
Prefeitura Municipal de Blumenau	13/05/1990 a 31/12/1990

Totaliza o tempo de 1454 (mil, quatrocentos e cinquenta e quatro) dias, correspondente a 3 (três) anos, 11 (onze) meses, e 29 (vinte e nove) dias, conforme Processo n.º 01343/02/2015.

Blumenau, 6 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4620/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4620/2015

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU - ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 13 DE FEVEREIRO DE 2015 ÀS 8H30MIN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

NOMEAR,
nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dr. THOMAZ PEREIRA SPERB, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado no ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, Dra. GIOVANA ELENIR MERINI DE FRANCESCHI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 13 de fevereiro de 2015, às 8h30min.

Blumenau, 10 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4621/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4621/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TEREZINHA APARECIDA PATRICIA SIMAS BUCCI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de TEREZINHA APARECIDA PATRICIA SIMAS BUCCI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00005/15-4, em 14/01/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Martin Comércio e Representações Ltda. - ME	15/06/1982 a 14/08/1982
Prefeitura Municipal de Blumenau	19/08/1985 a 09/05/1986 03/03/1993 a 25/08/1993
Joalheria e Ótica Schwabe Ltda. - EPP	09/07/1986 a 09/09/1986
UNIBANCO União de Bancos Brasileiros S.A.	10/09/1986 a 08/12/1986
Companhia Lorenz	14/01/1987 a 17/02/1987
Clike Estética Ltda.	01/04/1987 a 13/09/1988
CHP Empreendimentos Hoteleiros e Participações Ltda.	14/09/1988 a 13/02/1989
Turismo Internacional Ltda.- ME	14/06/1989 a 09/03/1990
Gardentur Turismo Ltda.	12/03/1990 a 18/12/1990
Contribuinte Individual	01/03/1991 a 31/01/1992 01/09/2014 a 30/09/2014
SESI - Serviço Social da Indústria	20/03/1992 a 15/11/1992

Totaliza o tempo de 2520 (dois mil, quinhentos e vinte) dias, correspondente a 6 (seis) anos, e 11 (onze) meses, conforme Processo n.º 01342/02/2015.

Blumenau, 10 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4622/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4622/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NARA APARECIDA ROSENBROCK HORT.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de NARA APARECIDA ROSENBROCK HORT, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista Fazendário, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00014/14-5, em 20/02/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Lojas Hering S.A.	14/03/1983 a 12/04/1983
Kuala S.A.	19/12/1983 a 03/02/1984
Banco Sul Brasileiro S.A.	06/02/1984 a 10/04/1987
Job Center do Brasil Consultores Associados Ltda.	18/01/1988 a 31/01/1988
Banco Holandes Unido S.A.	01/02/1988 a 06/08/1989
Banco J. P. Morgan S.A.	31/10/1989 a 23/02/1990
Banco Mizuho do Brasil S.A.	18/09/1991 a 22/03/1993
NR Propaganda Ltda.	01/10/1996 a 29/04/1997

Totaliza o tempo de 2680 (dois mil, seiscentos e oitenta) dias, correspondente a 7 (sete) anos, 4 (quatro) meses, e 5 (cinco) dias, conforme Processo n.º 01359/02/2015.

Blumenau, 10 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4623/2015 - ISSBLU

PORTARIA Nº 4623/2015

TORNAR SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE BRUNA LUIZA FREIBERGER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

a nomeação de BRUNA LUIZA FREIBERGER, em conformidade com o disposto no artigo 16, § 4º, da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, para o cargo em provimento

efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente de Pessoal, Categoria 9, do Grupo Ocupacional Especialista, carga horária de 30 (trinta) horas, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, nomeada pela Portaria Nº 4617/2015, de 6 de fevereiro de 2015.

Fica a candidata deslocada para a última posição de classificação entre os aprovados para o cargo de Assistente Social, do Concurso Público nº 001/2014, conforme disciplina o artigo 6º, §3º, do Decreto Municipal nº 9291, de 8 de novembro de 2010.

Blumenau, 11 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4624/2015 - ISSBLU

PORTARIA Nº 4624/2015

NOMEIA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO ISSBLU Nº 001/2014 PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, inciso I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007,

TASSIO AUGUSTO BECK FARAGO, para exercer o cargo em provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente de Pessoal do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, categoria 9, do Grupo Ocupacional Especialista, carga horária de 30 (trinta) horas, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A.

Blumenau, 11 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4625/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4625/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NILTON SEHNEN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de NILTON SEHNEN, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00326/14-7, em 28/01/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Cremer S.A.	01/06/1976 a 29/11/1979
Cia. Hering	13/02/1980 a 02/06/1986
Estado de Santa Catarina	24/01/1987 a 31/12/1987
Prefeitura Municipal de Blumenau	10/04/1989 a 30/08/1989 01/01/1990 a 31/12/1990
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	06/08/1990 a 28/09/1990

Totaliza o tempo de 4427 (quatro mil, quatrocentos e vinte e sete) dias, correspondente a 12 (doze) anos, 1 (um) mês, e 17 (dezesete) dias, conforme Processo n.º 01378/02/2015.

Blumenau, 12 de fevereiro de 2015.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4626/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4626/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIZA COSTA DO ESPÍRITO SANTO DELGADO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARIZA COSTA DO ESPÍRITO SANTO DELGADO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo n.º 20021010.1.00010/15-8, em 22/01/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Vida em Grupinho Recreação Infantil S/C Ltda.	01/10/1980 a 19/12/1980
Eduardo Guy A. Bock	24/08/1981 a 30/11/1981
Sistema Integrado de Educação e Cultura SINEC Ltda.	07/12/1981 a 09/02/1982
Contribuinte Individual	01/04/1987 a 31/08/1988 01/10/1988 a 31/12/1988
Prefeitura Municipal de Blumenau	10/03/1993 a 31/12/1993

Totaliza o tempo de 1145 (mil, cento e quarenta e cinco) dias, correspondente a 3 (três) anos, 1 (um) mês, e 20 (vinte) dias, conforme Processo n.º 01374/02/2015.

Blumenau, 13 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4627/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4627/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLI SCHMIDT.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARLI SCHMIDT, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais R\$ 3.745,74 (Três mil, setecentos e quarenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), a partir de 17 de fevereiro de 2015, conforme Processo n.º 01355/02/2015.

Blumenau, 13 de fevereiro de 2015.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4628/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4628/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA SANTIAGO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARIA SANTIAGO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais R\$ 3.415,23 (Três mil, quatrocentos e quinze

reais e vinte e três centavos), a partir de 17 de fevereiro de 2015, conforme Processo n.º 01371/02/2015.

Blumenau, 13 de fevereiro de 2015.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4629/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4629/2015
CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA TERESA PRADE FRONZA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARIA TERESA PRADE FRONZA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00027/15-8, em 10/02/2015, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, nos períodos de 22/02/1983 a 10/08/1992, e 01/03/1993 a 31/12/1993, um total de 3759 (três mil, setecentos e cinquenta e nove) dias, correspondente a 10 (dez) anos, 3 (três) meses, e 19 (dezenove) dias, conforme Processo n.º 01389/02/2015.

Blumenau, 13 de fevereiro de 2015.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4630/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4630/2015
CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA HELENA CENSI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARIA HELENA CENSI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021040.1.00002/15-5, em 10/02/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Cartório do Cível e Comércio	15/05/1973 a 17/08/1977
Prefeitura Municipal de Blumenau	18/01/1982 a 16/03/1987 12/01/1998 a 21/12/1998 11/05/1999 a 21/12/1999 10/01/2000 a 22/12/2000 10/01/2001 a 19/12/2001 28/01/2002 a 05/05/2002

Totaliza o tempo de 4799 (quatro mil, setecentos e noventa e nove) dias, correspondente a 13 (treze) anos, 1 (um) mês, e 24 (vinte e quatro) dias, conforme Processo n.º 01392/02/2015.

Blumenau, 13 de fevereiro de 2015.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4631/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4631/2015
CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDSON SCHULZE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ,

De acordo com os artigos 4.º, inciso I, e 5.º, inciso III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 649, de 4 de setembro de 2007, artigos 2º, inciso VII, anexo VII, 54, e 64, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 2, de 11 de julho de 1990, combinado com o artigo 94, § 1.º, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, e artigo 40, § 1.º inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com o artigo 6.º-A, § único, da mesma Emenda Constitucional, com redação acrescentada pela Emenda Constitucional n.º 70, de 29 de março de 2012, a

EDSON SCHULZE, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Laboratorista de Análise de Água e Esgoto, lotado no SAMAE-Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.476,76 (Dois mil, quatrocentos e setenta e seis reais e setenta e seis centavos), a partir de 17 de fevereiro de 2015, conforme Processo nº 014457/07/2013.

Blumenau, 13 de fevereiro de 2015.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4632/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4632/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA HENKEMAIER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARIA HENKEMAIER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00163/12-4, em 31/07/2012, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Prefeitura Municipal de Petrolândia	01/07/1985 a
	31/01/1986
	02/06/1986 a
	29/05/1987
Sociedade Divina Providência	23/06/1987 a 06/07/1987
Lojas Hering S.A.	08/07/1987 a 02/08/1989
Massa Falida de Hermes Macedo S.A.	02/10/1989 a 08/06/1993
Prefeitura Municipal de Blumenau	10/05/1993 a
	31/12/1993
	01/03/1994 a
	31/12/1994
	06/02/1995 a
	31/12/1995
	12/02/1996 a 09/08/1996

Totaliza o tempo de 3709 (três mil, setecentos e nove) dias, correspondente a 10 (dez) anos, 1 (um) mês, e 29 (vinte e nove) dias, conforme Processo n.º 01390/02/2015.

Blumenau, 13 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4633/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4633/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA IZABEL RAUEN SCHLINGMANN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, artigo 26, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 39, inciso IV, § 3.º, inciso I, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 732, de 19 de outubro de 2009, e 839, de 19 dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARIA IZABEL RAUEN SCHLINGMANN, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.735,32 (Dois mil, setecentos e trinta e cinco reais e trinta e dois centavos), a partir de 17 de fevereiro de 2015, conforme Processo nº 01304/01/2015.

Blumenau, 13 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4634/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4634/2015

ALTERA OS PROVENTOS DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ CONCEDIDA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSÉ CARLOS FERREIRA NUNES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO a reavaliação da aposentadoria realizada em 11 de fevereiro de 2015, através de perícia médica, que decidiu a conversão do benefício da aposentadoria por invalidez, com proventos proporcionais, para proventos integrais, resolve:

ALTERAR,

A Portaria N.º 5.104, de 25 de agosto de 1999, que concedeu aposentadoria por invalidez a JOSÉ CARLOS FERREIRA NUNES, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, alterando seus proventos para integrais e mensais no valor de R\$ 6.022,63 (Seis mil, vinte e dois reais e sessenta e três centavos), a partir de 13 de fevereiro de 2015.

Blumenau, 17 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4635/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4635/2015

ALTERA OS PROVENTOS DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ CONCEDIDA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSE CARLOS FERREIRA NUNES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela

Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO a reavaliação da aposentadoria realizada em 11 de fevereiro de 2015, através de perícia médica, que decidiu a conversão do benefício de aposentadoria por invalidez, com proventos proporcionais, para proventos integrais, resolve:

ALTERAR,

A Portaria N.º 785/2000, de 20 de dezembro de 2000, que concedeu aposentadoria por invalidez a JOSE CARLOS FERREIRA NUNES, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na FURB-Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, alterando seus proventos para integrais e mensais no valor de R\$ 9.110,66 (Nove mil, cento e dez reais e sessenta e seis centavos), a partir de 13 de fevereiro de 2015.

Blumenau, 17 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Reunião Ordinária do dia 18 de fevereiro de 2015.

Quarta-Feira - 10:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
Marcelo Lanzarin	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

ORDEM DO DIA

Rejeitados, em única discussão e votação, os Requerimentos n.ºs 144, 145, 146, 147, 148 e 149/2015. Destino: ao arquivo.

Aprovadas, em única discussão e votação, as demais proposições constantes da matéria da Ordem do Dia. Destino: à Secretaria para providências.

Retirado da Ordem do Dia, para vistas, o Projeto de Lei Complementar n.º 1.402.

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei n.ºs 6.743, 6.744 e 6.748. Destino: à sanção do Executivo.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Reunião Ordinária do dia 19 de fevereiro de 2015.

Quinta-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
Marcelo Lanzarin	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a Cessão do Plenário ao Partido Democrático Trabalhista. Destino: comuniqué-se.

Retirados da Ordem do Dia, para vistas, os Projetos de Lei Complementar n.ºs 1.350 e 1.406; e o Projeto de Lei n.º 6.702, bem como suas emendas n.ºs 01 a 05.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar n.º 1.422 e os Projetos de Lei n.ºs 6.763, 6.771 e 6.772. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos n.ºs 168, 187, 188, 189, 190 e 191/2015. Destino: à Secretaria para providências.

Retirado o Projeto de Lei n.º 6.750. Destino: ao arquivo.

Ofício GAPREF n.º 173/2015 - comunicando a sanção da Lei Ordinária n.º 8.069 (6.713), que "ASSEGURA A REALIZAÇÃO DE EXAME MAMOGRAFICO, PELO SUS, A TODAS AS MULHERES A PARTIR DOS 40 ANOS, NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO".

Mensagem n.º 8/2015 - encaminhando Projeto de Lei, em regime de urgência, que "PRORROGA PRAZO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS A SER EFETUADA PELA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU, REFERENTE AO AUXÍLIO FINANCEIRO PREVISTO NA LEI N.º 8.000, DE 14 DE JULHO DE 2014. Destino: processar e às comissões de Constituição, Finanças e Mista com trâmite urgentíssimo.

Mensagem n.º 9/2015 - encaminhando Projeto de Lei, em regime de urgência, que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO JUNTO AO BANCO DO BRASIL PARA O PAGAMENTO DE CONTRAPARTIDAS DEVIDAS PELO MUNICÍPIO E INTERVENIENTE SAMAE, PARA EXECUÇÃO DE PROJETOS INSCRITOS NO PAC2 SANEAMENTO PARA TODOS, NA MODALIDADE ABASTECIMENTO DE ÁGUA". Destino: processar e às comissões de Constituição, Finanças e Mista com trâmite urgentíssimo.

Mensagem n.º 10/2015 - encaminhando Projeto de Lei Complementar, em regime de urgência, que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER REMISSÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS INCIDENTES SOBRE EMPREENDIMENTO HABITACIONAL ERIGIDO PELO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO DE SANTA CATARINA - SESC, NO MUNICÍPIO". Destino: processar e às comissões de Constituição, Finanças e Mista com trâmite urgentíssimo.

Mensagem nº 11/2015 - encaminhando Projeto de Lei, em regime de urgência, que "INSTITUI O PROGRAMA DE ARMAZENAMENTO DE ÁGUA POTÁVEL NAS RESIDÊNCIAS LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Destino: processar e às comissões de Constituição, Finanças e Mista com trâmite urgentíssimo.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Reunião Extraordinária do dia 19 de fevereiro de 2015.
Quinta-Feira - 18:30 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
Marcelo Lanzarin	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais do Projeto de Lei Complementar nº 1.422 e dos Projetos de Lei nºs 6.763, 6.771 e 6.772. Destino: à sanção do Executivo.

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO ADM Nº 51/2015

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 51/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ADARCY WILLINGHOEFER

Objeto: Aquisição de cascalho para estradas vicinais do interior do município.

Valor: R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).

Vigência: 18 de fevereiro a 30 de dezembro de 2015.

Assinatura: 18 de fevereiro de 2015.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 018/2015 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 018/2015, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde de pessoa da Família a Servidora Municipal Sra. MARILEI SALETE OLIVEIRA HORN, inscrita nas matrículas sob nº 183-02 (20 horas) e 696-3 (20 horas), ocupante do cargo de Professora, conforme Atestado Médico, no período de 04 de fevereiro de 2015 a 18 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data retroativa de 05/02/2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de fevereiro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 019/2015 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 019/2015, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal Sra. MARISETE CHAVIER DA ROSA, inscrita na matrícula nº 624-6, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme Atestado Médico, no período de 09 de fevereiro de 2015 a 23 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data retroativa de 09/02/2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de fevereiro de 2015.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 020/2015 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 020/2015, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal Sra. SÔNIA DE SOUZA GONÇALVES, inscrita na matrícula nº 681-5, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme Atestado Médico, no período de 10 de fevereiro de 2015 a 19 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data retroativa de 10/02/2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de fevereiro de 2015.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 021/2015 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 021/2015, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
ALTERA CARGO DE SERVIDOR SR. IVO SCHMITT E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR cargo do Sr. Ivo Schmitt, matrícula 596-7, portador do CPF sob nº. 824.252.809-87, com lotação na Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem, nomeado na Portaria nº 040/2013 de 02 de janeiro de 2013, para a partir de 10/02/2015 ocupar o cargo de Sub-Secretário, com direito a percepção da remuneração ao padrão CC-8, com carga horária de 40 horas semanais constante na Lei 755/2010 de 08 de dezembro de 2010 anexos I e II.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data retroativa de 10/02/2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de fevereiro 2015.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 022/2015 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 022/2015, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
NOMEIA SR. IRINEO CESCHINI AO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGEM E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR o Sr. Irineo Ceschini, portador do CPF sob nº. 430.110.479-87 com lotação na Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem (DMER), para ocupar o cargo de Secretário Municipal de Estradas e Rodagem, com direito a percepção da remuneração ao padrão CC-9, com carga horária de 40 horas semanais constante na Lei 755/2010 de 08 de dezembro de 2010 anexos I e II, sendo sua admissão a partir de 11/02/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data retroativa de 11/02/2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de fevereiro 2015.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 023/2015 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 023/2015, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
NOMEIA SRA. MARISE LÚCIA HALBERSTADT AO CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. MARISE LÚCIA HALBERSTADT, portadora do CPF sob nº. 034.469.579-44, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para ocupar o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, aprovada em Concurso Público nº 001/2014, com direito a percepção da remuneração ao padrão constante na Lei nº 755/2010 de 08 de dezembro de 2010, sendo sua contratação a partir de 11/02/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data retroativa de 11/02/2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de fevereiro de 2015.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 024/2015 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 024/2015, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
NOMEAR SERVIDORA EM SUBSTITUIÇÃO PARA CARGO DE PROFESSOR I E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. Juliane Fagundes, portadora do CPF sob nº. 004.154.390-43, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes para ocupar o cargo de Professor I - Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo o vencimento base constante no Anexo I: MAG 0200, a partir de 01 de setembro de 2014, com vencimento no respectivo Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Bom Jesus do Oeste - SC, Lei Complementar nº 917/2013 de 20 de dezembro de 2013, de acordo com a resolução nº 005/2014 da Secretaria Municipal de Educação, em substituição a Servidora Sra. Marilei Salete Oliveira Horn que está afastada por atestado médico no período de 01/09/2014 a 29/11/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data retroativa de 01/09/2014, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 19 de setembro de 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 025/2015 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 025/2015, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
NOMEAR SERVIDORA EM SUBSTITUIÇÃO PARA CARGO DE PROFESSOR I E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. Elisane Julci Vargas, portadora do CPF sob nº. 029.300.509-50, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes para ocupar o cargo de Professor I - Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo o vencimento base constante no Anexo I: MAG 0200, a partir de 11 de fevereiro de 2015, com vencimento no respectivo Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Bom Jesus do Oeste - SC, Lei Complementar nº 917/2013 de 20 de dezembro de 2013, de acordo com classificação de processo seletivo nº 001/2013, em substituição a Servidora Sra. Marilei Salete Oliveira Horn que está afastada por atestado médico.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data retroativa de 11/02/2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de fevereiro de 2015.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 026/2015 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 026/2015, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
NOMEAR SERVIDORA AO CARGO AUXILIAR DE ENSINO DE ACORDO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. Daiane Vivan, portadora do CPF sob nº.

081.478.169-10, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes para ocupar o cargo de Auxiliar de Ensino, em caráter temporário, conforme processo seletivo nº 001/2013, até homologação do resultado de processo seletivo em andamento, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo o vencimento base constante no Anexo IV: MAG 1000, a partir de 11 de fevereiro de 2015, com vencimento no respectivo Plano de Cargos e Carreiras do Magistério público de Bom Jesus do Oeste - SC, Lei Complementar nº 917/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data retroativa de 11/02/2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de fevereiro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 027/2015 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 027/2015, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal Sra. GABRIELA PAGLIARINI, inscrita na matrícula nº 510-0, ocupante do cargo de Nutricionista, conforme Atestado Médico, no período de 18 de fevereiro de 2015 a 20 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de fevereiro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

169.02.15 - P. FÉRIAS GILSON L. MACHADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 169/15 de 13.02.15

Concede Férias Regulamentares

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentar correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) ao funcionário Gilson Luiz Machado, Ocupante do cargo de Agente de Defesa e Salvamento - Padrão I - Nível 04, do quadro de Pessoal do Município com exercício no Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, para gozá-las a partir do dia 16 de fevereiro de 2015 com término no dia 17 de março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de fevereiro de 2015.

MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES

Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

170.02.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELIANE C. PEREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 170/15 de 13.02.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 11 de fevereiro de 2015, a funcionária Eliane Capistrano Pereira, Ocupante do cargo de Atendente de Enfermagem - Nível 3, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Posto Saúde Canoas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de fevereiro de 2015.

MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES

Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

171.02.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIZA AP. EMERICHES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 171/15 de 13.02.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 06 (seis) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 06 de fevereiro com término no dia 11 de fevereiro de 2015, a funcionária Mariza Aparecida Emerichs, Ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem Socorrista - Nível 3, do Quadro de Pessoal Contratado em caráter temporário do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de fevereiro de 2015.
MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

172.02.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE CLARICE A. SCHLEMPER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 172/15 de 13.02.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 30 (trinta) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 04 de fevereiro com término no dia 05 de março de 2015, a funcionária Clarice Amilda Schlemper, Ocupante do cargo de Agente de Saúde - Nível 3, do Quadro de Pessoal Contratado em caráter temporário do Município, com exercício no Fundo Municipal de Saúde - Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS - Centro.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de fevereiro de 2015.
MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

173.02.15 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAÚDE CELI ALVES HINCKEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 173/15 de 13.02.15
Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 13 de março de 2015, a funcionária Celi Alves Hinckel, Ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde - Nível 1, do Quadro de Pessoal Contratado do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde - Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS - São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de fevereiro de 2015.
MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

174.02.15 - P. DES. PROF. JAQUELINE S. ABREU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 174/15 de 13.02.15
Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Jackeline Santos, para atuar como Professora de Artes 40 horas semanais no Espaço Cultural Aberto, no período de 13 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2015, até a homologação do Processo Seletivo, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Processo Seletivo 03/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino de Artes, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de fevereiro de 2015.
MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

175.02.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE IZABEL MICHELS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 175/15 de 13.02.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 13 de fevereiro de 2015, a funcionária Izabel Michels, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Nível 22, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola do Campo Cambará.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de fevereiro de 2015.

MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

176.02.15 - P. REMANEJAMENTO PAMELA DELLA GIUSTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 176/15 de 19.02.15

Remaneja Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Remanejar a servidora Pâmela Della Giustina, ocupante do cargo de Zeladora - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola de Campo Canoas, para ocupar as mesmas funções na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de fevereiro de 2015.

MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

177.02.15 - P. CONC. GRAT. DIF. ACESSO PAMELA D. GIUSTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 177/15 de 19.02.15

Concede Gratificação por Trabalho em Local de Difícil Acesso

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder a funcionária Pâmela Della Giustina, no cargo de Zeladora - Padrão I Nível 1, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, uma gratificação de 5% (cinco por cento) sobre seu vencimento básico a que tem direito conforme Art. 48, Inciso II e Art. 51 da Lei Complementar n.º 04/04 de 31 de março de 2004.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de fevereiro de 2015.

MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

178.02.15 - P. FÉRIAS CESAR A. FAUSTINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 178/15 de 19.02.15

Concede Férias Regulamentares

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) ao funcionário Cesar Antônio Faustino, Ocupante do cargo de Motorista, Padrão I - Nível 4, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 010/2015 de 19 de fevereiro de 2015, para gozá-las a contar de 19 de fevereiro com término no dia 20 de março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de fevereiro de 2015.

MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 4 2015 - SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO 05/2015 EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 4/2015 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 04.03.2015, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 19 de fevereiro de 2015.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal.

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6299

DECRETO Nº 6.299, de 06 de fevereiro de 2015.
Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos ANTÔNIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, RICARDO CERRY e PEDRO ANTÔNIO MASIERO, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação de uma área de terreno urbano, com superfície de 218,30 m² (duzentos e dezoito metros e trinta decímetros quadrados), pertencente a uma área maior de 770,50 (setecentos e setenta metros e cinquenta decímetros quadrados), constituída pelo Lote nº33, da quadra B do Loteamento Fabiani, de propriedade de Antônio Fabiani, objeto da matrícula nº 17.170, do Registro de Imóveis desta Comarca de Caçador.

Art. 2º A Comissão deverá apresentar laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.011

PORTARIA Nº 25.011, de 07 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 122, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER RETORNO da Licença Sem Vencimentos, concedida ao Servidor Público Municipal AIRTON CARLOS LEITE, ocupante do cargo de Professor, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, com efeitos a contar de 05 de Janeiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de Janeiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 004/2015 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 008/2015 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇO PARA LOCAÇÃO DE PALCOS, TENDAS, ESTANDES, COBERTURAS E ESTRUTURAS PARA SEREM UTILIZADOS NOS EVENTOS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 18/02/2016

1ª Publicação.

DECRETO N.º 1.937/2014

DECRETO N.º 1.937/2014

Institui a Comissão Especial de Licitação para atuar no Processo Licitatório - Concorrência Pública n.º 003/2014 e da outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a realização do Processo Licitatório n.º 040/2014, relativo à modalidade Concorrência Pública n.º 003/2014, destinada a concessão dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário pelo prazo da concessão, em caráter de exclusividade, à concessionária, para prestá-los aos usuários na área de concessão;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial de Licitação para atuar no Processo Licitatório -Concorrência Pública n.º 003/2014, a qual será integrada pelos seguintes membros:

I - Emerson Haendchen Vidal - Advogado Efetivo (OAB/SC n.º 24.697 e Matrícula n.º 14657);

II - Jucelino Kazmierczak - Engenheiro de Obras Efetivo (CREA/SC n.º 087539-6 e Matrícula n.º 13161);

III - Carlos Alberto Ghiorzi - Engenheiro Civil de Planejamento Efetivo (CREA/SC n.º 010502-2 e Matrícula n.º 11616);

IV - Celso Rogério Mafra - Engenheiro Sanitarista Efetivo (CREA/SC n.º 113196-3 e Matrícula n.º 8);

V - Rodrigo Meirinho Morimoto - Secretário Municipal de Planejamento Urbano (Matrícula n.º 10983).

Parágrafo único. A comissão mencionada no caput deste artigo será vinculada ao Departamento de Compras e Licitações, pertencente à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Os integrantes da Comissão de que trata este Decreto exercerão suas atividades sem remuneração específica para o ato, sendo os serviços prestados considerados de interesse público.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 10 de dezembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

SUSPENSÃO DA CC 003/2014 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

PROCESSO LICITATÓRIO 040/2014

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 003/2014 - FUNDESB

OBJETO: CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO PELO PRAZO DA CONCESSÃO, EM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, À CONCESSIONÁRIA, PARA PRESTÁ-LOS AOS USUÁRIOS NA ÁREA DE CONCESSÃO, OBEDECIDAS A LEGISLAÇÃO VIGENTE E AS DISPOSIÇÕES DESTE EDITAL E DO CONTRATO.

A COMISSÃO DE LICITAÇÕES, REUNIDA NO AUDITÓRIO DO PAÇO MUNICIPAL ÀS 13:50 DO DIA 19/02/2015, OBSERVOU QUE O SR. PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO RECEBEU MINUTOS ATRÁS UMA DECISÃO LIMINAR, EXPEDIDA PELO JUIZO DA 2ª VARA DA COMARCA DE CAMBORIÚ, DETERMINANDO A IMEDIATA SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2014, QUE TEM A FINALIDADE DE CONCEDER OS SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO, ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA TRATADA NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. FICANDO ASSIM, A ABERTURA DA PRESENTE LICITAÇÃO "SINE DIE". DÊ-SE CIÊNCIA.

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

SUSPENSÃO DA CC 003/2014 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

PROCESSO LICITATÓRIO 142/2014

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 003/2014 - PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PROPAGANDA E DIVULGAÇÃO PARA A PREFEITURA DE CAMBORIÚ, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO REUNIDA EM DATA DE 13/02/2015, ÀS 13:15H TOMOU CIÊNCIA DO MANDADO DE NOTIFICAÇÃO JUDICIAL REFERENTE AO MANDADO DE SEGURANÇA AUTOS Nº 0300239-15.2015.8.24.0113, ONDE POR DECISÃO LIMINAR O JUIZO DA SEGUNDA VARA CÍVEL DETERMINOU A SUSPENSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO, ATÉ DECISÃO DO PRESENTE MANDAMUS. ASSIM SENDO, A COMISSÃO DE LICITAÇÃO EM RESPEITO E SE SUBMETENDO À DECISÃO VINDA DO PODER JUDICIÁRIO, SUSPENDE O PRESENTE PROCESSO "SINE DIE". DÊ-SE CIÊNCIA A TODOS OS LICITANTES. PUBLIQUE-SE. COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATUAL 01/2015 FMAS

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 01/2015.

Considerando a prorrogação do Contrato nº. 06/2014, estimam-se os gastos para o exercício 2015 e prevê a reserva orçamentária.

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PREVISÃO DE GASTOS PARA 2015
Previsão de gastos para os meses de janeiro a dezembro 2015 (em decorrência a prorrogação do contrato nº. 06/2014):

Qtde	Und.	Descrição	Valor Unitário Mensal	Valor Total
12	Mês	Contabilidade Pública	R\$ 170,00	R\$ 2.040,00
12	Mês	Compras e Licitações	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
VALOR TOTAL.			R\$ 234,87	R\$ 3.480,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício 2015: 92.01.2.121.3.3.90.39.00.00.00.00.102 (39) - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social, Manutenção das Atividades Sociais, Fundo Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz conforme disposto no inciso II do Art. 57, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contrato nº. 06/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 2015.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora

BETHA SISTEMAS LTDA
Contratada

ADITIVO CONTRATUAL 02/2015 FMS

ADITIVO CONTRATUAL Nº 2/2015

Considerando a prorrogação do Contrato nº. 17/2014, estima-se os gastos para o exercício 2015 e prevê a reserva orçamentária;

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PREVISÃO DE GASTOS PARA 2015
Previsão de gastos para o exercício 2015 (em decorrência a prorrogação do contrato nº 17/2014):

Qtde	Und	Decrição	Vlr. Unit mensal	Vlr. Total (até 31/12/2015)	
12	Mês	Contabilidade Pública	170,00	2.040,00	
12	Mês	Compras e Licitações	120,00	1.440,00	
12	Mês	Patrimônio	110,00	1.320,00	
VALOR TOTAL			400,00	4.800,00	339,61

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício 2015:

- 91.01.2.114.3.3.90.39.00.00.00.00, Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde, Manutenção das Atividades Administrativa, Fundo Municipal de Saúde.

CLAUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art.57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contrato nº 17/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 2015.

CAROLINA DA COSTA TELMA Gestora do Fundo Municipal de Saúde CONTRATANTE	BETHA SISTEMAS LTDA CONTRATADA
---	-----------------------------------

ADITIVO CONTRATUAL 03/2015 FMS

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 03/2015.

Considerando a prorrogação do Contrato nº. 08/2010, estima-se os gastos para o exercício 2015 e prevê a reserva orçamentária;

QUINTO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA OI MÓVEL S/A (empresa líder do "Consórcio Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre", conforme dispõe o item 4.1 e 14.1 do instrumento de Consórcio).

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa OI MÓVEL S/A (empresa líder do "Consórcio Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre", conforme dispõe o item 4.1 e 14.1 do instrumento de Consórcio), as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PREVISÃO DE GASTOS PARA 2015

A previsão de gastos para o exercício 2015 (em decorrência a prorrogação do contrato nº. 08/2010) é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício 2015:

91.01.2114.3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde; Fundo Municipal de Saúde. Recurso: 119 - Receitas Impostos e Trasnf. de Impostos - Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art.57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contato 8/2010 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 2015.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora

OI MÓVEL S/A

Contratada

ADITIVO CONTRATUAL 03/2015 IPRECAL

ADITIVO CONTRATUAL Nº 3/2015

Considerando a prorrogação do Contrato nº 6/2014, estimam-se os gastos para o exercício 2015 e prevê a reserva orçamentária.

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PREVISÃO DE GASTOS PARA 2015

Parágrafo Primeiro - Previsão de gastos para ano de 2015 (em decorrência a prorrogação do Contrato 6/2014):

ITEM	QT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. MEN-SAL	VALOR TOTAL
01	12	Mês	Locação de Sistema "Contabilidade Pública –Instituto de Previdência"	R\$ 300,00	R\$ 3.600,00
02	12	Mês	Locação de Sistema "Compras e Licitações - Instituto de Previdência"	R\$ 100,00	R\$ 1.200,00
03	12	Mês	Locação de Sistema "Folha Instituto de Previdência"	R\$ 180,00	R\$ 2.160,00
04	12	Mês	Locação de Sistema "Portal da Transparência"	R\$ 200,00	R\$ 2.400,00
VALOR TOTAL				R\$ 780,00	R\$ 9.360,00

Parágrafo Segundo - Pelos serviços (conversão/implantação/deslocamento/estadia/hora técnica), quando autorizados pela contratante, serão pagos à CONTRATADA os seguintes valores (de acordo com a quantidade solicitada):

ITEM	QT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	8	hora	Assistência Técnica após implantação dos sistemas, quando solicitado (desde que não esteja previsto nas funcionalidades do Sistema, que não estiverem incluso nos serviços contratados/locados)	R\$ 60,00	R\$ 480,00
02	400	km	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	R\$ 0,60	R\$ 240,00
03	2	diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	R\$ 114,00	R\$ 228,00
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS				R\$ 948,00	

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício 2015:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	94.00	IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre
Unidade	94.01	Divisão de Manutenção do IPRECAL
Função	9	Previdência Social
Subfunção	272	Previdência do Regime Estatutário
Programa	66	Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre
Projeto	2.113	Manutenção e Coordenação das Atividades Administrativas do IPRECAL
Elem. de Despesa	3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art.57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato 6/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 2015.

JEFFERSON JEAN DUVOISIN Diretor Executivo do IPRECAL Contratante	BETHA SISTEMAS LTDA Contratada
--	-----------------------------------

ADITIVO CONTRATUAL 05/2015 FMS

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 05/2015

Considerando a prorrogação do Contrato nº. 10/2012, estimam-se os gastos para o exercício 2014 e prevê a reserva orçamentária;

SEXTO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA CLINICAMPO LTDA S.S.

Pelo presente instrumento particular de aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa CLINICAMPO LTDA S.S, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PREVISÃO DE GASTOS PARA 2014

Previsão de gastos para o exercício 2015 (em decorrência a prorrogação do contrato nº. 10/2012):

Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
100	SERV	Consulta em cardiologia	R\$ 65,00	R\$ 6.500,00
40	SERV	Eletrocardiograma	R\$ 30,00	R\$ 1.200,00
15	SERV	Teste ergométrico, quando em consulta com cardiologista.	R\$ 150,00	R\$ 2.250,00
10	SERV	Exame de ecocardiograma	R\$ 200,00	R\$ 2.000,00
VALOR TOTAL.....				R\$ 11.950,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício 2015:

- 91.04.2.028.3.3.90.39.00.00.00.00, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria

de Saúde, Manutenção das Atividades Administrativa, Fundo Municipal de Saúde.

CLAUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art.57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contrato nº. 10/2012 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 2015.

CAROLINA DA COSTA TELMA Gestora	CLINICAMPO LTDA S.S Contratada
------------------------------------	-----------------------------------

ADITIVO CONTRATUAL 11/2015 FMS**ADITIVO CONTRATUAL Nº 11/2015**

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, solicitando a prorrogação do contrato nº 11/2014 (originado do Processo Licitatório nº. 6/2014, modalidade Pregão), estima-se os gastos para o exercício 2015 e prevê a reserva orçamentária:

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA MATERNIDADE E CIRURGIA N. S. DO ROCIO LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 11/2014

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa MATERNIDADE E CIRURGIA N. S. DO ROCIO LTDA, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PREVISÃO DE GASTOS PARA 2015

A previsão de gastos para o exercício 2015 (em decorrência a prorrogação do contrato nº. 11/2014) é de R\$ 103.670,00 (cento e três mil e seiscentos e setenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício 2015:

- 91.01.2.114.3.3.90.39.00.00.00.00, Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde, Manutenção das Atividades Administrativa, Fundo Municipal de Saúde.

CLAUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art.57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contrato nº 11/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 2015.

CAROLINA DA COSTA TELMA Gestora do Fundo Municipal de Saúde CONTRATANTE	LUIZ ERNESTO WENDLER Maternidade e Cirurgia N. S. do Rocio Ltda. CONTRATADO
---	---

ADITIVO CONTRATUAL 24/2015**ADITIVO CONTRATUAL Nº 24/2015****TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL**

Considerando o OFÍCIO Nº 001PL/2015 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 57/2014 (originado do Processo Licitatório nº 57/2014, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 57/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e

alterações, nos seguintes termos:

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA A IMPACTO ENGENHARIA LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 57/2014.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 57/2014 fica prorrogado por 90 (noventa) dias até o dia 26 de abril de 2015, contando a partir de 26 de janeiro de 2015.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 57/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 23 de janeiro de 2015.

<div>LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE</div>	<div>LAERCIO TELLES Impacto Engenharia Ltda CONTRATADA</div>
--	--

ADITIVO CONTRATUAL 26/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 26/2015

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 003PL/2015 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 43/2014 (originado do Processo Licitatório nº 98/2013, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 43/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

QUINTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA A.R.G. INDUSTRIAL LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 43/2014.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 43/2014 fica prorrogado por 60 (sessenta) dias até o dia 05 de abril de 2015, contando a partir de 04 de fevereiro de 2015.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 43/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 31 de janeiro de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração
CONTRATANTE

PAULO JOSÉ DA SILVA JUNIOR
A.R.G. IDUSTRIAL LTDA
CONTRATADA

ADITIVO CONTRATUAL 28/2015**ADITIVO CONTRATUAL Nº 28/2015**

Considerando a necessidade da execução de serviços de transporte escolar para o ano letivo de 2015, demonstrada através da Requisição nº 302;

Considerando a prorrogação do contrato nº 21/2014 através do Termo Aditivo nº 98/2014;

A Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições,

RESOLVE,

Prorrogar o prazo do contrato nº 21/2014 até 31 de dezembro de 2015. A quantidade para o ano letivo de 2015 será de 262.732 quilômetros. As linhas passam a vigorar conforme segue.

QUARTO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA ASS TURISMO LTDA. - ME.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa ASS TURISMO LTDA. - ME, as partes acordam que o contrato nº 23/2012 (originado do processo licitatório nº 4/2014, modalidade Pregão presencial como Registro de Preços), passará a vigorar com as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

— Constitui objeto do presente contrato a prestação de SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO, NUM TOTAL ESTIMADO DE 1.313,66 QUILOMETROS POR DIA, PARA O LETIVO DE 2015 (200 DIAS), TOTALIZANDO 262.732 km, DISTRIBUÍDO NAS SEGUINTE LINHAS:

LINHA 01 - RODEIO DE SANTA CRUZ / BATEIAS DE BAIXO

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 100 km/dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Rodeio de Santa Cruz, Rodeio Grande, Santana, Ximbuva (casa do senhor Antonio Rivaldo Fuckner), Ximbuvinha, Ribeirão do Meio, Mato Bonito, Bateias de Cima, Saltinho, Bateias de Baixo (escola Argemiro Gonçalves).

RETORNO: Bateias de Baixo (escola Argemiro Gonçalves) Saltinho, Bateias de Cima, Ribeirão do Meio, Mato Bonito, Ximbuvinha, Ximbuva (casa do senhor Antonio Rivaldo Fuckner) Santana, Rodeio Grande, Rodeio de Santa Cruz.(oficina)

LINHA 02 - BATEIAS DE CIMA / CENTRO

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 108 km/dia

HORÁRIO: período matutino/ vespertino

SAÍDA: Bateias de Cima, Papanduvinha, Pirizal, Bateias de Baixo, Lageado, E.E.B. Lebon Régis, EMEB. Maria José, APAE, CMEI. Alegre Infância, Carlos Schneider, CMEI. Alegre Infância, EMEB. Maria José

RETORNO: CMEI. Alegre Infância, EMEB. Maria José, Carlos Schneider, Cmei. Alegre ãozinho, Apae, Emeb. Maria José, Eeb. Lebon Régis, Lageado, Bateias de Baixo, Pirizal, Papanduvinha e Bateias de Cima (Entrada De Campinas)

Bateias De Cima, Papanduvinha, Bateias de Baixo, Saltinho, Bateias de Cima.

LINHA 03 - CUBATÃO/ CENTRO

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 97 km/dia

HORÁRIO: PERÍODO VESPERTINO

SAÍDA Cubatão (Igreja) passando por: Cubatão , Tijucume, Campinas, Bateias do Meio, Bateias De Cima, Saltinho - Alto da Lavrinha, São Miguel, EEB. Lebon Régis, EMEB. Maria José, CMEI.

Alegre Infância

RETORNO: Saída: CMEI. Alegre Infância, EMEB. Maria José, EEB. Lebon Régis, São Miguel, Saltinho, Bateias de Cima, Bateias do Meio, Campinas, Tijucume, Cubatão (Igreja).

LINHA 04 - CAMPINAS / CENTRO

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 101 km/dia

HORÁRIO: PERÍODO VESPERTINO

SAÍDA: Centro, Passando Por: São Miguel, Papanduva, Campinas (Senhor João Munhoz), Entrada Laranjeiras (de Deus), EEF Lebon Régis, EMEB. Maria José, APAE, CMEI. Alegre Infância.

RETORNO: APAE, CMEI. Alegre Infância, EMEB. Maria José, E.E.B. Lebon Régis, São Miguel, Entrada Laranjeiras, Papanduva, Campinas, Saltinho, Papanduva, São Miguel, Centro.

LINHA 05 - RIO REPRESO / CENTRO

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 82 km / dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Campo Alegre, Rio Represo, Ecoflex, Parque Industrial, Vila ,Briski, E.E.B. Lebon Régis, EMEB. Maria José, CMEI. Alegre Infância, EMEB Antônio Domingos Corrêa, CMEI. Alegre Infância, EMEB. Maria José

RETORNO: CMEI. Alegre Infância, E.M.E.B. Maria José, Antonio Domingos Corrêa, CMEI. Alegre Infância, EMEB. Maria José, EEB. Lebon Régis, Vila Briski, Parque Industrial, Ecoflex, Rio Represo, Campo Alegre.

LINHA 06 - FRAGOSOS/CORREDEIRAS

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 14 km/dia

HORÁRIO: período matutino

SAÍDA: Fragosos, Corredeiras EEF. Jerônimo F. C. Pacheco.

RETORNO: EEF. Jerônimo F. C. Pacheco, Corredeiras e Fragosos.

LINHA 07 - FRAGOSOS/AVENCA DO RIO NEGRO/CENTRO

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 94 km/dia

HORÁRIO: período vespertino

SAÍDA: Fragosos, Capinzal, Turvo, Avenca do Rio Negro, Salto, Avenquinha, Queimados, EEB. Lebon Régis, EMEB. Maria José, CMEI. Alegre Infância, APAE, Carlos Schneider, CMEI. Alegre Infância. EMEB. Maria José.

RETORNO: CMEI Alegre Infância, EMEB. Maria José, EMEB Carlos Schneider, APAE, CMEI. Alegre Infância, EMEB. Maria José, EEB. Lebon Régis, Queimados, Avenquinha, Salto, Avenca do Rio Negro, Turvo, Capinzal e Fragosos.

LINHA 08 - BATEIAS DE BAIXO/ CENTRO

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 126 km/dia

HORÁRIO:

- período matutino

SAÍDA: Bateias de Baixo, Saltinho, São Miguel, EEF. Lebon Régis, EMEB. Maria José, CMEI. Alegre Infância, EMEB Bela Vista, CMEI. Alegre Infância, EMEB. Maria José.

RETORNO: CMEI Alegre Infância, EMEB. Maria José, EMEB Bela Vista, CMEI Alegre Infância, EMEB. Maria José, EEB Lebon Régis, São Miguel, Saltinho e Bateias de Baixo.

- período vespertino

SAÍDA: Bateias de Baixo: Pirizal, Queimados, Lageado, EEB. Lebon Régis, EMEB. Maria José, CMEI Alegre Infância, EMEB Bela Vista, CMEI. Alegre Infância, EMEB Maria José.

RETORNO: CMEI. Alegre Infância, EMEB. Maria José, EMEB Bela Vista, CMEI. Alegre Infância, EMEB Maria José, EEB Lebon Régis, Lageado, Queimados, Bateias de Baixo, Pirizal e Bateias de Baixo.

LINHA 09 - SERRINHA/AVENQUINHA

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 90 km/dia

HORÁRIO:

- período matutino

SAÍDA: Campo Alegre, Avenquinha, Rio Bonito, Serrinha, EEB Lebon Régis, EMEB. Maria José, CMEI. Alegre Infância.

RETORNO: CMEI.Alegre Infância, EMEB. Maria José, EEB Lebon Régis, Serrinha, Rio Bonito e Avenquinha.

- período vespertino: AVENQUINHA / TURVO

SAÍDA: Avenquinha, Faxinal, EEB Lebon Régis, EMEB. Maria José, CMEI Alegre Infância.

RETORNO: CMEI. Alegre Infância, EMEB. Maria José, EEB. Lebon Régis, Faxinal, Avenquinha e Campo Alegre.

LINHA 10- NUCLEAÇÃO AVENQUINHA/CENTRO

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 80 km / dia

HORÁRIO: período vespertino

SAÍDA: Centro, Mangueira Velha, Salto, Queimados, Avenca do Rio Negro, Avenquinha, Queimados, EEB. Lebon Régis, EMEB. Maria José, CMEI Alegre Infância, EMEB Antônio Domingos Corrêa. EMEB, Maria José, CMEI. Alegre Infância.

RETORNO: CMEI. Alegre Infância, EMEB Maria José, EMEB Domingos Corrêa, CMEI Alegre Infância, EMEB. Maria José, EEB Lebon Régis, Queimados, Avenquinha, Avenca do Rio Negro, Queimados, Salto, Mangueira Velha e Centro.

LINHA 11 - LAGEADO /CENTRO

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 22,66 km/dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Campo Alegre, Lageado E.E.B. Lebon Régis.

RETORNO: E.E.F. Lebon Régis, Lageado e Campo Alegre

NUCLEAÇÃO EMEB. PAULO FUCKNER - BATEIAS DE CIMA

LINHA 12 - RODEIO DE SANTA CRUZ/BATEIAS DE CIMA

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 100 km/dia

HORÁRIO:

- período matutino e vespertino

SAÍDA: Rodeio de Santa Cruz, Rodeio Grande, Santana, Ximbuva (Igreja), Cãozinho, Ribeirão do Meio, EMEB. Paulo Fuckner.

RETORNO: EMEB. Paulo Fuckner, Ribeirão do Meio, Cãozinho, Ximbuva (Igreja), Santana, Rodeio Grande e Rodeio de Santa Cruz.

- período vespertino

SAÍDA: Rodeio de Santa Cruz, Rodeio Grande, Santana, Ximbuva, Cãozinho, Ribeirão do Meio, Bateias de Cima.

RETORNO: Bateias de Cima, Ribeirão do Meio, Cãozinho, Ximbuva, Santana, Rodeio Grande, Rodeio de Santa Cruz.

LINHA 13 - XIMBUVA/BATEIAS DE CIMA

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 102 km / dia

HORÁRIO:

- período matutino

SAÍDA: Bateias de Cima, Cãozinho (casa Nenibi), Onça Parda, Ximbuva, Ximbuvinha (Escolinha), Ribeirão do Meio, EMEB.Paulo Fuckner.

RETORNO: EMEB.Paulo Fuckner, Ribeirão do Meio, Bar Luci (vai/volta), Cãozinho.

- período vespertino

SAÍDA: Cãozinho, Casa Nenibi, Ximbuva, Ximbuvinha (Escolinha), Onça Parda, Ribeirão Do Meio, Paulo Fuckner.

RETORNO: E.M.E.B.Paulo Fuckner, Ribeirão Do Meio, Cãozinho, Casa Nenibi, Ximbuva, Ximbuvinha, Onça Parda.

LINHA 14 - SANTANA/BATEIAS DE CIMA

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 98 km / dia

HORÁRIO:

- período matutino/vespertino

SAÍDA: Santana, Cubatão, Tijucume, Campinas, Bateias do Meio, EMEB. Paulo Fuckner.

RETORNO: EMEB. Paulo Fuckner, Bateias do Meio, Campinas, Tijucume, Mato Bonito, Tijucume, Cubatão.

- período vespertino

Cubatão, Tijucume, Campinas, Bateias Do Meio, Paulo Fuckner.

RETORNO: Paulo Fuckner, Bateias Do Meio, Campinas, Tijucume, Cubatão e Santana.

LINHA 15 - RODEIO GRANDE / BATEIAS DE CIMA

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 99 km / dia

HORÁRIO:

- período matutino

SAÍDA: Rodeio Grande, Santana, Mato Bonito (casa Janguinho Rocha), Ribeirão do Meio, Bar Luci (vai/volta), EMEB. Paulo Fuckner
RETORNO: EMEB. Paulo Fuckner, Ribeirão do Meio, Mato Bonito, Casa Janguinho Rocha, Santana, Rodeio Grande

- período vespertino

SAÍDA: Rodeio Grande, Santana, Cubatão, Tijucume, Mato Bonito, Ribeirão do Meio, EMEB. Paulo Fuckner.

RETORNO: EMEB. Paulo Fuckner, Ribeirão do Meio, Mato Bonito, Tijucume, Cubatão, Santana, Rodeio Grande.

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93, e alterações.

As demais cláusulas do contrato nº 23/2012 permanecem inalteradas e em vigor até a data de 31/12/2013.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 30 de janeiro de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Contratante

ASS TURISMO LTDA. - ME

Contratada

ADITIVO CONTRATUAL 29/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 29/2015.

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Considerando o Contrato 13/2015 - Aditiva a Locação de Sistema "Gestão Educacional- Prefeitura", para a escola Bela Vista.

ENSINO FUNDAMENTAL

Item	Qtd.	Unid.	Valor Unitário Mensal	Valor Total
Locação de Sistema "Gestão Educacional- Prefeitura"	11	Mês	R\$ 113,55	1.249,05

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício 2015:

- 05.06.2.105.3.3.90.39.00.00.00.00.0140 (130) - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Manter e Coordenar Atividades Específicas do Ensino Fundamental, Serviço de Manutenção do Salário Educação, Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz conforme disposto no inciso II do Art. 57, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contrato nº. 13/2015 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 05 de fevereiro de 2015.
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária de Administração

BETHA SISTEMAS LTDA
Contratada

ADITIVO CONTRATUAL 30/2014 FMS

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 30/2014.

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, solicitando a prorrogação da vigência do contrato nº 11/2014 (originado do Processo Licitatório nº. 6/2014, modalidade Pregão);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;
PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 11/2014 com fulcro no §1º, inciso II, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA MATERNIDADE E CIRURGIA N. S. DO ROCIO LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 11/2014.

Cláusula Primeira - Da Prorrogação Do Prazo
Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 11/2014 até 30 de maio de 2015.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais
Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do contrato 29/2013 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 2015.
CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
CONTRATANTE

LUIZ ERNESTO WENDLER
Maternidade e Cirurgia N. S. do Rocio Ltda.
CONTRATADO

ADITIVO CONTRATUAL 34/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 34/2015

Em decorrência a execução do Concurso Público Municipal para provimento de Médicos, o qual será executado em separado dos demais cargos, sendo que isto não foi previsto no processo licitatório nº 129/2014, acresce 10% ao valor inicialmente contratado, conforme justificativa nos autos do processo.

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO MGA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa MGA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI. (CNPJ: 20.267.664/0001-29), as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ACRESCIMO DE QUANTITATIVO
Acresce ao contrato nº 22/2015, o valor de R\$ 3.940,00 (três mil, novecentos e quarenta reais) conforme Justificativa nos autos do processo licitatório nº 129/2014.

Esta alteração se faz nos moldes da Lei Federal 8.666/93, e alterações.

As demais cláusulas do contrato nº 22/2015 permanecem inalteradas e em vigor.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 11 de fevereiro de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração Contratante	MARCIO JOSÉ PREZOTO MGA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI Contratada
---	---

APOSTILA 1/2015 FMAS

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

A P O S T I L A Nº 1/2015

(Ref. Contrato nº 2/2015)

Considerando a Comunicação de reajuste de preços apresentada pela empresa contratada AUTO POSTO JK LTDA, em decorrência ao aumento de preços repassado as distribuidoras de combustíveis;

RESOLVE,

ALTERAR o valor do litro gasolina comum, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, passando de R\$ 3,06 o litro para R\$ 3,41 o litro.

Campo Alegre, 09 de fevereiro de 2015.
CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora

APOSTILA 1/2015 FMS

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

A P O S T I L A Nº 1/2015

(Ref. Contrato nº 1/2015)

Considerando a Comunicação de reajuste de preços apresentada pela empresa contratada AUTO POSTO JK LTDA, em decorrência ao aumento de preços repassado as distribuidoras de combustíveis;

RESOLVE,

ALTERAR o valor do litro gasolina comum, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, passando de R\$ 3,06 o litro para R\$ 3,41 o litro.

Campo Alegre, 09 de fevereiro de 2015.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora

APOSTILA 1/2015 PMCA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

A P O S T I L A Nº 1/2015

(Ref. Contrato nº 2/2015)

Considerando a Comunicação de reajuste de preços apresentada pela empresa contratada AUTO POSTO JK LTDA, em decorrência ao aumento de preços repassado as distribuidoras de combustíveis;

RESOLVE,

ALTERAR o valor do litro gasolina comum, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, passando de R\$ 3,06 o litro para R\$ 3,41 o litro.

Campo Alegre, 09 de fevereiro de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

APOSTILA 2/2015 FMS

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

A P O S T I L A Nº 2/2015

(Ref. Contrato nº 13/2015)

Considerando a Comunicação de reajuste de preços apresentada pela empresa contratada RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, em decorrência ao aumento de preços repassado as distribuidoras de combustíveis;

RESOLVE,

ALTERAR o valor do litro do óleo diesel S10 para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, passando o óleo diesel S10 de R\$ 2,587 para R\$ 2,767 o litro.

Campo Alegre, 12 de fevereiro de 2015.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora

APOSTILA 2/2015 PMCA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

A P O S T I L A Nº 2/2015

(Ref. Contrato nº 6/2015)

Considerando a Comunicação de reajuste de preços apresentada pela empresa contratada RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, em decorrência ao aumento de preços repassado as distribuidoras de combustíveis;

RESOLVE,

ALTERAR o valor do litro do óleo diesel S10 e S500, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, passando o óleo diesel S10 de R\$ 2,587 para R\$ 2,767 o litro, e o óleo diesel S500 de R\$ 2,474 para R\$ 2,654 o litro.

Campo Alegre, 12 de fevereiro de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 026/2015

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 026/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: MARIANE LOPES, Professor IV - Língua Inglesa - não habilitada, portadora do CPF/MF nº 081.278.979-22, residente domiciliada na Rodovia SC, nº. 110, Distrito Bateias de Baixo, Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso, IV e VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

PRAZO: Início: 19 de fevereiro de 2015

Término: 18 de dezembro de 2015, ou até a realização e homologação de Concurso Público.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 958,89 (Novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e nove centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 20 (vinte) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC, 19 de fevereiro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	MARIANE LOPES Contratada
--	-----------------------------

Testemunhas:

- 1.
- 2.

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 027/2015

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 027/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: SUELEN ELIZA VIER DREVECK, Professor IV - Língua Inglesa, portadora do CPF/MF nº 072.369.869-41, residente domiciliado na Estrada de Avenquinha, sem nº., Bairro Avenquinha, Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso, IV e VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

PRAZO: Início: 19 de fevereiro de 2015

Término: 18 de dezembro de 2015, ou até a realização e homologação de Concurso Público.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: Piso nacional do magistério R\$ 1.917,78 (Um mil novecentos e dezessete reais e setenta e oito centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40

da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC, 19 de fevereiro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	SUELEN ELIZA VIER DREVECK Contratada
--	---

Testemunhas:

- 1.
- 2.

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 028/2015

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 028/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADO: GABRIELI HANTSCH ALVES, Professor III - Artes, portadora do CPF/MF nº 080.670.779-83, residente domiciliada na Rua Carlos H. Filho, nº. 70, Bairro São Pedro, Rio Negrinho/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso, IV e VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

PRAZO: Início: 19 de fevereiro de 2015

Término: 18 de dezembro de 2015, ou até a realização e homologação de Concurso Público.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.438,33 (Um mil quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e três centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 30 (trinta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC, 19 de fevereiro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	GABRIELI HANTSCHER ALVES Contratado
--	--

Testemunhas:

- 1.
- 2.

DECRETO Nº 8.873 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.873 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO NOS TERMOS DO ART. 3º DA EC 47/05, DO ART. 61 DA LEI MUNICIPAL Nº 4.217/14 DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSÉ FERNANDES DA MAIA E DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, DECRETA:

Art.1º) Aposentar em caráter integral, por tempo de contribuição, conforme Processo Administrativo do IPRECAL nº 003/2015, nos termos do art. 3º da EC 47/05, e conforme dispõe o art. 61 da Lei Municipal nº 4.217 de 25 de novembro de 2014, ao Servidor Público Municipal, JOSÉ FERNANDES DA MAIA, portador do CPF/MF nº 382.627.469-53, e do RG nº 975.725 - SSP-SC, detentor da Matrícula Funcional nº 000033, Registrado no Sistema sob nº 205400, Pis/Pasep nº 1.062.793.885-7, ocupante do cargo público de provimento efetivo, Agente Operacional II, na função de Vigia, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter Integral com paridade, nos termos do art. 61 da Lei Municipal nº 4.217/14, perfazendo o montante bruto de R\$ 1.855,33 (um mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais, trinta e três centavos), que serão pagos mensalmente pelo IPRECAL, observando-se o desconto da contribuição previdenciária pertinente.

Art.3º) Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Inciso V do Artigo 90, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de Campo Alegre/SC.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
19 de Fevereiro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JEFFERSON JEAN DUVOISIN
Diretor Executivo - IPRECAL

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/02/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 001/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO

DE RECURSOS Nº 001/2011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 001/2011

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 25 de Janeiro de 2011, no valor de R\$ 22.363,99 (vinte e dois mil, trezentos e sessenta e três reais, noventa e nove centavos).

Campo Alegre/SC, 25 de Janeiro de 2011.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 002/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO

DE RECURSOS Nº 002/2011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 002/2011

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 21 de Fevereiro de 2011, no valor de R\$ 40.229,83 (quarenta mil, duzentos e vinte e nove reais, oitenta e três centavos).

Campo Alegre/SC, 21 de Fevereiro de 2011.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 003/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 003/2011
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 003/2011

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 21 de Março de 2011, no valor de R\$ 22.770,88 (vinte e dois mil, setecentos e setenta reais, oitenta e oito centavos).

Campo Alegre/SC, 21 de Março de 2011.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 004/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 004/2011
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 004/2011

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 25 de Abril de 2011, no valor de R\$ 22.766,62 (vinte e dois mil, setecentos e sessenta e seis reais, sessenta e dois centavos).

Campo Alegre/SC, 25 de Abril de 2011.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 005/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 005/2011
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 005/2011

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 23 de Maio de 2011, no valor de R\$ 22.245,71 (vinte e dois mil, duzentos e quarenta e cinco reais, setenta e um centavos).

Campo Alegre/SC, 23 de Maio de 2011.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 006/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 006/2011
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 006/2011

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 20 de junho de 2011, no valor de R\$ 22.810,53 (vinte e dois mil oitocentos e dez reais, cinquenta e três centavos).

Campo Alegre/SC, 20 de Junho de 2011.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 007/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 007/2011
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 007/2011

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 20 de Julho de 2011, no valor de R\$ 23.290,86 (vinte e três mil duzentos e noventa reais, oitenta e seis centavos).

Campo Alegre/SC, 20 de Julho de 2011.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 008/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 008/2011
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 008/2011

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 19 de Agosto de 2011, no valor de R\$ 23.336,24 (vinte e três mil trezentos e trinta e seis reais, vinte e quatro centavos).

Campo Alegre/SC, 19 de Agosto de 2011.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 009/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 009/2011
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 009/2011

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 20 de Setembro de 2011, no valor de R\$ 23.750,20 (vinte e três mil setecentos e cinquenta reais, vinte centavos).

Campo Alegre/SC, 20 de Setembro de 2011.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 010/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 010/2011
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 010/2011

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 20 de Outubro de 2011, no valor de R\$ 29.568,37 (vinte e nove mil quinhentos e sessenta e oito reais, trinta e sete centavos).

Campo Alegre/SC, 20 de Outubro de 2011.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 011/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 011/2011
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 011/2011

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 22 de Novembro de 2011, no valor de R\$ 23.817,18 (vinte e três mil oitocentos e dezessete reais, dezoito centavos).

Campo Alegre/SC, 22 de Novembro de 2011.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 012/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 012/2011
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 012/2011

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 23 de Dezembro de 2011, no valor de R\$ 24.276,52 (vinte e quatro mil duzentos e setenta e seis reais, cinquenta e dois centavos).

Campo Alegre/SC, 23 de Dezembro de 2011.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 013/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 013/2011
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 013/2011

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNATE - Transporte Escolar, em data de 04 de Abril de 2011, no valor de R\$ 14.782,10 (quatorze mil setecentos e oitenta e dois reais, dez centavos).

Campo Alegre/SC, 04 de Abril de 2011.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 014/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 014/2011
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 014/2011

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNATE - Transporte Escolar, em data de 03 de Maio de 2011, no valor de R\$ 14.782,10 (quatorze mil setecentos e oitenta e dois reais, dez centavos).

Campo Alegre/SC, 03 de Maio de 2011.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 015/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 015/2011
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 015/2011

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNATE - Transporte Escolar, em data de 02 de Junho de 2011, no valor de R\$ 14.782,10 (quatorze mil setecentos e oitenta e dois reais, dez centavos).

Campo Alegre/SC, 02 de Junho de 2011.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 016/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 016/2011
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 016/2011

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNATE - Transporte Escolar, em data de 05 de Julho de 2011, no valor de R\$ 14.782,10 (quatorze mil setecentos e oitenta e dois reais, dez centavos).

Campo Alegre/SC, 05 de Julho de 2011.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 017/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 017/2011
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 017/2011

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNATE - Transporte Escolar, em data de 05 de Agosto de 2011, no valor de R\$ 14.782,10 (quatorze mil setecentos e oitenta e dois reais, dez centavos).

Campo Alegre/SC, 05 de Agosto de 2011.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 018/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 018/2011
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 018/2011

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNATE - Transporte Escolar, em data de 05 de Setembro de 2011, no valor de R\$ 14.782,10 (quatorze mil setecentos e oitenta e dois reais, dez centavos).

Campo Alegre/SC, 05 de Setembro de 2011.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 019/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 019/2011
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 019/2011

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNATE - Transporte Escolar, em data de 04 de Outubro de 2011, no valor de R\$ 14.782,10 (quatorze mil setecentos e oitenta e dois reais, dez centavos).

Campo Alegre/SC, 04 de Outubro de 2011.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 020/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 020/2011
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 020/2011

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNATE - Transporte Escolar, em data de 03 de Novembro de 2011, no valor de R\$ 14.782,10 (quatorze mil setecentos e oitenta e dois reais, dez centavos).

Campo Alegre/SC, 03 de Novembro de 2011.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 021/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 021/2011
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 021/2011

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNATE - Transporte Escolar, em data de 02 de Dezembro de 2011, no valor de R\$ 14.782,10 (quatorze mil setecentos e oitenta e dois reais, dez centavos).

Campo Alegre/SC, 02 de Dezembro de 2011.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 022/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 022/2015
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 022/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNAS - PBF, em data de 02 de Fevereiro de 2015, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Campo Alegre/SC, 02 de Fevereiro de 2015.
JOSE LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/02/2015.

EXTRATO DE CONTRATO 01/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2015 FMS

Objeto: Aquisição de 17.600 litros de gasolina comum para os veículos do Fundo Municipal de Saúde, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Pregão, nº 25/2014.

Dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	91.00	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	91.04	Manutenção das Ativ. De Assist. Médica e Terapêutica
Função	10	Saúde
Subfunção	303	Suporte Profilático e Terapêutico
Programa	56	Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia
Projeto	2.117	Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia
Elemento de Despesa	3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	91.00	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	91.07	Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária
Função	10	Saúde
Subfunção	304	Vigilância Sanitária
Programa	58	Vigilância em Saúde
Projeto	2.119	Manutenção das Atividades de Vigilância Sanitária
Elemento de Despesa	3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	91.00	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	91.09	Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica
Função	10	Saúde
Subfunção	305	Vigilância Epidemiológica
Programa	58	Vigilância em Saúde
Projeto	2.120	Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica
Elemento de Despesa	3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Valor: R\$ 53.856,00 (cinquenta e três mil, oitocentos e cinquenta e seis reais).

Vigência: 02/01/2015 a 31/12/2015.

Contratada: AUTO POSTO JK LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora

EXTRATO DE CONTRATO 01/2015 IPRECAL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2015 - IPRECAL

Objeto: Serviços técnicos especializados em assessoria jurídica, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo de Dispensa de Licitação nº 01/2015.

Dotação orçamentária: 3.3.90.36.00.00.00.00 - Manutenção e Coordenação das Atividades - Pessoa Física

Vigência: 02/01/2015 a 31/12/2015.

Do valor total: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)

Contratado: TAIS CRISTINA HEYSE

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

Jefferson Jean Duvoisin

Gestor

EXTRATO DE CONTRATO 02/2015 FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2015 FMAS

Objeto: Aquisição de combustível (gasolina comum), para os veículos da Assistência Social, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial, nº 06/2014.

Dotação orçamentária:

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre

Órgão: 92.00 - Fundo Municipal de Assistência Social de Campo Alegre

Unidade: 92.01 - Manutenção das Atividades Sociais

Função: 08 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 61 - Manut. das Atividades Administrativas da Assistência Social

Projeto: 2.121 - Manut. e Coordenação das Atividades de Assistência Social

Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo

Vigência: 02/01/2015 a 31/12/2015.

Do valor total: R\$ 8.139,60 (oito mil, cento e trinta e nove reais e sessenta centavos)

Contratado: AUTO POSTO JK LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

Carolina da Costa Telma

Gestora

EXTRATO DE CONTRATO 02/2015 IPRECAL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2015 - IPRECAL

Objeto: Cessão de uso de SISTEMA DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA e prestação de serviços de processamento de dados, manutenção, atualização, suporte técnico e manutenção mensal, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo de Dispensa de Licitação nº 02/2015.

Dotação orçamentária: 3.3.90.39.00.00.00.00 - Manutenção e Coordenação das Atividades - Pessoa Jurídica
Vigência: 02/01/2015 a 31/12/2015.

Do valor total: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)

Contratado: DATA A TECNOLOGIA LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

Jefferson Jean Duvoisin
Gestor

EXTRATO DE CONTRATO 04/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2015 FMS

Objeto: Execução de serviços especializados no seguinte procedimento: consulta em ortopedia, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 26/2009.
Dotação orçamentária: 91.04.2.028.3.3.90.39.00.00.00.00 (37), Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Realização de diagnóstico dos pacientes, Manutenção das Atividades Médicas e Terapêuticas, Fundo Municipal de Saúde.

Valor: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

Vigência: 02/01/2015 a 31/12/2015.

Contratada: ASOVILLE SAUDE OCUPACIONAL S/S LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora

EXTRATO DE CONTRATO 06/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2015 FMS

Objeto: Prestação de serviços em consulta especializada em Cardiologia e exames especializados em ecocardiograma, teste ergométrico e eletrocardiograma, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 26/2009.
Dotação orçamentária: 91.04.6.2.028.3.3.90.39.00.00.00.00, Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Realização de Diagnósticos dos Pacientes, Assistência Médica Terapêutica, Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica, Fundo Municipal de Saúde.

Valor: R\$ 10.050,00 (dez mil e cinquenta reais).

Vigência: 02/01/2015 a 31/12/2015.

Contratada: CEMOX CENTRO MÉDICO OXFORD

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora

EXTRATO DE CONTRATO 07/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2015 FMS

Objeto: Execução de serviços especializados nos seguintes procedimentos: consulta em ginecologia, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 26/2009.

Dotação orçamentária: 91.04.2.028.3.3.90.39.00.00.00.00 (37), Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Realização de diagnóstico dos pacientes, Manutenção das Atividades Médicas e Terapêuticas, Fundo Municipal de Saúde.

Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Vigência: 02/01/2015 a 31/12/2015.

Contratada: CASA VIDA ESPAÇO INTERDISCIPLINAR PARA SAÚDE INTEGRAL LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora

EXTRATO DE CONTRATO 09/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 09/2015 FMS

Objeto: Prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final (tratamento) de resíduos sólidos de saúde (Grupo A, B e E), conforme legislação vigente, oriundos das instalações da contratante, em Campo Alegre - SC, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo de Dispensa de Licitação nº 03/2015.

Dotação orçamentária: 91.04.2.028.3.3.90.39.00.00.00.00 (37), Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Realização de diagnóstico dos pacientes, Manutenção das Atividades Médicas e Terapêuticas, Fundo Municipal de Saúde.

Valor: R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais).

Vigência: 02/01/2015 a 31/05/2015.

Contratada: TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora

EXTRATO DE CONTRATO 13/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2015 FMS

Objeto: Aquisição de 3.000 litros de óleo diesel S10 para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo licitatório, modalidade Pregão Presencial, nº 25/2014.

Dotação orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 - Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.04 - Manutenção das Atividades de Assist. Médica e Terapêutica; Função: 10 - Saúde; Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico; Programa - 56 - Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia; Projeto: 2.117 - Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo

Valor: R\$ 7.761,00 (sete mil, setecentos e sessenta e um reais).

Vigência: 02/01/2015 a 31/12/2015.

Contratada: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora

EXTRATO DE CONTRATO 15/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2015 FMS

Objeto: Fornecimento de medicamentos diversos (constantes da Revista ABC Farma), para uso emergencial, prescritos por médicos, necessários e imprescindíveis para atendimento a pessoas cadastradas no Programa de Distribuição de Medicamentos Excepcionais, do Fundo Municipal de Saúde, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo licitatório, modalidade Pregão Presencial, nº 01/2015.

Dotação orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 - Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.06 - Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica; Função: 10 - Saúde; Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico; Programa: 57 - Assistência Farmacêutica; Projeto: 2.030 - Aquisição e Distribuição de Medicamentos Eletivos; Elemento de Despesa: 3.90.32.00.00.00.00 - Material de Distribuição Gratuita; Recurso: 00.01.0099 - Receita Impostos e Transf. De Impostos - Saúde.

Valor: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Vigência: 23/01/2015 a 31/12/2015.

Contratada: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI (FARMÁCIA 512)

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora

EXTRATO DE CONTRATO 23/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 23/2015

Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento de materiais didáticos e recursos pedagógicos para a educação infantil, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo licitatório, modalidade Pregão Presencial, nº 127/2014.

Dotação orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.03 - Serviço de Educação Infantil; Função: 12 - Educação; Subfunção: 365 - Educação Infantil; Programa: 11 - Educação Infantil; Projeto: 2.106 - Manutenção e Coordenação das Atividades de Educação Infantil; Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 0118 - Código reduzido: 123.

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.06 - Serviço de Manutenção do Salário Educação; Função: 12 - Educação; Subfunção: 365 - Educação Infantil; Programa: 13 - Salário Educação; Projeto: 2.805 - Manter e coordenar Atividades Específicas da Educação Infantil; Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 102 - Manter e Coordenar Atividades Específicas da Educação Infantil - Código reduzido: 140.

Vigência: 19/01/2015 a 31/12/2015.

Do valor total: R\$ 45.299,70 (quarenta e cinco mil duzentos e noventa e nove reais e setenta centavos).

Contratada: EDITORA POSITIVO LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DE CONTRATO 27/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2015

Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento de materiais didáticos e recursos pedagógicos para o ensino fundamental, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo licitatório, modalidade Pregão Presencial, nº 127/2014.

Dotação orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.02 - Serviço de Ensino Fundamental; Função: 12 - Educação; Subfunção: 361 - Ensino Fundamental; Programa: 10 - Ensino Fundamental; Projeto: 2.105 - Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental; Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 0118 - Código reduzido: 97.

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.06 - Serviço de Manutenção do Salário Educação; Função: 12 - Educação; Subfunção: 361 - Ensino Fundamental; Programa: 13 - Salário Educação; Projeto: 2.108 - Manter e coordenar Atividades Específicas do Ensino Fundamental; Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 102 Salário Educação - Código reduzido: 135.

Vigência: 30/01/2015 a 31/12/2015.

Do valor total: R\$ 466.627,28 (quatrocentos e sessenta e seis mil, seiscentos e vinte e sete reais e vinte e oito centavos).

Contratada: EDITORA POSITIVO LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DE CONTRATO 30/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2015

Objeto: Fornecimento de material e mão de obra, para reforma e ampliação do prédio da Escola Municipal Paulo Fuckner, situada na Rodovia 020, localidade de Bateias de Cima, neste município, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo licitatório, modalidade Tomada de Preços, nº 125/2014.

Dotação orçamentária:

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 05.06 - Serviço de manutenção do Salário Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0013 - Salário Educação

Projeto: 1.028 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações

Vigência: 06/02/2015 a 06/06/2015.

Do valor total: R\$ 228.735,94 (duzentos e vinte e oito mil, setecentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos).

Contratada: BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DE CONTRATO 32/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/2015

Objeto: Elaboração de Projeto Básico para contratação de empresa especializada na execução dos serviços de iluminação pública no Município de Campo Alegre, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo de Dispensa de Licitação nº 23/2015.

Dotação orçamentária: 08.03.2.025.3.3.90.39.00.00.00.00.0168-0, Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Iluminação Pública, Serviços de Obras e Serviços Públicos, Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Vigência: 10/02/2015 a 30/06/2015.

Do valor total: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Contratada: ROGÉRIO CAMARGO ME

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DE CONTRATO 33/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 33/2015

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para a execução dos serviços de manutenção do Sistema de Iluminação Pública - SIP do Município de Campo Alegre-SC, com o fornecimento de materiais e mão de obra, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo de Dispensa de Licitação, inciso IV, nº 24/2015.

Dotação orçamentária: 08.03.2.025.3.3.90.39.00.00.00.00.0168-0, Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Iluminação Pública, Serviços de Obras e Serviços Públicos, Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Vigência: 10/02/2015 a 29/05/2015.

Do valor total: R\$ 31.446,91 (trinta e um mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e noventa e um centavos).

Contratada: QUARK ENGENHARIA LTDA ME

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Campos Novos**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO TP 02/2015**

PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 02/2015

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 09 de março de 2015 às 14h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Tomada de Preço do Tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA SOBRE CHÃO NATURAL, DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS COMPLEMENTARES NAS RUAS WALTER ANDONINI E BEATRIZ ANTUNES STEFANES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO - Convênio Ministério das Cidades nº 101.8102-20/2014. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min, diariamente.

Campos Novos, 20 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.235/15 DE 18/02/2015 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.235/15 de 18/02/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 343.428,00 (Trezentos e quarenta e três mil e quatrocentos e vinte e oito reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 12-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL PROJETO/ATIVIDADE: 2.013 - Manutenção do Departamento do Ensino Fundamental

Elementos de despesa: 63 - 3.3..90.00.00.00.00.00.01.0036- Aplicações Direta R\$343.428,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do Superávit do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 18 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.237/15 DE 19/02/2015 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.237/15 de 19/02/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 361.664,23 (Trezentos e sessenta e um mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte e três centavos) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 -DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL PROJETO/ATIVIDADE: 1.009 - Realização de Obras e Reformas pela Sec. de Transp. e Obras e Urbanismo

Elementos de despesa: 105 - 4.4..90.00.00.00.00.00.01.0000- Aplicações Direta R\$76.867,09

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 -DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL PROJETO/ATIVIDADE: 1.010 - Pavimentação e Asfaltamento de Ruas

Elementos de despesa: 106 - 4.4..90.00.00.00.00.00.01.0000- Aplicações Direta R\$284.797,14

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do Superávit do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 19 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 280/15

PORTARIA Nº 280/2015 DE 09/02/2015

NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores a seguir relacionados para comporem a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, a partir da presente data:

Ana Elisa Mara Marcon - Presidente

Robson Joubert dos Santos - Secretário

Dayana Taize dos Santos Ribeiro - Membro

Letícia Piccoli Caiper - Suplente

Art. 2º. O membro suplente substituirá quaisquer dos membros titulares da comissão em caso justificado de impedimento, afastamento, suspeição ou falta. Havendo substituição, o suplente substituto funcionará até o final do processo em lugar do titular.

Art. 3º. Compete à Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo autuar, instruir e processar, no âmbito do Município, os processos de sindicância, processos administrativos disciplinares e todo e qualquer processo administrativo instaurado pelo Prefeito Municipal, sem prejuízo da competência de eventuais comissões especiais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1.310/2014 de 19/08/2014.

Prefeitura de Campos Novos, 09 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 281/15

PORTARIA Nº 281/2015 DE 09/02/2015

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, Inciso VIII da Lei Orgânica;

Considerando a solicitação e as justificativas apresentadas pela Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando o disposto no artigo 151 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando que deve ser assegurado aos servidores o contraditório e a ampla defesa;

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apurar possíveis atos de violação de deveres funcionais por parte da servidora Gislaíne Mariano da Cruz, assegurando a mesma o direito à ampla defesa e contraditório.

Art. 2º - Designar os servidores efetivos nomeados pela Portaria nº 280/2015 de 09/02/2015 para comporem a respectiva Comissão.

Art. 3º - Art. 2º. Como medida cautelar, afastar a servidora do exercício do cargo, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração, conforme art. 155 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º - Fixar o Prazo de 60 (sessenta) dias, para conclusão do Processo Administrativo, observando-se as determinações do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos e outras previsões legais.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 275/2015 de 06/02/2015.

Registre-se, Publique-se, Intime-se.

Prefeitura de Campos Novos, 09 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 03/2015**

RESOLUÇÃO Nº 3/2015

ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 227 DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS/SC.

O cidadão Nelson Carafa, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. O § único do Artigo 227 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos passa a vigorar com a seguinte redação:

§ único: Sendo de comum acordo da Mesa Diretora e da maioria absoluta dos membros desta Casa Legislativa, as Sessões Ordinárias realizadas nas quintas-feiras terão início às 13:00 (treze horas).

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 19 de fevereiro de 2015.

Nelson Carafa

Presidente da Mesa

SAMAE - Campos Novos

PORTARIA 017/2015

PORTARIA SAMAE CNO 017/2015, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015
O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

DESIGNAR, o servidor ALEXANDRE KUNEN, Agente Administrativo, Padrão 5.2.C, para substituir o servidor ELISEU MARTENDAL, Padrão 5.3.A nas atividades de Chefe de Seção - Emissão e Controle de Contas, no período de gozo de férias do titular, compreendido entre 09/02/2015 à 28/02/2015, no qual fará jus à percepção proporcional do valor da gratificação recebida pelo titular.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

Canelinha**PREFEITURA****EXTRATO EDITAL 03/2015 - SEMAIS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SEMAIS - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 03/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 03/2015

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição de 01 (um) veículo utilitário, 0KM, para manter as atividades do SEMAIS, conforme especificações constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. DATA DE ABERTURA: 04 de março de 2015, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor, está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 19 de fevereiro de 2015. GILBERTO ROSA - Diretor do SEMAIS

EXTRATO EDITAL 15/2015 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 15/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 13/2015

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição de 01 (um) equipamento plantadeira adubadeira para trator plantio direto com 03 (três) linhas e sistema de transmissão através de engrenagens e corrente no adubo e semente, para manter as atividades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município, conforme especificações descritas no Anexo II, parte integrante do Edital. DATA DE ABERTURA: 04 de março de 2015, às 10:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 19 de fevereiro de 2015. ANTÔNIO DA SILVA - Prefeito do Município

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 21/2015

DECRETO Nº. 021/2015
PONTO FACULTATIVO

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Em virtude das festividades do Carnaval e da quarta-feira de Cinzas, fica considerado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais os seguintes dias:

- I - 16 de fevereiro de 2015, segunda-feira - ponto facultativo;
- II - 17 de fevereiro de 2015, terça-feira, (Carnaval) - ponto facultativo;
- III - 18 de fevereiro de 2015, quarta-feira, (Cinzas) - ponto facultativo.

Art. 2º - As atividades junto ao Paço Municipal iniciarão normalmente às 07:30 horas do dia 19 de fevereiro de 2015 (Quinta - feira).

Art. 3º - O disposto no artigo 1º não se aplica aos serviços essenciais.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de fevereiro de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/02/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 22/2015

DECRETO Nº. 022/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.502 de 12/02/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.502 de 12/02/2015, no valor de R\$ 1.350.000,00 (um milhão trezentos e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

- I)
- Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
- Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
- Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental
Programa 5: Gestão Inovadora e qualitativa em educação
Atividade 1.001 - Construções, ampliações e reformas de escolas
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 1.350.000,00
Recurso 23200 - Transf. Convênio União - FNDE - Educação

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 1.350.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta mil reais), por conta do excesso de arrecadação apurado na fonte de recurso, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 - Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2015 (A) + Excessos abertos em 2015	Estimativa de Arrecadação para 2015, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
23200	3.754.100,00	5.104.100,00	1.350.000,00

Fonte: SMAFO-2015.

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 12 de fevereiro 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 12/02/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 23/2015

DECRETO Nº. 023/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.503 de 12/02/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.503 de 12/02/2015, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), com a seguinte classificação institucional:

- seguinte classificação institucional:
- I)
- Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação
- Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação
- Função 16: Habitação
- Subfunção 482: Habitação Urbana
- Programa 18: Moradia para todos
- Atividade 2.052 - Manutenção do FROHAB
- 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 7.000,00
- Recursos 10020 - Recurso FROHAB

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo

1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 7.000,00 (sete mil reais), por conta do excesso de arrecadação apurado na fonte de recurso, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 - Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2015 (A) + Excessos abertos em 2015	Estimativa de Arrecadação para 2015, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
10020	98.550,00	105.550,00	7.000,00

Fonte: SMAFO-2015.

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 12 de fevereiro 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 12/02/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 24/2015

DECRETO Nº. 024/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RETIFICAR O DECRETO Nº. 107/2014

Art. 1º - Fica retificado o Art. 1º do Decreto nº 107/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 635,50 m² (Seiscentos e trinta e cinco metros e cinquenta decímetros quadrados), procedido por MICHELE CRISTINA ARNOLD situado na Rua João Maria dos Santos, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº 38.248 e 38.249, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 04 com área de 220,82 m², lote nº 17 com área de 207,34 m² e lote nº 18 com área de 207,34 m², todos pertencentes à quadra nº 1187, conforme requerimento protocolado sob nº. 3115/2014."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de fevereiro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de

Administração, Finanças e Orçamento, em 13/02/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 25/2015

DECRETO Nº. 025/2015

RATIFICA DECRETO Nº. 040/2014 DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 040/2014, que aprovou o desmembramento de terreno urbano com área de 487,50 m² (Quatrocentos e oitenta e sete metros e cinquenta decímetros quadrados), procedido por BERNARDO TOTH e LOURDES CONCEIÇÃO TOTH situado na Rua Joaquim Vieira de Lima, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 36.524, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 22 com área de 287,50 m² e lote nº 27 com área de 200,00 m², ambos pertencentes à quadra nº 1310, conforme requerimento protocolado sob nº. 794/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de fevereiro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/02/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 26/2015

DECRETO Nº. 026/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 875,70m² (Oitocentos e setenta e cinco metros e

setenta decímetros quadrados), procedido por VITORINO MENDES, situado na Rua Maximiliano Scholze, no Bairro Industrial I, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 14.826, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 04 com área de 575,70 m² e lote nº 05 com área de 300,00 m², ambos pertencentes à quadra nº 020, conforme requerimento protocolado sob nº. 237/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de fevereiro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/02/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 27/2015

DECRETO Nº. 027/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 891,00 m² (Oitocentos e noventa e um metros quadrados), procedido por VILMAR HERBST, situado na Rua Irmã Maria Felicitas, no Centro, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 25.337, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 01 com área de 621,00 m² e lote nº 27 com área de 270,00 m², ambos pertencentes à quadra nº 125, conforme requerimento protocolado sob nº. 232/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de fevereiro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/02/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 28/2015

DECRETO Nº. 028/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 1.031,25 m² (Um mil, trinta e um metros e vinte e cinco decímetros quadrados), procedido por ROBERTO EDY RUJANOWSKI, situado na Avenida dos Expedicionários, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 14.383, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 18 com área de 515,625 m² e lote nº 19 com área de 515,625 m², ambos pertencentes à quadra nº 1071, conforme requerimento protocolado sob nº. 229/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de fevereiro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/02/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº. 5.497/2015

LEI Nº. 5.497 DE 04/02/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR no valor de R\$ 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função10: Saúde

Subfunção 303: Suporte profilático e terapêutico

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses

Atividade 2.056 - Farmácia Popular do Brasil

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 5.500,00

Recursos 23808 - Transf. SUS União - Farmácia Popular

Atividade 2.056 - Farmácia Popular do Brasil

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 6.000,00

Recursos 10200 - Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Saúde

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses

Atividade 2.060 - Ações de média e alta complexidade

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 55.000,00

Recursos 23852 - Bl. MAC Brasil s/Miséria - SUS União

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função10: Saúde

Subfunção 303: Suporte profilático e terapêutico

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses

Atividade 2.056 - Farmácia Popular do Brasil

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 5.500,00

Recursos 23808 - Transf. SUS União - Farmácia Popular

Atividade 2.056 - Farmácia Popular do Brasil

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 6.000,00

Recursos 10200 - Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Saúde

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses

Atividade 2.060 - Ações de média e alta complexidade

3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 55.000,00

Recursos 23852 - Bl. MAC Brasil s/Miséria - SUS União

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 2.146.900,00 (dois milhões, cento e quarenta e seis mil e novecentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função10: Saúde

Subfunção 303: Suporte profilático e terapêutico

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses

Atividade 2.056 - Farmácia Popular do Brasil

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 16.900,00

Recursos 23808 - Transf. SUS União - Farmácia Popular

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses

Atividade 2.049 - Produção MAC - Prestadores SUS

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 570.000,00

Recursos 23850 - Rec. Produção MAC - SUS União

Atividade 2.060 - Ações de média e alta complexidade

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 900.000,00

Recursos 26710 - Transf. SUS Estado - MAC(RUE/CE/Ex/Transpl.)

II)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função10: Saúde

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses

Atividade 2.060 - Ações de média e alta complexidade

3.3.93.00.00.00.00 - Aplicações Diretas Decorrente de Op. entre Órgãos 360.000,00

Recursos 23850 - Rec. Produção MAC - SUS União

III)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função10: Saúde

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses

Atividade 2.060 - Ações de média e alta complexidade

3.3.93.00.00.00.00 - Aplicações Diretas Decorrente de Op. entre Órgãos 300.000,00

Recursos 26710 - Transf. SUS Estado - MAC(RUE/CE/Ex/Transpl.)

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 2.146.900,00 (dois milhões, cento e quarenta e seis mil e novecentos reais), observando a arrecadação do exercício de 2014 e a tendência de arrecadação do exercício de 2015, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2015 (A) + Excessos abertos em 2015	Estimativa de Arrecadação para 2015, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
23808	133.100,00	150.000,00	16.900,00
23850	7.039.450,00	7.969.450,00	930.000,00
26710	330.000,00	1.530.000,00	1.200.000,00
TOTAL			2.146.900,00

Art. 5º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 04 de fevereiro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/02/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº. 5.498/2015

LEI Nº. 5.498 DE 04/02/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 210.772,53 (duzentos e dez mil, setecentos e setenta e dois reais e cinquenta e três centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 07: Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade 07.01: Secretaria Municipal de Assistência Social
Função 8: Assistência Social
Subfunção 244: Assistência comunitária
Programa 10: Assistência social responsável
Atividade 1.060 - Implantação da Cozinha Comunitária
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 210.772,53
Recursos 63400 - Convênio União - outros - investimentos - superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 210.772,53 (duzentos e dez mil, setecentos e setenta e dois reais e cinquenta e três centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 - Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
63400	Conv. União – outros – investimentos – superávit	210.772,53
TOTAL		210.772,53

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 07: Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade 07.01: Secretaria Municipal de Assistência Social
Função 8: Assistência Social
Subfunção 244: Assistência comunitária
Programa 10: Assistência social responsável
Atividade 1.060 - Implantação da Cozinha Comunitária

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 10.000,00

Recursos 10000 - Recursos ordinários

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 07: Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade 07.01: Secretaria Municipal de Assistência Social
Função 8: Assistência Social
Subfunção 244: Assistência comunitária
Programa 10: Assistência social responsável
Atividade 2.009 - Manutenção da Secretaria Mun. de Assistência Social
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 10.000,00
Recursos 10000 - Recursos ordinários

Art. 5º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 04 de fevereiro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/02/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº. 5.499/2015

LEI Nº. 5.499 DE 04/02/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 257.601,82 (duzentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e um reais e oitenta e dois centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde
Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial
Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 3.005 - Implantação da Unidade de Pronto Atendimento - UPA

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 25.592,47
Recursos 63300 - Transf. Convênio União - SUS - superávit

Subfunção 301: Atenção básica

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 1.008 - Construção da Policlínica

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 154.880,54
Recursos 63300 - Transf. Convênio União - SUS - superávit

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 3.006 - Construção do CAPS

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 14.867,49
Recursos 63300 - Transf. Convênio União - SUS - superávit

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 3.010 - Estruturação da Unidade de Pronto Atendimento - UPA

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 18.374,46
Recursos 63300 - Transf. Convênio União - SUS - superávit

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 3.030 - Aquisição de equip. e mob. para saúde do Mun. de Canoinhas

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 36.068,30
Recursos 66300 - Transf. Convênio Estado - SUS - superávit

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 3.030 - Aquisição de equip. e mob. para saúde do Mun. de Canoinhas

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 7.818,56
Recursos 30200 - Rec. Imp/Transf. Imp. - Saúde - Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 257.601,82 (duzentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e um reais e oitenta e dois centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 - Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
63300	Transf. Convênio União – SUS – superávit	213.714,96
66300	Transf. Convênio Estado – SUS – superávit	36.068,30
30200	Rec. Imp/Transf. Imp. – Saúde – Superávit	7.818,56
TOTAL		257.601,82

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e

setenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 301: Atenção básica

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 3.015 - Reforma, ampliação e estruturação da Casa dos Diabéticos

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 170.000,00
Recursos 26300 - Transf. Convênio Estado - Saúde

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 3.030 - Aquisição de equip. e mob. para saúde do Mun. de Canoinhas

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 300.000,00
Recursos 23300 - Transf. Convênio União - Saúde

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), observando a arrecadação do exercício de 2014 e a tendência de arrecadação do exercício de 2015, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2015 (A) + Excessos abertos em 2015	Estimativa de Arrecadação para 2015, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
26300	1.420.000,00	1.590.000,00	170.000,00
23300	1.755.800,00	2.055.800,00	300.000,00
TOTAL			470.000,00

Fonte: SMAFO/2015

Art. 5º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 04 de fevereiro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/02/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº. 5.500/2015

LEI Nº. 5.500 DE 04/02/2015

"AUTORIZA A DOAÇÃO DE IMÓVEIS A ENTIDADE OBRAS SOCIAIS, ASSISTENCIAIS E CULTURAIS DE CANOINHAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizada a doação, nos termos do art. 92, § 2º da Lei Orgânica do Município, do terreno urbano com a área de 3.000,00 m² (três mil metros quadrados), constituído pelo lote nº. 09, desmembrado do lote nº. 09, quadra nº. 260, originário do Loteamento Santa Cruz, de propriedade da Prefeitura Municipal de Canoinhas, devidamente matriculada sob nº. 37.104 no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca e, do terreno urbano com a área de 2.100,00 m² (dois mil e cem metros quadrados), constituído pelo lote nº. 08, quadra nº. 260, do Loteamento "Santa Cruz", de propriedade da Prefeitura Municipal de Canoinhas, devidamente matriculada sob nº. 31.554, para a entidade OBRAS SOCIAIS, ASSISTENCIAIS E CULTURAIS DE CANOINHAS, inscrita no CNPJ nº. 83.193.946/0001-49.

Parágrafo único: Será revertido o imóvel ao Município de Canoinhas, quando a entidade deixar de funcionar e/ou não utilizar o imóvel por um período superior a 12 (doze) meses.

Art. 2º - A doação dos imóveis descritos no artigo 1º destinam-se única e exclusivamente para atender as finalidades previstas no estatuto da referida entidade, ora beneficiada.

Art. 3º - É de responsabilidade da entidade, utilizar os imóveis exclusivamente para a finalidade a que se propõe, não podendo ceder o uso do bem mediante aluguel, subcontrato, arrendamento ou qualquer outra forma, arcar com os custos de manutenção e consertos além de zelar pela guarda dos estabelecimentos.

Art. 4º - Ocorrendo a reversão dos imóveis, em razão do descumprimento das condições estabelecidas, as benfeitorias realizadas e que forem possíveis de serem retiradas sem que percam sua natureza, utilidade ou que lhe reduzam o valor, deverão ser retiradas pela entidade no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do ato que determinar pela reversão, sob pena de incorporação ao imóvel, sem direito à indenização.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de fevereiro de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/02/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº. 5.502/2015

LEI Nº. 5.502 DE 12/02/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" EDUCAÇÃO

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 1.350.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 5: Gestão Inovadora e qualitativa em educação

Atividade 1.001 - Construções, ampliações e reformas de escolas

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

..... 1.350.000,00

Recurso 23200 - Transf. Convênio União - FNDE - Educação

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 1.350.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta mil reais), por conta do excesso de arrecadação apurado na fonte de recurso, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 - Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2015 (A) + Excessos abertos em 2015	Estimativa de Arrecadação para 2015, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
23200	3.754.100,00	5.104.100,00	1.350.000,00

Fonte: SMAFO-2015.

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 12 de fevereiro de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 12/02/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº. 5.503/2015

LEI Nº. 5.503 DE 12/02/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação
 Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação
 Função 16: Habitação
 Subfunção 482: Habitação Urbana
 Programa 18: Moradia para todos
 Atividade 2.052 - Manutenção do FROHAB
 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 7.000,00
 Recursos 10020 - Recurso FROHAB

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 7.000,00 (sete mil reais), por conta do excesso de arrecadação apurado na fonte de recurso, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 - Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2015 (A) + Excessos abertos em 2015	Estimativa de Arrecadação para 2015, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
10020	98.550,00	105.550,00	7.000,00

Fonte: SMAFO-2015.

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 12 de fevereiro de 2015.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 12/02/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº. 5.504/2015

LEI Nº. 5.504 DE 12/02/2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR BEM MÓVEL INSERVÍVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art.1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 17, II, a, da Lei Federal nº. 8.666/95, a efetuar a doação de 01 (uma) unidade de grupo focal semafórico de led, a Universidade do Contestado - Campus de Canoinhas, Santa Catarina.

Parágrafo Único: Fica autorizado o Poder Público municipal a dar baixa do bem móvel, junto ao banco de dados de patrimônio.

Art. 2º - Fica vedado à beneficiária, proceder com a alienação, cessão e/ou sublocação do bem doado, sob pena de reversão ao patrimônio municipal, não devendo ainda, ser utilizado para outras finalidades, se não para o estrito uso científico/tecnológico.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de fevereiro de 2015.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 12/02/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 116/2015

PORTARIA Nº. 116/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a JURANDIR DE JESUS SUCHARA, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 23/02/2015 a 24/03/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de fevereiro de 2015.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

HAMILTON WENDT
 Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de

Administração, Finanças e Orçamento em 09/02/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 117/2015

PORTARIA Nº. 117/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Licença Prêmio a LEOMAR DRANKA, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, a desfrutar no período de 03/03/2015 a 22/03/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a ARI JOSNEI SCHULTZ CORDEIRO, efetivo no cargo de Borracheiro, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2009/2014, a desfrutar no período de 23/02/2015 a 24/03/2015, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de fevereiro de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/02/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 118/2015

PORTARIA Nº. 118/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e o art. 66, da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990 e art. 4º da Lei 2.307/1990;

CONCEDER ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

Art. 1º - Fica concedido adicional de tempo integral, a partir de 10/02/2015, a servidora IVETE DE SOUZA, concursada no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Comunicação Interna nº 048/SMAFO/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de fevereiro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/02/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 119/2015

PORTARIA Nº. 119/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 2.741/1996; da Lei Municipal nº 3.386/2001; da Lei Municipal nº 3.511/2001; da Lei Municipal nº 4.485/2010 e da Lei Municipal nº 4.960/2012; resolve:

NOMEIA APROVADOS PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, 25% de regência, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada ao CEI Pedro Bandeira, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional JENIFER CRISTINA MIGUEL, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 001/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 12/02/2015.

Art. 2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, 30% de regência, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada ao GEM Xeila Elisabete Cornelsen e EBM Severo de Andrade, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional ROSIMARI RODECZ DE LIMA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 001/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 12/02/2015.

Art. 3º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de fevereiro de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/02/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 120/2015

PORTARIA Nº. 120/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.307/1990, da Lei Municipal nº 4.250/2007 e da Lei Municipal nº 5.055/2013; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a profissional VALERIA SOARES DE LIMA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 2808, e convocada conforme Edital nº 002 de 28 de janeiro de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 11/02/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de fevereiro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/02/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 121/2015

PORTARIA Nº. 121/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e o art. 78, da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990; resolve:

CONCEDER ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

Art. 1º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de 21/02/2015, à servidora CELIZE MARIA WEINERT, contratada no cargo de Médico Ginecologista/Obstetra, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme comunicação interna Nº 022/SMS/2015.

Art. 2º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de 21/02/2015, à servidora CRISTINA MARIA WAGNER, efetiva no cargo de Agente Administrativo Auxiliar, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme comunicação interna Nº 022/SMS/2015.

Art. 3º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de 21/02/2015, à servidora PRISCILA MARTINS, concursada no cargo de Bioquímico, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme comunicação interna Nº 022/SMS/2015.

Art. 4º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de 21/02/2015, à servidora MARILIN ROSANA MUNHOZ DA SILVA WERKA, efetiva no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme comunicação interna Nº

022/SMS/2015.

Art. 5º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de 21/02/2015, à servidora MARILEI KURCESZKI KUMINECK, concursada no cargo de Técnico em Administração, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme comunicação interna Nº 022/SMS/2015.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de fevereiro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/02/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 122/2015

PORTARIA Nº. 122/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 2.741/1996; da Lei Municipal nº 3.386/2001; da Lei Municipal nº 3.511/2001; da Lei Municipal nº 4.485/2010 e da Lei Municipal nº 4.960/2012; resolve:

NOMEIA APROVADOS PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, 30% de regência, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional DILMA VIEIRA DOS SANTOS, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 001/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 13/02/2015, conforme comunicação interna nº 044/SME/2015.

Art. 2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, 30% de regência, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada ao GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional DEYSI MARIA MARQUES DOS SANTOS, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 001/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 13/02/2015, conforme comunicação interna nº 043/SME/2015.

Art. 3º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Arte, MAG II, 15% de regência, 40 horas semanais, designada para o CEI Pedro Bandeira e para o CEI Cecília Meirelles, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional MARGARETE ALEGRI, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 001/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 13/02/2015, conforme comunicação interna nº 047/SME/2015.

Art. 4º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da

Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de fevereiro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/02/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 123/2015

PORTARIA Nº. 123/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido ROSILDA VOLOCH FERREIRA PEREIRALING, efetiva no cargo de Professor 2, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/02/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Fica exonerado a pedido DOUGLAS KREILING, efetivo no cargo de Professor, MAG III, referente a 30 horas semanais, sendo 20 horas semanais no GEM Frei Fabiano Gadzinski e 10 horas semanais na EBM Presidente Castelo Branco, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/02/2015, permanecendo ainda com 10 horas semanais na EBM Presidente Castelo Branco aonde permanece em Licença Sem Vencimento, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de fevereiro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/02/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 124/2015

PORTARIA Nº. 124/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 10 (dez) dias de férias em dinheiro ao servidor PEDRO TEODORICO ARAÚJO, comissionado no cargo de Supervisor II, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2009/2010, conforme requerimento.

Art. 2º. Fica autorizada a conversão de 10 (dez) dias de férias em dinheiro a servidora MARISTELA MURARA BURGARDT, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de fevereiro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/02/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 125/2015

PORTARIA Nº. 125/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 13 (treze) dias de Licença Prêmio a ADILSON JOSÉ SAMARONE FONTANA, efetivo no cargo de Fiscal I, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Industrial, Comércio e Turismo, referente ao período aquisitivo de 2006/2011, a desfrutar no período de 19/02/2015 a 03/03/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de fevereiro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/02/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 126/2015

PORTARIA Nº. 126/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e o art. 103 § 1º da Lei nº.1.305/90, resolve:

INTERROMPER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam interrompidas as Férias concedidas a BRUNA GRISANG, concursada no cargo de Auditor Fiscal, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir do dia 24/02/2015, conforme comunicação interna nº 011/Setor de Tributos/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de fevereiro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/02/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 127/2015

PORTARIA Nº. 127/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e o art. 78, da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990; resolve:

CONCEDER ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

Art. 1º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de 13/02/2015, ao servidor LUIZ NORBERTO NOGATZ, efetivo no cargo de Operador de Máquina, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme comunicação interna Nº 047/DP/2015.

Art. 2º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de 13/02/2015, ao servidor EDENILSON ALVES CARDOSO, concursado no cargo de Técnico Agrícola, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, conforme comunicação interna Nº 047/DP/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de fevereiro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/02/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DO AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2015

A Prefeitura do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, CNPJ 83.102.380/0001-80, torna público para conhecimento dos interessados a Chamada Pública PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATRAVÉS DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO ONLINE (PORTAL OU SITE) PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

Inscrições: A partir de 20 de fevereiro de 2015.

Local para inscrições: Setor de protocolo da Prefeitura do Município de Canoinhas, sito à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro - Canoinhas - SC, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.

Edital: Edital completo e seus anexos disponíveis no site www.pmc.sc.gov.br, link - licitações, no local de informações adicionais.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 19/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 34/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 19/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 06/03/2015, às 09h05min, licitação REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT, 9.000, 12.000 e 18.000 BTUs, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 06/03/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE RESCISÃO DE USO Nº 4.257/2008 E Nº 19078/2006

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO CESSAO DE USO

TERMO DE RESCISÃO DE USO Nº 4.257/2008. e Nº 19078/2006 PARTICIPES:

O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de CANOINHAS. OBJETO: Cessão de veículo marca Corsa, modelo Wind , tipo Hatch, combustível /Gasolina, ano/modelo 2001/2001, cor vermelha, chassi nº9BGSC68N01C263634, placa MBJ 2605, VI-GÊNCIA: 5 (cinco) a contar da data de assinatura. : (Canoinhas), e Cessão de veículo marca Renault, modelo Master tipo Furgão Ambulância ano modelo 2003 na cor vermelha chassi nº 93YA-DCCH53J338922, placas MDG 1209 . SIGNATÁRIOS: Marcos de Oliveira, pelo CBMSC E Luis Alberto Rincoski Faria pelo Município.

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO 016/2015

DECRETO Nº 016, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015

Regulamenta a Lei nº 2.974, de 14 de julho de 2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade da limpeza dos lotes no perímetro urbano do Município de Capinzal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO as disposições da Lei nº 2.974, de 14 de julho de 2011, sobre a obrigatoriedade da limpeza dos lotes no perímetro urbano do Município de Capinzal;

DECRETA:

Art. 1º Os proprietários de lotes urbanos vagos deverão providenciar a limpeza no mínimo 02 (duas) vezes ao ano, devendo todos os proprietários de terreno, cultivado ou não, dentro dos limites do Município de Capinzal, serem obrigados a proceder à limpeza, capina e a retirada de entulhos e do lixo, bem como a fazer, no seu terreno, o escoamento de águas estagnadas e outros serviços necessários ao asseio e à higiene, de forma a não molestar a vizinhança e a não comprometer a saúde e a higiene pública.
Parágrafo único. Compete ao Departamento de Vigilância Sanitária a emissão de laudo identificando os imóveis que deverão promover a devida limpeza.

Art. 2º Fica autorizada a execução dos serviços de limpeza dos lotes urbanos vagos pela Secretaria de Infraestrutura do Município de Capinzal, quando não forem realizados pelos proprietários.

§ 1º Os serviços citados no caput não ultrapassarão a profundidade de 30m (trinta metros) na propriedade, a partir do alinhamento da rua.

§ 2º O Departamento de Vigilância Sanitária notificará de forma pessoal e, não sendo o proprietário localizado no endereço cadastrado fará a notificação por edital a ser publicado na imprensa local, para que providencie a execução dos serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias.

§ 3º Esgotado o prazo previsto no edital, a limpeza será executada pela Secretaria de Infraestrutura observando o seguinte:

I - O Departamento de Vigilância Sanitária enviará relatório para a Secretaria de Infraestrutura providenciar a limpeza dos lotes;

II - após a limpeza dos lotes, a Secretaria de Infraestrutura encaminhará um relatório informando à Diretoria de Fiscalização Tributária sobre a conclusão da prestação do serviço, constando os dados do lote e a área efetivamente limpa, para posterior cobrança da taxa de limpeza aos proprietários.

Art. 3º Após a prestação do serviço pelo órgão público se efetivará o lançamento e cobrança da taxa de limpeza de lote dos proprietários e possuidores dos terrenos beneficiados de acordo com as demais disposições do Código Tributário Municipal e demais leis aplicáveis e se os valores devidos conforme descritos no art. 4º deste Decreto, não forem pagos dentro do prazo legal haverá inscrição na dívida ativa.

Parágrafo único. Em caso de impossibilidade de localização dos proprietários desses terrenos, por qualquer motivo, o valor dos serviços executados será lançado no carnê de IPTU do ano posterior e a falta de pagamento das referidas taxas e impostos estará sujeita às penalidades legais, podendo seu proprietário, em última instância, ser penalizado com a perda de sua propriedade, conforme determina o art. 1.715 da Lei nº 10.046, de janeiro de 2002 (Código Civil) e o art. 184 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de

1966 (Código Tributário Nacional).

Art. 4º A base de cálculo para cobrança da Taxa de Limpeza Pública é de:

I - 03 (três) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, por lote urbano vago de até 500m² (quinhentos metros quadrados) roçado e limpo (com recolhimento total do material, entulhos e do lixo) e;

II - 02 (duas) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal por lote urbano vago de até 500m² (quinhentos metros quadrados) roçado.

Parágrafo único. Caso o lote urbano vago seja maior que 500m² (quinhentos metros quadrados) será cobrado um valor adicional proporcional a metragem quadrada excedente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Capinzal - SC, em 19 de fevereiro de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 017/2015

DECRETO Nº 017, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Revoga o Processo Licitatório nº 0020/2015, na modalidade Pregão Eletrônico nº 0002/2015 - Registro de Preços.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu artigo 49, poder - dever da Administração de anular ou revogar seus próprios atos, inclusive ex officio.

CONSIDERANDO a vinculação ao princípio da legalidade e à defesa do interesse público;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 076/2015, anexo;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 0020/2015, na Modalidade de Pregão Eletrônico 0002/2015, com objeto de aquisição de utensílios e equipamentos de cozinha para utilização nas Creches de Educação Infantil e Centros Municipais de Educação Infantil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 19 de fevereiro de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PMC EXTRATO CONTRATO 0032-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0032/2015	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: CAPINZAL CENTER LTDA	
Valor.....: 20.101,50 (vinte mil cento e um reais e cinquenta centavos)	
Vigência.....: Início: 13/02/2015 Término: 15/02/2016	
Licitação.....: PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 1/2015 Processo_Licitatório.....: 00016 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios para o Ano Letivo de 2015, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos Termos da Lei 11947/2009, através do Convênio 4087/94 - FNDE (PNAE/PNAP/PNAC) e Recursos Próprios.	
Capinzal, 19 de Fevereiro de 2015	

PMC EXTRATO CONTRATO 0033-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0033/2015	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: DOLMORA & MASSON LTDA	
Valor.....: 60.350,50 (sessenta mil trezentos e cinquenta reais e cinquenta centavos)	
Vigência.....: Início: 13/02/2015 Término: 15/02/2016	
Licitação.....: PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 1/2015 Processo_Licitatório.....: 00016 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios para o Ano Letivo de 2015, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos Termos da Lei 11947/2009, através do Convênio 4087/94 - FNDE (PNAE/PNAP/PNAC) e Recursos Próprios.	
Capinzal, 19 de Fevereiro de 2015	

PMC EXTRATO CONTRATO 0034-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0034/2015	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	
Valor.....: 1.512,00 (um mil quinhentos e doze reais)	
Vigência.....: Início: 13/02/2015 Término: 15/02/2016	
Licitação.....: PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 1/2015 Processo_Licitatório.....: 00016 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios para o Ano Letivo de 2015, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos Termos da Lei 11947/2009, através do Convênio 4087/94 - FNDE (PNAE/PNAP/PNAC) e Recursos Próprios.	
Capinzal, 19 de Fevereiro de 2015	

PMC EXTRATO CONTRATO 0035-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0035/2015	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: SACOLAO DE FRUTAS E VERDURAS CAPINZAL LTDA - EPP	
Valor.....: 29.524,40 (vinte e nove mil quinhentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos)	
Vigência.....: Início: 13/02/2015 Término: 15/02/2016	
Licitação.....: PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 1/2015 Processo_Licitatório.....: 00016 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios para o Ano Letivo de 2015, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos Termos da Lei 11947/2009, através do Convênio 4087/94 - FNDE (PNAE/PNAP/PNAC) e Recursos Próprios.	
Capinzal, 19 de Fevereiro de 2015	

PMC EXTRATO CONTRATO 0036-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0036/2015	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: SUPER DELAZERI LTDA	
Valor.....: 182.513,81 (cento e oitenta e dois mil quinhentos e treze reais e oitenta e um centavos)	
Vigência.....: Início: 13/02/2015 Término: 15/02/2016	
Licitação.....: PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 1/2015 Processo_Licitatório.....: 00016 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios para o Ano Letivo de 2015, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos Termos da Lei 11947/2009, através do Convênio 4087/94 - FNDE (PNAE/PNAP/PNAC) e Recursos Próprios.	
Capinzal, 19 de Fevereiro de 2015	

SIMAE**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/04/2015**

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/04/2015

Processo Licitatório Nº CAO/0068/2015

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa especializada na administração e fornecimento mensal de vales alimentação, através do sistema de cartão eletrônico.

TIPO: Menor Preço por Item (menor taxa de administração ou maior desconto/abatimento)

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 09:00 horas, do dia 04 de março de 2015.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail material@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 20 de fevereiro de 2015.

Edilson dos Santos Vilarino

Pregoeiro

Catanduvás**PREFEITURA****AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0002/2015 - EDITAL DE PREGÃO Nº 0001/2015**

TERMO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 2/2015

Pregão Nº 1/2015

OBJETO: Aquisição de Combustível S10 visando o desenvolvimento das secretarias de Educação, Cultura e Desporto, Fundo Municipal de Saúde e Infraestrutura

MOTIVO: Nenhum proponente compareceu em data e horário estipulados em edital.

1. ANULAR, o presente Processo Licitatório 2/2015.

Catanduvás, 19 de fevereiro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

PREFEITA MUNICIPAL

Caxambu do Sul

PREFEITURA

ADENDO 01 AO EDITAL 10/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE PNEUS NOVOS, CAMARAS DE AR E PROTETORES PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL.

ADENDO Nº 001 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

A Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul - SC, pessoa jurídica de direito público interno, situada a Rua do Índio Condá nº 55, Centro, Caxambu do Sul, SC, através do Prefeito Municipal, Sr. VILMAR FOPPA, TORNA PÚBLICO a ocorrência de ALTERAÇÕES no EDITAL da licitação modalidade Pregão Presencial 002/2015, em virtude de impugnação acatada, na seguinte conformidade:

1. Ficam alteradas as descrições dos itens 15 e 16 do presente Edital ficando ratificados da seguinte forma:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade
15	Pneu 1000x20 com no mínimo 16 lonas, liso radial, com profundidade de sulco de no mínimo 16,5 MM.	20	Unid
16	Pneu 23.1x30 com no mínimo 12 lonas para trator agrícola.	2	Unid

2. Face ao acima exposto, e em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93, fica prorrogado para o dia 04/03/2015, às 07h55min, o prazo de recebimento (protocolização) dos Envelopes nº 01 - Proposta e dos Envelopes nº 02 - Documentação dos interessados, cuja sessão pública de abertura e julgamento terá início a partir das 08h00min da mesma data.

3. Permanecem inalteradas as demais condições previstas no edital e seus anexos.

Caxambu do Sul, 19 de Fevereiro de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeita Municipal

Cocal do Sul

SAMAE - COCAL DO SUL

PREGÃO PRESENCIAL 06/2015

AVISO DE LICITAÇÃO. O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Cocal do Sul-SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:00 horas do dia 09 de Março de 2015, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL - TIPO MENOR PREÇO GLOBAL nº 06/2015, para contratação de empresa especializada para elaborar base geoprocessada e compatibilizar as informações existentes do cadastro técnico e comercial de redes de água e esgoto, bem como desenvolver programa em software livre para utilização das informações do saneamento, incluindo serviços de implantação do sistema, conversão do banco de dados, treinamento dos usuários, parametrizações e serviços técnicos pós implantação, conforme descrito no anexo I, termo de referência e planilha orçamentaria, para uso desta Autarquia. As propostas serão recebidas a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 09:00 horas do dia 09 de Março de 2015. A integral do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Lisboa, 520 - Bairro Jardim Bela Vista - Cocal do Sul-SC, pelo telefone (48)3447-6350, ou através do Site: www.samaecocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul-SC, 19 de Fevereiro de 2015.

Carla Cristina Possamai Della.

Diretora do SAMAE

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2015 - FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição, de órteses para atendimento de pacientes do Fundo Municipal de Saúde conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 25/03/2015.

Abertura: dia 26/03/2015, às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada na Atalípio Magarinos, 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 19 de fevereiro de 2015.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

ERRATA 001 DO EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS – OBRAS Nº 2/2015-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

ERRATA 001 DO EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS – OBRAS Nº 2/2015-PMC

O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras torna pública a correção do edital de licitação Tomada de Preços nº 2/2015 PMC, cujo objeto é Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em do regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução obra de pavimentação asfáltica em CAUQ e drenagem pluvial da Rua Mauro Matiolo e a ligação desta com a pavimentação já existente na Rua João Frigo, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital.

Informações complementares: o Edital e alterações em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 19 de fevereiro de 2015.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 304/2014 -PMC

Contrato Nº : 304/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 7/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica na Estrada de acesso ao Distrito de Presidente Kennedy, Bairro Flamengo, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo 2 deste Edital.

Vigência : Início: 11/02/2015 Término: 13/08/2015

Assinatura : 11/02/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 139/2014 -PMC

Contrato Nº : 139/2014

Aditivo Nº : 2 TA/2015

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : TRANSPORTES BALBINOT EIRELI ME

Licitação : Pregão Presencial 28/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de transportes coletivos de passageiros, para prestação de serviços, em regime de fretamento, de transporte de alunos da Rede Municipal e Estadual de ensino, durante o ano letivo de 2014.

Vigência : Início: 04/02/2015 Término: 31/03/2015

Assinatura : 04/02/2015

Valor R\$: 8.400,00 (Oito Mil e Quatrocentos Reais)

Dotação : 51 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 377/2014 -PMC

Contrato Nº : 377/2014

Aditivo Nº : 2 TA/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP

Licitação : Pregão Presencial 29/2014

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço unitário (material e Mão-de-obra), para reforma do Centro de Convivência Sementes do Amanhã, localizado no Bairro dos Estados, neste Município, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 05/02/2015 Término: 24/04/2015

Assinatura : 05/02/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 314/2014 -PMC

Contrato Nº : 314/2014

Aditivo Nº : 3 TA/2015

Tipo Aditivo : Prazo/Valor/Acréscimo/Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : SOLO ENGENHARIA LTDA - ME

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 9/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de estruturas metálicas, para execução de obra em regime de empreitada global (material e mão de obra) para cobertura, em estrutura metálica, da Rua Leonel Mosele, entre as Ruas Dr. Maruri e Marechal Deodoro, de acordo com os Memoriais Descritivos e Projetos Básicos, constantes no Anexo D? deste Edital

Vigência : Início: 10/02/2015 Término: 31/03/2015

Assinatura : 10/02/2015

Valor Acrescido R\$: 129.953,18 (Cento e Vinte e Nove Mil, Novecentos e Cinquenta e Três Reais e Dezoito Centavos)

Valor Suprimido R\$: 95.730,79 (noventa e cinco mil e setecentos e trinta reais e setenta e nove centavos)

Dotação : 166 - 10.001.2039.344905198000000.01000001

EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 230/2014 -PMC

Contrato Nº : 230/2014

Aditivo Nº : 6 TA/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 1/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica da via que liga o loteamento Sintrial ao Distrito de Presidente Kennedy, localizada neste Município, com recursos oriundos do Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 13/02/2015 Término: 10/06/2016

Assinatura : 13/02/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

PORTARIA Nº 11/2015, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCORDIA - IPRECON

PORTARIA Nº 11/2015, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

Concede Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição à servidora SILVANA MARIA DE CARLI.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-A da Lei Complementar nº 164/1999, acrescido pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 16 de fevereiro de 2015, à servidora SILVANA MARIA DE CARLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, nível 10.10, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, matrícula nº 92142-00, Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição da servidora e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 13 de fevereiro de 2015.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administradora

PORTARIA Nº 12/2015, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCORDIA - IPRECON

PORTARIA Nº 12/2015, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

Concede Pensão por Morte em face do falecimento da senhora FRACIDES DIAS, segurada inativa do IPRECON.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, parágrafos 7º, I, 8º e 18, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, todos com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; nos arts. 79, I e 88-A, I, da Lei Complementar nº 164/1999, este último com redação dada pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005 e na Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Pensão por Morte ao senhor SILVÉRIO GRIESANG, dependente presumido da senhora FRACIDES DIAS, segurada inativa do IPRECON, falecida, equivalente à totalidade dos proventos percebidos pela aposentada na data anterior a do óbito, assegurado o reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de janeiro de 2015.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 13 de fevereiro de 2015.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administradora

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 073/2015

DECRETO Nº 073/2015, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015
"NOMEIA ASSESSOR DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, II da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a partir de 09/02/2014 a Sra. MICHELLE PARNOFF, para exercer o cargo de Assessor de Secretaria ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária semi- integral.

Art. 2º A Servidora nomeada pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal - LC nº 18/2001, ao Plano de Cargos e Salários - LC nº 92/2013 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 09 de fevereiro de 2015.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

EXTRATO EDITAL AVISO DE LICITAÇÃO PP 012/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, de acordo com a Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, Decreto Municipal 17/2007 e normas estabelecidas no Edital.

Processo Licitatório n. 25/2015.

Edital: Pregão Presencial para Registro de Preço n. 12/2015.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios para manutenção das atividades do Fundo Municipal da Assistência Social .

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 04/03/2015.

Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 04/03/2015.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br ou no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 09 de fevereiro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2015
TOMADA DE PREÇO Nº 01/2015

ATA DE CANCELAMENTO AO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2015, TOMADA DE PREÇO Nº 01/2015 DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS. Aos dezenove dias do mês de fevereiro de Dois Mil e Quinze, às 08h30min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Avenida Santa Catarina 1022, Centro, reuniram-se o presidente da comissão e Equipe de Apoio, para efetuar a análise do cancelamento do edital do referido processo licitatório, tendo em vista que não houve participação de licitantes, sendo considerada licitação deserta. Ocorre que em conformidade com a Lei de Licitações nº 8.666 não é possível realizar a homologação do processo licitatório sem a participação de licitantes. Foram retirados do presente processo projeto básico, memorial descritivo, orçamento quantitativo e demais anexos para abertura de um novo processo. Fica, portanto, cancelado o presente processo, sendo publicado no site da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial dos Municípios. Nada mais havendo a tratar a encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que após lida será assinada pelos membros da Comissão de Licitação.

Coronel Freitas (SC), 19 de Novembro de 2015

MARCELO J. RITTER CASIANE F. CARVALHO
PRESIDENTE DA COMISSÃO MEMBRO

PAULO C. STRADA FLAVIA ROLIM DE MOURA
MEMBRO MEMBRO

LUIS CARLOS OSS
MEMBRO

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº. 044 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

DECRETO Nº. 044 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

- Considerando o disposto no art. 18, da Lei Complementar Municipal n. 039/2013 que estabelece sobre a progressão por tempo de serviço, concedida a cada 02 (dois) anos de efetivo exercício;
- Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida progressão por tempo de serviço a servidora Neiva Terezinha Ghidini, membro do Magistério Público Municipal, equivalente a conquista de uma referência nas Tabelas que compõem os anexos I e II, da Lei Complementar Municipal nº. 039, de 03 de dezembro de 2013.

Nome	Período de Admissão	Nível Anterior	Nível Atual
Neiva Terezinha Ghidini	22/02/2007	2.1-H	2.1-I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 18 de fevereiro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

Correia Pinto**PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 01/2014 FHMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL
DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 01/2015
PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, com execução indireta e fornecimento parcelado, para CONTRATAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS CONSTANTES NA TABELA SUS. Abertura dos envelopes: 05.03.2015 às 14:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 20 de fevereiro de 2015.

DILMAR RIBEIRO PEREIRA
Diretor Administrativo FHMCP

ALISSON G. R. ANTUNES
Pregoeiro Municipal

Curitibanos**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 23/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 23/2015

Aos dezoito dias do mês de Fevereiro de 2015, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. José Antônio Guidi, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 23/2015, registrar os preços dos participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFALTICA RR 1C,CM 30 IMPRIMICÃO, MASSA ASFALTICA CBUQ, BASE PARA ASFALTO (PEDRA BRITA GRADUADA) PARA USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DO EDITAL..

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO

DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

- I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;
- II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;
- III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.
- VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.
- VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO
Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

- a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.
- b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

- a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitiba, 19 de Fevereiro de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Representante Empresa detentora dos preços registrados

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/2015

REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre Fundo Municipal de Educação e TELECAL TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA, com o valor total de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE TROCA DE FIRMWARE PARA VERSÃO NÃO FISCAL, SERÁ NECESSÁRIO ABRIR TODOS OS EQUIPAMENTOS PARA EXECUTAR O PROCEDIMENTO COM DESLOCAMENTO E ESTADIA INCLUSOS. SENDO QUE A EMPRESA AUTORIZADA CONTRATADA POSSUI EXCLUSIVIDADE NA REGIÃO, CONFORME VÍNCULO COM O PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014. CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII DA LEI 8.666/93..

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

XVII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 10 de fevereiro de 2015.

Diego Sebem Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Márcia Dominski Penteado
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências Legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso XVII dou como aprovada.

Curitiba, 10 de fevereiro de 2015.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 10 de fevereiro de 2015.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO 002/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano instituído pela lei nº 2738/1993 e alterações pela lei nº 5117/2013, CONVOCA todos os seus membros para a primeira reunião ordinária que será realizada no dia 04 de março de 2015 às 16:00h, no auditório da Prefeitura Municipal de Curitiba em primeira convocação e às 16:15h em segunda convocação para deliberar a seguinte ordem do dia:

1.Votação do Regimento Interno.

2.Eleição da Secretaria Executiva.

3.Proposição ao poder executivo de alteração das leis nº 2.738/93 com as alterações instituídas pela lei nº 5.117/13 no que pertine a composição do conselho.

4.Demais proposições de alterações na lei que se façam necessárias.

5.Discussão, deliberação e proposição ao poder executivo de alterações visando uma atualização da legislação que institui o zoneamento, ocupação e parcelamento do solo urbano, bem como seus anexos.

Curitiba/SC, 09 de fevereiro de 2015.

Lenora Borsarini

Secretária de Planejamento e Urbanismo

Presidente do Conselho

RESULTADO PRELIMINAR DO CONCURSO PÚBLICO 002/2014

Estado de Santa Catarina Município de Curitiba

Edital de Concurso Público Nº 002/2014

RESULTADO PRELIMINAR DO CONCURSO PÚBLICO 002/2014

O Prefeito Municipal Torna Público a lista de candidatos e respectivas notas referentes ao Concurso Público Nº 002/2014, que segue em ordem de cargo e classificação decrescente, já aplicados os critérios de aprovação e de desempate.

CARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

(REGIME ESTATUTÁRIO)

001 - Coveiro - 01 vaga

Nome do Candidato	Matemática	Português	C. Gerais	Nota Final	Classificação
JEFFERSON LUIZ CARVALHO	2,000	4,000	2,500	8,500	1º

CARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS (REGIME ESTATUTÁRIO)

002 - Motorista II - 01 vaga

Nome do Candidato	Prova Prática	Matemática	Português	C. Gerais	Prova Escrita	Nota Final	Classificação
JOSE LEAL	20,00	2,500	4,000	3,000	9,500	29,50	1º
HORTENCIO ORTIZ FERREIRA	20,00	3,000	2,000	2,500	7,500	27,50	2º
SERGIO JOSE VIEIRA	18,00	3,000	4,000	2,500	9,500	27,50	3º
ALMIR GONCALVES	20,00	2,500	1,000	1,500	5,000	25,00	4º
CLAUDEMIR DOUGLAS DOS SANTOS	12,00	2,000	3,500	2,500	8,000	20,00	5º
ELIDIO MAGAGNIN	14,00	1,000	2,000	1,000	4,000	18,00	6º
VALDEMAR FERREIRA	15,50	0,500	0,500	0,500	1,500	17,00	7º
JACIR PEREIRA DOS SANTOS	11,00	2,000	1,000	1,500	4,500	15,50	8º

003 - Operador de Motoniveladora - 01 vaga

Nome do Candidato	Prova Prática	Matemática Matemática	Português	C. Gerais	Prova Escrita	Nota Final	Classificação
JOSE LUIS MARCONDES DE LIMA	17,50	3,000	3,500	3,000	9,500	27,00	1º
EDSON CARLOS MELO	17,50	2,000	4,000	2,000	8,000	25,50	2º
SEBASTIAO VIDOMAR PADILHA DOS SANTOS	20,00	1,500	2,000	1,000	4,500	24,50	3º
ANDERSON POTRIKUS	14,00	3,000	4,000	3,000	10,000	24,00	4º
ARISTIDES FERREIRA	15,50	1,000	1,500	0,000	2,500	18,00	5º

004 - Operador de Retroescavadeira - 01 vaga

Nome do Candidato	Prova Prática	Matemática	Português	C. Gerais	Prova Escrita	Nota Final	Classificação
HENRIQUE DE OLIVEIRA FOGAÇA	18,50	3,000	2,500	2,000	7,500	26,00	1º
JOSE ANTONIO COHLS	16,00	2,000	2,000	1,500	5,500	21,50	2º
EDUARDO GONCALVES DA ROSA	15,00	2,000	2,500	1,500	6,000	21,00	3º
NELSON ZANOTTO	14,00	2,500	2,000	1,500	6,000	20,00	4º

005 - Servente de Obras (Masculino) - 01 vaga

Nome do Candidato	Prova Prática	Matemática	Português	C. Gerais	Prova Escrita	Nota Final	Classificação
ADRIANO ANDRE DE LIMA	18,00	2,000	4,000	3,000	9,000	27,00	1º
MARCOS ROBERTO DE OLIVEIRA	20,00	2,000	2,500	2,000	6,500	26,50	2º
JOSE TADEU COUTO	20,00	1,000	2,500	2,500	6,000	26,00	3º
VANDERLEI ALVES LEODORO	20,00	2,000	1,000	1,000	4,000	24,00	4º
CLAIR GONCALVES DE OLIVEIRA	20,00	0,500	0,500	2,000	3,000	23,00	5º
SEBASTIAO DA SILVA	20,00	0,000	1,000	0,000	1,000	21,00	6º
DAVI PEREIRA DE LIMA	16,00	0,500	1,000	2,000	3,500	19,50	7º

CARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (REGIME ESTATUTÁRIO)

006 - Médico Pediatra - 01 vaga

Nome do Candidato	Específica	Matemática	Português	C. Gerais	Nota Final	Classificação
RAFAELLA CARVALHO MAGALHAES SANTOS	4,765	0,720	1,140	0,320	6,945	1º

007 - Técnico de Enfermagem - 01 vaga

Nome do Candidato	Específica	Matemática	Português	C. Gerais	Nota Final	Classificação
NADIR TERTULIANO	5,131	1,440	1,900	0,800	9,271	1º
ANDRESSA MONTEIRO PROENÇA	3,665	1,800	0,760	0,640	6,865	2º
ALESSANDRA KOEKE	4,398	0,720	0,760	0,480	6,358	3º
KARILENA RIBEIRO DO PRADO	2,932	1,080	1,140	0,640	5,792	4º
LUCIMARA FERRAREZI	3,299	0,720	1,140	0,480	5,639	5º
PAULA SILVA FRANÇA	3,299	1,440	0,380	0,480	5,599	6º
FABIO PEREIRA DE SOUZA	4,398	0,360	0,380	0,320	5,458	7º
CLAUDETE FATIMA DE SOUZA	2,932	0,720	1,140	0,640	5,432	8º
FABIANA JULIANA APARECIDA DIAS GONCALVES	2,566	1,440	0,760	0,640	5,406	9º

LUIS CARLOS MATOS	2,932	1,440	0,760	0,160	5,292	10º
EDIANES DO AMARAL DE AZEVEDO	2,932	1,080	0,380	0,800	5,192	11º
DENISE CRISTINA PELLE	3,299	0,720	0,760	0,320	5,099	12º
SONIA APARECIDA MATOS	3,299	1,080	0,380	0,320	5,079	13º
ROSANE PALHANO FERREIRA	3,299	0,720	0,760	0,320	5,099	14º
MARINA FATIMA MANDELLI	3,299	1,080	0,380	0,320	5,079	15º
MEIRE HELEN FERNANDES DORNELES	2,566	1,080	0,760	0,640	5,046	16º

008 - Técnico de Enfermagem (Samu) - 01 vaga

Nome do Candidato	Específica	Matemática	Português	C. Gerais	Nota Final	Classificação
BRUNA DO PRADO	4,032	0,720	0,380	0,640	5,772	1º

009 - Terapeuta Ocupacional (CAPS) - 01 vaga

Nome do Candidato	Específica	Matemática	Português	C. Gerais	Nota Final	Classificação
ELISANA BRANCO	2,932	1,800	1,140	0,640	6,512	1º
THAYSE DELFES DE JESUS	3,299	1,440	0,760	0,640	6,139	2º

CARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (REGIME ESTATUTÁRIO)

010 - Professor de Informática - 01 vaga

Nome do Candidato	Específica	Matemática	Português	C. Gerais	Nota Final	Classificação
FRANCO FOSCARINI	4,398	1,080	1,520	0,480	7,478	1º

011 - Motorista III - 01 vaga

Nome do Candidato	Prova Pratica	Matemática	Português	C. Gerais	Prova Escrita	Nota Final	Classificação
JOAO MARIA BARBOSA DOS SANTOS	19,50	2,500	3,500	2,000	8,000	27,50	1º
ADEMIR MACIEL DE SOUZA	18,50	3,000	3,500	2,000	8,500	27,00	2º
MARCOS ROGERIO CORREIA DE OLIVEIRA	20,00	2,000	2,500	2,000	6,500	26,50	3º
CELSE MACIEL DE SOUZA	19,00	2,500	3,000	1,500	7,000	26,00	4º
ELISEU DA ROSA	20,00	2,500	0,500	2,500	5,500	25,50	5º
MAICON FRANCA DE ALMEIDA	15,50	3,000	4,000	2,500	9,500	25,00	6º
JOAO VALDEZIR MORAIS	20,00	1,500	2,000	1,000	4,500	24,50	7º
JOSE GILBERTO MARTIN JUNIOR	17,00	3,000	2,500	2,000	7,500	24,50	8º
LUIZ HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS	19,00	3,000	0,000	2,000	5,000	24,00	9º
FABIO RIBEIRO DE ANDRADE	12,00	3,000	4,000	3,000	10,000	22,00	10º
CLAIR ROSSDEUTSCHER	14,50	2,000	3,000	1,500	6,500	21,00	11
ALMIRANTE CORDEIRO LEAO	19,00	0,500	0,500	0,000	1,000	20,00	12º
SERGIO ANTONIO ARAUJO	10,50	2,000	2,000	2,000	6,000	16,50	13º
EDSON ADÃO JUSTINO DOS SANTOS	6,50	3,000	3,500	2,000	8,500	15,00	14º

Os candidatos que não conseguiram obter as notas mínimas para aprovação de acordo com o edital estão sem classificação. Comunica ainda, que os candidatos que se sentirem prejudicados com a sua classificação, terão o prazo de dois dias úteis a contar desta data para interpor recurso. O recurso deverá ser feito através de um requerimento fundamentado, seguindo as normas do Edital.

Curitiba, 18 de fevereiro de 2015.
JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
 Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO N. 2/2015**

CONTRATO Nº 2/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA PREDIAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBANOS E SANDRI SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA.

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços, fazem entre si a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Archias Ganz, 288, em Curitiba (SC), inscrito no CNPJ sob nº 78.493.632/0001-21, neste ato representada por seu Presidente Sr. Arcílio Alves, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado SANDRI SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.677.127/0001-75, neste ato representada por seu representante legal Marcio Antonio Sandri, com sede na cidade de Curitiba (SC), na rua Lages, 62, Centro, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93, têm entre si justo e contratado, o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de manutenção elétrica predial nesta Casa Legislativa.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO

O prazo de vigência do presente contrato é de 10 meses e nove dias, com início em 20 de fevereiro de 2015 e com término em 31.12.2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO E PAGAMENTOS

I. O preço certo e ajustado pela prestação dos serviços é de R\$ 40,00 (quarenta reais) por hora trabalhada de eletricitista, cujo controle será efetuado através de ordens de serviços. O limite máximo da contratação é de 100 horas no período de vigência do contrato, perfazendo um total de R\$ 4.000,00 a serem pagos. Em caso de maior necessidade, o contrato deverá ser aditado.

II. Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos através de recursos constantes na LOA da Câmara do ano de 2015, previstos em projeto atividade e de acordo com as qualificações orçamentárias a seguir:

III. A despesa para pagamento do objeto correrá por conta da Dotação Orçamentária:

Entidade 10 - Câmara Municipal de Curitiba

Órgão 01.00 - Poder Legislativo

Unidade 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/Atividade 2.001 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

3.3.90.39.16.00.00.00 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

IV. Os pagamentos serão realizados mensalmente, mediante apresentação das notas fiscais referentes aos serviços prestados. Esta documentação deverá ser entregue na Câmara Municipal até o dia cinco do mês subsequente ao vencido.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CÂMARA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93,

e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da Câmara:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar a CONTRATADA por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas nas Leis nº 8.666, de 21/06/93, 10.520, de 17/07/2002 e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

I. Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União, e ainda quanto à regularidade de débitos trabalhistas.

CLÁUSULA SEXTA - GARANTIAS À MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS

I. A contratada, obriga-se a garantir a prestação dos serviços dentro das normas.

CLÁUSULA SÉTIMA - ÔNUS FISCAIS

Constitui, também, obrigação da CONTRATADA o pagamento de todos os tributos, fretes, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre este CONTRATO.

CLÁUSULA OITAVA - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único: É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula "Não a Ordem", tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo Fundo ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a

administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro: As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo: Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica a Câmara desde logo autorizada a reter e compensar, dos créditos da CONTRATADA, o valor da multa devida.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pela Câmara, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV - No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos serviços previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro: Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando a Câmara a aplicar o disposto na legislação pertinente.

Parágrafo Segundo: Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro: Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto e proposta de preços.

Parágrafo Segundo: A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba (SC) para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro.

Curitiba, 20 de fevereiro de 2015.
Arcílio Alves
Presidente da Câmara de Vereadores

SANDRI SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA
Contratado
PROCURADORIA JURÍDICA DA CÂMARA

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com as Leis Federais Nº. 8.666/93 e 10.520, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da Lei 8.666/93 o dou como aprovado.

Curitiba, 20 de fevereiro de 2015.
Rafael Gobbi
Procurador Jurídico da Câmara

CONTRATO N. 3/2015

CONTRATO Nº 3/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE OPERAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE SOM PARA REALIZAÇÃO DAS SESSÕES LEGISLATIVAS COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBANOS E VALDIR DONIZETE VARELA MEI.

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços, fazem entre si a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Archias Ganz, 288, em Curitiba (SC), inscrito no CNPJ sob nº 78.493.632/0001-21, neste ato representada por seu Presidente Sr. Arcílio Alves, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado VALDIR DONIZETE VARELA MEI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.615.417/0001-48, neste ato representada por seu representante legal VALDIR DONIZETE VARELA, com sede na cidade de Curitiba SC, na rua Fredolino Knoll, 59, bairro Universitário, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93, têm entre si justo e contratado, o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de SERVIÇOS TÉCNICOS DE OPERAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE SOM PARA REALIZAÇÃO DAS SESSÕES LEGISLATIVAS COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO

O prazo de vigência do presente contrato é de 10 meses e nove dias, com início em 20 de fevereiro de 2015 e com término em 31.12.2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO E PAGAMENTOS

I. O preço certo e ajustado pela prestação dos serviços por empreitada unitária é de R\$ 113,00 (cento e treze reais), cujo controle será efetuado através de relatórios de serviços. O limite máximo da contratação é de 70 serviços no período de vigência do contrato, perfazendo um total de R\$ 7.910,00 (Sete mil, novecentos e dez reais).

II. Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos através de recursos constantes na LOA da Câmara do ano de 2015, previstos em projeto atividade e de acordo com as qualificações orçamentárias a seguir:

III. A despesa para pagamento do objeto correrá por conta da Dotação Orçamentária:
Entidade 10 - Câmara Municipal de Curitiba
Órgão 01.00 - Poder Legislativo
Unidade 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores
Projeto/Atividade 2.001 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal
3.3.90.39.17.00.00.00 - Manutenção e Conservação de Máquinas

e Equipamentos

IV. Os pagamentos serão realizados mensalmente, mediante apresentação das notas fiscais referentes aos serviços prestados. Esta documentação deverá ser entregue na Câmara Municipal até o dia cinco do mês subsequente ao vencido.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CÂMARA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da Câmara:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar a CONTRATADA por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas nas Leis nº 8.666, de 21/06/93, 10.520, de 17/07/2002 e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

I. Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União, e ainda quanto à regularidade de débitos trabalhistas.

CLÁUSULA SEXTA - GARANTIAS À MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS

I. A contratada obriga-se a garantir que os equipamentos de som instalados junto à Câmara estejam em pleno funcionamento para o fim a que se destinam.

CLÁUSULA SÉTIMA - ÔNUS FISCAIS

Constitui, também, obrigação da CONTRATADA o pagamento de todos os tributos, fretes, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre este CONTRATO.

CLÁUSULA OITAVA - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único: É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula "Não a Ordem", tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente

formuladas pelo Fundo ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro: As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo: Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica a Câmara desde logo autorizada a reter e compensar, dos créditos da CONTRATADA, o valor da multa devida.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pela Câmara, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV - No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos serviços previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro: Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando a Câmara a aplicar o disposto na legislação pertinente.

Parágrafo Segundo: Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro: Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto e proposta de preços.

Parágrafo Segundo: A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba (SC) para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro.

Curitiba, 20 de fevereiro de 2015.

Arcílio Alves VALDIR DONIZETE VARELA MEI
Presidente da Câmara de Vereadores Contratado

PROCURADORIA JURÍDICA DA CÂMARA

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com as Leis Federais Nº. 8.666/93 e 10.520, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da Lei 8.666/93 o dou como aprovado.

Curitiba, 20 de fevereiro de 2015.

Rafael Gobbi
Procurador Jurídico da Câmara

Dionísio Cerqueira**PREFEITURA****CONTRATOS 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 010/2015.

Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: Telecopy Equipamentos Ltda
Objeto Aquisição de móveis, aparelhos eletrodomésticos, eletrônicos e equipamentos de informática para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira. .Origem: Pregão 005/2015 HMDC. Valor R\$ 12.654,00 Vigência: 18/02/2015 à 17/08/2015 Dionísio Cerqueira 18/02/2015
Deliziane L. dos Santos

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 011/2015.

Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: Salla Com. de Equip. Informática Ltda.
Objeto Aquisição de móveis, aparelhos eletrodomésticos, eletrônicos e equipamentos de informática para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira. .Origem: Pregão 005/2015 HMDC. Valor R\$ 45.199,00 Vigência: 18/02/2015 à 17/08/2015 Dionísio Cerqueira 18/02/2015
Deliziane L. dos Santos

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 012/2015.

Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: Violacenter Moveis e equipamentos Ltda -ME
Objeto Aquisição de móveis, aparelhos eletrodomésticos, eletrônicos e equipamentos de informática para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira. .Origem: Pregão 005/2015 HMDC. Valor R\$ 1.298,00 Vigência: 18/02/2015 à 17/08/2015 Dionísio Cerqueira 18/02/2015
Deliziane L. dos Santos

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 013/2015.

Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: ALFRS Industria de Moveis Ltda -ME
Objeto Aquisição de móveis, aparelhos eletrodomésticos, eletrônicos e equipamentos de informática para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira. .Origem: Pregão 005/2015 HMDC. Valor R\$ 15.432,03 Vigência: 18/02/2015 à 17/08/2015 Dionísio Cerqueira 18/02/2015
Deliziane L. dos Santos

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 014/2015.

Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: Jackson Neimar Pedrassini - ME
Objeto Aquisição de móveis, aparelhos eletrodomésticos, eletrônicos e equipamentos de informática para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira. .Origem: Pregão 005/2015 HMDC. Valor R\$ 12.811,00 Vigência: 18/02/2015 à 17/08/2015 Dionísio Cerqueira 18/02/2015
Deliziane L. dos Santos

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 015/2015.
Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: Com.de Artig. De Infomatica Iraceminha Ltda
Objeto Aquisição de móveis, aparelhos eletrodomésticos, eletrônicos e equipamentos de informática para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira. .Origem: Pregão 005/2015 HMDC. Valor R\$ 9.400,00 Vigência: 18/02/2015 à 17/08/2015 Dionísio Cerqueira 18/02/2015
Deliziane L. dos Santos

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 006/2015.
Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: CDIP-Clinica Diagnóstico por Imagem do Sul Ltda.
Objeto Contratação de empresa para fornecimento de serviços para realização de exames de ressonância magnética para os Fundo Municipal de Saúde em cumprimento a projeto pactuado com a Secretaria de Saúde do estado mediante tabela do SUS .Origem: Pregão 010/2015 FMS. Valor R\$ 44.343,75 Vigência: 18/02/2015 à 31/12/2015 Dionísio Cerqueira 18/02/2015
João Sthal - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 010/2015.
concedente Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira
Concessionário: AGIL Prestadora de Serviços Ltda. -ME.
Objeto Concessão de uso de Ben Imóvel Urbano, mais propriamente o Lote Urbano nº. 05 (cinco), da Quadra nº. 135 localizado na sede deste Ente Federado sem benfeitorias nas condições em que se encontram, com área total dos Lotes de 1.000 m2 (Hum mil metros quadrados),.Origem: C/C 127/2014 PMDC. Vigência: 18/02/2015 à 17/02/2025 Dionísio Cerqueira 18/02/2015
Atari Rittes - Prefeito Municipal

RESULTADOS DE LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do DL nº 013/2015, Objeto Aquisição de uniformes personalizados para os agentes comunitários de saúde em cumprimento ao termo de ajuste sanitário TAS 279... Origem: DL 013/2015 FMS. Vencedor Fonini Industria de Uniformes Ltda R\$ 7.920,00 - Dionísio Cerqueira 13/02/2015
João Sthal - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado CV Nº 012/2015 PMDC Objeto Aquisição de insumos de informática para manutenção de tonnes de impressoras para Secretaria de Educação e Fundo Municipal de Saúde.. Origem: CV 012/2015 PMDC. Vencedores Elcione Luiz Alecio -ME- Valor R\$ 6.376,64 - Inrefage Informatica e Eletroncos Ltda -ME r\$ 718,80
Dionísio Cerqueira 18/02/2015
Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão nº 009/2015, Objeto Aquisição de materiais odontológicos para o Fundo Municipal de Saúde em cumprimento ao termo de ajuste sanitário 279.. Vencedores:

Dental Oeste Ltda - Valor R\$ 4.885,74 - Odontomedi -Prod. Odontol e Hospit. Ltda - R\$ 4.959,01
Dionísio Cerqueira 18/02/2015
João Sthal - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão nº 010/2015, Objeto Contratação de empresa para fornecimento de serviços para realização de exames de ressonância magnética para os Fundo Municipal de Saúde em cumprimento a projeto pactuado com a Secretaria de Saúde do estado mediante tabela do SUS.. Vencedores: CDIP-Clinica Diagnóstico por Imagem do Sul Ltda - Valor R\$ 44.343,75 - Vigência 18/02/2015- 31/12/2015 Dionísio Cerqueira 18/02/2015
João Sthal - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
Hospital MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão nº 005/2015, Objeto Aquisição de móveis, aparelhos eletrodomésticos, eletrônicos e equipamentos de informática para o hospital municipal de Dionísio Cerqueira. Origem: Pregão 005/2015 FMS. Vencedores Telecopy Equipamentos Ltda - Valor R\$ 12.654,00 - Salla Com. de Equip. Informática Ltda - Valor R\$ 45.199,00 - Violacenter Moveis e equipamentos Ltda -ME - Valor R\$ 1.298,00 - ALFRS Industria de Moveis Ltda -ME - Valor R\$ 15.432,03 - Jackson Neimar Pedrassini -ME - Valor R\$ 12.811,00 - Com.de Artig. De Infomatica Iraceminha Ltda- Valor R\$ 9.400,00
Dionísio Cerqueira 18/02/2015
Deliziane L. dos Santos

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado C/C Nº 127/2014 PMDC Objeto Concessão de uso de Ben Imóvel Urbano, mais propriamente o Lote Urbano nº. 05 (cinco), da Quadra nº. 135 localizado na sede deste Ente Federado sem benfeitorias nas condições em que se encontram, com área total dos Lotes de 1.000 m2 (Hum mil metros quadrados),. .. Origem: C/C 0127/2014 PMDC. Vencedor Agil Prestradora de Serviços Ltda -ME -Dionísio Cerqueira 18/02/2015

Altair Rittes
Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONISIO CERQUEIRA
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO
O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público que por interesse público REVOGA o Pregão n. 014/2015. Objeto: Aquisição de alimentação (refeições) para os profissionais do programa mais médico indicados pelo Ministério da Saúde para o Município,.. cuja Entrega da documentação e propostas seria até as 11:30 horas do dia 03/03/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 19/02/2015.
João Stahl
Gestor do FMS

Erval Velho

PREFEITURA

DECRETO 1938/2015

DECRETO 1938, de 09 de fevereiro de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO. E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho - Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, e autorizada conforme Lei nº 1378 de 15 de dezembro de 2014
DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Erval Velho - FMS Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 34.780,13 (trinta e quatro mil, setecentos e oitenta reais e treze centavos) para a SUPLEMENTAÇÃO da dotação abaixo;

ÓRGÃO - 09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE - 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJ/ATIV. - 2037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
18 - 3.3.90.00.00.00.0612
..... R\$ 34.780,13

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 0612 - 29 - Outras Trnsf.do SUS/UNIÃO, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - Estado de Santa Catarina, em 09 de fevereiro de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Gelson Camilo Dalmedico
Diretor de Administração e Finanças

DECRETO 1939/2015

DECRETO 1939, de 09 de fevereiro de 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1378, de 15 de dezembro de 2014 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 11.280,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE 01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ/ATIV - 2.046 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE
3.3.90.00.00.00.00.03.0437.29 - Aplicações Diretas

..... R\$ 11.280,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2014 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 09 de fevereiro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Gelson Camilo Dalmedico
Diretor de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1939/2015, de 09 de fevereiro de 2015

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO
Exercício de 2014

Fonte de Recurso 0062 - Outros Recursos do FNDE

Ativo Financeiro	11.280,00
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	11.280,00
Deduções	
Decreto n.º 1939/2015	11.280,00
Saldo	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2014- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE
Técnico Contábil

DECRETO 1940/2015

DECRETO 1940, de 09 de fevereiro de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO. E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho - Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, e autorizada conforme Lei nº 1378 de 15 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Erval Velho Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 7.022,56 para a SUPLEMENTAÇÃO da dotação abaixo;

ÓRGÃO - 05 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
UNIDADE - 02 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
PROJ/ATIV. - 1.016 - Pavimentação de vias
4.4.90.00.00.00.00.434
.... R\$ 7.022,56

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 434 transferências de Convênios da União - Outros,

conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - Estado de Santa Catarina, em 09 de fevereiro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Gelson Camilo Dalmedico
Diretor de Administração e Finanças

DECRETO 1941/2015

DECRETO 1941, de 11 de fevereiro de 2015.

Homologa o Resultado Final de Avaliação de Desempenho de Servidor Público Municipal em Estágio Probatório e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o Artigo 18 e seguintes da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001; combinado com as disposições do Decreto Municipal n. 869, de 10 de novembro de 2003, e alterações pelo Decreto Municipal n. 1231, de 28 de julho de 2008, combinado com o artigo 41 da Constituição Federal de 1988;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado final de avaliação de desempenho dos servidores que se encontravam em estágio probatório, ficando os mesmos aprovados e considerados estáveis no serviço público municipal a partir da data em que completaram três anos de efetivo exercício:

Nome	Função	Admissão	Média Final	Data da Estabilização
Charlene Ap. Mazzarolo Fiorese	Professor	01/02/2012	321,75	01/02/2015
Elissônia Sutil Mazetto	Professor	01/02/2012	337,75	01/02/2015
Jackson Luiz Nunes	Professor	01/02/2012	353,75	01/02/2015
Luciane Padilha da Luz	Agente de Serviços Gerais II	01/02/2012	311,25	01/02/2015
Maria Eloiza Teodoro	Agente de Serviços Gerais II	12/01/2012	325,00	12/01/2015
Naimo Balestrin	Professor	01/02/2012	291,50	01/02/2015
Paula Recalcatti Palavro	Professor	01/02/2012	304,25	01/02/2015

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 11 de fevereiro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 11 de fevereiro de 2015.

Gelson Camilo Dalmedico
Diretor de Administração e Finanças

DECRETO 1942/2015

DECRETO 1942, de 13 de fevereiro de 2015

Abre crédito especial suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com a Lei Municipal nº 1379 de 13 de fevereiro de 2015, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito especial suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 126.000,00 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 07 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE 07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE 2.049 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Modalidade 3.3.40.00.00.00.00.0435 - Transferências a Municípios R\$ 50.000,00

ÓRGÃO 09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE 2.037 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Modalidade 3.3.40.00.00.00.00.0612 - Transferências a Municípios R\$ 76.000,00

Art. 2º - Os recursos para fazer frente a presente suplementação correrão a conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias;

ÓRGÃO 09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE 2.037 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14 - 3.3.90.00.00.00.00.0612.13 - Aplicações Diretas R\$ 76.000,00

ÓRGÃO 07 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE 07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE 2.049 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

129 - 3.1.90.00.00.00.00.0435 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

130 - 3.1.90.00.00.00.00.0435 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

133 - 3.3.90.00.00.00.00.0435 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

134 - 3.3.90.00.00.00.00.0435 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

135 - 3.3.90.00.00.00.00.0435 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 13 de fevereiro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Gelson Camilo Dalmedico
Diretor de Administração e Finanças

DISPENSA 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 008/2015
Edital de Dispensa de Licitação nº 001/2015
Objeto: Contratação de serviços de segurança do trabalho para a Prefeitura Municipal
Contratado: BRANDALISE & PADILHA ASSESSORIA, CONSULTORIA EM SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO LTDA
Valor do Contrato: R\$ 7.850,00 (Sete mil oitocentos e cinquenta reais)
Substrato Jurídico: artigo 24, II, da Lei Federal nº 8666/93.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

DISPENSA 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 009/2015
Edital de Dispensa de Licitação nº 002/2015
Objeto: Contratação de serviços de medicina do trabalho para a Prefeitura Municipal
Contratado: ADOLFO FELIX MARCA
Valor do Contrato: R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais)
Substrato Jurídico: artigo 24, II, da Lei Federal nº 8666/93.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 005/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 010/2015
Edital de Pregão Presencial nº 005/2015
Objeto: Aquisição de material de limpeza, copa e cozinha. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 05 /03/2015
Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal .

LEI 1379/2015

Lei n. 1379, de 13 de fevereiro de 2015.

Autoriza a abertura de Crédito Especial e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial no orçamento vigente do Município:
ÓRGÃO 07 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE 07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE 2.049 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Modalidade 3.3.40.00.00.00.00.0435 - Transferências a Municípios R\$ 50.000,00

ÓRGÃO 09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE 2.037 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Modalidade 3.3.40.00.00.00.00.0612 - Transferências a Municípios R\$ 76.000,00

Art. 2º - Os recursos para fazer frente a presente suplementação correrão a conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias;
ÓRGÃO 09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE 2.037 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
14 - 3.3.90.00.00.00.00.0612.13 - Aplicações Diretas R\$ 76.000,00

ÓRGÃO 07 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE 07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE 2.049 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
129 - 3.1.90.00.00.00.00.0435 - Transferências a Municípios R\$ 10.000,00
130 - 3.1.90.00.00.00.00.0435 - Transferências a Municípios R\$ 10.000,00
133 - 3.3.90.00.00.00.00.0435 - Transferências a Municípios R\$ 10.000,00
134 - 3.3.90.00.00.00.00.0435 - Transferências a Municípios R\$ 10.000,00
135 - 3.3.90.00.00.00.00.0435 - Transferências a Municípios R\$ 10.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 13 de fevereiro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 13 de fevereiro de 2015.

Gelson Camilo Dalmedico
Diretor de Administração e Finanças

LEI 1380/2015

Lei n. 1380, de 13 de fevereiro de 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Conceder Auxílio Financeiro a Estudantes e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Auxílio Financeiro para locomoção de estudantes residentes em Erval Velho, que frequentam Cursos Superiores ou Cursos Profissionalizantes na cidade de Campos Novos.

Art. 2º - A forma de transporte escolhida pelo estudante não implicará no recebimento do auxílio, podendo ser com veículo próprio, compartilhado ou transporte coletivo.

Art. 3º - O valor a ser repassado a cada estudante neste ano letivo será de R\$ 200,00 (duzentos reais) por mês para aqueles que frequentam Cursos regulares. Para os demais que frequentam cursos de longa distância ou frequência mínima será repassado o valor de R\$ 10,00 (dez reais) por efetivo dia de aula, sendo que para os próximos anos estes valores poderão ser reajustados por ato próprio do Poder Executivo.

Parágrafo único - O valor do auxílio é igual para todos independente do tipo de locomoção utilizado e será repassado ao estudante até o 5º dia do mês subsequente ao cursado.

Art. 4º - Para fazer jus ao recebimento do auxílio mencionado no art. 3º o estudante deverá comprovar estar matriculado e frequentando as aulas através de documento fornecido pela instituição.

§ 1º - No mês em que o estudante de curso integral tiver mais de 25% de falta perderá o auxílio.

§ 2º - Caberá a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto o acompanhamento e verificação do cumprimento dos requisitos, acima e liberar o pagamento do auxílio.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente no Município.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 13 de fevereiro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 13 de fevereiro de 2015.

Gelson Camilo Dalmedico
Diretor de Administração e Finanças

PORTARIA 3056/2015

PORTARIA 3056, de 13 de fevereiro de 2015.

Nomeia servidor que menciona para cargo específico e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear o Senhor ACYR DA SILVA, brasileiro, casado, no cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Esportes, nível CC-2, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho/SC.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho/SC,
em 13 de fevereiro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Gelson Camilo Dalmedico
Diretor de Administração e Finanças

PORTARIA 3057/2015

PORTARIA 3057, de 13 de fevereiro de 2015.

Concede Prêmio Assiduidade por atendimento ao Art. 19º da Lei Complementar nº 021, de 07 de maio de 2009 a Professores do Magistério que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em conformidade com o § 1º e 2º do Art. 19º da Lei Complementar n. 021, de 07 de maio de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Prêmio Assiduidade aos Professores Efetivos do Quadro do Magistério em exercício de suas funções em Unidade Escolar, que no período do ano letivo de 2014, obtiveram comprovada 100% de frequência no trabalho, conforme relação abaixo:

Nome	Vencimento Base Dezembro/2014	Valor R\$ - Prêmio
Adriana Aparecida Maciel	2.199,15	1.099,57
Eliane Pinto Lisot	2.309,10	1.154,55
Giuliana Ganzer	2.424,56	1.212,28
Loreli Pinto Giacomini	2.309,10	1.154,55
Rubia Bof	2.199,15	1.099,57
Sonia Regina Silva	975,78	487,89
Tania Maria Antunes Alberti	2.424,56	1.212,28
Vera Medianeira Cezar Borin	2.424,56	1.212,28

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 13 de fevereiro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Gelson Camilo Dalmedico
Diretor de Administração e Finanças

PORTARIA 3058/2015

PORTARIA 3058, de 13 de fevereiro de 2015.

Concede Progressão por Nova Habilitação e Alteração de Nível Salarial e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Progressão e Alteração de Nível Salarial aos servidores efetivos no âmbito do Magistério Público Municipal, por Nova Habilitação Profissional conforme estabelece os artigos 17 e 18 da Lei Complementar nº 021 de 07 de maio de 2009, conforme relacionados abaixo:

Nome	Cargo / Habilitação	Nível Salarial por Nova Habilitação
Charlene Aparecida Mazza-rollo Fiorese	Professor Nível 02 classe A	Nível 03 classe A
Elissônia Sutil Mazetto	Professor Nível 02 classe A	Nível 03 classe A
Jackson Luiz Nunes	Professor Nível 02 classe A	Nível 03 classe A
Paula Recalcatti Palavro	Professor Nível 02 classe A	Nível 03 classe A

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 13 de fevereiro de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Gelson Camilo Dalmedico
Diretor de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 008-2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 008/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocadas as pessoas relacionadas no anexo I, aprovados no concurso público que trata o Edital de Concurso Público nº001/2013, 002/2014 e 003/2014

Art. 2º Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situado na Av. Rio Grande do Sul, 50, centro, Faxinal dos Guedes, SC, no seguinte horário:

Das 07h as 13h.

Art. 3º Os aprovados no Concurso ora convocados, após o exame admissional, deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

Certidão de nascimento ou de casamento se for o caso;

Título Eleitoral com o comprovante de quitação eleitoral (via internet);

Certificado de reservista ou dispensa de incorporação (no caso de candidatos do sexo masculino);

Comprovante de escolaridade em conformidade com a habilitação exigida;

Registro no órgão competente (depende do cargo);

Cédula de Identidade;

CPF;

Comprovação de inexistência de condenação criminal transitada em julgado.

01 foto 3x4 recente;

Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;

Carteira de Trabalho com número de PIS-PASEP;

Comprovante de conta corrente em Banco;

Comprovante de residência-atualizado;

Carteira de tipagem sanguínea; se caso possuir.

Carteira de motorista; (depende do cargo).

Carteira de vacinação;

Declaração negativa de acumulação de cargo público, na forma do que dispõe o art. 37, inciso XVI, alíneas a, b e c da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo II.

Para atuar na Secretaria Municipal de Saúde: apresentar comprovante das seguintes vacinas:

-Contra Hepatite B

-Contra Tétano

-Contra Febre Amarela

-VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).

-Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero.

Para atuar nas demais Secretarias: apresentar comprovante das seguintes vacinas:

-Contra tétano

-VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).

-Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero.

Art. 4º. Será considerado desistente e, portanto, eliminado, o candidato que não comparecer na data estabelecida para comprovação dos requisitos exigidos para cada cargo ou não apresentar os documentos relacionados no art. 3º deste Edital, sendo convocado o próximo candidato da relação de classificação.

Art. 5º Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes, SC, 19 de fevereiro de 2015.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

ANEXO I

CARGO: EDUCADOR SOCIAL 40H

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
DALILA CRISTINA BATASSINI OLSSON	2º
SABRINA BRUCHEZ CÔRREA	3º

CARGO: MOTORISTA DE CAMINHÃO

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
IVO PEDROSO	3º

CARGO: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
SALETE RODRIGUES PINTO RIBEIRO	2º
MARIVETE BATISTA DOS SANTOS	3º

ANEXO II

DECLARAÇÃO

NOME:
ESTADO CIVIL:
ENDEREÇO RUA:
BAIRRO:
CIDADE:
TELEFONE:
CPF:
CÉDULA DE IDENTIDADE:
EMPREGO:
HORAS SEMANAIS:
LOCAL DE TRABALHO:
DATA DESTA DECLARAÇÃO:

DECLARO para os devidos fins e efeitos sob as penas da lei, em virtude de minha contratação no emprego acima identificado, neste Município de Faxinal dos Guedes, que não percebo proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da CF e que não acumulo cargo, emprego ou função pública em quaisquer órgãos ou entidades de Administração Pública, de qualquer dos Poderes, nas esferas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive em autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público, bem como com suas subsidiárias e controladas, na condição de ativo ou inativo, ressalvado o disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal.

Assinatura do Declarante

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE ERRATA - CONTRATO Nº. 213/PMF/2014

AVISO DE ERRATA - CONTRATO Nº. 213/PMF/2014

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar a publicação do CONTRATO Nº. 213/PMF/2014. A retificação se dá no equívoco de digitação da vigência contratual na publicação do contrato, publicada em 30 de outubro de 2014 neste veículo de comunicação. Segue a retificação do contrato:

Onde se lê: O prazo de vigência da Concessão será de 120 (cento e vinte) meses, a partir da data de assinatura deste instrumento contratual. - 18/02/2015.

Leia-se: O prazo de vigência da Concessão será de 120 (cento e vinte) meses, a partir da data de assinatura deste instrumento contratual. - 29/08/2024.

Feita a retificação acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

Forquilha, 19 de fevereiro de 2015.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Gerente de Contratos e Convênios

AVISO DE ERRATA – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/PMF/2015

AVISO DE ERRATA - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/PMF/2015

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Edital de Pregão Presencial Nº. 18/PMF/2015. A retificação se dá na alteração da planilha orçamentária, anexo V do Edital. Segue a inclusão do item 1.3 na planilha orçamentária, com o seguinte texto:

ITENS	SERVIÇOS LICITADOS	UNID	QUANT	Valor U. sem BDI	BDI (%)	Valor U. com BDI	TOTAL	REF.
1.3	Trator de Esteiras Potência 160 Hp (mínimo)	h	50,00	R\$ 155,00	19,19%	R\$ 184,74	R\$ 9.237,00	5851

Sendo que as alterações supracitadas influenciam na formulação da proposta de preços, fica estabelecida nova data de abertura: 06 de março de 2015 às 09:00 horas, conforme edital retificado.

Feita a retificação acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

Forquilha, 19 de fevereiro de 2015.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

DECRETO Nº. 040, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

DECRETO Nº. 040, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

NOMEIA DIEGO PASSARELA PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE SAÚDE, NÍVEL DAS-1.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº. 2.065, de 18 de fevereiro de 2015, seus anexos,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado DIEGO PASSARELA para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário de Saúde, Nível DAS-1.

Art. 2º O servidor acima nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 487/98, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 18 de fevereiro de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 18 de fevereiro de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 041, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
DECRETO Nº. 041, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
NOMEIA DIMAS KAMMER PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO
DE SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA, NÍVEL DAS-1.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº. 2.065, de 18 de fevereiro de 2015, seus anexos,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado DIMAS KAMMER para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário de Infraestrutura, Nível DAS-1.

Art. 2º O servidor acima nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 487/98, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 18 de fevereiro de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 18 de fevereiro de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 042, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
DECRETO Nº. 042, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
NOMEIA ADENOR POLA PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO
DE SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, NÍVEL
DAS-1.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº. 2.065, de 18 de fevereiro de 2015, seus anexos,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado ADENOR POLA para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, Nível DAS-1.

Art. 2º O servidor acima nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 487/98, vinculada ao

Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 18 de fevereiro de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 18 de fevereiro de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.065, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

LEI Nº 2.065, DE 18 de fevereiro de 2015.

ALTERA A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Organização Administrativa do Governo do Município de Forquilha, passando a valer com a nova redação que segue.

TÍTULO I

DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO ÚNICO

DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES E DOS INSTRUMENTOS

DA AÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 2º As atividades do Governo Municipal abrangem os seguintes princípios:

I - Planejamento;

II - Execução;

III - Coordenação.

Parágrafo único. São instrumentos de realização destas atividades:

I - Controle;

II - Delegação de competência ou de atribuições;

III - Desconcentração administrativa.

SEÇÃO I

DO PLANEJAMENTO

Art. 3º O Governo Municipal adotará o planejamento como instrumento de ação para o desenvolvimento físico-territorial, econômico, social e cultural da comunidade, bem como a aplicação dos recursos humanos, materiais e financeiros do Município.

§ 1º O planejamento compreenderá a elaboração e manutenção atualizada dos seguintes instrumentos legais básicos:

I - Planejamento Plurianual;

II - Diretrizes Orçamentárias;

III - Orçamentos Anuais;

IV - Plano Diretor de Desenvolvimento;

V - Programa Anual de Trabalho.

§ 2º A elaboração e a execução do planejamento municipal deverão guardar consonância e compatibilidade com os planos e

programas da União e do Estado.

§ 3º O Governo Municipal estabelecerá, na elaboração e execução de seus programas, o critério de prioridades, segundo a essencialidade da obra ou serviço e o atendimento de interesse coletivo.

SEÇÃO II DA EXECUÇÃO

Art. 4º Os atos de execução, singulares ou coletivos, obedecerão aos preceitos legais e as normas regulamentares, observados os critérios de organização, racionalização e produtividade.

Parágrafo único. Os servidores de execução são obrigados a respeitar, na solução de todo e qualquer caso e no desempenho de suas competências, os princípios, critérios, normas e programas estabelecidos pelos órgãos de direção aos quais estiverem subordinados, vinculados ou supervisionados.

SEÇÃO III DA COORDENAÇÃO

Art. 5º As atividades de administração municipal, especialmente a execução de planos e programas de governo, serão de permanente coordenação.

Art. 6º A coordenação será exercida em todos os níveis da administração, mediante atuação das chefias individuais, realização sistemática de reuniões com a participação das chefias subordinadas e a instituição e funcionamento de comissões em cada nível administrativo.

SEÇÃO IV DO CONTROLE

Art. 7º O controle das atividades da administração municipal deve ser exercido em todos os órgãos e em todos os níveis compreendendo:

I - O controle, pela chefia competente, da execução dos planos e dos programas e da observância das normas que governam a atividade específica do órgão controlado;

II - O controle da aplicação dos recursos públicos e da guarda dos bens do Município pelos órgãos de administração financeira e patrimonial.

SEÇÃO V DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA OU ATRIBUIÇÕES

Art. 8º A delegação de competência ou atribuições será utilizada como instrumento de desconcentração administrativa, objetivando assegurar maior rapidez às decisões, situando-se na proximidade dos órgãos, fatos, pessoas ou problemas a atender.

Art. 9º É facultado ao Chefe do Poder Executivo delegar competências ou atribuições a órgãos, dirigentes ou servidores subordinados, para a prática de atos administrativos.

Parágrafo único. O ato de delegação indicará com precisão o órgão ou autoridade delegante, órgão ou autoridade delegada e as competências objeto da delegação.

SEÇÃO VI DA DESCONCENTRAÇÃO

Art. 10. A execução das atividades da administração municipal deverá ser, tanto quanto possível, desconcentrada.

Art. 11. O Governo Municipal recorrerá, para a execução de obras públicas e serviços, sempre que admissível e aconselhável, mediante contrato, concessão, permissão ou convênio, a órgãos ou entidades do setor público estadual, pessoas ou entidades do setor privado, de forma a alcançar melhor rendimento, evitando novos encargos permanentes e a ampliação desnecessária do quadro de

servidores.

TÍTULO II CAPÍTULO ÚNICO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 12. A estrutura organizacional básica do Poder Executivo do Município de Forquilha compõe-se dos seguintes órgãos e funções de direção, chefia e assessoramento:

§ 1º Órgãos de assistência e assessoramento direto e imediato ao Prefeito Municipal:

I - Secretaria de Governo:

a) Departamento de Governo;

b) Assessoria de Gabinete;

c) Gerência de Comunicação Social;

d) Assessoria de Comunicação;

e) Coordenadoria de Iluminação Pública;

II - Procuradoria Geral do Município:

a) Procuradoria Adjunta do Município.

§ 2º Órgãos de atividades auxiliares e específicas:

I - Secretaria de Administração e Finanças:

Gerência de Contabilidade e Controle Interno;

Gerência de Contratos e Convênios;

Gerência de Compras;

Gerência de Administração de Pessoal;

Gerência de Tributação;

Divisão de Arrecadação;

Departamento de Finanças;

Divisão de Tesouraria;

Departamento de Patrimônio;

Seção de Almoxarifado;

Seção de Licitações;

Seção de Serviços ao Cidadão;

Coordenadoria Executiva do Procon.

II - Secretaria de Educação:

Assessoria Educacional;

Gerência de Educação;

Departamento de Educação;

Coordenadoria de Ensino;

Diretoria de Escola de Educação Básica com mais de 300 alunos;

Diretoria Adjunta de Escola de Educação Básica com mais de 300 alunos;

Diretoria de Escola de Educação Básica com até 300 alunos;

Diretoria Adjunta de Escola de Educação Básica;

Diretoria de Centro de Educação Infantil com mais de 100 Alunos;

Diretoria de Centro de Educação Infantil até 100 Alunos;

Diretoria Adjunta de Centro de Educação;

Divisão de Transporte Escolar;

Divisão de Ensino Fundamental.

III - Secretaria de Saúde:

Secretaria Adjunta de Saúde;

Departamento de Transportes da Secretaria de Saúde;

Divisão de Avaliação, Controle e Auditoria;

Seção de Programas de Saúde;

Coordenação do Programa de Saúde da Família;

Assessoria do Programa de Saúde da Família;

Coordenação do CAPS;

Coordenação da Vigilância em Saúde;

Coordenação do Pronto Atendimento Municipal;

Coordenação da Saúde Bucal;

Seção de Vigilância Epidemiológica;

Seção de Tratamento Fora de Domicílio - TFD;

Seção de Agendamento de Consultas e Exames;

Seção de Almoxarifado da Secretaria de Saúde;

Seção de Análise de Sistemas.

IV - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente:

Departamento de Agricultura;

Divisão de Serviços Agrícolas;
 Divisão do Horto Florestal;
 Coordenação de Programas Agropecuários;
 Administração da Casa do Agricultor.
 V - Secretaria de Infraestrutura:
 Secretaria Adjunta de Infraestrutura;
 Gerência de Engenharia;
 Departamento de Drenagem;
 Departamento da Coleta Seletiva;
 Departamento Municipal de Trânsito;
 Divisão de Conservação de Estradas Vicinais;
 Divisão de Infraestrutura;
 Divisão de Limpeza Urbana;
 Divisão de Oficina;
 Divisão da Coleta de Lixo;
 Divisão da Lavação;
 Seção de Serviços Municipais;
 Administração da Garagem Municipal;
 Coordenação de Manutenção Preventiva.
 VI - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo:
 Departamento de Esportes;
 Departamento de Eventos;
 Seção de Turismo;
 Divisão de Esporte;
 Gerência de Esporte;
 Divisão de Cultura;
 Seção de Esporte;
 Administração do Museu Municipal;
 Administração da Biblioteca Municipal;
 Coordenação de Escolinhas de Esporte.
 VII - Secretaria de Desenvolvimento Econômico:
 Departamento de Desenvolvimento Econômico;
 Gerência de Trabalho e Emprego.
 VIII - Secretaria de Assistência Social:
 Divisão de Desenvolvimento Social;
 Divisão de Ação Social;
 Coordenação de Programas Sociais;
 Divisão de Programas Habitacionais;
 Seção de Serviços Sociais;
 Coordenação do CRAS;
 Coordenação do CREAS.
 IX - Secretaria de Planejamento:
 Gerência do Núcleo de Transporte e Circulação;
 Gerência de Projetos;
 Departamento de Planejamento;
 Divisão de Trânsito;
 Administração do Cemitério Municipal;
 Divisão do Parque Ecológico;
 Seção de Relacionamento Governamental;
 Divisão de Serviços Urbanos.

TÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS

CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA E ASSESSORAMENTO DIRETO E IMEDIATO AO PREFEITO MUNICIPAL

SEÇÃO I DA SECRETARIA DE GOVERNO

Art. 13. À Secretaria de Governo, compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - Prestar assistência ao Chefe do Poder Executivo no desempenho de suas atribuições e, em especial, no atendimento ao público e articulação com as autoridades públicas federais, estaduais e municipais.
- II - Administrar criteriosamente os recursos públicos, visando o atendimento aos interesses e necessidades do Município;

- III - Dar transparência a aplicação dos recursos públicos;
- IV - Viabilizar recursos via convênios junto a outras esferas de governos;
- V - Administrar e gerenciar o Poder Executivo Municipal adequadamente;
- VI - Viabilizar o pleno funcionamento do sistema de Controle Interno.

SEÇÃO II DA PROCURADORIA GERAL

Art. 14. À Procuradoria Geral compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - Prestar todo suporte jurídico à Administração Municipal;
- II - Acompanhar todos os processos jurídicos em andamento;
- III - Defender o Município perante o Poder Judiciário e o Tribunal de Contas;
- IV - Prestar apoio técnico às Secretarias em geral.

SEÇÃO III DO GABINETE DO VICE-PREFEITO

Art. 15. Ao Gabinete do Vice-Prefeito compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - Manutenção e direção de seu gabinete, aplicando as dotações orçamentárias respectivas;
- II - Ajudar o Vice-Prefeito no desempenho de missões especiais, protocolares e administrativas.

CAPÍTULO II DOS ÓRGÃOS DE ATIVIDADES AUXILIARES ESPECÍFICAS

SEÇÃO I DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 16. À Secretaria de Administração e Finanças compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - Administração e legislação de pessoal;
- II - Administração patrimonial e de material;
- III - Transportes internos e serviços gerais;
- IV - Cadastro imobiliário;
- V - Administração tributária;
- VI - Arrecadação;
- VII - Administração financeira;
- VIII - Execução orçamentária e administração contábil;
- IX - Prestar contas aos órgãos de fiscalização, dos recursos públicos arrecadados e aplicados;

SEÇÃO II DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 17. À Secretaria de Educação compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - Educação para crianças de zero a seis anos de idade;
- II - Ensino fundamental;
- III - Ensino médio e superior;
- IV - Erradicação do analfabetismo;
- V - Transporte escolar;
- VI - Merenda Escolar.

SEÇÃO III DA SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 18. À Secretaria de Saúde compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - Educação em saúde;
- II - Saúde dos munícipes;
- III - Saúde do escolar;
- IV - Saúde oral;

V - Saúde do trabalhador;
VI - Vigilância epidemiológica;
VII - Saneamento;
VIII - Imunização;
IX - Vigilância sanitária;
X - Atendimento de urgência e emergência;

SEÇÃO IV

DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Art. 19. À Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente compete desenvolver as atividades relacionadas com:

I - Desenvolvimento e aprimoramento da agricultura e da pecuária, em pequenas e médias propriedades rurais;
II - Fiscalização de disposições normativas de defesa vegetal e animal;
III - Assistência técnica rural;
IV - Promoção de medidas relacionadas à agropecuária em articulação com as esferas estadual e federal;
V - Promoção de medidas que visem proteger a boa qualidade de vida e do meio ambiente.

SEÇÃO V

DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Art. 20. À Secretaria de Infraestrutura compete desenvolver as atividades relacionadas com:

I - Sistema viário;
II - Construção e conservação de obras públicas;
III - Execução da política de desenvolvimento urbano;
IV - Construção, pavimentação e conservação de estradas, caminhos municipais e vias urbanas;
V - Administração dos serviços públicos em geral;
VI - Administração do Parque de Britagem e Fábrica de Lajotas;
VII - Administração da Garagem Municipal;

SEÇÃO VI

DA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

Art. 21. À Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo compete desenvolver as atividades relacionadas com:

I - Promoção da cultura e do turismo;
II - Promoção do esporte e lazer.

SEÇÃO VII

DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 22. À Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Econômico compete desenvolver as atividades relacionadas com:

I - Promoção de políticas públicas de incentivo a criação vagas de emprego e qualificação de trabalhador;
II - Promoção do desenvolvimento econômico, através do incentivo e apoio à instalação, ampliação e modernização da indústria, comércio e serviços no Município;

SEÇÃO VIII

DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 23. À Secretaria de Assistência Social compete desenvolver as atividades relacionadas com:

I - Desenvolver ações sociais;
II - Projetos Sociais;
III - Apoiar as atividades desenvolvidas pelas entidades de assistência social e pelos Conselhos Municipais.
IV - Promoção de diretrizes de planos setorial e municipal, objetivando a solução do déficit habitacional e dos problemas de sub-habitação.

SEÇÃO IX

DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Art. 24. À Secretaria de Planejamento compete desenvolver as atividades relacionadas com:

I - Gerenciar o planejamento público municipal;
II - Elaborar projetos para viabilizar recursos financeiros através de convênios com outras esferas de governo;
III - Conduzir o processo do planejamento em relação ao orçamento participativo junto às comunidades;
IV - Coordenar a elaboração dos projetos de Lei do Plano Plurianual - PPA, das Diretrizes Orçamentárias - LDO e Orçamento Anual - LOA;
V - Prestar apoio ao Gabinete do Prefeito e às demais Secretarias Municipais;
VI - Gerenciamento e fiscalização do cumprimento do Plano Diretor;
VII - Regularização fundiária;
VIII - Gerência do transporte coletivo;
IX - Administração do Transporte em Geral;
X - Administração do Cemitério;
XI - Administração do Terminal Rodoviário;
XII - Administração do Parque Ecológico.

TÍTULO IV

DOS CARGOS E FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Art. 25. Ficam criados, na estrutura organizacional básica do Poder Executivo Municipal de Forquilha, os cargos em comissão de Secretário de Governo, Chefe do Departamento de Governo, Assessor de Gabinete, Gerente de Comunicação Social, Assessor de Comunicação, Coordenador do Serviço de Iluminação Pública, Procurador-Geral do Município, Procurador Adjunto do Município, Secretário de Administração e Finanças, Gerente de Contabilidade e Controle Interno, Gerente de Contratos e Convênios, Gerente de Compras, Gerente de Administração de Pessoal, Gerente de Tributação, Chefe da Divisão de Arrecadação, Chefe do Departamento de Finanças, Chefe da Divisão de Tesouraria, Chefe do Departamento de Patrimônio, Chefe da Seção de Almoxarifado, Chefe da Seção de Análise de Sistemas, Chefe da Seção de Licitações, Chefe da Seção de Serviços ao Cidadão, Coordenador Executivo do Procon, Secretário de Educação, Assessor Educacional, Gerente de Educação, Chefe de Departamento de Educação, Coordenador de Ensino, Diretor de Escola de Educação Básica com mais de 300 alunos, Diretor Adjunto de Escola de Educação Básica com mais de 300 alunos, Diretor de Escola de Educação Básica com até 300 alunos, Diretor Adjunto de Escola de Educação Básica, Diretor de Centro de Educação Infantil com mais de 100 Alunos, Diretor de Centro de Educação Infantil com até 100 Alunos, Diretor Adjunto de Centro de Educação Infantil, Chefe da Divisão de Transporte Escolar, Chefe de Divisão de Ensino Fundamental, Secretário de Saúde, Secretário Adjunto de Saúde, Chefe do Departamento de Transportes da Secretaria de Saúde, Chefe da Divisão de Avaliação, Controle e Auditoria, Chefe da Seção de Programas de Saúde, Coordenador do Programa de Saúde da Família, Assessor do Programa de Saúde da Família, Coordenador do CAPS, Coordenador da Vigilância em Saúde, Coordenador do Pronto Atendimento Municipal, Coordenador da Saúde Bucal, Chefe da Seção de Vigilância Epidemiológica, Chefe da Seção de Tratamento Fora de Domicílio - TFD, Chefe da Seção de Agendamento de Consultas e Exames, Chefe da Seção de Almoxarifado da Secretaria de Saúde, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, Chefe do Departamento de Agricultura, Chefe da Divisão de Serviços Agrícolas, Chefe da Divisão do Horto Florestal, Coordenador de Programas Agropecuários, Administrador da Casa do Agricultor, Secretário de Infraestrutura, Secretário Adjunto de Infraestrutura, Gerente de Engenharia, Chefe do Departamento de Drenagem, Chefe do Departamento da Coleta Seletiva, Chefe do Departamento Municipal de Trânsito, Chefe da Divisão de Conservação de Estradas Vicinais, Chefe da Divisão de Infraestrutura, Chefe da Divisão de Limpeza Urbana, Chefe da Divisão de Oficina, Chefe da Divisão de Coleta

de Lixo, Chefe da Divisão de Lavação, Chefe da Seção de Serviços Municipais, Administrador da Garagem Municipal, Coordenador de Manutenção Preventiva, Secretário de Cultura, Esporte e Turismo, Chefe do Departamento de Esportes, Chefe do Departamento de Eventos, Chefe da Seção de Turismo, Chefe da Divisão de Esporte, Gerente de Esporte, Chefe da Divisão de Cultura, Chefe da Seção de Esporte, Administrador do Museu Municipal, Administrador da Biblioteca Municipal, Coordenador de Escolinha de Esporte, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Chefe do Departamento de Desenvolvimento Econômico, Gerente de Trabalho e Emprego, Secretário de Assistência Social, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social, Chefe da Divisão de Ação Social, Coordenador de Programas Sociais, Chefe da Divisão de Programas Habitacionais, Chefe da Seção de Serviços Sociais, Coordenador do CRAS, Coordenador do CREAS, Secretário de Planejamento, Gerente do Núcleo de Transporte e Circulação, Gerente de Projetos, Chefe do Departamento de Planejamento, Chefe da Divisão de Trânsito, Administrador do Cemitério Municipal, Chefe da Divisão do Parque Ecológico, Chefe da Seção de Relacionamento Governamental, Chefe da Divisão de Serviços Urbanos.

§ 1º Os cargos mencionados no caput deste artigo são regidos pelo critério de confiança e de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º Os vencimentos dos cargos em comissão ficam fixados nos moldes dos Anexos I a III, que fazem parte integrante desta Lei.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 26. O sistema administrativo previsto na presente Lei entrará em funcionamento, gradativamente, à medida que os órgãos que o compõem forem sendo implantados, segundo a conveniência da administração e as disponibilidades de recursos.

Art. 27. A implantação dos órgãos integrantes da estrutura organizacional do Poder Executivo far-se-á pela efetivação das seguintes medidas:

I - Elaboração e aprovação do Regimento Interno dos Órgãos da Prefeitura;

II - Provimento dos respectivos cargos;

III - Instrução às Secretarias, Gerências, Departamentos, Divisões, Seções, Coordenadorias e Administrações com relação às atribuições que lhes serão deferidas pelo Regimento Interno.

Art. 28. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a expedir Decretos e demais atos administrativos necessários à execução da presente Lei.

Art. 29. As despesas decorrentes da implantação da organização administrativa de que trata esta Lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento vigente, no elemento das despesas de Pessoal.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 31. Fica revogada a Lei nº 1.408, de 08 de dezembro de 2008, e as demais disposições em contrário.

Forquilha/SC, 18 de fevereiro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 18 de fevereiro de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I

NOMINATA DOS CARGOS EM COMISSÃO E VAGAS

NÚMERO DE VAGAS/CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL
	Secretaria de Governo	
1	Secretário de Governo	DAS-1
	Departamento de Governo	
1	Chefe do Departamento de Governo	DAS-9
	Assessoria de Gabinete	
1	Assessor de Gabinete	DAS-3
	Gerência de Comunicação Social	
	Gerente de Comunicação Social	DAS-7
	Assessoria de Comunicação	
1	Assessor de Comunicação	DAS-3
	Coordenadoria de Iluminação Pública	
1	Coordenador do Serviço de Iluminação Pública	DAS-6
	Procuradoria Geral do Município	
1	Procurador-Geral do Município	DAS-1
	Procuradoria Adjunta do Município	
1	Procurador Adjunto do Município	DAS-8
	Secretaria de Administração e Finanças	
1	Secretário de Administração e Finanças	DAS-1
	Gerência de Contabilidade e Controle Interno	
1	Gerente de Contabilidade e Controle Interno	DAS-8
	Gerência de Contratos e Convênios	
1	Gerente de Contratos e Convênios	DAS-9
	Gerência de Compras	
1	Gerente de Compras	DAS-8
	Gerência de Administração de Pessoal	
1	Gerente de Administração de Pessoal	DAS-9
	Gerência de Tributação	
1	Gerente de Tributação	DAS-9
	Divisão de Arrecadação	
1	Chefe da Divisão de Arrecadação	DAS-3
	Departamento de Finanças	
1	Chefe do Departamento de Finanças	DAS-2
	Divisão de Tesouraria	
1	Chefe da Divisão de Tesouraria	DAS-3
	Departamento de Patrimônio	
1	Chefe do Departamento de Patrimônio	DAS-2
	Seção de Almoxarifado	
1	Chefe da Seção de Almoxarifado	DAS-4
	Seção de Licitações	
1	Chefe da Seção de Licitações	DAS-4
	Seção de Serviços ao Cidadão	
1	Chefe da Seção de Serviços ao Cidadão	DAS-4
	Coordenadoria Executiva do Procon	
1	Coordenador Executivo do Procon	DAS-2

	Secretaria de Educação	
1	Secretário de Educação	DAS-1
	Assessoria Educacional	
1	Assessor Educacional	DAS-6
	Gerencia de Educação	
1	Gerente de Educação	DAS-9
	Departamento de Educação	
1	Chefe de Departamento de Educação	DAS-2
	Coordenadoria de Ensino	
8	Coordenador de Ensino	DAE-1
	Diretoria de Escola de Educação Básica com mais de 300 alunos	
5	Diretor de Escola de Educação Básica com mais de 300 alunos	DAE-2
	Diretoria Adjunta de Escola de Educação Básica com mais de 300 alunos	
5	Diretor Adjunto de Escola de Educação Básica com mais de 300 alunos	DAE-7
	Diretoria de Escola de Educação Básica com até 300 alunos	
4	Diretor de Escola de Educação Básica com até 300 alunos	DAE-3
	Diretoria Adjunta de Escola de Educação Básica	
4	Diretor Adjunto de Escola de Educação Básica	DAE-5
	Diretoria de Centro de Educação Infantil com mais de 100 Alunos	
6	Diretor de Centro de Educação Infantil com mais de 100 Alunos	DAE-3
	Diretoria de Centro de Educação Infantil até 100 Alunos	
6	Diretor de Centro de Educação Infantil até 100 Alunos	DAE-4
	Diretoria Adjunta de Centro de Educação Infantil	
6	Diretor Adjunto de Centro de Educação Infantil	DAE-8
	Divisão de Transporte Escolar	
1	Chefe da Divisão de Transporte Escolar	DAS-3
	Divisão de Ensino Fundamental	
1	Chefe de Divisão de Ensino Fundamental	DAS-3
	Secretaria de Saúde	
1	Secretário de Saúde	DAS-1
	Secretaria Adjunta de Saúde	
1	Secretário Adjunto de Saúde	DAS-8
	Departamento de Transportes da Secretaria de Saúde	
1	Chefe do Departamento de Transportes da Secretaria de Saúde	DAS-2
	Divisão de Avaliação, Controle e Auditoria	
1	Chefe da Divisão de Avaliação, Controle e Auditoria	DAS-3
	Seção de Programas de Saúde	
1	Chefe da Seção de Programas de Saúde	DAS-4
	Coordenação do Programa de Saúde da Família	
1	Coordenador do Programa de Saúde da Família	DAS-8
	Assessoria do Programa de Saúde da Família	
1	Assessor do Programa de Saúde da Família	DAS-6
	Coordenação do CAPS	
1	Coordenador do CAPS	DAS-8

	Coordenação da Vigilância em Saúde	
1	Coordenador da Vigilância em Saúde	DAS-2
	Coordenação do Pronto Atendimento Municipal	
1	Coordenador do Pronto Atendimento Municipal	DAS-2
	Coordenação da Saúde Bucal	
1	Coordenador da Saúde Bucal	DAS-2
	Seção de Vigilância Epidemiológica	
1	Chefe da Seção de Vigilância Epidemiológica	DAS-4
	Seção de Tratamento Fora de Domicílio – TFD	
1	Chefe da Seção de Tratamento Fora de Domicílio – TFD	DAS-4
	Seção de Agendamento de Consultas e Exames	
1	Chefe da Seção de Agendamento de Consultas e Exames	DAS-4
	Seção de Almoxarifado da Secretaria de Saúde	
1	Chefe da Seção de Almoxarifado da Secretaria de Saúde	DAS-4
	Seção de Análise de Sistemas	
1	Chefe da Seção de Análise de Sistemas	DAS-4
	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
1	Secretário de Agricultura e Meio Ambiente	DAS-1
	Departamento de Agricultura	
1	Chefe do Departamento de Agricultura	DAS-2
	Divisão de Serviços Agrícolas	
1	Chefe da Divisão de Serviços Agrícolas	DAS-3
	Divisão do Horto Florestal	
1	Chefe da Divisão do Horto Florestal	DAS-3
	Coordenação de Programas Agropecuários	
1	Coordenador de Programas Agropecuários	DAS-6
	Administração da Casa do Agricultor	
1	Administrador da Casa do Agricultor	DAS-4
	Secretaria de Infraestrutura	
1	Secretário de Infraestrutura	DAS-1
	Secretaria Adjunta de Infraestrutura	
1	Secretário Adjunto de Infraestrutura	DAS-9
	Gerência de Engenharia	
1	Gerente de Engenharia	DAS-7
	Departamento de Drenagem	
	Chefe do Departamento de Drenagem	DAS-2
	Departamento da Coleta Seletiva	
1	Chefe do Departamento da Coleta Seletiva	DAS-2
	Departamento Municipal de Trânsito	
1	Chefe do Departamento Municipal de Trânsito	DAS-2
	Divisão de Conservação de Estradas Vicinais	
1	Chefe da Divisão de Conservação de Estradas Vicinais	DAS-3
	Divisão de Infraestrutura	
1	Chefe da Divisão de Infraestrutura	DAS-3
	Divisão de Limpeza Urbana	
1	Chefe da Divisão de Limpeza Urbana	DAS-3
	Divisão de Oficina	
1	Chefe da Divisão de Oficina	DAS-3

	Divisão da Coleta de Lixo	
1	Chefe da Divisão de Coleta de Lixo	DAS-3
	Divisão da Lavação	
1	Chefe da Divisão de Lavação	DAS-3
	Seção de Serviços Municipais	
1	Chefe da Seção de Serviços Municipais	DAS-4
	Administração da Garagem Municipal	
1	Administrador da Garagem Municipal	DAS-4
	Coordenação de Manutenção Preventiva	
1	Coordenador de Manutenção Preventiva	DAS-6
	Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo	
1	Secretário de Cultura, Esporte e Turismo	DAS-1
	Departamento de Esportes	
1	Chefe do Departamento de Esportes	DAS-2
	Departamento de Eventos	
1	Chefe do Departamento de Eventos	DAS-2
	Seção de Turismo	
1	Chefe da Seção de Turismo	DAS-4
	Divisão de Esporte	
1	Chefe da Divisão de Esporte	DAS-3
	Gerencia de Esporte	
1	Gerente de Esporte	DAS-3
	Divisão de Cultura	
1	Chefe da Divisão de Cultura	DAS-3
	Seção de Esporte	
1	Chefe da Seção de Esporte	DAS-4
	Administração do Museu Municipal	
1	Administrador do Museu Municipal	DAS-4
	Administração da Biblioteca Municipal	
1	Administrador da Biblioteca Municipal	DAS-4
	Coordenação de Escolinhas de Esporte	
5	Coordenador de Escolinha de Esporte	DAS-4
	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	
1	Secretário de Desenvolvimento Econômico	DAS-1
	Departamento de Desenvolvimento Econômico	
1	Chefe do Departamento de Desenvolvimento Econômico	DAS-2
	Gerencia de Trabalho e Emprego	
1	Gerente de Trabalho e Emprego	DAS-2
	Secretaria de Assistência Social	
1	Secretário de Assistência Social	DAS-1
	Divisão de Desenvolvimento Social	
1	Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social	DAS-3
	Divisão de Ação Social	
1	Chefe da Divisão de Ação Social	DAS-3
	Coordenação de Programas Sociais	
1	Coordenador de Programas Sociais	DAS-6
	Divisão de Programas Habitacionais	
1	Chefe da Divisão de Programas Habitacionais	DAS-3
	Seção de Serviços Sociais	

1	Chefe da Seção de Serviços Sociais	DAS-4
	Coordenação do CRAS	
1	Coordenador do CRAS	DAS-10
	Coordenação do CREAS	
1	Coordenador do CREAS	DAS-10
	Secretaria de Planejamento	
1	Secretário de Planejamento	DAS-1
	Gerencia do Núcleo de Transporte e Circulação	
1	Gerente do Núcleo de Transporte e Circulação	DAS-2
	Gerencia de Projetos	
1	Gerente de Projetos	DAS-8
	Departamento de Planejamento	
1	Chefe do Departamento de Planejamento	DAS-2
	Divisão de Trânsito	
1	Chefe da Divisão de Trânsito	DAS-3
	Administração do Cemitério Municipal	
1	Administrador do Cemitério Municipal	DAS-4
	Divisão do Parque Ecológico	
1	Chefe da Divisão do Parque Ecológico	DAS-3
	Seção de Relacionamento Governamental	
1	Chefe da Seção de Relacionamento Governamental	DAS-4
	Divisão de Serviços Urbanos	
1	Chefe da Divisão de Serviços Urbanos	DAS-3

ANEXO II

DOS VENCIMENTOS

GRUPO: DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR
CÓDIGO: DAS

Nível	Vencimentos
DAS - 1	R\$ 6.120,91
DAS - 2	R\$ 3.400,73
DAS - 3	R\$ 2.730,10
DAS - 4	R\$ 2.195,71
DAS - 5	R\$ 1.841,15
DAS - 6	R\$ 1.697,36
DAS - 7	R\$ 5.639,33
DAS - 8	R\$ 4.577,79
DAS - 9	R\$ 3.604,55
DAS - 10	R\$ 2.973,75

- Os valores expressos nesta tabela serão reajustados na mesma proporção dos reajustes concedidos aos servidores do quadro permanente de pessoal.

- A carga horária será de 40 horas semanais, podendo ser inferior com vencimentos proporcionais de acordo com a carga horária contratada.

ANEXO III

DOS VENCIMENTOS

GRUPO: DIREÇÃO E ACESSORAMENTO EDUCACIONAL
CÓDIGO: DAE

Nível	Vencimento
DAE - 1	R\$ 3.168,67
DAE - 2	R\$ 2.964,23
DAE - 3	R\$ 2.790,44
DAE - 4	R\$ 2.453,16
DAE - 5	R\$ 2.085,15
DAE - 6	R\$ 1.697,36
DAE - 7	R\$ 2.225,01
DAE - 8	R\$ 1.300,00

- Os valores expressos nesta tabela serão reajustados na mesma proporção dos reajustes concedidos aos servidores do quadro permanente de pessoal.

- A carga horária será de 40 horas semanais, podendo ser inferior com vencimentos proporcionais de acordo com a carga horária contratada.

ANEXO IV

DAS ATRIBUIÇÕES RESUMIDAS DOS CARGOS EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ATRIBUIÇÕES RESUMIDAS
Secretário de Governo	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Secretaria de Governo e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe do Departamento de Governo	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do Departamento de Governo, e prestar assessoramento, a assistência imediata ao Prefeito, auxiliando-o no exame e trato dos assuntos políticos e administrativos e, especificamente: o encaminhamento de projetos, processos e outros documentos para apreciação do Prefeito; a recepção, triagem e encaminhamento de pessoas ao Prefeito; o auxílio ao Prefeito, em suas relações com as autoridades e o público em geral; a prestação de esclarecimentos ao público, sobre problemas do município; a prestação de informações sobre programas e realizações da Prefeitura; o encaminhamento das matérias de interesse da Municipalidade; e a execução de outras atividades correlatas.

Assessor de Gabinete	Prestar assessoramento, a assistência imediata ao Prefeito, auxiliando-o no exame e trato dos assuntos políticos e administrativos e, especificamente: o encaminhamento de projetos, processos e outros documentos para apreciação do Prefeito; a recepção, triagem e encaminhamento de pessoas ao Prefeito; o auxílio ao Prefeito, em suas relações com as autoridades e o público em geral; a prestação de esclarecimentos ao público, sobre problemas do município; a prestação de informações sobre programas e realizações da Prefeitura; o encaminhamento das matérias de interesse da Municipalidade; e a execução de outras atividades correlatas.
Gerente de Comunicação Social	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Gerência de Comunicação Social, executar e orientar a política de comunicação social do Município de Forquilha, e a execução de outras atividades correlatas.
Assessor de Comunicação	Assessorar o Gerente de Comunicação Social do Município, chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Gerência de Comunicação Social nas ausências do Gerente de Comunicação, executar e orientar a política de comunicação social do Município de Forquilha, e a execução de outras atividades correlatas.
Coordenador do Serviço de Iluminação Pública	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os Serviços de Iluminação Pública, e a execução de outras atividades correlatas.
Procurador-Geral do Município	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Procuradoria Geral do Município, representar o Município de Forquilha judicial e extrajudicialmente, ativa e passivamente, e a execução de outras atividades correlatas.
Procurador Adjunto do Município	Assessorar o Procurador Geral do Município, chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Procuradoria Geral, substituir o Procurador Geral do Município nos seus afastamentos e impedimentos, representar o Município de Forquilha judicial e extrajudicialmente, ativa e passivamente, e a execução de outras atividades correlatas.
Secretário de Administração e Finanças	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Secretaria de Administração e Finanças e a execução de outras atividades correlatas.
Gerente de Contabilidade e Controle Interno	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do Controle Interno do Município de Forquilha e a execução de outras atividades correlatas.
Gerente de Contratos e Convênios	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Gerência de Contratos e Convênios e a execução de outras atividades correlatas.
Gerente de Compras	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Gerência de Compras e a execução de outras atividades correlatas.
Gerente de Administração de Pessoal	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Gerência de Administração de Pessoal e a execução de outras atividades correlatas.

Gerente de Tributação	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Gerência de Tributação e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Divisão de Arrecadação	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Divisão de Arrecadação e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe do Departamento de Finanças	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do Departamento de Finanças e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Divisão de Tesouraria	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Divisão de Tesouraria e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe do Departamento de Patrimônio	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do Departamento de Patrimônio e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Seção de Almoxarifado	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Seção de Almoxarifado e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Seção de Análise de Sistemas	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Seção de Análise de Sistemas e a execução de outras atividades correlatas como a manutenção de hardwares e softwares
Chefe da Seção de Licitações	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Seção de Licitações e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Seção de Serviços ao Cidadão	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Seção de Serviços ao Cidadão e a execução de outras atividades correlatas.
Coordenador Executivo do Procon	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do PROCON do Município de Forquilha e a execução de outras atividades correlatas
Secretário de Educação	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Secretaria de Educação e a execução de outras atividades correlatas.
Assessor Educacional	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços Assessoria Educacional e a execução de outras atividades correlatas.
Gerente de Educação	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços de Gerência de Educação, gerenciando os assuntos administrativos relacionados às unidades de ensino, coordenando a manutenção das escolas e programas instituídos pelo do Governo Federal e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe de Departamento de Educação	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços de Departamento de Educação, chefiando o grupo de coordenadores de ensino e as atividades pedagógicas das escolas municipais em geral. Responsável pelos eventos de capacitação dos profissionais da secretaria, bem como elaboração de projetos e certificados e a execução de outras atividades correlatas.

Coordenador de Ensino	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços Coordenadoria de Ensino, coordenando as atividades pedagógicas, o processo de ensino e de aprendizagem nas escolas, bem como projetos e planejamentos, além de documentos norteadores da educação, proposta curricular, currículo escolar e a execução de outras atividades correlatas.
Diretor de Escola de Educação Básica com mais de 300 alunos	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços das Escola de Educação Básica com mais de 300 alunos, gerenciar as atividades administrativas e pedagógicas, coordenar os profissionais e atendendo os alunos e pais e a execução de outras atividades correlatas.
Diretor Adjunto de Escola de Educação Básica com mais de 300 alunos	Assessorar o Direito de Escola, chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços das Escola de Educação Básica com mais de 300 alunos, substituir o Diretor nos seus afastamentos e impedimentos, gerenciar as atividades administrativas e pedagógicas, coordenar os profissionais e atendendo os alunos e pais e a execução de outras atividades correlatas.
Diretor de Escola de Educação Básica com até 300 alunos	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços das Escola de Educação Básica com até 300 alunos, gerenciar as atividades administrativas e pedagógicas, coordenar os profissionais e atendendo os alunos e pais e a execução de outras atividades correlatas.
Diretor Adjunto de Escola de Educação Básica	Assessorar o Direito de Escola, chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços das Escola de Educação Básica, substituir o Diretor nos seus afastamentos e impedimentos, gerenciar as atividades administrativas e pedagógicas, coordenar os profissionais e atendendo os alunos e pais e a execução de outras atividades correlatas.
Diretor de Centro de Educação Infantil com mais de 100 Alunos	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do Centro de Educação Infantil com mais de 100 Alunos, gerenciar as atividades administrativas e pedagógicas, coordenar os profissionais e atendendo os alunos e pais e a execução de outras atividades correlatas.
Diretor de Centro de Educação Infantil até 100 Alunos	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do Centro de Educação Infantil até 100 Alunos, gerenciar as atividades administrativas e pedagógicas, coordenar os profissionais e atendendo os alunos e pais e a execução de outras atividades correlatas.
Diretor Adjunto de Centro de Educação Infantil	Assessorar o Direito de Centro de Educação Infantil, chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do Centro de Educação Infantil, substituir o Diretor nos seus afastamentos e impedimentos, gerenciar as atividades administrativas e pedagógicas, coordenar os profissionais e atendendo os alunos e pais e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Divisão de Transporte Escolar	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Divisão de Transporte Escolar e a execução de outras atividades correlatas.

Chefe de Divisão de Ensino Fundamental	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços de Divisão de Ensino Fundamental e a execução de outras atividades correlatas.
Secretário de Saúde	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Secretaria de Saúde e a execução de outras atividades correlatas.
Secretário Adjunto de Saúde	Assessorar o Secretário Municipal de Saúde, chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços das políticas públicas de saúde do Município de Forquilha, substituir o titular da Secretaria Municipal de Saúde nos seus afastamentos e impedimentos, e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe do Departamento de Transportes da Secretaria de Saúde	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do Departamento de Transporte da Secretaria de Saúde, e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Divisão de Avaliação, Controle e Auditoria	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Divisão de Avaliação, Controle e Auditoria, e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Seção de Programas de Saúde	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Seção de Programas de Saúde e a execução de outras atividades correlatas.
Coordenador do Programa de Saúde da Família	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Coordenadoria do Programa de Saúde da Família e a execução de outras atividades correlatas.
Assessor do Programa de Saúde da Família	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Assessoria do Programa de Saúde da Família e a execução de outras atividades correlatas.
Coordenador do CAPS	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do CAPS e a execução de outras atividades correlatas.
Coordenador da Vigilância em Saúde	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços de Vigilância Epidemiológica e Sanitária e o Programa de Controle e Combate à Dengue e a execução de outras atividades correlatas.
Coordenador do Pronto Atendimento Municipal	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do Pronto Atendimento Municipal, e a execução de outras atividades correlatas.
Coordenador da Saúde Bucal	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços de Saúde Bucal e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Seção de Vigilância Epidemiológica	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Vigilância Epidemiológica e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Seção de Tratamento Fora de Domicílio – TFD	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Seção de Tratamento Fora de Domicílio – TFD e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Seção de Agendamento de Consultas e Exames	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Seção de Agendamento de Consultas e Exames e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Seção de Almoxarifado da Secretaria de Saúde	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Seção de Almoxarifado da Secretaria de Saúde e a execução de outras atividades correlatas.

Secretário de Agricultura e Meio Ambiente	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe do Departamento de Agricultura	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do Departamento de Agricultura e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Divisão de Serviços Agrícolas	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Divisão de Serviços Agrícolas e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Divisão do Horto Florestal	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Divisão do Horto Florestal e a execução de outras atividades correlatas.
Coordenador de Programas Agropecuários	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços dos Programas Agropecuários e a execução de outras atividades correlatas.
Administrador da Casa do Agricultor	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Casa do Agricultor, e a execução de outras atividades correlatas.
Secretário de Infraestrutura	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Secretaria de Infraestrutura e a execução de outras atividades correlatas.
Secretário Adjunto de Infraestrutura	Assessorar o Secretário Municipal de Infraestrutura, chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Secretaria de Infraestrutura, substituir o titular da Secretaria Municipal de Infraestrutura nos seus afastamentos e impedimentos, e a execução de outras atividades correlatas.
Gerente de Engenharia	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços Gerência de Engenharia e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe do Departamento de Drenagem	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do Departamento de Drenagem e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe do Departamento da Coleta Seletiva	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do Departamento de Coleta Seletiva, e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe do Departamento Municipal de Trânsito	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do Departamento Municipal de Trânsito (DEMUTRAN), e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Divisão de Conservação de Estradas Vicinais	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Divisão de Conservação de Estradas Vicinais e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Divisão de Infraestrutura	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Divisão de Infraestrutura e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Divisão de Limpeza Urbana	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Divisão de Limpeza Urbana e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Divisão de Oficina	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Divisão de Oficina e a execução de outras atividades correlatas.

Chefe da Divisão de Coleta de Lixo	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços de coleta de lixo do Município de Forquilha, e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Divisão de Lavação	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Divisão de Lavação e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Seção de Serviços Municipais	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Seção de Serviços Municipais e a execução de outras atividades correlatas.
Administrador da Garagem Municipal	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Garagem Municipal e a execução de outras atividades correlatas.
Coordenador de Manutenção Preventiva	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços de Manutenção Preventiva e a execução de outras atividades correlatas.
Secretário de Cultura, Esporte e Turismo	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe do Departamento de Esportes	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do Departamento de Esportes e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe do Departamento de Eventos	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do Departamento de Eventos e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Seção de Turismo	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Seção de Turismo e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Divisão de Esporte	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Divisão de Esporte e a execução de outras atividades correlatas.
Gerente de Esporte	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Gerência de Esporte e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Divisão de Cultura	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Divisão de Cultura e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Seção de Esporte	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Seção de Esporte e a execução de outras atividades correlatas.
Administrador do Museu Municipal	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do Museu Municipal e a execução de outras atividades correlatas.
Administrador da Biblioteca Municipal	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Biblioteca Municipal e a execução de outras atividades correlatas.
Coordenador de Escolinha de Esporte	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços das Escolinha de Esporte e a execução de outras atividades correlatas.
Secretário de Desenvolvimento Econômico	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe do Departamento de Desenvolvimento Econômico	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do Departamento de Desenvolvimento Econômico e a execução de outras atividades correlatas.
Gerente de Trabalho e Emprego	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Gerência de Trabalho e Emprego e a execução de outras atividades correlatas.

Secretário de Assistência Social	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Secretaria de Assistência Social e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Divisão de Desenvolvimento Social e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Divisão de Ação Social	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Divisão de Ação Social e a execução de outras atividades correlatas.
Coordenador de Programas Sociais	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços dos Programas Sociais e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Divisão de Programas Habitacionais	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços das políticas públicas de trabalho e emprego do Município de Forquilha e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Seção de Serviços Sociais	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Seção de Serviços Sociais e a execução de outras atividades correlatas.
Coordenador do CRAS	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do CRAS e a execução de outras atividades correlatas.
Coordenador do CREAS	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do CREAS e a execução de outras atividades correlatas.
Secretário de Planejamento	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Secretaria de Planejamento e a execução de outras atividades correlatas.
Gerente do Núcleo de Transporte e Circulação	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do Núcleo de Transporte e Circulação e a execução de outras atividades correlatas.
Gerente de Projetos	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Gerência de Projetos e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe do Departamento de Planejamento	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do Departamento de Planejamento e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Divisão de Trânsito	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Divisão de Trânsito e a execução de outras atividades correlatas.
Administrador do Cemitério Municipal	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do Cemitério Municipal e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Divisão do Parque Ecológico	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Divisão do Parque Ecológico, e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Seção de Relacionamento Governamental	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Seção de Relacionamento Governamental e a execução de outras atividades correlatas.
Chefe da Divisão de Serviços Urbanos	Chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Divisão de Serviços Urbanos e a execução de outras atividades correlatas.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 159/2014 - PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 26/2014

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 159/2014 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 26/2014 - PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE LAMINAS E PARAFUSOS PARA MANUTENÇÃO DE MOTONIVELADORAS, para atendimento as secretarias do Município de Forquilha/SC, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 13/10/2015.

3ª Publicação.

Fraiburgo**PREFEITURA****AT15FME03**

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15FME03

Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Contratada.: REI LAVANDERIA LTDA - ME

Valor : 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 05/02/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA PARA LAVAÇÃO DE UNIFORMES ESPORTIVOS UTILIZADOS PELAS EQUIPES DA FME, DURANTE O PERÍODO DE FEVEREIRO À DEZEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 19 de Fevereiro de 2015.

Antonio Marcos de Almeida

Superintendente

AT15PMF12

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF12

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: PIOVEZAN COM. EQUIP. E GASES INDUSTRIAS LTDA

Valor : 12.125,00 (doze mil cento e vinte e cinco reais)

Vigência : Início: 02/02/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÁS OXIGÊNIO INDUSTRIAL, GÁS ACETILENO INDUSTRIAL E GÁS PARA SOLDA MIG, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 19 de Fevereiro de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

AT15PMF13

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF13

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: TYNO FOTOGRAFIAS LTDA - ME

Valor : 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais)

Vigência : Início: 02/02/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO FUTURA DE SERVIÇOS DE CRIAÇÃO AUDIOVISUAL E PROPAGANDA DE RUA COM SISTEMA DE SOM, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 19 de Fevereiro de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

AT15PMF14

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF14

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: HELTON JAX CORDEIRO DOS SANTOS-ME

Valor : 96.250,00 (noventa e seis mil duzentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 03/02/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO

CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO (COM E SEM ILUMINAÇÃO) E FORNECIMENTO DE BANHEIROS QUÍMICOS PARA AS FESTIVIDADES A SEREM PROMOVIDAS PELO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO DURANTE O PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 19 de Fevereiro de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

AT15PMF15

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF15

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: MARCELO ZANON ME

Valor : 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 03/02/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO

CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO (COM E SEM ILUMINAÇÃO) E FORNECIMENTO DE BANHEIROS QUÍMICOS PARA AS FESTIVIDADES A SEREM PROMOVIDAS PELO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO DURANTE O PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 19 de Fevereiro de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

AT15PMF16

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF16

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: ROSIMAR VICENTE DOS PASSOS (MEI)

Valor : 11.000,00 (onze mil reais)

Vigência : Início: 03/02/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO

CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO (COM E SEM ILUMINAÇÃO) E FORNECIMENTO DE BANHEIROS QUÍMICOS PARA AS FESTIVIDADES A SEREM PROMOVIDAS PELO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO DURANTE O PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 19 de Fevereiro de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

AT15PMF17

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF17

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: AGENOR GOBBI (MEI)

Valor : 48.700,00 (quarenta e oito mil e setecentos reais)

Vigência : Início: 03/02/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO

CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO (COM E SEM ILUMINAÇÃO) E FORNECIMENTO DE BANHEIROS QUÍMICOS PARA AS FESTIVIDADES A SEREM PROMOVIDAS PELO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO DURANTE O PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 19 de Fevereiro de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

AT15PMF18

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF18

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: SEGVILLE - VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI EPP

Valor : 12.400,00 (doze mil quatrocentos reais)

Vigência : Início: 03/02/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2015

Objeto : CONTRATAÇÕES DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO FUTURAS DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PARA EVENTOS A SEREM PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO.

Fraiburgo, 19 de Fevereiro de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

AT15SF01

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15SF01

Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO

Contratada...: CÍCERO MACHADO RAMOS ME

Valor : 9.932,42 (nove mil novecentos e trinta e dois reais e

quarenta e dois centavos)

Vigência : Início: 06/02/2015 Término: 30/06/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADAS, LIMPEZA DE MEIOS-FIOS, PISTAS DE ROLAMENTO, PASSEIOS E BOCAS DE LOBO, DURANTE O PERÍODO DE FEVEREIRO A JUNHO DE 2015.

Fraiburgo, 19 de Fevereiro de 2015

ELOI REGALIN

Presidente

CT15FMS07

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15FMS07

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: GL - LISMOTOR RETÍFICA DE MOTORES LTDA

Valor : 27.000,00 (vinte e sete mil reais)

Vigência : Início: 06/02/2015 Término: 30/04/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA RETÍFICA DOS CILINDROS, SUBSTITUIÇÃO DO CABEÇOTE E TROCA DA BOMBA DO ÓLEO E D'ÁGUA DO VEÍCULO DUCATO MINIBUS, ANO 2012, PLACAS MJB-4211, FROTA Nº 261, COM SUBSTITUIÇÃO MÍNIMA DAS PEÇAS.

Fraiburgo, 19 de Fevereiro de 2015

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

CT15PMF14

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15PMF14

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERV. LTDA

Valor : 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

Vigência : Início: 03/02/2015 Término: 30/04/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE 01 CAÇAMBA NOVA DE PRIMEIRA LINHA, COM CAPACIDADE DE 1,2 M3 (ESPECIAL PARA CORTE DE ROCHAS), PARA REPOSIÇÃO NA ESCAVADEIRA HIDRAULICA KOMATSU PC 200-8 nº 263.

Fraiburgo, 19 de Fevereiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito

CT15PMF15

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15PMF15

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEÍCULOS AUTOMOTORE

Valor : 139.500,00 (cento e trinta e nove mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 04/02/2015 Término: 29/05/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, TIPO PICAPE OU CAMIONETE, PARA USO DO CORPO DE BOMBEIROS DE FRAIBURGO - FUNREBOM.

Fraiburgo, 19 de Fevereiro de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

CT15PMF16

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15PMF16

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: ROBERTA APARECIDA CAPPELLETTO EIRELI - ME

Valor : 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 05/02/2015 Término: 30/04/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE UMA CENTRAL TELEFÔNICA E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E PROGRAMAÇÃO, PARA USO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE SÃO JOSÉ, LOCALIZADO NA AVENIDA CAÇADOR, S/N, BAIRRO CENTRO.

Fraiburgo, 19 de Fevereiro de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 0024/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024/2015 – PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0036/2015

O **MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.947.979/0001-74, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. Ivo Biazolo, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** visando à aquisição do objeto abaixo indicado. A **ENTREGA, PROTOCOLO** dos envelopes de **"PROPOSTA DE PREÇOS"** e **"DOCUMENTAÇÃO"** bem como o **CREDENCIAMENTO**, deverão ser feitos junto ao Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC, até as **09:15 horas** do dia **06 de março de 2015**, ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia **às 09:15 horas**. A presente licitação será do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** consoante as condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações nos casos omissos.

1 – DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem como objeto a aquisição de fardamento para uso dos Bombeiros Comunitários do Corpo de Bombeiros de Fraiburgo, de acordo com as descrições a seguir:

LOTE 1

CÓD.	ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO
29126	1	20	Unid	Gandola: em ripstop profissional na cor verde-musgo, com lapelas em ambos os ombros na cor vermelha, deverá possuir dois bolsos com velcro na região do tórax e mais dois bolsos com velcro na região da cintura, cordelete que possibilite o ajuste na região da cintura; no braço direito deverá ser fixada através de velcro a bandeira do município e acima a inscrição deste em forma de arco (as bandeiras e indicação do município, ambos deverão estar fixados na jaqueta com velcro), no braço esquerdo deverá ser bordado o brasão do bombeiro comunitário, deverá ser fixado com material termo colante ou bordado as bomboneiras do Bombeiro Comunitário em ambas as laterais da gola, no lado direito do peito, 0,5 cm acima do bolso, deverá ser fixado um velcro fêmea com 12cm de comprimento por 2cm de largura, que possibilite a fixação futura de tarjeta de identificação, a peça deverá possuir no mínimo 4 botões mais 2 de reservas, modelos masculino e feminino. A OBM de Fraiburgo fornecerá a relação da numeração e quantidades de modelos masculino e feminino no momento da autorização de fornecimento.
29125	2	20	Unid	Calça: em ripstop profissional na cor verde, com viés lateral externo vermelho com 2cm de largura nas pernas e compreendendo toda a extensão da calça, dois bolsos laterais nas pernas e reforço acolchoado na região dos joelhos, modelos masculino e feminino. A OBM de Fraiburgo fornecerá a relação da numeração e quantidades de modelos masculino e feminino no momento da autorização de fornecimento.
29127	3	20	Unid	Camiseta vermelha: em malha fio 30 penteado, 100% algodão, com brasão do Bombeiro Comunitário de Santa Catarina estampado no lado esquerdo do peito da camiseta e o nome que será informado, bordado ou pintado no lado direito do peito, precedido da abreviatura de Bombeiro Comunitário "BC" (exemplo: BC JOÃO). A OBM de Fraiburgo fornecerá a relação da numeração e relação nominal dos bombeiros Comunitários no momento da autorização de fornecimento.
37314	4	20	Unid	Cobertura: em tamanho único no padrão Bombeiro Comunitário, do CBMSC.
37315	5	20	Par	Divisa Bombeiro Comunitário: deverá ser bordado com padrão bombeiro comunitário. A OBM de Fraiburgo fornecerá a relação da quantidade e tipo de divisas no momento da autorização de fornecimento.
29129	6	20	Unid	Cinto: fita de nylon 35mm por 2 mm, na cor vermelha, para cinto, padrão CBMSC com fivela niquelada padrão Bombeiros Comunitários do CBMSC.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

4099	7	20	Par	Botina: de segurança com elástico lateral, dorso acolchoado, vaqueta hidrofugada, com palmilha antimicrobiana, lavável. Contraforte: resina termoplástica conformada anatomicamente, e solado de poliuretano p.u, biodiversidade injetado diretamente no cabedal, sem componentes metálicos, com CA.
------	---	----	-----	---

2 – DAS AMOSTRAS E ENTREGAS

2.1 – As proponentes classificadas, depois de declaradas vencedoras, anteriormente a adjudicação do Processo Licitatório, deverão apresentar **AMOSTRAS físicas** do **LOTE 1**, junto ao Corpo de Bombeiros, situado na Avenida Caçador, nº 582 – Bairro São José, no prazo máximo de **3 (três) dias improrrogáveis**, após a lavratura da Ata, A/C do Sr. William Leal Nunes (1º tenente), sendo ele responsável pela emissão do **Laudo de Aceitabilidade das Amostras**.

2.1.1 – Não havendo a apresentação da amostra no prazo estabelecido, bem como não sendo esta aprovada, a licitante vencedora será desclassificada do certame, sendo então solicitada e examinada a amostra das licitantes subsequentes atendida a ordem de classificação e observado o procedimento previsto no item anterior.

2.1.2 – A não apresentação da amostra no prazo previsto no item 2.1, importará na aplicação das penalidades previstas no item 9.8 deste instrumento.

2.2 – Os materiais deverão ser entregues em cota única, **no prazo máximo de 40 (quarenta) dias consecutivos contados da Autorização de Fornecimento**, diretamente na Avenida Caçador, nº 582 – Bairro São José.

2.3 – Todas as despesas relacionadas com as entregas dos materiais correrão por conta das proponentes vencedoras.

3 – DO CREDENCIAMENTO E DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 – Quando a interessada for representada por pessoa que **estatutariamente tenha poder para tal**, esta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Novo Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

3.2 – Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o **ANEXO I** como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG – Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, **DEVENDO APRESENTAR, TAMBÉM, A MESMA DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DO ITEM 3.1. DESTE CAPÍTULO**, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

3.3 – Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (**ANEXO IV**). Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

3.4 – Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 3.1, 3.2 e 3.3, deverão vir **FORA DOS ENVELOPES** de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

3.5 – Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados nos itens 3.1 e 3.2, a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

3.5.1 – A proponente que enviar os envelopes via postal sem a remessa da Declaração referida no item 3.3, ficará automaticamente excluída do certame pela ausência de documento essencial.

3.5.2 – Havendo remessa via postal dos envelopes, a licitante deverá enviar o documento previsto no item 3.1 deste instrumento.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

3.6 – Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pela Pregoeira/Equipe de Apoio.

3.7 – A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

3.7.1 – Empresas **optantes** pelo Sistema Simples de Tributação:

a) Comprovação de opção pelo Simples obtido através do *site* da Secretaria da Receita Federal, [http: www.receita.fazenda.gov.br/Pessoalística/simples/simples.htm](http://www.receita.fazenda.gov.br/Pessoalística/simples/simples.htm);

b) Declaração firmada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, conforme modelo **(ANEXO V)**.

3.8 – Os documentos relacionados nos subitens 3.7.1, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no D.O. do dia 22/05/2007.

3.8.1 – Esta Certidão terá validade até o prazo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício em que foi emitida para os casos em que a emissão tenha sido a partir de 1º de maio de 2014.

3.9 – **Não poderão participar deste certame:**

3.9.1 – Empresas em recuperação judicial, extrajudicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.9.2 – Consórcio de empresas;

3.9.3 – Empresas suspensas pelo Município de Fraiburgo, (Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquias) ou que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3.9.4 – Empresas porventura enquadradas nas situações causadoras dos impedimentos previstos no art. 9º da Lei nº 8.666/93.

4 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 – A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

**MUNICÍPIO DE FRAIBURGO/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024/2015 – PMF
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 01 – “PROPOSTA DE PREÇOS”**

4.2 – A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

a) ser apresentada no formulário **ANEXO II** ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada do objeto segundo às exigências mínimas apresentadas no Capítulo 1 deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas. **Recomenda-se aos senhores licitantes que, dentro do possível, utilizem o formulário anexo ao edital, pois agiliza a análise das propostas e reduz os erros de elaboração das mesmas;**

b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;

c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

d) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;

e) conter discriminados em moeda corrente nacional o **preço dos itens** limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

f) conter discriminado o prazo de entrega dos materiais, sendo de no máximo de **40 (quarenta) dias consecutivos contados da Autorização de Fornecimento;**
g) indicar a marca dos itens cotados.

4.3 – Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta-corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no **ANEXO III**).

4.4 – Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF (conforme modelo no **ANEXO III**).

4.5 – Caso ocorra erro formal na apresentação dos valores na Proposta (**ANEXO II**) será considerado o valor apresentado na coluna do Valor Total.

5 – DA HABILITAÇÃO

5.1 – Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024/2015 – PMF
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 02 – “DOCUMENTAÇÃO”

5.2 – Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
c) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
d) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
e) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF);
f) Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito – CND emitida pelo INSS);
g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa**, nos termos da Lei federal nº 12.440/2011.

5.3 – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar no envelope de Habilitação os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada a documentação constante do item 3.7.1 ou alternativamente do 3.8 acima, eventual restrição poderá ser sanada no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração, após a lavratura da Ata, como condição para a assinatura do contrato, na forma das Leis Complementares nº 123/2006 e 147/2014.

5.3.1 – A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.4 – Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pela Pregoeira/Equipe de Apoio. **Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.**

5.5 – Em todas as hipóteses referidas neste Edital, não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido, bem como não serão aceitos, em nenhuma hipótese, **“protocolo”** de documento necessário à habilitação.

5.6 – Os documentos de que trata o item 5.2, poderão ser substituídas pelo Certificado de Registro Cadastral no Município de Fraiburgo, desde que todos estejam ali previstos, e atualizados.

6 – DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

6.1 – São obrigações da licitante vencedora:

- a) fornecer os materiais, objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, quantidade, local, prazo e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) enviar por *e-mail* o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para o endereço eletrônico nfe@fraiburgo.sc.gov.br;
- d) manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal durante a vigência do contrato.

7 – DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 – No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, a Pregoeira, acompanhada da Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 3.

7.2 – Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, a Pregoeira solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

7.3 – Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

7.4 – Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5 – No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

7.6 – Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, **até o máximo de três licitantes presentes credenciados**, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos

7.7 – Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.7.1 – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.8 – Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

7.8.1 – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

7.8.2 – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 7.8.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.8.3 – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no subitem 6.8.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.9 – Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 7.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.10 – O disposto no item 7.9 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

7.11 – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.12 – A oferta dos lances deverá ser efetuada, POR LOTE, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços. Quem não cotar algum item do LOTE será desclassificado.

7.13 – Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.14 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

7.15 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pela Pregoeira, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.16 – Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, a Pregoeira verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

7.17 – A Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço, POR LOTE, para que seja obtido preço ainda melhor.

7.18 – Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

7.19 – No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

7.20 – Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes, POR LOTE.

7.20.1 – Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar no LOTE.

7.21 – A Pregoeira somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 9.1 deste Edital;

7.22 – Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pela Pregoeira, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

7.23 – Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pela Pregoeira, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

8 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO, ADJUDICAÇÃO

8.1 – A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de **MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR LOTE**, desde que atendidas as exigências deste Edital e independentemente se houver divergência no valor unitário com o valor total cotado nos itens.

9 – DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

9.1 – Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

9.1.1 – Não será admitido que as Razões do Recurso sejam apresentadas por intermédio de *fac-símile* ou via *e-mail*, devendo a referida peça ser protocolada junto a Secretaria-Executiva deste município ou diretamente no Departamento de Compras e Licitações.

9.2 – Não sendo interpostos recursos, a Pregoeira adjudicará o objeto do certame à empresa declarada vencedora, por LOTE, sendo submetido este resultado ao Prefeito para homologação.

9.3 – O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito, por intermédio da Pregoeira, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

9.4 – Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, por lote, do objeto desta licitação à vencedora.

9.5 – A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

9.6 – De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

9.6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

9.7 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

9.8 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10 – DA DOTAÇÃO

10.1 – As despesas decorrentes do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do **exercício de 2015** e terão a seguinte classificação orçamentária:

Órgão	10.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Unidade	10.01 – SEGURANÇA PÚBLICA
Funcional	06.182.0019.2.044 – Manutenção do Funrebom
Compl. Elemento	3.3.90.30.23.00.00.00 – Uniformes, tecidos e aviamentos
Dotação	145
Recurso	1700

11 – DO PAGAMENTO



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

11.1 – O pagamento pelo fornecimento do objeto da presente licitação, será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta-corrente, ou diretamente ao representante legal após a entrega dos materiais, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e Arquivo XML.

11.2 – O número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

11.3 – O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente as entregas efetivas e emissão da nota fiscal.

11.4 – Nenhum pagamento será efetuado a licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

12 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

12.1 – Decairá do direito de impugnar o Edital aquele que não fizer até a data de **04.03.2015**, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

12.1.1 – Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de *fac-símile* ou via *e-mail*, devendo a referida peça ser protocolada junto a Secretaria-Executiva deste município ou diretamente no Departamento de Compras e Licitações.

12.2 – Caberá a Pregoeira decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.

12.3 – Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

13 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

13.2 – O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Licitações, logo após sua homologação.

13.3 – O objeto deste Pregão poderá sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), podendo as supressões superiores a esse limite serem ajustadas entre as partes, conforme o art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

13.4 – Detalhes não citados referentes ao objeto do presente Edital, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

13.5 – O Prefeito poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

13.6 – A Pregoeira e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como dirimirão as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 hs. e das 13:30 às 17:00 hs., através dos telefones (49) 3256-3000, ramais 3023/3039, ou pessoalmente (Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC) **até 1 (um) dia anterior a abertura do certame.**

13.7 – São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

ANEXO I – Procuração;

ANEXO II – Proposta de Preços;

ANEXO III – Dados bancários e Dados do Representante Legal;

ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

ANEXO V – Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
ANEXO VI – Minuta do Contrato;

Fraiburgo(SC), 18 de fevereiro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito

ANEXO I**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024/2015 – PMF****PROCURAÇÃO**

____<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>____, por meio de ____<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>____, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. ____<NOME COMPLETO, RG, CPF>____, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação ____<MODALIDADE, NÚMERO/ANO>____, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

<CIDADE/ESTADO>____, <DATA>_____

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL
E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>

OBS: Com assinatura do Outorgante
Reconhecida em Cartório.

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024/2015 – PMF

PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social: _____
 Nome Fantasia: _____
 Endereço: _____
 Bairro: _____ Município: _____
 Estado: _____ CEP: _____
 Fone/Fax: _____
 CNPJ: _____
 Inscrição Estadual: _____
 Inscrição Municipal: _____

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

2.1 – Prazo de validade da proposta: _____ dias.
(prazo mínimo: **item 4.2, "a" do Edital**).

2.2 – Prazo de entrega dos materiais: _____ dias contados da Autorização de Fornecimento.
(verificar Edital – **item 4.2, letra "f"**).

3. DECLARAÇÃO:

3.1 – Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão incluídos todos os impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas.

Assinatura do representante
Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

ANEXO II
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024/2015 – PMF
PROPOSTA DE PREÇOS

4. OBJETO DA PROPOSTA:

LOTE 1						
CÓD.	ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	V.UNIT. R\$
29126	1	20	Unid	Gandola: em ripstop profissional na cor verde-musgo, com lapelas em ambos os ombros na cor vermelha, deverá possuir dois bolsos com velcro na região do tórax e mais dois bolsos com velcro na região da cintura, cordelete que possibilite o ajuste na região da cintura; no braço direito deverá ser fixada através de velcro a bandeira do município e acima a inscrição deste em forma de arco (as bandeiras e indicação do município, ambos deverão estar fixados na jaqueta com velcro), no braço esquerdo deverá ser bordado o brasão do bombeiro comunitário, deverá ser fixado com material termo colante ou bordado as bomboneiras do Bombeiro Comunitário em ambas as laterais da gola, no lado direito do peito, 0,5 cm acima do bolso, deverá ser fixado um velcro fênea com 12cm de comprimento por 2cm de largura, que possibilite a fixação futura de tarjeta de identificação, a peça deverá possuir no mínimo 4 botões mais 2 de reservas, modelos masculino e feminino. A OBM de Fraiburgo fornecerá a relação da numeração e quantidades de modelos masculino e feminino no momento da autorização de fornecimento.		
29125	2	20	Unid	Calça: em ripstop profissional na cor verde, com viés lateral externo vermelho com 2cm de largura nas pernas e compreendendo toda a extensão da calça, dois bolsos laterais nas pernas e reforço acolchoado na região dos joelhos, modelos masculino e feminino. A OBM de Fraiburgo fornecerá a relação da numeração e quantidades de modelos masculino e feminino no momento da autorização de fornecimento.		
29127	3	20	Unid	Camiseta vermelha: em malha fio 30 penteado, 100% algodão, com brasão do Bombeiro Comunitário de Santa Catarina estampado no lado esquerdo do peito da camiseta e o nome que será informado, bordado ou pintado no lado direito do peito, precedido da abreviatura de Bombeiro Comunitário "BC" (exemplo: BC JOÃO). A OBM de Fraiburgo fornecerá a relação da numeração e relação nominal dos bombeiros Comunitários no momento da autorização de fornecimento.		
37314	4	20	Unid	Cobertura: em tamanho único no padrão Bombeiro Comunitário, do CBMSC.		
37315	5	20	Par	Divisa Bombeiro Comunitário: deverá ser bordado com padrão bombeiro comunitário. A OBM de Fraiburgo fornecerá a relação da quantidade e tipo de divisas no momento da autorização de fornecimento.		
29129	6	20	Unid	Cinto: fita de nylon 35mm por 2 mm, na cor vermelha, para cinto, padrão CBMSC com fivela niquelada padrão Bombeiros Comunitários do CBMSC.		

4099	7	20	Par	Botina: de segurança com elástico lateral, dorso acolchoado, vaqueta hidrofugada, com palmilha antimicrobiana, lavável. Contraforte: resina termoplástica conformada anatomicamente, e solado de poliuretano p.u, biodiversidade injetado diretamente no cabedal, sem componentes metálicos, com CA.					
VALOR TOTAL DO LOTE 1 – R\$									

Local.....de.....de.....

Assinatura do Representante da Empresa

Carimbo do CNPJ:

ANEXO III**PREGÃO PRESENCIAL N° 0024/2015 – PMF****1. DADOS BANCÁRIOS**

NOME DO BANCO (PREFERENCIALMENTE BANCO DO BRASIL):
CIDADE:
N° DA AGÊNCIA:
N° DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE N°:
CPF/MF N°:

ANEXO IV**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024/2015 – PMF****DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

_____(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____, sediada em _____(ENDEREÇO COMERCIAL)_____, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

OBS – Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

Fraiburgo (SC), ____ < DATA > _____

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024/2015 – PMF**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS
E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE****(Apresentar no Credenciamento fora dos envelopes)**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurado _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, que em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma _____ **(microempresa ou empresa de pequeno porte)**.
Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, art. 3º da LC 123/06.

_____, ____ de _____ de _____.

Carimbo do CNPJ:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024/2015 – PMF

MINUTA DO CONTRATO

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Rio das Antas, 185, centro, inscrito no CNPJ sob nº 82.947.979/0001-74, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Ivo Biazzolo, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa [...], pessoa jurídica de direito privado, situada na [...], na cidade de [...], inscrita no CNPJ sob o nº [...], neste ato representada pelo(a) Sr(a)....., doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam e contratam o fornecimento do objeto descrito abaixo, que se regerá pelo disposto neste Contrato, na Lei nº 8.666/93 e alterações, na Lei nº 10.520/02 aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – O presente contrato tem como objeto a aquisição de fardamento para uso dos Bombeiros Comunitários, do Corpo de Bombeiro de Fraiburgo, constantes do **LOTE 1** do Edital e de sua proposta comercial, conforme segue:

LOTE 1

CÓD.	ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	V.UNIT.- R\$	V.TOTAL- R\$
29126	1	20	Unid	Gandola: em ripstop profissional na cor verde-musgo, com lapelas em ambos os ombros na cor vermelha, deverá possuir dois bolsos com velcro na região do tórax e mais dois bolsos com velcro na região da cintura, cordelete que possibilite o ajuste na região da cintura; no braço direito deverá ser fixada através de velcro a bandeira do município e acima a inscrição deste em forma de arco (as bandeiras e indicação do município, ambos deverão estar fixados na jaqueta com velcro), no braço esquerdo deverá ser bordado o brasão do bombeiro comunitário, deverá ser fixado com material termo colante ou bordado as bomboneiras do Bombeiro Comunitário em ambas os lados da gola, no lado direito do peito, 0,5 cm acima do bolso, deverá ser fixado um velcro fêmea com 12cm de comprimento por 2cm de largura, que possibilite a fixação futura de tarjeta de identificação, a peça deverá possuir no mínimo 4 botões mais 2 de reservas, modelos masculino e feminino. A OBM de Fraiburgo fornecerá a relação da numeração e quantidades de modelos masculino e feminino no momento da autorização de fornecimento.			
29125	2	20	Unid	Calça: em ripstop profissional na cor verde, com viés lateral externo vermelho com 2cm de largura nas pernas e compreendendo toda a extensão da calça, dois bolsos laterais nas pernas e reforço acolchoado na região dos joelhos, modelos masculino e feminino. A OBM de Fraiburgo fornecerá a relação da			



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

				numeração e quantidades de modelos masculino e feminino no momento da autorização de fornecimento.			
29127	3	20	Unid	Camiseta vermelha: em malha fio 30 penteado, 100% algodão, com brasão do Bombeiro Comunitário de Santa Catarina estampado no lado esquerdo do peito da camiseta e o nome que será informado, bordado ou pintado no lado direito do peito, precedido da abreviatura de Bombeiro Comunitário "BC" (exemplo: BC JOÃO). A OBM de Fraiburgo fornecerá a relação da numeração e relação nominal dos bombeiros Comunitários no momento da autorização de fornecimento.			
37314	4	20	Unid	Cobertura: em tamanho único no padrão Bombeiro Comunitário, do CBMSC.			
37315	5	20	Par	Divisa Bombeiro Comunitário: deverá ser bordado com padrão bombeiro comunitário. A OBM de Fraiburgo fornecerá a relação da quantidade e tipo de divisas no momento da autorização de fornecimento.			
29129	6	20	Unid	Cinto: fita de nylon 35mm por 2 mm, na cor vermelha, para cinto, padrão CBMSC com fivela niquelada padrão Bombeiros Comunitários do CBMSC.			
4099	7	20	Par	Botina: de segurança com elástico lateral, dorso acolchoado, vaqueta hidrofugada, com palmilha antimicrobiana, lavável. Contraforte: resina termoplástica conformada anatomicamente, e solado de poliuretano p.u, biodiversidade injetado diretamente no cabedal, sem componentes metálicos, com CA.			
TOTAL DO LOTE 1 – R\$							

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ENTREGAS

2.1 – Os materiais deverão ser entregues em cota única, **no prazo máximo de 40 (quarenta) dias consecutivos contados da Autorização de Fornecimento**, diretamente no Corpo de Bombeiros de Fraiburgo, situado na Avenida Caçador, 582, bairro São José.

2.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas dos materiais correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR TOTAL E DO PAGAMENTO

3.1 – O valor total do presente Contrato é de R\$(.....)

3.2 – O pagamento pela aquisição dos produtos será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta-corrente, ou diretamente ao representante legal, após as entregas, acompanhadas da respectiva Nota Fiscal e arquivo XML.

3.3 – A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente as entregas efetivas e emissão da nota fiscal.

3.4 – O número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 4.2, a, do Edital).



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

3.5 – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do exercício de 2015 e terão as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão	10.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Unidade	10.01 – SEGURANÇA PÚBLICA
Funcional	06.182.0019.2.044 – Manutenção do Funrebom
Compl. Elemento	3.3.90.30.23.00.00.00 – Uniformes, tecidos e aviamentos
Dotação	145
Recurso	1700

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 – A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 20% (vinte por cento) do valor contratado.

5.1.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- Advertência;
- Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por um prazo de 02 (dois) anos.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 – O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 – O presente contrato terá vigência a partir do dia ... de de 2015, com duração até 30 de abril de 2015.

CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0036/2015 – Pregão Presencial Nº 0024/2015 – PMF

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 – Será de responsabilidade da CONTRATADA:

- fornecer os materiais, objeto deste contrato, de acordo com as especificações exigidas;
- fornecer o objeto deste contrato, na forma, quantidade, local, prazo e nos preços estipulados na sua proposta;
- enviar por *e-mail* o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para o endereço eletrônico nfe@fraiburgo.sc.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 – Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de Fraiburgo, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Fraiburgo(SC), de de 2015.

Município de Fraiburgo
Ivo Biazolo
Contratante

Contratada

Testemunhas:

1ª –

2ª –

PORTARIA Nº 0596/2015

PORTARIA Nº 0596, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.
NOMEIA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ADEQUAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E AO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, para fazerem parte efetiva da Comissão responsável pela adequação do Plano Municipal de Educação ao Plano Nacional de Educação e ao Plano Estadual de Educação:

I - CLAUDETE GHELLER MATHIAS;
II - DENISIA POSANSKE MITTANCK;
III - FERNANDO ANDRÉ MARQUES;
IV - LUCIA BERNADETE OLIVEIRA PANISSON;
V - MARIA APARECIDA DE BARROS BALESTRIN;
VI - ROSE MARI GAIO BIANCHI;
VII - TATIANA CARLA SCALABRIN;
VIII - TANIA DA SILVA FERREIRA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de fevereiro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 0597/2015

PORTARIA Nº 0597, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora JUSSARA BRIDI DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 005.779.249-66, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DA COORDENAÇÃO ESCOLAR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 19 de fevereiro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de fevereiro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0598/2015

PORTARIA Nº 0598, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de DONIZETE APARECIDA MEIRELLES, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o nº. 799.794.679-91, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - LÍNGUA PORTUGUESA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 19 de fevereiro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de fevereiro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

TA15PMF08**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA15PMF08 - Contrato Nº: CT14PMF185

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: VEZ - INST.UNIBRASIL P/ DESENV. CIENCIA E CULTURA

Valor : 30.564,60 (trinta mil quinhentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos)

Vigência : Início: 03/02/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 159/2014

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, ALÍNEA "B" E § 1º DA LEI Nº 8.666/93, AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO DEVIDO À NECESSIDADE DE ACRÉSCIMOS NOS ITENS 1 E 3 DO LOTE 1, FICA ALTERADA A CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO, PASSANDO O VALOR TOTAL DE R\$ 319.563,50 (TREZENTOS E DEZENOVE MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E TRÊS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS) PARA R\$ 350.128,10 (TREZENTOS E CINQUENTA MIL, CENTO E VINTE E OITO REAIS E DEZ CENTAVOS).

Fraiburgo, 19 de Fevereiro de 2015

IVO BIAZZOLO
Prefeito

TA15PMF09**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA15PMF09 - Contrato Nº: CT14PMF182

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIMCATARINA

Vigência : Início: 05/02/2015 Término: 31/12/2015

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, AJUSTAM E CONTRATAM A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA OITAVA, 8.1 DO CONTRATO, EM RAZÃO DA INCLUSÃO DO ELEMENTO 3.3.72.30.

Fraiburgo, 19 de Fevereiro de 2015

IVO BIAZZOLO
Prefeito

TA15SF01**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA15SF01 - Contrato Nº: CT14SF05
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada...: ENGELIX LIMPEZA URBANA LTDA
Vigência : Início: 10/02/2015 Término: 27/02/2016
Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2013
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART.57, INC.II DA LEI Nº 8.666/93, E PREVISÃO CONTRATUAL NA CLÁUSULA TERCEIRA, ITEM 3.1, RESOLVEM DE PLENO ACORDO PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO PARA ATÉ O DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2016. DIANTE DAS ALTERAÇÕES ACIMA APONTADAS, FICA ALTERADA A CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO, PASSANDO O VALOR TOTAL DO CONTRATO DE R\$ 1.665.432,00 (UM MILHÃO, SEISCENTOS E SESENTA E CINCO MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS) PARA R\$ 3.392.068,60 (TRÊS MILHÕES, TREZENTOS E NOVENTA E DOIS MIL SESENTA E OITO REAIS E SESENTA CENTAVOS).

Fraiburgo, 19 de Fevereiro de 2015
ELOI REGALIN
Presidente

TA;AT15FMS04**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT15FMS04 - Contrato Nº: AT14FMS25
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO
Contratada...: IVONEI GONÇALVES TURISMO ME
Vigência : Início: 02/02/2015 Término: 31/03/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2014
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, DE COMUM ACORDO, E EM CONFORMIDADE COM A CLÁUSULA TERCEIRA ITEM 3.7, APROVAM A PARTIR DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015, MEDIANTE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DO ITEM 6.3 DO EDITAL, PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE, OBJETO DESTE PROCESSO, O VEÍCULO ABAIXO ESPECIFICADO: VEÍCULO ÔNIBUS, MODELO MARCOPOLLO/ VOLARE W9 ON, CAP/PTO/CIL: 31P / 165C, ANO DE FABRICAÇÃO: 2013, MODELO: 2013, CAP/POT/CIL: 44P/360CV, PLACA: MLC 8771, RENAVAL: 508100259, CHASSI: 93PB40N31DC045635.

Fraiburgo, 19 de Fevereiro de 2015
NILCE PINZ
Secretária de Saúde

TA;AT15PMF04**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT15PMF04 - Contrato Nº: AT14PMF74
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: POSTO MAÇÃ LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 06/02/2015 Término: 28/02/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2014
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, INC. II, "B" DA LEI Nº 8.666/93 A PEDIDO DA FORNECEDORA, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA (NOTAS FISCAIS ANTERIORES E POSTERIORES AO AUMENTO), RESOLVEM PROCEDER A REVISÃO DOS COMBUSTÍVEIS REGISTRADOS.

Fraiburgo, 19 de Fevereiro de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

TA;AT15PMF05**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT15PMF05 - Contrato Nº: AT14PMF104
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: POSTO MAÇÃ LTDA
Vigência : Início: 06/02/2015 Término: 31/03/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 115/2014
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, INC. II, "B" DA LEI Nº 8.666/93 A PEDIDO DA FORNECEDORA, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA (NOTAS FISCAIS ANTERIORES E POSTERIORES AO AUMENTO), RESOLVEM PROCEDER A REVISÃO DO ÓLEO DIESEL BIODIESEL S500 COMUM REGISTRADO.

Fraiburgo, 19 de Fevereiro de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

TA;AT15SF01**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT15SF01 - Contrato Nº: AT14SF09
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada...: BUSCHLE & LEPPER S.A
Vigência : Início: 12/02/2015 Término: 31/05/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2014
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE MAIO DE 2015.

Fraiburgo, 19 de Fevereiro de 2015
ELOI REGALIN
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2015**DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2015**

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E A ASSOCIAÇÃO ATITUDE E VIDA DE FRAIBURGO - AAVE.

GERSON DE MATIA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o convênio entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e a ASSOCIAÇÃO ATITUDE E VIDA DE FRAIBURGO - AAVE, para auxiliar na manutenção e no atendimento de alunos portadores de necessidades especiais, no acompanhamento e realização de atividades pedagógicas que estimulem a sua criatividade e desenvolvimento, com o objetivo de ampliar os conhecimentos

e possibilitar discussões a respeito de comportamentos na infância e adolescência, mediante a concessão no valor global de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais) dividido em 06 (seis) parcelas nos valores iguais e sucessivos de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), no período de fevereiro a julho de 2015.

Art. 2º. As despesas com a execução do convênio correrão por conta da dotação orçamentária referente o exercício de 2015 nos seguintes elementos de despesa:

Órgão	11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
Unidade	11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Funcional	08.244.0022.2.048 – Manutenção do CREAS
Recurso	1.200
Dotação	170
Elemento	3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 19 de fevereiro de 2015.

GERSON DE MATIA

Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2015

HOMOLOGA CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E A ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA MIRIAN VIECELLI ZAGO.

GERSON DE MATIA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o convênio entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e a ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA MIRIAN VIECELLI ZAGO, com o objetivo de auxiliar a entidade na manutenção e atendimento de crianças todas portadoras de necessidades especiais, (alunos da APAE e do CDV), na realização de atividades de equoterapia, estimulando e melhorando o seu condicionamento físico e mental, mantendo as mesmas em contato com a natureza, bem como, pagamento do equitador e de cursos de atualização e capacitação para melhor atendimento as crianças, mediante a concessão no valor global de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), divididos em 06 (seis) parcelas de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), no período de fevereiro a julho de 2015.

Art. 2º. As despesas com a execução do convênio correrão por conta da dotação orçamentária referente o exercício de 2015 nos seguintes elementos de despesa:

Órgão	11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
Unidade	11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Funcional	08.244.0022.2.048 – Manutenção do CREAS
Recurso	1.511
Dotação	172

Elemento	3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos
----------	--

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 19 de fevereiro de 2015.

GERSON DE MATIA

Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2015

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS "MARIA FREY" DE FRAIBURGO - APAE.

GERSON DE MATIA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS "MARIA FREY" DE FRAIBURGO - APAE, firmado em 05.02.2015, visando auxiliar na manutenção da Escola Especial que atende alunos portadores de necessidades educacionais especiais, deficiência intelectual e/ou múltipla, mediante a concessão do valor global de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), em 06 (seis) parcelas mensais de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), no período de fevereiro a julho de 2015.

Art. 2º. As despesas com a execução do convênio correrão por conta da dotação orçamentária referente o exercício de 2015 nos seguintes elementos de despesa:

Órgão	11-00 – SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
Unidade	11-01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Funcional	08.244.0022.2.048 – Manutenção do CREAS
Recurso	1.200 – 1.505 – 3.505
Dotação	170 – 171 – 246
Elemento	3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 19 de fevereiro de 2015.

GERSON DE MATIA

Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

PORTARIA Nº 08/2015

PORTARIA Nº 08/2015

CONCEDE PROMOÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO ESTÁVEL INVESTIDO EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

GERSON DE MATIA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 32, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Fraiburgo c/c artigos 17 e seguintes da Lei Complementar nº 121, de 06 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Poder Legislativo;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor público ADILSON JOSÉ DIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de GESTOR PÚBLICO LEGISLATIVO, integrante do Grupo Ocupacional Especialista (GE), mediante concessão de acréscimo pecuniário correspondente a 4% (quatro por cento) sobre o padrão de vencimento "A" do Anexo I da Lei Complementar nº 121, de 06 de dezembro de 2010.

Art. 2º. Com a promoção do artigo 1º o servidor efetivo e estável avançará para o padrão de vencimento nível "B", de acordo com o Processo administrativo nº 002/2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 19 de fevereiro de 2015.

GERSON DE MATIA
PresidenteADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo**PORTARIA Nº 09/2015**

PORTARIA Nº 09/2015

CONCEDE PROMOÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA ESTÁVEL INVESTIDA EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

GERSON DE MATIA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 32, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Fraiburgo c/c artigos 17 e seguintes da Lei Complementar nº 121, de 06 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Poder Legislativo;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora pública ELISANDRA TIEPO, ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICO LEGISLATIVO, integrante do Grupo Ocupacional Técnico (GT), mediante concessão de acréscimo pecuniário correspondente a 4% (quatro por cento) sobre o padrão de vencimento "A" do Anexo I da Lei Complementar nº 121, de 06 de dezembro de 2010.

Art. 2º. Com a promoção do artigo 1º a servidora efetiva e estável, avançará para o padrão de vencimento nível "B", de acordo com o Processo administrativo nº 003/2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 19 de fevereiro de 2015.

GERSON DE MATIA
PresidenteADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo**PORTARIA Nº 10/2015**

PORTARIA Nº 10/2015

CONCEDE PROMOÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA ESTÁVEL INVESTIDA EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

GERSON DE MATIA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 32, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Fraiburgo c/c artigos 17 e seguintes da Lei Complementar nº 121, de 06 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Poder Legislativo;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora pública CARMEN REGINA BOTH, ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICO LEGISLATIVO, integrante do Grupo Ocupacional Técnico (GT), mediante concessão de acréscimo pecuniário correspondente a 4% (quatro por cento) sobre o padrão de vencimento "A" do Anexo I da Lei Complementar nº 121, de 06 de dezembro de 2010.

Art. 2º. Com a promoção do artigo 1º a servidora efetiva e estável, avançará para o padrão de vencimento nível "B", de acordo com o Processo administrativo nº 004/2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 19 de fevereiro de 2015.

GERSON DE MATIA
PresidenteADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo**PORTARIA Nº 11/2015**

PORTARIA Nº 11/2015

CONCEDE PROMOÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA ESTÁVEL INVESTIDA EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

GERSON DE MATIA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 32, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Fraiburgo c/c artigos 17 e seguintes da Lei Complementar nº 121, de 06 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Poder Legislativo;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora pública CLAUDETE SAÚGO, ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICO LEGISLATIVO, integrante do Grupo Ocupacional Técnico (GT), mediante concessão de acréscimo pecuniário correspondente a 4% (quatro por cento) sobre o padrão de vencimento "A" do Anexo I da Lei Complementar nº 121, de 06 de dezembro de 2010.

Art. 2º. Com a promoção do artigo 1º a servidora efetiva e estável, avançará para o padrão de vencimento nível "B", de acordo com o Processo administrativo nº 005/2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 19 de fevereiro de 2015.

GERSON DE MATIA
PresidenteADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo

Frei Rogério

PREFEITURA

DECRETO Nº 695/2015 INSTITUI COMISSÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

DECRETO Nº 695/2015 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.
INSTITUI COMISSÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 87, inciso VII, "a" da Lei Orgânica do município.

- Considerando o disposto nos artigos 211 e 214 da Constituição da República Federativa do Brasil;

- Considerando os preceitos de planejamento e Organização;

- Considerando o que dispõe os artigos 11 e 18 da Lei Federal 9.394/96;

- Considerando o artigo 2º da lei 10.172/01.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Instituída Comissão para a elaboração do Plano Municipal de Educação, sob a Coordenação Geral da Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - A Comissão de que trata este Decreto será Composta pelos Seguintes Membros e Representações:

I - Representantes da Secretaria de Educação e Cultura:

- a) Titular: Eliane Maximiano Mazzuco
- b) Suplente: Ilete Sueli Pillon Cordeiro

II - Representantes do Ensino Fundamental Estadual:

- a) Titular: Juliana Ferrarez Soletti
- b) Suplente: Andréia Rossi

III - Representantes do Ensino Médio Estadual:

- a) Titular: Ana Albuquerque
- b) Suplente: Adriana Santos Alberton

IV - Representantes do Ensino Fundamental Municipal:

- a) Titular : Juceli Alberton Mello
- b) Suplente: Maria Faquim

V - Representantes dos Servidores Públicos Municipais de Frei Rogério SC:

- a) Titular : Dircéia Franz
- b) Suplente: Osmar Soletti

VI - Representante do Conselho Municipal de Educação:

- a) Titular: Denise Alberton Stupp
- b) Suplente: Elizete Alberton Mazzuco

VII - Representantes da Educação Especial:

- a) Titular: Julia de Fátima Caetano
- b) Suplente: Ivanilde Richter

VIII - Representante da Câmara de Vereadores:

- a) Titular: Ivo Jose Mazzuco
- b) Suplente: Nilton Agostinho Antunes

IX - Representantes da Educação Infantil:

- a) Titular : Claudia Rinaldi Andrade
- b) Suplente: Carol Mello

X - Representantes do Executivo:

- a) Titular : Ariane Alberton
- b) Suplente: Magna Adriane Ribeiro

Art. 3º - Compete a Comissão de elaboração do Plano Municipal de Educação:

I - Elaborar o plano Municipal de Educação em consonância com os Planos Nacional e Estadual de Educação, observando, entre outros, a erradicação do analfabetismo; a universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais; a melhoria da qualidade de ensino; a formação para o trabalho; a progressiva ampliação do tempo de permanência na escola do aluno de ensino fundamental; valorização dos profissionais de educação; estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação e difusão dos princípios de equidade, do respeito a diversidade e gestão democrática da Educação.

II - Propor e realizar debates junto a Sociedade, objetivando elaborar trabalho representativo dos anseios sociais;

III - Elaborar cronograma de atividades, concluindo os trabalhos com dinâmica e celeridade;

IV - Decidir sobre a formação de subcomissões, dentre representantes de órgão/representações, sob coordenação de um ou mais Membros da Comissão criada neste Decreto;

V - Apresentar o Plano Municipal de Educação, na forma de projeto de lei, para que seja analisado pelo Chefe do Poder Executivo e, por ele, submetido à Câmara Municipal.

Art. 4º - O trabalho da comissão constitui serviço público relevante, não implicando remuneração para qualquer dos seus Membros.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Frei Rogério, 19 de fevereiro de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 026/2015

DECRETO N.º 026, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 2.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) no Orçamento vigente:

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.000,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	2.000,00
3.3.90.0.3.29.000006 - Aplicações Diretas	2.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de fevereiro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/02/2015, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 002/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 002/2015

Considerando, que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento;

Considerando que existem serviços especializados e provenientes de programas que precisam ser providos para manter a qualidade dos serviços;

Considerando a importância da área de Urgência e Emergência enquanto componente da assistência à saúde;

Considerando a necessidade de contratação para substituir servidores em férias, em licença prêmio, licença para tratamento de saúde entre outros tipos de afastamentos;

Considerando, que conforme previsto na Lei Municipal n. 1000/2005 e alterações, "artigo 207. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: (...) IX - Executar serviços provenientes de convênios ou programas, firmados ou a que o Município aderir, propostos pela União, Estados ou Municípios."

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, torna público Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, e coordenado por Comissão de Avaliação do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por

tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

DA INSCRIÇÃO

As inscrições serão recebidas de 23/02/2015 à 06/03/2015, das 13h

às 18h, na Secretaria Municipal de Saúde de Garopaba, situada na Rua Antonio José Botelho - Prédio do ESF, Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8100, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação do formulário de inscrição Anexo II.

Documentos necessários para a inscrição originais e cópias:

ENFERMEIRO	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Curriculum vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de classe; Diploma conforme formação exigida para o cargo; Tempo de serviço comprovado (caso possua); Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Comprovante de que é alfabetizado; Tempo de serviço comprovado (caso possua); Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.
*AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Comprovante de escolaridade – Ensino Fundamental (1º Grau); Tempo de serviço comprovado (caso possua); Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.
MOTORISTA	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Comprovante que é alfabetizado; CNH profissional, tipo "D" (na validade); Tempo de serviço comprovado (caso possua); Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.

DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E VAGAS:

Os cargos, os requisitos mínimos exigidos, atribuições, a carga horária semanal, remuneração e as vagas a serem preenchidas, estão indicados no quadro que se apresenta a seguir:

CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS/ATRIBUIÇÕES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO R\$	VAGAS
ENFERMEIRO	Habilitação profissional: Curso superior completo e registro no Conselho de Classe. * Experiência mínima de 1 (um) ano em atendimento de serviços de emergência ou hospitalar. Atribuições do cargo: Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada, envolvendo atividades de enfermagem no atendimento à saúde.	40 horas	1.788,57	01
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Habilitação profissional: Alfabetizado. Atribuições: executar funções de limpeza e higiene nas instalações dos próprios da Prefeitura Municipal, ou serviços de copa, cozinha, bar e serviços gerais de apoio administrativo.	40 horas	R\$ 835,94	01

<p>*AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE</p> <p>ÁREA 03 (AMBRÓSIO) Micro Área 04 Micro Área 05</p> <p>ÁREA 05 (CAMPO DUNA) Micro Área 03</p>	<p>Habilitação profissional: Ensino Fundamental completo (1º Grau) e residir na área da comunidade em que for atuar.</p> <p>Atribuições: Exercer atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS; utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade; promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; registrar, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, os nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; participar de ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; identificar área de risco; orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário; realizar ações, atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básica; realizar, por meio de visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco; desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras; identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe; executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.</p>	40 horas	R\$ 803,84	08
MOTORISTA	<p>Habilitação profissional: Alfabetizado e com CNH profissional, tipo "D".</p> <p>Atribuições: Dirigir e Conservar automóveis, camionetas e caminhões, utilizados no transporte de passageiros e cargas em geral, de acordo com as instruções específicas.</p>	40 horas	R\$ 1.113,66	01

DO PROCESSO DE SELEÇÃO

O PROCESSO DE SELEÇÃO TERÁ AS SEGUINTE ETAPAS:

Análise dos documentos apresentados;

Entrevista.

Avaliação, conforme regras constantes do Anexo I.

DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

Consiste na observância da entrega dos documentos, dos títulos acadêmicos, da experiência profissional e do perfil para desempenho na atenção aos serviços de saúde.

DA ENTREVISTA

A entrevista será realizada com os(as) candidatos (as) selecionados (as) no exame de currículos, através de Comissão de Avaliação, nomeada por Portaria, composta por profissionais da Secretaria Municipal de Saúde.

Essa etapa consiste na aplicação de entrevista visando a identificar a postura profissional, o grau de conhecimento e as perspectivas do (a) candidato (a);

A data, local e horário da entrevista serão divulgados, após finalizadas as inscrições na página oficial da Prefeitura Municipal de Garopaba (www.garopaba.sc.gov.br).

DO DESEMPATE:

Em caso de empate, será classificado (a) e posteriormente contratado (a) o (a) candidato (a) conforme os seguintes critérios hierárquicos de desempate:

mais idoso.

DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA:

Os (as) candidatos (as) classificados (as) no Processo Seletivo, dada a necessidade de serviço, deverão assumir sua função no prazo imediato, após sua convocação devidamente comprovada por correio eletrônico ou carta registrada com Aviso de Recebimento - (ECT-AR).

Os candidatos serão contratados em regime administrativo, com

amparo na Lei Municipal n. 1.000/2005, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

Classificação no processo seletivo simplificado;

Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;

Cédula de Identidade;

Inscrição no Cadastro Pessoa Física - CPF;

Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;

Certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar (masculino);

Carteira de Trabalho;

Prova de inscrição no PIS/PASEP;

Certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento;

Certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;

Comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;

Carteira Nacional de Habilitação, Categoria "D", na validade (para Motorista);

Registro na Entidade de Classe de Santa Catarina e Certidão de Regularidade (para os cargos com exigência);

Comprovante de residência;

Folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;

Uma foto 3X4, de frente e recente;

Declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade;

Declaração de bens;

Outros documentos que Administração julgar necessários ao cumprimento das normativas vigentes.

DO DESLIGAMENTO DO(A) CONTRATADO(A):

O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

pelo término do prazo contratual;

por iniciativa do contratado;

por conveniência e oportunidade do serviço público;

pela infração por parte do contratado de dispositivos da legislação vigente.

9.2. Os candidatos(as) aprovados(as) que virem a ser contratados(as) pela Secretaria Municipal de Saúde em face do presente Processo Seletivo Simplificado, pelo princípio Constitucional da eficiência, bem como pelo interesse público, só poderá deixar suas atribuições mediante notificação prévia por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, à Diretoria competente, sob pena de abandono de emprego, sem prejuízo das sanções disciplinares cabíveis pelo respectivo Conselho de Classe.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

DOS RECURSOS Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

Nº do Processo Seletivo;

Cargo a que concorre;

Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;

Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação);

Identificação do candidato.

Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

A homologação das inscrições e do resultado será publicada no DOM/SC, www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 19 de fevereiro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/02/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

ANEXO

AVALIAÇÃO CARGO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	1 ponto	2 pontos
Entrevista	4 pontos	4 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

* O quesito "residência na micro área de atuação" será considerado na pontuação final para os cargos a ACS.

AVALIAÇÃO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	6 pontos
Entrevista	4 pontos	4 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

AVALIAÇÃO CARGO: ENFERMEIRO

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	0,5 ponto (por curso)	2 pontos
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

AVALIAÇÃO CARGOS: MOTORISTA

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes ao cargo para o qual candidatou-se	0,5 ponto (por ano)	8 pontos
Escolaridade acima do exigido para o cargo que está concorrendo.	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação	0,5 ponto por curso	1 ponto
Pontuação Máxima		10 pontos

ANEXO II

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA DE GAROPABA
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO
EDITAL N. 002/2015

Formulário de inscrição nº:	
Cargo:	
Nome do Candidato:	
Endereço:	
Telefone para contato:	
E-mail:	

Documentos necessários para a inscrição originais e cópias conforme item 2. do Edital de Processo Seletivo.

Garopaba - SC, ____/____/2015
Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº010/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2015
PMG

Ata nº. 010/2015; Processo nº 017/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA. Objeto: Registro de preço para contratação de empresa para confecção de carne de IPTU, blocos de notificação de dívidas e holerite de pagamento dos funcionários de Prefeitura Municipal de Garopaba. Valor: R\$ 51.900,00; Data da Assinatura: 19/02/2015.

PORTARIA N.º 119/2015.

PORTARIA N.º 119, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, SANDRELE BOTZAN MARIA MARTINS, CPF n.º 047.735.499-80, do cargo de SERVENTE, do quadro de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 12/02/2015.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 18 de fevereiro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/02/2015, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 121/2015.

PORTARIA N.º 121, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.
ALTERA O QUADRO DE PLANTÃO DAS FARMÁCIAS DO MUNICÍPIO, PREVISTO NA LEI MUNICIPAL N.º 997/2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 49, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n.º 997, de 05 de dezembro de 2005 e Decreto n.º 082 de 29 de agosto de 2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. FIXAR, conforme previsto no art. 3º da Lei n.º. 997/2005, o QUADRO DE PLANTÃO DAS FARMÁCIAS DO MUNICÍPIO, para o período de MARÇO de 2015 a FEVEREIRO de 2016, conforme segue:

- I - Março de 2015: Farmácia Garopaba
- II - Abril de 2015: Farmácia Eduardo
- III - Maio de 2015: Farmácia Farmax Ambrósio
- IV - Junho de 2015: Farmácia Med e Silva Campo Duna
- V - Julho de 2015: Farmácia Encantada
- VI - Agosto de 2015: Farmácia Panvel
- VII - Setembro de 2015: Piucco Pharma
- VIII - Outubro de 2015: Farmácia Farmax Palhocinha
- IX - Novembro de 2015: Farmácia Panvel
- X - Dezembro de 2015: Farmácia Farmácia Med e Silva Centro
- XI - Janeiro de 2016: Farmácia Ferrugem
- XII - Fevereiro de 2016: Farmácia Ferrugem

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de fevereiro de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal
MICHELINE ARANHA DE ARAÚJO LUIZ
Secretária de Saúde

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/02/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015

“APROVA AS CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUIZ BERNARDO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de janeiro de 2015 deste Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 19 de fevereiro de 2015.

Luiz Bernardo
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos dezanove dias do mês de fevereiro de 2015.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 20/02/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyn
Diretora de Redação, Legislação e
Processo Legislativo

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015

“APROVA AS CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUIZ BERNARDO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de dezembro de 2014 deste Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 19 de fevereiro de 2015.

Luiz Bernardo
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos dezanove dias do mês de fevereiro de 2015.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 20/02/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyn
Diretora de Redação, Legislação e Processo Legislativo

Garuva

CÂMARA MUNICIPAL

LEI 1864/2015

LEI Nº 1864/2015

Altera denominação de via publica.

Atendendo dispositivos legais contidos no artigo 51 parágrafo 8º da Lei Orgânica Municipal eu, Reginaldo Mews Rosa - Presidente do Poder Legislativo Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera denominação da Rua Marechal Floriano para Rua José Ladislau Vieira.

Paragrafo Único - Faz parte desta lei, o histórico de serviços relevantes prestados ao município do senhor José Ladislau Vieira.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 19 de fevereiro de 2015.

Reginaldo Mews Rosa

Presidente da Mesa

LEI 1865/2015

LEI Nº 1865/2015

cria PROGRAMA ESPORTE NA COMUNIDADE PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Atendendo dispositivos legais contidos no artigo 51 parágrafo 8º da Lei Orgânica Municipal eu, Reginaldo Mews Rosa - Presidente do Poder Legislativo Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O programa prevê ampla programação de atividades físicas, recreativas e esportivas, em diversas comunidades do município mensalmente, dentro de um calendário adaptado à disponibilidade de instalações existentes com capacidade ociosa durante a maior parte do dia.

Art. 2º. O programa visa dar oportunidades a crianças e pré-adolescentes de 08 a 15 anos de se beneficiarem de um programa de atividades integrando a família. Como consequência dos resultados do programa, poderá ocorrer à formação de núcleos de prática esportiva social, que contribuam para a melhoria da integração social e criem alternativas de lazer para toda a comunidade diretamente atendida.

Art. 3º. Serão utilizados para o desenvolvimento das atividades, os espaços ociosos da estrutura esportiva existentes nas comunidades. Envolvimento de voluntários profissionais de esporte e educação física, em parceria com a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo.

Art. 4º. Participação de crianças e adolescentes, de forma gratuita e voluntária, no programa oferecido em função da utilização das instalações existentes no município.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, em 19 de fevereiro de 2015.

Reginaldo Mews Rosa

Presidente da Mesa

RESOLUÇÃO 08/2015

RESOLUÇÃO Nº 8/2015

Define data de pagamento dos subsídios dos vereadores e vencimentos dos servidores do Poder Legislativo Municipal, no ano de 2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina usando de suas atribuições legais e regimentais, em especial ao artigo 50 parágrafo 3º inciso II do Regimento Interno desta Casa legislativa, Resolve:

Art. 1º - As datas para pagamento dos subsídios e vencimentos dos vereadores e servidores no ano de 2015, serão as seguintes:

25 Fevereiro
25 Março
24 Abril
25 Maio
25 Junho
24 Julho
25 Agosto
25 Setembro
23 Outubro
25 Novembro
22 Dezembro

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario, em especial a resolução 13/2013.

Gabinete do Presidente, em 19 de fevereiro de 2015.

Reginaldo Mews Rosa

Presidente da Mesa

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.241, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 6.241, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

NOMEIA PATRICK DE OLIVEIRA HEINECK PARA O CARGO DE DIRETOR ADJUNTO ESCOLAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor PATRICK DE OLIVEIRA HEINECK, portador do CPF nº 086.336.009-27, para exercer o cargo em comissão de Diretor Adjunto Escolar, Nível CC, ref. 45, com 20 horas semanais, a partir de 11/02/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de fevereiro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.248, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

DECRETO Nº 6.248, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

NOMEIA Claudia Leni Jovinsk Harada PARA O CARGO DE SECRETÁRIA ESCOLAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 2.612/2005,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora Claudia Leni Jovinsk, portadora do CPF nº 005.578.829-74, para exercer o cargo de Secretária Escolar, Nível CC, Ref. 45, com 40 horas semanais, a partir de 12/02/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de fevereiro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.249, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 6.249, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBROS DA ÁREA NÃO GOVERNAMENTAL DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, em substituição, os membros abaixo indicados

para integrar o CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme segue:

Entidade/Secretaria	Novo Membro	Membro Atual
APP EEB Ferandino Dagnoni	Márcia Stielher – Titular	Oswaldo Claudino dos Santos Neto
APP EEB Ferandino Dagnoni	João Arnaldo Bonetti – Suplente	Simara Nicoletti Maraschi

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto n. 6.189, de 28 de janeiro de 2015.

Gaspar, 12 de fevereiro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 6.250, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 6.250, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme seguem:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
THIAGO AUGUSTO IANESKO	CONTADOR	40	2º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de fevereiro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.251, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

DECRETO Nº 6.251, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA JULYELLE CONCEIÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora JULYELLE CONCEIÇÃO, CPF 052.799.289-50, ocupante do cargo efetivo de Psicólogo, a partir de 13/02/2015, nomeada pelo Decreto n. 5.375/2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Gaspar, 13 de fevereiro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.252, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

DECRETO Nº 6.252, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA DARCI MARIA PROVEZI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada a vacância do cargo de provimento efetivo de Berçarista, da servidora DARCI MARIA PROVEZI, a qual foi nomeada pelo Decreto n. 3.249/2009, em decorrência de sua aposentadoria, a partir de 11/02/2015.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 11/02/2015.

Gaspar, 13 de fevereiro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.253, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

DECRETO Nº 6.253, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA ALBERTINA TERESINHA KARSTEDT.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada a vacância do cargo de provimento efetivo de Professora, da servidora ALBERTINA TERESINHA KARSTEDT, a qual foi nomeada pelo Decreto n. 029/1998, em decorrência de sua aposentadoria, a partir de 04/02/2015.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 04/02/2015.

Gaspar, 13 de fevereiro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.254, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

DECRETO Nº 6.254, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DOS CARGOS DE Encanador, ASE III - Mecânico e ASE III - Operador de Máquinas, do CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPARGASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o Edital de Concurso Público n.º 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º Homologa o resultado final do Concurso Público 001/2014 da Prefeitura Municipal de Gaspar, conforme classificação final dos candidatos aprovados para os cargos de Encanador, ASE III - Mecânico e ASE III - Operador de Máquinas, visto que foram finalizadas todas as etapas do certame.

Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público é de 02 (dois) anos, a contar da publicação do presente Edital, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura do Município de Gaspar, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Concurso, serão preenchidas, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos, ficando facultado à administração pública a nomeação para vagas excedentes às previstas no edital.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de fevereiro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.589, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.589, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 07/2011, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR MUNICIPAL ANTÔNIO Maurício de campos Filho.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1o Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 19 de fevereiro de 2015, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 07/2011, instaurado para apurar a responsabilidade do servidor municipal Antônio Maurício de Campos Filho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de fevereiro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 3.590, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.590, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

NOMEIA SERVIDORES PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei 1.347/1992,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação no Edital de Processo Seletivo nº 02/2015, da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

Nome	Admissão	Cargo
LILIAN JANETH COLONIA NIQUE	18/02/2015	MEDICO GERAL COMUNITARIO ESF
CARLOS FERNANDO LORENZO DELGADILLO	04/02/2015	MEDICO PLAN- TONISTA CAR CLINICO GERAL

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 04/02/2015.

Gaspar, 18 de fevereiro de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

TERMO Nº 088/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS	TERMO Nº 088/2015
TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL	

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Contribuinte: FRANCIELE LOPES DE VARGAS		
Endereço: RUA INDUSTRIAL JOSÉ BE- DUSCHI, 211 – SALA 02		Fone: (47)
Bairro: CENTRO	Município: GASPAR	UF: SC
Inscrição Muni- pal: 14354	CNPJ: 13.652.679/0001- 45	Atividade: Comércio Varejista de Artigos do Vestuário

NOTIFICAÇÃO

A Secretaria de Administração e Finanças do Município de Gaspar COMUNICA à pessoa jurídica acima identificada que foi iniciado o processo de sua exclusão, de ofício, do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

Para tanto, fica a pessoa jurídica acima identificada NOTIFICADA do presente TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL podendo regularizar sua situação Cadastral/Fiscal junto a Secretaria de Administração e Finanças do município ou apresentar RECLAMAÇÃO, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência desta, dirigida a Junta de Recursos em 1ª Instância.

Caso não seja regularizada a situação Cadastral/Fiscal da pessoa jurídica ou interposta a RECLAMAÇÃO no prazo acima, o Termo de Exclusão do Simples Nacional tornar-se-á efetivo, nos termos do §4º, do Artigo 75, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de Novembro de 2011.

O presente termo tem repercussão jurídica para a matriz e suas respectivas filiais, independente do estabelecimento excluído.

CAPITULAÇÃO DO FATO

O presente TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL é emitido por incorrer na(s) seguinte(s) situação(ões) que impede(m) a sua permanência neste regime:

PENDÊNCIAS CADASTRAIS (NÃO SOLICITAR A BAIXA)
PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS (DÉBITOS)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL / DISPOSITIVOS INFRINGIDOS

Art. 20, Inc. II e art. 248 Lei 1330/91; Art. 17, inciso V da LC 123/2006 c/c Art. 15, inciso XV da Resolução CGSN 094/2011.

CIENTE DO SUJEITO PASSIVO

Nome:

AUTORIDADE FISCAL

Cargo:

CPF:

Josiane Tonoli Ferrari
Fiscal de Tributos
Mat. 4150

Declaro que recebi a 2ª via do presente Termo nesta data.

Data:

Assinatura:

PAG: 1
09/02/2015 - 14:27

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Titulos	Total
1	FABIO ADRIANO AMARO	92044-4	2	13/01/1976	370.00	0.000	370.000
2	LEANDRO MACEDO LUZ	98654-2	1	27/12/1979	350.00	0.000	350.000
3	CLAUDIO LUIZ TSCHA SIQUEIRA	766-8	2	08/10/1966	340.00	0.000	340.000
4	MAICON DE OLIVEIRA	864-8	1	09/08/1980	340.00	0.000	340.000
5	RICARDO DE BARROS VILACA	92023-1	0	15/12/1983	270.00	0.000	270.000
6	RAFAEL MARQUES	96672-0	0	15/01/1989	210.00	0.000	210.000

PAG: 1
09/02/2015 - 14:27

•

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Titulos	Total
1	JONATHAN AVELINO FLORIANO	97754-3	2	18/07/1987	380,00	0,000	380,000
2	JONAS JOAO DA LUZ	92745-7	0	31/03/1982	370,00	0,000	370,000
3	SILVIO EDUARDO MEIS	99885-7	1	29/04/1972	370,00	0,000	370,000
4	ANDRE SCHINDLER	459-6	0	22/09/1968	360,00	0,000	360,000
5	RICARDO ULLER	99767-6	2	03/09/1990	350,00	0,000	350,000
6	VALDIR CESAR DE AMORIM JUNIOR	92070-3	0	02/06/1991	340,00	0,000	340,000
7	ALVARO FERNANDO PAMPLONA	97388-2	0	28/12/1987	340,00	0,000	340,000
8	JORGE MIGUEL DE SOUZA	93342-2	0	17/03/1995	340,00	0,000	340,000
9	ADAILTON DE ANDRADE GALDINO	96560-0	5	15/06/1971	320,00	0,000	320,000
10	JUCINEI DOS SANTOS	756-0	2	09/12/1978	320,00	0,000	320,000
11	GEIASIO PEDRO SOARES	98997-5	1	23/10/1972	320,00	0,000	320,000
12	FABRICIO DE OLIVEIRA	96937-0	0	16/11/1987	310,00	0,000	310,000
13	GELSON FINKENAUER DE CANDIDA	99691-2	0	13/04/1987	310,00	0,000	310,000
14	BRUNO DE OLIVEIRA	92991-3	0	10/05/1986	300,00	0,000	300,000

CÂMARA MUNICIPAL**C O N V I T E: AUDIÊNCIA PÚBLICA PERTINENTE METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2014**

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

C O N V I T E

A Câmara de Vereadores de Gaspar convida a comunidade a participar de Audiência Pública pertinente demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre de 2014 pelo Município de Gaspar.

DATA: 26/2/2015.

HORÁRIO: 15h

LOCAL: Plenário da Câmara de Vereadores de Gaspar.
Avenida das Comunidades, nº. 133, Centro.
Prédio do GASCIC.

Governador Celso Ramos**PREFEITURA****AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO 08-2015****AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 08/2015

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA RESPONSÁVEL POR INFORMATIZAR O SETOR DE ARRECADAÇÃO, ATRAVÉS DE LOCAÇÃO DOS SISTEMAS RELACIONADOS, ESPECÍFICO PARA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COM INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS, JÁ INCLUSAS AS ALTERAÇÕES LEGAIS E MANUTENÇÕES CORRETIVAS SE HOVEREM, INCLUINDO A MIGRAÇÃO DE TODOS OS DADOS DOS SISTEMAS QUE ESTIVEREM EM USO PARA A PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

ONDE SE LÊ:

"DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 27/02/2015 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 27/02/2015 às 14h30min."

LEIA-SE:

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 05/03/2015 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 05/03/2015 às 14h30min."

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelso-ramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 19 de Fevereiro de 2015.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO 09-2015**AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 09/2015

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ASSESSORIA E SUPORTE TÉCNICO AO SETOR DE ARRECADAÇÃO, DISPONIBILIZANDO PROFISSIONAIS COM CONHECIMENTO EM LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, COLETA DE DADOS, SOFTWARE DE APOIO PARA A RECUPERAÇÃO FISCAL, ATENDIMENTO AOS CONTRIBUINTES, AJUSTES NOS CADASTROS VISANDO A ARRECADAÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA PARA

A PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 27/02/2015 até às 17h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 27/02/2015 às 17h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelso-ramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 13 de Fevereiro de 2015.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº07/2015

CANCELAMENTO DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2015

Ata de Registro de Preços nº 007/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CARTA CONVITE nº 04/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: - F A BURGUEÑO LOPEZ EIRELI - ME

Governador Celso Ramos, 19 de fevereiro de 2015.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº09/2015

Extrato de Contrato Nº 009/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015

EMPRESA CONTRATADA: MDR PRODUÇÕES LTDA

OBJETO DO CONTRATO: O presente Contrato tem por CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS DO EVENTO DO CARNAVAL 2015 INCLUINDO, DENTRE OUTROS, OS SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, PALCO E ILUMINAÇÃO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC., conforme quantidades, condições e especificações descritas no Pregão Presencial.

Valor do contrato: R\$ 118.000,00(cento e dezoito mil reais)

Governador Celso Ramos, 06 de fevereiro de 2015.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº10/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2015

CARTA CONVITE nº 04/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.

CONTRATADO: - F A BURGUEÑO LOPEZ EIRELI - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REMOÇÃO, REALINHAMENTO E PINTURA DE MEIO FIO E REAPROVEITAMENTO E RECOLOCAÇÃO DE LAJOTA PARA O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

PRAZO: 12 MESES.

Governador Celso Ramos, 13 de fevereiro de 2015.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº11/2015

Extrato de Contrato de Locação Nº 011/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 011/2015

LOCADOR: ARGEMIRO IRINEU COELHO

LOCATÁRIO: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

OBJETO: O locador da em locação ao locatário, imóvel de sua propriedade, situado na localidade de Areias do Meio nº 257, Governador Celso Ramos/SC, constituído de 01 (uma) casa de alvenaria com Lage, com área total construída medindo aproximadamente 92,82m². O imóvel será utilizado para instalação e funcionamento de uma unidade de Posto de Saúde no município.

Valor do contrato: R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais

Governador Celso Ramos, 13 de fevereiro de 2015.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2015

Extrato de Contrato Nº 008/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2015

EMPRESA CONTRATADA: SETUF

OBJETO DO CONTRATO/TERMO DE ACEITE: O CONTRATO/TERMO DE ACEITE tem por objeto a venda de créditos eletrônicos de vale-transporte aos alunos regularmente matriculados em cursos técnico ou superior, em conformidade com a Lei Municipal nº 909/2013, a CESSÃO DO USO do CARTÃO VALE-TRANSPORTE e a prestação de serviço de CARGA A BORDO de créditos eletrônicos de vale-transporte através do aplicativo "SIS".

Valor do contrato: R\$ 173.320,40 (cento e setenta e três mil trezentos e vinte e reais e quarenta centavos)

Governador Celso Ramos, 20 de Janeiro de 2015.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal.

Grão Pará

PREFEITURA

ERRATA TOMADA DE PREÇO 02/2015 MÚSICOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
ERRATA A TOMADA DE PREÇO 02/2015

NO QUE DIZ RESPEITO À DATA DA SESSÃO DE TOMADA DE PREÇO 02/2015,

ONDE LÊ-SE: "07 DE MARÇO DE 2015",

LEIA-SE: "09 DE MARÇO DE 2015".

MOTIVOS: Tendo em vista que houve um erro no calendário consultado como base para escolha da data da abertura da sessão, conforme cópia em anexo, e tendo em vista que o Edital ainda não foi distribuído, não prejudicando nenhum interessado, é necessária a alteração da data de abertura da licitação, conforme acima descrito.

Grão-Pará/SC, 19 de fevereiro de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

ORDEM CRONOLÓGICA PROSAÚDE

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais na área da Saúde do Município de Grão-Pará, no que tange ao fornecimento de materiais médico-hospitalares à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Despesas a serem salgadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: Prosaúde Distribuidora de Medicamentos Ltda
Empenho: 628 (R.P. 0142, 0165 e 0189)
Valor: R\$ 6.732,43

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 18 de fevereiro de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

PORTARIA 01 A 38/2015

Prefeitura Municipal de Grão-Pará
ESTADO DE SANTA CATARINA
RESUMO

PORTARIA Nº 0001 / 2015 DE 05 de JANEIRO de 2015.

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000, RESOLVE Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares aos servidores relacionados no Anexo, parte integrante desta portaria, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Magistério desta Prefeitura, no período referente ao

recesso escolar do ano 2015.

PORTARIA Nº 0002 / 2015 DE 05 de JANEIRO de 2015.

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000, RESOLVE Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares aos servidores relacionados no Anexo, parte integrante desta portaria, pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

PORTARIA Nº 0003 / 2015 DE 05 de JANEIRO de 2015.

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000, Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares aos servidores relacionados no Anexo, parte integrante desta portaria, pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

PORTARIA Nº 0004 / 2015 DE 05 de JANEIRO de 2015

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000, Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares aos servidores relacionados no Anexo, parte integrante desta portaria, pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

PORTARIA Nº 0005 / 2015 DE 05 de JANEIRO de 2015

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000, Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares aos servidores relacionados no Anexo, parte integrante desta portaria, pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

PORTARIA Nº 0006 / 2015 DE 05 de JANEIRO de 2015.

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 31.º item I, da Lei Municipal nº 990/2000 de 04/04/2000

Contratar SOLANGE ANTUNES BERTO, para, no período compreendido entre 05/01/2015 à 30/01/2015, ocupar o cargo de Professor, nível I, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - CRECHE, em substituição a titular em gozo de férias regulamentares, conforme Solicitação Administrativa anexo.

PORTARIA Nº 0007 / 2015 DE 05 de JANEIRO de 2015

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 31.º item I, da Lei

Municipal nº 990/2000 de 04/04/2000

Contratar MARIA EDINEIA FAUST, para, no período compreendido entre 05/01/2015 à 30/01/2015, ocupar o cargo de Professor, nível I, com

carga horária de 30 (trinta) horas semanais no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - CRECHE, em substituição a titular em gozo de férias

regulamentares, conforme Solicitação Administrativa anexo.

PORTARIA Nº 0008 / 2015 DE 05 de JANEIRO de 2015

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 31.º item I, da Lei

Municipal nº 990/2000 de 04/04/2000

Contratar IRENE SCHULZ WESSLER, para, no período compreendido entre 05/01/2015 à 06/02/2015, ocupar o cargo de Professor, nível I, com

carga horária de 30 (trinta) horas semanais no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - CRECHE, em substituição a titular em gozo de férias

regulamentares, conforme Solicitação Administrativa anexo.

PORTARIA Nº 0009 / 2015 DE 05 de JANEIRO de 2015
 ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 18.º da Lei Municipal n.º 991/2000, de 04.04.2000,
 Contratar SEOLI TERESINHA BELTRAME BLASIUS, para no período compreendido entre 05/01/2015 à 30/01/2015, exercer a função de
 Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - CRECHE,
 em substituição a titular em gozo de férias regulamentares, conforme Solicitação Administrativa anexo.

PORTARIA Nº 0010 / 2015 DE 05 de JANEIRO de 2015
 ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 18.º da Lei Municipal n.º 991/2000, de 04.04.2000,
 Contratar CELIA REJANE MICARONE DE SA, para no período compreendido entre 07/01/2015 à 30/01/2015, exercer a função de
 Agente de
 Serviços Gerais, código 4.01, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - CRECHE, em
 substituição a titular em gozo de férias regulamentares, conforme Solicitação Administrativa anexo.

Prefeitura Municipal de Grão-Pará
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 RESUMO

PORTARIA Nº 0011 / 2015 DE 05 de JANEIRO de 2015
 ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 18.º da Lei Municipal n.º 991/2000, de 04.04.2000,
 Contratar BEATRIZ BEZA ROSA, para, no período compreendido entre 05/01/2015 à 30/01/2015, exercer a função de Agente de
 Serviços Gerais,
 código 4.01, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - CRECHE, em substituição a titular em
 gozo de férias regulamentares, conforme Solicitação Administrativa anexo.

PORTARIA Nº 0012 / 2015 DE 05 de JANEIRO de 2015.
 ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 31.º da Lei Municipal nº 990/2000 de 04/04/2000
 Alterar, no período compreendido entre 06/01/2015 a 06/02/2015, a carga horária da funcionária DEBORA FALCÃO DOS SANTOS, ocupante
 do cargo de Professor, nível II, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Creche, vinculado a
 Secretaria Municipal da Educação e Cultura, passando para 30 (trinta) horas semanais, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº 0013 / 2015 DE 05 de JANEIRO de 2015
 ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 31.º da Lei Municipal nº 990/2000 de 04/04/2000
 Reduzir, no período compreendido entre 06/01/2015 a 06/02/2015, a carga horária da funcionária ANDRESA DE OLIVEIRA LEMBECK, ocupante do cargo de Professor, nível II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Creche,
 vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, passando para 30 (trinta) horas semanais, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº 0014 / 2015 DE 05 de JANEIRO de 2015
 ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,
 Conceder férias regulamentares ao servidor MARCIO BORBA BLASIUS, ocupante do cargo efetivo de condutor de veículos, código

4.03,
 exercendo o Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Saúde e Saneamento, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da
 Prefeitura Municipal, no período de 12/01/2015 a 10/02/2015, referente ao período aquisitivo de 03/03/2013 a 02/03/2014.

PORTARIA Nº 0015 / 2015 DE 05 de JANEIRO de 2015
 ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 31.º item I, da Lei
 Municipal nº 990/2000 de 04/04/2000
 Contratar MAIARA CAMILO AVELINO, para, no período compreendido entre 05/01/2015 à 06/02/2015, ocupar o cargo de Professor, nível I,
 com carga horária de 30 (trinta) horas semanais no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - CRECHE, em substituição a titular em gozo de férias
 regulamentares, conforme Solicitação Administrativa anexo.

PORTARIA Nº 0016 / 2015 DE 05 de JANEIRO de 2015.
 ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições,
 Cessar, a partir de 12/01/2015, os efeitos da portaria 055/2012, de 29/02/2012, que designa LUCIANA BLASIUS MICHELS RASCHE, para
 exercer suas atividades na Estratégia da Saúde da Família - ESF, alterando a carga horária para 40 (quarenta) horas semanais, retornando ao cargo
 efetivo de Técnico em Enfermagem, código 2.01, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal da Saúde
 e Saneamento, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº 0017 / 2015 DE 05 de JANEIRO de 2015
 ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições,
 Designar ELIZETE ORBEN MACIESKI BLASIUS, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, código 2.01, com carga horária de 30 (trinta)
 horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, para, a partir de 12/01/2015, exercer suas atividades,
 temporariamente, na Estratégia da Saúde da Família - ESF, alterando a carga horária para 40 (quarenta) horas semanais, conforme solicitação
 administrativa.

PORTARIA Nº 0018 / 2015 DE 05 de JANEIRO de 2015
 ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 1236/2003, de 18/06/2003,
 Contratar PRISCILA MARIA DA SILVA, para, a partir de 07/01/2015, ocupar o cargo de Auxiliar de Enfermagem, para atuar no ESF - Estratégia
 Saúde da Família, vinculado a Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por 180 (cento e
 oitenta) dias, ou até a realização de processo seletivo, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, conforme solicitação
 administrativa.

Prefeitura Municipal de Grão-Pará
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 RESUMO

PORTARIA Nº 0019 / 2015 DE 05 de JANEIRO de 2015 .
 ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 1236/2003, de 18/06/2003 e Artigo 18.º da Lei Municipal n.º 991/2000, de 04/04/2000,
 Contratar CECILIA SOETTER, para, a partir de 12/01/2015, ocupar o cargo de Auxiliar de Enfermagem, para atuar no ESF - Estratégia Saúde da

Família, vinculado a Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, substituição a titular Fátima

Patricio da Luz, em licença para tratamento de saúde, enquanto perdurar o período da licença, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário

ao INSS, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº 0020 / 2015 DE 05 de JANEIRO de 2015

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 18.º da Lei

Municipal n.º 991/2000, de 04/04/2000,

Contratar MARA REGINA MENDES, para, a partir de 12/01/2015, ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com carga horária

de 20 (vinte) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, sob o regime estatutário, com vínculo

previdenciário ao INSS, em substituição a titular Maria Costa de Faveri, em licença para tratamento de saúde, enquanto perdurar o prazo

compreendido da licença.

PORTARIA Nº 0021 / 2015 DE 05 de JANEIRO de 2015

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 18.º da Lei

Municipal n.º 991/2000, de 04/04/2000,

Contratar MARGARETE WILLEMANN GRACIA, para, a partir de 12/01/2015, ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com

carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, sob o regime estatutário,

com vínculo previdenciário ao INSS, em substituição a titular Maria Costa de Faveri, em licença para tratamento de saúde, enquanto perdurar o

prazo compreendido da licença.

PORTARIA Nº 0022 / 2015 DE 07 de JANEIRO de 2015.

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 75, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

Cessar a pedido, a partir de 12/01/2015, os efeitos da portaria 288/2013, de 20/12/2013, que concede LICENÇA SEM VENCIMENTOS PARA

TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES ao funcionário AMARILDO AVELINO, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Obras, código 4.04, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes e Obras, conforme requerimento

em anexo.

PORTARIA Nº 0023 / 2015 DE 07 de JANEIRO de 2015.

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 18.º da Lei

Municipal n.º 991/2000, de 04.04.2000,

Cessar, a partir de 12/01/2015, os efeitos da portaria 038/2014, de 27/01/2014 que designa LOURIVAL GODINHO, para ocupar o cargo de Fiscal

de Obras, código 4.04, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes e Obras,

retornando ao cargo efetivo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, devido o retorno do titular ao

cargo, conforme portaria nº 022/2015, de 07/01/2015.

PORTARIA Nº 0024 / 2015 DE 07 de JANEIRO de 2015

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

Prorrogar os efeitos da portaria 012/2014, de 06/01/2014, que contrata JÉSSICA SILVA RECH, para exercer a função de Estagiária, com carga

horária de 30 (trinta) horas semanais, Centro de Educação Infantil Rio Pequeno - CRECHE, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e

Cultura, até 31/12/2015, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº 0025 / 2015 DE 07 de JANEIRO de 2015

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 6.º da Lei Municipal

n.º 991/2000, de 04.04.2000,

Designar CELIA KULKAMP MEURER ocupante do Cargo Comissionado de Diretora do Departamento de Saúde, para, no período compreendido

entre 12/01/2015 a 10/02/2015, exercer, cumulativamente, o cargo Comissionado de Secretária Municipal da Saúde e Saneamento, nível DAS-01,

do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, com vantagens

inerentes ao cargo em substituição.

PORTARIA Nº 0026 / 2015 DE 07 de JANEIRO de 2015

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura, no período de 15/01/2015 a

14/02/2015, conforme solicitação

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

ESTADO DE SANTA CATARINA

RESUMO

PORTARIA Nº 0027 / 2015 DE 07 de JANEIRO de 2015

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

Alterar a carga horária semanal, da estagiária NATALIA BERTO DE SOUZA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, passando para 30

(trinta) horas semanais, para atuar no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas, Pré Escola, vinculada a Secretaria da Educação e Cultura,

conforme Solicitação Administrativa em anexo.

PORTARIA Nº 0028 / 2015 DE 22 de JANEIRO de 2015

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Municipal n.º 1782/2011, de 20.09.2011,

Conceder 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade à funcionária ROSILANE LOCH SCHACKOW DACOREGIO, ocupante do cargo de

Psicólogo, código 1.01, no período compreendido entre 22/01/2015 a 21/05/2015, bem como, a prorrogação de 60 (sessenta) dias do período de

acordo com a Lei Municipal 1782/2011, de 20/09/2011, conforme atestado médico apresentado.

PORTARIA Nº 0029 / 2015 DE 22 de JANEIRO de 2015

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a

03/03/2015, conforme solicitação

PORTARIA Nº 0030 / 2015 DE 22 de JANEIRO de 2015

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

Conceder férias regulamentares a servidora ANA LUCIA KALFELS

SCHEIBR, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria da Saúde e Saneamento, no período de 04/02/2015 a 05/03/2015, referente ao período aquisitivo de 06/10/2013 a 05/10/2014, conforme solicitação.

PORTARIA Nº 0031 / 2015 DE 22 de JANEIRO de 2015
ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000, Conceder férias regulamentares a JOACIR BELARMINDA BLASIUS, ocupante do cargo de Condutor de Veículo, código 4.03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais com exercício na Secretaria da Saúde e Saneamento, no período de 09/02/2015 a 10/03/2015, referente ao período aquisitivo de 20/10/2013 a 19/10/2014, conforme solicitação.

PORTARIA Nº 0032 / 2015 DE 22 de JANEIRO de 2015
ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000, Conceder férias regulamentares a LUCIA ESTER BELTRAME, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício no Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, no período de 16/02/2015 a 17/03/2015, referente ao período aquisitivo de 20/07/2012 a 19/07/2013, conforme solicitação.

PORTARIA Nº 0033 / 2015 DE 27 de JANEIRO de 2015
ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 29.º item I, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000
Exonerar, a partir de 06/02/2015, ROSINELE MARGOTI SCHMIDT, ocupante do cargo efetivo de Professor, nível III, com exercício na Escola

Municipal Professor Gregório Wessler, desde 31/08/1990, conforme portaria de nomeação por concurso nº 090/1990, de 31/08/1990, declarando a vacância do cargo especificado, na forma prevista no artigo 28º, incisos I, da Lei Municipal nº 989/2000, a pedido, conforme requerimento.

PORTARIA Nº 0034 / 2015 DE 29 de JANEIRO de 2015
ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 75, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000, Conceder LICENÇA SEM VENCIMENTOS PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES a funcionária ELAINE NIEHUES BOEING ASTE, ocupante do cargo efetivo de Administrador Escolar, nível III, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, cessando os efeitos da portaria 056/2013, de 01/02/2013, que designa para exercer o cargo em comissão de Diretora de Escola, a partir de 04/02/2015, conforme requerimento e parecer jurídico.

PORTARIA Nº 0035 / 2015 DE 29 de JANEIRO de 2015
ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 29.º item I, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000
Exonerar, a partir de 01/02/2015, MARCO ANTONIO DA SILVA PEREIRA, ocupante do Cargo de Médico Pediatra, código 1.06, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, desde 12/01/2004, conforme portaria de nomeação por concurso nº 005/2004, de 02/01/2004, declarando

a vacância do cargo especificado, na forma prevista no artigo 28º, incisos I, da Lei Municipal nº 989/2000, a pedido, conforme requerimento.

Prefeitura Municipal de Grão-Pará
ESTADO DE SANTA CATARINA

RESUMO

PORTARIA Nº 0036 / 2015 DE 30 de JANEIRO de 2015
ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000, Conceder férias regulamentares a VILMA MARQUES SOUTO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com exercício na Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 03/02/2015 a 05/03/2015, referente ao período aquisitivo de 02/02/2013 a 01/02/2014, conforme solicitação.

PORTARIA Nº 0037 / 2015 DE 30 de JANEIRO de 2015
ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 18.º da Lei

Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000, Contratar BEATRIZ BEZA ROSA, para, no período compreendido entre 03/02/2015 à 05/03/2015, exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com exercício na Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em substituição a Vilma Marques Souto, em gozo de férias regulamentares, conforme Solicitação Administrativa anexo.

PORTARIA Nº 0038 / 2015 DE 30 de JANEIRO de 2015
ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições
Regularizar a situação funcional da funcionária VANESSA LOCH DA SILVA, ocupante do cargo de Professor (ACT), nível I, alterando a carga horária para 30 (trinta) horas semanais, com exercício na Escola Municipal Professor Gregório Wessler, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA 39/2015 MEMBROS CONSELHO MUNICIPAL ASS. SOCIAL

PORTARIA N. 39/2015
DE 30 DE JANEIRO DE 2015

ELIO MÜLLER BRATTI, Prefeito Municipal em Exercício de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Municipal nº 780/1995, de 14 de novembro de 1995,

RESOLVE

Homologar o nome dos membros componentes do Conselho Municipal de Assistência Social, para o período de 30 de janeiro de 2015 a 30 de janeiro de 2016, ficando assim constituído o Conselho:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

Representantes da Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento
Membro Titular: Celia Kulkamp Meurer
Membro Suplente: Denísia Alberton Demay

Representantes do Departamento do Bem Estar Social
Membro Titular: Marzoe Diovane Da Trindade
Membro Suplente: Cinthia Carolina De Souza

Representantes da Secretaria Municipal Da Educação E Cultura
Membro Titular: Edinara Hereck Bussolo
Membro Suplente: Rosiane Gil Steinback

Representantes da Secretaria Municipal Da Administração E Fazenda
Membro Titular: Helio Alberton Junior
Membro Suplente: Rosilda Perin Böger

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Grão-Pará
Membro Titular: Ana Maria Fernandes
Membro Suplente: Tarcisio Costa Engels

Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE
Membro Titular: Viviani Macieski Kafka
Membro Suplente: Rosinete Dacorego Perin

Representantes da Câmara de Diretores Lojistas de Grão-Pará - CDL
Membro Titular: Dhean Debiasi Hilman
Membro Suplente: Edgar Geremias Fernandes

Representantes da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Grão-Pará
Membro Titular: Anilda Alberton Faust
Membro Suplente: Augusta Borghesan Bagio

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
30 de janeiro de 2015.
ELIO MÜLLER BRATTI
Prefeito Municipal em Execício

Registrada e publicada nesta Secretaria em 30 de janeiro de 2015.

ROSILDA PERIN BÖGER
Chefe de Gabinete

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE ANULAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 109/2014

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO N º: 109/2014.
MODALIDADE: Tomada de preços.
TIPO: Menor Preço.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA VISANDO A REALIZAÇÃO DE COBERTURA AEROFOTOGRAMÉTRICA, PERFILAMENTO A LASER AEROTRANSPORTADO E GERAÇÃO DE ORTOFOTOCARTAS AO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM-SC.

O Prefeito do Município de Guaramirim torna público aos interessados, que a licitação em epígrafe foi ANULADA com fulcro no § 1º do art. 49 da lei nº 8.666/93, em virtude da falta de justificativa quanto à fórmula utilizada para apuração do grau de endividamento, em desobediência à norma no § 5º, do art.31 da Lei 8.666/1993. Notifica-se da ANULAÇÃO do certame licitatório todos os interessados, em obediência aos Princípios Constitucionais da Ampla Defesa e do Contraditório, e ainda em observância ao art. 109, inciso I e alínea "c" da Lei Federal nº 8.666/93.

Guaramirim (SC), 19 de fevereiro de 2015.
Lauro Frohlich
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº01/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Inexigibilidade de Licitação - 1/2015
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : CREDENCIAMENTO UNIVERSAL DE LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS
Entrega dos Envelopes a partir de 23/02/2015 as 08:00 horas.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br .
GUARAMIRIM(SC), 19/02/2015
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº04/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 4/2015
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ADAPTADO PARA TRANSPORTE DE PACIENTES CADEIRANTES
Entrega dos Envelopes: 05/03/2015 as 09:00 horas.
Abertura dos Envelopes: 05/03/2015 as 09:00 horas.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br .
GUARAMIRIM(SC), 19/02/2015
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº13/2015 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 13/2015
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GRAMA SÃO CARLOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA DEFESA CIVIL EFUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE
Entrega dos Envelopes: 05/03/2015 às 14:00h
Abertura dos Envelopes: 05/03/2015 às 14:00h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247
GUARAMIRIM (SC), 19/02/2015.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO 103/2011

Estado de Santa Catarina
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
 EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATO 103/2011- PMG
 Processo de Licitação: 100/2011.
 Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.
 Tipo: Menor Preço Global.
 Objeto da Licitação: Contratação de empresa para execução da obra de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização da Rua Benjamim Girardi com extensão de 454,40 metros, conforme

termo de convênio firmado entre este Município e a União, por intermédio do ministério das cidades - contrato de repasse n.º 329.548-65.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: Pavilan Pavimentação Ltda, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.620.927/0001-12, estabelecida na estabelecida na Rua Anélio Nicocelli, n.º 1720,Bairro Figueirinha, no município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato até 31/03/2015, para pagamentos e devido encerramento da obra. Fica alterada a clausula décima oitava do contrato n.º 103/2011, prorrogando o termo final de vigência do contrato para 31/03/2015.

Data da Assinatura: 29/01/2015 Vigência 31/03/2015.

GUARAMIRIM (SC), 29/01/2015
 LAURO FROHLICH
 PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 46/2011

Estado de Santa Catarina
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
 EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATO 46/2011- PMG
 Processo de Licitação: 17/2011.
 Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para execução da obra de pavimentação intertravada (paver) da rua Romão Getner-ski com extensão de 412,00 metros.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: Pavilan Pavimentação Ltda, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.620.927/0001-12, estabelecida na estabelecida na Rua Anélio Nicocelli, n.º 1720,Bairro Figueirinha, no município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato até 31/03/2015 para pagamentos e devido encerramento da obra. Fica alterada a clausula décima oitava do contrato n.º 46/2011, prorrogando o termo final de vigência do contrato para 31/03/2015.

Data da Assinatura: 02/02/2015 Vigência 31/03/2015.

GUARAMIRIM (SC), 19/02/2015
 LAURO FROHLICH
 PREFEITO MUNICIPAL

NOTA DE RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº. 55/2015

NOTA DE RETIFICAÇÃO

PORTARIA Nº. 55/2015

Publicação realizada no dia 18/02/2015 (quarta-feira), DOM/SC - Edição nº. 1685, página 229.

Onde se lê na ementa e no art. 1º: "Concurso Público 01/2014"

Leia-se: "Concurso Público nº. 02/2011"

Assim, a referida publicação passa a ter a seguinte redação:

PORTARIA Nº. 055/2015

CONTRATA Antonio Pacher Filho através do Concurso Público nº. 02/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Antonio Pacher Filho, através do Concurso Público nº. 02/2011, na função de Professor III, 20 horas semanais, vinculado a Secretaria de Educação, a partir de 06 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de fevereiro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

NOTA DE RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº. 56/2015

NOTA DE RETIFICAÇÃO

PORTARIA Nº. 56/2015

Publicação realizada no dia 18/02/2015 (quarta-feira), DOM/SC - Edição nº. 1685, página 229.

Onde se lê na ementa e no art. 1º: "Concurso Público 01/2014"

Leia-se: "Concurso Público nº. 02/2011"

Assim, a referida publicação passa a ter a seguinte redação:

PORTARIA Nº. 056/2015

CONTRATA Cesar Augusto Vieira através do Concurso Público nº. 02/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Cesar Augusto Vieira, através do Concurso Público nº. 02/2011, na função de Professor III, 40 horas semanais, vinculado a Secretaria de Educação, a partir de 05 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de fevereiro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

NOTA DE RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº. 58/2015

NOTA DE RETIFICAÇÃO

PORTARIA Nº. 58/2015

Publicação realizada no dia 18/02/2015 (quarta-feira), DOM/SC - Edição nº. 1685, página 229.

Onde se lê na ementa e no art. 1º: "Concurso Público 01/2014"

Leia-se: "Concurso Público nº. 02/2011"

Assim, a referida publicação passa a ter a seguinte redação:

PORTARIA Nº. 058/2015

CONTRATA Cleia Carcena Fogolari Eccel através do Concurso Público nº. 02/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Cleia Carcena Fogolari Eccel, através do Concurso Público nº. 02/2011, na função de Professora III, 20 horas semanais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 12 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de fevereiro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

NOTA DE RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº. 65/2015

NOTA DE RETIFICAÇÃO

PORTARIA Nº. 65/2015

Publicação realizada no dia 18/02/2015 (quarta-feira), DOM/SC - Edição nº. 1685, página 230.

Onde se lê na ementa e no art. 1º: "Concurso Público 01/2014"

Leia-se: "Concurso Público nº. 02/2011"

Assim, a referida publicação passa a ter a seguinte redação:

PORTARIA Nº. 065/2015

CONTRATA Juciany Marilu Ferreira através do Concurso Público nº. 02/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Juciany Marilu Ferreira, através do Concurso Público nº. 02/2011, na função de Auxiliar de Setor, vinculada a Secretaria de Administração e Finanças, a partir de 12 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de fevereiro de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

NOTA DE RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº. 66/2015

NOTA DE RETIFICAÇÃO
PORTARIA Nº. 66/2015
Publicação realizada no dia 18/02/2015 (quarta-feira), DOM/SC - Edição nº. 1685, página 231.

Onde se lê na ementa e no art. 1º: "Concurso Público 01/2014"

Leia-se: "Concurso Público nº. 02/2011"

Assim, a referida publicação passa a ter a seguinte redação:

PORTARIA Nº. 066/2015
CONTRATA Kariny Soares Leitzke através do Concurso Público nº. 02/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Kariny Soares Leitzke, através do Concurso Público nº. 02/2011, na função de Professora III, 20 horas semanais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de fevereiro de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

NOTA DE RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº. 67/2015

NOTA DE RETIFICAÇÃO
PORTARIA Nº. 67/2015
Publicação realizada no dia 18/02/2015 (quarta-feira), DOM/SC - Edição nº. 1685, página 231.

Onde se lê na ementa e no art. 1º: "Concurso Público 01/2014"

Leia-se: "Concurso Público nº. 02/2011"

Assim, a referida publicação passa a ter a seguinte redação:

PORTARIA Nº. 067/2015
CONTRATA Marcelo Morastoni através do Concurso Público nº. 02/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Marcelo Morastoni, através do Concurso Público nº. 02/2011, na função de Engenheiro Civil, vinculado a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, a partir de 04 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de fevereiro de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 100/2015

PORTARIA Nº. 100/2015
CONTRATA Kamilla Rosa através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Kamilla Rosa, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada a Secretaria de Saúde, a partir de 16 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de fevereiro de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 101/2015

PORTARIA Nº. 101/2015
CONTRATA Wanderleia Isabel Marques Alves de Souza através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Wanderleia Isabel Marques Alves de Souza, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 10 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de fevereiro de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 102/2015

PORTARIA Nº. 102/2015

CONTRATA Jean Fabian Dal Bianco Francisco através do Concurso Público nº. 02/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Jean Fabian Dal Bianco Francisco, através do Concurso Público nº. 02/2011, na função de Professor Educação Física, 20 horas semanais, vinculado a Secretaria de Educação, a partir de 16 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de fevereiro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 103/2015

PORTARIA Nº. 103/2015

EXONERA Ezequiel Adala de Amorim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Ezequiel Adala de Amorim, da função de Agente Escolar, vinculado a Secretaria de Educação, a partir de 13 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de fevereiro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 80/2015

PORTARIA Nº. 080/2015

CONTRATA Aline Fatima Pires de Castilho Altini através do Concurso Público 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Aline Fatima Pires de Castilho Altini, através do Concurso Público 01/2014, na função de Professora de Artes, 40 horas semanais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 09 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de fevereiro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 81/2015

PORTARIA Nº. 081/2015

CONTRATA Cristiane Graciele Marcelino Strelow através do Concurso Público 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Cristiane Graciele Marcelino Strelow, através do Concurso Público 01/2014, na função de Agente Escolar, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 16 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de fevereiro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 82/2015

PORTARIA Nº. 082/2015

CONTRATA Daniel Lira Mendes Junior através do Concurso Público 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Daniel Lira Mendes Junior, através do Concurso Público 01/2014, na função de Motorista de Ônibus, vinculado a Secretaria de Educação, a partir de 13 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de fevereiro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 83/2015

PORTARIA Nº. 083/2015

CONTRATA Giovane Rodrigues de Oliveira através do Concurso Público 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Giovane Rodrigues de Oliveira, através do Concurso Público 01/2014, na função de Agente Escolar, vinculado a Secretaria de Educação, a partir de 06 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de fevereiro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 85/2015

PORTARIA Nº. 085/2015

CONTRATA Marja Prusse Rebelato através do Concurso Público 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Marja Prusse Rebelato, através do Concurso Público 01/2014, na função de Coordenadora Pedagógica, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de fevereiro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 86/2015

PORTARIA Nº. 086/2015

CONTRATA Scheila Richartz através do Concurso Público 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Scheila Richartz, através do Concurso Público 01/2014, na função de Coordenadora Pedagógica, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 16 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de fevereiro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 87/2015

PORTARIA Nº. 087/2015

CONTRATA Terezinha Aparecida Rosa através do Concurso Público 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Terezinha Aparecida Rosa, através do Concurso Público 01/2014, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 16 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de fevereiro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 88/2015

PORTARIA Nº. 088/2015

CONTRATA Andreia de Jesus Garcia Gonçalves através do Processo Seletivo para Emprego Público nº. 002/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Andreia de Jesus Garcia Gonçalves, através do Processo Seletivo para Emprego Público nº. 002/2014, na função de Técnica de Enfermagem PSF, vinculada a Secretaria de Saúde, a partir de 11 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de fevereiro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 89/2015

PORTARIA Nº. 089/2015

CONTRATA Charlene Deitos de Borba através do Processo Seletivo para Emprego Público nº. 006/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Charlene Deitos de Borba, através do Processo Seletivo para Emprego Público nº. 006/2011, na função de Enfermeira PSF, vinculada a Secretaria de Saúde, a partir de 06 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de fevereiro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 90/2015

PORTARIA Nº. 090/2015

CONTRATA Joilda de Sousa dos Santos através do Processo Seletivo para Emprego Publico nº. 002/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Joilda de Sousa dos Santos, através do Processo Seletivo para Emprego Público nº. 002/2014, na função de Técnica de Enfermagem PSF, vinculada a Secretaria de Saúde, a partir de 16 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de fevereiro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 91/2015

PORTARIA Nº. 091/2015

CONTRATA Zelia Teixeira de Queiroz através do Processo Seletivo para Emprego Publico nº. 002/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Zelia Teixeira de Queiroz, através do Processo Seletivo para Emprego Público nº. 002/2014, na função de Técnica de Enfermagem PSF, vinculada a Secretaria de Saúde, a partir de 13 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de fevereiro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 92/2015

PORTARIA Nº. 092/2015

NOMEAR Amanda Persuhn Belderrain.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomeia Amanda Persuhn Belderrain, na função de Secretária de Escola, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de fevereiro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 93/2015

PORTARIA Nº. 093/2015

NOMEAR Maiara Caroline Fuck.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomeia Maiara Caroline Fuck, na função de Secretária de Escola, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de fevereiro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 94/2015

PORTARIA Nº. 094/2015

NOMEAR Samara Carmelina Dutra Lopes Krause.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomeia Samara Carmelina Dutra Lopes Krause, na função de Secretária de Escola, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de fevereiro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 95/2015

PORTARIA Nº. 095/2015

EXONERAR Andreia de Jesus Garcia Gonçalves.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Andreia de Jesus Garcia Gonçalves, da função de Técnica de Enfermagem PSF, vinculada a Secretaria de Saúde, a partir de 10 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de fevereiro de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 96/2015

PORTARIA Nº. 096/2015
EXONERAR Gelise Beviahn.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Gelise Beviahn, da função de Técnica de Enfermagem PSF, vinculada a Secretaria de Saúde, a partir de 11 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de fevereiro de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 97/2015

PORTARIA Nº. 097/2015
EXONERAR Joilda de Sousa dos Santos.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Joilda de Sousa dos Santos, da função de Técnica de Enfermagem PSF, vinculada a Secretaria de Saúde, a partir de 11 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de fevereiro de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 98/2015

PORTARIA Nº. 098/2015
EXONERAR Daiana Schlickmann da Silva.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Daiana Schlickmann da Silva, da função de Professora III, 40 horas semanais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 10 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Guaramirim/SC, 18 de fevereiro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 99/2015

PORTARIA Nº. 099/2015
CONTRATA Ezequiel Adala de Amorim através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Ezequiel Adala de Amorim, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Agente Escolar, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 12 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de fevereiro de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 13

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 13/2015 - Pregão Presencial Nº. 08/2015.

Objeto: Contratação de serviços de recapagens e vulcanizações de pneus da frota de veículos e máquinas da municipalidade de Guarujá do Sul, para o exercício de 2015.

Propostas e Habilitação: 06/03/2015 (08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 19 de fevereiro de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO - FMS 08

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 08/2015

PROCESSO LICITATORIO Nº. 01/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: LR CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA ME

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Assessoria na área de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde do município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 35.175,00

VIGENCIA: Até 31/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 19 de fevereiro de 2015.

Vera Lurdes Segat,

Gestora do FMS.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001A/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001A/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 28 de janeiro de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e oito do mês de janeiro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa Dental Med Sul Artigos Odontológicos Ltda, inscrita no CNPJ nº 02.477.571/0001-47 em decorrência do Processo Licitatório nº005/2015, modalidade Pregão Presencial nº 001/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 82.860,20 (oitenta e dois mil oitocentos e sessenta reais e vinte centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 03 de fevereiro de 2015.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Valter Elisbão Garcia Donini Sócio Administrador CPF: 099.338.249-53 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001B/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001B/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 28 de janeiro de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e oito do mês de janeiro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa Odontomedi - Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda, inscrita no CNPJ nº 06.194.440/0001-03 em decorrência do Processo Licitatório nº005/2015, modalidade Pregão Presencial nº 001/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 26.569,14 (vinte e seis mil quinhentos e sessenta e nove reais e quatorze centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 03 de fevereiro de 2015.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Animari Terezinha Guimarães Sócio Administrador CPF: 896.860.049-04 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001C/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001C/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 28 de janeiro de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e oito do mês de janeiro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme documento

em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa Vanusa Dias Eireli - EPP (Cirurgica Master), inscrita no CNPJ nº 08.850.926/0001-88 em decorrência do Processo Licitatório nº005/2015, modalidade Pregão Presencial nº 001/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 7.284,10 (sete mil duzentos e oitenta e quatro reais e dez centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 03 de fevereiro de 2015.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Vanusa Dias Administrador CPF: 003.675.490-00 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001D/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001D/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 28 de janeiro de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e oito do mês de janeiro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME (SUPRIDENTAL), inscrita no CNPJ nº 05.021.932/0001-34 em decorrência do Processo Licitatório nº005/2015, modalidade Pregão Presencial nº 001/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15,

parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 6.250,56(seis mil duzentos e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 03 de fevereiro de 2015.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Marcio Freitas de Almeida Sócio Administrador CPF: 829.021.609-25 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001E/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001E/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 28 de janeiro de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e oito do mês de janeiro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 04.989.294/0001-87 em decorrência do Processo Licitatório nº005/2015, modalidade Pregão Presencial nº 001/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 35.610,01(trinta e cinco mil seiscentos e dez reais e um centavo), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 03 de fevereiro de 2015.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Julia Wagner Jumes Sócio Administrador CPF: 821.619.099-91 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 30 de janeiro de 2016, prorrogável, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos 30 dias do mês de janeiro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para eventual publicação de atos oficiais do Município de Herval d'Oeste em jornal de circulação estadual com abrangência no Estado de Santa Catarina, comprovado pelo Instituto Verificar de Circulação (IVC), com edições diárias de segunda-feira até domingo, em fonte Arial, tamanho 08 pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A, inscrita no CNPJ nº 92.821.701/0002-90, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
1	Publicação de atos oficiais do Município de Herval d'Oeste, em jornal de circulação estadual, em fonte "arial", tamanho 008.	CMC	1.000	43,00	43.000,00

Valor Total da Ata R\$ 43.000,00(quarenta e três mil reais), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 05 de fevereiro de 2015.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Marcelo Aguiar Antonio Procurador CPF: 823.859.390-53 Pela Empresa	Norton F. Faria Sandri Procurador CPF: 911.224.570-49 Pela Empresa
Testemunhas:		
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87		Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

CERTIDÃO DECURSO DE PRAZO TP Nº 001/2015 C E R T I D ã O

Certifico para os devidos fins e a quem interessar possa que decorreu o prazo para interposição razões recursais em conformidade com o artigo 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do processo licitatório nº 008/2015 Tomada de Preços nº 001/2015, sem que houvesse manifestação dos licitantes.

É o que me cumpre Certificar, Dou fé.

Herval d'Oeste em, 18 de fevereiro de 2015.
Rubens Antonio Correia
Compras & Licitações

CERTIDÃO DECURSO DE PRAZO TP Nº 002/2015 C E R T I D ã O

Certifico para os devidos fins e a quem interessar possa que decorreu o prazo para interposição razões recursais em conformidade com o artigo 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do processo licitatório nº 006/2015 Tomada de Preços nº 002/2015, sem que houvesse manifestação dos licitantes.

É o que me cumpre Certificar, Dou fé.

Herval d'Oeste em, 18 de fevereiro de 2015.
Rubens Antonio Correia
Compras & Licitações

EDITAL Nº 05/2015/SMECE

EDITAL Nº 005/2015/SMECE

Estabelece normas para Chamada Pública de professor destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Herval d'Oeste, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei Complementar nº 291/2011 de 22 de dezembro de 2011, baixa este Edital e torna público as normas para contratação de Professores na Rede Municipal de Ensino, em caráter temporário de excepcional interesse público, conforme a necessidade e conveniências do interesse público, e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desse serviço essencial à população;

Considerando o esgotamento das listas de aprovados e/ou a inexistência de aprovados no processo seletivo e concurso público originado pelo Edital nº 016/2014/SMECE/SMAMA, torna público os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA de professores destinada ao provimento de vagas temporárias na rede municipal de ensino.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A comissão, nomeada por Decreto Municipal, deverá proceder a Chamada Pública das vagas remanescentes do Processo Seletivo e Concursos Público referentes ao Edital nº 016/2014/SMECE/SMAMA, somente após esgotarem-se todas as possibilidades de oferta das aulas aos professores efetivos e aos professores ACTs que já escolheram.

1.2. Os candidatos interessados deverão dirigir-se à Câmara de Vereadores, Rua Nereu Ramos 389, Centro, Herval d'Oeste-SC, munidos de documentos pessoais, comprovação de sua habilitação e tempo de serviço no magistério, para escolha das vagas

disponíveis, no dia 23 de fevereiro de 2015, às 13h30min.

1.3. O tempo de serviço no magistério deverá ser expresso em anos, meses e dias. Será desconsiderado o tempo de serviço que não estiver de acordo com a formatação exigida neste edital.

1.3.1. O tempo de serviço já computado para fins de aposentadoria não será computado neste certame.

1.3.2. O atestado de tempo de serviço que apresentar datas/períodos concomitantes em redes de ensino distintas será computado apenas uma vez.

II - DOS CARGOS, VAGAS, DISCIPLINAS, CARGA HORÁRIA E UNIDADES ESCOLARES

Vagas	Unidade Escolar	Cargo/ Disciplina	Turno	Carga Horária	Período
01	EBM Estação Luzerna/EBM Cruz e Sousa	Professor de Ciências (vaga vinculada a servidora Maria Carolina Pereira – Licença Maternidade)	Matutino	20h	Até término do ano letivo ou retorno do servidor efetivo
01	Teatro Alfredo Sigwalt	Professor de Artes Cênicas	Matutino/ Vespertino	20h	Até término do ano letivo
01	CME Pequeno Príncipe	Professor de Língua Inglesa (vaga vinculada a servidora Gisele Bulh)	Matutino/ Vespertino	10h	Até término do ano letivo ou retorno do servidor efetivo
01	EBM Cruz e Sousa/ GEM Professor Adolfo Becker/ GEM Nossa Sra de Fátima	Professor de Música	Matutino/ Vespertino	30h	Até término do ano letivo

III - DA HABILITAÇÃO

3.1. A Comissão da Chamada Pública, a Secretaria de Educação e o Setor de Recursos Humanos, no mesmo ato, procederá a Chamada Pública, convocando os professores que tiverem interesse em assumir as vagas disponíveis.

Cargo/ Disciplina:	HABILITADOS	NÃO-HABILITADOS
Professor de Ciências	a) curso de pós-graduação em área específica, com registro no órgão competente condicionado a comprovação da Graduação na mesma área; b) habilitação específica de grau superior, obtida em curso de licenciatura de duração plena na área específica, com registro no órgão competente;	a) ser estudante da área específica, a partir da 5ª fase;

Professor de Artes Cênicas	a) Diploma de Pós-Graduação em Artes Cênicas, condicionada a Graduação em Artes, com registro no órgão competente; b) Diploma de Licenciatura Plena em Artes Cênicas, com registro no órgão competente; c) Diploma de Licenciatura em Artes, com registro no órgão competente; d) Diploma de Licenciatura em Pedagogia, com Certificado de curso(s) de formação continuada em Teatro totalizando, no mínimo, 80 (oitenta) horas, mediante apresentação de Diploma e/ou Certificados com registro no órgão competente;	a) ser estudante da área de Artes ou em Licenciatura na área de Educação, a partir da 5ª fase, com Certificado de curso(s) de formação continuada em Artes Cênicas totalizando, no mínimo, 80(oitenta) horas, mediante apresentação de Diploma e/ou Certificados com registro no órgão competente;
Professor de Língua Inglesa	a) curso de pós-graduação em área específica, com registro no órgão competente condicionado a comprovação da Graduação na mesma área; b) habilitação específica de grau superior, obtida em curso de licenciatura de duração plena na área específica, com registro no órgão competente;	a) ser estudante da área específica, a partir da 5ª fase;
Professor de Música	a) Diploma de Pós-Graduação em Música, com registro no órgão competente; b) Diploma de Licenciatura Plena em Música, com registro no órgão competente; c) Diploma de Licenciatura em Artes, com Certificado de curso(s) de formação continuada em Música totalizando, no mínimo, 80 (oitenta) horas, mediante apresentação de Diploma e/ou Certificados com registro no órgão competente; d) Diploma de Licenciatura na área da Educação, com Certificado de curso(s) de formação continuada em Música totalizando, no mínimo, 80 (oitenta) horas, mediante apresentação de Diploma e/ou Certificados com registro no órgão competente;	a) ser estudante da área de Música, Artes ou nas demais Licenciaturas na área de Educação, a partir da 5ª fase, acrescido de Certificado de curso(s) de formação continuada em Música totalizando, no mínimo, 80 (oitenta) horas, mediante apresentação de Diploma e/ou Certificados com registro no órgão competente;

IV - DA CLASSIFICAÇÃO

- 4.1. Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, será dada preferência ao que possuir maior habilitação, obedecendo os critérios: 1º) Professores Habilitados e 2º) Professores Não-Habilitados
- 4.2. Havendo dois ou mais professores habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no magistério, e persistindo a igualdade, precederá o candidato com maior idade.
- 4.3. Havendo dois ou mais professores não habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no magistério, persistindo a igualdade precederá o candidato com maior idade.
- 4.4. Em não havendo candidatos não-habilitados de acordo com os critérios descritos no item III, será analisada pela Comissão Responsável pela Chamada Pública a documentação dos demais candidatos presentes ao certame, sendo admitido aquele que possuir a qualificação mais adequada ao cargo/função pretendido.

V - DA REMUNERAÇÃO

CH	Habilitado	Não-Habilitado
40h	Salário Base: R\$ 1.935,26 Adicional de Incentivo ao Magistério: R\$ 387,05 Vale Refeição: R\$ 10,90 (por dia trabalhado) Nas demais cargas horárias os vencimentos e benefícios serão proporcionais.	Salário Base: R\$ 1.598,69 Adicional de Incentivo ao Magistério: R\$ 319,74 Vale Refeição: R\$ 10,90 (por dia trabalhado) Nas demais cargas horárias os vencimentos e benefícios serão proporcionais.

VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 6.1. O servidor admitido em caráter temporário que não entregar toda a documentação exigida para as suas funções no prazo de 3 (três) dias, a contar da data da chamada pública, será automaticamente excluído da chamada, perdendo o direito à vaga.
- 6.2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste-SC, 18 de fevereiro de 2015.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO CC 003/2014

NOTIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 086/2014

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA.

NOTIFICANTE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES do município de Herval d'Oeste, com sede administrativa na Rua Nereu Ramos, 389 - Centro Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, por sua presidente Senhora MARIANA COLUSSO FABRIN, inscrita no CPF sob nº. 052.051.949-36

NOTIFICADOS: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA e ARAÚJO CONSTRUÇÕES LTDA. pessoas jurídicas de direito privado, participantes do processo licitatório nº 086/2014, na pessoa do seu representante legal,

A Comissão Permanente de Licitações do Município de Herval d'Oeste, através de seu representante já qualificado, desejando prover a conservação e ressalva de seus direitos, bem como manifestar intenção de modo formal e prevenir responsabilidade, em conformidade com o capítulo XIII, item 13.6 do edital que rege o processo licitatório nº 086/2014 Concorrência nº 003/2014 vem: NOTIFICAR: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA e ARAÚJO CONSTRUÇÕES LTDA nos termos que a seguir articula:

Os Licitantes acima identificados, e a quem interessar possa, nos termos que a seguir articula:

Tendo em vista que decorreu o prazo sem interposição de recurso administrativo contra a decisão da comissão de licitação, na fase de habilitação, do processo licitatório acima epigrafado, NOTIFICAMOS Vossa Senhoria, para a sessão pública de abertura das propostas que ocorrerá dia 23/02/2015 às 15h00min horas na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Herval d'Oeste, em 18 de fevereiro de 2015.
MARIANA COLUSSO FABRIN
Presidente da Comissão

PORTARIA Nº 276/2015

PORTARIA Nº 276/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor Bruno Antônio Maresch (Matr. 338), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Médico, Nível - 10, Referência "E", Anexo V da LC Nº. 280/2011, com carga horária de (10) dez horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a contar de 18 de fevereiro de 2015 a 01 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 277/2015

PORTARIA Nº 277/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 04 (quatro) dias de Licença Prêmio, à servidora MARA REGINA HEBERLE (Matr. 32), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 7, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo XI da LC Nº 316/2013, nos termos do artigo 104, parágrafo único da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2011 a 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a contar de 18 de fevereiro de 2015 a 21 de fevereiro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 278/2015

PORTARIA Nº 278/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 10 (dez) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 1301/2014, da Servidora VERANICE ELAINE THEISEN (Matr. 3625), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Analista Instr.Planejamento Público, Nível - 11, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 13 de novembro de 2012 e 12 de novembro de 2013, para serem gozadas a partir de 18 de fevereiro de 2015 a 27 de fevereiro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 279/2015

PORTARIA Nº 279/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora IRACI TREVISOL (Matr. 940), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "E", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2013 a 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 18 de fevereiro de 2015 a 01 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 280/2015

PORTARIA Nº 280/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora HELENA MARIA FOPPA (Matr. 99), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "P", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo

103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 18 de fevereiro de 2015 a 01 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Fevereiro de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 281/2015

PORTARIA Nº 281/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ELIANE SALETE SOCHA (Matr. 2741), ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde- ACS, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06 de maio de 2013 e 05 de maio de 2014, para serem gozadas a partir de 18 de fevereiro de 2015 a 19 de março de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Fevereiro de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 282/2015

PORTARIA Nº 282/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora MARGARETE DE DEUS E SILVA FIORESE (Matr. 103), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Inspetor Educacional, Nível - 9, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo XI da LC Nº 316/2013, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de abril de 2013 e 31 de março de 2014, para serem gozadas a partir de 18 de fevereiro de 2015 a 19 de março de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 283/2015

PORTARIA Nº 283/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 18 de fevereiro de 2015 até 16 de agosto de 2015, conforme preceitua o Artigo 107 da Lei Complementar Nº. 281/2011, à Servidora FRANCIA TALITA CYRINO RAMOS (Matr. 3740), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Professor, Nível - 6, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo XI da Lei Complementar Nº. 316/2013, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Fevereiro de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 284/2015

PORTARIA Nº 284/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 04 (quatro) dias de Licença Prêmio, ao servidor ANTONIO DUTRA CONCEIÇÃO (Matr. 1405), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Operador de Máquinas II, Nível - 8, Referência "E", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 104, parágrafo único da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2011 a 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a contar de 19 de fevereiro de 2015 a 22 de fevereiro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Fevereiro de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 285/2015

PORTARIA Nº 285/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO à Servidora SILVANA MARIA MUSSULINE (Matr. 4060), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 2/A, Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotada junto a EBM Cruz e Sousa, turno vespertino, para atuar no GEM Prof. Adolfo Becker, turno matutino, na vaga vinculada à servidora Patrícia de Sordi, a contar de 19 de fevereiro de 2015 até o retorno da servidora.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 286/2016

PORTARIA Nº 286/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhora JENECI ANTUNES DA SILVA DE LIMA (Matr. 4074), a partir de 19 de fevereiro de 2015, aprovada e classificada em 125º lugar através do Concurso Público 001/2012, de conformidade com o Decreto Nº 3.039/2012 de 24 de maio de 2012, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com a Lei Complementar Nº. 281/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 287/2015

PORTARIA Nº 287/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor OZIEL CORDEIRO (Matr. 4075), a partir de 19 de fevereiro de 2015, aprovado e classificado em 1º lugar através do Concurso Público 001/2014, de conformidade com o Decreto Nº 3.322/2014 de 12 de agosto de 2014, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível - 7, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com a LC Nº 281/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

CONTRATO Nº 001 2015

CONTRATO Nº 001/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por tempo determinado, que entre si celebram, como contratante o município de Ibiam, CNPJ 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal, e como contratada, a Sra. CÁCIA APARECIDA GONZATTO ARALDI, brasileira, casada, Professora ACT-II, CI 11/R.1.881.174, CPF nº 014.367.389-03, residente no município de Ibiam, mediante as seguintes cláusulas, firmam o presente contrato:

Cláusula Primeira - O Município, com amparo no inciso VII, do art. 88, alínea a, do inciso III, do art. 23, ambos da Lei Orgânica Municipal; mais o que consta no art. 2º, da Lei Municipal nº 113, de 05.01.1999; e, considerando o afastamento da titular do cargo a Sra. Catarina Maria Dallabrida Borsoi; bem como o resultado do Processo Seletivo nº 001, de 29.01.2014, homologado pelo Decreto nº 2615, de 14.03.2014; e com base no Prejulgado nº 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contrata a Sra. CÁCIA APARECIDA GONZATTO ARALDI, para exercer as funções do cargo de Professor ACT-II, com uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais a serem desenvolvidas junto ao Centro Educacional Eliziane Titon, nos horários definidos na autorização de admissão (anexo).

Cláusula Segunda - A contratada receberá os vencimentos de R\$ 1.523,51 (hum mil, quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e um centavos), conforme o Anexo IX, da Lei Complementar nº 003, de 09.01.2002.

Parágrafo único - A contratada será regida pelo regime jurídico especial de que trata a Lei nº 113, de 05.01.1999 e filiada ao Regime Geral da Previdência Social.

Cláusula Terceira - O presente contrato terá início no ato da sua assinatura e perdurará até a realização de novo processo seletivo, ou até o término do ano letivo 2015.

Cláusula Quarta - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer antecipadamente nos casos previstos no Artigo 15, da Lei Municipal nº 113, de 05 de Janeiro de 1999.

Cláusula Quinta - Os encargos decorrentes deste contrato, serão suportados pela rubrica orçamentária:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo

Unidade orçamentária: 0206 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 1201 - Desenvolvimento Educacional

Projeto/atividade: 2026 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 31900000 - 0101 - Aplicações Diretas

Cláusula Sétima - O presente contrato fundamenta-se na Lei Municipal 113, de 05 de Janeiro de 1999, Processo Seletivo - Edital nº 001, de 29 de janeiro de 2014 Decreto Municipal nº 2753, de 16 de janeiro de 2015 e Artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal.

Cláusula Oitava - As partes elegem o foro da Comarca de Tangará para dirimir questões relacionadas a este contrato.

E por estarem, certos, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 03 de fevereiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CPF - 497.720.319-49

CÁCIA APARECIDA GONZATTO ARALDI

CPF - 014.367.389-03

Testemunhas:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

CPF - 807.451.729-20

LUCIANA M. TREVISOL BALEN

CPF - 042.307.839-90

EVANDRO CARLOS DOS SANTOS

Advogado - OAB/SC 13.747

CONTRATO Nº 002 2015

CONTRATO Nº 002/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por tempo determinado, que entre si celebram, como contratante o município de Ibiam, CNPJ 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal, e como contratada, a Sra. ANDREIA TERESINHA FERRARI LAMPERTI, brasileira, solteira, Professora ACT-II, CI 4.182.922, CPF nº 043.136.029-41,, residente no município de Ibiam, mediante as seguintes cláusulas, firmam o presente contrato:

Cláusula Primeira - O Município, com amparo no inciso VII, do art. 88, alínea a, do inciso III, do art. 23, ambos da Lei Orgânica Municipal; mais o que consta no art. 2º, da Lei Municipal nº 113, de 05.01.1999; e, considerando o afastamento da titular do cargo a Sra. Catarina Maria Dallabrida Borsoi; bem como o resultado do Processo Seletivo nº 001, de 29.01.2014, homologado pelo Decreto nº 2615, de 14.03.2014; e com base no Prejulgado nº 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contrata a Sra. ANDREIA TERESINHA FERRARI LAMPERTI, para exercer as funções do cargo de Professor ACT-II, com uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais a serem desenvolvidas junto ao Centro Educacional Eliziane Titon, nos horários definidos na autorização de admissão (anexo).

Cláusula Segunda - A contratada receberá os vencimentos de R\$ 1.523,51 (hum mil, quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e um centavos), conforme o Anexo IX, da Lei Complementar nº 003, de 09.01.2002.

Parágrafo único - A contratada será regida pelo regime jurídico especial de que trata a Lei nº 113, de 05.01.1999 e filiada ao Regime Geral da Previdência Social.

Cláusula Terceira - O presente contrato terá início no ato da sua assinatura e perdurará até a realização de novo processo seletivo, ou até o término do ano letivo 2015.

Cláusula Quarta - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer antecipadamente nos casos previstos no Artigo 15, da Lei Municipal nº 113, de 05 de Janeiro de 1999.

Cláusula Quinta - Os encargos decorrentes deste contrato, serão suportados pela rubrica orçamentária:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo
Unidade orçamentária: 0206 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 1201 - Desenvolvimento Educacional
Projeto/atividade: 2026 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa: 31900000 - 0101 - Aplicações Diretas

Cláusula Sétima - O presente contrato fundamenta-se na Lei Municipal 113, de 05 de Janeiro de 1999, Processo Seletivo - Edital nº 001, de 29 de janeiro de 2014 Decreto Municipal nº 2753, de 16 de janeiro de 2015 e Artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal.

Cláusula Oitava - As partes elegem o foro da Comarca de Tangará para dirimir questões relacionadas a este contrato.

E por estarem, certos, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 03 de fevereiro de 2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal
CPF - 497.720.319-49

ANDREIA TERESINHA FERRARI LAMPERTI
CPF - 043.136.029-41

Testemunhas:
LAELCIO ANTONIO GASANIGA LUCIANA M. TREVISOL BALEN
CPF - 807.451.729-20 CPF - 042.307.839-90

EVANDRO CARLOS DOS SANTOS
Advogado - OAB/SC 13.747

CONTRATO Nº 003 2015

CONTRATO Nº 003/2015
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por tempo determinado, que entre si celebram, como contratante o município de Ibiam, CNPJ 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal, e como contratada, a Sra. ELISIANE OSORIO FAGUNDES, brasileira, solteira, Professora ACT-II, CI 4.507.285, CPF nº 045.822.199-69, residente no município de Ibiam, mediante as seguintes cláusulas, firmam o presente contrato:

Cláusula Primeira - O Município, com amparo no inciso VII, do art. 88, alínea a, do inciso III, do art. 23, ambos da Lei Orgânica Municipal; mais o que consta no art. 2º, da Lei Municipal nº 113, de 05.01.1999; e, considerando o afastamento da titular do cargo a Sra. Carmelita Chiesa Tragancin; bem como o resultado do Processo Seletivo nº 001, de 29.01.2014, homologado pelo Decreto nº 2615, de 14.03.2014; e com base no Prejulgado nº 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contrata a Sra. ELISIANE OSORIO FAGUNDES, para exercer as funções do cargo de Professor ACT-II, com uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais a serem desenvolvidas junto ao Centro Educacional Eliziane Titon, nos horários definidos na autorização de admissão (anexo).

Cláusula Segunda - A contratada receberá os vencimentos de R\$ 1.523,51 (hum mil, quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e um centavos), conforme o Anexo IX, da Lei Complementar nº 003, de 09.01.2002.

Parágrafo único - A contratada será regida pelo regime jurídico especial de que trata a Lei nº 113, de 05.01.1999 e filiada ao Regime Geral da Previdência Social.

Cláusula Terceira - O presente contrato terá início no ato da sua assinatura e perdurará até a realização de novo processo seletivo, ou até o término do ano letivo 2015.

Cláusula Quarta - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer antecipadamente nos casos previstos no Artigo 15, da Lei Municipal nº 113, de 05 de Janeiro de 1999.

Cláusula Quinta - Os encargos decorrentes deste contrato, serão suportados pela rubrica orçamentária:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo
Unidade orçamentária: 0206 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 1201 - Desenvolvimento Educacional
Projeto/atividade: 2026 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa: 31900000 - 0101 - Aplicações Diretas

Cláusula Sétima - O presente contrato fundamenta-se na Lei Municipal 113, de 05 de Janeiro de 1999, Processo Seletivo - Edital nº 001, de 29 de janeiro de 2014 Decreto Municipal nº 2753, de 16 de janeiro de 2015 e Artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal.

Cláusula Oitava - As partes elegem o foro da Comarca de Tangará para dirimir questões relacionadas a este contrato.

E por estarem, certos, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 03 de fevereiro de 2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal
CPF - 497.720.319-49

ELISIANE OSORIO FAGUNDES
CPF - 045.822.199-69

Testemunhas:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA LUCIANA M. TREVISOL BALEN
CPF - 807.451.729-20 CPF - 042.307.839-90

EVANDRO CARLOS DOS SANTOS
Advogado - OAB/SC 13.747

CONTRATO Nº 004 2015

CONTRATO Nº 004/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por tempo determinado, que entre si celebram, como contratante o município de Ibiã, CNPJ 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal, e como contratada, a Sra. LORIZETE TERESINHA LUTKEMEIER GONZATTO, brasileira, divorciada, Professora ACT-II, CI 11/R.1.881.891, CPF nº 023.370.909-65, residente no município de Ibiã, mediante as seguintes cláusulas, firmam o presente contrato:

Cláusula Primeira - O Município, com amparo no inciso VII, do art. 88, alínea a, do inciso III, do art. 23, ambos da Lei Orgânica Municipal; mais o que consta no art. 2º, da Lei Municipal nº 113, de 05.01.1999; e, considerando o afastamento da titular do cargo a Sra. Carmelita Chiesa Tragancin; bem como o resultado do Processo Seletivo nº 001, de 29.01.2014, homologado pelo Decreto nº 2615, de 14.03.2014; e com base no Prejulgado nº 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contrata a Sra. LORIZETE TERESINHA LUTKEMEIER GONZATTO, para exercer as funções do cargo de Professor ACT-II, com uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais a serem desenvolvidas junto ao Centro Educacional Eliziane Titon, nos horários definidos na autorização de admissão (anexo).

Cláusula Segunda - A contratada receberá os vencimentos de R\$ 1.523,51 (hum mil, quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e um centavos), conforme o Anexo IX, da Lei Complementar nº 003, de 09.01.2002.

Parágrafo único - A contratada será regida pelo regime jurídico especial de que trata a Lei nº 113, de 05.01.1999 e filiada ao Regime Geral da Previdência Social.

Cláusula Terceira - O presente contrato terá início no ato da sua assinatura e perdurará até a realização de novo processo seletivo, ou até o término do ano letivo 2015.

Cláusula Quarta - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer antecipadamente nos casos previstos no Artigo 15, da Lei Municipal nº 113, de 05 de Janeiro de 1999.

Cláusula Quinta - Os encargos decorrentes deste contrato, serão suportados pela rubrica orçamentária:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo
Unidade orçamentária: 0206 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 1201 - Desenvolvimento Educacional
Projeto/atividade: 2030 - Manutenção da Educação Infantil
Elemento de Despesa: 31900000 - 0101 - Aplicações Diretas

Cláusula Sétima - O presente contrato fundamenta-se na Lei Municipal 113, de 05 de Janeiro de 1999, Processo Seletivo - Edital nº 001, de 29 de janeiro de 2014 Decreto Municipal nº 2753, de 16 de janeiro de 2015 e Artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal.

Cláusula Oitava - As partes elegem o foro da Comarca de Tangará para dirimir questões relacionadas a este contrato.

E por estarem, certos, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiã, 03 de fevereiro de 2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal
CPF - 497.720.319-49

LORIZETE TERESINHA LUTKEMEIER GONZATTO
CPF - 023.370.909-65

Testemunhas:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
CPF - 807.451.729-20

LUCIANA M. TREVISOL BALEN
CPF - 042.307.839-90

EVANDRO CARLOS DOS SANTOS
Advogado - OAB/SC 13.747

CONTRATO Nº 005 2015

CONTRATO Nº 005/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por tempo determinado, que entre si celebram, como contratante o município de Ibiã, CNPJ 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal, e como contratada, a Sra. MARIZA DALAZEN LAIDNES, brasileira, solteira, Professora ACT-II, CI 4.260.850, CPF nº 006.970.719-79, residente no município de Ibiã, mediante as seguintes cláusulas, firmam o presente contrato:

Cláusula Primeira - O Município, com amparo no inciso VII, do art. 88, alínea a, do inciso III, do art. 23, ambos da Lei Orgânica Municipal; mais o que consta no art. 2º, da Lei Municipal nº 113, de 05.01.1999; e, considerando o afastamento da titular do cargo a Sra. Lucila Dalmolin Ciarnoschi; bem como o resultado do Processo Seletivo nº 001, de 29.01.2014, homologado pelo Decreto nº 2615, de 14.03.2014; e com base no Prejulgado nº 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contrata a Sra. MARIZA DALAZEN LAIDNES, para exercer as funções do cargo de Professor ACT-II, com uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais a serem desenvolvidas junto ao Centro Educacional Eliziane Titon, nos horários definidos na autorização de admissão (anexo).

Cláusula Segunda - A contratada receberá os vencimentos de R\$ 1.523,51 (hum mil, quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e um centavos), conforme o Anexo IX, da Lei Complementar nº 003, de 09.01.2002.

Parágrafo único - A contratada será regida pelo regime jurídico especial de que trata a Lei nº 113, de 05.01.1999 e filiada ao Regime Geral da Previdência Social.

Cláusula Terceira - O presente contrato terá início no ato da sua assinatura e perdurará até a realização de novo processo seletivo, ou até o término do ano letivo 2015.

Cláusula Quarta - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer antecipadamente nos casos previstos no Artigo 15, da Lei Municipal nº 113, de 05 de Janeiro de 1999.

Cláusula Quinta - Os encargos decorrentes deste contrato, serão suportados pela rubrica orçamentária:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo
Unidade orçamentária: 0206 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 1201 - Desenvolvimento Educacional
Projeto/atividade: 2030 - Manutenção da Educação Infantil
Elemento de Despesa: 31900000 - 0101 - Aplicações Diretas

Cláusula Sétima - O presente contrato fundamenta-se na Lei Municipal 113, de 05 de Janeiro de 1999, Processo Seletivo - Edital nº 001, de 29 de janeiro de 2014 Decreto Municipal nº 2753, de 16 de janeiro de 2015 e Artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal.

Cláusula Oitava - As partes elegem o foro da Comarca de Tangará para dirimir questões relacionadas a este contrato.

E por estarem, certos, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 03 de fevereiro de 2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal
CPF - 497.720.319-49

MARIZA DALAZEN LAIDNES
CPF - 006.970.719-79

Testemunhas:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA LUCIANA M. TREVISOL BALEN
CPF - 807.451.729-20 CPF - 042.307.839-90

EVANDRO CARLOS DOS SANTOS
Advogado - OAB/SC 13.747

CONTRATO Nº 006 2015

CONTRATO Nº 006/2015
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por tempo determinado, que entre si celebram, como contratante o município de Ibiam, CNPJ 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal, e como contratada, a Sra. SILMARA TESCK DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, Professora ACT-II, CI 5.270.814, CPF nº 070.410.269-22, residente no município de Ibiam, mediante as seguintes cláusulas, firmam o presente contrato:

Cláusula Primeira - O Município, com amparo no inciso VII, do art. 88, alínea a, do inciso III, do art. 23, ambos da Lei Orgânica Municipal; mais o que consta no art. 2º, da Lei Municipal nº 113, de 05.01.1999; e, considerando a existência de vaga não ocupada em concurso público; bem como o resultado do Processo Seletivo nº 001, de 29.01.2014, homologado pelo Decreto nº 2615, de 14.03.2014; e com base no Prejulgado nº 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contrata a Sra. SILMARA TESCK DE OLIVEIRA, para exercer as funções do cargo de Professor ACT-II, com uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais a serem desenvolvidas junto ao Centro Educacional Eliziane Titon, nos horários definidos na autorização de admissão (anexo).

Cláusula Segunda - A contratada receberá os vencimentos de R\$ 1.523,51 (hum mil, quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e um centavos), conforme o Anexo IX, da Lei Complementar nº 003, de 09.01.2002.

Parágrafo único - A contratada será regida pelo regime jurídico especial de que trata a Lei nº 113, de 05.01.1999 e filiada ao Regime Geral da Previdência Social.

Cláusula Terceira - O presente contrato terá início no ato da sua assinatura e perdurará até a realização de novo processo seletivo, ou até o término do ano letivo 2015.

Cláusula Quarta - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer antecipadamente nos casos previstos no Artigo 15, da Lei Municipal nº 113, de 05 de Janeiro de 1999.

Cláusula Quinta - Os encargos decorrentes deste contrato, serão suportados pela rubrica orçamentária:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo
Unidade orçamentária: 0206 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 1201 - Desenvolvimento Educacional
Projeto/atividade: 2030 - Manutenção da Educação Infantil
Elemento de Despesa: 31900000 - 0101 - Aplicações Diretas

Cláusula Sétima - O presente contrato fundamenta-se na Lei Municipal 113, de 05 de Janeiro de 1999, Processo Seletivo - Edital nº 001, de 29 de janeiro de 2014 Decreto Municipal nº 2753, de 16 de janeiro de 2015 e Artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal.

Cláusula Oitava - As partes elegem o foro da Comarca de Tangará para dirimir questões relacionadas a este contrato.

E por estarem, certos, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 03 de fevereiro de 2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal
CPF - 497.720.319-49

SILMARA TESCK DE OLIVEIRA
CPF - 070.410.269-22

Testemunhas:
LAELCIO ANTONIO GASANIGA LUCIANA M. TREVISOL BALEN
CPF - 807.451.729-20 CPF - 042.307.839-90

EVANDRO CARLOS DOS SANTOS
Advogado - OAB/SC 13.747

CONTRATO Nº 007 2015

CONTRATO Nº 007/2015
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por tempo determinado, que entre si celebram, como contratante o município de Ibiam, CNPJ 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal, e como contratada, a Sra. JUÇARA RECALCATTI DA SILVA, brasileira, casada, Professora ACT-II, CI 4.329.821, CPF nº 046.525.459-40, residente no município de Campos Novos, mediante as seguintes cláusulas, firmam o presente contrato:

Cláusula Primeira - O Município, com amparo no inciso VII, do art. 88, alínea a, do inciso III, do art. 23, ambos da Lei Orgânica

Municipal; mais o que consta no art. 2º, da Lei Municipal nº 113, de 05.01.1999; e, considerando a existência de vaga não ocupada em concurso público; bem como o resultado do Processo Seletivo nº 001, de 29.01.2014, homologado pelo Decreto nº 2615, de 14.03.2014; e com base no Prejulgado nº 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contrata a Sra. JUÇARA RECALCATTI DA SILVA, para exercer as funções do cargo de Professor ACT-II, com uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais a serem desenvolvidas junto ao Centro Educacional Eliziane Titon, nos horários definidos na autorização de admissão (anexo).

Cláusula Segunda - A contratada receberá os vencimentos de R\$ 1.523,51 (hum mil, quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e um centavos), conforme o Anexo IX, da Lei Complementar nº 003, de 09.01.2002.

Parágrafo único - A contratada será regida pelo regime jurídico especial de que trata a Lei nº 113, de 05.01.1999 e filiada ao Regime Geral da Previdência Social.

Cláusula Terceira - O presente contrato terá início no ato da sua assinatura e perdurará até a realização de novo processo seletivo, ou até o término do ano letivo 2015.

Cláusula Quarta - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer antecipadamente nos casos previstos no Artigo 15, da Lei Municipal nº 113, de 05 de Janeiro de 1999.

Cláusula Quinta - Os encargos decorrentes deste contrato, serão suportados pela rubrica orçamentária:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo
Unidade orçamentária: 0206 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 1201 - Desenvolvimento Educacional
Projeto/atividade: 2030 - Manutenção da Educação Infantil
Elemento de Despesa: 31900000 - 0101 - Aplicações Diretas

Cláusula Sétima - O presente contrato fundamenta-se na Lei Municipal 113, de 05 de Janeiro de 1999, Processo Seletivo - Edital nº 001, de 29 de janeiro de 2014 Decreto Municipal nº 2753, de 16 de janeiro de 2015 e Artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal.

Cláusula Oitava - As partes elegem o foro da Comarca de Tangará para dirimir questões relacionadas a este contrato.

E por estarem, certos, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 03 de fevereiro de 2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal
CPF - 497.720.319-49

JUÇARA RECALCATTI DA SILVA
CPF - 046.525.459-40

Testemunhas:
LAELCIO ANTONIO GASANIGA LUCIANA M. TREVISOL BALEN
CPF - 807.451.729-20 CPF - 042.307.839-90

EVANDRO CARLOS DOS SANTOS
Advogado - OAB/SC 13.747

CONTRATO Nº 008 2015

CONTRATO Nº 008/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por tempo determinado, que entre si celebram, como contratante o município de Ibiam, CNPJ 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal, e como contratada, a Sra. DELÉSIA ORZZATTO MICHELUZZI, brasileira, casada, Professora ACT-II, CI 3.828.523, CPF nº 021.600.909-05, residente no município de Campos Novos, mediante as seguintes cláusulas, firmam o presente contrato:

Cláusula Primeira - O Município, com amparo no inciso VII, do art. 88, alínea a, do inciso III, do art. 23, ambos da Lei Orgânica Municipal; mais o que consta no art. 2º, da Lei Municipal nº 113, de 05.01.1999; e, considerando a existência de vaga não ocupada em concurso público; bem como o resultado do Processo Seletivo nº 001, de 29.01.2014, homologado pelo Decreto nº 2615, de 14.03.2014; e com base no Prejulgado nº 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contrata a Sra. DELÉSIA ORZZATTO MICHELUZZI, para exercer as funções do cargo de Professor ACT-II, com uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais a serem desenvolvidas junto ao Centro Educacional Eliziane Titon, nos horários definidos na autorização de admissão (anexo).

Cláusula Segunda - A contratada receberá os vencimentos de R\$ 1.523,51 (hum mil, quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e um centavos), conforme o Anexo IX, da Lei Complementar nº 003, de 09.01.2002.

Parágrafo único - A contratada será regida pelo regime jurídico especial de que trata a Lei nº 113, de 05.01.1999 e filiada ao Regime Geral da Previdência Social.

Cláusula Terceira - O presente contrato terá início no ato da sua assinatura e perdurará até a realização de novo processo seletivo, ou até o término do ano letivo 2015.

Cláusula Quarta - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer antecipadamente nos casos previstos no Artigo 15, da Lei Municipal nº 113, de 05 de Janeiro de 1999.

Cláusula Quinta - Os encargos decorrentes deste contrato, serão suportados pela rubrica orçamentária:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo
Unidade orçamentária: 0206 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 1201 - Desenvolvimento Educacional
Projeto/atividade: 2030 - Manutenção da Educação Infantil
Elemento de Despesa: 31900000 - 0101 - Aplicações Diretas

Cláusula Sétima - O presente contrato fundamenta-se na Lei Municipal 113, de 05 de Janeiro de 1999, Processo Seletivo - Edital nº 001, de 29 de janeiro de 2014 Decreto Municipal nº 2753, de 16 de janeiro de 2015 e Artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal.

Cláusula Oitava - As partes elegem o foro da Comarca de Tangará para dirimir questões relacionadas a este contrato.

E por estarem, certos, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 03 de fevereiro de 2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal
CPF - 497.720.319-49

DELÉSIA ORZZATTO MICHELUZZI
CPF - 021.600.909-05

Testemunhas:
LAELCIO ANTONIO GASANIGA LUCIANA M. TREVISOL BALEN
CPF - 807.451.729-20 CPF - 042.307.839-90

EVANDRO CARLOS DOS SANTOS
Advogado - OAB/SC 13.747

CONTRATO Nº 009 2015

CONTRATO Nº 009/2015
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR
TEMPO DETERMINADO

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por tempo determinado, que entre si celebram, como contratante o município de Ibiam, CNPJ 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal, e como contratada, a Sra. MARLI FÁTIMA MICHELUZZI DA SILVA MATOS, brasileira, viúva, Professora ACT-II, CI 2.822.547, CPF nº 799.991.749-49, residente no município de Campos Novos, mediante as seguintes cláusulas, firmam o presente contrato:

Cláusula Primeira - O Município, com amparo no inciso VII, do art. 88, alínea a, do inciso III, do art. 23, ambos da Lei Orgânica Municipal; mais o que consta no art. 2º, da Lei Municipal nº 113, de 05.01.1999; e, considerando a existência de vaga não ocupada em concurso público; bem como o resultado do Processo Seletivo nº 001, de 29.01.2014, homologado pelo Decreto nº 2615, de 14.03.2014; e com base no Prejulgado nº 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contrata a Sra. MARLI FÁTIMA MICHELUZZI DA SILVA MATOS, para exercer as funções do cargo de Professor ACT-II, com uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais a serem desenvolvidas junto ao Centro Educacional Eliziane Titon, nos horários definidos na autorização de admissão (anexo).

Cláusula Segunda - A contratada receberá os vencimentos de R\$ 1.523,51 (hum mil, quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e um centavos), conforme o Anexo IX, da Lei Complementar nº 003, de 09.01.2002.

Parágrafo único - A contratada será regida pelo regime jurídico especial de que trata a Lei nº 113, de 05.01.1999 e filiada ao Regime Geral da Previdência Social.

Cláusula Terceira - O presente contrato terá início no ato da sua assinatura e perdurará até a realização de novo processo seletivo, ou até o término do ano letivo 2015.

Cláusula Quarta - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer antecipadamente nos casos previstos no Artigo 15, da Lei Municipal nº 113, de 05 de Janeiro de 1999.

Cláusula Quinta - Os encargos decorrentes deste contrato, serão suportados pela rubrica orçamentária:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo
Unidade orçamentária: 0206 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 1201 - Desenvolvimento Educacional
Projeto/atividade: 2030 - Manutenção da Educação Infantil
Elemento de Despesa: 31900000 - 0101 - Aplicações Diretas

Cláusula Sétima - O presente contrato fundamenta-se na Lei Municipal 113, de 05 de Janeiro de 1999, Processo Seletivo - Edital nº 001, de 29 de janeiro de 2014 Decreto Municipal nº 2753, de 16 de janeiro de 2015 e Artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal.

Cláusula Oitava - As partes elegem o foro da Comarca de Tangará para dirimir questões relacionadas a este contrato.

E por estarem, certos, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 10 de fevereiro de 2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal
CPF - 497.720.319-49

MARLI FÁTIMA MICHELUZZI DA SILVA MATOS
CPF - 799.991.749-49

Testemunhas:
LAELCIO ANTONIO GASANIGA LUCIANA M. TREVISOL BALEN
CPF - 807.451.729-20 CPF - 042.307.839-90

EVANDRO CARLOS DOS SANTOS
Advogado - OAB/SC 13.747

DECRETO Nº 2757/2015

DECRETO Nº 2757, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015.
ATUALIZA A TABELA DE PREÇOS PARA COBRANÇA DE HORA/MÁQUINA PREVISTA NO ART. 3º DA LEI MUNICIPAL N.º 012, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1997.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto nas Leis n.º 012/97, n.º 270/04 e n.º 393/09, e

Considerando que o último Reajuste na Tabela de Preços foi realizado em 05 de Agosto de 2013, através do Decreto nº 2.521/2013;

Considerando que o Artigo 2º da Lei nº 270/2004, prevê a atualização da tabela de preços adotando índices oficiais;

Considerando que entre agosto de 2013 até janeiro de 2015, o índice nacional de preços ao consumidor (INPC) atingiu o percentual de 10% (dez por cento)

DECRETA:

Art. 1.º Fica atualizada a tabela de preços de que trata o art. 3º da Lei Municipal n.º 012, de 26 de fevereiro de 1997, no percentual de 10% (dez por cento), tendo como parâmetro o INPC, a qual passará a vigorar a partir do dia 06 de fevereiro de 2015, com os seguintes valores:

MÁQUINA	VALOR (R\$) / HORA
Trator Agrícola	45,65
Motoniveladora	78,10
Pá-Carregadeira	64,90

Trator de Esteira	96,80
Retroescavadeira	67,10
Caçamba Basculante	2,14/ Km
Escavadeira Hidráulica	102,30

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto n.º 2.521, de 05 de agosto de 2013.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
06 DE FEVEREIRO DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

DECRETO Nº 2758/2015

DECRETO N.º 2758, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015.
"ESTABELECE A PLANTA DE VALORES PARA EFEITO DE LANÇAMENTO E COBRANÇA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito em exercício do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 88, VII, da Lei Orgânica, c/c o disposto no § 3º do art. 16 da LC n.º 001/98 - Código Tributário do Município, e

Considerando o relatório apresentado pela Comissão nomeada pela Portaria n.º 015, de 20 de janeiro de 2015;

DECRETA:

Art. 1.º A planta de valores para efeito de lançamento e cobrança do IPTU e ITBI relativo ao exercício de 2015 será:

- I - Construção de Alvenaria R\$ 159,21 (ao metro quadrado)
II - Construção de Madeira R\$ 45,80 (ao metro quadrado)
III - Edificações Mistas (Madeira/Alvenaria)...R\$ 94,37 (ao metro quadrado)
IV - Terreno Urbano R\$ 7,88 (ao metro quadrado)
V - Terreno Rural R\$ 8.497,60 (ao alqueire/24.200 m²)

Art. 2.º O Departamento de Tributação e Arrecadação promoverá os lançamentos da emissão dos carnês do IPTU, com a observância do que prescreve o Parágrafo Único do art. 30 da LC n.º 001/98 - Código Tributário do Município.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto n.º 2608, de 26 de fevereiro de 2014.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM-SC,
06 DE FEVEREIRO DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETARIO DA ADM. E DA FAZENDA

PORTARIA Nº 015/2015

PORTARIA Nº 015, 02 DE FEVEREIRO DE 2015
"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 93 da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008, bem como Requerimento do servidor, protocolado em 19 de janeiro de 2015, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor MARCOS ROBERTO BAZZEN, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas - Nível 4 - REFERÊNCIA B, Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo é para atender a Mariza Perosa Bazzen - esposa, de conformidade com o atestado médico de Paulo Albuquerque - CRM/SC 3188.

Art. 2º. O período de afastamento é de 13 (treze) dias, conforme atestado médico, no período de 01.02.2015 a 13.02.2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
02 DE FEVEREIRO DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 016/2015

PORTARIA Nº 016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Saúde, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Ana Dominga Bertelli Tragancin	05.07.2013 a 04.07.2014	18.02.2015 a 04.03.2015
Célia Aparecida da Silva Ramos	03.12.2013 a 02.12.2014	18.02.2015 a 27.02.2015
Ivair Zeno Micheluzzi	06.07.2013 a 05.07.2014	18.02.2015 a 27.02.2015

Joana Celia Becker Rinaldi	01.10.2013 a 30.09.2014	04.02.2015 a 13.02.2015
----------------------------	----------------------------	----------------------------

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,
02 DE FEVEREIRO DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 017/2015

PORTARIA Nº 017, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares a servidora pública municipal vinculada a Secretaria Municipal da Assistência Social, abaixo relacionada:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Marizani Aparecida Ramos	07.06.2013 a 06.06.2014	02.02.2015 a 03.03.2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,
02 DE FEVEREIRO DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 018/2015

PORTARIA Nº 018, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentar ao servidor público municipal vinculado a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, abaixo relacionado:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Sergio Antonio Ramos	04.01.2014 a 03.01.2015	03.02.2015 a 17.02.2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,
02 DE FEVEREIRO DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 019/2015

PORTARIA Nº 019, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Administração e Finanças, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Flávia Lenita Pelentir	01.01.2014 a 31.12.2014	09.02.2015 a 13.02.2015 (1/3 das férias convertido em abono pecuniário)
Ivete Ceron	19.06.2013 a 18.06.2014	19.02.2015 a 28.02.2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,
02 DE FEVEREIRO DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 020/2015

PORTARIA Nº 020, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

"ALTERA TEMPORARIAMENTE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, a necessidade temporária do Município de Profissional para atuar no Magistério Público;

Considerando, que a Servidora Waldecira Aparecida Tragancin de Oliveira, é Efetiva e possui 20 horas de carga horária semanal;

Considerando, o disposto no Inciso II do Artigo 12 da Lei Complementar nº 003/2002, que permite a carga horária semanal de 10, 20, 30 e 40 horas;

Considerando, o disposto no parágrafo único do Artigo 42 c/c o Artigo 43 da Lei Complementar nº 003/2002, que permite no interesse do Município a alteração temporária da carga horária por necessidade temporária da escola;

Considerando, que a decisão proferida no Mandado de Segurança de nº 071.13.001097-0, que restabeleceu os efeitos da Portaria nº 149/2012, está em grau de recurso, sendo que a situação em definitivo somente será resolvida após o trânsito em julgado desta decisão judicial;

RESOLVE:

Art. 1º. Ampliar a carga horária semanal de forma temporária, da Servidora Waldecira Aparecida Tragancin de Oliveira, para 40 horas semanais, com a remuneração legal.

Art. 2º. A ampliação da carga horária semanal prevista no Artigo 1º, será para atender as necessidades e interesses do Município, não podendo exceder o Ano Letivo de 2015, ou até a decisão final do Mandado de Segurança de nº 071.13.001097-0.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,
02 DE FEVEREIRO DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda**PORTARIA Nº 021/2015**

PORTARIA Nº 021, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

"ALTERA TEMPORARIAMENTE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, a necessidade temporária do Município de Profissional para atuar no Magistério Público;

Considerando, que a Servidora Eliane Maria Piovesan Recalcatti, é Efetiva e possui 20 horas de carga horária semanal;

Considerando, o disposto no Inciso II do Artigo 12 da Lei Complementar nº 003/2002, que permite a carga horária semanal de 10, 20, 30 e 40 horas;

Considerando, o disposto no parágrafo único do Artigo 42 c/c o Artigo 43 da Lei Complementar nº 003/2002, que permite no interesse do Município a alteração temporária da carga horária por necessidade temporária da escola;

Considerando, que a decisão proferida no Mandado de Segurança de nº 071.13.001097-0, que restabeleceu os efeitos da Portaria nº 148/2012, está em grau de recurso, sendo que a situação em definitivo somente será resolvida após o trânsito em julgado desta decisão judicial;

RESOLVE:

Art. 1º. Ampliar a carga horária semanal de forma temporária, da Servidora Eliane Maria Piovesan Recalcatti, para 40 horas semanais, com a remuneração legal.

Art. 2º. A ampliação da carga horária semanal prevista no Artigo 1º, será para atender as necessidades e interesses do Município, não podendo exceder o Ano Letivo de 2015, ou até a decisão final do Mandado de Segurança de nº 071.13.001097-0.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,
02 DE FEVEREIRO DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda**PORTARIA Nº 022/2015**

PORTARIA Nº 022, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015

"DETERMINA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

Considerando, a necessidade de adequar os serviços junto ao Centro de Educação Infantil José Atílio Grassi, especialmente os relacionados à alimentação das crianças;

Considerando, a necessidade de ajustes de horário em função dos alunos que estão sendo atendidos pela Creche Municipal;

Com amparo no artigo 88, incisos VII e IX da Lei orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. A função e atribuições de Servente da servidora JUSTINA INÊS DALMOLIN, serão exercidas junto ao Centro de Educação Infantil José Atílio Grassi.

Art. 2º. Os serviços serão prestados de conformidade com o horário definido pela Coordenação do Centro de Educação Infantil José Atílio Grassi, ou seja, das 07h30min as 11h30min e das 13h00min as 17h00min.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
05 DE FEVEREIRO DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 023/2015

PORTARIA Nº 023, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015
"DETERMINA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

Considerando, a necessidade de adequar os serviços junto ao Centro Educacional Elisiane Titon, especialmente os relacionados à alimentação das crianças;

Considerando, a necessidade de ajustes de horário em função dos alunos que estão sendo atendidos pelo CEI;

Com amparo no artigo 88, incisos VII e IX da Lei orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. A função e atribuições de Agente de Serviços Gerais da servidora ILISANGELA ZITTERELL DO ROSÁRIO DA SILVA, serão exercidas junto ao Centro Educacional Elisiane Titon.

Art. 2º. Os serviços serão prestados de conformidade com o horário definido pela Coordenação do Centro Educacional Elisiane Titon.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
05 DE FEVEREIRO DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 024/2015

PORTARIA Nº 024, 05 DE FEVEREIRO DE 2015
"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 93 da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008, bem como Requerimento do servidor, protocolado em 05 de fevereiro de 2015, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor RODRIGO FELICETTI PEROSA, ocupante do cargo efetivo de Técnico Educacional - Nível 1 - REFERÊNCIA C, Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo é para atender a Kéli Fernanda Bottega Perosa - esposa, de conformidade com o atestado médico de Carlos Henrique Winck - CRM/SC 7042

Art. 2º. O período de afastamento é de 20 (vinte) dias, conforme atestado médico, no período de 03.02.2015 a 22.02.2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
05 DE FEVEREIRO DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 025/2015

PORTARIA Nº 025, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015
"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o Anexo 1-A - Funções Gratificadas da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, em respeito ao inciso V, do art. 37, da Constituição Federal, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora do quadro efetivo do município SANDRA SPLENDOR RODRIGUES, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem - Nível 5 - Referência E, a Função Gratificada FG-1 - Chefe de Setor, para:

- I- Organizar e acompanhar as atividades do Programa ESF (Estratégia da Saúde da Família);
- II- Organizar, e participar de reuniões com grupos de gestante, grupos de hipertensos, grupos de diabéticos, grupos de idosos...;
- III- Realizar visitas domiciliares;
- IV- Organizar e participar de reuniões periódicas, dirimindo ou esclarecendo dúvidas, propondo e sugerindo medidas que visem à melhoria contínua dos trabalhos da equipe do ESF e P-MAQ;

V- Auxiliar a Secretária Municipal da Saúde;
VI - Acompanhar, auxiliar e monitorar a implantação do Programa E-SUS, bem como averiguar as informações que estão sendo realizadas no sistema.;
VII - Coordenar a atenção básica.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 012, de 05 de janeiro de 2015.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,
05 DE FEVEREIRO DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 026/2015

PORTARIA Nº 026, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015
"CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS A SERVIDOR PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que, a municipalidade não possui motoristas em número suficiente para suprir todas as necessidades de deslocamento municipal e outros deslocamentos externos de interesse do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, autorização para dirigir veículos oficiais em casos eventuais e específicos a servidora pública abaixo relacionada, que se encontra devidamente habilitada:

Sandra Splendor Rodrigues - Carteira Nacional de Habilitação nº 740779793, nº registro 02829427669, categoria "B", com validade até 12.02.2018.

Art. 2º. A servidora pública autorizada a dirigir veículos oficiais, não poderá:

Ceder a direção do veículo a terceiros;
Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º. A servidora pública autorizada a dirigir veículos oficiais, deverá:

Cumprir as determinações expressas na Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;
Preencher corretamente o Diário de Movimentação de veículos;
Manter atualizado o documento de habilitação (CNH);
Encaminhar cópia da CNH atualizada ao Setor de Pessoal, para arquivamento na sua ficha funcional;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
05 DE FEVEREIRO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal
Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 027/2015

PORTARIA N.º 027, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015
"INSTITUI COMISSÃO PARA ELABORAR PLANTA DE VALORES."

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, c/c o disposto no § 3º do art. 16 da LC n.º 001/98, RESOLVE:

Art. 1.º Ficam nomeados os servidores JULIANA LIZOT, CARMELITA CHIESA TRAGANCIN e LAELCIO ANTONIO GASANIGA, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão que elaborará e apresentará planta de valores, destinada a embasar o Decreto que estabelecerá a planta definitiva de valores para efeito de lançamento e cobrança de tributos municipais para o exercício financeiro de 2015.

Art. 2.º Para apoio técnico, a Comissão poderá solicitar a colaboração do Departamento Técnico da AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe.

Art. 3.º A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar o relatório.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
05 DE FEVEREIRO DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 028/2015

PORTARIA Nº 028, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015
"EXONERA, O SR. WILSON ANTUNES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. artigo 16, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado do cargo de Diretor do Departamento de Obras e Serviços Públicos - CC-2, o Sr. WILSON ANTUNES, nomeado através da Portaria nº 11, de 26 de maio de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
06 DE FEVEREIRO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 029/2015

PORTARIA Nº 029, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015
"RESCINDE, A PEDIDO, CONTRATO DE TRABALHO COM SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Contrato de Trabalho nº 007, de 03 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido, a pedido, o Contrato de Trabalho nº 007/2015, celebrado com JUÇARA RECALCATTI DA SILVA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
06 DE FEVEREIRO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 030/2015

PORTARIA Nº 030, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015
"RESCINDE, A PEDIDO, CONTRATO DE TRABALHO COM SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando, que desde o dia 02 de fevereiro de 2015, o servidor não tem comparecido ao trabalho;

Considerando, o email encaminhado pelo servidor ao Departamento de Pessoal;

Considerando, o inciso I, do art. 12, da Lei Municipal nº 112, de 05 de janeiro de 1999;

Considerando, a cláusula quinta do Contrato de Trabalho nº 026, de 08 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido, a pedido, o Contrato de Trabalho nº 026/2014, celebrado com NICOLAS ANTOINE VERGETIS..

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
11 DE FEVEREIRO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 031/2015

PORTARIA Nº 031, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015
"DETERMINA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

Considerando, a necessidade de adequar os serviços junto ao Centro Educacional Elisiane Titon, especialmente os relacionados à limpeza das salas de aula;

Considerando, a necessidade de ajustes de horário em função dos alunos que estão sendo atendidos pelo CEI;

Considerando, o início do ano letivo de 2015;

Considerando, que está sendo deflagrado Processo Seletivo para contratação de Agente de Serviços Gerais;

Com amparo no artigo 88, incisos VII e IX da Lei orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. A função e atribuições de Agente de Serviços Gerais da servidora SALETE MARIA DA SILVA ANDRIQUE, serão exercidas junto ao Centro Educacional Elisiane Titon.

Art. 2º. Os serviços serão prestados de conformidade com o horário definido pela Coordenação do Centro Educacional Elisiane Titon, ou seja, das 08h00min às 14h00min.

Parágrafo único. O pagamento ou compensação de horas extras, em qualquer dos casos, somente se dará se a jornada mensal for superior a 200 (duzentas) horas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
11 DE FEVEREIRO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 032/2015

PORTARIA Nº 032, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

"DETERMINA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

Considerando, a necessidade de adequar os serviços junto ao Centro Educacional Elisiane Titon, especialmente os relacionados à limpeza das salas de aula;

Considerando, a necessidade de ajustes de horário em função dos alunos que estão sendo atendidos pelo CEI;

Considerando, o início do ano letivo de 2015;

Considerando, que está sendo deflagrado Processo Seletivo para contratação de Agente de Serviços Gerais;

Com amparo no artigo 88, incisos VII e IX da Lei orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. A função e atribuições de Agente de Serviços Gerais da servidora MANOELA JUNGES FERNANDES JARDIN, serão exercidas junto ao Centro Educacional Elisiane Titon.

Art. 2º. Os serviços serão prestados de conformidade com o horário definido pela Coordenação do Centro Educacional Elisiane Titon, ou seja, das 11h15min às 17h15min.

Parágrafo único. O pagamento ou compensação de horas extras, em qualquer dos casos, somente se dará se a jornada mensal for superior a 200 (duzentas) horas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
11 DE FEVEREIRO DE 2015.CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda**PORTARIA Nº 033/2015**

PORTARIA Nº 033, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e,

Considerando o Decreto nº 2.722, de 27 de novembro de 2014, que adotou o LTCAT - Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho para o exercício de 2014;

Amparado no art. 88, incisos VII, XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 52, inciso III e art. 61 e SS, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 - Estatuto do servidor Público do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido a servidora CLAUDETE MIORELLI FALCHETTI CARLET, exercendo as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, o adicional de insalubridade em grau médio de 40% (quarenta por cento) do piso salarial dos funcionários do município.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
11 DE FEVEREIRO DE 2015.CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda**PORTARIA Nº 034/2015**

PORTARIA Nº 034, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015

"SUSPENDER GOZO DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e,

Considerando, o início do ano letivo de 2015;

Considerando, a necessidade de Motorista para realizar o transporte escolar;

Amparado no art. 88, incisos VII, XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 96, § 2º, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 - Estatuto do servidor Público do Município, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender o gozo da Licença para Tratar de Interesses Particulares do servidor MÁRCIO PANCERI VIECELI, concedida através da Portaria nº 248, de 08 de agosto de 2013, por imperiosa necessidade do serviço público, assegurando o direito de concluí-la oportunamente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
13 DE FEVEREIRO DE 2015.CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 035/2015

PORTARIA Nº 035, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"DETERMINA DESCONTO NA FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDOR QUE MENCIONA, POR DANO CAUSADO AO ERÁRIO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere os incisos. VII e XXXIV, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, bem como o art. 45, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 e Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;

Considerando a multa aplicada pelo DPRF - Departamento de Polícia Rodoviária Federal, no veículo com código no RENAVAM 990910261;

Considerando que o ato de notificação, identifica infração praticada pelo motorista;

Considerando que o veículo placa MFX 8526, no dia da infração praticada era dirigido pelo Sr. IVAIR ZENO MICHELUSZI,

Considerando que a infração praticada deve ser atribuída ao motorista com o ônus inerente, RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que a multa aplicada pelo DPRF - Departamento de Polícia Rodoviária Federal sob Nº 29828894, seja paga pela Tesouraria do Município.

Art. 2º. Que seja descontado em folha de pagamento do SR. IVAIR ZENO MICHELUSZI, em parcela única, no mês de fevereiro/2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
18 DE FEVEREIRO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 036/2015

PORTARIA Nº 036, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"DETERMINA DESCONTO NA FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDOR QUE MENCIONA, POR DANO CAUSADO AO ERÁRIO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere os incisos. VII e XXXIV, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, bem como o art. 45, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 e Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;

Considerando a multa aplicada pelo DPRF - Departamento de Polícia Rodoviária Federal, no veículo com código no RENAVAM 999112731;

Considerando que o ato de notificação, identifica infração praticada pelo motorista;

Considerando que o veículo placa MCU 8343, no dia da infração praticada era dirigido pelo Sr. ANTONIO OSMAR DE OLIVEIRA,

Considerando que a infração praticada deve ser atribuída ao motorista com o ônus inerente, RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que a multa aplicada pelo DPRF - Departamento de Polícia Rodoviária Federal sob Nº 29788420, seja paga pela Tesouraria do Município.

Art. 2º. Que seja descontado em folha de pagamento do SR. ANTONIO OSMAR DE OLIVEIRA, em parcela única, no mês de fevereiro/2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
18 DE FEVEREIRO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Imbituba

PREFEITURA

PORTARIA PMI/GGP Nº 105/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 105, de 19 de fevereiro de 2015.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora MARIA HELENA ALVES CARDOSO, Professora I - 20h, inscrita no CPF sob o n.º 578.550.569-04, admitida em 16 de março de 1987, contrato nº 336, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2007 a 2012	02.03.2015 a 30.05.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 106/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 106, de 19 de fevereiro de 2015.
Dispõe sobre a alteração a pedido da concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor e o Processo nº 1141, de 27 de janeiro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, a concessão de licença-prêmio, da servidora ANA MARIA ESPÍNDOLA SILVEIRA, Agente Administrativa, inscrita no CPF sob o n.º 578.446.159-15, admitida em 01 de junho de 1987, contrato nº 43, firmada junto a PORTARIA PMI/SEA-GP nº 164, de 28 de dezembro de 2012, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2002 a 2007	13.02.2015 a 14.03.2015 01.11.2016 a 30.11.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 107/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 107, de 19 de fevereiro de 2015.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora RUTE MARIA FERNANDES RODRIGUES, Professora II - 20h, inscrita no CPF sob o n.º 691.538.259-34, admitida em 07 de junho de 1994 - contrato nº 505 e em 02 de maio de 1987 - contrato nº 788, referente aos quinquênios devidos, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2004 a 2009 2007 a 2012	26.02.2015 a 26.05.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 108/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 108, de 19 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre a exoneração de Secretário Adjunto da Secretaria Municipal da Fazenda, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o Sr. CRISTIANO ABÍLIO JOÃO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 888.355.969-04, do cargo de Secretário Adjunto da Secretaria Municipal da Fazenda, nomeado através da PORTARIA PMI/DGP Nº 163, de 04 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 12 de fevereiro de 2015

Imbituba, 19 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 109/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 109, de 19 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de servidores em cargos de provimento em comissão e/ou em função de representação para atuação como Superintendentes dos órgãos superiores, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo descritos, nos cargos de provimento em comissão e/ou em função de representação, para a atuação como Superintendentes dos respectivos órgãos superiores.

SUPERINTENDENTES – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Superintendência de Gestão e Inovação	SEAGP	Jair Figueiredo Alves	047.228.309-08	20/02/2015
Superintendência da Fazenda	SEFAZ	Cristiano Abílio João	888.355.969-04	20/02/2015
Superintendência de Agricultura e Pesca	SEAPI	Evaldo de Souza	455.435.429-68	20/02/2015
Superintendência de Infraestrutura Regional/Norte	SEAPI	Nivaldo Marques Gabriel	888.375.219-87	20/02/2015
Superintendência de Infraestrutura Regional/Sul	SEAPI	Amilton Gonçalves de Souza	432.894.289-15	20/02/2015
Superintendência de Esporte e Lazer	SETEC	Omar Nascimento Pacheco	507.277.109-15	20/02/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, em 20 de fevereiro de 2015.

Imbituba, 19 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 110/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 110, de 19 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de servidores em cargos de provimento em comissão para atuação como Diretores dos órgãos superiores, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo descritos, nos cargos de provimento em comissão, para a atuação como Diretores dos respectivos órgãos superiores.

DIRETORES – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Diretoria de Projetos e Ações Estratégicas	SEFAZ	Sinara Ramos de Farias Pires	020.052.319-83	20/02/2015
Diretoria de Licitações	SEAGP	Dilson Petrassem Júnior	041.069.429-09	20/02/2015
Diretoria de Suprimentos	SEAGP	Valdete de Souza Pires	216.128.469-04	20/02/2015
Diretoria de Documentação e Patrimônio	SEAGP	Eliete Matias Medeiros	888.447.659-34	20/02/2015
Diretoria de Infraestrutura Turística	SETEC	Natércia Leonora da Rosa Oliveira	542.627.989-68	20/02/2015
Diretoria de Desenvolvimento do Esporte	SETEC	Nazareno Heleodoro de Souza	578.685.579-15	20/02/2015
Diretoria de Mobilidade Urbana	SEAPI	Everson Martins Bernardino	806.469.489-20	20/02/2015
Diretoria de Controle da Frota	SEAPI	Gisele Rocha dos Santos Barjona	983.987.299-00	20/02/2015
Diretoria de Desenvolvimento Turístico	SETEC	Iramaia Correa Pittigliani	029.790.429-94	20/02/2015
Diretoria de Administração, Planejamento e Atenção em Saúde	SEMUSA	Roberta Aguiar Gomes Sgrott	038.774.129-12	20/02/2015
Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria	SEMUSA	Paulo Marcos de Souza	947.025.609-30	20/02/2015
Diretoria de Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica	SEMUSA	Everaldo de Paula	630.562.839-49	09/03/2015
Diretoria de Infraestrutura Regional/Sul	SEAPI	João Carlos Bernardo	024.053.679-71	20/02/2015
Diretoria de Infraestrutura Regional/Oeste	SEAPI	João Batista Ferreira	398.358.719-49	20/02/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, em 20 de fevereiro de 2015.

Imbituba, 19 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 111/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 111, de 19 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de servidores de carreira do magistério para as funções gratificadas de Diretores de Escolas, Coordenadores de Centros Municipais de Educação Infantil, Coordenadores Pedagógicos, Secretários de Escola, Secretários de Centros Municipais de Educação Infantil, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo descritos, para as funções gratificadas de Diretores de Escolas, Coordenadores de Centros Municipais de Educação Infantil, Coordenadores Pedagógicos, Secretários de Escola, Secretários de Centros Municipais de Educação Infantil, junto a Secretaria Municipal de Educação.

DIRETORES DE ESCOLAS – LC nº 4.514/2015				
Unidades Escolares	Cargo	Nome	CPF	Nomeação
Escola Básica Municipal Basileu José da Silva (Campo D'Aviação)	Diretor (a)	Maria Goretti Inácio Barreiros	443.694.689-49	20/02/2015
Escola Municipal Ugero Pittigliani (Boa Vista)	Diretor (a)	Rosa Maria Carpes David	306.029.129-20	20/02/2015
Escola Básica Municipal Pe. Dr. Itamar Luiz da Costa (Guaiúba)	Diretor (a)	Adriana da Silva Canto	691.540.589-53	20/02/2015
Escola Municipal Belarminda de Souza Pires (Campestre)	Diretor (a)	Joelma da Silva Gabriel	749.724.219-91	20/02/2015
Escola Básica Municipal José Vanderlei Mayer (Ribanceira)	Diretor (a)	Raquel Terezinha Duarte Inácio	578.460.069-91	20/02/2015
Escola Básica Municipal Deputado Joaquim Ramos (Paes Leme)	Diretor (a)	Mariléia Soares Tomé	520.889.529-34	20/02/2015
Escola Municipal Etelvina de Souza Pereira (Vila Santo Antônio)	Diretor (a)	Cristiane Tokarski Espezim	730.160.049-68	20/02/2015
Escola Municipal Terezinha Pinho de Souza (Arroio)	Diretor (a)	Rosineide David dos Passos Crispim	691.521.369-49	20/02/2015
Escola Municipal Herminia de Souza Marques (Alto Arroio)	Diretor (a)	Ivaní Garcia Alves	678.543.369-00	20/02/2015

COORDENADORES DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – LC nº 4.514/2015				
Unidades Escolares	Cargo	Nome	CPF	Nomeação
Centro Municipal de Educação Infantil Raios de Sol (Araçá)	Coordenador (a) dos C.M.E.I	Jane Meri Martins	398.371.909-06	20/02/2015
Centro Municipal de Educação Infantil Marilene Polachini (Vila Alvorada)	Coordenador (a) dos C.M.E.I	Eliete Carvalho de Souza	591.546.089-53	20/02/2015
Centro Municipal de Educação Infantil Alceu Rochadel (Ribanceira)	Coordenador (a) dos C.M.E.I	Elizabete Oliveira dos Passos Vieira	691.531.839-91	20/02/2015
Centro Municipal de Educação Infantil Clara Heitch Soares (Guaiúba)	Coordenador (a) dos C.M.E.I	Vera Márcia Campos Caetano da Rosa	509.573.689-68	20/02/2015
Centro Municipal de Educação Infantil Coração de Mãe (Ibiraquera)	Coordenador (a) dos C.M.E.I	João Batista de Souza Campos	344.922.329-15	20/02/2015
Centro Municipal de Educação Infantil Altona (Nova Brasília)	Coordenador (a) dos C.M.E.I	Sônia Maria Teixeira	432.893.049-49	20/02/2015
Centro Municipal de Educação Infantil Moacyr Orige (Vila Esperança)	Coordenador (a) dos C.M.E.I	Lenice da Silva Gonçalves	952.309.559-53	20/02/2015
Centro Municipal de Educação Infantil Cidália Soares Menezes (Roça Grande)	Coordenador (a) dos C.M.E.I	Maria Helena Alves Cardoso	578.550.569-04	20/02/2015
Centro Municipal de Educação Infantil Menino Deus (Sambaqui)	Coordenador (a) dos C.M.E.I	Clélia Bittencourt de Souza	888.421.429-72	20/02/2015
Centro Municipal de Educação Infantil Laura Perfeito (Vila Nova)	Coordenador (a) dos C.M.E.I	Margarete Martins de Souza Silvério	770.039.429-68	20/02/2015
Centro Municipal de Educação Infantil Domingos Frasson (Boa Vista)	Coordenador (a) dos C.M.E.I	Adelaide de Aguiar Bento Miranda	520.966.459-72	20/02/2015
Centro Municipal de Educação Infantil Juci de Souza dos Santos (Arroio)	Coordenador (a) dos C.M.E.I	Sandra Regina Souza de Ávila	691.250.079-04	20/02/2015
Centro Municipal de Educação Infantil Prof. ^a Doraci da Silva Spillere (Araçatuba)	Coordenador (a) dos C.M.E.I	Jerúzia Pires	542.708.201-87	20/02/2015
Centro Municipal de Educação Infantil Maria Virginia Soares (São Tomás)	Coordenador (a) dos C.M.E.I	Cláudia Maria Lopes da Silva	520.790.829-49	20/02/2015

COORDENADORES PEDAGÓGICOS – LC nº 4.514/2015				
Unidades Escolares	Cargo	Nome	CPF	Nomeação
Escola Básica Municipal Basileu José da Silva (Campo D'Aviação)	Coordenador (a) Pedagógico (a)	Nilcéia Ferreira Silva de Melo	749.732.409-82	20/02/2015
Escola Municipal Ugero Pittigliani (Boa Vista)	Coordenador (a) Pedagógico (a)	Andreza Pacheco da Rosa	952.314.639-49	20/02/2015
Escola Básica Municipal Pe. Dr. Itamar Luiz da Costa (Guaiúba)	Coordenador (a) Pedagógico (a)	Adriana Lopes Antônio	803.116.959-49	20/02/2015
Escola Municipal Belarminda de Souza Pires (Campestre)	Coordenador (a) Pedagógico (a)	Claudia Rosana de Oliveira	591.820.169-68	20/02/2015

Escola Básica Municipal José Vanderlei Mayer (Ribeira)	Coordenador (a) Pedagógico (a)	Edna Fraga Teixeira	578.593.889-87	20/02/2015
Escola Básica Municipal Deputado Joaquim Ramos (Paes Leme)	Coordenador (a) Pedagógico (a)	Rosines Espezim dos S. Marazzi	591.551.759-53	20/02/2015
Escola Municipal Etelvina de Souza Pereira (Vila Santo Antônio)	Coordenador (a) Pedagógico (a)	Mara Miria Ribeiro Fernandes	578.682.399-72	20/02/2015
Escola Municipal Terezinha Pinho de Souza (Arroio)	Coordenador (a) Pedagógico (a)	Ana Jandira Nascimento Gonçalves	018.163.219-58	20/02/2015
Escola Municipal Hermínia de Souza Marques (Alto Arroio)	Coordenador (a) Pedagógico (a)	Rosane de Oliveira Fernandes	749.732.589-20	20/02/2015

SECRETÁRIOS (AS) DE ESCOLAS – LC nº 4.514/2015

Unidades Escolares	Cargo	Nome	CPF	Nomeação
Escola Básica Municipal Basileu José da Silva (Campo D'Aviação)	Secretário (a)	Valquíria Corrêa Aguiar	416.470.419-53	20/02/2015
Escola Municipal Ugero Pittigliani (Boa Vista)	Secretário (a)	Valmir Rocha Flor	305.831.879-00	20/02/2015
Escola Básica Municipal Pe. Dr. Itamar Luiz da Costa (Guaiúba)	Secretário (a)	Gabriela Miranda Floriano	047.041.789-78	20/02/2015
Escola Municipal Belarminda de Souza Pires (Campestre)	Secretário (a)	Celiane Figueiredo Inocente	764.572.069-72	20/02/2015
Escola Básica Municipal José Vanderlei Mayer (Ribeira)	Secretário (a)	Eliane da Silveira Moraes	017.564.659-75	20/02/2015
Escola Básica Municipal Deputado Joaquim Ramos (Paes Leme)	Secretário (a)	Eliane de Jesus Silva	888.454.359-20	20/02/2015
Escola Municipal Etelvina de Souza Pereira (Vila Santo Antônio)	Secretário (a)	Floriza Vieira da Rosa	377.327.909-44	20/02/2015
Escola Municipal Terezinha Pinho de Souza (Arroio)	Secretário (a)	Adriane Ondina da Silva de Souza	764.570.609-00	20/02/2015
Escola Municipal Hermínia de Souza Marques (Alto Arroio)	Secretário (a)	Salete de Souza	591.485.279-04	20/02/2015

SECRETÁRIOS (AS) DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – LC nº 4.514/2015

Unidades Escolares	Cargo	Nome	CPF	Nomeação
Centro Municipal de Educação Infantil Raios de Sol (Araçá)	Secretário (a) dos C.M.E.I	Vera Lúcia Ferreira do Nascimento	398.365.339-15	20/02/2015
Centro Municipal de Educação Infantil Marilene Polachini (Vila Alvorada)	Secretário (a) dos C.M.E.I	Vanusa Machado de Moraes Silva	038.666.009-33	20/02/2015
Centro Municipal de Educação Infantil Alceu Rochadel (Ribeira)	Secretário (a) dos C.M.E.I	Jane Rose Martins	776.156.549-04	20/02/2015
Centro Municipal de Educação Infantil Clara Heitch Soares (Guaiúba)	Secretário (a) dos C.M.E.I	Cláudia Regina Mendes Nunes Fernandes	749.721.039-49	20/02/2015
Centro Municipal de Educação Infantil Altona (Nova Brasília)	Secretário (a) dos C.M.E.I	Helena de Carvalho	578.457.869-34	20/02/2015
Centro Municipal de Educação Infantil Laura Perfeito (Vila Nova)	Secretário (a) dos C.M.E.I	Sônia Regina Alves Pires	578.459.219-04	20/02/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, em 20 de fevereiro de 2015.

Imbituba, 19 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE TOMADA DE PREÇOS 01/2015(PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 23/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica, que realizará às 14:00 horas do dia 10 de março de 2015, licitação na modalidade de Tomada de Preços, tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa com fornecimento de materiais e mão de obra para reforma e ampliação do Centro Municipal de Educação Infantil Altona - Bairro: Nova Brasília - Imbituba/SC. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 20 de fevereiro de 2015

Michela da Silva Freitas

Secretaria de Educação

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 007/15**

Ato da Presidência nº 007/15

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 4ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 23 de Fevereiro de 2015 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
	PR nº 002/2015	13/02/15	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Constitui a Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização das Obras realizadas pelo Poder Executivo Municipal durante os anos de 2015 e 2016.	Ordinário	Única	Única
	REQ nº 006/2015	12/02/15	Legislativo Municipal	Roberto Luiz Rodrigues	Requer ao Excelentíssimo Prefeito do Município de Imbituba, Senhor Jaison Cardoso de Souza, e à Empresa Santo Anjo, informações sobre as qualificações dos motoristas do transporte coletivo urbano de Imbituba.	Ordinário	Única	Única
	REQ nº 007/2015	18/02/15	Legislativo Municipal	Anderson Teixeira	Requer à Prefeitura Municipal de Imbituba o valor dos impostos pagos ao município nos últimos 10 anos pelos contribuintes residentes ou localizados nos bairros da região norte do município.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 19 de Fevereiro de 2015.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza Presidente	
Rosália Maria de Souza Sgrott Primeira-Secretária	Luís Antônio Dutra Segundo-Secretário

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N° 001/15

Ato da Presidência n° 007/15

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 4ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 23 de Fevereiro de 2015 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
	PR n° 002/2015	13/02/15	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Constitui a Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização das Obras realizadas pelo Poder Executivo Municipal durante os anos de 2015 e 2016.	Ordinário	Única	Única
	REQ n° 006/2015	12/02/15	Legislativo Municipal	Roberto Luiz Rodrigues	Requer ao Excelentíssimo Prefeito do Município de Imbituba, Senhor Jaison Cardoso de Souza, e à Empresa Santo Anjo, informações sobre as qualificações dos motoristas do transporte coletivo urbano de Imbituba.	Ordinário	Única	Única
	REQ n° 007/2015	18/02/15	Legislativo Municipal	Anderson Teixeira	Requer à Prefeitura Municipal de Imbituba o valor dos impostos pagos ao município nos últimos 10 anos pelos contribuintes residentes ou localizados nos bairros da região norte do município.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. n° 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. n° 001/2005).

Gabinete da Presidência, 19 de Fevereiro de 2015.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza Presidente	
Rosália Maria de Souza Sgrott Primeira-Secretária	Luís Antônio Dutra Segundo-Secretário

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 013/2015

CONTRATO Nº 013/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL EA EMPRESA BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME, NA FORMA ABAIXO: Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.534.916/0001-36, com sede na Rua Dr. Paulo Aldinger, nº 71, sala 01, bairro Escola Agrícola, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Alexandre Richer, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 833.760.039/04 e Cédula de Identidade nº 3536084, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1.O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 262/2014 - Edital de Pregão nº 098/2014-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1.O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de material escolar, conforme quantitativos e especificações a seguir:

LOTE 21					
62	210	Pacote	Canudos flexíveis plástico 6 mm pacotes com 100 unidades. Dimensões: 210 x 6.	3,94	827,40
63	300	Pacote	Balão em látex liso, pacotes com 50 unidades, sortido verde amarelo azul e vermelho. Dimensões: 23 cm de Diâmetro. Tamanho: nº 9. Embalagem com 50 unidades.	6,57	1.971,00

3.2.LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1.A entrega dar-se-á no seguinte local: Prefeitura do Município de Indaial, situada à Avenida Getúlio Vargas, nº 126 - Bairro Centro, no município de Indaial - Estado de Santa Catarina - no horário compreendido das 08 :00 horas às 12 :00 horas e 13 :30 horas às 17 :30 horas, nos dias úteis.

3.2.2.Nos lotes 11 e 18 a entrega deverá ser feita diretamente nas escolas, unidades e depósito da secretaria de educação, conforme cronograma de entrega fornecido pela Secretaria de Educação.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$20.836,48 (vinte mil oitocentos e trinta e seis reais e quarenta e oito centavos).

4.2.Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

- 05.001.0012.0361.0005.2106.339030160000.01010000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339030160000.01190000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339030160000.01580000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339030160000.01010000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339030160000.01190000
- 05.001.0012.0365.0005.2100.339030160000.01580000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339032990000.01010000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339032990000.01190000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339032990000.01580000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339032990000.01010000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339032990000.01190000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339032990000.01580000

CLÁUSULA SEXTA: FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia após a entrega dos bens e da respectiva nota fiscal, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Município de Indaial.

6.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.4. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco do Brasil
Agência 3432-0
Conta 18664-3

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato são irreeajustáveis, exceto pelo reequilíbrio do quantitativo, de acordo com o art. 65, § 1º e art. 58, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo deste Contrato do presente contrato é de 02 de janeiro de 2015 até 02 de abril de 2015.

8.1.1. O prazo de entrega é até 23 de janeiro de 2015, com a emissão e comunicação da Ordem de Compra pela CONTRATANTE.

8.1.2. O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.1.4. O prazo de entrega dos bens, bem como o prazo de validade do contrato, poderão ser prorrogados por igual período, desde que devidamente justificado e com autorização expressa da CONTRATADA, que será feita através de termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3.Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4.Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.5.Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.6.Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.7.Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.8. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 262/2014 - Edital de Pregão nº 098/2014-10430.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1.Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

10.2.Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.4.Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1.O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2.À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer material/produto/equipamento entregue de má qualidade, ou danificado, ou em desacordo com o especificado no contrato e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.3.A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1.Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivarem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato;

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas;

d) - No valor de 3,0 % (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências;

e) - Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações do presente contrato, desde que cause prejuízo à CONTRATANTE;

f) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

g) - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE; e,

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. - Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "h".

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do contrato;

b) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

c) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

d) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. Constituem motivo para rescisão do contrato, no que couber:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9, 13.1.11 e 13.1.12.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3.A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4.Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5.Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

13.6.Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1.O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;

b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,

c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

a) - quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento dos produtos/bens;

c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato; e,

d) - quando conveniente a substituição da garantia de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1.Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2.Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3.A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4.A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1.O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1.Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

b) - Lei Orgânica do Município de Indaial;

c) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

d) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

e) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;

f) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;

- g) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
h) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal; e,
i) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 02 de janeiro de 2015

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI – ME Alexandre Richer Contratada

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanne Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 014/2015

CONTRATO Nº 014/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E A EMPRESA ADL COMERCIAL EIRELI - EPP, NA FORMA ABAIXO:
Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ADL COMERCIAL EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.267.298/0001-78, com sede na Rua Floriania, nº 467, fundos, bairro Velha Central, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Dirceu Castro Pereira, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 704.888.940/34 e Cédula de Identidade nº 4.580.214, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 262/2014 - Edital de Pregão nº 098/2014-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de material escolar, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
LOTE 02					
03	90	Pacote	Cartolina pacotes com 100 folhas Cor branca. Tamanho: 50x66 cm.	37,81	3.402,90
04	60	Pacote	Cartolina colorida pacotes com 100 folhas, tamanho: 50x66 cm, cores: 10 pacotes amarela 10 pacotes verdes.	37,81	2.268,60
05	500	Pacote	Cartolina dupla face pacotes com 20 folhas, tamanho: 48 cm X 66 cm Cores: 100 azul Royal, 100 amarela ouro, 100 vermelha vivo, 100 verde bandeira, 100 preta.	15,20	7.600,00
06	360	Pacote	Papel creative papers Lustroso, 5 cores fortes e brilhantes, pacote com 50 unidades, tamanho A4 Folha fina.	7,85	2.826,00

3.2.LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1.A entrega dar-se-á no seguinte local: Prefeitura do Município de Indaial, situada à Avenida Getúlio Vargas, nº 126 - Bairro Centro, no município de Indaial - Estado de Santa Catarina - no horário compreendido das 08 :00 horas às 12 :00 horas e 13 :30 horas às 17 :30 horas, nos dias úteis.

3.2.2.Nos lotes 11 e 18 a entrega deverá ser feita diretamente nas escolas, unidades e depósito da secretaria de educação, conforme cronograma de entrega fornecido pela Secretaria de Educação.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$25.682,50 (vinte e cinco mil seiscientos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).

4.2.Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

- 05.001.0012.0361.0005.2106.339030160000.01010000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339030160000.01190000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339030160000.01580000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339030160000.01010000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339030160000.01190000
- 05.001.0012.0365.0005.2100.339030160000.01580000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339032990000.01010000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339032990000.01190000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339032990000.01580000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339032990000.01010000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339032990000.01190000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339032990000.01580000

CLÁUSULA SEXTA: FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia após a entrega dos bens e da respectiva nota fiscal, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Município de Indaial.

6.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.4. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco do Brasil
Agência 2999-8
Conta 22.427-8

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato são irremovíveis, exceto pelo reequilíbrio do quantitativo, de acordo com o art. 65, § 1º e art. 58, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo deste Contrato do presente contrato é de 02 de janeiro de 2015 até 02 de abril de 2015.

8.1.1. O prazo de entrega é até 23 de janeiro de 2015, com a emissão e comunicação da Ordem de Compra pela CONTRATANTE.

8.1.2. O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.1.4. O prazo de entrega dos bens, bem como o prazo de validade do contrato, poderão ser prorrogados por igual período, desde que devidamente justificado e com autorização expressa da CONTRATADA, que será feita através de termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.6. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.7. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.8. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 262/2014 - Edital de Pregão nº 098/2014-10430.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

10.2. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer material/produto/equipamento entregue de má qualidade, ou danificado, ou em desacordo com o especificado no contrato e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivarem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato;

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas;

d) - No valor de 3,0 % (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências;

e) - Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações do presente contrato, desde que cause prejuízo à CONTRATANTE;

f) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

g) - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE; e,

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. - Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "h".

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do contrato;

b) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

c) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

d) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.2.As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4.O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1.Constituem motivo para rescisão do contrato, no que couber:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2.Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9, 13.1.11 e 13.1.12.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3.A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4.Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este resarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5.Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

13.6.Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1.O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

- a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;
- b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,
- c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

- a) - quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento dos produtos/bens;
- c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato; e,
- d) - quando conveniente a substituição da garantia de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- d) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal; e,
- i) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 02 de janeiro de 2015

MUNICÍPIO DE INDAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	ADL COMERCIAL EIRELI Dirceu Castro Pereira Contratada

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanne Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 015/2015

CONTRATO Nº 015/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E A EMPRESA M MOBILE EIRELI - EPP, NA FORMA ABAIXO: Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, M MOBILE EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.764.033/0001-85, com sede na Rua Eduardo Neidert, nº 1.803, bairro Preto, na cidade de Rio Negrinho - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Luiz Amarildo Muller, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 516.501.429/00 e Cédula de Identidade nº 1.646.471, residente e domiciliado na rua Adolfo Konder, nº 279, bairro Cerramarte, na cidade de Rio Negrinho - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1.O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 262/2014 - Edital de Pregão nº 098/2014-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1.O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de material escolar, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL		
LOTE 03							
07	500	Unid.	CD RW- Re-gravável, com envelope de papel individual.	3,33	1.665,00		
08	400	Unid.	DVD- R, com envelope de papel individual.	1,18	472,00		
LOTE 06							
18	160	Rolo	Fita adesiva Transparente, estreita, rolo grande, tipo durex.	0,83	132,80		

19	500	Rolo	Fita adesiva Transparente, 50 mm x5 0m, rolo grande.	3,20	1.600,00		
20	1.300	Rolo	Fita adesiva de papel crepado - Composição: papel crepado saturado coberto com adesivo de borracha natural e resinas sintéticas. Cola de boa qualidade. Tamanho: 50 mm X 50m. Cor marrom.	12,78	16.614,00		
LOTE 09							
25	45	Unid.	Grampeador de parede Tipo pistola, dimensões 140 mm x 200 mm, Cabo em termoplástico, apropriado para tapeçaria e serigrafia, para grampos 106/6 – 106/8 – 106/10.	45,10	2.029,50		
26	65	Unid.	Grampeador de mesa tipo alicate todo em metal, capacidade de pente inteiro, grampeia ate 26 folhas de 75g/m2, utiliza grampos 26/6, Tamanho: 20x4,8x8 cm.	14,30	929,50		
27	02	Unid.	Grampeador até 100 folhas em metal, espaço de 70 mm para as folhas, grampos do tipo: 23/8, 23/10, 23/13, 9/14 (mm), dimensões 28,7 x 7,6 x 18,5cm.	105,50	211,00		
LOTE 13							
36	125	Unid.	Pistola para cola termoplástica cola grossa, 40 W, cabo em plástico duro, tensão alimentação 220 V.	21,29	2.661,25		
37	80	Pacote	Bastão cola termoplástica pacotes de 1 kg, transparente, em resina sintética e ceras especiais, 1,3mm de diâmetro e 30 cm de comprimento. Pacotes de 1 kg	27,10	2.168,00		
LOTE 17							

52	03	Caixa	Stencil a álcool roxo, caixa com 100 folhas, tamanho para uso em papel A4.	47,05	141,15
53	84	Rolo	Rolo de papel contact transparente, tamanho 45 cm x 25 m, laminado de PVC autoadesivo, protegido no verso por papel siliconado.	51,96	4.364,64
55	36	Caixa	Papel celofane transparente caixa com 50 unidades, tamanho 85 X 100 bopp, caixa com 50 unidades, nas cores amarelo, vermelho, verde, azul. 9 caixas de cada cor.	39,45	1.420,20
56	160	Caixa	Papel Crepom parafinado caixa com 20 unidades tamanho 0,48X 2,00m, caixa com 20 unidades, nas cores amarelo, vermelho, verde, azul. 40 caixas de cada cor.	15,40	2.464,00

3.2.LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1.A entrega dar-se-á no seguinte local: Prefeitura do Município de Indaial, situada à Avenida Getúlio Vargas, nº 126 - Bairro Centro, no município de Indaial - Estado de Santa Catarina - no horário compreendido das 08 :00 horas às 12 :00 horas e 13 :30 horas às 17 :30 horas, nos dias úteis.

3.2.2.Nos lotes 11 e 18 a entrega deverá ser feita diretamente nas escolas, unidades e depósito da secretaria de educação, conforme cronograma de entrega fornecido pela Secretaria de Educação.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$36.873,04 (trinta e seis mil oitocentos e setenta e três reais e quatro centavos).

4.2.Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

- 05.001.0012.0361.0005.2106.339030160000.01010000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339030160000.01190000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339030160000.01580000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339030160000.01010000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339030160000.01190000
- 05.001.0012.0365.0005.2100.339030160000.01580000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339032990000.01010000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339032990000.01190000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339032990000.01580000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339032990000.01010000

- 05.001.0012.0365.0005.2110.339032990000.01190000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339032990000.01580000

CLÁUSULA SEXTA: FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia após a entrega dos bens e da respectiva nota fiscal, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Município de Indaial.

6.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.4. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco do Brasil
Agência 1394-3
Conta 26060-6

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato são irrevogáveis, exceto pelo reequilíbrio do quantitativo, de acordo com o art. 65, § 1º e art. 58, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo deste Contrato do presente contrato é de 02 de janeiro de 2015 até 02 de abril de 2015.

8.1.1. O prazo de entrega é até 23 de janeiro de 2015, com a emissão e comunicação da Ordem de Compra pela CONTRATANTE.

8.1.2. O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.1.4. O prazo de entrega dos bens, bem como o prazo de validade do contrato, poderão ser prorrogados por igual período, desde que devidamente justificado e com autorização expressa da CONTRATADA, que será feita através de termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.6. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.7. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.8. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 262/2014 - Edital de Pregão nº 098/2014-10430.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

10.2. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer material/produto/equipamento entregue de má qualidade, ou danificado, ou em desacordo com o especificado no contrato e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivarem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato;

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas;

d) - No valor de 3,0 % (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências;

e) - Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações do presente contrato, desde que cause prejuízo à CONTRATANTE;

f) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

g) - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE; e,

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. - Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "h".

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do contrato;

- b) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- d) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.2.As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4.O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1.Constituem motivo para rescisão do contrato, no que couber:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2.Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9, 13.1.11 e 13.1.12.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3.A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4.Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este resarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5.Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

13.6.Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1.O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

- a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;
- b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,
- c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

- a) - quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento dos produtos/bens;
- c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato; e,
- d) - quando conveniente a substituição da garantia de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1.Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2.Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3.A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4.A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1.O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1.Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- d) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal; e,
- i) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 02 de janeiro de 2015

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	M MOBILE EIRELI - EPP Luiz Antonio Mueller Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 016/2015

CONTRATO Nº 016/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E A EMPRESA BOZZANO E BOZZANO LTDA, NA FORMA ABAIXO:
Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, BOZZANO E BOZZANO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 85.323.392/0001-82, com sede na Rua Mancio Costa, nº 98, sala 01, bairro Garcia, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Enio Bozzano, brasileiro, comerciante, inscrito no CPF sob nº 350.854.609/87 e Cédula de Identidade nº 827.267, residente e domiciliado na rua Amazonas, nº 4.130, bairro Garcia, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 262/2014 - Edital de Pregão nº 098/2014-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de material escolar, conforme quantitativos e especificações a seguir:

LOTE 15					
46	55	Unid.	Tesoura grande- Com lâminas em aço inox, cabo plástico de 21 cm.	6,35	349,25
47	5.850	Unid.	Tesoura escolar com pontas arredondadas, lâmina em aço inox, cabo anatômico revestido internamente com material emborrachado para facilitar o uso e proporcionar maior conforto, lâmina com tratamento antiferrugem, comprimento total (lâmina + cabo) de 13 cm, lâmina com espessura de 1,5mm, cabo plástico inteiriço até o parafuso de união das lâminas garantindo maior durabilidade ao produto, e certificação do INMETRO.	2,20	12.870,00

3.2.LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1.A entrega dar-se-á no seguinte local: Prefeitura do Município de Indaial, situada à Avenida Getúlio Vargas, nº 126 - Bairro Centro, no município de Indaial - Estado de Santa Catarina - no horário compreendido das 08 :00 horas às 12 :00 horas e 13 :30 horas às 17 :30 horas, nos dias úteis.

3.2.2.Nos lotes 11 e 18 a entrega deverá ser feita diretamente nas escolas, unidades e depósito da secretaria de educação, conforme cronograma de entrega fornecido pela Secretaria de Educação.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$15.029,15 (quinze mil e vinte e nove reais e quinze centavos).

4.2.Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

- 05.001.0012.0361.0005.2106.339030160000.01010000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339030160000.01190000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339030160000.01580000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339030160000.01010000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339030160000.01190000
- 05.001.0012.0365.0005.2100.339030160000.01580000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339032990000.01010000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339032990000.01190000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339032990000.01580000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339032990000.01010000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339032990000.01190000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339032990000.01580000

CLÁUSULA SEXTA: FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia após a entrega dos bens e da respectiva nota fiscal, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Município de Indaial.

6.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.3.Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.4.O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco Caixa Econômica Federal
Agência 0411
Conta 005.707-9

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1.A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1.REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato são irrevogáveis, exceto pelo reequilíbrio do quantitativo, de acordo com o art. 65, § 1º e art. 58, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.1.2.REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo deste Contrato do presente contrato é de 02 de janeiro de 2015 até 02 de abril de 2015.

8.1.1.O prazo de entrega é até 23 de janeiro de 2015, com a emissão e comunicação da Ordem de Compra pela CONTRATANTE.

8.1.2.O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3.O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.1.4.O prazo de entrega dos bens, bem como o prazo de validade do contrato, poderão ser prorrogados por igual período, desde que devidamente justificado e com autorização expressa da CONTRATADA, que será feita através de termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3.Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4.Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.5.Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.6.Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.7.Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.8. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 262/2014 - Edital de Pregão nº 098/2014-10430.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1.Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

10.2.Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.4.Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1.O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2.À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer material/produto/equipamento entregue de má qualidade, ou danificado, ou em desacordo com o especificado no contrato e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.3.A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1.Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivarem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato;

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas;

d) - No valor de 3,0 % (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências;

e) - Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações do presente contrato, desde que cause prejuízo à CONTRATANTE;

f) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

g) - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE; e,

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. - Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "h".

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do contrato;

b) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

c) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

d) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.2.As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4.O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1.Constituem motivo para rescisão do contrato, no que couber:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9, 13.1.11 e 13.1.12.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este resarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

13.6. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;

b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,

c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

a) - quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de

fornecimento dos produtos/bens;

c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato; e,

d) - quando conveniente a substituição da garantia de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

b) - Lei Orgânica do Município de Indaial;

c) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

d) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

e) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;

f) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;

g) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;

h) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal; e,

i) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 02 de janeiro de 2015

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	BOZZANO E BOZZANO LTDA - ME Enio Bozzano Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

CONTRATO Nº 017/2015

CONTRATO Nº 017/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E A EMPRESA RSUL LTDA - ME, NA FORMA ABAIXO: Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, RSUL LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.066.477/0001-84, com sede na rua Venâncio Rampeloti, nº 08, bairro Escola Agrícola, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Leandro Geremias, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 039376.959/31 e Cédula de Identidade nº 4087352, residente e domiciliado na rua Hermann Spornau, nº 29, apto 301, bairro Água Verde, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, , tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1.O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 262/2014 - Edital de Pregão nº 098/2014-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1.O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de material escolar, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
LOTE 05					
14	185	Unid.	Cola Branca, frasco de 1 litro não tóxica, lavável, com bico dosador. Composição: Acetato de polivinila.	8,36	1.546,60
15	7.800	Unid.	Cola escolar branca ou transparente. Especificações: tubo plástico virgem com bico aplicador e tampa especial com base antiasfixiante que possibilita o uso imediato do produto, contendo mínimo 100grs(3,52 oz). Composição: resina de pva e água, atóxica, lavável (obrigatório constar lavável no rótulo original do produto). Podendo ser utilizada para colagens em papel cartão e cartolina. Na embalagem deve conter informações do fabricante, marca, e validade mínima de 2 anos.	2,90	22.620,00

16	60	Caixa	Cola glitter 35 gramas caixa com 12 unidades, Atóxica, brilho intenso, lavável, exclusivo bico aplicador, Tamanho: altura 11,5 cm, profundidade 1,5 cm, 3,5 cm largura. Nas cores prata e dourado. 30 caixas dourada e 30 prateada	30,93	1.855,80
17	340	Estojo	Cola colorida 23 gramas estojo com 4 unidades Atóxica, brilho intenso, exclusivo bico aplicador, Depois de seca conserva a textura, o brilho, o relevo e as cores originais. Tamanho da embalagem: Altura 15 cm X largura 10 cm X profundidade 2,5 cm. Peso 0,2500.	4,64	1.577,60

LOTE 10

28	1.800	Pote	Massa de modelar soft copo de 500 gramas Não tóxica. À base de amido, não tóxica, super macia, com aroma de tutti-frutti e cores vivas e brilhantes. – 450 verde, 450 azul, 450 amarela, 450 vermelha.	11,36	20.448,00
29	1.500	Unid.	Tinta para tecido, Pintura Têxtil, 250 ml, Atóxica, tinta para resina acrílica, solúvel em água, resistente a lavagens, cores miscíveis entre si, para tecido de algodão sem goma. Composição: resina de emulsão acrílica, água, Pigmentos, solvente, aditivos e conservante. Embalagem tamanho: 9 cm de altura X 6,5 cm de largura X 6,5 de profundidade. Nas cores 250 amarelo, 250 vermelho, 250 verde, 250 azul, 250 branco e 250 preto.	12,66	18.990,00
30	2.400	Unid.	Tinta Guache 250 ml – Têmpera Guache, cores vivas e miscíveis entre si, solúvel em água, frascos produzidos com material de alta qualidade, tampa com rosca com bico dosador econômico abre e fecha, com no mínimo 250 ml cada frasco, com rotulo do produto individual, descrição da cor e validade, com ótima cobertura, produto atóxico, para ser aplicado em papel, papel cartão, cartolina, produzida a base de resina, água, pigmentos, carga e conservantes, indicada para crianças à partir de 03 anos de idade. Com selo do Inmetro apresentado na proposta. As cores serão divididas em 6 cores – 400 azul Royal, 400 verde, 400 amarelo ouro, 400 vermelho, 400 branco e 400 preto.	4,43	10.632,00

LOTE 14

38	5.800	Unid.	Régua de plástico poliestireno com divisão da escala em milímetros, 30 cm. Medida: 310x 35 x 3 mm, personalizado 1x0 com o brasão do município com selo do INMETRO.	1,73	10.034,00
39	190	Unid.	Transferidor 180 graus, em material reciclado PET, tamanho 12 x 7 cm espessura de 2 mm, material com graduação de graus e de centímetros. Personalizado com brasão do município e 1 cor de impressão, acabamento corte declive diminuída de 0,5 mm aproximado. Vedada a colagem de etiqueta inclusive na amostra.	2,24	425,00
40	190	Unid.	Jogo de Esquadros Material reciclado PET, tamanho aproximado de 20 cm, com espessura de 2 mm, material com graduação de esquadro de (90°, 60° e 30°) e (90°, 45° e 45°) graus e com medidas de 0 a 19,5 centímetros. Personalizado com brasão do município em 1 cor de impressão acabamento corte declive diminuída de 0.5mm. Vedada a colagem de etiqueta inclusive na amostra.	3,78	718,20
41	190	Unid.	Compasso escolar De metal, com grafite, em estojo tipo saco plástico.	3,91	742,00
42	435	Caixa	APONTADOR com reservatório caixa com 24 unidades– Para lápis de madeira. Com coletor. No formato retangular. Material acrílico rígido. Dimensões aproximadas: comprimento 5,5cm, largura 2 cm e profundidade 1 cm. Lâmina em material aço. Diversas cores. Embalagem Individual. Com certificação INMETRO. Personalizado 1x0 com a logo do município.	18,99	8.260,65

43	660	Caixa	Borracha branca caixa com 20 unidades, macia, especial para apagar escrita a lápis, látex. Tamanho 3 cm x 4 cm x 1 cm. Medida: 40 x 28 x 10,5mm.	8,53	5.629,80
44	350	Unid.	Apagador Para quadro branco. Feltro 100% lã, ótima apagabilidade e durabilidade. Feito em plástico ABS, tamanho aproximado 143 x 50 x 28 mm.	4,07	1.424,50
45	64	Pacote	Grampo trilho plástico pacotes com 50 unidades Tipo Romeu e Julieta, plástico, branco, 80 mm p/ 200 folhas, 75 g.	10,21	653,44

3.2.LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1.A entrega dar-se-á no seguinte local: Prefeitura do Município de Indaial, situada à Avenida Getúlio Vargas, nº 126 - Bairro Centro, no município de Indaial - Estado de Santa Catarina - no horário compreendido das 08 :00 horas às 12 :00 horas e 13 :30 horas às 17 :30 horas, nos dias úteis.

3.2.2.Nos lotes 11 e 18 a entrega deverá ser feita diretamente nas escolas, unidades e depósito da secretaria de educação, conforme cronograma de entrega fornecido pela Secretaria de Educação.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$105.559,09 (cento e cinco mil quinhentos e cinquenta e nove reais e nove centavos).

4.2.Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

- 05.001.0012.0361.0005.2106.339030160000.01010000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339030160000.01190000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339030160000.01580000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339030160000.01010000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339030160000.01190000
- 05.001.0012.0365.0005.2100.339030160000.01580000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339032990000.01010000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339032990000.01190000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339032990000.01580000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339032990000.01010000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339032990000.01190000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339032990000.01580000

CLÁUSULA SEXTA: FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia após a entrega dos bens e da respectiva nota fiscal, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Município de Indaial.

6.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.3.Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.4.O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:Banco do Brasil - Agência 3420-7 - Conta 138252-7

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1.A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1.REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato são irredutíveis, exceto pelo reequilíbrio do quantitativo, de acordo com o art. 65, § 1º e art. 58, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.1.2.REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo deste Contrato do presente contrato é de 02 de janeiro de 2015 até 02 de abril de 2015.

8.1.1.O prazo de entrega é até 23 de janeiro de 2015, com a emissão e comunicação da Ordem de Compra pela CONTRATANTE.

8.1.2.O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3.O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.1.4.O prazo de entrega dos bens, bem como o prazo de validade do contrato, poderão ser prorrogados por igual período, desde que devidamente justificado e com autorização expressa da CONTRATADA, que será feita através de termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.6. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.7.Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.8. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 262/2014 - Edital de Pregão nº 098/2014-10430.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1.Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

10.2.Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.4.Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1.O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2.À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer material/produto/equipamento entregue de má qualidade, ou danificado, ou em desacordo com o especificado no contrato e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.3.A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1.Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivarem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

- a) - No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
- b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato;
- c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas;
- d) - No valor de 3,0 % (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências;
- e) - Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações do presente contrato, desde que cause prejuízo à CONTRATANTE;
- f) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;
- g) - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE; e,
- h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. - Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "h".

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- b) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- d) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.2.As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4.O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1.Constituem motivo para rescisão do contrato, no que couber:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9, 13.1.11 e 13.1.12.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este resarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

13.6. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;

b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,

c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

a) - quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento dos produtos/bens;

c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato; e,

d) - quando conveniente a substituição da garantia de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1.O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1.Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- d) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal; e,
- i) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1.Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 02 de janeiro de 2015

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	RSUL LTDA ME Leandro Geremias Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 018/2015

CONTRATO Nº 018/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E A EMPRESA AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.147.109/0001-56, com sede na rua Farropilha, nº 35, bairro Barreiros, na cidade de Florianópolis - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Edemilson Krauss, brasileiro, vendedor, inscrito no CPF sob nº 914.727.179/53 e Cédula de Identidade nº 2550983, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, , tem entre si justo e acordado, na melhor forma do

direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1.O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 262/2014 - Edital de Pregão nº 098/2014-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1.O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de material escolar, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
LOTE 08					
22	3.150	Caixa	Giz de cera estojo com 15 unidades Tipo curtom, Formato Jumbo (redondo). Cores vivas e intensas com ótima cobertura. Fórmula resistente à queda. Estojo com berço que garante maior proteção, com selo do INMETRO.	2,39	7.528,50
23	680	Estojo	Giz de cera estojo com 6 cores- Cores vivas e intensas com ótima cobertura. Fórmula resistente à queda. Tamanho 8 cm de diâmetro e 7 cm de comprimento.com peso mínimo de 185gr.	5,50	3.740,00
24	5.800	Caixa	Lápis de cor caixa com 12 cores Pigmento com alta concentração, Cores vivas e miscíveis, mina resistente e macia, Corpo hexagonal ou redondo com corpo de madeira reflorestada. Selo do INMETRO.	4,97	28.826,00
LOTE 11					
31	430	Caixa	Papel Sulfito A4 210 x 297 mm, gramatura 75g/m², alcalino, para impressão à laser – caixa com 5000 folhas.	93,03	40.002,90
32	190	Resma	Papel A3, papel sulfito A3 90 gramas resmas de 500 folhas, Alcalino, 297 X420 mm, pacote com 500 folhas.	21,03	3.995,70

3.2.LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1.A entrega dar-se-á no seguinte local: Prefeitura do Município de Indaial, situada à Avenida Getúlio Vargas, nº 126 - Bairro Centro, no município de Indaial - Estado de Santa Catarina - no horário compreendido das 08 :00 horas às 12 :00 horas e 13 :30 horas às 17 :30 horas, nos dias úteis.

3.2.2.Nos lotes 11 e 18 a entrega deverá ser feita diretamente nas escolas, unidades e depósito da secretaria de educação, conforme cronograma de entrega fornecido pela Secretaria de Educação.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$84.093,10 (oitenta e quatro mil noventa e três reais e dez centavos).

4.2.Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

- 05.001.0012.0361.0005.2106.339030160000.01010000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339030160000.01190000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339030160000.01580000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339030160000.01010000

- 05.001.0012.0365.0005.2110.339030160000.01190000
- 05.001.0012.0365.0005.2100.339030160000.01580000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339032990000.01010000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339032990000.01190000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339032990000.01580000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339032990000.01010000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339032990000.01190000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339032990000.01580000

CLÁUSULA SEXTA: FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia após a entrega dos bens e da respectiva nota fiscal, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Município de Indaial.

6.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.4. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue: Banco do Brasil - Agência 3191-7 - Conta 1326-9

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato são irrealizáveis, exceto pelo reequilíbrio do quantitativo, de acordo com o art. 65, § 1º e art. 58, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo deste Contrato do presente contrato é de 02 de janeiro de 2015 até 02 de abril de 2015.

8.1.1. O prazo de entrega é até 23 de janeiro de 2015, com a emissão e comunicação da Ordem de Compra pela CONTRATANTE.

8.1.2. O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.1.4. O prazo de entrega dos bens, bem como o prazo de validade do contrato, poderão ser prorrogados por igual período, desde que devidamente justificado e com autorização expressa da CONTRATADA, que será feita através de termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.6. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.7. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.8. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 262/2014 - Edital de Pregão nº 098/2014-10430.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

10.2. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer material/produto/equipamento entregue de má qualidade, ou danificado, ou em desacordo com o especificado no contrato e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivarem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato;

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas;

d) - No valor de 3,0 % (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências;

e) - Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações do presente contrato, desde que cause prejuízo à CONTRATANTE;

f) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

g) - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE; e,

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. - Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "h".

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- b) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- d) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.2.As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4.O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1.Constituem motivo para rescisão do contrato, no que couber:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2.Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9, 13.1.11 e 13.1.12.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3.A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4.Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este resarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5.Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

13.6.Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1.O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

- a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;
- b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,
- c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

- a) - quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento dos produtos/bens;
- c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato; e,
- d) - quando conveniente a substituição da garantia de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1.Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2.Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3.A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4.A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1.O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1.Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- d) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal; e,
- i) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1.Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 02 de janeiro de 2015

MUNICÍPIO DE INDIAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA Edemilson Krauss Contratada

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 019/2015

CONTRATO Nº 019/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDIAIAL E A EMPRESA ELMO PAPELARIA LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDIAIAL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ELMO PAPELARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.999.762/0001-31, com sede na rua Prefeito José Kehrig, nº 5.501, bairro Centro, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Bruno Santos, brasileiro, Auxiliar Administrativo, inscrito no CPF sob nº 071.441.879/02 e Cédula de Identidade nº 3.975.52-5, residente e domiciliado na rua Frei Dalvino Munaretto, nº 1.038, Bairro centro, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, , tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1.O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 262/2014 - Edital de Pregão nº 098/2014-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1.O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de material escolar, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	
LOTE 12						
33	230	Caixa	Pincel para quadro branco recarregável caixa com 12 unidades, ponta cônica de poliéster com 6 mm, tinta a base de álcool – COR PRETO. Com selo do INMETRO, comprovado na proposta.	79,56	18.298,80	
34	520	Estojo	Pincel Atômico Estojo com 6 unidade Ponta grossa, numeração 850.	13,26	6.895,20	
35	50	Estojo	Estojo de caneta para retroprojeter com 6 cores- escrita macia, tinta com alta fixação e a prova de água. Ponta poliacetal 1.0mm (ponta média) . Tinta á base de álcool. Espessura de escrita: papel 0.1mm. Tinta resistente á água.	19,92	996,00	

3.2.LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1.A entrega dar-se-á no seguinte local: Prefeitura do Município de Indaial, situada à Avenida Getúlio Vargas, nº 126 - Bairro Centro, no município de Indaial - Estado de Santa Catarina - no horário compreendido das 08 :00 horas às 12 :00 horas e 13 :30 horas às 17 :30 horas, nos dias úteis.

3.2.2.Nos lotes 11 e 18 a entrega deverá ser feita diretamente nas escolas, unidades e depósito da secretaria de educação, conforme cronograma de entrega fornecido pela Secretaria de Educação.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$26.190,00 (vinte e seis mil cento e noventa reais).

4.2.Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infelizmente do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

- 05.001.0012.0361.0005.2106.339030160000.01010000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339030160000.01190000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339030160000.01580000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339030160000.01010000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339030160000.01190000
- 05.001.0012.0365.0005.2100.339030160000.01580000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339032990000.01010000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339032990000.01190000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339032990000.01580000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339032990000.01010000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339032990000.01190000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339032990000.01580000

CLÁUSULA SEXTA: FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia após a entrega dos bens e da respectiva nota fiscal, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Município de Indaial.

6.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.4. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue: Banco do Brasil - Agência 2600-X - Conta 9263-0

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato são irreeajustáveis, exceto pelo reequilíbrio do quantitativo, de acordo com o art. 65, § 1º e art. 58, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo deste Contrato do presente contrato é de 02 de janeiro de 2015 até 02 de abril de 2015.

8.1.1. O prazo de entrega é até 23 de janeiro de 2015, com a emissão e comunicação da Ordem de Compra pela CONTRATANTE.

8.1.2. O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.1.4. O prazo de entrega dos bens, bem como o prazo de validade do contrato, poderão ser prorrogados por igual período, desde que devidamente justificado e com autorização expressa da CONTRATADA, que será feita através de termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.6. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.7. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.8. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 262/2014 - Edital de Pregão nº 098/2014-10430.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1.Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

10.2.Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.4.Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1.O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2.À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer material/produto/equipamento entregue de má qualidade, ou danificado, ou em desacordo com o especificado no contrato e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.3.A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1.Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivarem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato;

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas;

d) - No valor de 3,0 % (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências;

e) - Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações do presente contrato, desde que cause prejuízo à CONTRATANTE;

f) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

g) - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE; e,

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. - Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "h".

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do contrato;

b) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

c) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

d) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.2.As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4.O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1.Constituem motivo para rescisão do contrato, no que couber:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2.Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9, 13.1.11 e 13.1.12.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3.A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4.Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este resarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5.Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

13.6.Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1.O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;

b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,

c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

a) - quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento dos produtos/bens;

c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato; e,

d) - quando conveniente a substituição da garantia de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

b) - Lei Orgânica do Município de Indaial;

c) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

d) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

e) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;

f) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;

g) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;

h) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal; e,

i) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 02 de janeiro de 2015

MUNICÍPIO DE INDIAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	ELMO PAPELARIA LTDA Bruno Santos Contratada

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 020/2015

CONTRATO Nº 020/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E A EMPRESA BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI - ME, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.667.876/0001-75, com sede na rua Pereira de Oliveira, nº 86, Galpão 02, bairro Velha, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Romeu Seibt, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 506.189.979/20 e Cédula de Identidade nº 1.480.037, residente e domiciliado na rua Adriano Curi, nº 50, Bairro Velha, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1.O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 262/2014 - Edital de Pregão nº 098/2014-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1.O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de material escolar, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
LOTE 16					
48	2.100	Unid.	Caderno de caligrafia Tamanho 200 mm X 140 mm, com 40 folhas, ¼ de brochura horizontal.	1,04	2.184,00
49	3.300	Unid.	Caderno de desenho grande com espiral, sem seda, com 96 folhas, formato 297 mm x 210 mm.	4,71	15.543,00

50	2.800	Unid.	Monobloco Tamanho A4, 210x297mm. Branco com pauta (linhas) com 96 Folhas.	3,99	11.172,00
51	2.500	Bloco	Bloco de papel Canson A4 140 g/ m ² com 20 folhas. Tamanho 210 mm X 297 mm. Bloco Canson Branco A4 140 Gramas com 20fls Papel livre de ácido e atóxico, garantindo a segurança dos consumidores; PH: neutro e livre de ácido; Brancura: natural, sem clareador óptico; Cola-gem: colado na massa, por isso não absorve a água rapidamente, garantindo cores vivas nos trabalhos à base de água; Possui tratamento contra fungos e bactérias; Cor: Branco; Textura levemente granulada.	4,74	11.850,00

3.2.LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1.A entrega dar-se-á no seguinte local: Prefeitura do Município de Indaial, situada à Avenida Getúlio Vargas, nº 126 - Bairro Centro, no município de Indaial - Estado de Santa Catarina - no horário compreendido das 08 :00 horas às 12 :00 horas e 13 :30 horas às 17 :30 horas, nos dias úteis.

3.2.2.Nos lotes 11 e 18 a entrega deverá ser feita diretamente nas escolas, unidades e depósito da secretaria de educação, conforme cronograma de entrega fornecido pela Secretaria de Educação.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$40.749,00 (quarenta mil setecentos e quarenta e nove reais).

4.2.Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

- 05.001.0012.0361.0005.2106.339030160000.01010000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339030160000.01190000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339030160000.01580000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339030160000.01010000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339030160000.01190000
- 05.001.0012.0365.0005.2100.339030160000.01580000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339032990000.01010000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339032990000.01190000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339032990000.01580000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339032990000.01010000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339032990000.01190000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339032990000.01580000

CLÁUSULA SEXTA: FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia após a entrega dos bens e da respectiva nota fiscal, devidamente aprovada e

liquidada pela unidade requerente do Município de Indaial.

6.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.4. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue: Banco do Brasil - Agência 2600-X - Conta 9263-0

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato são irreeajustáveis, exceto pelo reequilíbrio do quantitativo, de acordo com o art. 65, § 1º e art. 58, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo deste Contrato do presente contrato é de 02 de janeiro de 2015 até 02 de abril de 2015.

8.1.1. O prazo de entrega é até 23 de janeiro de 2015, com a emissão e comunicação da Ordem de Compra pela CONTRATANTE.

8.1.2. O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.1.4. O prazo de entrega dos bens, bem como o prazo de validade do contrato, poderão ser prorrogados por igual período, desde que devidamente justificado e com autorização expressa da CONTRATADA, que será feita através de termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.6. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.7. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.8. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 262/2014 - Edital de Pregão nº 098/2014-10430.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1.Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

10.2.Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.4.Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1.O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2.À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer material/produto/equipamento entregue de má qualidade, ou danificado, ou em desacordo com o especificado no contrato e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.3.A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1.Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivarem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato;

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas;

d) - No valor de 3,0 % (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências;

e) - Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações do presente contrato, desde que cause prejuízo à CONTRATANTE;

f) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

g) - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE; e,

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. - Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "h".

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do contrato;

b) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

c) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

d) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.2.As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4.O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1.Constituem motivo para rescisão do contrato, no que couber:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2.Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9, 13.1.11 e 13.1.12.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3.A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4.Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5.Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

13.6.Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1.O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja

a desconfiguração do objeto;

b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,

c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

a) - quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento dos produtos/bens;

c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato; e,

d) - quando conveniente a substituição da garantia de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

b) - Lei Orgânica do Município de Indaial;

c) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

d) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

e) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;

f) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;

g) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;

h) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal; e,

i) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 02 de janeiro de 2015

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI – ME Romeu Seibt Contratada

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanne Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215
--	---

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 021/2015

CONTRATO Nº 021/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E A EMPRESA DICAPEL PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, DICAPEL PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.413.591/0003-18, com sede na rua 2 de Setembro, nº 305, sal B, bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Edson Fernando Mazzuco, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 023.627.449/06 e Cédula de Identidade nº 3.149.728, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1.O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 262/2014 - Edital de Pregão nº 098/2014-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1.O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de material escolar, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
LOTE 18					
57	43	Bobina	Bobina de papel Kraft bobina com 60 kg Largura da folha 1,20 metros, cor parda, textura lisa, com um dos lados da bobina encerrado.	197,67	8.499,81

3.2.LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1.A entrega dar-se-á no seguinte local: Prefeitura do Município de Indaial, situada à Avenida Getúlio Vargas, nº 126 - Bairro Centro, no município de Indaial - Estado de Santa Catarina - no horário compreendido das 08 :00 horas às 12 :00 horas e 13 :30 horas às 17 :30 horas, nos dias úteis.

3.2.2.Nos lotes 11 e 18 a entrega deverá ser feita diretamente nas escolas, unidades e depósito da secretaria de educação, conforme cronograma de entrega fornecido pela Secretaria de Educação.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$8.499,81(oito mil quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e um centavos).

4.2.Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguinte dotações orçamentárias do exercício de 2015:

- 05.001.0012.0361.0005.2106.339030160000.01010000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339030160000.01190000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339030160000.01580000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339030160000.01010000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339030160000.01190000
- 05.001.0012.0365.0005.2100.339030160000.01580000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339032990000.01010000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339032990000.01190000
- 05.001.0012.0361.0005.2106.339032990000.01580000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339032990000.01010000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339032990000.01190000
- 05.001.0012.0365.0005.2110.339032990000.01580000

CLÁUSULA SEXTA: FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia após a entrega dos bens e da respectiva nota fiscal, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Município de Indaial.

6.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.3.Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.4.O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:Banco do Brasil - Agência 0095-7 - Conta 15581-0

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1.A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1.REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato são irrealizáveis, exceto pelo reequilíbrio do quantitativo, de acordo com o art. 65, § 1º e art. 58, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.1.2.REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo deste Contrato do presente contrato é de 02 de janeiro de 2015 até 02 de abril de 2015.

8.1.1.O prazo de entrega é até 23 de janeiro de 2015, com a emissão e comunicação da Ordem de Compra pela CONTRATANTE.

8.1.2.O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3.O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.1.4.O prazo de entrega dos bens, bem como o prazo de validade do contrato, poderão ser prorrogados por igual período, desde que devidamente justificado e com autorização expressa da CONTRATADA, que será feita através de termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.6. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.7.Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.8. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 262/2014 - Edital de Pregão nº 098/2014-10430.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1.Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

10.2.Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.4.Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1.O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2.À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer material/produto/equipamento entregue de má qualidade, ou danificado, ou em desacordo com o especificado no contrato e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.3.A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1.Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivarem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato;

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas;

- d) - No valor de 3,0 % (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências;
- e) - Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações do presente contrato, desde que cause prejuízo à CONTRATANTE;
- f) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;
- g) - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE; e,
- h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. - Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "h".

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- b) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- d) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. Constituem motivo para rescisão do contrato, no que couber:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9, 13.1.11 e 13.1.12.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

13.6. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;

b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,

c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

a) - quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento dos produtos/bens;

c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato; e,

d) - quando conveniente a substituição da garantia de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- d) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal; e,
- i) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 02 de janeiro de 2015

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	DICAPEL PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA Edson Fernando Mazzuco Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

DECRETO Nº 1279/15

. DECRETO Nº 1279/15
. De 17 de fevereiro de 2015
Dispensa / Nelva Decir Xavier da Silva

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a partir 06 de fevereiro de 2015, Nelva Decir Xavier da Silva, contratada nos termos do Decreto 1727/08, para exercer a Função de Agente Comunitária de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a 06 de fevereiro de 2015.

Município de Indaial, em 17 de fevereiro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 17 de fevereiro de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1280/15

. DECRETO Nº 1280/15

. De 17 de fevereiro de 2015

Cancelamento de Restos a Pagar - Município

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Município, não realizadas e/ou não pagas dentro do exercício de 2014, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

Nº EMPENHO	CREDOR	VALOR EMPENHADO	VALOR A CANCELAR	Nº NOTA FISCAL	MOTIVO
10476/2014	LOCKS ELETRO TECNICA LTDA ME	R\$ 350,00	R\$ 350,00	-	serviço não prestado por este fornecedor.

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua re-inscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 17 de fevereiro de 2015

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Portaria em 17 de fevereiro de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1281/12

. DECRETO Nº 1281/15

. De 18 de fevereiro de 2015

Altera Decreto 1875/11, que Declara de Utilidade Pública para fins de prolongamento da Rua Augusto Blaese

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VII e VIII da Lei Orgânica do Município e demais atribuições legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º do Decreto 1875/11, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica Declarado de Utilidade Pública, consoante Letra "I" do artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365. de 21/06/41, combinado com a Lei 6.602, de 07/12/78, para fins de desapropriação parcial e domínio útil, a área abaixo:

"Um terreno urbano, situado no final da Rua Augusto Blaese, contendo a área total de 918,10m² (novecentos e dezoito metros e dez decímetros quadrados), sem benfeitorias, medindo e confrontando dito terreno pela frente em 12,00m com o final da Rua Augusto Blaese; nos fundos em 16,00m com terra de Ereci Geissler e Eleonor Reiter (M-22.237); pelo lado direito em três linhas, sendo a primeira com 62,40m,

a segunda defletida à direita com 2,00m e a terceira com 12,00m em direção aos fundos, todas com área remanescente da Matrícula nº 26.785, de Helmuth Gollnick e, pelo lado esquerdo em três linhas, sendo a primeira com 62,61m, sendo 32,71m em direção aos fundos com terras de Helmuth Gollnick, matrícula nº 26.789, mais 29,90m continuando em direção aos fundos, a segunda linha defletida à esquerda com 2,00m e a terceira linha com 12,00m novamente em direção aos fundos, todas em terras de Helmuth Gollnick, matrícula nº 26.786."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 18 de fevereiro de 2015

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 18 de fevereiro de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1282/15

. DECRETO Nº 1282/15

. De 19 de fevereiro de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUN ASSIST SOCIAL DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115, de 19 de dezembro de 2014,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 125.585,56 (cento e vinte e cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
31.001.0008.0243.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0243.0031.2503	MANUTENÇÃO DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03650012	ESTADO ALTA COMPLEXIDADE - EA
Valor: (24.472,17)	

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
31.001.0008.0243.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0243.0031.2503	MANUTENÇÃO DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
03650012	ESTADO ALTA COMPLEXIDADE - EA
Valor: (17.264,87)	

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
31.001.0008.0243.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0243.0031.2503	MANUTENÇÃO DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03655501	ESTADO ALTA COMPLEXIDADE - EA
	Valor: (0,02)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
31.001.0008.0243.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0243.0031.2503	MANUTENÇÃO DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
03655501	ESTADO ALTA COMPLEXIDADE - EA
	Valor: (372,64)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2510	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03650011	ESTADO MÉDIA COMPLEXIDADE - EA
	Valor: (23.002,91)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2510	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
03650011	ESTADO MÉDIA COMPLEXIDADE - EA
	Valor: (8.459,19)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição

31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2510	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE
333900000000000	APLICACOES DIRETAS
03655211	ESTADO MÉDIA COMPLEXIDADE - EA
	Valor: (5.073,69)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2510	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE
344900000000000	APLICACOES DIRETAS
03655211	ESTADO MÉDIA COMPLEXIDADE - EA
	Valor: (33,94)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2510	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE
344900000000000	APLICACOES DIRETAS
03655503	ESTADO MÉDIA COMPLEXIDADE - EA
	Valor: (1.380,27)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2507	MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS
333900000000000	APLICACOES DIRETAS
03650015	ESTADO – BENEFÍCIOS EVENTUAIS - EA
	Valor: (711,21)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição

31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2507	MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03655215	ESTADO – BENEFÍCIOS EVENTUAIS - EA
	Valor: (348,97)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2517	PSB-PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03655505	ESTADO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - EA
	Valor: (44.465,68)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 19 de fevereiro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 19 de fevereiro de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETOS Nº 1283/15

. DECRETO Nº 1283/15

. De 19 de fevereiro de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUN ASSIST SOCIAL DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115, de 19 de dezembro de 2014,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUN ASSIST SOCIAL DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 230.606,07 (duzentos e trinta mil, seiscentos e seis reais e sete centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL

31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2513	MANUTENÇÃO DO IGD PBF
333900000000000	APLICACOES DIRETAS
03350010	União – Índice de Gestão Desc (IGD) - E.A
	Valor: (5.903,47)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2514	MANUTENÇÃO DO IGD SUAS
333900000000000	APLICACOES DIRETAS
03350014	União – IGDSUAS - E.A
	Valor: (103,90)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2517	PSB-PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
333900000000000	APLICACOES DIRETAS
03350001	PAIF - EA
	Valor: (127,16)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2502	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO
333900000000000	APLICACOES DIRETAS
03350047	APOIO A PESSOA IDOSA – API - EA
	Valor: (8,95)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL

31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2502	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03350048	PAC - EA
	Valor: (0,27)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
31.001.0008.0243.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0243.0031.2503	MANUTENÇÃO DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03350025	UNIÃO – PISO ALTA COMPLEXIDADE I – CRIANÇA/ADOLESC - EA
	Valor: (15.497,58)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2517	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03350007	UNIÃO PISO BÁSICO DE TRANSIÇÃO (PBT) - EA
	Valor: (386,20)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
31.001.0008.0243.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0243.0031.2506	MANUTENÇÃO BPC NA ESCOLA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03350013	UNIÃO – BENEf. DE PREST. CONT. - BPC -EA
	Valor: (1,10)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL

31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2517	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
333900000000000	APLICACOES DIRETAS
03350008	UNIÃO PISO BÁSICO FIXO (PBF) - EA
	Valor: (5.510,14)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2517	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
333900000000000	APLICACOES DIRETAS
03350023	UNIÃO PBV – III SCFV- EA
	Valor: (41.436,66)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2517	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
333900000000000	APLICACOES DIRETAS
03350024	UNIÃO PBF- EA
	Valor: (72.964,34)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2516	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
333900000000000	APLICACOES DIRETAS
03350004	PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE – PFMC3 - EA
	Valor: (7.728,11)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL

31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2516	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
333900000000000	APLICACOES DIRETAS
03350006	UNIÃO – PISO TRANS. MÉDIA COMPL. (PTMC)- EA
	Valor: (608,82)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2516	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
333900000000000	APLICACOES DIRETAS
03350021	UNIÃO – PTMC-EA
	Valor: (12.476,60)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2516	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
333900000000000	APLICACOES DIRETAS
03350009	UNIÃO – PISO FIXO MÉDIA COMPLEX (PFMC)-EA
	Valor: (2.355,94)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2516	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
333900000000000	APLICACOES DIRETAS
03350022	UNIÃO – PFMC-EA
	Valor: (65.496,83)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 19 de fevereiro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 19 de fevereiro de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2015

MUNICIPIO DE INDAIAL

Licitatório nº 027/2015.

Pregão Presencial nº 013/2015-10430

Objeto: Contratação de serviços de agentes de segurança para eventos.

Entrega dos envelopes: 05/03/2015 as 09:15h.

Abertura das propostas: 05/03/2015 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2015

MUNICIPIO DE INDAIAL

Licitatório nº 028/2015.

Pregão Presencial nº 014/2015-10430

Objeto: Contratação de serviços de agentes de controle de estacionamento e serventes de limpeza para eventos.

Entrega dos envelopes: 05/03/2015 as 14:15h.

Abertura das propostas: 05/03/2015 as 14:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2015

MUNICIPIO DE INDAIAL

Fundo Municipal de Assistência Social de Indaial

Licitatório nº 029/2015.

Pregão Presencial nº 001/2015-18201

Objeto: Aquisição de equipamentos eletrodomésticos e móveis para Fundo Municipal de Assistência Social de Indaial.

Entrega dos envelopes: 04/03/2015 as 14:15h.

Abertura das propostas: 04/03/2015 as 14:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

Ipumirim**PREFEITURA****PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 8/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2015/PM**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 8/2015

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 09:00:00 horas do dia 05/03/2015, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 05/03/2015. Objeto da licitação: aquisição de mudas de flores com entrega parcelada, destinado as atividades da Secretaria Municipal de Urbanismo. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 19/02/2015

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis**PREFEITURA****CONVÊNIO Nº 03/2015**

CONVÊNIO Nº 03/2015.

"CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC E A ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS/SC".

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Paraná, 200 - Centro, Irineópolis / SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado neste ato pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Sr. Juliano Pozzi Pereira, portador do CPF nº 455.173.049-15, RG nº 827.405 - SESP/SC, residente e domiciliado à Rua Caetano Valões, nº 22 - centro, Irineópolis - SC, doravante denominado CONCEDENTE, e, de outro, a ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS/SC, com sede à Avenida 22 de Julho, s/nº, centro, Irineópolis/SC, inscrito no CNPJ nº 06.089.199/0001-52, representado por seu Presidente, Senhor Rodrigo Antonio Jurck, inscrito no CPF nº 089.370.669-80, RG nº 5.064.770, residente e domiciliado na localidade de Campo do Meio, doravante denominado simplesmente de CONVENIENTE, celebram o presente Convênio, com supervisão da Assessoria Jurídica da Prefeitura, comprometendo-se a atender os seguintes quesitos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Por este instrumento, constitui-se o presente convênio, objetivando o repasse de recursos financeiros pelo CONCEDENTE à CONVENIENTE, visando auxiliar no transporte dos estudantes do ensino superior e de cursos técnicos profissionalizantes às cidades de Porto União e Canoinhas, no Estado de Santa Catarina, e União da Vitória, no Estado do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O CONCEDENTE repassará à CONVENIENTE, mensalmente, o montante de até R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), dos meses de fevereiro à novembro de 2015, correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 2010 (162) - 3.3.50.00.00.00.00.0100 - Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos do orçamento em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

As ações a serem implementadas em decorrência do presente instrumento terão por finalidade constituir as seguintes obrigações:

I - DO CONCEDENTE

- a) Promover o repasse dos recursos financeiros mensalmente, de acordo com valores informados pelo CONVENIENTE, até o 5º dia útil do mês subsequente;
- b) Fixar e dar ciência aos executores dos Procedimentos Técnicos e Operacionais que regem a execução do presente Convênio;
- c) Receber os Relatórios e as Prestações de Contas da Entidade e promover o seu encaminhamento conforme estabelecem as determinações de ordem legal.

II - DO CONVENIENTE

- a) A não observância na correta aplicação de recursos recebidos, implicará na rescisão deste Termo e na conseqüente devolução dos valores aplicados incorretamente.
- b) Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, dentro dos prazos previstos, efetuando a respectiva Prestação

de Contas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento da respectiva parcela.

c) Movimentar os recursos através de conta corrente específica junto a uma instituição bancária, devidamente identificada dentro do programa.

d) Manter atualizado o cadastro dos estudantes beneficiados, o qual deve acompanhar a prestação de contas mensais.

e) Permitir a qualquer tempo, a fiscalização das ações, pelo Município, através de seus Órgãos e Secretarias.

f) Fica proibido o consumo de bebida alcoólica ou o uso de qualquer substância entorpecente nos veículos que transportam os estudantes, ficando a Associação beneficiada responsável pela fiscalização desta restrição, sob pena da suspensão ou interrupção do repasse dos valores objeto deste ajuste.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Dos valores repassados deverá ser prestado contas mensalmente, até o último dia do mês subsequente ao do repasse, obedecendo aos critérios técnicos e legais de demonstrações financeiras de prestação de contas, estabelecidas pelas Leis que disciplinam a matéria, sem o que, não serão repassados os valores do mês seguinte.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas deverá atender as Instruções Normativas IN TC-14 e 15/2012, sendo os documentos que deverão compor o processo de Prestação de Contas:

Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;

Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas: nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas e duplicatas, dentre outros.

Extratos bancários da conta corrente vinculada, a qual deverá ser utilizada somente para este fim, com a movimentação completa do período inclusive demonstrando que o extrato encontra-se "zerado".

Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou as cópias dos cheques utilizados para o pagamento das despesas;

Guia de recolhimento de saldo não utilizado, quando o caso;

Cópia do certificado de propriedade veicular, no caso de aquisição ou conserto de veículos;

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá vigência durante o exercício de 2015, dos meses de fevereiro à novembro de 2015, podendo ser prorrogado, caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO - A vigência poderá ser prorrogada "de ofício", caso venha ocorrer atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem descumprimento de quaisquer cláusulas deste convênio poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo CONCEDENTE, ou suspensão do atendimento pela CONVENIENTE.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido com aviso prévio de 30 (trinta) dias, por inadimplência, caso o CONCEDENTE não repasse o valor acordado no prazo determinado.

§ 1º - Ocorrendo a inadimplência por parte do CONCEDENTE, aguardar-se-á pelo prazo 30 (trinta) dias para que o mesmo efetue os repasses devidos. Espirado esse prazo e não ocorrido o pagamento, serão interrompidos os atendimentos até que se salde o débito.

§ 2º - Poderá também, haver rescisão do presente Convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior, ou ainda, por mútuo consenso das partes à qualquer época.

CLÁUSULA NONA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONCEDENTE e a CONVENIENTE, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União/SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja. E, por estarem justos e acordados, assinam o presente em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Irineópolis, 05 de Fevereiro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA Prefeito Municipal	RODRIGO ANTONIO JURCK Associação dos Acadêmicos do Município de Irineópolis/SC
Testemunhas:	
Nome: Patricia Fabiane Fronczak CPF: 037.425.669-11	Nome: Rosani R. da Silva Mischka CPF: 664.622.159-68

DECRETO N.º 2.767/2015

DECRETO Nº 2.767/2015.

FIXA NORMAS COMPLEMENTARES AO DECRETO Nº 2.652/2014, O QUAL REGULAMENTA A NFS-e NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis (SC), cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e com fundamento no art. 29 do Decreto nº 2.652, de 01 de Setembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - As empresas, sediadas no Município de Irineópolis, relacionadas no Anexo I deste DECRETO, são responsáveis pela retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, junto ao contribuinte prestador do serviço, e também por seu recolhimento à Administração Pública Municipal.

Art. 2º - A retenção de que trata a presente Resolução deverá iniciar-se a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - O recolhimento de que trata este Decreto deve ser realizado até o dia 15(quinze) do mês seguinte ao da prestação do serviço tomado, conforme art. 28 do Decreto nº 2.652/2014.

Art. 4º - O tomador responsável pela retenção e recolhimento do ISSQN que não o reter na fonte ficará responsável solidariamente, junto com o contribuinte prestador do serviço pelo pagamento integral do tributo, inclusive as multas e acréscimos legais, conforme Código Tributário Municipal.

Art. 5º - Ficam as empresas relacionadas no anexo I deste Decreto obrigadas a exigir o Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço - RANFS - dos prestadores de serviço localizados fora do Município de Irineópolis, conforme art. 32 do Decreto nº 2.652/2014.

Art. 6º - As empresas relacionadas no anexo I deste Decreto que não exigirem o RANFS de seus prestadores de serviços ficam sujeitas às penalidades previstas no Código Tributário Municipal, caso haja reincidência.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o Decreto nº 2.658/2014 e demais disposições em contrário.

Irineópolis, 19 de Fevereiro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 2.767, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

ANEXO I

Empresas eleitas como Substitutas Tributárias do ISSQN no Município de Irineópolis/SC.

Inscrição Municipal	Razão Social	CNPJ
715	COOP. CREDITO DE L. ADMISSÃO DE AS DO VALE DO CANOINHAS LTDA	78.834.975/0001-02
252	BANCO DO BRASIL S. A.	00.000.000/1926-78
1425	BANCO BRADESCO SA	60.746.948/6991-75
901	SWEDISH MATCH DO BRASIL S.A.	33.016.338/0031-06
1066	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	83.305.235/0108-58
1355	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	83.305.235/0133-69
1217	BIG SAFRA LTDA	04.834.285/0008-93
1655	BIG SAFRA LTDA	04.834.285/0016-01
2508	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA	83.573.212/0071-06
2507	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA	83.573.212/0080-99
769	TONI CEREALISTA LTDA	01.591.198/0001-98
1008	TONI CEREALISTA LTDA - FILIAL	01.591.198/0002-79
1301	COOPERATIVA CREDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDARIA DE IRINEO-POLIS	09.433.005/0001-82
849	LECH & CIA LTDA	02.420.892/0001-05
652	TURKOT & CIA LTDA	73.511.255/0001-92
1099	L.C.R. - LOTERIAS LTDA	06.881.573/0001-58
428	AUTO POSTO VALOES LTDA	79.378.469/0001-19
006	ANESIO BUZZI & CIA LTDA	85.605.061/0001-35
299	AUTO POSTO PLANALTO NORTE LTDA	75.889.360/0001-95
1306	ERVATEIRA VALÕES LTDA	11.324.405/0001-00

1375	ERVA MATE RODRIGUES LTDA - ME	12.842.049/0001-70
048	G RITZMANN MOTO AGRICOLA LTDA	81.642.811/0005-11
277	HERBERT MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	77.143.402/0005-01
1448	CIA BOMSUCESO DE ELETRICIDADE	83.053.736/0002-36
1086	BORINI & CIA LTDA - ME	06.243.676/0001-92
1146	CRISTOFOLINI & CRISTOFOLINI LTDA	07.896.505/0001-25
965	MARCOS ROBERTO MOECKE - ME	82.054.800/0001-50
1246	DB S.A. COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS	09.313.141/0033-16
1113	HOBİ EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA LTDA	80.752.959/0002-01
1680	COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO SUL DO PARANÁ - SICREDI	78.907.607/0017-04
1685	FLORINVEST INVESTIMENTOS FLORESTAIS LTDA	04.945.976/0005-11
1684	VERITA FLORESTAL LTDA	17.471.126/0003-09
1252	AGRO FLORESTAL SÃO CAETANO S/A	75.713.081/0002-57

PORTARIA N º 052 /2015

PORTARIA N º. 052/2015.

REVOGA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 024/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e no que dispõe o artigo 105, inciso II da Lei Complementar n º 007/2001, de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a contar desta data, os efeitos da Portaria nº 024/2014, de 09/01/2014, que designou o servidor EDSON SCHWITSZKE, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos para exercer a Função Específica de Operador de Carregadeira.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Irineópolis (SC), 18 de Fevereiro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

LICITAÇÃO Nº 05/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS/SC; Pregão Presencial nº 05/2015; Objeto: Contratação de empresa especializada em seguro para os veículos que compõe a frota do Fundo Municipal da Saúde. Entrega dos Envelopes; Até às 14:00 horas do dia 05 de março de 2015; Abertura dos Envelopes: às 14:15 horas do dia 05 de março de 2015, na Secretaria Municipal de Saúde; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234 de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas, fone 047 3652 1893. Itaiópolis, 19 de fevereiro de 2015. Eliseu Alexandre Gabardo, Secretário Municipal da Saúde.

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Extrato de Licitação Nº 03/2015. Objeto: Registro de preço para aquisição de KITS ODONTOLÓGICOS, os quais deverão ser distribuídos através dos programas "Saúde na Escola" e de "Saúde Bucal", desenvolvidos pelos profissionais da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Empresa vencedora: Dental Med Sul Artigos Odontológicos Ltda, Valor: R\$ 25.600,00; Vigência: 13 de fevereiro de 2016. Itaiópolis, 19/02/2015. Eliseu Alexandre Gabardo - Secretário Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 22, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 22, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

Designa Comissão Especial para análise da documentação e julgamento das propostas referente o Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Compra de Serviços nº 35/2015 e Tomada de Preços para Compra de Serviços de Engenharia nº 38/2015, ambas de 30/01/2015, da Prefeitura Municipal de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

Decreta:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto designados os senhores THIAGO ROHDEN, DIENIFER STRACK, JANETE FRANTZ BAUMANN e ADRIANO KARAL para, sob a presidência do primeiro designado, compor a Comissão Especial de Análise e Julgamento na realização da abertura e apreciação do conteúdo dos envelopes "documentação"; bem como efetuar a abertura, apreciação e julgamento do conteúdo dos envelopes "proposta" no dia 18 de fevereiro de 2015, referente os seguintes Processos de Licitação do Município de Itapiranga SC, conforme os respectivos editais: Tomada de Preços para Compra de Serviços de Engenharia nº 38/2015, às 09:00 horas; Tomada de Preços para Compra de Serviços nº 35/2015 de 30/01/2015 às 14:00 horas.

Parágrafo único. As designações constantes no "caput" do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Itapiranga - SC, 13 de fevereiro de 2015.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon
Secretário Municipal Finanças e Planejamento.

DECRETO Nº 23, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 23, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

Nomeia Comissão Administrativa para avaliação de imóvel rural para fins de Imposto de Transmissão de Bens e Imóveis - ITBI e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 145 da Lei Complementar nº 25/2009;

Decreta:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto nomeados os senhores PEDRO REINOLDO CAGLIARI, MARCOS CESAR CAMARGO e ODIR PREIS para, sob a presidência do primeiro designado, compor a Comissão Administrativa para avaliação do imóvel lote urbano nº

40, quadra nº 24, constante da matrícula nº 8.596, do Registro Geral do Cartório do Registro de Imóveis de Itapiranga SC, localizado na Rua São Bonifácio, cidade e município de Itapiranga SC.
§ 1º A nomeação constante no "caput" do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.
§ 2º A avaliação prevista no caput deste artigo terá validade por 30 (trinta) dias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 13 de fevereiro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretário Municipal Finanças e Planejamento.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 48/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 48/2015/RH

PARTES: Município de Itapiranga e VANIA SCHMITZ

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 30 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referencia:

VIGÊNCIA: 06/02/2015 a 14/12/2015

Itapiranga - SC, 06 de fevereiro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 49/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 49/2015/RH

PARTES: Município de Itapiranga e MARLI SCHMITZ SCHOFFEN

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Artes.

Nível salarial: 571

Classe - Referencia: B - 01

VIGÊNCIA: 06/02/2015 a 14/12/2015

Itapiranga - SC, 06 de fevereiro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2015/RH

PARTES: Município de Itapiranga e CINTIA PAULI

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referencia: C - 01

VIGÊNCIA: 06/02/2015 a 14/12/2015

Itapiranga - SC, 06 de fevereiro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2015/RH

PARTES: Município de Itapiranga e CLEUNICE BOURSCHIED.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referencia: B - 01

VIGÊNCIA: 06/02/2015 a 14/12/2015

Itapiranga - SC, 06 de fevereiro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2015/RH

PARTES: Município de Itapiranga e KATIANA GIEHL.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 30 horas semanais, como Professor de Educação Física.

Nível salarial: 578

Classe - Referencia: B - 01

VIGÊNCIA: 09/02/2015 a 14/12/2015

Itapiranga - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2015/RH

PARTES: Município de Itapiranga e DEISE ALINE SCHNEIDER WUITSCHIK.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referencia: B - 01

VIGÊNCIA: 13/02/2015 a 14/12/2015

Itapiranga - SC, 13 de fevereiro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 57/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 57/2015/RH

PARTES: Município de Itapiranga e NOELI NADIR RAIMANN.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referencia: C - 01

VIGÊNCIA: 13/02/2015 a 17/12/2015

Itapiranga - SC, 13 de fevereiro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2015/RH

PARTES: Município de Itapiranga e SILENE COSTA DA SILVA LAZARETTI.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referencia: C - 01

VIGÊNCIA: 13/02/2015 a 14/12/2015

Itapiranga - SC, 13 de fevereiro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/2015/RH

PARTES: Município de Itapiranga e TAINESSA KEIL.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 10 horas semanais, como Professor de Língua Estrangeira.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério.

Classe - Referencia:

VIGÊNCIA: 18/02/2015 a 14/12/2015

Itapiranga - SC, 18 de fevereiro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 49/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 49/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 49/2015, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de recarga de toners para atender as diversas secretarias desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 04 de março de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 19 de fevereiro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: EDITAL Nº 011/2015 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 11/2015 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

Terezinha Fávaro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público, pelo presente Edital, as normas do procedimento que nortearão o Processo Seletivo de Profissionais da Educação Admitidos em Caráter Temporário (ACT) que atuarão na Educação Especial, vagas remanescentes do Edital 51/2014 para complementação do quadro de professores da Educação Básica da Rede Municipal de Itapoá, num período compreendido entre 24/02/2015 a 18/12/2015, ou até o preenchimento da vaga por meio de Concurso Público.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1- O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para contratação, em caráter temporário, para complementação do quadro de profissionais que atuarão na escola de Ensino Fundamental, por período determinado ou até o preenchimento da vaga por concurso público.

1.2- Os candidatos deverão atender as atribuições contidas na Lei 075/01 nos anexos II e III;

1.3- As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho indicado pelo setor de Recursos Humanos; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Educação;

1.4- O contratado fará jus ao vale transporte para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade com comprovante de residência;

1.5 - O contratado fará jus a auxílio alimentação, férias e 13º salários proporcionais;

1.6- A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se o mesmo ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipal e Leis Municipais nº 075/2001; 155/2003 e 044/2014.

1.7- Os contratados, durante a prestação de serviço temporário, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias conforme Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1- As inscrições para entrega de currículo será dia 20 de fevereiro de 2015. Local: Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges, n.º 201 - Itapema do Norte, em Itapoá. Horário: das 8h00min às 13h30min.

3. QUADRO DE VAGAS:

Vaga	Área	CH
1	Professor auxiliar de Turma	40h

3.1- Os candidatos classificados no presente processo seletivo e que momentaneamente não houver disponibilidade de vaga, aguardarão a consequente abertura das vagas e o respectivo (chamamento) ou (contato) na época própria por e-mail e/ou telefone.

4. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

4.1- Para inscrever-se é necessário apresentar o currículo constando formação acadêmica, experiência profissional, cursos de aperfeiçoamento na área (se houver), com nome, endereço, telefone e e-mail completo.

4.2- A classificação ocorrerá com base nas informações do currículo apresentado, tendo como base a formação de acordo com a área pretendida.

4.3- A classificação será publicada dia 23 de fevereiro de 2015 às 12hs.

4.4- Não havendo currículos para classificação e publicação na respectiva data citada, a mesma classificação poderá ser publicada posteriormente, num prazo de cinco dias.

5. CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO (no ato da contratação, entregue ao RH).

1- Cédula de Identidade (RG)

2- Cadastro de Pessoa Física (CPF)

3- Título de Eleitor

4- Certidão de Quitação Eleitoral (internet)

5- Certidão de nascimento ou casamento

6- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão)

7- Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação

8- Uma foto recente

9- Comprovante de residência

10- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.

11- Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC)

12- Certidão de Nascimento dos Filhos

13- Certidão de Regularização do CPF (internet)

14- Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece)

15- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece)

16- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (Termo de Responsabilidade)

17- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece)

18- Tipagem sanguínea

19- Laudo médico

20- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº:

21- Comprovante de quitação militar.

6- DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

6.1- A inscrição deverá ser realizada com a entrega de currículo na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges nº 201, Itapema do Norte, Itapoá;

6.2- O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo;

6.3- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão da Secretaria Municipal de Educação.

Itapoá, 19 de fevereiro de 2015.

Terezinha Fávaro da Silveira
Secretaria de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: RESULTADO DO RECURSO DO EDITAL 02/2015

RESULTADO DO RECURSO

EDITAL 02/2015 SME

PROCESSO SELETIVO ÔNIBUS UNIVERSITÁRIO - INSCRIÇÃO

RECURSOS DEFERIDOS			
Qdade	Nº	Candidato	Motivo do Deferimento
	35/2015	Ketlen Pereira Vaz	Matrícula realizada para o período matutino conforme contrato da Instituição.
	22/2015	Paola Nichele Pienta	Matrícula realizada para o período matutino conforme contrato da Instituição.
	11/2015	Poliane Rodrigues Alvarenga	Matrícula realizada para o período matutino conforme contrato da Instituição.

RECURSOS INDEFERIDOS			
Qdade	Nº	Candidato	Motivo do Indeferimento
	30/2015	Amanda Cristina Ferraz	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada no ato da Inscrição.
	16/2015	Ana Carolina dos Santos da Silva	Não apresentou Histórico do Ensino Fundamental no ato da Inscrição.
	26/2015	Ana Paula Felici dos Santos	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada no ato da Inscrição.
	29/2015	Ana Paula Mesquita	Não atende item 2.3 do Edital 02/15: segunda graduação.
	27/2015	André Gomes da Silva	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada no ato da Inscrição.
	04/2015	Cleverton Nascimento de Souza	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada no ato da Inscrição.
	21/2015	Darthagnan Germano Carvalho	Não apresentou Histórico do Ensino Fundamental (7º e 8º ano) no ato da Inscrição.
	13/2015	Elaine Cristina Nemoto	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada no ato da Inscrição.
	07/2015	Emanoele de Souza Lima	Não apresentou Histórico do Ensino Fundamental no ato da Inscrição.
	23/2015	Gisele da Silva	Não atende item 3.3.1 do Edital 02/15: não apresentou foto no ato da Inscrição
	01/2015	Gislaine Pereira Aquino	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada no ato da Inscrição.
	17/2015	Gustavo Lenart	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada no ato da Inscrição.
	06/2015	Haimon Henrique Soeira	Candidato já classificado na Lista de Espera de acordo com os documentos apresentados no ato da Inscrição.
	31/2015	Jean Paolo Braga da Rocha	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada no ato da Inscrição.
	14/2015	Jéssica Fagundes de Chaves	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: contrato assinado pela mãe e testemunha, mas não por responsável da Instituição.
	33/2015	Jonny Rhitterson Oliveira Neves	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada no ato da Inscrição.
	19/2015	Kety Jocimara Borchardt Alves	Não apresentou Histórico do Ensino Fundamental no ato da Inscrição, foi apresentado apenas original e cópia do Ensino Médio no ato da Inscrição.
	03/2015	Keven Gulla	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada no ato da Inscrição.
	34/2015	Leonardo Célio Pereira	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada no ato da Inscrição.
	25/2015	Lucas José Guimarães	Não apresentou Histórico do Ensino Fundamental no ato da Inscrição.
	08/2015	Mariana de Souza Gonsalves	Não apresentou Histórico do Ensino Fundamental e nota do ENEM/2014 no ato da Inscrição.
	15/2014	Mayara de Freitas Marcondes	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada no ato da Inscrição.
	20/2015	Michel Rocha Nunes	Candidato já classificado na Lista de Espera de acordo com os documentos apresentados no ato da Inscrição.
	05/2015	Pâmella Flôres Dall'Agnol	Candidato já classificado na Lista de Espera de acordo com os documentos apresentados no ato da Inscrição.
	02/2015	Pedro Daniel Martins Brito	Candidato já classificado na Lista de Espera de acordo com os documentos apresentados no ato da Inscrição.
	09/2015	Pricila Jubanski Gonçalves	Não apresentou Histórico do Ensino Fundamental no ato da Inscrição.
	24/2015	Renan Gustavo da Silva Suze	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada no ato da Inscrição.

	18/2015	Renato Gabriel Rolim Vieira	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada no ato da Inscrição.
	28/2015	Rogel Vieira	Não apresentou Histórico do Ensino Fundamental no ato da Inscrição.
	12/2016	Tainara Luciana Pilger Neves	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada no ato da Inscrição.
	32/2015	Tchesley Cabral Vieira de Azevedo	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada no ato da Inscrição.
	10/2015	Victor Hugo Nascimento Claudino	Não apresentou Histórico do Ensino Fundamental no ato da Inscrição.

Itapoá, 19 de fevereiro de 2015.

A Comissão

Cenita Schizzi Dani: _____
 Roseli Gonçalves Pinheiro: _____
 Sandra Regina Fernandes da Silva: _____
 Thays Nascimento Vieira: _____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: RESULTADO FINAL CLASSIFICADOS DO EDITAL 02/2015

RESULTADO FINAL EDITAL 02/2015 SME

PROCESSO SELETIVO ÔNIBUS UNIVERSITÁRIO - INSCRIÇÃO

CLASSIFICADOS

JOINVILLE MATUTINO

Ordem	CANDIDATO	Tempo de Escolaridade em Itapoá	Tempo de Escolaridade em escola pública (fora de Itapoá)	Bolsista (S) Sim (N) Não	Nota ENEM (Redação)	Desempate: Ordem de Protocolo
	KETLEN PEREIRA VAZ	11 ANOS	-	N	600.0	
	PATRÍCIA CORRÊA CANDIDO	08 ANOS	03 ANOS	N	700.0	
	JULIA DA COSTA ZANARDI	07 ANOS	04 ANOS	N	-	
	MARCOS SIKORA DE ARAUJO	05 ANOS	06 ANOS	N	640.0	
	POLIANE RODRIGUES ALVARENGA	03 ANOS	-	N	340.0	
	JANIFFER DE QUEVEDO	01 ANO	02 ANOS	N	-	
	CLEBERSON IDALÉCIO	-	-	N	-	
	PAOLA NICHELE PIENTA	-	6 ANOS	N	380.0	

CLASSIFICADOS

JOINVILLE NOTURNO DISTÂNCIA - Linha 3042

Ordem	CANDIDATO	Tempo de Escolaridade em Itapoá	Tempo de Escolaridade em escola pública (fora de Itapoá)	Bolsista (S) Sim (N) Não	Nota ENEM (Redação)	Desempate: Ordem de Protocolo
	JOARI SOARES ROSA	11 ANOS	-	N	-	1064/15
	ARIANE FERREIRA MACHADO	11 ANOS	-	N	-	1069/15
	JULIANA DE CASSIA NICOLAK DEUNÍSIO	05 ANOS	-	N	520.0	
	ROBERTO DE ALMEIDA	03 ANOS	-	N	-	
	CINTIA BEATRIZ MACHADO PEREIRA	02 ANOS	01 ANO	-	-	
	THAIS CORREA DE LIMA	-	03 ANOS	N	-	1115/15

CLASSIFICADOS
JOINVILLE NOTURNO

Ordem	CANDIDATO	Tempo de Escolaridade em Itapoá	Tempo de Escolaridade em escola pública (fora de Itapoá)	Bolsista (S) Sim (N) Não	Nota ENEM (Redação)	Desempate: Ordem de Protocolo
	GEISIANE CALDEIRA	11 ANOS	-	S	580.0	1043/15
	SANDRO MARCELO CAVALHEIRO	11 ANOS	-	S	580.0	1081/15
	ANA CRISTINA DE OLIVEIRA CARDOSO	11 ANOS	-	N	860.0	
	CRISLAINE NUNES MARTENDAL	11 ANOS	-	N	640.0	
	LUAN CARLOS GALESKI	11 ANOS	-	N	620.0	
	PAMELA RAYZA SOUZA BATISTA	11 ANOS	-	N	600.0	
	LORRAYNE MADEIRA PITTA	11 ANOS	-	N	580.0	
	KAROLINE HUNIKA FRANCO PINTO	11 ANOS	-	N	560.0	
	PAMELA THAÍS LICHESKI	11 ANOS	-	N	520.0	
	FRANCINE BAPTISTA DOS SANTOS	11 ANOS	-	N	520.0	
	LUCAS MARCHETTI FILLA	11 ANOS	-	N	480.0	
	THIAGO VINÍCIUS DA SILVEIRA	11 ANOS	-	N	400.0	
	DJONATA MAFFEZZOLLI ALVES	11 ANOS	-	N	-	
	FRANCIELY CHAGAS DA SILVA	11 ANOS	-	N	-	
	DAIANA DE ALMEIDA STALBAUM	10 ANOS	01 ANO	N	700.0	
	VITÓRIA MARCHETTI FILLA	10 ANOS	01 ANO	N	680.0	
	MATEUS HENK NOGUEIRA	09 ANOS	02 ANOS	S	740.0	
	JOSÉ OTÁVIO ZAMBONI PAESE	09 ANOS	02 ANOS	N	540.0	
	BRUNO AUGUSTO DE SOUZA	08 ANOS	-	N	600.0	
	LUIZ HENRIQUE LOPES	07 ANOS	-	N	680.0	
	JAKLIN JOJANNEKE SCHAFFAZICK	07 ANOS	04 ANOS	N	400.0	
	THAILA GEISY KUBOSKI	07 ANOS	04 ANOS	N	-	
	VICTÓRIA MARIA GIOVANA CALDEIRA SANTIN	06 ANOS	00 ANOS	N	-	

CLASSIFICADOS
GUARATUBA NOTURNO

Ordem	CANDIDATO	Tempo de Escolaridade em Itapoá	Tempo de Escolaridade em escola pública (fora de Itapoá)	Bolsista (S) Sim (N) Não	Nota ENEM (Redação)	Desempate: Ordem de Protocolo
	LAYS ELINA DA SILVA GUEIROS PARTIKA	-	03 ANOS	N	-	
	CARLOS ROBERTO DE SOUZA JÚNIOR	-	-	N	-	1108/15
	JOSÉ LUIZ JORDÃO BRAND	-	-	N	-	1159/15

Itapoá, 19 de fevereiro de 2015.

A Comissão

Cenita Schizzi Dani: _____

Roseli Gonçalves Pinheiro: _____

Sandra Regina Fernandes da Silva: _____

Thays Nascimento Vieira: _____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: RESULTADO FINAL LISTA DE ESPERA DO EDITAL 02/2015

RESULTADO FINAL EDITAL 02/2015 SME

PROCESSO SELETIVO ÔNIBUS UNIVERSITÁRIO - INSCRIÇÃO

LISTA DE ESPERA

JOINVILLE NOTURNO

Ordem	CANDIDATO	Tempo de Escolaridade em Itapoá	Tempo de Escolaridade em escola pública (fora de Itapoá)	Bolsista (S) Sim (N) Não	Nota ENEM (Redação)	Desempate: Ordem de Protocolo
	PÂMELA FLÔRES DALL AGNOL	05 ANOS	06 ANOS	N	-	
	NARAYENE DIUNÍSIO ALEXANDRE	05 ANOS	05 ANOS	N	660.0	
	MARIANA DOS SANTOS	05 ANOS	04 ANOS	N	380.0	
	ANA CAROLINA DOS SANTOS DA SILVA	03 ANOS	-	N	640.0	
	VICTOR HUGO NASCIMENTO CLAUDINO	03 ANOS	-	N	540.0	
	EMANOELE DE SOUZA SILVA	03 ANOS	-	N	500.0	
	JÉSSICA LANA LEMONIE	03 ANOS	-	N	480.0	
	CRISTIANE DE ARAÚJO GONÇALVES	03 ANOS	-	N	440.0	
	PRICILA JUBANSKI GONÇALVES	03 ANOS	-	N	400.0	
	ROGEL VIEIRA	03 ANOS	-	N	-	1046/15
	RENATO MATUCHESKI	03 ANOS	-	N	-	1055/15
	MARIANA DE SOUZA DE GONSALVEZ	03 ANOS	-	N	-	1062/15
	LUCAS JOSÉ GUIMARÃES	03 ANOS	-	N	-	1132/15
	HAIMON HENRIQUE SOEIRA	02 ANOS	1 ANO	N	480.0	
	DARTHAGNAN GERMANO CARVALHO	01 ANO	08 ANOS	N	800.0	
	MICHEL ROCHA NUNES	01 ANO	06 ANOS	N	-	
	RAFAEL CLAUDIO MARCELIO	01 ANO	02 ANOS	N	580.0	
	MARIA ALICE FERREIRA SANCHES	01 ANO	-	N	880.0	
	GISLAINE SCHULTZ	-	11 ANOS	N	-	
	TAWANY COITO SUYAMA	-	7 ANOS	N	-	
	DAIANE ERCEGO ALVES DE ALMEIDA	-	3 ANOS	N	520.0	
	LUCIANA PEDROSO SPRICIGO	-	3 ANOS	N	500.0	
	CARLA MANOELA ROLOFF	-	3 ANOS	N	-	0988/15
	PEDRO DANIEL MARTINS BRITO	-	3 ANOS	N	-	1044/15
	LARISSA PATRYCIA COELHO	-	-	N	-	0987/15
	SOLANGE APARECIDA DE CAMARGO MOREIRA	-	-	N	-	1144/15

LISTA DE ESPERA

JOINVILLE NOTURNO DISTÂNCIA- Linha 3042

Ordem	CANDIDATO	Tempo de Escolaridade em Itapoá	Tempo de Escolaridade em escola pública (fora de Itapoá)	Bolsista (S) Sim (N) Não	Nota ENEM (Redação)	Desempate: Ordem de Protocolo
	KETY JUCIMAR BORCHARDT	-	03 ANOS	N	-	1133/15

Itapoá, 19 de fevereiro de 2015.

A Comissão

Cenita Schizzi Dani: _____

Roseli Gonçalves Pinheiro: _____

Sandra Regina Fernandes da Silva: _____

Thays Nascimento Vieira: _____

Ituporanga**PREFEITURA****EDITAL DE PREGÃO 03/2015 AQUISIÇÃO DE 02(DOIS) VEÍCULO 0(ZERO)KM PARA USO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA.**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº04/2015

Processo: 04/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE 02(DOIS) VEÍCULO 0(ZERO)KM PARA USO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 04 de março de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 04 de março de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 20 de fevereiro de 2015
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

Jacinto Machado**PREFEITURA****DECRETO Nº. 026 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015**

DECRETO Nº. 026 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, da Lei nº 760 de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), como segue:

Órgão 11: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade 2.065: Manutenção do CRAS

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0080.00(11) - Aplicações Diretas.R\$ 80.000,00

TOTAL
..... R\$ 80.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão 11: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade 2.065: Manutenção do CRAS

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0080.00(09) - Aplicações Diretas.R\$ 80.000,00

TOTAL
..... R\$ 80.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 09 de fevereiro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 027 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº. 027 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, IV, da Lei Municipal nº. 760 de 17 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º- Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Jacinto Machado do exercício de 2015, na importância de R\$ 17.768,12 (Dezessete mil, setecentos e sessenta e oito reais e doze centavos), por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 11: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade 2.065: Manutenção do CRAS

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0303.00(22) - Aplicações Diretas.R\$ 17.768,12

TOTAL R\$ 17.768,12

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro do exercício de 2014, por conta de Transferências de recursos do PETI - Programa de Erradicação de Trabalho Infantil do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), no valor de R\$ 17.768,12 (Dezessete mil, setecentos e sessenta e oito reais e doze centavos), depositados na Agência 2192-X- Banco do Brasil e conta corrente n.º 15.087-8, no município de Jacinto Machado/SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 09 de fevereiro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 028 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº. 028 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, IV, da Lei Municipal nº. 760 de 17 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º- Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Jacinto Machado do exercício de 2015, na importância de R\$

12.159,24 (Doze mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e quatro centavos), por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 11: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade 2.065: Manutenção do CRAS

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0709.00(23) - Aplicações Diretas.R\$ 12.159,24

TOTAL R\$ 12.159,24

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro do exercício de 2014, por conta de recursos de Alienação de Bens, no valor de R\$ 12.159,24 (Doze mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e quatro centavos), depositados na Agência 2192-X- Banco do Brasil e conta corrente n.º 15.722-8, no município de Jacinto Machado/SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 09 de fevereiro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 029 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº. 029 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, I, da Lei Municipal nº. 760 de 17 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2015, na importância de R\$ 90.000,00(Noventa mil reais), por conta do provável excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

ORGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE:01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

PROJETO: 1.014 - Apar., Aquis., Veículos e Amp. de Rede Física a Educação Básica

Modalidade de Aplicação: (116) - 4.4.90.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

TOTAL R\$ 90.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de Recursos Oriundos do FUNDEB no valor de R\$ 90.000,00(Noventa mil reais) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados na conta corrente 10.188-5, Agência 2.192-X do Banco

do Brasil.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 09 de fevereiro de 2015.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO E POSSE DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE JACINTO MACHADO (COMTURJM).

Conselho Municipal de Turismo de Jacinto machado

Jacinto Machado, 19 de fevereiro de 2015.

Edital de convocação para eleição e posse do Conselho Municipal de Turismo de Jacinto Machado (ComturJM).

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Jacinto Machado, Antonio João de Fáveri, em cumprimento à orientação da LEI Nº. 747 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014, convoca todos os integrantes dos segmentos turísticos da cidade e entidades (especificados na referida lei) para a eleição e posse dos membros do Conselho Municipal de Turismo (Comtur), a ser realizada no dia 25 de Fevereiro de 2015 às 14:30 horas, na Câmara de vereadores de Jacinto Machado.

A formação e atuação do Conselho Municipal de Turismo (Comtur) é fundamental para o desenvolvimento do turismo em nossa cidade, principalmente quanto à captação e utilização de recursos a serem aplicados no desenvolvimento turístico de Jacinto Machado. Participe! Os segmentos deverão indicar dois representantes - titular e suplente através de ficha para dia 25 de fevereiro de 2015 possa ser votado e formado o comtur.

Confira os segmentos ou ramos de atividades que integram o Comtur:

04 (quatro) representantes Trade Turístico;
01 (um) representante da EPAGRI;
01 (um) representante das forças auxiliares (polícia militar/Civil)
01 (um) representante das associações do município;
01 (um) representante da CDL;
01 (um) representante dos sindicatos e/ ou cooperativas;
01 (um) representante do Parque Nacional da Serra Geral.
Além destes, também compõem o Comtur 03 (três) representantes nomeados e designados da Administração Pública Municipal.

Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

EDITAL Nº 002/2015 DE NOMEAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 002/2015 DE NOMEAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público, torna público, que CONVOCA para Nomeação e posse no Serviço Público Municipal, os aprovados em Concurso Público nº 002/2014, conforme classificação, para comparecer à Secretária Municipal de Administração, Departamento Pessoal, para efetivar a nomeação e posse. A contar da presente data passam a valer os prazos previstos na Lei n. 245/2000. Solicitamos o comparecimento antecipado do candidato no Departamento Pessoal para regulamentação do Ato. Os abaixo convocados, tornam-se ciente dos prazos acima citados.

ANEXO I DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

Assistente Social Ensino Superior Completo			
Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
41	23105	1º Susana Casagrande	03/06/1979
42	34708	2º Thayse Brovedan Piazza Manenti	22/07/1986

Servente Alfabetizado e Ensino Fundamental Incompleto			
Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
455	24929	20º Tomazia Nazaré De Bittencourt	22/09/1983
445	24381	21º Lucineia Laurindo De Melo Recco	19/03/1995

Professor de Artes (20h) Ensino Superior Completo			
Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
373	30888	2º Cinthia Boeira Michels	16/08/1990

Gabinete do Prefeito Municipal de Jacinto Machado (SC),
em 10 de fevereiro de 2015.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado a presente Homologação nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Joaçaba

PREFEITURA

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 2/2015/PMJ - PL 16/2015/PMJ

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16/2015/PMJ

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2015/PMJ

1 - DO OBJETO

Locação de imóvel de propriedade de CÁSSIO CECONELLO, administrado por PELLIZARO IMÓVEIS LTDA - ME, conforme contrato de prestação de serviço em anexo, localizado na Rua Ângelo Scarpetta, nº 178, bairro Cruzeiro do Sul, Joaçaba, SC, matrícula nº 6.827 - Registro de Imóveis 1º Ofício, destinado à instalação da residência do instrutor do Tiro de Guerra 05-008.

2 - DA JUSTIFICATIVA

O imóvel ora em comento atende às necessidades para instalação da residência do instrutor do Tiro de Guerra de Joaçaba, sendo o valor de locação compatível com o preço praticado no mercado.

Conforme consta no contrato particular entre o proprietário e a administradora do imóvel, no valor mensal estão inclusos os custos com impostos e/ou taxas, ante a impossibilidade de o Município suportar o pagamento destes, prática comum e legítima para os contratos particulares. Todavia, para a Administração pública é necessário o atendimento destes quesitos.

Justifica-se também que este é o único imóvel encontrado na ocasião, que apresenta características e que o ajuste entre o Poder Público e a Administradora obteve êxito, bem como, todas as Certidões Negativas, tanto do proprietário quanto da administradora do imóvel, encontram-se em dia com o fisco, conforme Lei 8.666/93, para a devida contratação.

Tal despesa está fundamentada no Convênio firmado entre o Município de Joaçaba e a UNIÃO, através do Comando de Exército Brasileiro - Comando Militar Sul. Tal objeto previsto no Termo de Convênio nº 12-026-00 estabelece bases para a cooperação para promover o funcionamento do Tiro de Guerra 05-008 do Município de Joaçaba.

Foram juntados ao processo justificativa quanto à utilização do imóvel, bem como justificativa quanto ao valor, que, conforme avaliação é compatível com os valores praticados no mercado.

3 - DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no art. 24, inciso X.

4 - DO LOCADOR

CÁSSIO CECONELLO, residente e domiciliado em Joaçaba, SC, portador da C.I. nº 659.898-SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob nº 503.658.199-72.

5 - DO VALOR CONTRATADO

Fica contratado o valor total de R\$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais), considerando o valor mensal de R\$ 1.900,00 (mil e novecentos reais) e a contratação no período de 12 meses

a contar da data da assinatura do contrato.

6 - DA VIGÊNCIA

O contrato oriundo desse processo de dispensa terá vigência de 12 meses a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado se de interesse das partes.

7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação serão custeadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

2.032 - MANUTENÇÃO DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR E DO TIRO DE GUERRA

37 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações diretas

239 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 - Aplicações diretas

Joaçaba (SC), em 19 de fevereiro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

EXTRATO ALTERADO PL 4/2015/FMAS - IN 1/2015/FMAS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 4/2015 - FMAS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2015 - FMAS

1 - DO OBJETO

Contratação de empresas de transporte coletivo, detentoras de linhas exclusivas (Concessão Pública - DETER), para o fornecimento de passagens destinadas aos atendimentos do Programa Liberdade Assistida e aos benefícios eventuais, bem como, ao vale transporte dos servidores municipais lotados na Secretaria Municipal de Ação Social durante o exercício financeiro de 2015.

2 - DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por serem as empresas contratadas, as únicas prestadoras de serviços autorizadas a promover o transporte coletivo nestas linhas intermunicipais.

3 - DAS EMPRESAS CONTRATADAS

- EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.411.843/0001-08, localizada na Rua Dário Fontana, nº 349, centro, no município de Luzerna - SC.

- ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.823.65/0001-95, localizada na Rua Santos Dumont nº 520 - centro, no município de Herval d'Oeste - SC.

4 - DO VALOR CONTRATADO

De acordo com a estimativa e as propostas apresentadas, os quantitativos e os respectivos valores contratados ficam assim definidos:

EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA - EPP				
1.600	un	Passagens Mínimas – Vale Transporte	3,25	5.200,00
1.000	un	Passagens Máximas – Vale Transporte	3,50	3.500,00
300	un	Passagens Mínimas – Liberdade Assistida – Benefícios Eventuais	3,25	975,00
500	un	Passagens Máximas – Liberdade Assistida – Benefícios Eventuais	3,25	1.625,00
Total do Fornecedor				11.300,00
ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA.				
6.500	un	Passagens – Vale Transporte	3,00	19.500,00
3.250	un	Passagens – Liberdade Assistida – Benefícios Eventuais	3,00	9.750,00
Total do Fornecedor				29.250,00

TOTAL DA CONTRATAÇÃO	40.550,00
----------------------	-----------

5 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Do total previsto para o vale transporte nesta inexigibilidade, R\$ 32.090,00 (sendo, R\$ 19.740,00 correspondentes às passagens dos servidores e R\$ 12.350,00 correspondentes às passagens destinadas aos atendimentos do Programa Liberdade Assistida e aos benefícios eventuais), referem-se à despesa orçamentária a seguir discriminada e, o saldo de R\$ 8.460,00, referem-se à despesa extra orçamentária.

2.071 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - CREAS
47 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas.
48 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0035 – Aplicações Diretas.
2.073 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – CRAS/PAIF/IDB/SCFV
9 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas
10 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0035 – Aplicações Diretas
2.076 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ABRIGO
40 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas
2.100 – MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS
35 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas
2.119 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
5 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas

6 - DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25, inciso I.

Joaçaba (SC), em 19 de fevereiro de 2015.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MÁRIO WOLFART - Secretário

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 03/2015-PMJ

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 03/2015-PMJ
CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC),
CONVENIADO: CRECHE IRMÃ SHEILA - CEIIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS, INSCRITA NO CNPJ Nº 75.434.662/0001-79, COM SEDE ADMINISTRATIVA NA RUA ANTÔNIO NUNES VARELA, Nº 1.100, BAIRRO VILA PEDRINI, NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N.º 4.573/2015 E EM ATENDIMENTO À LEI Nº 4.320/64

OBJETO: ESTABELECIMENTO DE BASES PARA A COOPERAÇÃO E PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO APRESENTADO PELA CONVENIENTE, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO, CUJA FINALIDADE É PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA INSTITUIÇÃO, BEM COMO OS ENCARGOS SOCIAIS, A SER EXECUTADO PELA CONVENIENTE.

REPASSE FINANCEIRO NO VALOR DE R\$ 130.000,00
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.

ÓRGÃO: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE: 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROJ./ATI. 2.048 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

101 3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.0019 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS
VIGÊNCIA 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE SUA ASSINATURA.

JOAÇABA-SC, 11 DE FEVEREIRO DE 2015.
RAFAEL LASKE LEOVANI DA SILVA ASSANDRI
PREFEITO PRESIDENTE

HOMOLOGAÇÃO PL 03/2015 FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2015/FMAS

O Secretario, Mario Wolfart, no uso de suas atribuições, resolve:
1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 03/2015/FMAS, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial 03/2015/FMAS.

Objeto: o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção dos serviços, ações e projetos ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba, SC.

Fiscais: Nathalia Costenaro Mascarello e Renan Zilio.

Empresas Vencedoras:

GUILHERME BRAGHIROLI-ME

VALOR R\$ 40.686,50

MERCADO E CONFECÇÕES SS DURUGON LTDA-ME

VALOR R\$ 127.569,90

NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA-ME

VALOR R\$ 73.265,90

PRANDO & CARON LTDA-ME

VALOR R\$ 2.782,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 18 de fevereiro de 2015.

MÁRIO WOLFART

SECRETARIO - FMAS

HOMOLOGAÇÃO PL 7/2015/PMJ - IN 1/2015/PMJ

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 07/2015/PMJ

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2015/PMJ

1 - DO OBJETO

Contratação de empresas de transporte coletivo, detentoras de linhas exclusivas (Concessão Pública - DETER), para o fornecimento de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais e passes para estudantes das unidades escolares do Município, durante o exercício financeiro de 2015.

2 - DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por serem as empresas contratadas as únicas prestadoras de serviços autorizadas a promover o transporte coletivo nestas linhas intermunicipais.

3 - DAS EMPRESAS CONTRATADAS

- EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.411.843/0001-08, localizada na Rua Dário Fontana, nº 349, centro, no município de Luzerna -SC.

- ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.823.65/0001-95, localizada na Rua Santos Dumont nº 520 - centro, no município de Herval d'Oeste - SC.

4 - DO VALOR CONTRATADO

De acordo com a estimativa e as propostas apresentadas, os quantitativos e os respectivos valores contratados ficam assim definidos:

EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA – EPP				
12.650	un	Passagens Mínimas – Vale Transporte	3,25	41.112,50
7.650	un	Passagens Máximas – Vale Transporte	3,50	26.775,00
26.000	un	Passes Escolares (50% da passagem normal)	1,63	42.380,00
Total do Fornecedor				110.267,50
ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA.				
44.500	un	Passagens - Vale Transporte	3,00	133.500,00
141.000	un	Passes Escolares (50% da passagem normal)	1,65	232.650,00
67.000	un	Passes Escolares (Distrito de Nova Petrópolis)	2,75	184.250,00
Total do Fornecedor				550.400,00
TOTAL DA CONTRATAÇÃO				660.667,50

5 - DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25, inciso I.

6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Do total previsto nesta inexigibilidade para o custeio das passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais (R\$ 201.387,50), R\$ 140.971,25 referem-se à despesa orçamentária, custeada pelas dotações orçamentárias abaixo e o saldo restante, de R\$ 60.416,25 refere-se à despesa extra orçamentária.

2.030 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Recursos Próprios
2.047 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Recursos Próprios
2.048 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Recursos Próprios

As despesas provenientes do fornecimento dos passes escolares (R\$ 459.280,00) serão custeadas pelas dotações orçamentárias abaixo.

2.049 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Recursos Próprios
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – SDR
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – PNAE
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Salário Educação
2.050 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO MÉDIO
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Recursos Próprios
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – SDR
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – PNAE
2.051 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Recursos Próprios
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – PNAE

Joaçaba (SC), em 18 de fevereiro de 2015.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

PORTARIA N.º 3736

PORTARIA Nº 3.736 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) NATHALIA COSTENARO MASCARELLO, Técnico de Administração, para exercer as funções de Assistente de Projetos Sociais, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 13 de fevereiro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3737

PORTARIA Nº 3.738 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015
"TRANSFERIR SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

RAFAEL LASKE, Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE

TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sra. GRACIELI BITTENCOURT DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços Internos, lotado na Diretoria de Esportes para a Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 11 de fevereiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 13 de fevereiro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3738

PORTARIA Nº 3.738 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015
"TRANSFERIR SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

RAFAEL LASKE, Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE

TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sra. GRACIELI BITTENCOURT DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços Internos, lotado na Diretoria de Esportes para a Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,

produzindo efeitos desde 11 de fevereiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 13 de fevereiro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3739

PORTARIA Nº 3.739 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) DIEGO DA SILVEIRA PADILHA durante o período de 02 de fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na Escola Municipal Frida Regensburger.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de fevereiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 13 de fevereiro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3740

PORTARIA Nº 3.740 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) JESSICA KANGENSKI DA SILVA durante o período de 18 de fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014

- Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na Escola Municipal Rotary Fritz Lucht 20 horas como 2º professor de aluno com necessidades especiais e no Centro Educacional Frei Bruno 20 horas com 3º ano em turma excedente.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 18 de fevereiro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3741

PORTARIA Nº 3.741 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) ACACIO YSAO YAMAGUTI, Professor, Classe “C-IV”, para a Classe “C-V”, de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3742

PORTARIA Nº 3.742 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) ADACIR LUIZ DE OLIVEIRA, Motorista, Classe “F-VII”, para a Classe “F-VIII”, de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido

o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3743

PORTARIA Nº 3.743 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ADALBERTO ANTONIO MARCON, Professor Nível II (Pós-Graduado), Classe "B-V" para a Classe "B-VI", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3744

PORTARIA Nº 3.744 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ADEMAR JOSÉ MARCUS, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Operador de Máquinas, Classe "A-III", para a Classe "A-IV" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3745

PORTARIA Nº 3.745 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ADE-NIR DE JESUS BENITES lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Ação Social, Operador de Máquinas, Classe "B-VIII", para Classe "B-IX", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3746

PORTARIA Nº 3.746 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) ADILSON SERGIO DE MELO, Operador de Máquinas, Classe "D-V", para a Classe "D-VI", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3747

PORTARIA Nº 3.747 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ADRIANA ORTIZ HOLLERWEGER, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "A-VIII", para a Classe "A-IX", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 60 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3748

PORTARIA Nº 3.748 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ADRIANO NORA lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Técnico de Administração, Classe "D-II" para a Classe "D-III", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3749

PORTARIA Nº 3.749 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ALBERI BORGES DA SILVA, lotado(a) na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Operador de Maquinas, classe "A-IX" para a classe "B-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3750

PORTARIA Nº 3.750 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) ALCEMIR LUIZ MARCUS, Motorista, Classe "E-VII", para a Classe "E-VIII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3751

PORTARIA Nº 3.751 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) ALCEU SEBASTIÃO DE LIMA, Fiscal de Vigilância Sanitária, Classe "C-IV", para a Classe "C-V", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3752

PORTARIA Nº 3.752 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) ALVENI SALETE DA SILVA, Auxiliar de Enfermagem, Classe "D-VIII", para a Classe "D-IX", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3753

PORTARIA Nº 3.753 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ANA JUSSARA DADALT, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "B-I" para a Classe "B-II", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 150 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3754

PORTARIA Nº 3.754 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) ANA PAULA FRANKE, Farmacêutico Bioquímico/Analista Clínico, Classe "C-VII", para a Classe "C-VIII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3755

PORTARIA Nº 3.755 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ANDREA RIEPE PIRES, Professor Nível "II" (Pós- Graduação), Classe "B-VI" para a Classe "B-VII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 280 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3756

PORTARIA Nº 3.756 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ANDREA LISIANE ANTUNES DE SOUZA LOVATEL, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Gestão Financeira, Fiscal de Tributos, Classe "C-IX", para a Classe "D-I" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3757

PORTARIA Nº 3.757 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ANELIZE LUCIANE MATTEVI, Professor Nível "I" (Licenciatura), Classe "A-III" para a Classe "A-IV", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3758

PORTARIA Nº 3.758 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ANGELICA BRANDINI DEMARTINI, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "B-V" para a Classe "B-VI", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 160 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3759

PORTARIA Nº 3.759 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ANIZIO LUIZ SUTIL, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Mecânico Ajustador, Classe "A-IX", para a Classe "B-I" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3760

PORTARIA Nº 3.760 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ANTENOR FERNANDES DA SILVA, lotado(a) no(a) Gabinete do Prefeito na Divisão de Habitação, Pedreiro, Classe "B-II", para a Classe "B-III", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3761

PORTARIA Nº 3.761 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ANTONIO PELENTIR, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Auxiliar de Serviços Externos, Classe "B-IX", para a Classe "C-I" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3762

PORTARIA Nº 3.762 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ARLENE MARIA FERRI, Professor Pós-Graduado Nível "I" (Pós-Graduação - Cargo em Extinção), Classe "J-I" para a Classe "J-II", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 120 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3763

PORTARIA Nº 3.763 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) BRUNO ROGERIO DA ESPADA, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Gestão Financeira, Técnico de Administração, Classe "I-III", para a Classe "I-IV" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3764

PORTARIA Nº 3.764 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CAMILA BRANCO SGARIA, Professor Nível II (Pós-Graduação), Classe "A-I" para a Classe "A-II", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3765

PORTARIA Nº 3.765 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CAMILA NOEL, Professor Nível II (Pós-Graduação), Classe "A-I" para a Classe "A-II", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3766

PORTARIA Nº 3.766 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CARLOS AUGUSTO NASCIMENTO DA SILVA, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Educação, Técnico de Administração, Classe "A-IX", para a Classe "B-I" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3767

PORTARIA Nº 3.767 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CARLOS KALBFLEISCH, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Operador de Máquinas, Classe "B-IX", para a Classe "C-I" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3768

PORTARIA Nº 3.768 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CAROLINE RECALCATTI DA ESPADA VACCARI, Professor Nível II (Pós-Graduação), Classe "A-I" para a Classe "A-II", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 60 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3769

PORTARIA Nº 3.769 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CAROLINE ZULIAN BUCCO, Professor Nível II (Pós-Graduação), Classe "A-I" para a Classe "A-II", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 60 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3770

PORTARIA Nº 3.770 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CATIA APARECIDA WIEST, Professor Pós-Graduado Nível "I" (Pós-Graduação - Cargo em Extinção), Classe "H-V" para a Classe "H-VI", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 120 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3771

PORTARIA Nº 3.771 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CELSO JOSÉ GAVASSO, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Operador de Máquinas, Classe "E-VII", para a Classe "E-VIII" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3772

PORTARIA Nº 3.772 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 109 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) CESAR LUIZ JUNQUEIRA DE CARVALHO, Professor Licenciatura Plena, Classe "C-V" para a Classe "C-VI", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3773

PORTARIA Nº 3.773 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CHRISTINE MATZENAUER, Professor Nível "I" Licenciatura, Classe "B-VI" para a Classe "B-VII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3774

PORTARIA Nº 3.774 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CLARICE MARIA PECCIN ENDERLE, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "B-IV" para a Classe "B-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 260 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3775

PORTARIA Nº 3.775 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) CLAUDIO S LONGO, Motorista, Classe "B-IV", para a Classe "B-V", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3776

PORTARIA Nº 3.776 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CLAUDETE MARIA TOSCAN DA SILVA, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Gestão Financeira, Técnico de Administração, Classe "K-IX", para a Classe "L-I" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3777

PORTARIA Nº 3.777 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CLAUDIA MARIA SIMIONI, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Terapeuta Oriental, Classe "A-III", para a Classe "A-IV" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3778

PORTARIA Nº 3.778 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CLAUDIA MARIEN ARNHOLD, Professor Nível "III" (Mestrado), Classe "A-I" para a Classe "A-II", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 410 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3779

PORTARIA Nº 3.779 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CLAUDIANA FATIMA SANTINI, Professor Nível "I" (Licenciatura), Classe "A-III" para a Classe "A-IV", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3780

PORTARIA Nº 3.780 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CLEUNICE TERESINHA SANTOS, Professor Pós-Graduado Nível "I" (Pós-Graduação - Cargo em Extinção), Classe "H-IV" para a Classe "H-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3781

PORTARIA Nº 3.781 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CLEUSA SONEGO, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "B-IV" para a Classe "B-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3782

PORTARIA Nº 3.782 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CRISTIANE GODOY MARCA, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "B-IV" para a Classe "B-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3783

PORTARIA Nº 3.783 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CRISTIANE MARTENDAL FACIN, Professor Nível II (Pós-Graduação), Classe "A-I" para a Classe "A-II", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3784

PORTARIA Nº 3.784 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) DAIANA ANTUNES DE OLIVEIRA, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "A-III" para a Classe "A-IV", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3785

PORTARIA Nº 3.785 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) DANIELA RADEL BORTOLI PATRZYKOT, Professor Nível II (Mestrado), Classe "A-I", para a Classe "A-II", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3786

PORTARIA Nº 3.786 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) DANIELE GALVÃO RODRIGUES, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Classe "C-III" para a Classe "C-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3787

PORTARIA Nº 3.787 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) DANIELI DEBUS, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "A-III" para a Classe "A-IV", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3788

PORTARIA Nº 3.788 DE 18 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) DANUSA DE BRITTO OLIVEIRA, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "B-VI" para a Classe "B-VII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3789

PORTARIA Nº 3.789 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CRISTINA VIEIRA, Professor Nível II (Pós-Graduação), Classe "A-II" para a Classe "A-III", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3790

PORTARIA Nº 3.790 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr(a) ELIANE APARECIDA CERON VIER, para exercer o cargo de CONTADOR, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 003/2014, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 19 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

ATA REGISTRO 02/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015**

Página: 1/19

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 18/02/2015 Válido até: 18/02/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção dos serviços, ações e projetos ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joacaba, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	COUVE FOLHA	MÇ	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (6233)		0	2,0500
2	Acelga, de 1ª qualidade, folhas sãs e sem rupturas, isentas de sujidades, parasitas e larvas.	UN	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (6233)		0	3,8000
3	Batata doce	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (6233)		0	2,7000
4	Batata salsa nova, de 1ª qualidade, tamanho grande, compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (6233)		0	7,6000
5	Repolho roxo, tamanho médio, novo, de 1ª qualidade, com folhas sãs, sem ruptura.	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (6233)		0	3,6000
6	Rúcula nova, de 1ª qualidade, folhas sãs e sem rupturas, isenta de sujidades, parasitas e larvas.	PÉ	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (6233)		0	1,9500
7	Pimentão vermelho e amarelo, tamanho médio, novo, de 1ª qualidade.	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (6233)		0	10,6000
8	Pimentão verde, tamanho médio, novo, de 1ª qualidade.	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (6233)		0	5,9000
9	Banana tipo Prata	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (6233)		0	2,7000
10	Maracujá	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (6233)		0	10,5000
11	Morango bandeja com 300 grs, de 1ª qualidade, maduro, sem batidas.	UN	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (6233)		0	3,5000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 2/19

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 18/02/2015 Válido até: 18/02/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção dos serviços, ações e projetos ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
12	Pêssego maduro, 1ª qualidade	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (6233)		0	4,1000
13	Abacate	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (6233)		0	5,8000
14	Kiwi	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (6233)		0	12,1000
15	Ameixa seca, sem caroço - embalagem de 200 gr.	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	HAVITA	0	6,5000
16	Vagem	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (6233)		0	6,8000
17	Agrião	MÇ	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (6233)		0	1,9500
18	Espinafre de 1ª qualidade, folhas sãs e sem rupturas, isenta de sujidades, parasitas e larvas.	MÇ	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (6233)		0	1,8000
19	Gengibre, de 1ª qualidade, isenta de sujidades.	KG	GUILHERME BRAGHIROLI - ME (6233)		0	14,2000
20	logurte em pote, bandeja com 06 potes e 03 opções de sabores - com 100 gramas. Ingredientes: leite integral e/ou leite integral reconstituído, xarope de açúcar, leite em pó parcialmente desnatado, preparado com polpa de frutas, água, amido modificado, corante natural, acidulante, ácido cítrico, conservador sorbato de potássio, aromatizante e espessante gelatina e pectina, amido modificado e fermento lácteo.	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	TIROL	0	4,6000
21	logurte natural, sem corante, sem conservantes, integral - 170 gr.	PCT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	TIROL	0	1,4500

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 4/19

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 18/02/2015 Válido até: 18/02/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção dos serviços, ações e projetos ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
31	Requeijão culinário em bisnaga 400 gr	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	TIROL	0	5,5000
32	Requeijão cremoso em sachê - 200 gr.	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	TIROL	0	3,7000
33	Carne bovina moída de 2ª (pacote de kg congelado, não embalado a vácuo)	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	BASOTTI	0	12,0000
34	Carne moída de frango (pacote de kg congelado, não embalado a vácuo)	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	SEARA	0	14,0000
35	Carne bovina - músculo sem osso	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	BASOTTI	0	15,8000
36	Carne de galinha - peça inteira	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	SEVA	0	5,5000
37	Carne bovina - bisteca	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	BASOTTI	0	18,5000
38	Carne suína - costela sem pele	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	BASOTTI	0	14,5000
39	Carne suína - bisteca	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	BASOTTI	0	13,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 5/19

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 18/02/2015 Válido até: 18/02/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção dos serviços, ações e projetos ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
40	Came suína - pernil	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	BASOTTI	0	10,7000
41	Presunto em kg	PEÇA	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	BASOTTI	0	20,5000
42	MORTADELA SEM GORDURA - 01 KG	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	SEARA	0	7,3000
43	Mortadela sem gordura fatiada - embalagem de 200 gr	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	AURORA	0	3,3500
44	Bife empanado - suíno	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	SEARA	0	1,1000
45	Bife empanado - bovino	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	SEARA	0	1,4000
46	Bife empanado - frango	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	SEARA	0	1,0000
47	Hambúrguer de carne bovina - APROXIMADAMENTE 60G	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	SEARA	0	0,9500
48	Lingüiça tipo Calabresa	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	AURORA	0	16,5000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 6/19

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 18/02/2015 Válido até: 18/02/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção dos serviços, ações e projetos ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
49	Lingüiça sem pimenta e com pouca gordura	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	AURORA	0	14,5000
50	Milho para pipoca - pacote com 500 gr	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	Amafil	0	2,1000
	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)				0	2,1500
51	Açúcar mascavo	KG	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	Sulmel	0	7,6500
52	Semente de gergelim branco natural - embalagem 200 gr	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	AMAFIL	0	7,4000
53	Arroz integral - 500 gr	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	ALFINETE	0	3,7000
54	Feijão carioca	KG	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	2000	0	3,7500
	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)				0	3,8000
55	Grão de bico - pacote com 500 gr	PCT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	AMAFIL	0	6,4900
56	Amendoim s/ casca 500 gr	PCT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	amafil	0	3,7000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 7/19

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 18/02/2015 Válido até: 18/02/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção dos serviços, ações e projetos ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	Daju	0	3,9500
57	CANJICA BRANCA - PCTE C/ 500 GR	KG	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	Amafil	0	2,7000
	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)				0	2,8000
58	CANJICA AMARELA - PCTE C/ 500 GR.	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	amafil	0	2,1500
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	Amafil	0	2,2500
59	Sal temperado	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	zizo	0	2,8000
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	Quintaes	0	2,9500
60	Gelatina - diversos sabores - 01 kg	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	Neilar	0	9,4000
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)		0	9,5000
61	Massa tipo spaguetti / parafuso / farfalle - INTEGRAL	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	oliari	0	5,8000
62	Massa de lasanha, tipo seca, em folhas pré-cozidas, embalagem com 500 gr	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	filler	0	6,5000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 8/19

Número do Registro de Preços: 2/2015							Data do Registro: 18/02/2015		Válido até: 18/02/2016	
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção dos serviços, ações e projetos ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba, SC.										
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
63	Massa de pastel disco, com diâmetro de aproximadamente 16 cm - pacote contendo em média 20 massas separadas por plásticos.	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	essassim	0	5,0000	1			
64	Massa de pastel disco, com diâmetro de aproximadamente 12 cm - pacote contendo em média 20 massas separadas por plásticos.	PCT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	essassim	0	4,4000	1			
65	Massa para pizza com diâmetro aproximado de 30 cm, em embalagem plástica.	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	havita	0	3,3000	1			
66	Pizza pronta de aproximadamente 460 gr, diversos sabores, embalagem de papelão.	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	vo julia	0	9,8000	1			
67	Canudos para rechear - pacote com 36 unidades - 200 gr	PCT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	tia nena	0	6,9000	1			
68	Óleo de oliva extra virgem (até 0,8% de acidez), frasco de vidro 500 ml	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	espanhola	0	15,5000	1			
69	Bacon em fatias - embalagem de 250 gr	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	seara	0	8,6000	1			
70	Banha - pcte 01 kg	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	seara	0	5,8000	1			
71	Molho de tomate tipo pomarolla 340 grs	CX	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	jurema	0	1,7000	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 9/19

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 18/02/2015 Válido até: 18/02/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção dos serviços, ações e projetos ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
72	Polvilho azedo pcte com 500 grs	PCT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	amafil	0	3,8500
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	Prata	0	3,9500
73	Polvilho doce pcte com 500 grs	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	Prata	0	3,5000
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)		0	3,6000
75	Vinagre branco - 750 mL	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	Koller	0	2,2400
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)		0	2,2500
76	Erva mate p/ chimarrão especial - 1 kg	PCT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	tertuila	0	10,5000
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	Chirú	0	11,0600
77	Suco em pacote - 1 kg - vários sabores	KG	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	Decasa	0	4,9500
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)		0	5,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 10/19

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 18/02/2015 Válido até: 18/02/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção dos serviços, ações e projetos ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
78	BOMBONS SORTIDOS EM CAIXA CONTENDO: BOMBOM DE CHOCOLATE AO LEITE, CHOCOLATE AO LEITE AERADO, BOMBOM DE CHOCOLATE RECHEADO COM AMENDOIM, BOMBOM RECHEADO COBERTO COM FLOCOS DE CHOCOLATE, BOMBOM RECHEADO COBERTO COM FLOCOS E CHOCOLATE BRANCO, BOMBOM COM RECHEIO DE CHOCOLATE E AVELÃ, BOMBOM DE CHOCOLATE BRANCO COM RECHEIO DE SABOR DE CHOCOLATE BRANCO, BOMBOM DE CHOCOLATE RECHEADO COM LEITE MALTADO, BOMBOM RECHEADO COM COCO, WAFER RECHEADO COBERTO COM CHOCOLATE MEIO AMARGO, BOMBOM DE CHOCOLATE COM RECHEIO SABOR MORANGO, BOMBOM DE CHOCOLATE RECHEADO COM CARAMELO E LEITE MALTADO, CAIXA COM 400 G	PCT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	nestle	0	8,4000
79	CAFÉ SOLÚVEL GRANULADO COM SELO DE PUREZA DA ABIC - 200 G	VD	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	Nestle	0	8,4600
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	amigo	0	9,3000
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	Amigo	0	9,3500
80	Chocolate granulado pacote com 1 kg	PCT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	apti	0	13,0000
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	Incas	0	13,3500
81	ACHOCOLATADO EM LATA COM 400 G	LTA	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	apti	0	5,0000
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	Nescau	0	5,4500

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 11/19

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 18/02/2015 Válido até: 18/02/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção dos serviços, ações e projetos ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
82	Farinha de rosca - pacote com 500 g	PCT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	vela	0	3,3500
83	Farofa pronta - pacote com 500 gr	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	APTI	0	3,5500
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)		0	3,6000
84	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE PARA GUARDAR ALIMENTOS, ROLO COM 100 UNIDADES, COM CAPACIDADE DE 8 KG.	RL	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	mega	0	6,3000
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	BomPack	0	6,4300
85	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE PARA GUARDAR ALIMENTOS, ROLO COM 100 UNIDADES, COM CAPACIDADE DE 3 KG	RL	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	mega	0	4,0000
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	BomPack	0	4,0900
86	Saco plástico picotado 07 Kg com 100 un	RL	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	mega	0	4,5000
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	BomPack	0	4,5900
87	CANUDO DOBRÁVEL - COM 100 UN	PCT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	sky	0	3,5000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 12/19

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 18/02/2015 Válido até: 18/02/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção dos serviços, ações e projetos ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
88	Bala mastigável sortida - 700 gr	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	soberana	0	7,2000
89	Bataia palha - 500 gr	CX	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	lever	0	8,8000
90	Bebida gasificada - recipiente de 2 litros	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	schin	0	4,0500
91	Goiabada - pacote com 400 gr	PCT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	predolecta	0	2,4500
92	Coco ralado sem açúcar - 100 gr	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	Kital	0	2,9000
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)		0	2,9500
93	Orégano - 10 gr	PCT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	apti	0	1,5000
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	Incas	0	1,6700
94	Caldo de galinha/carne em tablete - 12 unidades	CX	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	APTI	0	1,9500
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)		0	2,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 13/19

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 18/02/2015 Válido até: 18/02/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção dos serviços, ações e projetos ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
95	Caldo de galinha em pó 500 gr	PCT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	apti	0	8,5000
96	Canela em pó - 40 gr	PT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	apti	0	1,6000
97	Canela em rama pcte com 10 gr	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	Incas	0	1,6900
98	Cravo pct 50 gr	PCT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	apti	0	1,3000
99	Nóz moscada 30 gr	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	Incas	0	1,3500
100	Pimenta tubo de 30 grs	TB	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	apti	0	3,8000
101	Sal amoniaco - pacote com 100 gr	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	Incas	0	3,9500
		PCT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	apti	0	4,2000
		TB	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	Incas	0	2,9900
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)		0	3,2500
		PCT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	apti	0	1,1500

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 14/19

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 18/02/2015 Válido até: 18/02/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção dos serviços, ações e projetos ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	Incas	0	1,1600
102	Açúcar de baunilha - 40 gr					2
		TB	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	apti	0	1,2000
						1
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	Incas	0	1,3000
						2
103	Queijo ralado 100 gr					
		PCT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	seleti	0	3,8500
						1
104	Plástico filme					
		RL	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	royal	0	3,8000
						1
105	Papel alumínio					
		RL	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	divina	0	4,4000
						1
106	Palito churrasco madeira 25 cm - com 50 unidades					
		PCT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	parana	0	2,9000
						1
107	FÓSFORO - PALITO LONGO CONTENDO 100 PALITOS					
		CX	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	fiat luz	0	2,2000
						1
108	Carvão vegetal para churrasco - 07 kg					
		PCT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	limeiro	0	14,8000
						1
109	Abacaxi em calda lata com 900 grs					
		LTA	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	joao maria	0	8,1000
						1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 15/19

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 18/02/2015 Válido até: 18/02/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção dos serviços, ações e projetos ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
110	AZEITONA SEM CAROÇO - VIDRO C/ 330 G	VD	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	agrotiva	0	6,8000
111	Envilha em lata com 2 kg	LTA	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	Stella	0	12,3000
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)		0	12,6000
112	Maionese pronta - 500 gr	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	arisco	0	5,5000
113	Palmito picado vidro de 300 grs	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	tamoa	0	5,8500
114	Pepino em conserva vidro de 300 grs	VD	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	decora	0	4,8000
115	Pêssego em calda lata com 450 grs	LTA	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	joao maria	0	5,4000
116	Sardinha lata com 200 grs	LTA	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	pescador	0	4,1000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 16/19

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 18/02/2015 Válido até: 18/02/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção dos serviços, ações e projetos ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
117	CESTA BÁSICA CONTENDO OS SEGUINTE ITENS: ÓLEO DE SOJA 900 ML, ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1 - 5 KG, AÇÚCAR REFINADO - 5 KG, FARINHA DE FUBA FINA COM 2 KG, FARINHA DE TRIGO ESPECIAL 5 KG, ERVILHA EM LATA 280 GRs, CHOCOLATE EM PÓ - 1 KG, CAFÉ TORRADO E MOÍDO ESPECIAL COM SELO DE PUREZA DA ABIC - 500 GR, LEITE EM PÓ PCTE 400 GR, BISCOITO DOCE SORTIDO COM 1 KG, SAL REFINADO PCTE 1 KG, MASSA COM OVOS TIPO ESPAGUETI EMBALAGEM 1 KG, MISTURA PARA BOLO, SABONETE 90 GRs, CREME DENTAL TUBO DE 90 GRs, PEDRA SABÃO DE 500GRs.	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6562)	Nutri SC	0	74,7000
118	Mel - 700 gramas	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)		0	74,8000
119	Pó para Flan - 60 gramas	CX	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	apli	0	1,9000
120	Catchup - 400 gramas	PT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	miriam	0	3,8000
121	Mostarda - 200 gramas	PT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	miriam	0	2,4000
122	Milho pipoca para micro-ondas - 100 gramas	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	amafil	0	1,7000
123	PANETONES	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	vila pedrini	0	11,4000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 17/19

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 18/02/2015 Válido até: 18/02/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção dos serviços, ações e projetos ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
124	PANETONE/CHOCOTONE	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	vila pedrini	0	11,4000
126	Geléia de Frutas - variadas - 250 gr	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)	mumu	0	8,2000
127	Água Mineral sem gás - 05 litros	UN	PRANDO & CARON LTDA - ME (6182)	ACQUA 10	0	4,9300
128	Água mineral sem gás - 20 litros	UN	PRANDO & CARON LTDA - ME (6182)	ACQUA 10	0	11,1200
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)		0	4,9500
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)		0	11,1300
129	Água mineral sem gás - 1,5 litros	UN	PRANDO & CARON LTDA - ME (6182)	ACQUA 10	0	2,3800

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 18/19

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 18/02/2015		Válido até: 18/02/2016			
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção dos serviços, ações e projetos ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA - ME (6186)		0	2,3900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 19/19

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 18/02/2015		Válido até: 18/02/2016			
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção dos serviços, ações e projetos ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2015

PROCESSO Nº 3/2015

- (6182) - PRANDO & CARON LTDA - ME
- (6186) - MERCADO E CONFECOES SS DURIGON LTDA - ME
- (6233) - GUILHERME BRAGHIROLI - ME
- (6562) - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

Joaçaba, 18 de Fevereiro de 2015.

José Boiteux**CÂMARA MUNICIPAL****CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2015****CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

A Presidente da Câmara de Vereadores de José Boiteux, Vereadora Natalina Bertelli

O Presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, Vereador Gilson Lehmkuhl

Convidam Vossa Senhoria para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA que discutirá a Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais, na Forma que Dispõe o Art. 9º, §4º, da Lei Complementar n.º 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a realizar-se no dia 23 de fevereiro de 2015, às 17h00min, na Câmara Municipal de Vereadores, sito Rua 09 de Dezembro, n.º 804, José Boiteux-SC

Natalina Bertelli
Presidente da Câmara

Gilson Lehmkuhl
Presidente da Comissão

Lauro Muller**PREFEITURA****EDITAL DE PREGAO Nº19/2015 PMLM**

EDITAL DE PREGAO Nº19/2015 PMLM

PROCESSO Nº19/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 04 de março de 2015 às 10:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria contábil, financeiro, com aplicação de carga horária mensal variável a ser executada de acordo com as necessidades da administração do Município de Lauro Muller - SC, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 18 de fevereiro de 2015.
Leandro Stangherlin
Pregoeiro Municipal

RGF 2º SEM/2014

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.015.541,58	65.623,08
Pessoal Ativo	15.999.915,16	65.623,08
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	15.626,42	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	187.131,71	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	185.263,63	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	1.868,08	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	15.828.409,87	65.623,08
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	15.894.032,95	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	29.936.795,25	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	53,09	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	16.165.869,44	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	15.357.575,96	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	14.549.282,49	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Lauro Muller, 19/02/2015

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.795.509,72	2.756.478,01	2.732.821,17
Dívida Mobiliária	79.250,79	69.360,54	61.583,61
Dívida Contratual	2.716.258,93	2.687.117,47	2.671.237,56
Interna	2.716.258,93	2.687.117,47	2.671.237,56
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	670.541,21	511.404,16	1.584.054,68
Disponibilidade de Caixa Bruta	720.656,74	2.381.597,03	2.121.132,98
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	50.115,53	1.870.192,87	537.078,30
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	2.124.968,51	2.245.073,85	1.148.766,49
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	28.484.120,97	29.369.697,48	29.936.795,25
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	9,81%	9,39%	9,13%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	7,46%	7,64%	3,84%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	34.180.945,16	35.243.636,98	35.924.154,30
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	30.762.850,65	31.719.273,28	32.331.738,87

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	2.716.258,93	2.687.117,47	2.671.237,56
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	2.716.258,93	2.687.117,47	2.671.237,56
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	2.716.258,93	2.687.117,47	2.671.237,56
Previdenciárias	2.716.258,93	2.687.117,47	2.671.237,56
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	247.319,84	672.251,81	597.625,24
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	48.818,90	4.131.019,31	633.180,38

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

Lauro Muller, 19/02/2015

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

FONTE:

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	28.484.120,97	29.369.697,48	29.936.795,25
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	6.266.506,61	6.461.333,45	6.586.094,96
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	5.639.855,95	5.815.200,10	5.927.485,46

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Lauro Muller, 19/02/2015

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	395,83	44,78	351,05
Convênio Recursos da União - Hospital	0,00	4.083,00	(4.083,00)
Convênio Trânsito - Polícia Civil	4.576,70	0,00	4.576,70
Convênio Trânsito - Polícia Militar	38.523,15	240,25	38.282,90
Convênio Federal - Agricultura	15.641,58	0,00	15.641,58
FNAS - API	0,00	6.410,40	(6.410,40)
FNAS - IGB-PBF	11.862,50	0,00	11.862,50
FNAS - PBVA/SCFV	270,85	0,00	270,85
Infra Estrutura Urbana	0,00	41.219,69	(41.219,69)
PNAE	16.007,82	720,00	15.287,82
PNATE	54.196,07	0,00	54.196,07
Recursos de Imposto p/ASPS - 15%	10.079,00	99.283,83	(89.204,83)
Recursos de Impostos p/MDEF - 25%	6,95	0,00	6,95
Salário Educação	51.945,63	26.659,99	25.285,64
Transferência de Recursos do - FNDE	8.024,59	0,00	8.024,59
Transferências Convênios - Outros	1.265.100,20	167.794,95	1.097.305,25
Transferências de Convênios - Educação	185.711,37	139.325,54	46.385,83
Transferências do FUNDEB - 40%	7.663,99	39.350,93	(31.686,94)
Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	21.768,98	(21.768,98)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.670.006,23	546.902,34	1.123.103,89
Atenção Básica - PAB FIXO	58.868,46	0,00	58.868,46
Atenção Básica - PACS	0,00	2.661,46	(2.661,46)
Atenção de Média e Alta Complexidade - MAC - SUS	18.260,79	0,00	18.260,79
Contribuição de Interv.do Domínio Econômico - CIDE	1.283,95	0,00	1.283,95
Contribuição p/Custeio dos Serv.de Iluminação - COSIP	16.196,51	386,14	15.810,37
Conv. Ministerio Meio Ambiente	147,23	0,00	147,23
Estado - Farmacia Básica	15.018,40	273,62	14.744,78
Farmácia Básica - SUS União	3.643,69	0,00	3.643,69
FNAS - CRAS	8.144,02	0,00	8.144,02
Fundo Especial do Petróleo - FEP	489,77	127,26	362,51
Melhoria do Trânsito - Parte Prefeitura	52,66	0,00	52,66
Recursos de Imposto p/ASPS - 15%	3.008,63	221.868,53	(218.859,90)
Recursos Ordinários	229.163,85	367.240,98	(138.077,13)
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	815,87	0,00	815,87
SUS - Vigilância Sanitária	18.069,41	203,74	17.865,67
Transferências de Convênios - Saúde	76.329,30	2.758,12	73.571,18
Transferências de Convênios - Transporte Escolar - Educação	1.634,21	0,00	1.634,21
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	451.126,75	595.519,85	(144.393,10)
TOTAL (III) = (I + II)	2.121.132,98	1.142.422,19	978.710,79
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 2/2

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Lauro Muller, 19/02/2015

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")							R\$ 1,00
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados				
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
Compensação Financeira de Recursos Minerais	0,00	44,78	0,00	1.341,60	351,05	0,00	
Convênio Recursos da União - Hospital	4.083,00	0,00	0,00	0,00	(4.083,00)	0,00	
Convênio Transito - Policia - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	4.576,70	0,00	
Convênio Transito - Policia Civil	0,00	0,00	0,00	30,00	4.576,70	0,00	
Convênio Transito - Policia Militar	0,00	240,25	0,00	0,00	38.282,90	0,00	
Convêno Federal - Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	15.641,58	0,00	
FNAS - API	0,00	6.410,40	0,00	0,00	(6.410,40)	0,00	
FNAS - IGB-PBF	0,00	0,00	0,00	0,00	11.862,50	0,00	
FNAS - PBVA/SCFV	0,00	0,00	0,00	0,00	270,85	0,00	
Infra Estrutura Urbana	41.219,69	0,00	0,00	0,00	(41.219,69)	0,00	
PNAE	0,00	720,00	0,00	0,00	15.287,82	0,00	
PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	54.196,07	0,00	
Recursos de Imposto p/ASPS - 15%	0,00	5.269,52	0,00	0,00	(89.204,83)	0,00	
Recursos de Impostos p/MDEF - 25%	0,00	0,00	0,00	262,31	6,95	0,00	
Salário Educação	0,00	26.659,99	0,00	167,00	25.285,64	0,00	
Superávit Financeiro - Salário Educação	0,00	0,00	0,00	2.520,00	0,00	0,00	
Transferência de Recursos do - FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	8.024,59	0,00	
Transferências Convênios - Outros	0,00	167.794,95	0,00	497.710,47	1.097.305,25	0,00	
Transferências de Convênios - Educação	0,00	139.325,54	0,00	0,00	46.385,83	0,00	
Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	39.350,93	0,00	0,00	(31.686,94)	0,00	
Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	21.768,98	0,00	0,00	(21.768,98)	0,00	
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	45.302,69	407.585,34	0,00	502.031,38	1.127.680,59	0,00	
Atenção Básica - PAB FIXO	0,00	0,00	0,00	0,00	58.868,46	0,00	
Atenção Básica - PACS	0,00	2.661,46	0,00	0,00	(2.661,46)	0,00	
Atenção Básica - Saúde Bucal	0,00	0,00	0,00	415,54	0,00	0,00	
Atenção de Média e Alta Complexidade - MAC	0,00	0,00	0,00	0,00	18.260,79	0,00	
Contribuição de Interv.do Domínio Econômico -	0,00	0,00	0,00	0,00	1.283,95	0,00	
Contribuição p/Custeio dos Serv.de Iluminação	0,00	386,14	0,00	0,00	15.810,37	0,00	
Conv. Ministério Meio Ambiente	0,00	0,00	0,00	0,00	147,23	0,00	
Estado - Farmacia Básica	0,00	273,62	0,00	0,00	14.744,78	0,00	

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 2/2

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")		RESTOS A PAGAR				R\$ 1,00
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Farmácia Básica - SUS União	0,00	0,00	0,00	0,00	3.643,69	0,00
FNAS - CRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	8.144,02	0,00
Fundo Especial do Petróleo - FEP	0,00	127,26	0,00	0,00	362,51	0,00
Melhoria do Transito - Parte Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	52,66	0,00
Recursos de Imposto p/ASPS - 15%	455,02	4.894,80	0,00	64.427,06	(218.859,90)	0,00
Recursos Ordinários	2.593,73	71.640,41	5.914,62	58.316,31	(138.077,13)	0,00
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	0,00	0,00	0,00	0,00	815,87	0,00
SUS - Vigilância Sanitária	0,00	203,74	0,00	0,00	17.865,67	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	954,09	0,00	1.804,03	0,00	73.571,18	0,00
Transferências de Convênios - Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00	250,00	1.634,21	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(I)	4.002,84	80.187,43	7.718,65	123.408,91	(144.393,10)	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	49.305,53	487.772,77	7.718,65	625.440,29	983.287,49	0,00

R\$ 1,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------	------

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Lauro Muller, 19/02/2015

FABRICIO KUSMIN ALVES Prefeito Municipal	EDUARDO GONZAGA BETT Secret. de Adm. Finanças e Planejamento	ROSANA BENEDET Contadora CRC/SC 023922/O5
---	---	--

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	16.734.358,45	55,90
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	17.962.077,15	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	17.063.973,29	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	1.148.766,49	3,84
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	35.924.154,30	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	6.586.094,96	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	4.789.887,24	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.095.575,67	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	625.440,29	983.287,49

FONTE:

Lauro Muller, 19/02/2015

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

RREO 6º BIM 2014

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	39.793.092,00	39.793.092,00	6.729.838,76	16,91	33.837.234,21	84,53
RECEITAS CORRENTES	30.273.439,25	30.273.439,25	6.119.256,81	20,21	29.936.795,25	98,89
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.295.701,00	3.295.701,00	543.266,67	16,48	2.709.724,34	82,22
IMPOSTOS	2.943.296,00	2.943.296,00	507.857,11	17,25	2.309.901,74	78,48
TAXAS	352.405,00	352.405,00	35.409,56	10,05	399.822,60	113,46
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	63.600,00	63.600,00	22.058,57	34,68	90.109,44	141,68
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	63.600,00	63.600,00	22.058,57	34,68	90.109,44	141,68
RECEITA PATRIMONIAL	70.900,00	70.900,00	42.830,13	60,41	188.948,93	266,50
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	70.900,00	70.900,00	42.830,13	60,41	188.948,93	266,50
RECEITA DE SERVIÇOS	131.949,75	131.949,75	0,00	0,00	21.185,83	16,06
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.914.884,00	25.914.884,00	5.122.242,27	19,77	25.425.759,49	98,11
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	25.243.092,00	25.243.092,00	4.908.425,91	19,44	24.465.356,68	96,92
Transf. de Conv.	671.792,00	671.792,00	213.816,36	31,83	960.402,81	142,96
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	796.404,50	796.404,50	388.859,17	48,83	1.501.067,22	188,48
Multas e Juros de Mora	116.600,00	116.600,00	22.100,00	18,95	121.182,10	103,93
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	407.578,00	407.578,00	53.613,93	13,15	184.830,61	45,35
RECEITAS DIVERSAS	272.226,50	272.226,50	313.145,24	115,03	1.195.054,51	438,99
RECEITAS DE CAPITAL	9.519.652,75	9.519.652,75	610.581,95	6,41	3.700.438,96	38,87
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.919.652,75	8.919.652,75	610.581,95	6,85	3.700.438,96	41,49
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	8.919.652,75	8.919.652,75	610.581,95	6,85	3.700.438,96	41,49
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	39.793.092,00	39.793.092,00	6.729.838,76	16,91	33.837.234,21	84,53
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	39.793.092,00	39.793.092,00	6.729.838,76	16,91	33.637.234,21	84,53
6.155.857,79						
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	39.793.092,00	39.793.092,00	6.729.838,76	16,91	33.637.234,21	84,53
6.155.857,79						
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	330.306,13	—	—	328.269,69	—
Superávit Financeiro	—	330.306,13	—	—	328.269,69	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO A EXECUTAR (f' - (g + h))	
						LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)		%
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (g)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	39.793.092,00	7.685.877,20	47.478.969,20	3.875.140,57	33.142.140,51	5.246.662,77	32.516.678,78	625.461,73	69,80	14.336.828,69
DESPESAS CORRENTES	26.488.481,00	6.853.655,45	33.342.136,45	3.673.008,28	29.058.719,31	4.841.925,26	28.930.170,02	128.549,29	87,15	4.283.417,14
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.040.000,00	2.132.895,54	18.172.895,54	3.027.437,80	17.001.712,87	3.048.885,24	16.921.602,69	80.110,18	93,56	1.170.982,67
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.448.481,00	4.720.959,91	15.169.440,91	645.570,48	12.057.006,44	1.793.040,02	12.008.567,33	48.439,11	79,48	3.112.434,47
DESPESAS DE CAPITAL	13.254.611,00	880.343,42	14.134.954,42	202.132,29	4.083.421,20	404.737,51	3.586.508,76	496.912,44	28,89	10.051.533,22
INVESTIMENTOS	12.494.611,00	1.350.343,42	13.844.954,42	134.862,77	3.797.250,66	337.467,99	3.300.338,22	496.912,44	27,43	10.047.703,76
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	760.000,00	-470.000,00	290.000,00	67.269,52	286.170,54	67.269,52	286.170,54	0,00	98,68	3.829,46
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	-48.121,67	1.878,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.878,33
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	39.793.092,00	7.685.877,20	47.478.969,20	3.875.140,57	33.142.140,51	5.246.662,77	32.516.678,78	625.461,73	69,80	14.336.828,69
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

DESPESAS DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))	
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)		%
						No Bimestre (i)	Até o Bimestre (g)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	39.793.092,00	7.685.877,20	47.478.969,20	3.875.140,57	33.142.140,51	5.246.662,77	32.516.678,78	625.461,73	69,80	
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	495.093,70	—	—	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	39.793.092,00	7.685.877,20	47.478.969,20	3.875.140,57	33.142.140,51	5.246.662,77	33.637.234,21	70,85	14.336.828,69	

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

Lauro Muller, 19/02/2015

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	3.350.874,00	3.350.874,00	2.359.119,03	70,40
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	729.763,00	729.763,00	729.877,25	100,02
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	519.169,00	519.169,00	221.527,51	42,67
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	954.000,00	954.000,00	1.051.119,83	110,18
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	740.364,00	740.364,00	171.945,16	23,22
Dívida Ativa dos Impostos	407.578,00	407.578,00	184.649,28	45,30
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	8.819.200,00	8.819.200,00	8.743.049,22	99,14
Cota-Parte FPM	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte IPVA	1.484.000,00	1.484.000,00	1.525.795,52	102,82
Cota-Parte ICMS	7.208.000,00	7.208.000,00	7.121.329,32	98,80
Cota-Parte IPI-Exportação	127.200,00	127.200,00	95.924,38	75,41
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.170.074,00	12.170.074,00	11.102.168,25	91,23

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS	
			LIQUIDADAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
DESPESAS CORRENTES	6.595.772,00	9.635.155,00	8.454.703,86	64.842,60
Pessoal e Encargos Sociais	3.935.000,00	4.949.189,50	4.444.382,29	63.517,08
Outras Despesas Correntes	2.660.772,00	4.685.965,50	4.010.321,57	1.325,52
DESPESAS DE CAPITAL	1.117.600,00	1.051.590,75	406.468,16	0,00
Investimentos	1.117.600,00	1.051.590,75	406.468,16	0,00

Continua 1/4

Município de Lauro Muller - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.117.600,00	1.051.590,75	406.468,16	0,00	38,65
Investimentos	1.117.600,00	1.051.590,75	406.468,16	0,00	38,65
TOTAL (IV)	7.713.372,00	10.686.745,75	8.861.172,02	64.842,60	83,52

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	% ((h+i)/IV(f+g))
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	3.363.600,00	4.458.321,91	3.276.040,25	415,54	36,71
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.141.200,00	2.913.037,75	2.300.988,30	415,54	25,78
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1.222.400,00	1.545.284,16	975.051,95	0,00	10,92
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	3.363.600,00	4.458.321,91	3.276.040,25	415,54	36,71

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [IV(f+g) - V(h+i)]	4.349.772,00	6.228.423,84	5.649.558,83	63,29
--	--------------	--------------	--------------	-------

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIib x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4	50,89
---	-------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [V((h+i) - (15 x IIib)/100)]	3.984.233,59
--	--------------

Continua 2/4

Município de Lauro Muller - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
	0,00	0,00		0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	-	-		-	

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
Atenção Básica	6.948.372,00	10.111.745,75	8.538.122,15	64.837,60	96,38
Vigilância Sanitária	665.000,00	475.000,00	267.376,75	0,00	3,00
Vigilância Epidemiológica	100.000,00	100.000,00	55.673,12	5,00	0,62
TOTAL	7.713.372,00	10.686.745,75	8.861.172,02	64.842,60	100,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: *Atenção: lista apresentada, exclusivamente, na Planilha Demonstrativa da Execução Orçamentária da última bimestre da exercício.*

Continua 3/4

Município de Lauro Muller - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

* Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Lauro Muller, 19/02/2015

FABRICIO KUSMIN ALVES Prefeito Municipal	EDUARDO GONZAGA BETT Secret. de Adm. Finanças e Planejamento	ROSANA BENEDET Contadora CRC/SC 023922/05
---	---	--

Município de Lauro Muller - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	39.793.092,00
Previsão Atualizada		—	39.793.092,00
Receitas Realizadas		6.729.838,76	33.637.234,21
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	328.269,69
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	39.793.092,00
Créditos Adicionais		—	7.685.877,20
Dotação Atualizada		—	47.478.969,20
Despesas Empenhadas		3.875.140,57	33.142.140,51
Despesas Executadas		5.246.662,77	33.142.140,51
Liquidadas		5.246.662,77	32.516.678,78
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	625.461,73
Superavit Orçamentário		—	495.093,70
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		3.875.140,57	33.142.140,51
Despesas Executadas		5.246.662,77	33.142.140,51
Liquidadas		5.246.662,77	32.516.678,78
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	625.461,73
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			29.936.795,25
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-1.422.589,00	-976.202,02
Resultado Primário		-10.808.944,00	592.315,31
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	7.882,02	0,00	163,37
EXECUTIVO	7.882,02	0,00	163,37
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	50.115,53	0,00	810,00
EXECUTIVO	50.115,53	0,00	810,00
TOTAL:	57.997,55	0,00	973,37
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		5.573.154,43	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		4.541.442,45	60%
Liquidadas		4.541.442,45	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	

Continua 1/2

Município de Lauro Muller - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	600.000,00
Despesa de Capital Líquida			4.083.421,20	10.051.533,22
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		% Aplicado até o Bimestre
		% Mínimo a Aplicar no Exercício		
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.649.558,83	15,00		50,89
Liquidadas	5.585.131,77			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	64.427,06			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Lauro Muller, 19/02/2015

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a - (b + c))	
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/ Total (b + c))		% (b + c)/a
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	39.793.092,00	47.478.969,20	3.875.140,57	33.142.140,51	5.246.662,77	32.516.676,78	100,00	625.461,73	14.336.828,61	69,80
Legislativa	1.440.000,00	1.440.000,00	97.598,85	1.079.232,96	87.485,63	1.050.536,48	3,26	28.696,48	360.767,00	74,95
Ação Legislativa	1.440.000,00	1.440.000,00	97.598,85	1.079.232,96	87.485,63	1.050.536,48	3,26	28.696,48	360.767,00	74,95
Administração	4.902.500,00	5.867.694,57	983.501,98	5.432.603,47	1.067.097,51	5.432.064,07	16,39	539,40	435.091,10	92,58
Administração Geral	4.565.000,00	4.705.000,00	844.897,88	4.669.556,29	894.386,20	4.669.016,89	14,09	539,40	35.443,71	99,25
Alimentação e Nutrição	287.500,00	482.694,57	16.410,22	403.808,45	50.517,43	403.808,45	1,22	0,00	78.886,10	83,66
Ensino Superior	50.000,00	680.000,00	122.193,88	359.238,73	122.193,88	359.238,73	1,08	0,00	320.761,21	52,83
Segurança Pública	116.600,00	146.600,00	15.408,36	108.259,26	24.274,80	108.229,26	0,33	30,00	38.340,70	73,85
Policimento	116.600,00	146.600,00	15.408,36	108.259,26	24.274,80	108.229,26	0,33	30,00	38.340,70	73,85
Assistência Social	1.909.040,00	2.089.956,52	73.168,38	1.164.216,54	149.026,97	1.158.239,67	3,51	5.976,87	925.739,90	55,71
Assistência ao Idoso	425.000,00	375.000,00	-18.120,61	82.682,07	-919,05	82.682,07	0,25	0,00	292.317,90	22,05
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.065.600,00	1.015.600,00	57.348,03	440.486,89	65.021,14	440.486,89	1,33	0,00	575.113,10	43,37
Assistência Comunitária	418.440,00	699.356,52	33.940,96	641.047,58	84.924,88	635.070,71	1,93	5.976,87	58.308,90	91,66
Saúde	7.713.372,00	10.686.745,75	733.120,05	8.926.014,62	1.393.726,22	8.861.172,02	26,93	64.842,60	1.760.731,10	83,52
Atenção Básica	6.948.372,00	10.111.745,75	724.546,38	8.602.959,75	1.385.152,55	8.538.122,15	25,96	64.837,60	1.508.786,00	85,08
Vigilância Sanitária	665.000,00	475.000,00	1.414,88	267.376,75	1.414,88	267.376,75	0,81	0,00	207.623,23	56,29
Vigilância Epidemiológica	100.000,00	100.000,00	7.158,79	55.678,12	7.158,79	55.673,12	0,17	5,00	44.321,81	55,68
Educação	10.127.000,00	11.512.733,56	1.580.610,79	8.596.695,24	1.700.482,64	8.593.495,93	25,94	3.199,31	2.916.038,30	74,67
Ensino Fundamental	6.507.000,00	7.758.733,56	1.208.530,16	5.886.812,99	1.290.212,91	5.883.875,99	17,76	2.937,00	1.871.920,50	75,87
Educação Infantil	3.620.000,00	3.754.000,00	372.080,63	2.709.882,25	410.269,73	2.709.619,94	8,18	262,31	1.044.117,70	72,19
Cultura	540.000,00	540.000,00	9.794,13	428.322,01	-2.435,04	275.488,26	1,29	152.833,75	111.677,90	79,32
Diffusão Cultural	540.000,00	540.000,00	9.794,13	428.322,01	-2.435,04	275.488,26	1,29	152.833,75	111.677,90	79,32
Urbanismo	2.550.580,00	2.950.760,60	131.953,47	1.545.161,21	254.866,64	1.528.423,28	4,66	16.737,93	1.405.599,30	52,36
Infra-Estrutura Urbana	1.140.000,00	1.140.000,00	0,00	3.647,85	3.647,85	3.647,85	0,01	0,00	1.136.352,10	0,32
Serviços Urbanos	1.410.580,00	1.810.760,60	131.953,47	1.541.513,36	251.218,79	1.524.775,43	4,65	16.737,93	269.247,20	85,13
Habituação	1.300.000,00	1.354.037,20	-27.993,00	225.211,28	-7.990,70	225.211,28	0,68	0,00	1.128.825,90	16,63
Habituação Urbana	1.300.000,00	1.354.037,20	-27.993,00	225.211,28	-7.990,70	225.211,28	0,68	0,00	1.128.825,90	16,63
Saneamento	1.260.000,00	1.260.000,00	4.857,82	698.834,11	23.487,87	693.442,51	2,11	5.391,60	561.165,80	55,46
Saneamento Básico Urbano	1.260.000,00	1.260.000,00	4.857,82	698.834,11	23.487,87	693.442,51	2,11	5.391,60	561.165,80	55,46

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO (a - (b + c))		
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)		% ((b + c)/ Total (b + c))	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	39.793.092,00	47.478.969,20	3.875.140,57	33.142.140,51	5.246.662,77	32.516.678,78	625.461,73	100,00	69,80	14.336.828,69
Agricultura	1.284.000,00	1.284.000,00	11.025,53	971.084,08	71.247,52	884.084,08	87.000,00	2,93	75,63	312.915,92
Extensão Rural	1.284.000,00	1.284.000,00	11.025,53	971.084,08	71.247,52	884.084,08	87.000,00	2,93	75,63	312.915,92
Indústria	1.500.000,00	1.500.000,00	7.569,92	57.569,92	33.227,71	57.569,92	0,00	0,17	3,84	1.442.430,08
Promoção Industrial	1.500.000,00	1.500.000,00	7.569,92	57.569,92	33.227,71	57.569,92	0,00	0,17	3,84	1.442.430,08
Comércio e Serviços	300.000,00	300.000,00	3.348,00	23.944,00	5.011,00	23.944,00	0,00	0,07	7,98	276.056,00
Turismo	300.000,00	300.000,00	3.348,00	23.944,00	5.011,00	23.944,00	0,00	0,07	7,98	276.056,00
Transporte	3.100.000,00	3.360.062,67	27.414,49	2.895.276,21	148.108,70	2.895.276,21	0,00	8,74	86,17	464.786,46
Transporte Rodoviário	3.100.000,00	3.360.062,67	27.414,49	2.895.276,21	148.108,70	2.895.276,21	0,00	8,74	86,17	464.786,46
Desporto e Lazer	1.200.000,00	2.864.500,00	138.040,37	687.812,68	213.323,87	427.598,89	260.213,79	2,08	24,01	2.176.687,32
Desporto Comunitário	1.200.000,00	2.864.500,00	138.040,37	687.812,68	213.323,87	427.598,89	260.213,79	2,08	24,01	2.176.687,32
Encargos Especiais	500.000,00	320.000,00	85.721,43	301.902,92	85.721,43	301.902,92	0,00	0,91	94,34	18.097,08
Outros Encargos Especiais	500.000,00	320.000,00	85.721,43	301.902,92	85.721,43	301.902,92	0,00	0,91	94,34	18.097,08
Reserva de Contingência 1	50.000,00	1.878,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.878,33
Reserva de Contingência	50.000,00	1.878,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.878,33
TOTAL (III) = (I + II)	39.793.092,00	47.478.969,20	3.875.140,57	33.142.140,51	5.246.662,77	32.516.678,78	625.461,73	100,00	69,80	14.336.828,69

FONTE:

Lauro Muller, 19/02/2015

FABRICIO KUSMIN ALVES Prefeito Municipal	EDUARDO GONZAGA BETT Secret. de Adm. Finanças e Planejamento	ROSANA BENEDET Contadora CRC/SC 023922/O5
---	---	--

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Lauro Muller - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

REDO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agô/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
RECEITAS CORRENTES (I)		2.518.087,87	2.627.479,13	2.840.341,13	2.512.466,12	3.208.865,70	2.483.017,79	2.262.251,62	2.429.861,00	2.537.234,57	3.351.173,89	3.161.101,45	3.688.468,75	33.620.899,02	34.266.125,25
RECEITA TRIBUTÁRIA		72.550,38	170.840,99	607.596,19	39.301,76	552.043,30	142.244,65	98.351,97	78.835,13	195.407,41	209.295,89	133.192,10	410.074,57	2.709.724,34	3.282.496,00
I.P.T.U.		548,17	15.830,89	392.504,23	0,00	280.363,92	11.650,20	4.373,45	0,00	11.641,50	2.987,02	2.287,16	7.690,71	729.877,25	729.763,00
I.R.R.F.		0,00	11.469,00	2.804,89	37,24	704,88	16.765,61	37,24	37,24	1.197,03	55.449,48	2.414,73	81.027,82	171.945,16	740.394,00
I.S.S.		55.485,54	48.210,77	80.151,09	39.264,52	148.690,69	90.396,65	66.698,04	78.797,89	86.778,58	96.440,03	104.569,95	292.138,07	1.186.591,82	954.000,00
I.T.B.I.		3.487,94	12.955,08	45.352,35	0,00	60.493,59	11.296,89	8.871,59	0,00	47.623,55	13.707,96	9.930,06	7.798,61	221.527,51	519.169,00
Outras Receitas Tributárias		13.028,73	82.395,25	86.773,63	0,00	61.790,22	12.165,30	19.411,66	0,00	48.166,75	40.711,50	13.990,20	21.419,36	399.822,60	339.200,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		6.369,38	6.030,69	6.692,41	9.204,72	8.807,05	5.954,88	5.695,69	7.434,61	7.863,98	4.107,46	8.797,77	13.260,80	90.109,44	63.600,00
RECEITA PATRIMONIAL		31.619,98	4.236,55	7.482,63	6.618,01	20.360,49	12.725,55	13.314,92	9.254,24	15.189,76	25.316,67	20.276,50	22.553,63	188.948,93	67.121,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		11.696,00	9.489,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.376.041,07	2.417.507,83	2.175.276,83	2.453.283,87	2.577.643,25	2.233.950,38	2.115.296,03	2.304.892,47	2.242.816,62	2.360.637,25	2.796.039,45	3.056.516,21	29.109.863,26	29.924.554,00
Cota-Parte do F.P.M.		991.385,62	1.058.624,83	627.998,82	715.743,50	955.148,85	716.296,98	615.211,05	747.376,76	655.138,22	619.173,08	819.554,76	1.318.176,79	9.840.822,26	11.872.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.		603.889,82	567.871,44	574.403,10	561.745,76	570.518,18	573.170,74	539.294,40	595.021,67	594.346,32	631.613,40	676.231,28	663.221,21	7.121.329,32	7.206.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.		51.607,31	114.031,05	97.808,82	109.930,82	131.021,50	114.495,71	129.170,08	119.857,07	130.179,78	205.783,94	246.828,76	75.380,68	1.525.795,52	1.484.000,00
Cota-Parte do ITR.		0,00	35,06	182,09	39,32	0,00	534,01	626,52	2.651,52	1.344,05	11.295,79	36,48	337,92	17.082,76	13.250,00
Outras Transferências Correntes		266.509,92	215.998,48	480.633,61	644.362,82	461.496,13	412.558,94	425.383,86	459.487,95	399.106,17	433.641,09	563.594,27	519.757,90	5.262.531,14	4.731.004,00
Transferências da LC 61/1989		7.723,20	6.538,65	6.389,10	6.955,45	7.595,21	7.205,45	9.271,50	9.833,94	7.180,30	7.699,50	11.059,60	8.712,48	95.924,38	127.200,00
Transferências da LC 87/1996		2.551,10	2.551,10	0,00	2.551,10	2.551,10	2.551,10	2.551,10	2.551,10	2.551,10	2.551,10	2.551,10	5.102,20	30.613,20	37.100,00
Transferências do FUNDEB		452.374,10	451.857,22	407.871,29	410.955,10	449.342,28	407.134,45	393.747,52	398.412,46	452.970,68	449.089,35	476.183,20	465.827,03	5.215.784,68	4.452.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		19.811,06	19.373,24	43.303,07	4.057,76	50.011,61	88.237,33	29.643,01	29.844,55	75.954,80	752.171,62	202.795,63	186.063,54	1.501.067,22	798.404,50
DEDUÇÕES (II)		329.886,55	351.469,51	280.076,16	276.202,04	331.847,84	282.286,79	260.300,86	289.435,38	276.712,13	293.573,12	352.717,93	377.595,46	3.684.103,77	4.063.510,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		329.886,55	351.469,51	280.076,16	276.202,04	331.847,84	282.286,79	260.300,86	289.435,38	276.712,13	293.573,12	352.717,93	377.595,46	3.684.103,77	4.063.510,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)		2.188.201,32	2.276.009,62	2.560.264,97	2.236.264,08	2.877.017,86	2.200.726,00	2.001.950,76	2.140.425,62	2.260.522,44	3.058.155,77	2.808.383,52	3.310.873,29	29.936.795,25	30.202.615,25
FONTE:															
Lauro Muller, 19/02/2015															

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT
Secret. de Adm. F. Financeira e Planejamento

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Out 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.795.509,72	2.734.953,22	2.732.821,17
DEDUÇÕES (II)	670.541,21	879.064,55	1.584.054,68
Disponibilidade de Caixa Bruta	720.656,74	2.597.877,30	2.121.132,98
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	50.115,53	1.718.812,75	537.078,30
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.124.968,51	1.855.888,67	1.148.766,49
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	2.124.968,51	1.855.888,67	1.148.766,49

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2014 (C - A)
VALOR	-707.122,18	-976.202,02

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-1.422.589,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Out 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Lauro Muller, 19/02/2015

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
		No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	30.202.539,25	6.076.426,68	29.747.846,32	28.396.059,01
Receita Tributária	3.295.701,00	543.266,67	2.709.724,34	2.472.826,61
I.P.T.U.	729.763,00	9.977,87	729.877,25	649.041,90
I.S.S.	954.000,00	396.708,02	1.186.551,82	644.579,96
I.T.B.I.	519.169,00	17.728,67	221.527,51	185.185,89
I.R.R.F.	740.364,00	83.442,55	171.945,16	588.750,98
Outras Receitas Tributárias	352.405,00	35.409,56	399.822,60	405.267,88
Receita de Contribuição	63.600,00	22.058,57	90.109,44	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	63.600,00	22.058,57	90.109,44	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	70.900,00	42.830,13	188.948,93	88.061,96
(-) Aplicações Financeiras	70.900,00	42.830,13	188.948,93	88.061,96
Transferências Correntes	25.914.884,00	5.122.242,27	25.425.759,49	25.273.798,10
F.P.M.	9.582.400,00	1.746.031,36	7.905.657,53	6.798.310,81
I.C.M.S.	5.766.400,00	1.069.117,09	5.692.574,54	5.259.077,86
Convênios	671.792,00	213.816,36	960.402,81	1.532.395,66
Outras Transferências Correntes	9.894.292,00	2.093.277,46	10.867.124,61	11.884.013,77
Demais Receitas Correntes	928.354,25	388.859,17	1.522.253,05	649.434,30
Dívida Ativa	407.578,00	53.613,93	184.830,61	120.151,13
Diversas Receitas Correntes	520.776,25	335.245,24	1.337.422,44	529.283,17
RECEITAS DE CAPITAL (II)	9.519.652,75	610.581,95	3.700.438,96	298.089,47
Operações de Crédito (III)	600.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	8.919.652,75	610.581,95	3.700.438,96	298.089,47
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	8.919.652,75	610.581,95	3.700.438,96	298.089,47
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	39.122.192,00	6.687.008,63	33.448.285,28	28.694.148,48

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2014		EM 2013		
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre			
DESPESAS CORRENTES (VIII)	33.342.136,45	4.841.925,26	28.930.170,02	128.549,29	27.309.239,63	163,37
Pessoal e Encargos Sociais	18.172.695,54	3.048.885,24	16.921.602,69	80.110,18	16.467.768,42	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	15.169.440,91	1.793.040,02	12.008.567,33	48.439,11	10.841.471,21	163,37
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	33.342.136,45	4.841.925,26	28.930.170,02	128.549,29	27.309.239,63	163,37
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	14.134.954,42	404.737,51	3.586.508,76	496.912,44	1.412.765,56	0,00
Investimentos	13.844.954,42	337.467,99	3.300.338,22	496.912,44	884.909,01	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	290.000,00	67.269,52	286.170,54	0,00	527.856,55	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	13.844.954,42	337.467,99	3.300.338,22	496.912,44	884.909,01	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.878,33	-	-	-	-	-

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2014			EM 2013	
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.878,33	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	47.188.969,20	5.179.393,25	32.230.508,24	625.461,73	28.194.148,64	163,37
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-8.066.777,20	1.507.615,38		592.315,31		499.836,47
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-		328.269,69		0,00
Superávit Financeiro	-	-		328.269,69		0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-		0,00		0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					-10.808.944,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Lauro Muller, 19/02/2015

FABRICIO KUSMIN ALVES Prefeito Municipal	EDUARDO GONZAGA BETT Secret. de Adm. Finanças e Planejamento	ROSANA BENEDET Contadora CRC/SC 023922/O5
---	---	--

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF - art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS					Saldo	
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos		Cancelados
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	46.720,03	3.395,50	810,00	-	49.305,53	7.718,65	163,37	163,37	163,37	-	7.718,65
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	42.637,03	3.395,50	810,00	0,00	45.222,53	7.718,65	163,37	163,37	163,37	0,00	7.718,65
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1.409,11	0,00	0,00	0,00	1.409,11	7.262,13	0,00	0,00	0,00	0,00	7.262,13
Fundo municipal do Meio Ambiente	0,00	3.395,50	810,00	0,00	2.585,50	0,00	163,37	163,37	163,37	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	8,23	0,00	0,00	0,00	8,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRET.MUNIC.DA ADM.FINANÇAS E PLANEJAM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	456,52	0,00	0,00	0,00	0,00	456,52
SECRET.MUNIC.DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICO	41.219,69	0,00	0,00	0,00	41.219,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE	4.083,00	0,00	0,00	0,00	4.083,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE	4.083,00	0,00	0,00	0,00	4.083,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	46.720,03	3.395,50	810,00	0,00	49.305,53	7.718,65	163,37	163,37	163,37	0,00	7.718,65

FONTE:

FONTE:

Lauro Muller, 19/02/2015

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1.00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	3.350.874,00	3.350.874,00	561.471,04	2.494.732,35	74,45
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.137.341,00	1.137.341,00	63.591,80	914.009,06	80,36
1.1.1- IPTU	729.763,00	729.763,00	9.977,87	729.877,25	100,02
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	—	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	407.578,00	407.578,00	53.613,93	184.131,81	45,18
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	519.169,00	519.169,00	17.728,67	221.708,84	42,70
1.2.1- ITBI	519.169,00	519.169,00	17.728,67	221.527,51	42,67
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	181,33	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	954.000,00	954.000,00	396.708,02	1.187.069,29	124,43
1.3.1- ISS	954.000,00	954.000,00	396.708,02	1.186.551,82	124,38
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	517,47	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	740.364,00	740.364,00	83.442,55	171.945,16	23,22
1.4.1- IRRF	740.364,00	740.364,00	83.442,55	171.945,16	23,22
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	20.741.550,00	20.741.550,00	3.827.193,26	18.631.567,44	89,83
2.1- Cota-Parte FPM	11.872.000,00	11.872.000,00	2.137.731,55	9.840.822,26	82,89
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.872.000,00	11.872.000,00	2.137.731,55	9.840.822,26	82,89
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.208.000,00	7.208.000,00	1.339.452,49	7.121.329,32	98,80
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	37.100,00	37.100,00	7.653,30	30.613,20	82,52
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	127.200,00	127.200,00	19.772,08	95.924,38	75,41
2.5- Cota-Parte ITR	13.250,00	13.250,00	374,40	17.062,76	128,93
2.6- Cota-Parte IPVA	1.484.000,00	1.484.000,00	322.209,44	1.525.795,52	102,82
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	24.092.424,00	24.092.424,00	4.388.664,30	21.126.299,79	87,69
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	75,78	342,90	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	716.016,00	716.016,00	271.372,35	861.645,29	120,34
5.1- Transferências do Salário-Educação	477.000,00	477.000,00	138.127,24	555.208,79	116,40
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	153.827,00	153.827,00	31.168,00	155.960,00	101,39
5.4- Transferências Diretas - PNATE	85.189,00	85.189,00	100.454,31	146.781,31	172,30
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	1.622,80	3.695,19	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	1.162,46	5.525,38	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	1.162,46	5.525,38	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.060.746,50	2.060.746,50	327.125,64	4.570.230,71	221,78
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.776.762,50	2.776.762,50	599.736,23	5.437.744,28	195,83
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.063.510,00	4.063.510,00	730.313,39	3.684.103,77	90,66
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.289.600,00	2.289.600,00	391.700,19	1.935.164,73	84,52
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.441.600,00	1.441.600,00	270.335,40	1.428.754,78	99,11
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.420,00	7.420,00	1.530,66	5.612,42	75,64
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	25.440,00	25.440,00	2.229,76	6.102,87	23,99
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.650,00	2.650,00	74,87	3.309,97	124,90
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	296.800,00	296.800,00	64.442,51	305.159,00	102,82
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.452.000,00	4.452.000,00	942.010,23	5.228.709,05	117,45
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.452.000,00	4.452.000,00	942.010,23	5.215.764,68	117,16
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	12.944,37	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	388.490,00	388.490,00	211.696,84	1.531.660,91	394,26
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	%(g)=((e+f)/d)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)		
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.000.000,00	4.545.571,49	546.751,73	4.541.442,45	0,00	99,91
13.1- Com Educação Infantil	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00	0,00	100,00
13.2- Com Ensino Fundamental	2.800.000,00	3.345.571,49	546.751,73	3.341.442,45	0,00	99,88
14- OUTRAS DESPESAS	452.000,00	981.802,00	358.476,83	978.733,70	0,00	99,69
14.1- Com Educação Infantil	152.000,00	152.000,00	298,50	152.000,00	0,00	100,00
14.2- Com Ensino Fundamental	300.000,00	829.802,00	358.178,33	826.733,70	0,00	99,63
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.452.000,00	5.527.373,49	905.228,56	5.520.176,15		99,87
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB						VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—
16.1 - FUNDEB 60%						—
16.2 - FUNDEB 40%						—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					5.520.176,15	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						86,86
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						18,72
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-5,57
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%(c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3ª)	6.023.106,00	6.023.106,00	1.097.166,08	5.281.574,95	87,69	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS			
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	%(g)=((e+f)/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.170.000,00	3.100.000,00	391.619,73	2.490.969,94	262,31	80,36
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.700.000,00	5.725.373,49	1.070.483,26	4.872.098,95	0,00	85,10
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.100.000,00	4.175.373,49	904.930,06	4.168.176,15	0,00	99,83
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.600.000,00	1.550.000,00	165.553,20	703.922,80	0,00	45,41
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	7.870.000,00	8.825.373,49	1.462.102,99	7.363.331,20		83,43
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.531.660,91	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 i)					12.944,37	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					245.571,49	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO *					—	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 h)					—	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.790.176,77	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					5.573.154,43	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					26,38	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	%(g)=((e+f)/d)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)		
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	477.000,00	703.360,07	186.661,77	575.816,00	2.687,00	82,25
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.700.000,00	1.905.374,57	51.998,32	652.829,63	250,00	34,28
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.177.000,00	2.608.734,64	238.660,09	1.231.582,63		47,21
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.047.000,00	11.434.108,13	1.700.763,08	8.594.913,83		75,17
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014	

Continuação 2/3

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER		Saldo até o Bimestre	Cancelado em 2014 (h)
DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino		0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB		0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		245.571,49	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		5.215.764,68	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		5.460.480,93	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		5.460.480,93	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		12.944,37	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		13.799,61	0,00

Lauro Muller, 19/02/2015

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do acréscimo do FUNDEB foi de R\$ 245.571,49, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	600.000,00	0,00		600.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	14.134.954,42	3.586.508,76	496.912,44	10.051.533,22
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	14.134.954,42	3.586.508,76	496.912,44	10.051.533,22
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-13.534.954,42	-4.083.421,20		-9.451.533,22

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Lauro Muller, 19/02/2015

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

Lebon Régis

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO 12/2015

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO 12/2015

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto n. 060/2014, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR a instauração de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, V, da Lei n. 8.666/1993, visando à contratação de serviços de transporte escolar para alunos da rede municipal e estadual de ensino (linhas que ficaram desertas no Pregão 02/2015).

Lebon Régis, 13 de Fevereiro de 2015.

Mairon Leonam Ribeiro

Presidente.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO 13/2015

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO 13/2015

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto n. 060/2015, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR a instauração de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, X, da Lei n. 8.666/1993, visando a locação de um imóvel, de propriedade de GERMA VEIGA DE OLIVEIRA, sito à Rua Altamiro Guimarães, com aproximadamente 70,00 m², em Lebon Régis. O objetivo da locação do referido imóvel, destina-se às instalações da Biblioteca Pública Municipal "Waldomiro Amaranhe Maia".

Lebon Régis, 19 de fevereiro de 2015.

Mairon Leonam Ribeiro

Presidente.

EXTRATO CONTRATUAL PR02/2015

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 10/2015 licitação: PR02/2015

Objeto: Contratação de prestação de serviços de transporte escolar de alunos da rede municipal e estadual de ensino. Contratante: Município de Lebon Régis. Contratado: FULVIO BEZ - ME - 10.596.375/0001-10. Valor: R\$ 103.716,00 (cento e três mil e setecentos e dezesseis reais). Vigência: 09/02/2015. Término: 31/12/2015. Lebon Régis, 18/02/2015. Ludovino Labas-Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 11/2015 licitação: PR02/2015.

Objeto: Contratação de prestação de serviços de transporte escolar de alunos da rede municipal e estadual de ensino. Contratante: Município de Lebon Régis. Contratado: JOAO ALMEIDA FERNANDES 01075176980 - 19.507.259/0001-51.

Valor: R\$ 51.428,00 (cinquenta e um mil e quatrocentos e vinte e oito reais). Vigência: 09/02/2015. Término: 31/12/2015. Lebon Régis, 18/02/2015. Ludovino Labas-Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 12/2015 licitação: PR02/2015.

Objeto: Contratação de prestação de serviços de transporte escolar de alunos da rede municipal e estadual de ensino. Contratante: Município de Lebon Régis. Contratado: MIGUEL PADILHA DE MARRAFIGO - 13.122.183/0001-60. Valor: R\$ 45.687,50 (quarenta e cinco mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Vigência: 09/02/2015. Término: 31/12/2015

Lebon Régis, 18/02/2015. Ludovino Labas-Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 13/2015 licitação: PR02/2015.

Objeto: A presente licitação visa à contratação de prestação de serviços de transporte escolar de alunos da rede municipal e estadual de ensino, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. Contratante: Município de Lebon Régis. Contratado: AUTO COLETIVO FATIMA - 09.451.108/0001-75. Valor: R\$ 239.703,50 (duzentos e trinta e nove mil e setecentos e três reais e cinquenta centavos). Vigência: 09/02/2015. Término: 31/12/2015. Lebon Régis, 18/02/2015. Ludovino Labas-Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 14/2015 licitação: PR02/2015.

Objeto: Contratação de prestação de serviços de transporte escolar de alunos da rede municipal e estadual de ensino. Contratante: Município de Lebon Régis. Contratado: CLEBISSEON FRANÇA MARIAN-ME - 10.666.192/0001-23. Valor: R\$ 248.067,00 (duzentos e quarenta e oito mil e sessenta e sete reais). Vigência: 09/02/2015. Término: 31/12/2015. Lebon Régis, 18/02/2015. Ludovino Labas-Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 15/2015 licitação: PR02/2015.

Objeto: Contratação de prestação de serviços de transporte escolar de alunos da rede municipal e estadual de ensino, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. Contratante: Município de Lebon Régis. Contratado: JOCILDO ELISEU WEBBER - 13.140.796/0001-20. Valor: R\$ 40.312,50 (quarenta mil e trezentos e doze reais e cinquenta centavos). Vigência: 09/02/2015. Término: 31/12/2015. Lebon Régis, 18/02/2015. Ludovino Labas-Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 16/2015 licitação: PR02/2015.

Objeto: Contratação de prestação de serviços de transporte escolar de alunos da rede municipal e estadual de ensino, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. Contratante: Município de Lebon Régis. Contratado: TEREZINHA MARTINS DOS SANTOS - 17.639.789/0001-28.

Valor: R\$ 57.254,50 (cinquenta e sete mil e duzentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos). Vigência: 09/02/2015. Término: 31/12/2015. Lebon Régis, 18/02/2015. Ludovino Labas-Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 17/2015 licitação: PR02/2015.

Objeto: Contratação de prestação de serviços de transporte escolar de alunos da rede municipal e estadual de ensino. Contratante: Município de Lebon Régis. Contratado: TRANSPORTES R.D. LTDA ME - 08.262.588/0001-63. Valor: R\$ 53.535,00 (cinquenta e três mil e quinhentos e trinta e cinco reais). Vigência: 09/02/2015. Término: 31/12/2015.

Lebon Régis, 18/02/2015.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL PR03/2015**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº: 18/2015 licitação: PR03/2015.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza infantil. Contratante: Município de Lebon Régis. Contratado: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA - 83.054.924/0001-06. Valor: R\$ 181.396,00 (cento e oitenta e um mil e trezentos e noventa e seis reais). Vigência: 13/02/2015. Término: 31/12/2015. Lebon Régis, 18/02/2015. Ludovino Labas-Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 19/2015 licitação: PR03/2015.

Objeto: A presente licitação visa à aquisição de gêneros alimentícios (carnes, frios, água e refrigerantes). Contratante: Município de Lebon Régis. Contratado: MG ATACADISTA DE ALIMENTOS EIRELI - ME - 19.564.211/0001-85.

Valor: R\$ 316.680,00 (trezentos e dezesseis mil e seiscentos e oitenta reais). Vigência: 13/02/2015. Término: 31/12/2015. Lebon Régis, 18/02/2015. Ludovino Labas-Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 20/2015 licitação: PR03/2015.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios (Cereais em Geral). Contratante: Município de Lebon Régis. Contratado: ITAVOL COMERCIAL LTDA - 10.976.220/0001-09. Valor: R\$ 14.598,00 (quatorze mil e quinhentos e noventa e oito reais).

Vigência: 13/02/2015. Término: 31/12/2015. Lebon Régis, 18/02/2015. Ludovino Labas-Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 21/2015 licitação: PR03/2015.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios (panificados). Contratante: Município de Lebon Régis. Contratado: MARIA APARECIDA FELIPPI & CIA LTDA ME - 20.284.149/0001-57. Valor: R\$ 22.987,50 (vinte e dois mil e novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Vigência: 13/02/2015. Término: 31/12/2015. Lebon Régis, 18/02/2015. Ludovino Labas-Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 22/2015 licitação: PR03/2015.

Objeto: Aquisição de produtos de higiene e limpeza. Contratante: Município de Lebon Régis.

Contratado: COMERCIAL LUCIANO LTDA - 85.093.102/0001-51.

Valor: R\$ 207.550,00 (duzentos e sete mil e quinhentos e cinquenta reais). Vigência: 13/02/2015. Término: 31/12/2015

Lebon Régis, 18/02/2015. Ludovino Labas-Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 23/2015 licitação: PR03/2015.

Objeto: Aquisição de gás de cozinha.

Contratante: Município de Lebon Régis. Contratado: CIA ULTRAGAS S/A - 61.602.199/0232-44. Valor: R\$ 24.472,00 (vinte e quatro mil e quatrocentos e setenta e dois reais).

Vigência: 13/02/2015. Término: 31/12/2015.

Lebon Régis, 19/02/2015.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1.510/2015

Lei Municipal nº 1.510/2015, de 19 de fevereiro de 2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À SELEÇÃO DE LAÇADORES DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a conceder auxílio financeiro à Seleção de Laçadores de Lebon Régis.

§ 1º. O auxílio previsto neste artigo será concedido na forma de custeio integral correspondente ao pagamento de inscrição da equipe denominada Seleção de Laçadores de Lebon Régis no torneio de Tiro de Laço em Rodeio a ser realizado no C.T.G. Bela Vista, localizado no município de Caçador/SC, nos dias 20, 21 e 22 de fevereiro de 2015, no valor total de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

§ 2º. A responsabilidade pelo pagamento complementar e custeio de outros eventuais gastos será de responsabilidade dos competidores beneficiados.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lebon Régis, 19 de fevereiro de 2015.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 016/2015

DECRETO Nº 016, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE”

A Prefeita de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 8º, Inciso II da Lei nº 1.112 de 16 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação do Orçamento da Seguridade Social vigente, com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	47.200,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	47.200,00
Função	10	Saúde	47.200,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	47.200,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	47.200,00
Projeto/Atividade	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - F.M.S	47.200,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	47.200,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	47.200,00
Modalidade de Aplicação	50	Transferências a Instituições Sem Fins Lucrativos	47.200,00
Fonte de Recurso	0.1.0002	Receita de Impostos e de Transferências de impostos - Saúde	47.200,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			47.200,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	47.200,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	47.200,00
Função	10	Saúde	47.200,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	47.200,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	47.200,00
Projeto/Atividade	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - F.M.S	47.200,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	47.200,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	47.200,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	47.200,00

Fonte de Recurso	0.1.0002	Receita de Impostos e de Transferências de impostos - Saúde	47.200,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			47.200,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 19 de Fevereiro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015

TIPO: “Menor Preço Global”. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais prestações de serviços com assentamento de lajota sextavada e colocação de meio fio, para realizar a pavimentação da Rua Jorge Lacerda no Município de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 011/2015. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 04 de março de 2015. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site www.leobertoleal.sc.gov.br. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 19/02/2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS ASSINADAS EM JANEIRO DE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: LEOPOLDO ZATTA ME

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2014

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de madeiras, durante o exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 47.330,00

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 05 de janeiro de 2015

Pedro Brighenti

Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2014

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de tubos de concreto, e conjuntos de tubos para fossas sépticas, durante o exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 117.007,50

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 05 de janeiro de 2015

Pedro Brighenti

Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: PRÉ FABRICADOS SGANZERLA LTDA ME

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2014

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de tubos de concreto, durante o exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 45.850,00

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 05 de janeiro de 2015

Pedro Brighenti

Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: ARTEFATOS DE CIMENTO LINDÓIA LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2014

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de tubos de concreto, durante o exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 31.000,00

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 05 de janeiro de 2015

Pedro Brighenti

Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2014

Objeto: Registro de preços para possível realização de recargas, vulcanizações, e consertos de pneus usados, destinados aos veículos da frota municipal, durante o exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 35.939,66

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 05 de janeiro de 2015.

Pedro Brighenti

Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: BORILLI PNEUS LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2014

Objeto: Registro de preços para possível realização de recargas, recauchutagens, vulcanizações, e consertos de pneus usados, destinados aos veículos da frota municipal, durante o exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 39.939,82

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 05 de janeiro de 2015.

Pedro Brighenti

Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: FM PNEUS LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2014

Objeto: Registro de preços para possível realização de recargas, recauchutagens, vulcanizações, e consertos de pneus usados, destinados aos veículos e máquinas da frota municipal, durante o exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 81.349,58

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 05 de janeiro de 2015.

Pedro Bringhenti
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: F VACHILESKI & CIA LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2014
Objeto: Registro de preços para possível realização de recapagens, recauchutagens, vulcanizações, e consertos de pneus usados, destinados aos veículos e máquinas da frota municipal, durante o exercício de 2015.
Valor Total: R\$ 37.899,96
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 05 de janeiro de 2015.
Pedro Bringhenti
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: FELIPE ZUANAZZI ME
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2014
Objeto: Registro de preços para possível aquisição de materiais esportivos.
Valor Total: R\$ 990,00
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 21 de janeiro de 2015.
Pedro Bringhenti
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2014
Objeto: Registro de preços para possível aquisição de materiais esportivos.
Valor Total: R\$ 4.775,00
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 21 de janeiro de 2015.
Pedro Bringhenti
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2014
Objeto: Registro de preços para possível aquisição de materiais esportivos.
Valor Total: R\$ 369,90
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 21 de janeiro de 2015.
Pedro Bringhenti
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015
Objeto: Registro de preços para possível aquisição de materiais de expediente e escolar.
Valor Total: R\$ 10.142,71
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 03 de fevereiro de 2015.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

CONTRATOS ASSINADOS EM JANEIRO DE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 01/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: TIAGO LORASCHI
Objeto: Realização de serviços de engenharia mecânica, visando a elaboração de um projeto de estrutura metálica, para construção de uma cobertura no pátio do Centro de Educação Infantil Roselene Fátima Bussolaro.
Valor: R\$ 2.380,00
Vigência: 60 (sessenta) dias a contar sua assinatura.
Assinatura: 05 de janeiro de 2015.

Pedro Bringhenti
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 02/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: BAR, LANCHONETE E RESTAURANTE ROMANI MORCHE LTDA
Licitação: CONCORRÊNCIA Nº 02/2014
Objeto: Outorga de concessão remunerada, do direito de uso da copa e cozinha do Ginásio Municipal, para comercialização de bebidas e comidas, (lancheonete), sito na Rua Tamandaré nº 98, Centro, na cidade de Lindóia do Sul.
Valor Mensal Cobrado: R\$ 635,00
Vigência: 06 de janeiro de 2019.
Assinatura: 06 de janeiro de 2015.

Pedro Bringhenti
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 03/2015 - 3º TA 39/2014

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2014
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de construção de dois portais da cidade de Lindóia do Sul, por mais 20 (vinte) dias consecutivos.
Vigência: 31 de janeiro de 2015.
Assinatura: 08 de janeiro de 2015.

Pedro Bringhenti
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 04/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: GRAFATO - MANUTENÇÃO E TREINAMENTO LTDA
Objeto: Gerenciamento de documentos fiscais eletrônicos através de site na internet, para receber, armazenar e disponibilizar Arquivos XML de Notas Fiscais Eletrônicas e de Conhecimentos de Transporte Eletrônicos, bem como fornecer software para o Gerenciamento dos arquivos na máquina da empresa "CONTRATAN-TE", visando oferecer de forma centralizada meio para recepção e controle dos referidos arquivos XML.
Valor: R\$ 938,66
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 09 de janeiro de 2015.

Pedro Bringhenti
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 05/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ANGONESE & PICININI CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2014
Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de treinamento e consultoria no âmbito da Administração Pública, compreendendo as áreas administrativa, tributária, financeira e contábil, com continuação capacitação e treinamento de servidores para a correta realização de atividades administrativas, mediante a realização de reuniões, instruções no local de trabalho e orientações a distância via e-mail, telefone, fax e outros meios eletrônicos, com carga horária mínima de 04 horas semanais presencial no Município.
Valor: R\$ 27.220,00
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 09 de janeiro de 2015.

Pedro Bringhenti
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 06/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: EDITORA POSITIVO LTDA
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2014
Objeto: Contratação de empresa especializada, no fornecimento de Sistema de Ensino, composto por Livros Didáticos, para alunos e professores da rede municipal de ensino; Assessoria Pedagógica, realizada por meio de cursos e atendimentos, visando à formação continuada dos docentes e equipe diretiva; Portal com conteúdos educacionais para acesso de alunos e professores, Ferramenta de Gestão de Resultados Educacionais que possibilite identificar as potencialidades e desafios da educação municipal, de acordo com as especificações do edital da licitação.
Valor: R\$ 110.428,80
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 19 de janeiro de 2015.

Pedro Bringhenti
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 07/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MATTÉ ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2014
Objeto: Prestação de serviços técnicos profissionais especializados na área jurídica para:
*Orientação e auxílio na regularização de programas de incentivos econômicos e fiscais concedidos a empresas e regularização de ocupação de imóvel do Município por empresa de transportes;
* Compilação da Lei Orgânica do Município e do Código Tributário Municipal;
* Elaboração de projetos de leis complexos para viabilizar programas e ações a serem executados e orientações e treinamento na estruturação da área fiscal do Município;
* Assessoria jurídica com a emissão de orientações nos aspectos relacionados aos subitens anteriores e demais aspectos relacionados à Administração Pública em geral, mediante visitas in loco, na Prefeitura, semanalmente, em pelo menos quatro horas por semana, para participar de reuniões, contatos com autoridades, agentes públicos e demais interessados na execução dos serviços, prestando orientações e demais atos pertinentes. As visitas serão estabelecidas em dia e horário acordado entre a contratada e os agentes do Município, devendo ainda, atender as convocações que sejam realizadas com pelo menos quatro horas de antecedência.
Valor: R\$ 43.758,00
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 21 de janeiro de 2015.

Pedro Bringhenti
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 08/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: BABINSKI BOLSAS EIRELI
Licitação: PREGÃO Nº 03/2015
Objeto: Aquisição de 700 necessaires personalizadas, confeccionada em nylon 600, para distribuição as mulheres Lindoienses que se fizerem presentes em evento a ser realizado em alusão ao Dia da Mulher.
Valor: R\$ 6.055,00
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 21 de janeiro de 2015.

Pedro Brighenti
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 09/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA
Licitação: PREGÃO Nº 68/2014
Objeto: Fornecimento de sêmen bovino para inseminação artificial, e botijão criogênico para acondicionamento de sêmen.
Valor: R\$ 93.150,00
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 22 de janeiro de 2015.

Pedro Brighenti
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 10/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA
Licitação: PREGÃO Nº 68/2014
Objeto: Fornecimento de nitrogênio líquido e materiais para inseminação artificial.
Valor: R\$ 11.602,50
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 22 de janeiro de 2015.

Pedro Brighenti
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 11/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: EMBRIOSÊMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA

Licitação: PREGÃO Nº 68/2014
Objeto: Fornecimento de sêmen bovino para inseminação artificial.
Valor: R\$ 2.980,00
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 22 de janeiro de 2015.

Pedro Brighenti
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 12/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: FRARE & CIA LTDA
Licitação: PREGÃO Nº 01/2015
Objeto: Fornecimento de forma parcelada, de gêneros alimentícios, para composição da merenda escolar.
Valor: R\$ 22.739,10
Vigência: 31 de julho de 2015.
Assinatura: 22 de janeiro de 2015.

Pedro Brighenti
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 13/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SUPERMERCADO FAMA LTDA ME
Licitação: PREGÃO Nº 01/2015
Objeto: Fornecimento de forma parcelada, de gêneros alimentícios, para composição da merenda escolar.
Valor: R\$ 18.112,70
Vigência: 31 de julho de 2015.
Assinatura: 22 de janeiro de 2015.

Pedro Brighenti
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 14/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
Licitação: PREGÃO Nº 01/2015
Objeto: Fornecimento de forma parcelada, de gêneros alimentícios, para composição da merenda escolar.
Valor: R\$ 8.011,85
Vigência: 31 de julho de 2015.
Assinatura: 22 de janeiro de 2015.

Pedro Brighenti
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 15/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ALTO URUGUAI SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA - ME
Objeto: Realização de serviços de engenharia ambiental, visando a elaboração de estudos ambientais, com objetivo de obtenção de LAP, LAI e LAO, para implantação de cemitério, em conformidade com a instrução normativa nº 52, da Fundação do Meio Ambiente -FATMA.

Valor: R\$ 7.990,00

Vigência: 31 de julho de 2015.

Assinatura: 22 de janeiro de 2015.

Pedro Bringhenti
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 16/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: JUNIOR CARLOS GIRON ME
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2014
Objeto: Prestação de forma parcelada, de até 220 (duzentas e vinte) horas de serviços com caminhão traçado, trucado, equipado com tanque para distribuição de dejetos, com capacidade de carga mínima de 11.000 litros, equipado com bomba lobular, destinado à captação de dejetos animais, na esterqueira, transporte e distribuição na lavoura.

Valor: R\$ 28.380,00

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 23 de janeiro de 2015.

Pedro Bringhenti
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 17/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CONSTRUTORA UNIÃO LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2014
Objeto: Prestação de forma parcelada, de até 300 (trezentas) horas de serviços de trator de esteira, e até 150 (cento e cinquenta) horas de serviço de Escavadeira hidráulica sobre esteiras.

Valor Total: R\$ 90.150,00

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 23 de janeiro de 2015.

Pedro Bringhenti
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 18/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: RENATO ZANELLA ME
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

Objeto: Aquisição de duas colhedoras de forragens acopladas a trator agrícola, novas, equipadas com plataforma colhedora com capacidade para colher 1(uma) linha de plantio de forrageira como cana, milho, sorgo, naiper e capins.

Valor Total: R\$ 33.500,00

Vigência: 26 de fevereiro de 2015.

Assinatura: 26 de janeiro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 19/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SETEP CONSTRUÇÕES S.A.
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2014
Objeto: O presente termo tem por objeto a contratação em regime de empreitada global (material e mão de Obra), de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de pavimentação asfáltica com C.B.U.Q., nas Ruas Getúlio Vargas, Anita Garibaldi, e Ricardo Frare, neste município
Valor: R\$ 245.203,84

Vigência: 25 de julho de 2015.

Assinatura: 26 de janeiro de 2015.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 20/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SETEP CONSTRUÇÕES S.A.
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2014
Objeto: O presente termo tem por objeto a contratação em regime de empreitada global (material e mão de Obra), de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de pavimentação asfáltica com C.B.U.Q., nas Ruas Dom Pedro e General Assis Brasil, neste município
Valor: R\$ 109.147,77
Vigência: 25 de julho de 2015.
Assinatura: 26 de janeiro de 2015.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 21/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Beneficiada: MARICOLI ALIMENTOS LTDA ME
Licitação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/2015

Objeto: Regularização e repactuação dos incentivos econômicos objeto da Lei Municipal n. 527/04 e no Termo de Concessão de Incentivos Econômicos firmado entre o Município de Lindóia do Sul e a Beneficiada em 26/07/2004, assim como, a autorização de transferência contida na Lei Municipal 830/09.

Vigência: 26 de janeiro de 2018.

Assinatura: 26 de janeiro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 22/2015 - 5º TA 03/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Locador: PARÓQUIA PURÍSSIMO CORAÇÃO DE MARIA

Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2013

Objeto: Reajuste de preços do contrato de locação de salas para as instalações do conselho tutelar, diretoria de ação social, e CRAS, com base no IGP-M/FGV acumulado no ano de 2014, sendo 3,67%.

Valor: R\$ 418,20

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 30 de janeiro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 23/2015 - 3º TA 121/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Locador: ARI FRANCISCO ROSSETTO, MAURI ANTÔNIO ROSSETTO

Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2013

Objeto: Reajuste de preços do contrato de locação de um espaço de 100m² (cem metros quadrados), sem benfeitorias, integrante de um lote rural, localizado em Linha Rossetto, neste município, destinado a instalação de uma torre de ferro com até 18 metros de altura para captação de sinal de televisão, com base no IGP-M/FGV acumulado no ano de 2014, sendo 3,67%.

Valor: R\$ 52,80

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 30 de janeiro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 24/2015 - 4º TA 39/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Locador: SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2014

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato da obra de construção de dois pórticos, por mais 30 dias consecutivos.

Vigência: 02 de março de 2015.

Assinatura: 30 de janeiro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 01/2015

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CLINIVIDA CLÍNICA MÉDICA LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

Objeto: Serviços médicos hospitalares na Estratégia Saúde da Família - ESF, durante 40 hs (quarenta horas) semanais, das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas a serem efetuados na Sede do Município e interior, com as atividades e procedimentos exigidos pelo programa que é realizado em convênio com a União, através do profissional Gilson Rodrigues Gonçalves, CRM 12056.

Valor Total: R\$ 198.275,00

Vigência: 31 de dezembro de 2015

Assinatura: 20 de janeiro de 2015.

Ronaldo Piscini

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

CONVÊNIOS ASSINADOS EM JANEIRO DE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 01/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS SINUELO DO OESTE

Lei: Lei Municipal nº 1.254/2014 de 03 de dezembro de 2014.

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando ao repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para realização da 18º edição do Rodeio Crioulo Inter Estadual a serem realizado pela CONVENIENTE.

Valor: R\$ 5.000,00

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 05 de janeiro de 2015.

PEDRO BRINGHENTTI

Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 02/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE SANGA CASTELHANO E SANGA MARTINS

Lei: Lei Municipal nº 1.258/2014 de 10 de dezembro de 2014.

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando ao repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para manutenção das atividades da entidade, conforme plano de trabalho aprovado pelo município.

Valor: R\$ 30.000,00

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 05 de janeiro de 2015.

PEDRO BRINGHENTTI

Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 03/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE LINHA XV DE NOVENBRO

Lei: Lei Municipal nº 1.258/2014 de 10 de dezembro de 2014.

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando ao repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para manutenção das atividades da entidade, conforme plano de trabalho aprovado pelo município.

Valor: R\$ 36.000,00

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 05 de janeiro de 2015.

PEDRO BRINGHENTTI

Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 04/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LINDÓIA DO SUL - APAE

Lei: Lei Municipal nº 1.256/2014 de 10 de dezembro de 2014.

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando ao repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para manutenção das atividades da entidade junto às crianças e adolescentes especiais.

Valor: R\$ 37.165,00

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 05 de janeiro de 2015.

PEDRO BRINGHENTTI

Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 05/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE LINHA MARIA GUINTEIR

Lei: Lei Municipal nº 1.258/2014 de 10 de dezembro de 2014.

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando ao repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para manutenção das atividades da entidade, conforme plano de trabalho aprovado pelo município.

Valor: R\$ 35.000,00

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 06 de janeiro de 2015.

PEDRO BRINGHENTTI

Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 06/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTARIOS DE LINDOIA DO SUL

Lei: Lei Municipal nº 1.256/2014 de 10 de dezembro de 2014.

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando ao repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para a manutenção das atividades da entidade e execução de atividades de fiscalização dos Sistemas de Prevenção contra Incêndio e Pânico, conforme estabelece o estatuto social e o Plano de Trabalho, objetivando a proteção dos bens e da vida dos habitantes do Município de Lindóia do Sul.

Valor: R\$ 60.000,00

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 06 de janeiro de 2015.

PEDRO BRINGHENTTI

Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 07/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE LINHA ROSETTO

Lei: Lei Municipal nº 1.258/2014 de 10 de dezembro de 2014.

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando ao repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para manutenção das atividades, conforme plano de trabalho aprovado pelo município.

Valor: R\$ 30.000,00

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 08 de janeiro de 2015.

PEDRO BRINGHENTTI

Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 08/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE CONCÓRDIA e FACISC - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS DE SANTA CATARINA

Lei: Lei Municipal nº 1.122/2012 de 31 de dezembro de 2012, e alterada pela Lei Municipal nº 1.253/2014.

Objeto: Conjunção de esforços entre os partícipes para a operacionalização do fornecimento de Vale-Alimentação, através da exclusiva emissão, utilização e administração de cartões magnéticos denominado UTIL ALIMENTAÇÃO, apto a receber crédito em dinheiro correspondentes a carga dos cartões, aos servidores públicos municipais usuários, detentores de cargo de provimento efetivo, aos detentores de cargos comissionados que exerçam funções temporárias, aposentados pelo regime próprio de aposentadoria, integrantes do Quadro de Pessoal da Administração Pública Municipal e Fundações.

Valor: R\$ 120,00 (cento e vinte reais) mensais por servidor.

Vigência: até 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 09 de janeiro de 2015.

PEDRO BRINGHENTTI
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 09/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: CLUBE DOS IDOSOS HARMONIA
Lei: Lei Municipal nº 1.256/2014 de 10 de dezembro de 2014.
Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando ao repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para manutenção das atividades, conforme plano de trabalho aprovado pelo município.
Valor: R\$ 3.000,00
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 09 de janeiro de 2015.

PEDRO BRINGHENTTI
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 10/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: CLUBE UNIÃO DOS IDOSOS LINDOIENSES
Lei: Lei Municipal nº 1.256/2014 de 10 de dezembro de 2014.
Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando ao repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para manutenção das atividades e pagamento de despesas com ginástica para os idosos.
Valor: R\$ 14.000,00
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 13 de janeiro de 2015.

PEDRO BRINGHENTTI
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 11/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE LINHA SALTO GRANDE
Lei: Lei Municipal nº 1.258/2014 de 10 de dezembro de 2014.
Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando ao repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para manutenção das atividades da entidade.
Valor: R\$ 17.000,00
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 14 de janeiro de 2015.

PEDRO BRINGHENTTI
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 12/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE LAJEADO ACÍDIO
Lei: Lei Municipal nº 1.258/2014 de 10 de dezembro de 2014.
Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando ao repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para manutenção das atividades da entidade.
Valor: R\$ 17.000,00
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 14 de janeiro de 2015.

PEDRO BRINGHENTTI
Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO 2665/2015

DECRETO Nº 2.665/2015, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.252/2014 de 03 de Dezembro de 2014.
DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar das seguintes dotações orçamentáriaa:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 1.009 - Investimentos Gerais - FMS
4.4.90.00.00.00.00.00.0368 - Aplicações Diretas .. R\$ 30.709,90
4.4.90.00.00.00.00.00.0664 - Aplicações Diretas .. R\$ 10.000,00

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 2.026 - Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS
3.1.90.00.00.00.00.00.0474 - Aplicações Diretas .. R\$ 895,41

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 2.027 - Programa Farmácia Básica
3.3.90.00.00.00.00.00.0369 - Aplicações Diretas .. R\$ 7.483,29
3.3.90.00.00.00.00.00.0475 - Aplicações Diretas .. R\$ 5.315,02

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 2.028 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública
3.1.90.00.00.00.00.00.0072 - Aplicações Diretas .. R\$ 17.266,93
3.3.90.00.00.00.00.00.0374 - Aplicações Diretas .. R\$ 19.189,73
3.3.90.00.00.00.00.00.0325 - Aplicações Diretas .. R\$ 28.209,23
3.3.90.00.00.00.00.00.0664 - Aplicações Diretas .. R\$ 63.388,69

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 2.029 - Vigilância Epidemiológica
4.4.90.00.00.00.00.00.0666 - Aplicações Diretas .. R\$ 6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0666 - Aplicações Diretas .. R\$ 5.000,00

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL
 Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul
 Projeto/Atividade 2.039 - Vigilância Sanitária
 4.4.90.00.00.00.00.00.0666 - Aplicações Diretas .. R\$ 6.4790,91
 3.3.90.00.00.00.00.00.0666 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Superávit Financeiro do exercício anterior na conta Alienação R\$ 30.709,90

Superávit Financeiro do exercício anterior na conta PMAQ R\$ 10.000,00

Superávit Financeiro do exercício anterior na conta PACS R\$ 895,41

Superávit Financeiro do exercício anterior na conta Farmácia Básica R\$ 12.798,31

Superávit Financeiro do exercício anterior na conta PAB R\$ 17.266,93

Superávit Financeiro do exercício anterior na conta MAC R\$ 19.189,73

Superávit Financeiro do exercício anterior na conta Cofinanciamento R\$ 28.209,23

Superávit Financeiro do exercício anterior na conta PMAQ R\$ 63.388,69

Superávit Financeiro do exercício anterior na conta Vigilância em Saúde R\$ 22.479,91

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC,
 PEDRO ARI PARIZOTTO
 Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
 Em, 10 de fevereiro de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
 Analista Administrativo
 Responsável pelo RH

DECRETO 2666/2015

DECRETO Nº 2.666/2015, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015
 REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.252/2014 de 03 de Dezembro de 2014.
 DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
 Unidade 01 - Diretoria de Educação
 Projeto/Atividade 2.010 - Educação Infantil
 4.4.90.00.00.00.00.00.0590 - Aplicações Diretas R\$ 100.519,77

Órgão 04: SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 - Diretoria de Educação
 Projeto/Atividade 2.011 - Ensino Fundamental - Merenda
 3.3.90.00.00.00.00.00.0590 - Aplicações Diretas R\$ 4.154,00

Órgão 04: SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 - Diretoria de Educação
 Projeto/Atividade 2.012 - Manutenção do Transporte Escolar
 3.3.90.00.00.00.00.00.0585 - Aplicações Diretas R\$ 6.582,03
 3.3.90.00.00.00.00.00.0596 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 - Diretoria de Educação
 Projeto/Atividade 2.014 - Manutenção do Ensino Fundamental
 3.3.90.00.00.00.00.00.0596 - Aplicações Diretas R\$ 39.112,87

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Superávit Financeiro do exercício anterior na conta FNDE/Creche R\$ 100.519,77

Superávit Financeiro do exercício anterior na conta Merenda R\$ 4.154,00

Superávit Financeiro do exercício anterior na conta PNAT R\$ 6.582,03

Superávit Financeiro do exercício anterior na conta Salário Educação R\$ 109.112,87

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC,
 PEDRO ARI PARIZOTTO
 Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
 Em, 10 de fevereiro de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
 Analista Administrativo
 Responsável pelo RH

DECRETO Nº 2664/2015

DECRETO Nº 2.664/2015, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.252/2014 de 03 de Dezembro de 2014.
DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.013 - Aplicação dos Recursos do FUNDEB

3.1.90.00.00.00.00.00.0255 - Aplicações Diretas .. R\$ 23.601,83

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Superávit Financeiro do exercício anterior na conta FUNDEB
..... R\$ 23.601,83

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC,

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 10 de fevereiro de 2015

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Responsável pelo RH

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL Nº 01/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL
TERMO Nº 01/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que cedeu para uso, a título gratuito, o seguinte bem:

CESSIONÁRIO: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE LAGEADO DOS PINHEIROS

OBJETO: Edificação localizada na comunidade de Lageado dos Pinheiros, construída em alvenaria, registrada no patrimônio do município sob nº 3047, com 89,05 m² (oitenta e nove metros quadrados), edificada sobre o lote rural nº 29 A, do Bloco Sertãozinho, com área de 2.000 m² (dois mil metros quadrados), sob a matrícula nº 4.004, do livro nº "2 O" no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Complementar nº 243/2014 de 12 de novembro de 2014

VIGÊNCIA: 18 de fevereiro de 2025

ASSINATURA: 18 de fevereiro de 2015

Lindóia do Sul/SC, 18 de fevereiro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL Nº 02/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL
TERMO Nº 02/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que cedeu para uso, a título gratuito, o seguinte bem:

CESSIONÁRIO: ESPORTE CLUBE PRINCESA DE LINHA ALTO ACÍDIO

OBJETO: Edificação localizada na comunidade de Linha Alto Acídio, registrada no patrimônio do município sob nº. 3020, construída em alvenaria, com 88,40 m² (oitenta e oito metros quadrados e quarenta centímetros), edificada sobre parte do lote rural nº 262, da Colônia Sertãozinho, com área de 6.000 m² (seis mil metros quadrados), sob a certidão nº 36.823, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Complementar nº 243/2014 de 12 de novembro de 2014

VIGÊNCIA: 18 de fevereiro de 2025

ASSINATURA: 18 de fevereiro de 2015

Lindóia do Sul/SC, 18 de fevereiro de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO 02/2015 FMS

Estado de Santa Catarina

Município de Lindóia do Sul

Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

Ronaldo Piscini - Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema de registro de preços, na forma da Lei nº 10.520/02, para possível aquisição de materiais odontológicos, materiais para enfermagem, e equipamentos para o Fundo Municipal de Saúde, no dia 05 de março de 2015 as 14:00 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 13:45 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 18 de fevereiro de 2015.

Ronaldo Piscini

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

EXTRATO TP 01/2015 PMLS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2015

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados na área de engenharia civil, no dia 11 de março de 2015, às 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas para até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 19 de fevereiro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Luzerna**PREFEITURA****CONTRATO PML Nº 171.14 REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**

CONTRATO PML 171/2014

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LUZERNA E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade nº 11/R 227.997, residente e domiciliado na Rua da Limeira, 680, neste Município de Luzerna/SC, de ora em diante denominado CONTRATANTE e o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, associação pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo, GILSONI LUNARDI ALBINO, doravante denominado CONTRATADO, tem justo e acertado o presente CONTRATO DE RATEIO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Primeira - Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CIGA, da Lei Municipal nº 776 de 20/3/2008, bem como as cláusulas do Contrato de Programa do CIGA nº 25/2009.

Cláusula Segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XVI, da Lei nº 8.666/93, conforme Dispensa de Licitação nº 140/14 de 05/12/2014.

DO OBJETO

Cláusula Terceira - Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Luzerna ao CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 25/2009, ou seja, a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pela Unidade Gestora Central - Prefeitura Municipal de Luzerna e seus Fundos Especiais no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DO RATEIO

Cláusula Quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 295,00 (duzentos e oitenta reais), totalizando o valor de R\$ 3.540,00 (três mil, quinhentos e quarenta reais).

Cláusula Quinta - Fica o CIGA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no último dia útil de cada mês da conta ICMS do Município o valor mensal estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula Sexta - Os recursos a serem repassados ao CIGA, a partir de 01 de janeiro de 2015, deverão ser empenhados conforme a seguinte natureza orçamentária:

3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.93.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe
3.3.93.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica previstas no orçamento do Município para o exercício de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 1311 de 11 de novembro de 2014.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula Sétima - Poderá ser excluído do Consórcio Público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

Cláusula Oitava - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

DAS PENALIDADES

Cláusula Nona - O consorciado inadimplente com o CIGA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula Décima - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula Décima Primeira - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Cláusula Décima Segunda - O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

DO FORO

Cláusula Décima Terceira - Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Décima Quarta - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Luzerna/SC, 05 de dezembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADO
--	---

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

CONTRATO PML Nº 172.14 REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

CONTRATO PML 172/2014

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LUZERNA E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA ENVOLVENDO OS SEGUINTE ACESSOS: REGIM E SIMPLES NACIONAL

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade nº 11/R 227.997, residente e domiciliado na Rua da Limeira, 680, neste Município de Luzerna/SC, de ora em diante denominado CONTRATANTE e o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, associação pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo, GILSONI LUNARDI ALBINO, doravante denominado CONTRATADO, tem justo e acertado o presente CONTRATO DE RATEIO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Primeira - Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CIGA, da Lei Municipal nº 776 de 20/3/2008, bem como as cláusulas do Contrato de Programa do CIGA nº 25/2009.

Cláusula Segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XVI, da Lei nº 8.666/93, conforme Processo Licitatório nº 141/14 Dispensa de Licitação nº 017/14 de 08/12/2014.

DO OBJETO

Cláusula Terceira - Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Luzerna ao CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 25/2009, ou seja, a contrato de rateio celebrado entre o município de Luzerna e o Consórcio De Informática Na Gestão Pública Municipal - CIGA, objetivando a contratação dos serviços de tecnologia da informação no âmbito do programa de gestão tributária envolvendo os seguintes acessos: REGIM e Simples Nacional.

DO RATEIO

Cláusula Quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), totalizando o valor de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais).

Cláusula Quinta - Fica o CIGA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no último dia útil de cada mês da conta ICMS do Município o valor mensal estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula Sexta Os recursos a serem repassados ao CIGA, a partir de 01 de janeiro de 2015, deverão ser empenhados conforme a seguinte natureza orçamentária:

3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.93.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos,

Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe 3.3.93.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica previstas no orçamento do Município para o exercício de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 1311 de 11 de novembro de 2014.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula Sétima - Poderá ser excluído do Consórcio Público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

Cláusula Oitava - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

DAS PENALIDADES

Cláusula Nona - O consorciado inadimplente com o CIGA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula Décima - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula Décima Primeira - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

DA VIGÊNCIA

Cláusula Décima Segunda - O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

DO FORO

Cláusula Décima Terceira - Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Décima Quarta - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Luzerna/SC, 05 de dezembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADO
--	---

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

DECRETO 1996

DECRETO Nº 1996 de 18 de fevereiro de 2015.

"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE LUZERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no exercício das funções inerentes ao seu cargo e em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Luzerna, ELAINE WEIRICH, no uso de suas atribuições de acordo com a Lei nº 045 de 26.05.1997 alterada pela Lei nº 1332 de 16 de dezembro de 2014,

RESOLVEM:

Art.1º- Convocar a VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, a realizar-se no dia 08 de fevereiro de 2015, das 13h30min na cidade de Luzerna, com o fim de Mobilizar o Sistema de Garantia de Direitos e a população em geral para a Implementação e Monitoramento da Política Nacional e o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Art.2º- A VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE terá como Tema: Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art.3º- A Coordenação Geral da VI Conferência ficará a cargo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 4º- À Comissão Organizadora da Conferência caberá:

- I. Orientar e acompanhar a realização e resultados da VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II. Preparar e acompanhar a operacionalização da VI Conferência Municipal;
- III. Dar suporte técnico-operacional durante o evento;
- IV. Organizar e coordenar a VI Conferência Municipal;
- V. Mobilizar o público alvo para participar da Conferência.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de fevereiro de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

ELAINE WEIRICH

Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

DECRETO 1997

DECRETO Nº 1997 de 19 de fevereiro de 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1348 de 19 e fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de até R\$ 14.184,00 (quatorze mil, cento e oitenta e quatro reais), à conta da anulação da dotação abaixo especificada, atendendo o TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA, firmado entre o MUNICÍPIO DE LUZERNA e o MUNICÍPIO DE JOAÇABA, que tem por objeto o repasse mensal de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social de Joaçaba, criando a Modalidade de Aplicação, Fonte e Valor no Orçamento do Município para 2015,

atribuído à Atividade:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUZERNA
Atividade: 1401.08.243.0022.2025 - Manutenção das Atividades de Amparo e Assistência a Criança e ao Adolescente
Categoria Econômica - 3.1.40.00.00 - Transferências a Municípios
Fonte de Recursos - 00 - Recursos Ordinários R\$ 14.184,00
Detalhamento de Recursos 00 - Sem detalhamento

Art.2º - Os recursos para cobertura das despesas descritas no artigo 1º decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUZERNA
Atividade: 1401.08.243.0022.2025 - Manutenção das Atividades de Amparo e Assistência a Criança e ao Adolescente
Categoria Econômica - 3.3.40.00.00 - Transferências a Municípios
Fonte de Recursos - 00 - Recursos Ordinários R\$ 14.184,00
Detalhamento de Recursos 00 - Sem detalhamento

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 19 de fevereiro de 2015.
MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 010/2015 - PP 005/2015 - BRITA - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório nº 010/2015 - PML
Pregão Presencial nº 005/2015 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 010/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço
- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a aquisição eventual e futura, de forma parcelada, de Brita I; Brita Graduada; Pedrisco e Pó de Pedra para a manutenção de diversas vias urbanas e estradas vicinais do Município de Luzerna (SC).
- Proponente(s) Vencedora(s):
* PEDREIRA TRIANGULO LTDA EPP
- Valor total: R\$ 98.400,00

Luzerna (SC), 19 de fevereiro de 2015.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 089.14

EXTRATO DE CONTRATO
PML 2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº: Contrato pml.0089.14 - Terceiro Termo Aditivo
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATADA : ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA
OBJETO: com a concordância das partes, prorrogar em mais 90 (noventa) dias o prazo de execução do objeto licitado, passando a vigência do cronograma de execução ser até 20 de maio de 2015.
Luzerna(SC), 18 de fevereiro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ANDRÉ LEMOS VIEIRA
ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA
CONTRATADA

LEI 1348

LEI Nº 1348 de 19 de fevereiro de 2015.

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de até R\$ 14.184,00 (quatorze mil, cento e oitenta e quatro reais), à conta da anulação da dotação abaixo especificada, atendendo o TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA, firmado entre o MUNICÍPIO DE LUZERNA e o MUNICÍPIO DE JOAÇABA, que tem por objeto o repasse mensal de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social de Joaçaba, criando a Modalidade de Aplicação, Fonte e Valor no Orçamento do Município para 2015, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUZERNA
Atividade: 1401.08.243.0022.2025 - Manutenção das Atividades de Amparo e Assistência a Criança e ao Adolescente
Categoria Econômica - 3.1.40.00.00 - Transferências a Municípios
Fonte de Recursos - 00 - Recursos Ordinários R\$ 14.184,00
Detalhamento de Recursos 00 - Sem detalhamento

Art.2º - Os recursos para cobertura das despesas descritas no artigo 1º decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUZERNA
Atividade: 1401.08.243.0022.2025 - Manutenção das Atividades de Amparo e Assistência a Criança e ao Adolescente
Categoria Econômica - 3.3.40.00.00 - Transferências a Municípios
Fonte de Recursos - 00 - Recursos Ordinários R\$ 14.184,00
Detalhamento de Recursos 00 - Sem detalhamento

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 19 de fevereiro de 2015.
MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

LEI COMPLEMENTAR 129

LEI COMPLEMENTAR Nº 129 de 19 de fevereiro de 2015.

"ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 033 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2003 - PLANO DE CARREIRA, CARGOS E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art.1º- Ficam ampliadas em mais 02 (duas) vagas no Nível III para o emprego público efetivo de Professor 10 horas, alterando-se conseqüentemente o Anexo II do Quadro de Empregos Públicos e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal, criado pela Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores.

Art.2º- Fica extinta a diferenciação de remuneração do Professor Não Habilitado admitido em caráter temporário, entre o Professor com magistério e sem magistério, alterado-se o §7º do art.9º da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º - ...

§7º- O Professor Não Habilitado, atuando na Educação Infantil ou Ensino Fundamental, cursando Nível Superior na área ou disciplina ou com outra graduação receberá o equivalente a 78,50% do valor inicial de carreira de Professor II.

Art.3º- Ficam criados os empregos públicos efetivos de Auxiliar de Secretaria e Psicólogo Educacional no Quadro do Magistério Público Municipal - Lei Complementar nº 033 de 08/12/2003, e alterações posteriores.

Parágrafo Único - Os empregos públicos acima descritos não serão considerados docentes, não sendo aplicável a estes, portanto, as progressões funcionais de que tratam os art.s 21 a 28 da Lei Complementar nº 033 de 08/12/2003, e nem quanto às férias o estipulado no inciso I do art. 33 da referida Lei Complementar, garantindo, entretanto, a progressão funcional de que tratam os art.s 26 e 27 e adicionais de que tratam os inciso VII e VIII e §§ do art. 39 todos da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004.

Art.4º - Com a criação de tais empregos públicos efetivos fica incluída a alínea “c” no inciso III e o inciso IV, alínea “a” no art. 8º da Lei Complementar nº 033 de 08/12/2003, e alterações posteriores, passando a ter a seguinte redação:

“Art.8º - O Quadro do Magistério Público Municipal de Luzerna é formado por:

...

III - Auxiliares

...

c) Auxiliar de Secretaria

IV - Profissionais diversos

a) Psicólogo Educacional”

Art.5º- Ficam acrescidos no Anexo I da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores, com as alterações desta Lei Complementar as descrições e especificações dos empregos públicos, na seguinte forma:

LEI COMPLEMENTAR Nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores

QUADRO DE EMPREGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

ANEXO I

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO EMPREGO

...

DENOMINAÇÃO DO EMPREGO PÚBLICO: AUXILIAR DE SECRETARIA

GRUPO OCUPACIONAL: AUXILIAR

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Auxiliar no processo de matrícula de alunos; organizar documentos e arquivos, verificar documentação de alunos; preencher relatórios, transferências, históricos, boletins etc.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Executar tarefas relativas à anotação, redação, digitação e organizar documentos e outros serviços de escritório, como: recepção, registro de compromissos e informações, principalmente junto aos cargos diretivos da escola, procedendo segundo normas específicas rotineiras para assegurar e agilizar o fluxo de trabalhos administrativos da escola;
- Digitar relatórios e outros tipos de documentos, providenciando a expedição e/ou arquivamento dos mesmos;
- digitar cartas, circulares, tabelas, gráficos e outros documentos, apresentando-os na forma padronizada para providenciar a reprodução e despacho dos mesmos;
- redigir a correspondência e documentos de rotina, obedecendo os padrões estabelecidos de forma e estilo para assegurar o funcionamento do sistema de comunicação interna e externa;
- organizar os compromissos da Direção da Escola,dispondo horários de reuniões, entrevistas e solenidades;
- ser o elo entre docentes e pais;
- atender pais, alunos e professores em suas diversas necessidades;
- providenciar material solicitado pelos professores;
- outras atribuições correlatadas ao emprego público.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Curso Ensino Médico completo.

JORNADA DE TRABALHO

- 40 (quarenta) horas semanais.

FORMA DE CONTRATAÇÃO

- Concurso Público de provas e/ou de provas e títulos.

DENOMINAÇÃO DO EMPREGO PÚBLICO: PSICÓLOGO EDUCACIONAL

GRUPO OCUPACIONAL: PROFISSIONAIS DIVERSOS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Atuar no âmbito da educação, colaborando para a compreensão e para a mudança do comportamento de educadores e educandos, no processo de ensino aprendizagem, nas relações interpessoais e nos processos intrapessoais, referindo-se sempre as dimensões política, econômica, social e cultural.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Realizar pesquisa, diagnóstico e intervenção psicopedagógica individual ou em grupo; Participar elaboração de planos e políticas referentes ao Sistema Educacional, visando promover a qualidade, a valorização e a democratização do ensino;
- Desenvolver trabalhos com educadores e alunos, visando a explicitação e a superação de entraves institucionais ao funcionamento produtivo das equipes e ao crescimento individual de seus integrantes;
- Desenvolver, com os participantes do trabalho escolar (pais, alunos, diretores, professores, técnicos, pessoal administrativo), atividades visando a prevenir, identificar e resolver problemas psicossociais que possam bloquear, na escola, o desenvolvimento de potencialidades, a auto-realização e o exercício da cidadania consciente;
- Elaborar e executar procedimentos destinados ao conhecimento da relação professor-aluno, em situações escolares específicas, visando, através de uma ação coletiva e interdisciplinar a implementação de uma metodologia de ensino que favoreça a aprendizagem e o desenvolvimento;
- Planejar, executar e/ou participar de pesquisas relacionadas a compreensão de processo ensino-aprendizagem e conhecimento das características psicossociais da clientela, visando a atualização e reconstrução do Projeto Pedagógico da escola, relevante para o ensino, bem como suas condições de desenvolvimento e aprendizagem, com a finalidade de fundamentar a atuação crítica do

psicólogo, dos professores e usuários e de criar programas educacionais completos, alternativos, ou complementares;

- Participar do trabalho das equipes de planejamento pedagógico, currículo e políticas educacionais, concentrando sua ação naqueles aspectos que digam respeito aos processos de desenvolvimento humano, de aprendizagem e das relações interpessoais, bem como participa da constante avaliação e do redirecionamento dos planos, e práticas educacionais implementados;

- Desenvolver programas de orientação profissional, visando um melhor aproveitamento e desenvolvimento do potencial humano, fundamentados no conhecimento psicológico e numa visão crítica do trabalho e das relações do mercado de trabalho;

- Diagnosticar as dificuldades dos alunos dentro do sistema educacional e encaminhar aos serviços de atendimento da comunidade, aqueles que requeiram diagnóstico e tratamento de problemas psicológicos específicos, cuja natureza transcenda a possibilidade de solução na escola, buscando sempre a atuação integrada entre escola e a comunidade;

- Supervisionar, orientar e executar trabalhos na área de Psicologia Educacional;

- Desenvolver outras atividades correlatas.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Curso de graduação em Psicologia com especialização em Psicologia Educacional ou Psicopedagogia e registro no respectivo Conselho.

JORNADA DE TRABALHO

- 20 (vinte) horas semanais.

FORMA DE CONTRATAÇÃO

- Concurso Público de provas e/ou de provas e títulos.

Art.6º - Ficam incluídos nos Anexos II e III da Lei Complementar nº 033 de 08/12/2003 e alterações posteriores, os empregos públicos e suas respectivas remunerações, passando a ter tais anexos a redação dada por esta Lei Complementar.

Art.7º- As demais disposições vigentes da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 permanecem inalteradas.

Art.8º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2015.

Luzerna(SC), 19 de fevereiro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

QUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

ANEXO II

EMPREGO PÚBLICO

10 HORAS

EMPREGOS/NÍVEL	Nº DE VAGAS	CLASSES
Professor II	2	A a M
Professor III	4	A a M
Professor IV	2	A a M
Professor V	2	A a M

20 HORAS

EMPREGOS/NÍVEL	Nº DE VAGAS	CLASSES
Professor II	12	A a M

Professor III	24	A a M
Professor IV	8	A a M
Professor V	2	A a M

30 HORAS

EMPREGOS/NÍVEL	Nº DE VAGAS	CLASSES
Professor II	3	A a M
Professor III	4	A a M
Professor IV	2	A a M
Professor V	2	A a M

40 HORAS

EMPREGOS/NÍVEL	Nº DE VAGAS	CLASSES
Professor II	10	A a M
Professor III	32	A a M
Professor IV	8	A a M
Professor V	2	A a M

20 HORAS - EM EXTINÇÃO

EMPREGOS/NÍVEL	Nº DE VAGAS	CLASSES
Professor Não Habilitado	2	A a M

20 HORAS

EMPREGOS/NÍVEL	Nº DE VAGAS	CLASSES
Professor de Dança II a IV	1	A a M

20 HORAS

EMPREGOS/NÍVEL	Nº DE VAGAS	CLASSES
Professor de Xadrez II a IV	1	A a M

30 HORAS - EM EXTINÇÃO

EMPREGOS/NÍVEL	Nº DE VAGAS	CLASSES
Auxiliar de Sala	20	A a M

40 HORAS

EMPREGOS/NÍVEL	Nº DE VAGAS	CLASSES
Auxiliar de Laboratório de Informática	2	A a M

40 HORAS

EMPREGOS/NÍVEL	Nº DE VAGAS	CLASSES
Auxiliar de Secretaria	1	A a M

20 HORAS

EMPREGOS/NÍVEL	Nº DE VAGAS	CLASSES
Psicólogo Educacional	1	A a M

QUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

Lei Complementar nº 033/03 alterada pelas Leis Complementares nº 094/10 e 099/11 e Leis nºs 498/04, 589/05, 649/06, 714/07, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, 1036/12, Complementar 116/13, Lei 1109/13, Lei 1194/13, Lei nº 1329/14 e Lei Complementar nº

129 de 19 de fevereiro de 2015.
ANEXO III

VENCIMENTOS															
EMPREGOS PÚBLICOS DE PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL, DANÇA E XADREZ - 40 HORAS															
EMPREGO	Classe/ Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	
Professor	Prof. II	2497,17	2572,09	2647,00	2721,92	2796,83	2871,75	2946,66	3021,58	3096,49	3171,41	3246,32	3321,24	3396,15	
Professor	Prof. III	2671,70	2751,85	2832,00	2912,15	2992,30	3072,46	3152,61	3232,76	3312,91	3393,06	3473,21	3553,36	3633,51	
Professor	Prof. IV	3146,94	3241,35	3335,76	3430,17	3524,58	3618,98	3713,39	3807,80	3902,21	3996,62	4091,03	4185,43	4279,84	
Professor	Prof. V	3524,56	3630,30	3736,04	3841,77	3947,51	4053,25	4158,98	4264,72	4370,46	4476,20	4581,93	4687,67	4793,41	
EMPREGO EM EXTINÇÃO - 20 HORAS															
EMPREGO	Classe/ Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	
Professor	Não Habi- litado	571,45	588,59	605,74	622,88	640,02	657,17	674,31	691,45	708,60	725,74	742,88	760,03	777,17	
AUXILIARES															
EMPREGO/Classe	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M		
Auxiliar de Sala 30 h EM EXTINÇÃO	1377,75	1419,08	1460,41	1501,75	1543,08	1584,41	1625,74	1667,08	1708,41	1749,74	1791,07	1832,41	1873,74		
EMPREGO/Classe	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M		
Auxiliar de Labora- tório de Informá- tica	1134,41	1168,45	1202,48	1236,51	1270,54	1304,58	1338,61	1372,64	1406,67	1440,71	1474,74	1508,77	1542,80		
Auxiliar de Secre- taria	1533,16	1579,16	1625,15	1671,15	1717,14	1763,14	1809,13	1855,13	1901,12	1947,12	1993,11	2039,10	2085,10		
PROFISSIONAIS DIVERSOS															
EMPREGO/Classe	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M		
Psicólogo Educa- cional 20 h	2000,00	2060,00	2120,00	2180,00	2240,00	2300,00	2360,00	2420,00	2480,00	2540,00	2600,00	2660,00	2720,00		

LEI COMPLEMENTAR 130

LEI COMPLEMENTAR Nº 130 de 19 de fevereiro de 2015.

"AMPLIA VAGAS E CRIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA NO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE LUZERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art.1º- Ficam ampliadas em mais 02 (duas) vagas o emprego público de Motorista II, Nível 06 do GRUPO II - Atividade de Nível Operacional - ANO, do Anexo I - Tabela de Empregos de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Luzerna, criado pela Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores.

Art.2º - Em decorrência da ampliação de vagas, de que trata o art. 1º, o Anexo I - Tabela de Empregos de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Luzerna, criado pela Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

TABELA DE EMPREGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE LUZERNA

GRUPO/CATEGORIA	Nº DE EMPREGOS PÚBLICOS	CLASSES	NÍVEL
GRUPO I			
Atividade de Nível Auxiliar - ANA			
01 - Auxiliar de Serviços Gerais	27	A.B.C.D.	01
GRUPO/CATEGORIA	Nº DE EMPREGOS PÚBLICOS	CLASSES	NÍVEL

GRUPO II			
Atividade de Nível Operacional - ANO			
01 - Agente Administrativo	07	A.B.C.D.	02
02 - Motorista I	06	A.B.C.D.	06
03 - Motorista II	11	A.B.C.D.	06
04 - Operador de Máquinas I (em extinção)	03	A.B.C.D.	05
05 - Operador de Máquinas Agrícolas	03	A.B.C.D.	05
06 - Operador de Máquinas II	10	A.B.C.D.	07
07 - Auxiliar de Enfermagem (em extinção)	04	A.B.C.D.	03
08 - Agente de Serviços Gerais	01	A.B.C.D.	06
GRUPO/CATEGORIA	Nº DE EMPREGOS PÚBLICOS	CLASSES	NÍVEL
GRUPO III			
Atividade de Administração Geral - AAG			
01 - Tesoureiro	01	A.B.C.D.	02
02 - Técnico Administrativo	16	A.B.C.D.	01
03 - Auxiliar de Contabilidade	02	A.B.C.D.	01
04 - Fiscal Técnico Sanitarista	01	A.B.C.D.	01
GRUPO/CATEGORIA	Nº DE EMPREGOS PÚBLICOS	CLASSES	NÍVEL
GRUPO IV			
Atividade de Nível Superior - ANS			
01 - Assistente Social	02	A.B.C.D.	02
02 - Assessor Jurídico	01	A.B.C.D.	05
03 - Contador	02	A.B.C.D.	04
04 - Engenheiro Agrônomo	01	A.B.C.D.	02
05 - Engenheiro Civil	01	A.B.C.D.	04
06 - Fiscal de Tributos, Obras e Posturas	01	A.B.C.D.	01
07 - Médico Veterinário	01	A.B.C.D.	02
08 - Instrutor de Atividades Físicas	01	A.B.C.D.	01
09 - Psicólogo	01	A.B.C.D.	02

Art.3º - Fica criado o cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Paisagismo, Nível CC-2, no Anexo III - TABELA DE CARGOS E VENCIMENTOS DE CARGOS DE PROVIMENTO DE COMISSÃO, criado pela Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, passando o Anexo III a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO III

TABELA DE CARGOS E VENCIMENTOS DE CARGOS DE PROVIMENTO DE COMISSÃO

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	QUANTIDADE DE CARGOS	NÍVEL	VENCIMENTO
GABINETE DO PREFEITO			
Assessor do Prefeito	01	CC-2	R\$ 3.353,24
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO			
Assessor de Planejamento	01	CC-2	R\$ 3.353,24
ASSESSORIA JURÍDICA			
Assessor Jurídico Sênior	01	CC-1	R\$ 5.378,50
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO			
Secretário da Fazenda e Administração	01	CC-1	R\$ 5.378,50
Assistente Administrativo	01	CC-5	R\$ 1.275,96
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			
Secretário de Desenvolvimento Econômico	01	CC-1	R\$ 5.378,50
Gestor da Incubadora Tecnológica	01	CC-3	R\$ 2.600,57
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO			
Coordenador de Controle Interno	01	CC-2	R\$ 3.353,24
SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL			

Secretário de Saúde e Bem Estar Social	01	CC-1	R\$ 5.378,50
Diretor do Departamento de Saúde e Bem Estar Social	01	CC-2	R\$ 3.353,24
Coordenador do Setor de Saúde	01	CC-4	R\$ 1.977,30
Chefe do Setor de Habitação e Programas Sociais	01	CC-3	R\$ 2.600,57
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS			
Secretário de Obras e Serviços	01	CC-1	R\$ 5.378,50
Diretor do Departamento de Obras e Serviços	01	CC-2	R\$ 3.353,24
Diretor do Departamento de Paisagismo	01	CC-2	R\$ 3.353,24
Coordenador do Setor de Manutenção	01	CC-4	R\$ 1.977,30
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
Secretário de Educação, Cultura e Esportes	01	CC-1	R\$ 5.378,50
Diretor do Departamento de Educação e Cultura	01	CC-2	R\$ 3.353,24
Diretor do Departamento de Esportes	01	CC-2	R\$ 3.353,24
Coordenador do Centro de Eventos	01	CC-4	R\$ 1.977,30
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente	01	CC-1	R\$ 5.378,50
Chefe do Setor de Agricultura	01	CC-3	R\$ 2.600,57

Art.4º- Fica inserida a descrição de atividades do cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Paisagismo, no ANEXO VI - ESPECIFICAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, conforme abaixo:

ANEXO VI

ESPECIFICAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

CARGO: Diretor do Departamento de Paisagismo

ATRIBUIÇÕES: Assegurar a manutenção e conservação de praças e áreas verdes; coordenar a revitalização de jardins e canteiros públicos; coordenar e fiscalização da adoção de praças, os serviços de poda em logradouros públicos, a reforma e revitalização de praças a limpeza e conservação de ruas, passeios, canteiros e prédios públicos.

REGIME DE TRABALHO: dedicação integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração

Art.5º- As demais disposições vigentes da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004, permanecem inalteradas.

Art.6º- Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2015.

Luzerna(SC), 19 de fevereiro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 13/02/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**Notificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 1/1

Data: 19/02/2015

Hora: 13:29:33

Período: 13/02/2015 - 17/02/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 13/02/2015

Órgão concededor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	21.389,62
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	32.084,42
Total de recursos recebidos em 13/02/2015:			53.474,04

TOTAL GERAL:	53.474,04
---------------------	------------------

Luzerna, SC, 19 de fevereiro de 2015.

Recebido em ____/____/____.

Mafra

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO S.M.S. MAFRA EDITAIS 003 E 004 - 2014

Classificação Final do Processo Seletivo S.M.S. Mafra Editais 003 e 004 - 2014

CLASSIFICAÇÃO	COD	NOME	CARGO	NOTA
1	18737	Michele Bernel	Agente Comunitário da Saúde	6,5
1	18503	Karin Elaine Alves	Assistente Social	6,5
2	18820	Giselle Alessandra Mehl Cordeiro	Assistente Social	6,5
3	18600	Alci Terezinha Leite	Assistente Social	6
1	18253	Bruna Estevam	Cirurgião Dentista	8
2	18066	Luciana Zambillo Palma	Cirurgião Dentista	7,5
3	19018	João Dias Sobrinho Filho	Cirurgião Dentista	7,5
4	18348	Carlos Alberto Garcia Junior	Cirurgião Dentista	7
5	18019	Adrielly Renata Rosa	Cirurgião Dentista	7
6	18472	Beatriz Maria De Cassias Strobel	Cirurgião Dentista	7
7	18528	Charles Alex Rauen	Cirurgião Dentista	6,5
8	18648	Elcio De Oliveira	Cirurgião Dentista	6,5
9	18379	Luis Felipe Bussmann	Cirurgião Dentista	6,5
10	18615	Diogo Braz Marçal	Cirurgião Dentista	6,5
11	18531	Rafael Monteiro Beller	Cirurgião Dentista	6,5
12	18378	Silmara Assunta Castaman	Cirurgião Dentista	6,5
13	18833	Rubiana Ciola Matos	Cirurgião Dentista	6
14	18814	Lunardo Longo	Cirurgião Dentista	6
1	18666	Anny Rose Bohnen	Enfermeiro	7,5
2	18627	Haline Giuliane Reckziegel	Enfermeiro	7,5
3	18506	Naiara Machado	Enfermeiro	7
4	18231	Alexandre Engel	Enfermeiro	7
5	18311	Camila Heiden Glonek Junkes	Enfermeiro	6,5
6	18171	Rayanne Aparecida Hellinger	Enfermeiro	6,5
7	18177	José Clercio Schuda	Enfermeiro	6,5
8	18046	Anne Caroline Caus	Enfermeiro	6,5
9	18543	JucilÉa Kucarz Adamcheski	Enfermeiro	6

10	18048	Aline Morgana Pures	Enfermeiro	6
11	18619	Luciana Negrini	Enfermeiro	6
12	18764	Ana Paula Da Silva	Enfermeiro	6
13	18183	Carla Alexandra Corso Da Rosa	Enfermeiro	6
14	18380	Cristina Danielski	Enfermeiro	6
15	18056	Jessica Seredniski Melnek	Enfermeiro	6
16	18725	Carin Janaine Miernitski Fernandes	Enfermeiro	6
17	18217	Ana Karina Roik	Enfermeiro	6
18	18200	Ana Karoline Nitz	Enfermeiro	6
19	18367	Leticia Zardo	Enfermeiro	6
1	18507	Susanne Stritzinger De Cassias	Farmacêutico	8
2	19010	Thaisa Schumacher	Farmacêutico	8
3	18497	Camila Helena Henning	Farmacêutico	8
4	18823	Gislaine Olescowicz	Farmacêutico	7
5	18993	Samantha Jurczynsyn	Farmacêutico	6,5
6	18536	Celina Rubia De Oliveira	Farmacêutico	6,5
7	18630	Cristiane Aparecida Vonk	Farmacêutico	6
1	18134	Tailine Fernandes Ribas	Fisioterapeuta	7,5
2	18819	Neide Cristina Dos Santos	Fisioterapeuta	7,5
3	18713	Fernanda Caroline Jungles	Fisioterapeuta	7
4	18795	Rubiane Kuhl	Fisioterapeuta	7
5	18914	Veridiane Aparecida Petters König	Fisioterapeuta	6,5
6	18572	Douglas Godescki Grein	Fisioterapeuta	6,5
7	19016	Edilete Schafascheck	Fisioterapeuta	6
8	18697	Cassiana Duarte Do Amaral Albuquerque	Fisioterapeuta	6
1	19022	Paula Cristina Witt	Médico ESF	7
2	18522	Márcia Helena De Souza Pereira	Médico ESF	6,5
3	18773	Juliana Schuster Semmer Krambeck	Médico ESF	6,5
1	18583	Lincoln Francisco Do Nascimento	Médico Pediatra	7
1	18860	Andriellen Marciniak	Nutricionista	8,5
2	18635	Jessica Zielinski	Nutricionista	7,5
3	18465	Letícia Hacke	Nutricionista	7
4	18721	Miriane Fuchs Taborda	Nutricionista	7

5	18523	Jaqueline Hack	Nutricionista	7
6	18796	Camila Tureck	Nutricionista	7
7	18104	Cristiane Baungartner	Nutricionista	6
8	18388	Tamirys Kock	Nutricionista	6
1	18931	Franciele Wosny	Psicólogo	8,5
2	18786	Rafael Mendonça De Paula	Psicólogo	8
3	18006	Debora Popadiuk	Psicólogo	7,5
4	18565	Ramiro Bürger Schönardie	Psicólogo	7,5
5	18025	Aliconete Hirth Mastel	Psicólogo	7
6	18940	Débora Cristina Cassias Pereira	Psicólogo	7
7	17994	Caroline Sembalista Souza	Psicólogo	7
8	18408	Julia Grechi Dos Santos	Psicólogo	7
9	18964	Loriane Heide	Psicólogo	7
10	18222	Ivone Emmerich Pacheco	Psicólogo	6,5
11	18824	Adriana Dec	Psicólogo	6,5
12	18547	Karina Schmitz Komuchena	Psicólogo	6,5
13	18012	Thais Sumocoski Grosse	Psicólogo	6,5
14	18439	Jessica De Souza 11021991	Psicólogo	6
15	18714	Graziela Negrini	Psicólogo	6
1	18617	Danivea Boaventura	Técnico em Enfermagem	6,5
2	18108	Taize Cristina De Almeida Davet	Técnico em Enfermagem	6,5
3	18524	João Carlos Reiser	Técnico em Enfermagem	6,5
4	18626	Debora Louise Wichinheski Thomaz Carvalho	Técnico em Enfermagem	6
5	18854	Solange Zapora	Técnico em Enfermagem	6
6	18376	Renata Bonfim Gaviao Barczak	Técnico em Enfermagem	6
7	18705	Ingrid Aparecida Demetrio	Técnico em Enfermagem	6
8	18684	Jéssica Yara De Medeiros	Técnico em Enfermagem	6
1	18230	Francielyn Luiz	Técnico em Higiene Dental	8,5
2	18448	Fernanda Maria Zanetti	Técnico em Higiene Dental	8
3	18221	Lismaria Aparecida Ulbrich	Técnico em Higiene Dental	7,5
4	18216	Dilvana Carla Stoeberl Simões	Técnico em Higiene Dental	7,5
5	18517	Charlene De Fatima Rodrigues	Técnico em Higiene Dental	7
6	18209	Rosimeri Nepomuceno Pinto Hack	Técnico em Higiene Dental	7

7	18288	Greice Keli Weinert	Técnico em Higiene Dental	7
8	18650	Rosemari Das Graças Weber	Técnico em Higiene Dental	7
9	18618	Rafael Pedro Wolski	Técnico em Higiene Dental	7
10	18471	Vilma Terezinha Granato Steklain	Técnico em Higiene Dental	6,5
11	18474	Francieli Aparecida Ferreira	Técnico em Higiene Dental	6,5
12	18476	Carla Schermack Ribeiro	Técnico em Higiene Dental	6,5
13	18606	Denize Becker Batista	Técnico em Higiene Dental	6,5
14	18696	Luana Baittinger	Técnico em Higiene Dental	6,5
15	19043	Jessica Ferreira Padilha	Técnico em Higiene Dental	6

Nota: Os Cargos de Coordenador/Profissional de Educação Física, Profissional de Educação Física e Terapeuta Ocupacional não tiveram aprovados.



Prof Dr. Caio Julio Cesar Siqueira

Presidente da Comissão de Elaboração e Aplicação de Processo Seletivo - UnC

Maíra, 14 de fevereiro de 2014

Maravilha

PREFEITURA

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2015

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA nº 001/2015

ROSIMAR MALDANER, Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao que dispõe o Decreto Lei nº 195/67 de 24 de fevereiro de 1967, Lei Municipal n.º 1942/93 e Lei Complementar n.º 057 de 21 de outubro de 2013, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Maravilha lança EDITAL DE COBRANÇA DE "CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA", para ressarcimento parcial ou total ao erário público municipal, dos valores parciais despendidos nas obras de pavimentação asfáltica, compreendendo a seguinte via pública da cidade de Maravilha:

1 DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA:

AVENIDA PADRE ANTÔNIO (trecho compreendido entre a Rua Presidente Juscelino e a Rua José Bonifácio) com área total de (10.096,00 m²).

2 MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O presente memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação asfáltica em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos no processo licitatório nº 3.354/2013 na modalidade de Concorrência pública n. 005/2013, e de acordo com o orçamento global da obra efetuado pelo engenheiro civil Jorge Luiz Dummer.

As obras compreenderão os seguintes serviços:

1. Placa da obra
2. Drenagem Pluvial
3. Remendo Profundo
4. Conformação da pista em concreto betuminoso usinado à quente (C.B.U.Q)
5. Pavimentação asfáltica em C.B.U.Q
6. Controle Tecnológico
7. Meio Fio
8. Sinalização viária

3 CUSTO TOTAL DA OBRA

O custo total para a realização da obra com as melhorias realizadas, de acordo com a planilha quantitativa e orçamentária publicada no Edital de Contribuição de melhoria nº. 002/2013 de 20 de novembro de 2013 é de R\$ 746.180,00 (setecentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta reais) com o custo de R\$ 73,91 (setenta e três reais e noventa e um centavos) por metro quadrado de área pavimentada.

4 DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra (item 3 do edital) computadas as despesas de estudo, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios dela decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis da zona de influência.

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de 95%

(noventa e cinco por cento) da contrapartida do município para a execução da obra. O Município participa no custo da obra com a importância de 5% (cinco por cento) da contrapartida do valor da obra.

5 DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício da zona atingida tem como base à valorização dos imóveis, tendo como limite máximo o custo da obra da rua e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no respectivo imóvel, apurada mediante procedimento administrativo, realizado por comissão designada.

6 FORMAS DE PAGAMENTO

Os pagamentos poderão ser efetuados nas seguintes formas:

Em até 03 (três) parcelas mensais consecutivas, com 15% de desconto, ou 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas fixas. O vencimento da primeira parcela será no dia 15 de abril de 2015.

De acordo com o parágrafo único do art. 13 da Lei Complementar n.º 057 de 21 de outubro de 2013, o valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

7 OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convir.

8 DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste edital a relação dos imóveis abrangidos e a respectiva valorização, conforme anexo I do presente edital.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata este edital têm o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, durante o horário de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos e número de prestações.

9 DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Secretaria Municipal do Planejamento, Administração e Fazenda.

Maravilha, SC, 18 de fevereiro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

ANEXO I

Cadastro	Proprietário	Q.	L.	Valor venal antes da obra	Valorização	Valor venal após a obra (asfalto)	Valor da Contribuição de Melhoria
38300-0	GILBERTO INACIO ERPEN	21	4/5	R\$ 158.278,39	R\$ 16.966,12	R\$ 175.244,51	R\$ 1.194,08
38301-0	PAULO GILBERTO AZEVEDO	21	A2	R\$ 65.269,44	R\$ 7.909,71	R\$ 73.179,15	R\$ 556,69
38400-0	ELOI JOAO BECKER	21	C	R\$ 154.505,00	R\$ 8.955,62	R\$ 163.460,62	R\$ 630,30
38401-0	EDENEI JOAO BADIN E ADRIANA CHIESA BADIN	21	B	R\$ 154.505,00	R\$ 8.826,28	R\$ 163.331,28	R\$ 621,19
38500-0	TEREZINHA HELENA SCHUL	21	A	R\$ 159.604,18	R\$ 9.118,85	R\$ 168.723,03	R\$ 641,79
38601-0	ADRIANO LUIS BORN	21	A	R\$ 91.785,15	R\$ 9.405,25	R\$ 101.190,40	R\$ 661,94
36100-0	MILTON TUMELERO	24	P/4	R\$ 127.479,38	R\$ 10.547,91	R\$ 138.027,28	R\$ 742,36
36200-0	DULCE IMMIG	24	P/5	R\$ 113.303,67	R\$ 6.601,94	R\$ 119.905,61	R\$ 464,64
36300-0	SIRONEI IMMIG	24	P/5	R\$ 123.502,02	R\$ 6.928,42	R\$ 130.430,44	R\$ 487,62
35900-0	NORMA KOCH CLEN	24	6	R\$ 231.706,51	R\$ 13.237,78	R\$ 244.944,30	R\$ 931,68
35800-0	CARLOS FRANCISCO BERRES E ESTELA LUCIA B. BERRES	24	A	R\$ 126.673,71	R\$ 7.236,89	R\$ 133.910,60	R\$ 509,33
35801-0	ANDRE PORTO	24	B	R\$ 105.032,81	R\$ 6.000,89	R\$ 111.033,70	R\$ 422,34
36400-0	ADAIR LUIZ CANCI	24	8	R\$ 229.870,81	R\$ 13.308,36	R\$ 243.179,17	R\$ 936,64
36600-0	ANTONIO TRESSI	24	P/9	R\$ 76.487,63	R\$ 8.915,53	R\$ 85.403,16	R\$ 627,48
507900-0	ANTONIO TRESSI	27	4	R\$ 86.685,98	R\$ 9.242,01	R\$ 95.927,98	R\$ 650,45
508000-0	DANIEL FERRARI	27	A	R\$ 148.385,99	R\$ 8.630,39	R\$ 157.016,39	R\$ 607,41
508001-0	ELVIRA BORTOLI COUTINHO	27	B	R\$ 148.385,99	R\$ 8.630,39	R\$ 157.016,39	R\$ 607,41
508100-0	ELVIRA BORTOLI COUTINHO	27	C	R\$ 153.332,19	R\$ 8.918,07	R\$ 162.250,27	R\$ 627,65
508200-0	KASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	27	7	R\$ 231.706,51	R\$ 13.237,78	R\$ 244.944,30	R\$ 931,68
508300-0	ALBERTO JOÃO NEUMANN	27	8	R\$ 236.805,69	R\$ 13.530,36	R\$ 250.336,05	R\$ 952,27
508400-0	IRACEMA BEATRIZ TROMBINI	27	P/9	R\$ 94.232,75	R\$ 9.483,60	R\$ 103.716,35	R\$ 667,46
505900-0	EDIVANES GIRARDELO	30	4/5	R\$ 494.416,01	R\$ 28.244,09	R\$ 522.660,10	R\$ 1.987,82
506100-0	ALVARO HOHENSEE	30	6	R\$ 224.363,70	R\$ 13.002,72	R\$ 237.366,42	R\$ 915,13
506200-0	CAROLINE MALDANER	30	7	R\$ 231.706,51	R\$ 13.237,78	R\$ 244.944,30	R\$ 931,68
506301-0	ROQUE VOLNEI DA LUZ E CLARISE FASSBINDER	30	A	R\$ 118.453,84	R\$ 6.766,81	R\$ 125.220,65	R\$ 476,25
506300-0	LUCIA NUNES DE SOUZA BORLINA	30	B	R\$ 118.453,84	R\$ 6.766,81	R\$ 125.220,65	R\$ 476,25
506400-0	VALDIR BENNEMBERGER	30	9	R\$ 227.525,19	R\$ 13.233,27	R\$ 240.758,46	R\$ 931,36
504000-0	VANDERLEI GARBIM	30	P/6	R\$ 50.991,75	R\$ 4.219,16	R\$ 55.210,91	R\$ 296,94
504101-0	ZILBERTO DAL AGNOL	33	PP/6	R\$ 50.991,75	R\$ 4.219,16	R\$ 55.210,91	R\$ 296,94
504100-0	DANIEL ANDRÉ HAHN	33	P/6	R\$ 50.991,75	R\$ 4.219,16	R\$ 55.210,91	R\$ 296,94
504200-0	WILSON LUIZ RIBAS	33	P/6	R\$ 122.380,20	R\$ 9.458,60	R\$ 131.838,80	R\$ 665,70
504300-0	MUNICÍPIO DE MARAVILHA	6	9	R\$ 96.884,33	R\$ 7.098,10	R\$ 103.982,43	R\$ 499,56
504400-0	EUGENIO TOCHETTO	6	10	R\$ 100.351,76	R\$ 7.351,38	R\$ 107.703,14	R\$ 517,39
504500-0	EUGENIO TOCHETTO	6	11	R\$ 109.734,25	R\$ 8.039,75	R\$ 117.774,00	R\$ 565,84
34100-0	SOCIEDADE B. HOSPITALAR MH	17	P/16	R\$ 107.694,58	R\$ 7.715,78	R\$ 115.410,35	R\$ 543,04
34000-0	SOCIEDADE B. HOSPITALAR MH	17	P/16	R\$ 114.221,52	R\$ 8.183,40	R\$ 122.404,92	R\$ 575,95
33900-0	SOCIEDADE B. HOSPITALAR MH	17	P/17	R\$ 171.332,28	R\$ 10.011,66	R\$ 181.343,94	R\$ 704,62
33800-0	SOCIEDADE B. HOSPITALAR MH	17	P/17	R\$ 171.332,28	R\$ 10.011,66	R\$ 181.343,94	R\$ 704,62
33700-0	SOCIEDADE B. HOSPITALAR MH	17	PP/18	R\$ 171.332,28	R\$ 10.011,66	R\$ 181.343,94	R\$ 704,62
33600-0	SOCIEDADE B. HOSPITALAR MH	17	P/19	R\$ 114.221,52	R\$ 8.183,40	R\$ 122.404,92	R\$ 575,95
33500-0	SOCIEDADE B. HOSPITALAR MH	17	19	R\$ 114.221,52	R\$ 8.183,40	R\$ 122.404,92	R\$ 575,95
33400-0	SOCIEDADE B. HOSPITALAR MH	17	P/20	R\$ 114.221,52	R\$ 8.183,40	R\$ 122.404,92	R\$ 575,95
33300-0	SOCIEDADE B. HOSPITALAR MH	17	P/20	R\$ 114.221,52	R\$ 8.183,40	R\$ 122.404,92	R\$ 575,95
31400-0	ROBSON A. V. DE SOUZA	17	21	R\$ 254.958,75	R\$ 14.628,84	R\$ 269.587,59	R\$ 1.029,58
31500-0	JOSALDO GUSTAVO SOUZA SILVA/ GILMAR MILTON NAUE	17	22	R\$ 254.958,75	R\$ 14.628,84	R\$ 269.587,59	R\$ 1.029,58
31600-0	LISANE WESCHENFELDER	17	P/23	R\$ 122.380,20	R\$ 7.151,18	R\$ 129.531,38	R\$ 503,30
31601-0	EDI WESCHENFELDER	17	P/23	R\$ 122.380,20	R\$ 7.151,18	R\$ 129.531,38	R\$ 503,30

31700-0	SIMONE MARIA FURST E CINARA REGINA FURST	17	24	R\$ 254.958,75	R\$ 14.628,84	R\$ 269.587,59	R\$ 1.029,58
31800-0	NILVA FRANCISCON	17	25	R\$ 254.958,75	R\$ 14.628,84	R\$ 269.587,59	R\$ 1.029,58
31900-0	LEOCLADIA BERNARDI	17	P/26	R\$ 37.844,04	R\$ 2.289,31	R\$ 40.133,35	R\$ 161,12
31901-0	INGRED LÜDKE ALBA	17	P/26	R\$ 37.844,04	R\$ 2.289,31	R\$ 40.133,35	R\$ 161,12
31902-0	ANDREI RICARDO BREDI E ALINE MARCIA TEGE	17	P/26	R\$ 37.844,04	R\$ 2.289,31	R\$ 40.133,35	R\$ 161,12
31903-0	SALETE BOFF	17	P/26	R\$ 37.844,04	R\$ 2.289,31	R\$ 40.133,35	R\$ 161,12
31904-0	FERNANDO LUIZ KAPPAUN E JANE-MARI LUZZI KAPPAUN	17	P/26	R\$ 37.844,04	R\$ 2.289,31	R\$ 40.133,35	R\$ 161,12
31905-0	KATIA MICHELE CZERVENSKI	17	P/26	R\$ 37.844,04	R\$ 2.289,31	R\$ 40.133,35	R\$ 161,12
32000-0	MUNICÍPIO DE MARAVILHA	17	27	R\$ 254.958,75	R\$ 14.628,84	R\$ 269.587,59	R\$ 1.029,58
32100-0	EDSON ROEDER SCHUMACHER	17	28	R\$ 254.958,75	R\$ 14.628,84	R\$ 269.587,59	R\$ 1.029,58
32200-0	VANDRA MARIA D'AGOSTINI E RICARDO MARCELO EBERT	17	29	R\$ 242.414,78	R\$ 14.227,28	R\$ 256.642,06	R\$ 1.001,32
32300-0	CESAR ALMIR CERVINSKI	17	30	R\$ 254.958,75	R\$ 14.628,84	R\$ 269.587,59	R\$ 1.029,58
32401-0	CLEITON JOSE BACKES E ELISABETE S. SCHAFER BACKES	17	31/B	R\$ 122.380,20	R\$ 7.151,18	R\$ 129.531,38	R\$ 503,30
32400-0	MARCIELLI GIACOMELLI	17	31/A	R\$ 122.380,20	R\$ 7.151,18	R\$ 129.531,38	R\$ 503,30
32501-0	JOSE GILMAR FERREIRA COELHO	17	32/B	R\$ 86.685,98	R\$ 6.008,52	R\$ 92.694,50	R\$ 422,88
32500-0	LEONIR ROQUE ZARDO	17	32/A	R\$ 86.685,98	R\$ 6.008,52	R\$ 92.694,50	R\$ 422,88
32601-0	LORI HOHENSEE	17	33/B	R\$ 127.479,38	R\$ 8.478,48	R\$ 135.957,85	R\$ 596,72
32600-0	LUIZ RENI GOMES DA LUZ	17	33/A	R\$ 76.487,63	R\$ 6.328,75	R\$ 82.816,37	R\$ 445,42
32701-0	JOAO NERI MACHADO	17	34/B	R\$ 122.380,20	R\$ 7.151,18	R\$ 129.531,38	R\$ 503,30
32700-0	ILAINE DOS SANTOS	17	34/A	R\$ 122.380,20	R\$ 7.151,18	R\$ 129.531,38	R\$ 503,30
32800-0	SAFIRA INCORPORADORA LTDA	17	35	R\$ 244.760,40	R\$ 14.302,37	R\$ 259.062,77	R\$ 1.006,60
32901-0	SAFIRA INCORPORADORA LTDA	17	36/B	R\$ 127.479,38	R\$ 7.314,42	R\$ 134.793,80	R\$ 514,79
32900-0	PAULO ANTONIO CANZI	17	36/A	R\$ 127.479,38	R\$ 7.314,42	R\$ 134.793,80	R\$ 514,79
33001-0	SIMONE DE OLIVEIRA	17	37/A	R\$ 127.479,38	R\$ 10.547,91	R\$ 138.027,28	R\$ 742,36
33100-0	PEDRO MINSKI	17	P/38	R\$ 107.694,58	R\$ 6.293,04	R\$ 113.987,62	R\$ 442,90
CHAC. R 10	DAVI VENDRUSCULO E OUTROS - MAT. 1.710	17	-	R\$ 1.019.835,00	R\$ 59.012,04	R\$ 1.078.847,04	R\$ 4.153,27

PROCESSO LICITATÓRIO N. 698/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 698/2015 - Modalidade de Concorrência Pública n. 002/2015.

Valor orçado da obra: 607.942,73

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações do Município de Maravilha, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Concorrência Pública, a contratação de empresa para execução de 10.068,35m², de pavimentação asfáltica em C.B.U.Q., com sinalização viária, tipo menor preço global, em regime de empreitada global, cujo processo licitatório é regido pela Lei 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 13 de abril de 2015, às 09h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes de habilitação e propostas. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 19 de fevereiro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 713/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 713/2015 - Modalidade de Tomada de Preços n. 003/2015.

Valor orçado da obra: R\$ 175.704,54

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços n. 003/2015, a contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica em concreto betuminoso usinado a quente (C.B.U.Q.), na Rua Santa Catarina, com área de 2.460,40 m², tipo menor preço global, em regime de empreitada global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 09 horas do dia 11 de março

de 2015, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes de habilitação e propostas. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 19 de fevereiro de 2015.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3073 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº. 3073 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 695,03 (Seiscentos e noventa e cinco reais e três centavos), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
0304.004.123.0033.2016 - Manutenção dos Serviços Contábeis
0304 - 33900000 - Aplicações Diretas
0304 - 36401 - Transferências Convênios Estado- R\$ 635,65
0304 - 33900000 - Aplicações Diretas
0304 - 30000 - Recursos Ordinários R\$ 59,38

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 12 de Fevereiro de 2015
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra
CAMILA ROSSI
Gerente do Procon

DECRETO Nº. 3074 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº. 3074 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 619,25 (Seiscentos e dezenove reais e vinte e cinco centavos), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0601 - GERÊNCIA DE SAÚDE
0601.010.301.0190.2094 - Manutenção da Secretaria de Saúde
0601 - 33900000 - Aplicações Diretas
0601 - 36301 - Transferências Convênios Estado- Saúde
..... R\$ 619,25

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 12 de Fevereiro de 2015
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra
CAMILA ROSSI
Gerente do Procon

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 069/2015

DECRETO Nº 069/2015 DE 18.02.2015.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SILVIA MARIA GAMBA BORTOLOZZO PARA O CARGO DE EDUCADOR SOCIAL ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER, Prefeito Municipal em Exercício de Modelo, Estado de Santa Catarina, em especial de conformidade com as leis municipais 971/90, 1.513/2002, 1.597/2005, 1.883/2009, 2.003/2011 e 2.132/2014, em especial Processo Seletivo nº 001/2014 homologado pelo Decreto nº 068/2014 em 28.02.2014,

Considerando as disposições do Edital de Processo Seletivo 001/2014 visando a seleção e contratação em caráter temporário de excepcional interesse público para o cargo de Educador Social, objetivando a manutenção das atividades do Departamento Municipal de Assistência Social, especialmente do programa sócio educativo: serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, conforme termo de convênio com o governo federal e programas municipais,

Considerando a necessidade de Educador Social, para atendimento das crianças e adolescentes nas atividades desenvolvidas pelo Município junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Cultivar do Município de Modelo/SC,

Considerando a chamada dos classificados conforme ordem de classificação no respectivo processo seletivo,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, a Sra. SILVIA MARIA GAMBA BORTOLOZZO, portadora do CPF nº 037.724.649-20, RG nº 3.606.501, para exercer as funções do cargo de EDUCADOR SOCIAL ACT, para atuação com 20 horas semanais, turno vespertino, com lotação no Departamento Municipal de Assistência Social e atribuição de exercício no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Cultivar, visando atender serviços essenciais de acordo com as disposições do Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 016/2015, anexo integrante deste Decreto.

Art. 2º - A vigência do contrato é de 18.02.2015 a 11.12.2015, percebendo os vencimentos previstos em Lei Municipal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 18 de fevereiro de 2015.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER
Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra: Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 016/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em Exercício, CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER.

CONTRATADO: SILVIA MARIA GAMBA BORTOLOZZO, brasileira, casada, portadora do CPF nº 037.724.649-20, RG nº 3.606.501, residente e domiciliada na Linha Novo Horizonte, Sn, Interior - município de Serra Alta/SC CEP 89.871-000.

OBJETO: Contratação para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de EDUCADOR SOCIAL.

LOCAL DE TRABALHO: Atribuição de exercício no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Cultivar e lotação no Departamento Municipal de Assistência Social do município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, objetivando a manutenção das atividades do Departamento Municipal de Promoção Social, especialmente do programa sócio educativo: serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, conforme termo de convênio com o governo federal e programas municipais. A contratação possui embasamento na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.597/2005, 1.883/2009, 2.003/2011 e 2.132/2014, e em especial Processo Seletivo nº 001/2014.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 18 de fevereiro de 2015. Término: 11 de dezembro de 2015. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO: R\$ 955,81 (Novecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e um centavos). Vencimento previsto em Lei Municipal - Quadro PETI ACT - Cargos Temporários de Excepcional Interesse Público.

TURNO, JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho da contratada é de 20 (vinte) horas semanais, no turno vespertino e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Assistência Social.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: A Contratada vincula-se aos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado

deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 18 de fevereiro de 2015.
CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER
Prefeito Municipal em Exercício

SILVIA MARIA GAMBA BORTOLOZZO
Contratada

Testemunhas: 1. _____
2. _____

DECRETO Nº 070/2015

DECRETO Nº 070/2015 DE 18.02.2015.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE MARIA VENERANDA DALLA CORTI PARA O CARGO DE EDUCADOR SOCIAL ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER, Prefeito Municipal em Exercício de Modelo, Estado de Santa Catarina, em especial de conformidade com as leis municipais 971/90, 1.513/2002, 1.597/2005, 1.883/2009, 2.003/2011 e 2.132/2014, em especial Processo Seletivo nº 002/2014 homologado pelo Decreto nº 021/2015 de 26.01.2015,

Considerando as disposições do Edital de Processo Seletivo 002/2014 visando a seleção e contratação em caráter temporário de excepcional interesse público para o cargo de Educador Social, objetivando a manutenção das atividades do Departamento Municipal de Assistência Social, especialmente do programa sócio educativo: serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, conforme termo de convênio com o governo federal e programas municipais,

Considerando a necessidade de Educador Social, para atendimento das crianças e adolescentes nas atividades desenvolvidas pelo Município junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Cultivar do Município de Modelo/SC,

Considerando a chamada dos classificados conforme ordem de classificação no respectivo processo seletivo,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, a Sra. MARIA VENERANDA DALLA CORTI, portadora do CPF nº 400.553.619-00, RG nº 12.758.553-9, para exercer as funções do cargo de EDUCADOR SOCIAL ACT, para atuação com 20 horas semanais, turno vespertino, com lotação no Departamento Municipal de Assistência Social e atribuição de exercício no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Cultivar, visando atender serviços essenciais de acordo com as disposições do Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 017/2015, anexo integrante deste Decreto.

Art. 2º - A vigência do contrato é de 18.02.2015 a 11.12.2015,

percebendo os vencimentos previstos em Lei Municipal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 18 de fevereiro de 2015.
CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER
Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra: Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 017/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em Exercício, CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER.
CONTRATADO: MARIA VENERANDA DALLA CORTI, brasileira, viúva, portadora do CPF nº 400.553.619-00, RG nº 12.758.553-9, residente e domiciliada na Rua Presidente Vargas, 178, Centro - município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

OBJETO: Contratação para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de EDUCADOR SOCIAL.

LOCAL DE TRABALHO: Atribuição de exercício no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Cultivar e lotação no Departamento Municipal de Assistência Social do município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, objetivando a manutenção das atividades do Departamento Municipal de Promoção Social, especialmente do programa sócio educativo: serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, conforme termo de convênio com o governo federal e programas municipais. A contratação possui embasamento na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.597/2005, 1.883/2009, 2.003/2011 e 2.132/2014, e em especial Processo Seletivo nº 002/2014.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 18 de fevereiro de 2015. Término: 11 de dezembro de 2015. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO: R\$ 955,81 (Novecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e um centavos). Vencimento previsto em Lei Municipal - Quadro PETI ACT - Cargos Temporários de Excepcional Interesse Público.

TURNO, JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho da contratada é de 20 (vinte) horas semanais, no turno vespertino e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Assistência Social.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: A Contratada vincula-se aos deveres

funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 18 de fevereiro de 2015.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER

Prefeito Municipal em Exercício

MARIA VENERANDA DALLA CORTI

Contratada

Testemunhas: 1. _____

2. _____

DECRETO Nº 071/2015

DECRETO Nº 071/2015 DE 18.02.2015.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE JANICE BILLIG PARA O CARGO DE EDUCADOR SOCIAL ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER, Prefeito Municipal em Exercício de Modelo, Estado de Santa Catarina, em especial de conformidade com as leis municipais 971/90, 1.513/2002, 1.597/2005, 1.883/2009, 2.003/2011 e 2.132/2014, em especial Processo Seletivo nº 002/2014 homologado pelo Decreto nº 021/2015 de 26.01.2015,

Considerando as disposições do Edital de Processo Seletivo 002/2014 visando a seleção e contratação em caráter temporário de excepcional interesse público para o cargo de Educador Social, objetivando a manutenção das atividades do Departamento Municipal de Assistência Social, especialmente do programa sócio educativo: serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, conforme termo de convênio com o governo federal e programas municipais,

Considerando a necessidade de Educador Social, para atendimento das crianças e adolescentes nas atividades desenvolvidas pelo Município junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Cultivar do Município de Modelo/SC,

Considerando a chamada dos classificados conforme ordem de classificação no respectivo processo seletivo,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, a Sra. JANICE BILLIG, portadora do CPF nº 079.107.799-33, RG nº 4.704.840, para exercer as funções do cargo de EDUCADOR SOCIAL ACT, para atuação com 20 horas semanais, turno matutino, com lotação no Departamento Municipal de Assistência Social e atribuição de exercício no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Cultivar, visando atender serviços essenciais de acordo com as disposições do Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 018/2015, anexo integrante deste Decreto.

Art. 2º - A vigência do contrato é de 18.02.2015 a 11.12.2015, percebendo os vencimentos previstos em Lei Municipal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,

aos 18 de fevereiro de 2015.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra: Francieli Pavalicini

Chefe de Setor

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 018/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em Exercício, CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER.

CONTRATADO: JANICE BILLIG, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 079.107.799-33, RG nº 4.704.840, residente e domiciliada na Linha Esperança, sn, Interior - município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

OBJETO: Contratação para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de EDUCADOR SOCIAL.

LOCAL DE TRABALHO: Atribuição de exercício no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Cultivar e lotação no Departamento Municipal de Assistência Social do município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, objetivando a manutenção das atividades do Departamento Municipal de Promoção Social, especialmente do programa sócio educativo: serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, conforme termo de convênio com o governo federal e programas municipais. A contratação possui embasamento na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.597/2005, 1.883/2009, 2.003/2011 e 2.132/2014, e em especial Processo Seletivo nº 002/2014.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 18 de fevereiro de 2015. Término: 11 de dezembro de 2015. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO: R\$ 955,81 (Novecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e um centavos). Vencimento previsto em Lei Municipal - Quadro PETI ACT - Cargos Temporários de Excepcional Interesse Público.

TURNO, JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de

trabalho da contratada é de 20 (vinte) horas semanais, no turno matutino e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Assistência Social.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. **SEGURIDADE SOCIAL:** Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: A Contratada vincula-se aos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressaltadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 18 de fevereiro de 2015.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER
Prefeito Municipal em Exercício

JANICE BILLIG
Contratada

Testemunhas: 1. _____
2. _____

DECRETO Nº 072/2015

DECRETO Nº 072/2015 DE 18.02.2015.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR EDUCACIONAL ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER, Prefeito Municipal em exercício de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.110/2013, 2.132/2014 e em especial Processo Seletivo nº 002/2014,

Considerando a necessidade de atendimento aos alunos no Centro de Educação Infantil Pequeno Lar - Creche, do Departamento Municipal de Educação,
Considerando Concurso Público nº 001/2015 em andamento,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal

de Educação, a Sra. ANDRESSA NEMERSKI, portadora do CPF nº 088.505.599-33, RG nº 5.957.810, para exercer as funções do cargo de AUXILIAR EDUCACIONAL ACT - Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, com atribuição de exercício no Centro de Educação Infantil Pequeno Lar - Creche, com carga horária de 40 horas semanais, turno Matutino/Vespertino, visando atender serviços essenciais de acordo com o constante na justificativa elaborada pelo Departamento Municipal de Educação e disposições do Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 019/2015, anexo integrante deste Decreto.

Art. 2º - A vigência do contrato é de 18.02.2015 a 30.04.2015, percebendo os vencimentos previstos em Lei Municipal, sendo Nível 13, Referência "A" da Tabela de Isonomia Salarial.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 18 de fevereiro de 2015.
CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER
Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 019/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em Exercício, CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER.
CONTRATADA: ANDRESSA NEMERSKI, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 088.505.599-33, RG nº 5.957.810, residente e domiciliada na Linha Salete, sn, Interior - município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

OBJETO: Contratação para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de AUXILIAR EDUCACIONAL.

LOCAL DE TRABALHO: Turma Maternal I 1, atribuição de exercício no Centro de Educação Infantil Pequeno Lar e lotação no Departamento Municipal de Educação do município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, em virtude da ampliação do atendimento na Creche e prazo para homologação final do Concurso Público 001/2015, conforme fundamentado em justificativa pelo Departamento Municipal de Educação. A contratação possui embasamento Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.386/1999, 1.513/2002, 2.110/2013, 2.132/2014 e em especial Processo Seletivo nº 002/2014.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 18 de fevereiro de 2015. Término: 30 de abril de 2015. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO: R\$ 919,05 (Novecentos e dezenove reais e cinco centavos). Vencimento previsto em Lei Municipal - Nível 13, Referência "A" da Tabela de Isonomia Salarial.

JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Educação.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. **SEGURIDADE SOCIAL:** Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: A Contratada vincula-se aos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressaltadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 18 de fevereiro de 2015.
CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER
Prefeito Municipal em Exercício

ANDRESSA NEMERSKI
Contratada

Testemunhas: 1. _____
2. _____

Navegantes

PREFEITURA

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 4/2015 PMN

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 4/2015.

Ao(s) 13 de Fevereiro de 2015, às 14:10 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, reuniram-se o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designada pela(o) Portaria nº 918, Licitação nº. 4/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL. Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

OSVALDO DIAS DA SILVA - EIRELI (8413), CONSTRUTORA E INCORPORADORA FML LTDA - ME (11538), CRISTIANO BATISTA IDALINA - TERRAPLANAGEM EPP (12684).

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES OSVALDO DIAS DA SILVA, CONSTRUTORA E INCORPORADORA FML, CRISTIANO JOÃO BATISTA IDALINA, TODAS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS E NÃO APRESENTADAS COM ME/EPP, PORTANTO NÃO FAZEM JUS AO BENEFÍCIO CONCEDIDO PELA LEI 123/06. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE E FORNECIMENTO DOS CREDENCIAMENTOS PARA OS PARTICIPANTES VISTAREM, PASSOU-SE PARA A PRÓXIMA ETAPA. FORAM ABERTAS AS PROPOSTAS E VERIFICADAS QUE OS LICITANTES ATENDERAM AO SOLICITADO NO EDITAL, NA FASE DE LANCES O LICITANTE CRISTIANO JOÃO BATISTA VENCEU TODOS OS ITENS. PASSANDO-SE PARA A FASE DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CONSTATOU-SE QUE A EMPRESA CRISTIANO JOÃO BATISTA (VENCEDORA DE TODOS OS ITENS) NÃO APRESENTOU O CAPITAL SOCIAL MÍNIMO SOLICITADO NO EDITAL NO ITEM 5.4.1 E NEM OS ITENS 5.5.1 QUE SE REFERE A CERTIDÃO DE PESSOA JURÍDICA JUNTO AO CREA/CAU, O 5.5.4 QUE SE REFERE A C.A.T DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS E O ITEM 5.5.7 QUE TRATA DA APRESENTAÇÃO DO REGISTRO DE FUNCIONÁRIO TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO. ALÉM DE APRESENTAR O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA SEM O DEVIDO REGISTRO NA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE. DIANTE DO EXPOSTO FOI ABERTO O ENVELOPE DA EMPRESA OSVALDO DIAS DA SILVA O QUAL APRESENTOU NO REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO O CAPITAL SOCIAL DE R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL) E NA CERTIDÃO DE PESSOA JURÍDICA O CAPITAL SOCIAL DE R\$ 200.000,00, MOTIVO PELO QUAL FOI CONSULTADO O DEP. JURÍDICO, O CREA - COM A SRª RAFAELA - E O SRº FERNANDO, CONTROLADOR INTERNO DESTA PREFEITURA. COM BASE NAS CONSULTAS REALIZADAS DECIDE-SE PELA HABILITAÇÃO DA EMPRESA OSVALDO DIAS DA SILVA. NÃO HAVENDO INTENÇÃO DE MENCIONAR RECURSOS PELOS CREDENCIADOS. ENCERRA-SE A SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE SUPERIOR. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

MARIA BENEDITA CORREA - - PREGOEIRO SUBSTITUTA
CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO.
FRANCIELA JUSTINO - - EQUIPE DE APOIO.
PEDRO PAULO DA COSTA - - EQUIPE DE APOIO.
ADRIANA CORRÊA - - EQUIPE DE APOIO.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2015.

ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL FMS 55/2014. - RETIFICADO.

ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL FMS 55/2014. - RETIFICADO.

Após as análises das amostras de fraldas infantis e geriátricas apresentadas pelos vencedores do Pregão Presencial nº 055/2014, constatou-se:

ITENS	Licitantes 1º colocados	Aprovação/reprovação	LICITANTES 2º COLOCADOS CONVOCADOS P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL
01	ALTERMED	Reprovado. A quantidade apresentada inferior ao descrito no item "embalagem com 30 unidades".	JACQUES BRIÃO
02	JACQUES BRIÃO	Reprovado. Não possui fita picotada.	FRALDAS CK
03	FRALDAS CK	Reprovado. Não possui fita picotada.	JACQUES BRIÃO
04	FRALDAS CK	Reprovado. Não possui fita picotada.	JACQUES BRIÃO
05	JACQUES BRIÃO	Reprovado. A quantidade apresentada inferior ao descrito no item "embalagem com 30 unidades".	ICOFA IND
06	JACQUES BRIÃO	Reprovado. A quantidade apresentada inferior ao descrito no item "embalagem com 30 unidades".	ICOFA IND
07	JACQUES BRIÃO	Reprovado. A quantidade apresentada inferior ao descrito no item "embalagem com 30 unidades".	ICOFA IND
08	JACQUES BRIÃO	Reprovado. A quantidade apresentada inferior ao descrito no item "embalagem com 30 unidades".	ICOFA IND

Obs.; OS LICITANTES INTERESSADOS QUE TIVEREM SUAS AMOSTRAS REPROVADAS DEVERÃO RETIRAR AS MESMAS NO PRAZO DE 24 HORAS DESTA PUBLICAÇÃO.

ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015 PMN

ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015 PMN

Aos 19 dias do mês de fevereiro de 2015 os responsáveis pela análise das amostras referente o pregão nº 11/2015 PMN, objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A PREFEITURA E CENTROS EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, verificaram e deram o parecer - aprovação/reprovação dos produtos apresentados conforme segue:

ITENS	Licitantes 1º colocados	Aprovação/reprovação	LICITANTES 2º COLOCADOS CONVOCADOS P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL
01	RARIDADE	APROVADO	-----
02	VENCOLI BRASIL	APROVADO	-----

03	PKB	REPROVADO-DESCRIPTIVO NÃO CONSTA ALCOOL SEQUESTRANTE,POLIMEROS,AGENTE DE NEUTRALIZAÇÃO PRINCIPIO ATIVO 99%	J P DE LIMA
04	LUIZ MINIOLI	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	COMERCIAL STORINNY
05	NOVA ESPERANÇA	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	RARIDADE
06	RARIDADE	APROVADO	-----
07	HIGI PLUS	REPROVADO-SEM CERDAS TIPO BOLA	BLUNAC
08	EXPRESSÃO	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	AP OESTE
09	COM.STORINNY	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	LUIZ MINIOLI
10	FORNEC. COMERCIO TEXTIL	APROVADO	-----
11	FORNEC. COMERCIO TEXTIL	APROVADO	-----
12	FORNEC. COMERCIO TEXTIL	APROVADO	-----
13	MAYCON	APROVADO	-----
14	JP DE LIMA	APROVADO	-----
15	MAYCON	REPROVADO-A BASE NÃO TEM 30 CM	BLUNAC
16	TIAGO ALEXANDRE	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	FORN.COM.TEXTIL
17	COMERCIALIZZA	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	JP DE LIMA
18	JP DE LIMA	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	AP OESTE
19	JP DE LIMA	REPROVADO – NÃO APRESENTOU DESCRIPTIVO DE FIBRAS CELULÓSICAS VIRGENS,BIODEGRADÁVEL E GRAMATURAD E NO MINIMO 25G/M²	TAYU
20	MAYCON	REPROVADO-NÃO APRESENTOU SISTEMA DE ABERTURA A CHAVE	LUIZ MINIOLI
21	AP OESTE	REPROVADO-NÃO POSSUI BASE DE 40 CM	IMPEL
22	LUIZ MINIOLI	APROVADO	-----
23	VENCOLI	REPROVADO-NÃO APRESENTOU ENZIMAS,AGENTE ANTI-REDEPOSITANTE ETC	AP OESTE
24	PKB	APROVADO	-----
25	JP DE LIMA	REPROVADO – NÃO APRESENTA ABERTURA COM CHAVE	MAYCON
26	HIGI PLUS	REPROVADO-NÃO CONTEM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE,NEM COD DE BARRAS, COMPOSIÇÃO ETC.	EXPRESSÃO COM.
27	NOVA ESPERANÇA	REPROVADO - NÃO APRESENTOU COMPOSIÇÃO NEM CODIGO DE BARRAS	HIGI PLUS

28	NOVA ESPERANÇA	REPROVADO - NÃO APRESENTOU COMPOSIÇÃO NEM CODIGO DE BARRAS	EXPRESSÃO
29	EXPRESSÃO	REPROVADO - NÃO APRESENTOU AMOSTRA	NOVA ESPERANÇA
30	EXPRESSÃO	REPROVADO- NÃO APRESENTOU AMOSTRA	LUIZ MINIOLI
31	EXPRESSÃO	REPROVADO- NÃO APRESENTOU AMOSTRA	NOVA ESPERANÇA
32	AP OESTE	APROVADO	-----
33	JP DE LIMA	APROVADO	-----
34	RARIDADE	APROVADO	-----
35	BLUNAC	REPROVADO-SEM PEGADOR EM CIMA	EXPRESSÃO
36	STORINNY	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	BLU DISTRIB
37	LUIZ MI-NIOLI	REPROVADO - NÃO APRESENTOU APROVAÇÃO PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA	MAYCON
38	LUIZ MI-NIOLI	REPROVADO-NÃO APRESENTA RESINAS TERMOPLASTICAS,ANCORA METALICA,	HIGI PLUS
39	PKB	REPROVADO - NÃO APRESENTOU	LUIZ MINIOLI
40	LUIZ MI-NIOLI	REPROVADO - DESCRITIVO NÃO CORRESPONDE	STORINNY
41	BLUNAC	REPROVADO - MEDIDAS NÃO CORRESPONDEM AO DESCRITIVO DO EDITAL	EXPRESSÃO
42	JP DE LIMA	REPROVADO - MEDIDAS NÃO CORRESPONDEM	MÁXIMA
43	RARIDADE	APROVADO	-----
44	BLUNAC	APROVADO	-----
45	VENCOLI	APROVADO	-----
46	HIGI PLUS	REPROVADO- NÃO APRESENTOU AMOSTRA	BLU DISTRIBUIDORA

Obs.; OS LICITANTES INTERESSADOS QUE TIVEREM SUAS AMOSTRAS REPROVADAS DEVERÃO RETIRAR AS MESMAS NO PRAZO DE 24 HORAS DESTA PUBLICAÇÃO.

Douglas Lemos - Pregoeiro
 Maria Benedita - Pregoeira substituta
 Equipe de apoio:
 Adriana Correa
 Carla Claudino
 Franciele Justino
 Pedro Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 01/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO DE DIAGNOSTICO DO RAIOS X DA POLICLINICA DE MACHADOS, ATRAVES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 04/03/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 04/03/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.
 ROBERTO CARLOS DE SOUZA
 Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 31/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, (SOMENTE PARA VEÍCULOS EM GARANTIA DE FÁBRICA), CORRETIVA (MÉDIA/ALTA COMPLEXIDADE) ESTÉTICA NA ÁREA MECÂNICA, ELÉTRICA, FUNILARIA E PINTURA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS NOVOS, TODOS ORIGINAIS DOS FABRICANTES DOS VEÍCULOS PARA ATENDER A FROTA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS- EXCETO POLÍCIA MILITAR, CIVIL E BOMBEIRO MILITAR. Data da entrega dos envelopes: 04/03/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 04/03/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.
 ROBERTO CARLOS DE SOUZA
 Prefeito.

II ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 240/2014 PMN

II ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 240/2014 PMN

Aos 18 dias do mês de fevereiro de 2015 foram analisadas as amostras referente o pregão nº 240/2014 PMN , sendo prolatado o parecer conforme segue:

ITENS	Licitantes 1º colocados	Aprovação/reprovação	LICITANTES 3º COLOCADOS CONVOCADOS P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL
04	TECNOAL	REPROVADO	SEM LICITANTES

Obs.; OS LICITANTES INTERESSADOS QUE TIVEREM SUAS AMOSTRAS REPROVADAS DEVERÃO RETIRAR AS MESMAS NO PRAZO DE 24 HORAS DESTA PUBLICAÇÃO.

DOUGLAS LEMOS
PREGOEIRO

Equipe de Apoio
Carla Claudino
Maria Benedita
Pedro Paulo da Costa
Adriana Correa
Franciele Justino

Nova Trento

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015 – SRP 004

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 017/2015 - Pregão Presencial nº 008/2015 - SRP 004

Objeto: O presente Pregão tem por objeto o Registro de Preços para contratação de serviços técnicos de calceteiro, para execução de reparos no calçamento (paralelepípedos, lajotas e meio-fio) e construção de faixas elevadas, nas vias públicas do Município de Nova Trento, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: 05/03/2015 até as 14:30 horas. Abertura: 05/03/2015 as 14:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 - site: www.novatreto.sc.gov.br; compras@novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2015 – PREGÃO PRESENCIAL 010/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 020/2015 - Pregão Presencial 010/2015

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços gráficos - impressão de Revista Institucional, conforme quantidades e especificações constantes do anexo I, que integra o presente edital.

Julgamento: Menor Preço por Lote Único. Entrega dos envelopes: 06/03/2015 até as 09:30 horas. Abertura: 06/03/2015 - 09:30 horas

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267.3213 - 48.3267.3211 - site: www.novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

RETIFICAÇÃO EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2015

CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2015

RETIFICA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DO CARGO DE PROFESSOR

NÃO HABILITADO DE EDUCAÇÃO RELIGIOSA, COM ALTERAÇÕES

CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO DE EDUCAÇÃO RELIGIOSA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Patrícia Regina Tell Marchi	05/04/1964	-	-	1,0	1,0

Nova Trento, 19 de fevereiro de 2015.

Miliani Piffer Mazzola

Diretora de Recursos Humanos e

Presidente da Comissão de Processo Seletivo

Orleans**PREFEITURA****ERRATA DO EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº003/2015**

ERRATA AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº003/2015

O MUNICIPIO DE ORLEANS, através da Comissão de Processo Seletivo, nomeada pelo Decreto nº 3.658 de 17 de fevereiro de 2014, no uso de suas atribuições legais, torna público a presente errata ao edital de Processo Seletivo nº003/2015.

Nas paginas 08, 09 e 10 onde lê-se PROCESSO SELETIVO Nº001/2014.

Passa a vigorar com a seguinte redação:

Nas paginas 08, 09 e 10, PROCESSO SELETIVO Nº003/2015.

Orleans, SC, 19 de fevereiro de 2015.

VALDAIR DELLA GIUSTINA BAGIO

Presidente da Comissão de Processo Seletivo

Fica homologado a presente ERRATA ao EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº003/2015

Orleans, SC, 19 de fevereiro de 2015.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº015/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº015/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº.015/2015, no dia 04 de Março de 2015, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº015/2015 tem como objeto a aquisição de Carro zero quilômetro, Motocicleta zero quilômetro, Notebooks e Televisores, para realizar a premiação do IPTU 2015 do Município de Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net.

Palhoça, 19 de Fevereiro de 2015.
Pregoeiro.

LEI COMPLEMENTAR Nº 184, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 184, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.
ESTATUTO DOS SERVIDORES. Cria Cargo, Vagas, Atribuições e Remuneração de Agente de Trânsito, alterando a Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criado o cargo de provimento efetivo de Agente de Trânsito, atividade de nível superior, com o respectivo código, atribuições e remuneração, na Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata do Estatuto dos Servidores Municipais de Palhoça, subordinado a Diretoria Geral de Trânsito da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 2º O artigo 280 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 280 As carreiras do serviço público municipal serão organizadas em 14 (quatorze) Categorias Funcionais, reunidas segundo a formação e qualificação profissional e graus de complexidade e responsabilidade das atribuições."(NR)

Art. 3º Acrescenta o inciso XV ao artigo 281 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 281 - (...)

XV - Categoria Funcional ANS IV- Atividades de Nível Superior IV - com carga horária de 40 horas (Agente de Trânsito)"(NR)

Art. 4º Fica acrescida a Categoria Funcional de Atividade de Nível

Superior IV de Agente de Trânsito - ANS IV ao inciso I do artigo 297 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010.

Art. 5º Fica criado o inciso XV, que trata da Categoria ANS IV, no Anexo I, da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, Descrição de Cargos, com a seguinte redação:

"XV - ANS IV - Atividades de Nível Superior IV - com carga horária de 40 horas (Agente de Trânsito):"

"Agente de Trânsito: Desempenhar funções com o objetivando aplicar e fiscalizar o cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro - CTB (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997); zelar pela segurança do trânsito no Município de Palhoça; prestar orientações aos usuários; realizar cursos, capacitações e ações municipais de educação para o trânsito; realizar operações em eventos municipais; organizar o trânsito; executar a fiscalização de trânsito, bem como autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis por infrações de circulação, estacionamento e paradas, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, no exercício regular do poder de polícia de trânsito; notificar os condutores e usuários responsáveis pelas infrações de trânsito; realizar a autuação de infrações; auxiliar na travessia de pedestres, quando a necessidade o exigir; coordenar o fluxo de veículo; realizando intervenções para melhoria de tráfego; prestar auxílio aos órgãos Estaduais ou Federais, quando em operações de trânsito de grande vulto; exercer toda a fiscalização da malha viária no Município de Palhoça, exceto Rodovias Estaduais e Federais; atuar em conjunto com demais órgãos de controle de trânsito; interagir com programas sociais governamentais e da sociedade civil; realizar demais operações de trânsito, compreendendo as áreas de tráfego, fluidez, condições do trânsito, estatísticas, estacionamento, parada, transporte e estudos; desempenhar de atividades para coibir fatores que interferem negativamente no trânsito, tais como acidentes, quebra de veículos automotores, infrações e irregularidades, realizar atendimento quando solicitados; prestar informações aos usuários e realizar o planejamento e análises de possíveis alterações do fluxo de trânsito no Município; acompanhar ou conduzir veículo apreendido ou acidentados, até seu depositário legal; utilizar uniforme e equipamentos; realizar atividades compatíveis com o cargo ou delimitadas por ato próprio."

Art. 6º Ficam criadas 40 (quarenta) vagas para o Cargo de Agente de Trânsito, no Anexo II da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata do Quadro de Cargos e Vagas, com a seguinte redação:

(...)

Códigos	Cargos	Quantidade de vagas
ANS IV	AGENTE DE TRÂNSITO	40

(NR)

Art. 7º Fica acrescida ao Anexo III da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata da Tabela de Vencimentos dos cargos de provimento efetivo, citada no artigo 300 da mesma Lei Complementar, a Tabela de Vencimentos da Categoria Funcional ANS IV, com a seguinte redação:

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS
(...)

		A	B	C	D	E	F	G	H	I
ANS IV	NIVEL I	1.200,00	1.344,00	1.505,28	1.685,91	1.888,22	2.114,81	2.368,59	2.652,82	2.971,15
	NIVEL II	1.224,00	1.370,88	1.535,38	1.719,63	1.925,98	2.157,11	2.415,96	2.705,88	3.030,57
	NIVEL III	1.248,48	1.398,30	1.566,09	1.754,02	1.964,50	2.200,25	2.464,28	2.759,99	3.091,18
	NIVEL IV	1.273,45	1.426,26	1.597,41	1.789,10	2.003,79	2.244,25	2.513,57	2.815,19	3.153,01
	NIVEL V	1.298,92	1.454,79	1.629,36	1.824,88	2.043,87	2.289,14	2.563,84	2.871,50	3.216,07
	NIVEL VI	1.324,90	1.483,88	1.661,95	1.861,38	2.084,75	2.334,92	2.615,11	2.928,93	3.280,39

ANS IV - Atividade de Nível Superior IV de Agente de Trânsito.

Art. 8º Os cargos criados pela presente Lei Complementar terão como requisito de investidura a comprovação de nível superior completo, incluindo tecnólogo, devidamente reconhecido pelo MEC, de acordo com inciso VII do art. 12 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010.

Art. 9º Serão considerados como requisitos para investidura e posterior posse aos candidatos postulantes ao cargo de Agente de Trânsito, criados pela presente Lei Complementar, a comprovação de exame físico e de saúde, observados:

§1º Altura:

I - mínima de 1,65m (um metro e sessenta e cinco centímetros) para o sexo masculino;

II - mínima de 1,55m (um metro e cinquenta e cinco centímetros) para o sexo feminino;

§2º Peso:

I - proporcional à altura, conforme tabela de proporcionalidade para ambos os sexos, observando o Índice de Massa Corpórea - IMC preconizado pela Organização Mundial de Saúde - OMS, na seguinte ordem:

a) $IMC = P/A^2$ (peso em quilogramas dividido pela altura em metros, elevada ao quadrado), sendo:

b) IMC = Índice de Massa Corpórea;

c) P = peso do inspecionado em quilogramas; e

d) A = altura do inspecionado em metros, descalço e descoberto.

II - A presente Tabela de Proporcionalidade entre Peso e Altura poderá ser alterada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, de acordo com novos índices, formulas ou cálculos a serem definidos pela Organização Mundial de Saúde - OMS.

§3º Teste físico, a ser definido por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§4º O não cumprimento dos critérios definido pela presente Lei Complementar, implicará na desclassificação do candidato do certame de concurso público.

Art. 10. O Poder Executivo Municipal poderá celebrar instrumento de Convênio com entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, incluindo o Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Polícia Militar, Polícia Civil, Departamento Estadual de Trânsito, para promoção de curso de formação, capacitação e aproveitamento dos Agentes de Trânsito do Município.

Art. 11. Os servidores efetivos de Agente de Trânsito, poderão ser removidos para atividades administrativas vinculadas à Diretoria de Trânsito, por ato próprio da Autoridade Municipal de Trânsito.

Art. 12. A despesa para execução da presente Lei Complementar, corre por conta do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 13. Fica revogada a Lei Municipal nº 2.249, de 27 de dezembro de 2005 e demais disposições contrárias.

Art. 14. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 11 de fevereiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 185, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 185, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

Autoriza a criação da SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA-Palhoça Participações e Parcerias S/A.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I**DA PALHOÇA PARTICIPAÇÕES E PARCERIAS**

Art. 1º Fica o Poder Executivo municipal autorizado a constituir pessoa jurídica de direito privado, sob a forma de sociedade por ações, na modalidade sociedade de economia mista, a ser controlada pelo Município e denominada Palhoça Participações e Parcerias S/A, para o fim específico de:

I - promover, direta ou indiretamente, o desenvolvimento do Município de Palhoça;

II - coordenar, colaborar, implementar, viabilizar ou executar, no âmbito de competência do Município de Palhoça, a implementação de concessões, em quaisquer das modalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004, ou outras formas de associação, parcerias, ações e regimes legais que contribuam ao desenvolvimento, em conformidade com os estudos de viabilidade técnica, legal, ambiental e urbanística aprovados pelos órgãos e autoridades públicas competentes;

III - disponibilizar bens, equipamentos e utilidades para a Administração Pública, direta ou indireta, para concessionários e permissionários de serviço público, ou para outros entes privados, mediante cobrança de adequada contrapartida financeira;

IV - gerir os ativos patrimoniais a ela transferidos pelo Município ou por seus demais acionistas, ou que tenham sido adquiridos a qualquer título;

V - desenvolver e gerenciar programas e projetos estratégicos de Governo.

Art. 2º Para a consecução dos seus objetivos, a Palhoça Participações e Parcerias S/A poderá:

I - comprar e vender participações acionárias, podendo constituir empresas com ou sem propósito específico, firmar parcerias e participar do capital de empresas públicas ou privadas, observada a legislação pertinente;

II - emitir e distribuir valores mobiliários, de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários;

III - prestar garantias reais, fidejussórias e contratar seguros;

IV - explorar, gravar, permutar e alienar onerosamente os bens integrantes de seu patrimônio;

V - elaborar estudos e projetos, especificações e orçamentos, locar, construir e administrar, diretamente ou através de terceiros, projetos e/ou empreendimentos estratégicos;

VI - celebrar, de forma isolada ou em conjunto com a Administração Direta e Indireta do Município, do Estado de Santa Catarina ou da União Federal, com a iniciativa privada ou órgãos e empresas públicas ou de sociedade de economia mista, integrantes da

administração pública direta ou indireta, observada a legislação em vigor, os contratos, convênios ou autorizações que tenham por objeto:

a) a elaboração de estudos que contribuam à execução de seu objeto social;

b) a instituição de concessões, em quaisquer das modalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.987, de 1995, e n.º 11.079, de 2004;

c) a locação, arrendamento, concessão de direito real de uso, direito de superfície ou outra modalidade, de instalações e equipamentos ou outros bens móveis ou imóveis;

VII - participar como instituidor ou quotista de um ou mais fundos de investimento ou fundo garantidor de obrigações pecuniárias, em modalidades consistentes com os objetivos da Palhoça Participações e Parcerias S/A, administrados e geridos por entidades profissionais devidamente habilitadas pela Comissão de Valores Mobiliários-CVM, na forma da legislação pertinente, observado ainda que:

a) os fundos de que trata o presente inciso deverão possuir natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos quotistas, sendo sujeitos a direitos e obrigações próprios, na forma da legislação aplicável;

b) para efeitos do presente inciso, os fundos deverão ter por finalidade a segregação e valorização dos ativos, visando à realização de investimentos que contribuam, de forma relevante, ao desenvolvimento do Município de Palhoça, ou ainda servir como garantia a contratos firmados pela Palhoça Participações e Parcerias S/A;

c) os fundos poderão contar com a participação de outros investidores quotistas, públicos ou privados, desde que tal participação não seja inconsistente com a finalidade referida na alínea "b" deste inciso;

d) o fundo ou seu respectivo administrador, conforme o caso deverá ser selecionado por procedimento licitatório ou outro procedimento autorizado na forma da legislação aplicável;

e) fica a Palhoça Participações e Parcerias S/A autorizada a subcrever e integralizar quotas do fundo com quaisquer dos seus bens, pelo valor de suas respectivas avaliações, podendo instituir encargos e obrigações, vinculadas aos referidos bens imóveis e demais bens e direitos;

VIII - assumir, total ou parcialmente, direitos e obrigações decorrentes dos contratos de que trata o inciso VI deste artigo;

IX - contrair empréstimos e emitir títulos, nos termos da legislação em vigor;

X - promover desapropriações, diretamente ou mediante outorga de poderes à concessionária.

§1º A Palhoça Participações e Parcerias S/A poderá integralizar os imóveis e outros ativos mobiliários e imobiliários de seu patrimônio nos fundos de que trata o inciso VII deste artigo, bem como em sociedades ou "sociedade de propósito específico - SPE" que vier a fazer parte para consecução de seus objetivos sociais, observada a legislação pertinente.

§2º Fica autorizado o Poder Executivo a outorgar à Palhoça Participações e Parcerias S/A, por meio de Decreto, a gestão de serviços de interesse local e bens de que for detentor, para serem alocados em projetos de investimento, na forma deste artigo.

Art. 3º Poderão ser cedidos ou transferidos à Palhoça Participações e Parcerias S/A:

I - direitos relativos aos créditos tributários, inclusive aqueles parcelados, inscritos ou não em dívida ativa;

II - bens imóveis;

III - ações ordinárias ou preferenciais de titularidade do Município e de entidades da administração indireta do Município, no capital de sociedades anônimas, que não sejam necessárias para assegurar o exercício do respectivo poder de controle em caráter incondicional;

IV - títulos da dívida pública, emitidos na forma da legislação aplicável;

V - Certificados de Potencial Adicional de Construção-CEPAC, emitidos pelo Município no âmbito da Operação Urbana Consorciada e/ou outros mecanismos que importem na transferência/ampliação/outorga onerosa do direito de construir em imóveis localizados no território de Palhoça;

VI - outros bens e direitos de titularidade direta ou indireta do Município, recursos federais, estaduais ou de outra forma oriundos de suas participações constitucionais, cuja transferência independa de autorização legislativa específica, na forma da lei.

VII - outorgas de serviços públicos, tais como a captação e distribuição de água, a captação e destinação do esgoto, a coleta e destinação dos resíduos sólidos, espaços publicitários, estacionamentos e outros que venham a ser definidos no regulamento.

Art. 4º A Palhoça Participações e Parcerias S/A terá sede e foro no Município de Palhoça.

Art. 5º A Palhoça Participações e Parcerias S/A operará mediante o regime de capital social autorizado, que será composto por ações ordinárias e preferenciais nominativas, sem valor nominal, podendo seus acionistas integralizá-lo em dinheiro, ou em bens e direitos avaliados na forma da legislação pertinente.

§ 1º Poderão participar do capital da Palhoça Participações e Parcerias S/A a União, o Estado de Santa Catarina, bem como as respectivas entidades da Administração Indireta, ou ainda investidores privados, desde que o Município mantenha, no mínimo, a titularidade direta da maioria das ações com direito a voto, observado o disposto no §2º deste artigo.

§ 2º A Palhoça Participações e Parcerias S/A poderá assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos à negociação em bolsa ou mercado de balcão, desde que resguardado ao Município direito de veto em determinadas matérias relevantes de competência do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral.

§ 3º A Palhoça Participações e Parcerias S/A deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, conforme regulamento.

§ 4º O Poder Executivo deverá fixar o capital autorizado inicial, na Assembleia Geral de constituição da Companhia, com base nos valores apurados em decorrência da avaliação da Operação, com a observância dos requisitos legais.

Art. 6º A sociedade será administrada por uma diretoria composta de até três membros, e por um Conselho de Administração, composto de até sete membros, e terá, em caráter permanente, um Conselho Fiscal.

§ 1º Os membros da Diretoria e do Conselho de Administração da Palhoça Participações e Parcerias S/A serão indicados na forma estabelecida no Estatuto Social da Companhia, garantida ao Município a maioria dos seus membros.

§ 2º A remuneração dos administradores e conselheiros será fixada em assembleia geral de acionistas.

Art. 7º Os recursos obtidos pela Palhoça Participações e Parcerias S/A e demais receitas serão depositados em conta específica da própria Companhia ou de fundo de investimento ou garantidor de obrigações pecuniárias com o qual a Palhoça Participações e Parcerias S/A tenha relação, como quotista ou como beneficiária.

§ 1º Os recursos poderão ser empregados no pagamento de despesas operacionais, terrenos, pagamento de empréstimos ou de valores garantidos, custos de carregamento, custódia e administração.

§ 2º Enquanto não forem efetivamente utilizados, os recursos serão aplicados em títulos públicos federais ou outros investimentos considerados de baixo risco, objetivando a manutenção de seu valor real.

CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 9º A subscrição e a integralização do capital social desta companhia, por meio de bens imóveis do Município na forma proposta por esta Lei Complementar deverão obedecer a legislação vigente.

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 12 de fevereiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.188, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

LEI Nº 4.188, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

REVOGAÇÃO. Fica Revogada a Lei nº 3.539, de 04 de outubro de 2011.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei Municipal nº 3.539, de 04 de outubro de 2011, que trata da instalação de decks e coberturas para os bares, restaurantes, cafeterias, casas de chá e panificadoras.

Art. 2º O art. 113, incisos V e IX da Lei Municipal nº 19/1993 volta a vigorar, com sua redação originária.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 11 de fevereiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.189, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

LEI Nº 4.189, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

CONVÊNIO. Autoriza o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável a firmar instrumento de Convênio com entidades que define.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável, autorizado a firmar instrumento de convênio, fomento, parceria e/ou cooperação com entidades públicas, particulares e da sociedade civil, objetivando o crescimento econômico e sustentável do Município

Art. 2º O instrumento poderá ser celebrado com órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal, com o Poder Executivo, Judiciário e Legislativo, incluindo o Ministério Público, os Tribunais de Contas e ainda com:

I - Empresas públicas, Empresas de economia mista e ou exploradores de atividades econômicas;

II - Instituições bancárias, financeiras ou econômicas;

III - Autarquias e Fundações públicas e particulares, incluindo as Secretarias do Município de Palhoça;

IV - Entidades de ensino superior ou técnico, públicas ou da iniciativa privada;

V - Consórcios públicos, Concessionárias de serviços públicos, Agências Nacionais de fiscalização e controle;

VI - Órgãos ou Conselhos representativos de classe profissional, Sindicatos patronais ou de trabalhadores, Cooperativas de créditos ou de trabalho, Confederação ou Federação;

VII - Serviços Sociais Autônomos integrantes do sistema "S", Organizações Não Governamentais - ONG's, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP's e o Sistema Nacional de Emprego - SINE;

VIII - Associações comerciais, Associações classistas, Juntas Comerciais Estaduais, Pessoas jurídicas sem fins lucrativos ou econômicos, declaradas ou não de utilidade pública, incluindo associações comunitárias de moradores;

IX - Tabelionatos ou Cartórios de Registros Públicos, Notas e Protestos, Ofícios de Registro Imobiliários;

X - Pessoas jurídicas de fomento tecnológico, científico, de desenvolvimento econômico, social e sustentável.

Art. 3º Fica autorizado o representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável a elaborar e firmar os respectivos instrumentos, em termo próprio, devendo manter publicações, registros e arquivos.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 11 de fevereiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.190, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

LEI Nº 4.190, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

RECEITA FEDERAL. Autoriza Parcelamento de Débitos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a parcelar dívida junto a Receita Federal, de contribuições do PASEP, no valor de até R\$ 622.476,60 (seiscentos e vinte e dois mil, quatrocentos e setenta e seis reais e sessenta centavos), devidamente corrigido de acréscimos legais.

Parágrafo Único. A dívida constante do art. 1º será parcelada em 60 (sessenta) parcelas mensais, com vencimento no dia 15 de cada mês, mediante débito em conta, no Banco Caixa Econômica Federal, Agência 1784, Conta 00000002-2, Operação 006.

Art. 2º As despesas desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente, suplementada se necessário, sendo consignado nos orçamentos anual e plurianual dotações específicas para o pagamento das contribuições correntes, e para a amortização do principal acessórios resultantes do parcelamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 12 de fevereiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.191, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

LEI Nº 4.191, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

DOAÇÃO. Autoriza receber por doação imóvel localizado no Aririú, neste Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a receber, por doação de Carlos Aroldo de Rezende, duas áreas de terra, parte da matrícula 46.609, folha 118, do livro 2 JJ, sem encargos para prolongamento viário das seguintes áreas:

I - Área A: De 289,05 m², para prolongamento da Rua "I" do Loteamento Parque Empresarial Lumis, identificada como área A2 do Projeto em anexo.

II - Área B: De 306,00 m², para prolongamento da Rua "F" do loteamento Parque Residencial Lumis, identificada como área A5 do Projeto em anexo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 12 de fevereiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.193, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

LEI Nº 4.193, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

Institui o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas. Dispõe sobre normas para licitação e contratação de parcerias público-privadas no âmbito do Município de Palhoça.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica criado o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, destinado a promover, fomentar, coordenar, regular e fiscalizar a estruturação e a celebração de parcerias público-privadas no âmbito do Município de Palhoça.

§1º O Programa mencionado neste artigo será desenvolvido no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município.

§2º Para efeitos desta Lei, podem ser considerados projetos de interesse público aqueles inerentes às atribuições da Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta.

Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

§1º Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos de que trata a Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

§2º Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta.

§3º É vedada a celebração do contrato de parceria público-privado cujo:

I - valor seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); ou

II - objeto único seja fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

Art. 3º As concessões patrocinadas e as concessões administrativas regem-se por esta Lei e pelas Leis Federais nº 11.079, de 31 de dezembro de 2004, n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, no que for aplicável.

Art. 4º O Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas observará as seguintes diretrizes:

I - eficiência no cumprimento das missões de Estado e no emprego dos recursos da sociedade;

II - respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução;

III - indelegabilidade das funções de regulação, jurisdicional, do exercício do poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Estado;

IV - responsabilidade fiscal na celebração e execução das parcerias público-privadas;

V - transparência dos procedimentos e das decisões;

VI - repartição objetiva de riscos entre as partes; e

VII - sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas das parcerias público-privadas.

Capítulo II**DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

Art. 5º Podem ser objeto de parcerias público-privadas, dentre outras, as atividades de:

I - implantação, ampliação, melhoria, reforma, manutenção ou gestão de infraestrutura pública;

II - prestação de serviço público;

III - exploração de bem público; e

IV - exploração de direitos de natureza imaterial de titularidade do Município.

Parágrafo Único. O edital de licitação poderá prever, em favor do parceiro privado, outras fontes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, conferir maior sustentabilidade financeira ou projeto ou propiciar menor contraprestação governamental.

Capítulo III**DO CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA MUNICIPAL DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

Art. 6º Fica instituído o Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Planejamento, com as seguintes atribuições:

I - definir atividades, obras ou serviços considerados prioritários;

II - determinar ou autorizar a realização de estudos preliminares para comprovação da viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica dos projetos;

III - apreciar manifestações de interesse de parceiros privados visando a participação em projetos de parcerias público-privadas;

IV - fixar procedimentos necessários à contratação de parcerias público-privadas, inclusive aprovar seus respectivos editais;

V - fiscalizar a execução das parcerias público-privadas;

VI - opinar sobre alteração, revisão, rescisão, prorrogação ou renovação dos contratos de parceria público-privada;

VII - editar manual de orientação técnica para parcerias público-privadas firmadas pelo Município; e

VIII - elaborar o seu Regimento Interno.

Art. 7º O Conselho Gestor terá sua composição e atribuições definidas por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§1º Poderão participar das reuniões, com direito a voz e sem direito a voto, os titulares ou representante de órgãos e entidades da Administração Municipal que tiverem interesse em determinado projeto de parceria público-privada.

§2º O Conselho Gestor deliberará mediante voto da maioria de seus membros, tendo o Presidente direito ao voto de qualidade,

em caso de empate.

Capítulo IV DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Art. 8º As pessoas jurídicas de direito público ou privado poderão manifestar interesse ao Conselho Gestor em apresentar projetos, estudos, levantamentos ou investigações que subsidiem a modelagem dos contratos, solicitando a sua inclusão no Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas.

Parágrafo Único. Os procedimentos gerais para registro, seleção e aprovação dos projetos, estudos, levantamentos ou investigações deverão ser definidos por meio de ato próprio do Conselho Gestor.

Art. 9º A autorização do Conselho Gestor para a realização de projetos, estudos, levantamentos ou investigações mencionados no artigo anterior não:

I - envolve qualquer compromisso ou obrigação econômica por parte do Município;

II - significa preferência ao parceiro privado;

III - obriga o Município a realizar licitação para contratação da parceria público-privada sugerida;

IV - cria, direta ou indiretamente, qualquer direito ao ressarcimento dos valores envolvidos na elaboração de projetos e estudos por parte do Município; e

V - implica em qualquer compromisso, responsabilidade ou obrigação do Município em aceitar os estudos ou ressarcir seus custos.

Art. 10. Caso os estudos e projetos desenvolvidos pelo parceiro privado sejam adotados pelo Município, o ressarcimento dos custos de sua elaboração poderá ser previsto no edital de licitação como responsabilidade parcial ou integral do vencedor da licitação.

Capítulo V DA LICITAÇÃO

Art. 11. A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade de concorrência, estando a abertura do processo licitatório condicionada à submissão da minuta de edital e de contrato à consulta pública, mediante publicação na imprensa oficial, em jornais de grande circulação e por meio eletrônico, fixando-se prazo mínimo de 30 (trinta) dias para recebimento de sugestões.

Art. 12. O instrumento convocatório conterá minuta do contrato de concessão, podendo ainda prever:

I - exigência de garantia de proposta do licitante;

II - o emprego dos mecanismos privados de resolução de disputas, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, nos termos da Lei Federal n.º 9.307, de 23 de setembro de 1996, para dirimir conflitos decorrentes ou relacionados ao contrato.

Parágrafo Único. O edital deverá especificar, quando houver, as garantias da contraprestação, subsídios ou quaisquer pagamentos do parceiro público ao parceiro privado.

Art. 13. O certame para a contratação de parcerias público-privadas obedecerá ao procedimento previsto na legislação vigente sobre licitações e contratos administrativos.

Capítulo VI DOS CONTRATOS DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

Art. 14. Os contratos de parceria público-privada deverão prever:

I - as metas e os resultados a serem atingidos, o cronograma de execução e os critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados;

II - as penalidades aplicáveis aos parceiros público e privado em caso de inadimplemento contratual;

III - a repartição de riscos entre as partes; e

IV - as regras e procedimentos para conhecimento de eventual pleito de reequilíbrio econômico-financeiro.

§1º O poder concedente poderá recompor a equação econômico-financeiro do contrato de parceria público-privada por meio de:

I - aumento de valor da tarifa paga pelo usuário;

II - aumento no valor da contraprestação paga pelo poder concedente;

III - extensão de prazo de concessão; ou

IV - pagamento em espécie ou por meio de títulos em montante equivalente ao valor do desequilíbrio apurado.

§2º A decisão final sobre pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser precedida de estudo técnico que comprove o maior custo benefício para o Município do instrumento de reequilíbrio proposto.

§3º As cláusulas contratuais de atualização automática de valores baseadas em índices e fórmulas matemáticas, quando houver, serão aplicadas sem necessidade de homologação pela Administração Pública;

§4º Os contratos poderão prever adicionalmente:

I - os requisitos e condições em que o parceiro público autorizará a transferência do controle da sociedade de propósito específico para os seus financiadores, com o objetivo de promover a sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços;

II - a possibilidade de emissão de empenho em nome dos financiadores do projeto em relação às obrigações pecuniárias da Administração Pública; e

III - a legitimidade dos financiadores do projeto para receber indenizações por extinção antecipada do contrato, bem como pagamentos efetuados pelos fundos e empresas estatais garantidores das parcerias público-privadas.

Art. 15. A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por:

I - tarifa cobrada dos usuários;

II - recursos do Tesouro Municipal ou de entidade da Administração Indireta Municipal;

III - cessão de créditos não tributários;

IV - outorga de direitos em face da Administração Pública;

V - outorga de direitos sobre bens públicos dominiais; e

VI - outros meios admitidos em Lei.

Parágrafo Único. O contrato poderá prever o pagamento ao parceiro privado de remuneração variável vinculada ao seu desempenho, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade definidos no contrato.

Art. 16. A contraprestação a ser paga pela Administração Pública ao parceiro provado será obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço objeto do contrato de parceria público-privada.

§1º É facultado à Administração Pública, nos termos do contrato, efetuar o pagamento da contraprestação relativa à parcela fruível de serviço objeto do contrato de parceria público-privada.

§2º O contrato poderá prever o aporte de recursos em favor do parceiro privado para a construção ou aquisição de bens reversíveis, nos termos dos incisos X e XI do caput do artigo 18 da Lei Federal n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e na forma estabelecida pela Lei Federal n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

Art. 17. Sem prejuízo das sanções previstas na legislação pertinente, o contrato poderá prever, para a hipótese de inadimplemento da obrigação pecuniária a cargo da Administração Pública, o acréscimo de multa de 2% (dois por cento) e juros, segundo a taxa que estiver em vigor para a mora no pagamento de impostos devidos à Fazenda Municipal.

Art. 18. São obrigações do contratado de parceria público-privada:

I - demonstrar capacidade técnica, econômica e financeira para a execução do contrato;

II - assumir compromissos de resultados definidos pela Administração Pública, facultada a escolha dos meios para a execução do contrato, nos limites previstos no instrumento;

III - submeter-se a controle estatal permanente dos resultados, como condição da percepção da remuneração e pagamento; e

IV - submeter-se à fiscalização da Administração Pública, facultando o livre acesso dos agentes públicos às instalações, informações e documentos relativos ao contrato, inclusive os registros contábeis.

Parágrafo Único. À Administração Pública compete declarar de utilidade pública área, local ou bem que sejam adequados ao desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao objeto de contrato de parceria público-privado e à implementação de projeto associado, bem como promover diretamente a sua desapropriação, passando a caber ao Parceiro Privado os ônus e encargos decorrentes da liquidação e pagamento das indenizações.

Capítulo VII DAS GARANTIAS

Art. 19. As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria público-privado poderão ser garantidas mediante:

I - vinculação de receitas, observado o disposto no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal;

II - instituição ou utilização de fundos especiais previstos em lei;

III - contratação de seguro-garantia com as companhias seguradoras que não sejam controladas pelo Poder Público;

IV - garantia prestada por organismos internacionais ou instituições financeiras que não sejam controladas pelo Poder Público;

V - garantias prestadas por fungo garantidor ou empresa estatal criada para essa finalidade; e

VI - outros mecanismos admitidos em Lei.

Capítulo VIII DA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

Art. 20. Antes da celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria público-privada.

§1º A sociedade de propósito específico poderá assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos a negociação no mercado.

§2º Fica vedado à Administração Pública ser titular da maioria do capital votante das sociedades de que trata este Capítulo.

Capítulo IX DO FUNDO GARANTIDOR DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Art. 21. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a instituir Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas, com a finalidade de prestar garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas nos contratos de parcerias público-privadas.

Parágrafo Único. O Fundo Garantidor responderá por suas obrigações com os bens e direitos integrantes de seu patrimônio.

Art. 22. O Fundo Garantidor será constituído pelo aporte dos seguintes créditos, bens e direitos, na forma de seu regulamento:

I - ativos de propriedade do Município, excetuados os de natureza tributária que configurem impostos;

II - bens móveis e imóveis, inclusive ações ordinárias ou preferenciais de titularidade do Município, ou de suas entidades da Administração Indireta, representativos do capital social de empresas públicas ou sociedades de economia mista;

III - títulos da dívida pública;

IV - recursos orçamentários;

V - receitas de contratos de parcerias público-privada;

VI - rendimentos provenientes de depósitos bancários e outras aplicações financeiras dos recursos do próprio Fundo;

VII - doações, auxílios, contribuições ou legados; e

VIII - outras receitas que venham a ser destinadas ao Fundo.

Art. 23. O Fundo Garantidor será gerido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Planejamento, com poderes para administrar os recursos financeiros em conta vinculada ou para promover a alienação de bens gravados, segundo condições previamente definidas em regulamento próprio.

Art. 24. As condições para concessão de garantias pelo Fundo Garantidor, bem como as modalidades de utilização dos recursos do Fundo Garantidor por parte do beneficiário devem ser definidas em regulamento.

Parágrafo Único. Em caso de inadimplemento, os bens e direitos

do Fundo Garantidor pode ser objeto de constrição judicial e alienação, a fim de que sejam satisfeitas as obrigações garantidas.

Art. 25. As garantias do Fundo Garantidor serão prestadas nas seguintes modalidades:

I - fiança, sem benefício de ordem para fiador;

II - penhor de bens móveis ou de direitos integrantes do Fundo Garantidor;

III - hipoteca de bens imóveis do patrimônio do Fundo Garantidor;

IV - alienação fiduciária dos bens do Fundo; e

V - outros contratos que produzem efeito de garantia.

Art. 26. O Fundo Garantidor poderá prestar contra garantia a seguradoras, instituições financeiras e organismos internacionais que garantirem o cumprimento das obrigações pecuniárias dos contratos de parceria público-privadas.

Art. 27. A dissolução do Fundo Garantidor ficará condicionada à prévia quitação da totalidade dos débitos garantidos ou liberação das garantias pelos credores.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data na sua publicação.

Palhoça, 12 de fevereiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 05 de março de 2014, às 14:00h, o recebimento e abertura das propostas, e para o dia 10 de março de 2014, às 14:00h, a sessão de lances do PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, que tem por objeto a aquisição de materiais de higiene e limpeza para atender as necessidades de diversos programas da Secretaria de Assistência Social, através de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net.

Palhoça, 19 de fevereiro de 2015.
A PREGOEIRA.

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 23/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 23/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 11/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, BRINQUEDOS, JOGOS EDUCACIONAIS E UNIFORMES. Data da entrega dos envelopes: 05/03/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 05/03/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 19 de Fevereiro de 2015.
Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal.

PROCESSO 24/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 24/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 12/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS. Data da entrega dos envelopes: 06/03/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 06/03/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 19 de Fevereiro de 2015.
Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal.

PROCESSO 25/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 25/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 13/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PRIMEIROS SOCORROS UTILIZADOS NO ESPORTE. Data da entrega dos envelopes: 04/03/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 04/03/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 19 de Fevereiro de 2015.
Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

CONTRATO Nº 003/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº 003/2015, Referente ao Pregão Presencial Nº 001/2015. Objeto: Aquisição de medicamentos diversos para uso emergencial, prescrito por médicos, constantes do GUIA DA FARMACIA. Contratada: JULIANO LARGURA & CIA LTDA, totalizando o montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), e o percentual de desconto sobre os valores contidos no guia da farmácia será de 17% (dezessete por cento) para cada medicamento entregue. Vigência: A contagem do prazo deste contrato se iniciará na data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2015 ou quando a quantidade terminar, o que expirar primeiro.

Papanduva/SC, 12 de fevereiro de 2015
Marli dos Santos da Cunha Ramos
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Passos Maia

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 0012/2015

EXTRATO DE CONTRATO N. 0012/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0017/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0006/2015

OBJETO: O presente instrumento contratual tem como objeto a prestação de serviços de organização, elaboração e realização de Concurso Público, para admissão de novos servidores do Município Contratante.

VALOR: Pelos serviços a serem prestados, o contratante pagará à contratada a importância total de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até o dia 31 de dezembro de 2015, iniciando-se na data da sua assinatura.

Passos Maia-SC, 19 de fevereiro de 2015.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 0015/2015

EXTRATO CONTRATO n. 0015/2015

PROCESSO LICITATORIO n. 0010/2015

PREGÃO PRESENCIAL n. 0010/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: EMBRIOSEM EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA-EPP

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de sêmen de touros das raças Holandesa e Jersey, luvas e bainhas especiais para inseminação artificial, bem como Nitrogênio

Valor: Os preços, certos e ajustados entre as partes, são da seguinte ordem:

Itens	Especificação	Und.	Quant.	Valor Und.	Valor Total
1.	Doses de sêmen de um touro da raça holandesa preto e branco , com as seguintes características mínimas: TPI maior ou igual a 1.800 Leite maior ou igual a 950 libras Vida produtiva maior ou igual a 1.5 Células somáticas menor ou igual a 3.1 Facilidade de parto menor ou igual a 5.5 Composto de pernas e pés maior ou igual a 0.5 Composto de úbere positivo Ligamento central maior ou igual a 0.5 Confiabilidade para produção maior ou igual a 95% Prova do touro a partir de dezembro/2014, na base americana ou "İnterbull"	Dose	1.500	14,95	22.425,00
TOTAL				R\$ 22.425,00	

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 31 de dezembro de 2015.

Passos Maia, SC, 19 de fevereiro de 2015.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 0016/2015

EXTRATO CONTRATO n. 0016/2015
PROCESSO LICITATORIO n. 0010/2015
PREGÃO PRESENCIAL n. 0010/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC
Contratada: NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA
Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de sêmen de touros das raças Holandesa e Jersey, luvas e bainhas especiais para inseminação artificial, bem como Nitrogênio
Valor: Os preços, certos e ajustados entre as partes, são da seguinte ordem:

Itens	Especificação	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
3	Luvas especiais para inseminação artificial, caixas com 100 und.	Caixa	50	45,00	2.250,00
4	Bainhas para inseminação artificial, pacotes com 50 und.	Pacote	40	18,00	720,00
5	Nitrogênio	Litros	400	4,60	1.840,00
TOTAL					4.810,00

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 31 de dezembro de 2015.

Passos Maia, SC, 19 de fevereiro de 2015.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 0018/2015

EXTRATO CONTRATO n. 0018/2015
PROCESSO LICITATORIO n. 0009/2015
PREGÃO PRESENCIAL n. 0009/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC
Contratada: ELENIR BELONIRA DENARDIN MEI
Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de materiais de higiene e limpeza.
Valor: Pelas matérias de higiene e limpeza objeto do presente contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 19.300,00 (dezenove mil e trezentos reais).
Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 31 de dezembro de 2015.

Passos Maia, SC, 19 de fevereiro de 2015.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 0019/2015

EXTRATO CONTRATO n. 0019/2015
PROCESSO LICITATORIO n. 0009/2015
PREGÃO PRESENCIAL n. 0009/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC
Contratada: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME
Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de materiais de higiene e limpeza.
Valor: Pelas matérias de higiene e limpeza objeto do presente contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de

R\$ 34.085,05 (trinta e quatro mil oitenta e cinco reais e cinco centavos).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 31 de dezembro de 2015.

Passos Maia, SC, 19 de fevereiro de 2015.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 0020/2015

EXTRATO CONTRATO n. 0020/2015
PROCESSO LICITATORIO n. 0009/2015
PREGÃO PRESENCIAL n. 0009/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC
Contratada: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME
Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de materiais de higiene e limpeza.
Valor: Pelas matérias de higiene e limpeza objeto do presente contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 42.623,50 (quarenta e dois mil seiscentos e vinte três reais e cinquenta centavos).
Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 31 de dezembro de 2015.

Passos Maia, SC, 19 de fevereiro de 2015.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 0021/2015

EXTRATO CONTRATO n. 0021/2015
PROCESSO LICITATORIO n. 0009/2015
PREGÃO PRESENCIAL n. 0009/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC
Contratada: SCS COMÉRCIO LTDA
Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de materiais de higiene e limpeza.
Valor: Pelas matérias de higiene e limpeza objeto do presente contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 41.829,00 (quarenta e um mil oitocentos e vinte e nove reais).
Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 31 de dezembro de 2015.

Passos Maia, SC, 19 de fevereiro de 2015.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº. 0017/2015

EXTRATO CONTRATO n. 0017/2015
PROCESSO LICITATORIO n. 0009/2015
PREGÃO PRESENCIAL n. 0009/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC
Contratada: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME
Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de materiais de higiene e limpeza.
Valor: Pelas matérias de higiene e limpeza objeto do presente contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 32.906,00 (trinta e dois mil novecentos e seis reais).
Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 31 de dezembro de 2015.

Passos Maia, SC, 19 de fevereiro de 2015.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 540, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 540, de 04 de fevereiro de 2015.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital n.º 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem Instrutores de Informática aprovados, para preenchimento das vagas remanescentes;

Considerando o início do ano letivo e a necessidade de contratação de profissionais para suprir a demanda;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, a senhora FERNANDA PATRICIA RAVARENA PAZ para ocupar o cargo de INSTRUTOR DE INFORMÁTICA, símbolo TC-20, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-a junto à Secretaria Municipal da Educação e Esportes, pelo período de 04/02/2015 a 22/12/2015.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo I, da Lei Complementar Municipal nº 024, de 29 de junho de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 04 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 541, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 541, de 04 de fevereiro de 2015.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a inexistência de profissionais disponíveis no quadro permanente de servidores municipais para atendimento da demanda da rede municipal de ensino;

Considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado 002/2013, levado a efeito pelo Edital n.º 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei

Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, a senhora CRISTIANE BIOTTO RIBEIRO, para ocupar o cargo de MONITOR DE CRECHE, símbolo TC-18, carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotando-a junto à Secretaria Municipal da Educação e Esportes, para desenvolver as atividades de seu cargo nas dependências do Centro de Educação Infantil Branca de Neve, pelo período de 04/02/2015 a 22/12/2015.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo IV, da Lei Complementar Municipal nº 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 04 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 542, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 542, de 04 de fevereiro de 2015.

"NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a senhora SALETE APARECIDA ANKLER, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor de Secretaria, símbolo ASS-12, estando lotada junto à Secretaria Municipal da Educação e Esportes, cumprindo uma carga horária mínima de 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 04 de fevereiro de 2015.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora nomeada fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo I da Lei Complementar Municipal nº 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 2º. Fica concedido à servidora, conforme art. 48, § 1º, da Lei Complementar 018, de 03 de agosto de 2005, o adicional de representação de 70% (setenta por cento) sobre seu vencimento contratual.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se

Passos Maia-SC, 04 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 543, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 543, de 04 de fevereiro de 2015.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORÁRIO, DESIGNA FUNÇÃO DE DIRETOR DE ESCOLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de contratar profissional para Coordenar as atividades da Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR a senhora ROSIMAR NUNES DE SOUZA, para ocupar o cargo de Professor, símbolo PD/C-III, estando lotada junto à Secretaria Municipal da Educação e Esportes, cumprindo uma carga horária mínima de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 04/02/2015 a 22/12/2015.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto na Lei Complementar n. 002, de 14 de setembro de 1998.

Art. 2º. DESIGNAR a servidora ora contratada para assumir a função de Diretora da Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida, da Comunidade de Zumbi dos Palmares.

Art. 3º. Para o exercício do cargo a servidora fará jus ao adicional de representação de 60% (sessenta por cento), conforme disposto no art. 48, § 2º da Lei Complementar 018/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se

Passos Maia-SC, 04 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 544, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 544, de 04 de fevereiro de 2015.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de contratar profissional para Coordenar as atividades da Associação de Pais e Amigos de Excepcionais - APAE - do Município, no exercício de 2015;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR a senhora CHARLI REGINA DALL AQUA NUNES, para ocupar o cargo de Professor, símbolo PD/C-III, estando lotada junto à Secretaria Municipal da Educação e Esportes, cumprindo uma carga horária mínima de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 04/02/2015 a 22/12/2015.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto na Lei Complementar n. 002, de 14 de setembro de 1998.

Art. 2º. Ceder a servidora ora contratada para ocupar o cargo de Diretora da Associação de Pais e Amigos de Excepcionais - APAE - do Município de Passos Maia.

Art. 3º. Para o exercício do cargo a servidora fará jus ao adicional de representação de 60% (sessenta por cento), conforme disposto no art. 48, § 2º da Lei Complementar 018/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se

Passos Maia-SC, 04 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 546, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 546, de 04 de fevereiro de 2015.

"CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a inexistência de profissionais disponíveis no quadro permanente de servidores municipais para atendimento da demanda de Auxiliares de Serviços Gerais na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital n.º 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem Auxiliares de Serviços Gerais aprovados, para preenchimento das vagas remanescentes;

Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias de excepcional interesse público;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, as servidoras abaixo relacionadas para ocuparem o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Símbolo SG-13, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotando-as na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, pelo período de 04/02/2015 a 22/12/2015:

Nome	Cargo	C. horária	Local de Trabalho
Ivone Maria Vieira	Aux. de Serviços Gerais	20 horas	Sec. Mun. do Des. Social

Marlene Aguilera Sangalli	Aux. de Serviços Gerais	20 horas	Sec. Mun. do Des. Social
---------------------------	-------------------------	----------	--------------------------

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, as servidoras ora contratadas farão jus ao vencimento mensal previsto no anexo V, da Lei Complementar Municipal nº 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 04 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 547, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 547, de 04 de fevereiro de 2015.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital n.º 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem Professores aprovados, para preenchimento da vaga em questão;

Considerando o início do ano letivo e a necessidade de contratação de professores para suprir a demanda;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, a senhora SANDRA MARA SAAD JOSÉ para ocupar o cargo de Professor Sem Habilitação, símbolo PSH, carga horária de 30 (Trinta) horas semanais, lotando-a junto à Secretaria Municipal da Educação e Esportes, estando à disposição da EEIEF Nossa Senhora Aparecida, pelo período de 04/02/2015 a 22/12/2015.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto na Lei Complementar n. 002, de 14 de setembro de 1998.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 04 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 548, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 548, de 05 de fevereiro de 2015.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a concessão de aposentadoria ao servidor Ivanir João Mendes, conforme a Portaria n. 529, de 23 de janeiro de 2015;

Considerando a necessidade de contratar em caráter temporário, servidor para desempenhar as atividades do cargo de Motorista (Ônibus Escolar), na Secretaria Municipal da Educação e Esportes; Considerando que se encontra em andamento a realização de concurso público para preenchimento da vaga em questão, com conclusão prevista para o final do mês de abril do corrente ano; Considerando a necessidade e urgência da contratação a inexistência de profissionais disponíveis no quadro permanente de servidores municipais para atendimento da demanda da rede municipal de ensino;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do artigo 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autorizam a contratação de pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, o senhor JOSÉ AQUINO RIO BRANCO, para ocupar o cargo de Motorista, símbolo SG-3, cumprindo carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, com lotação na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, pelo período de 05/02/2015 a 30/04/2015.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo o servidor ora contratado fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo V, da Lei Complementar Municipal nº 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 05 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 549, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 549, de 05 de fevereiro de 2015.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital n.º 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem Professores aprovados, para preenchimento das vagas remanescentes;

Considerando o início do ano letivo e a necessidade de contratação de professores para suprir a demanda;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, a senhora SUZETE TEREZINHA FERREIRA DE LIMA para ocupar o cargo de Professor Sem Habilitação, símbolo PSH, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotando-a junto à Secretaria Municipal da Educação e Esportes, pelo período de 04/02/2015 a 22/12/2015.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto na Lei Complementar n. 002, de 14 de setembro de 1998.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 05 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 550, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 550, de 09 de fevereiro de 2015.

"CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a inexistência de profissionais disponíveis no quadro permanente de servidores municipais para atendimento da demanda da rede municipal de ensino e da rede municipal de Saúde;

Considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado 002/2013, levado a efeito pelo Edital n.º 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei

Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, os servidores abaixo relacionados para ocuparem o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Símbolo SG-13, com lotação na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, pelo período de 09/02/2015 a 22/12/2015:

Servidor	Cargo	C. Horária	Local de Trabalho
Elivane Prates Franken	Aux. Serv. Gerais	20 horas	EEIEF N. S. Aparecida
Juliana K. C. Varaldi	Aux. Serv. Gerais	20 horas	EEIEF N. S. Aparecida
Lúcia Machado Dias	Aux. Serv. Gerais	40 horas	Departamento de Urbanismo
Maria Elenice da Silva	Aux. Serv. Gerais	20 horas	EEIEF N. S. Aparecida
Marizete N. Rodigheri	Aux. Serv. Gerais	20 horas	CEI Branca de Neve
Neide Ferreira	Aux. Serv. Gerais	20 horas	Unidade de Saúde – Indumel
Senilde Giacomoni	Aux. Serv. Gerais	40 horas	EEIEF Duque de Caxias
Solange de Jesus	Aux. Serv. Gerais	20 horas	EEIEF Duque de Caxias
Verenice C. da Veiga	Aux. Serv. Gerais	40 horas	Escola Maria Francisca Maciel

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, as servidoras ora contratadas farão jus ao vencimento mensal previsto no anexo V, da Lei Complementar Municipal nº 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 09 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 551, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 551, de 09 de fevereiro de 2015.

"CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a inexistência de profissionais disponíveis no quadro permanente de servidores municipais para atendimento da demanda de Auxiliares de Serviços Gerais na Secretaria Municipal da Educação para o exercício letivo de 2015;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital n.º 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e

inexistirem Auxiliares de Serviços Gerais aprovados, para preenchimento das vagas remanescentes;
Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas de saúde e educação;
Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, as servidoras abaixo relacionadas para ocuparem o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Símbolo SG-13, lotando-as na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, pelo período de 09/02/2015 a 22/12/2015:

Nome	Cargo	C. horária	Local de Trabalho
Odete de Souza Ribeiro	Aux. Serv. Gerais	20 horas	Escola Nova Conquista
Zeni Neckel Barrete	Aux. Serv. Gerais	40 horas	EEIEF Duque de Caxias

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, as servidoras ora contratadas farão jus ao vencimento mensal previsto no anexo V, da Lei Complementar Municipal nº 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 09 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 552, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 552, de 09 de fevereiro de 2015.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando o período de licença maternidade da servidora Cleide Aparecida Rosa, conforme exposto na Portaria n. 470, de 03 de novembro de 2015;

Considerando a inexistência de profissionais disponíveis no quadro permanente de servidores municipais para atendimento da demanda de Auxiliares de Serviços Gerais na Secretaria Municipal da Educação durante o afastamento da referida servidora;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital n.º 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem Auxiliares de Serviços Gerais aprovados, para preenchimento da vaga em questão;

Considerando o disposto nos incisos I e IV, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas de saúde e educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, a senhora MARIA HELENA RODRIGUES, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, símbolo SG-13, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotando-a na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, pelo período de 09/02/2015 a 01/05/2015, durante o período de licença maternidade da servidora Cleide Aparecida da Rosa.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, as servidoras ora contratadas farão jus ao vencimento mensal previsto no anexo V, da Lei Complementar Municipal nº 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 09 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 553, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 553, de 09 de fevereiro de 2015.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando o período de Licença Maternidade da servidora Viviane Wais, conforme disposto na Portaria n. 493, de 08 de dezembro de 2014;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital n.º 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem Professores aprovados, para preenchimento da vaga em questão;

Considerando o início do ano letivo e a necessidade de contratação de professores para suprir a demanda;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, a senhora JULIANA RIBEIRO para ocupar o cargo de Professor Sem Habilitação, símbolo PSH, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotando-a junto à Secretaria Municipal da Educação e Esportes, pelo período de 09/02/2015 a 05/06/2015.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto na Lei Complementar n. 002, de 14 de setembro de 1998.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 09 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 554, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 554, de 09 de fevereiro de 2015.

“CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a inexistência de profissionais disponíveis no quadro permanente de servidores municipais para atendimento da demanda de Auxiliares de Serviços Gerais desta municipalidade; Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital n.º 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem Auxiliares de Serviços Gerais aprovados, para preenchimento das vagas remanescentes;

Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias de excepcional interesse público;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, as servidoras abaixo relacionadas para ocuparem o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Símbolo SG-13, pelo período de 09/02/2015 a 22/12/2015:

Nome	Cargo	C. horária	Local de Trabalho
Nair Martins	Aux. Serv. Gerais	20 horas	Secretaria Municipal da Saúde
Silvana Ferronato de Mello	Aux. Serv. Gerais	40 horas	EEIEF Duque de Caxias

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, as servidoras ora contratadas farão jus ao vencimento mensal previsto no anexo V, da Lei Complementar Municipal nº 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 09 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 556, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 556, de 10 de fevereiro de 2015.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital n.º 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem Instrutores de Informática aprovados, para preenchimento das vagas remanescentes;

Considerando o início do ano letivo e a necessidade de contratação de profissionais para suprir a demanda;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, o senhor ROBERSON GEREMIAS TEIXEIRA DE LIMA para ocupar o cargo de INSTRUTOR DE INFORMÁTICA, símbolo TC-20, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-a junto à Secretaria Municipal da Educação e Esportes, pelo período de 10/02/2015 a 22/12/2015.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo I, da Lei Complementar Municipal nº 024, de 29 de junho de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 10 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 557, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 557, de 12 de fevereiro de 2015.

“CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a inexistência de profissionais disponíveis no quadro permanente de servidores municipais para atendimento da demanda dos Programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social;

Considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado 002/2013, levado a efeito pelo Edital n.º 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei

Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação; Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, a senhora ROZANE APARECIDA DOS SANTOS NIKOLAY para ocupar o cargo de Professor Sem Habilitação, símbolo PSH, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-a junto à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, pelo período de 19/02/2015 a 22/12/2015.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto na Lei Complementar n. 002, de 14 de setembro de 1998.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 12 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 558, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 558, de 12 de fevereiro de 2015.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a inexistência de profissionais disponíveis no quadro permanente de servidores municipais para atendimento da demanda de Auxiliares de Serviços Gerais desta municipalidade; Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital n.º 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem Auxiliares de Serviços Gerais aprovados, para preenchimento das vagas remanescentes;

Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias de excepcional interesse público; Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, a senhora SIMONE SOARES CAMPOS para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, símbolo SG-13, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotando-a na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, pelo período de 12/02/2015 a 22/12/2015.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo V, da Lei Complementar Municipal nº 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 12 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 563, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 563, de 19 de fevereiro de 2015.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a inexistência de profissionais disponíveis no quadro permanente de servidores municipais para atendimento da demanda de Auxiliares de Serviços Gerais desta municipalidade; Considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado 002/2013, levado a efeito pelo Edital n.º 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015;

Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias de excepcional interesse público; Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, a senhora ROSMARI PAIDA para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, símbolo SG-13, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotando-a na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, pelo período de 19/02/2015 a 22/12/2015.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo V, da Lei Complementar Municipal nº 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 19 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 564, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 564, de 19 de fevereiro de 2015.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a inexistência de profissionais disponíveis no quadro permanente de servidores municipais para atendimento da demanda de Auxiliares de Serviços Gerais desta municipalidade; Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital n.º 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem Auxiliares de Serviços Gerais aprovados, para preenchimento das vagas remanescentes;

Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias de excepcional interesse público;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, a senhora MALGARETE DE CARVALHO para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, símbolo SG-13, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-a na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, pelo período de 19/02/2015 a 22/12/2015.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo V, da Lei Complementar Municipal nº 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 19 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 565, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 565, de 19 de fevereiro de 2015.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de contratar em caráter temporário, servidor para desempenhar as atividades do cargo de Motorista (Caminhão Caçamba), na Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano;

Considerando que se encontra em andamento a realização de concurso público para preenchimento da vaga em questão, com conclusão prevista para o final do mês de abril do corrente ano;

Considerando que se trata de função pública essencial para a manutenção da malha viária municipal, serviço imprescindível para a mobilidade rural, com vistas ao escoamento da produção,

transporte escolar, serviços de saúde entre outros serviços públicos essenciais;

Considerando a necessidade e urgência da contratação, em razão da aposentadoria de vários servidores e a inexistência de servidor para atendimento da necessidade;

Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do artigo 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autorizam a contratação de pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, o senhor EVANDRO FERNANDES DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Motorista, símbolo SG-3, cumprindo carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, com lotação na Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, pelo período de 19/02/2015 a 30/04/2015.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo o servidor ora contratado fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo V, da Lei Complementar Municipal nº 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 19 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 539, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 539, de 04 de fevereiro de 2015.

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE DIRETOR DE ESCOLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a servidora municipal JUSSARA RODRIGUES PIMENTEL, ocupante do cargo Diretor de Escola, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, a partir do dia 02 de fevereiro de 2015.

Parágrafo Único - A servidora ora exonerada retornará a partir do dia 03/02/2015 ao cargo de provimento efetivo de Professor, símbolo PD/C-III, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, no qual fora nomeada pelo Decreto n. 064, de 06 de fevereiro de 2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 04 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 545, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 545, de 04 de fevereiro de 2015.

"EXONERA SERVIDOR A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal.

Considerando o pedido de exoneração por motivos particulares, formulado pelo servidor;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, o servidor municipal JOSÉ AQUINO RIO BRANCO, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar, lotado na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, a partir do dia 04 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 04 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 555, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 555, de 10 de fevereiro de 2015.

"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito dos servidores ao gozo de férias e o pedido dos servidores;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, aos servidores abaixo relacionados:

Matrícula	Servidor	Período Aquisitivo	Período de Gozo
365	Cleimar Borges dos Santos	01/02/2014 a 31/01/2015	01/02/2015 a 02/03/2015
9046	Elisiane Freitas D. Bortolini	15/03/2011 a 14/03/2012	04/02/2015 a 05/03/2015
8042	Giovana Lilian da Rosa	23/02/2014 a 22/02/2015	03/02/2015 a 04/03/2015
9042	Maria S. Ribeiro de Oliveira	01/03/2012 a 28/02/2013	02/02/2015 a 03/03/2015
444	Marli Ferreira da Cruz	02/03/2014 a 01/03/2015	05/02/2015 a 06/03/2015
9027	Nilberto Bortolini	01/03/2011 a 29/02/2012	04/02/2015 a 05/03/2015
353	Sueli F. Fernandes Barbosa	11/01/2014 a 10/01/2015	01/02/2015 a 02/03/2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 10 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 559, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 559, de 13 de fevereiro de 2015.

"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora ROSIMERI PEROZA NUNES, ocupante do cargo comissionado de Diretor Financeiro, símbolo DIF-9, lotada na Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento, sendo 15 (quinze) dias de direito a gozo referentes aos dias remanescentes do período aquisitivo de 01/04/2006 a 31/03/2007; 15 (quinze) dias de direito a gozo referentes aos dias remanescentes do período aquisitivo de 01/04/2007 a 31/03/2008; 10 (dez) dias de direito a gozo referentes aos dias remanescentes do período aquisitivo de 01/04/2012 a 31/03/2013 e 30 (trinta) dias referentes ao período aquisitivo de 01/04/2013 a 31/03/2014, totalizando 70 (setenta) dias para serem gozados do dia 16/02/2015 a 27/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 13 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 560, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 560, de 13 de fevereiro de 2015.

"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora SONIA CRESTINA CATAPAN, ocupante do emprego público de Fonoaudióloga, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 02/04/2014 a 01/04/2015, para serem gozadas

do dia 19/02/2015 a 20/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 13 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 561, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 561, de 19 de fevereiro de 2015.

"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora PATRICIA BRIZZI FACCI, ocupante do cargo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 22/03/2014 a 21/03/2015, para serem gozadas do dia 23/02/2015 a 09/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 19 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 562, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 562, de 19 de fevereiro de 2015.

"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora;

Considerando que a servidora encontra-se em gozo de férias desde o início do mês atual, e a necessidade de formalizar a concessão do gozo de férias;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora GIOVANA VOTCOSKI, ocupante do emprego público de Assistente Social,

símbolo AS, lotada na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, referentes ao período aquisitivo de 11/02/2011 a 10/02/2012, para serem gozadas do dia 01/02/2015 a 02/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 1º de fevereiro de 2015.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 19 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0018/2015

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0018/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 0012/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0012/2015 - Objeto - Contratação de serviços de enfermeira em regime de sobreaviso com duração de 12 horas. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até 14:00 horas do dia 05 de março de 2015, iniciando-se a Sessão Pública às 14:15 horas do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 09:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010 e/ou pelo e-mail licitacao@passosmaia.sc.gov.br.

Passos Maia, 19 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 0003/2015 AO CONTRATO Nº 0049/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0003/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0049/2014

PROCESSO LICITATORIO n. 0017/2014

TOMADA DE PREÇO n. 0002/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S.A

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia, para pavimentação asfáltica sobre pavimentação poliédrica e macadame seco, drenagem pluvial, sinalização viária e passeios em diversas ruas e avenidas do Município de Passos Maia - SC.

Prazo para Execução: Fica prorrogado o prazo para execução da obra objeto do Contrato Administrativo n. 0049/2014, cuja execução deverá ser concluída até a data de 28.04.2015.

Da Retificação: As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia-SC, 19 de fevereiro de 2015.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

Paulo Lopes**PREFEITURA****DECRETO Nº 02/2015**

DECRETO Nº 02/2015.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 6º da Lei 1.632/2014 - LOA,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada, no orçamento fiscal vigente, a dotação abaixo, no limite de R\$ 130.113,14 (cento e trinta mil cento e treze reais e catorze centavos), de acordo com as especificações seguintes:

0601 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER R\$ 130.113,14

27.812.0005.1.023 - Construção e Reforma de Equipamentos R\$ 130.113,14

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.24.001134 - Aplicações Diretas R\$ 130.113,14

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação da fonte 0.1.24.001134 - Convênio SDR - Ginásio - no valor de R\$ 130.113,14 (cento e trinta mil cento e treze reais e catorze centavos).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 20 de fevereiro de 2015.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração

Penha**PREFEITURA****CV01/2015 - FME**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015 - FME

CARTA CONVITE Nº 01/2015 - FME

Objeto: Aquisição de Troféus e Medalhas que serão utilizados na premiação dos campeonatos promovidos pela Fundação Municipal de Esportes no ano de 2015, conforme estabelecido neste edital e anexo I.

Abertura do Processo: 02/03/2015 às 09:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maikil Gileno dos Santos - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 19 de Fevereiro de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Peritiba

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL Nº 1-2015

EDITAL Nº 1-2015

"Dispõe sobre a Publicidade da Audiência Pública para dar cumprimento ao quanto determina o § 4º do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e dá outras providências."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PERITIBA - Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os munícipes que:

CONSIDERANDO, que esta municipalidade deverá cumprir o quanto determina o § 4º do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Nº 101/2000);

CONSIDERANDO, que a cada quadrimestre, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais.

RESOLVE:

Art. 1º Fica marcada para o dia 23 de fevereiro do corrente ano, audiência pública do 3º quadrimestre do ano de 2014.

§ 1º A audiência que trata o caput deste artigo será realizada na Sala de Sessões da Câmara Municipal, sito à Rua Frei Bonifácio, nesta cidade, às 18h15min.

§ 2º Ficam convidadas todas as autoridades deste município, bem como todos os munícipes, para dar ciências do quanto determinado do § 4º, do Art. 9º da (LRF).

Art. 2º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Peritiba, 11 de fevereiro de 2015.

Gilberto Maciel

Presidente

Petrolândia

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015 - FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 03/2015 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015 - REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MARMITAS A SEREM SERVIDAS AOS ALUNOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 08:00h no dia 04/03/2015, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151.

Petrolândia, 20 de fevereiro de 2015.

IRONE DUARTE

Prefeito Municipal em Exercício

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015 - FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 04/2015 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015 - REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 09:30h no dia 04/03/2015, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151.

Petrolândia, 20 de fevereiro de 2015.

IRONE DUARTE

Prefeito Municipal em Exercício

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015 - RECAPAGEM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 13/2015 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015 - REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, DUPLAGEM E VULCANIZO DE PNEUS PARA VIATURAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 08:30h no dia 05/03/2015, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151.

Petrolândia, 20 de fevereiro de 2015.

IRONE DUARTE

Prefeito Municipal em Exercício

Pinheiro Preto**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO Nº 013/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 013/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 05/03/2015, licitação modalidade Pregão Presencial n. 013/2015, visando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, SAÚDE E CRAS.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 05/03/2015, até às 10:15 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:30 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 20 DE FEVEREIRO DE 2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º : 025/2015

(Ementa)

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º : 025/2015

OBJETO: CONserto no VEÍCULO PLACA IFF 0302 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO LICITAÇÃO: Dispensa de licitação nº 05/2015
EMPRESA CONTRATADA: MECÂNICA ATLAS LTDA

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato CONserto no veículo IFF 0302, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, consistente: Combustível: graxa marfack MP 2, querosene | Mão de Obra: embuchamento das portas, troca de óleo de motor e filtros, revisar cubos dianteiros e traseiros, examinar freios, trocar conjunto tranbulador, eliminar entrada de água pelo para-brisa, eliminar vazamento de ar válvula bujão de ar, soldar suporte de lataria parte interna, examinar chiado no motor, fazer buchas da porta, trocar barra de direção curta, mudar posição da direção, limpar respiro carcaça diferencial, alinhamento do eixo|Peças: contra pino 1x2, anel cortante, contra pino 3,2x32, bucha cano plástico para freio a ar, conexão de emenda 10mm, lixa de ferro 100, porca, filtro lubrificante H947/1, elemento do filtro de combustível, tranbulador de alavanca S5/6.80, emenda 3/8 com nylon, emenda rápida de plástico 6mm, filtro de ar OM 352 - C20352/2, junta da calota dianteira, silicone incolor 50g, retentor de cubo, diant. 1718/1720, rolamento dianteiro interno, retentor cubo traseiro 1519 redz, elimina juntas 50 grs mega black 506, lona de freio 2831, parafuso cabeça sext. M10X30, arruela lisa 10 mm, arruela de pressão 10 mm, arruela de ajuste, anel trava alavanca de marcha, anel de segurança, aranha trava cubo traseiro L-1622, mngueira retorno BBA injetora, arruela trava da manga, rolamento cubo traseiro 33117, barra curta direção OF 1620.

VALOR DO CONTRATO): A CONTRATADA obriga-se a fornecer serviços de conserto no valor de R\$ 4.320,00 (quatro mil trezentos e vinte reais).

DATA DO CONTRATO: 03 de fevereiro de 2015
PREFEITO: Euzebio Viecele

DECRETO Nº 4.177, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 4.177, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.798 de 18 de novembro de 2014.
DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 15.236,17 (Quinze mil, duzentos e trinta e seis reais e dezessete centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Orçamentária: 4000 - Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto
Função: 8 - Assistência Comunitária
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 5 - Assistência Social Geral
Atividade: 2.63 - Manutenção CRAS recurso Paif
Modalidade de Aplicação: 3390-0000
Fonte: 03.61 R\$ 8.000,00

Unidade Orçamentária: 4000 - Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto
Função: 8 - Assistência Comunitária
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 5 - Assistência Social Geral
Atividade: 2.63 - Manutenção CRAS recurso Paif
Modalidade de Aplicação: 3190-0000
Fonte: 03.61 R\$ 7.236,17

Total Suplementado R\$ 15.236,17

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Fundo Municipal de Assistência Social de 2014, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial. (Piso Básico Fixo-PBFI).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.178, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 4.178, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.798 de 18 de novembro de 2014.
DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura

Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 42.743,70 (Quarenta e dois mil, setecentos e quarenta e três reais e setenta centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Orçamentária: 2006 - Secretaria de Transportes e Obras
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa: 14- Urbanização de Vias
Atividade: 1.10 - Pavimentação de Ruas e Passeios
Modalidade de Aplicação: 4490-0000
Fonte: 03.34 R\$ 40.417,81
Fonte : 03.00 R\$ 2.325,89

Total Suplementado R\$ 42.743,70

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2014, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial. (Pav. Asf. Iomere/Pinheiro Preto)

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 1.810, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

LEI Nº 1.810, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.
"AUTORIZA A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO UM NOVO OLHAR - AUNO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder contribuição financeira à "Associação Um Novo Olhar - AUNO", Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 15.693.201/0001-99, com sede na Av. Mal. Costa e Silva, n. 511, Município de Pinheiro Preto, associação sem fins lucrativos, no valor mensal de R\$ 2.370,00 (dois mil trezentos e setenta reais).

§ 1º A contribuição de que trata o art. 1º desta lei tem como objetivo custear as despesas com a contratação de psicólogo e fisioterapeuta para prestar serviços às pessoas atendidas pela associação beneficiária no ano de 2015.

§ 2º O Município repassará o valor da contribuição de que trata esta lei até o dia 30 (trinta) de cada mês.

§ 3º A beneficiária terá o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento de cada parcela, para prestar contas ao Órgão Público acerca da aplicação dos recursos, devendo comprovar a existência de contratação dos profissionais e o respectivo pagamento pela contraprestação dos serviços, bem como apresentar relatório das atividades desenvolvidas, com nomeação das pessoas atendidas.

§ 4º Compete à Secretaria Municipal da Saúde o acompanhamento e fiscalização das ações de que trata esta lei.

Art. 2º Por ocasião da transferência do valor, a entidade beneficiária

deverá apresentar prova de regularidade para com as fazendas federal, estadual e municipal, seguridade social, trabalhista e, se for o caso, com o fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 12 de Fevereiro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO Municipal

LEI Nº 1.811, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

LEI Nº 1.811, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

AUTORIZA PAGAMENTO DE VALOR PRETÉRITO RELATIVO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a pagar adicional de insalubridade ao servidor DIRCEU RABUSKE, atualmente ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Trator Agrícola, do período pretérito correspondente aos meses de julho/2013 a fevereiro de 2014.

§ 1º O valor do adicional de que trata este artigo deverá dar-se na forma e percentuais previstos no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT, em grau médio, anexo a presente lei, cujos valores somaram no período R\$ 2.477,60 (dois mil quatrocentos e setenta e sete reais e sessenta centavos), na forma do Processo Administrativo de Expediente nº 023/2014.

§ 2º O Departamento de Pessoal deverá registrar o pagamento nos registros funcionais do servidor.

Art. 2º As despesas desta lei correrão à conta de dotação prevista no orçamento em vigor,

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO - SC, 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO Municipal

ANEXO

LEI Nº 1.811, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO
CARGO: Operador de Trator Agrícola

LEI Nº 1.812, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

LEI Nº 1.812, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE DESPESA QUE ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado a efetuar gasto com inscrição de Equipe de Futebol do Município, através da CME municipal, para participar da "5ª Copa Regional dos Campeões" promovida pela Rádio Vitória, de Videira - SC, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor, cuja aplicação dos recursos deverá ser fiscalizada e certificada pelo Diretor da CME.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 12 de fevereiro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO Municipal

PORTARIA Nº 068, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 068, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR HADRIEL DALMOLIN

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor HADRIEL DALMOLIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de FISCAL DE RENDAS, TRIBUTOS E OBRAS, 15 (Quinze) dias de FÉRIAS, referente período aquisitivo de 01/06/2013 a 31/05/2014, cujo gozo dar-se-á no período de 18 de fevereiro de 2015 a 04 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 18 de Fevereiro 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO Municipal

PORTARIA Nº 069, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 069, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS À SERVIDORA GODEMAR LOURDES MATTANA DALMOLIN

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à servidora GODEMAR LOURDES MATTANA DALMOLIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente período aquisitivo de 04/01/2014 a 03/01/2015, cujo gozo

dar-se-á no período de 16 de fevereiro de 2015 a 17 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de fevereiro de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 18 de Fevereiro 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO Municipal

RESOLUÇÃO N.º 01/2015. CRAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSELHO MUNICIPAL de DIREITO da CRIANÇA e ADOLESCENTE
Av. ARTHUR COSTA E SILVA FONE/FAX:(49) 3562-2007
email: cras@pinheiropreto.sc.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 01/2015. Pinheiro Preto, 19 de fevereiro de 2015.

DISCIPLINA A APROVAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL PARA DISCUSSÃO E ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DECENAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, através de seu Presidente, JURCELEI BERTHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal N.º 1.554 de 26 de novembro de 2010 e Decreto Executivo Municipal Nº 3.861, de 20 de agosto de 2013.

Considerando a decisão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente devidamente nomeado através do Decreto executivo Municipal N.º 3.861 de 20 de agosto de 2013 de cuja decisão está consignada em ata;

Considerando que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, visa deliberar, fiscalizar, formular, acompanhar, definir, e regulamentar os serviços sociais desenvolvidos na área da assistência social no município de Pinheiro Preto, objetivando atender os usuários da Política de Assistência Social.

RESOLVE

Art.º. 1º. Aprovação da comissão intersetorial que irá discutir e elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme segue:

- Representante do CMDCA
Jurcelei Bertha
- Representante do Conselho Tutelar
Ana Paula Carletto
- Representante Conselho Municipal de Assistência Social
Elaine Duarte
- Representante Secretaria de Educação
Geni de Oliveira
- Representante Secretaria de Saúde
Ana Paula Mazureck
- Representante Conselho Municipal de Habitação
Jéssica Bado
- Representante do Dep. De Cultura
Odenice Cardoso de Aguiar
- Representante Conselho Municipal do Idoso

Rosangela Dall 'Bosco

- Representante do Dep. De Esporte e Lazer
Vilmar Neis

- Representante Escola Estadual Maura de Senna Pereira
Ademilson Antônio Einsweiles

- Representante do Clube de Mães
Marinês Olivo

- Representante da Associação de Moradores do Bairro São José
Kelvin Brocardo

- Representante da Associação de Pais e Professores-Centro
Rizoni Bogoni

- Representante da Associação de Pais e Professores-Básica
Valderi Perazoli

- Representante da Polícia Militar
Odenir José Ciarini

- Representante do Grêmio Estudantil
Iara Chiarani

- Representante do CRAS
Tânia Zanella

Art.º 2º- A COMISSÃO INTERSETORIAL terá a responsabilidade de elaborar o PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA

Art.º 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto - SC, 19 de fevereiro de 2015.
JURCELEI BERTHA
Presidente do CMDCA

TERMO ADITIVO 001/2015

(Ementa)

TERMO ADITIVO 001/2015

CONVÊNIO N.º: 005/2014

OBJETO: INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE LEITEIRA

CONVENIADA: COOPERIDEAL - COOPERATIVA PARA A INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE LEITEIRA

VALOR ADITADO: 2.1 Em razão de a existência de interesse público na continuidade as atividades previstas no convênio assinado, as partes resolvem prorrogar o prazo do mesmo para mais um período, passando a vigorar de 01/03/2015 até 31/12/2015.

2.3 Na execução do convênio o município pagará a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), divididos em 10 (dez) parcelas iguais, mensais e sucessivas de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

DATA DO CONTRATO: 18 de fevereiro de 2015.
PREFEITO: Euzebio Vieceli

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 2907, DE 29 DE JANEIRO DE 2015.

DECRETO Nº 2907, de 29 de janeiro de 2015.

Cria o Comitê Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família de Pomerode e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Pomerode, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 74, inciso I, alínea "a" e "n" e,

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 10836/04, regulamentada pelo Decreto nº 5.209/04, Lei do Programa Bolsa Família, que embasou legalmente a formação do Comitê Intersetorial Municipal.

CONSIDERANDO que o Programa Bolsa Família constitui uma Política Intersetorial e requer, para a sua efetividade, cooperação e coordenação das ações dos entes públicos envolvidos em sua gestão e execução,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Intersetorial Municipal do Programa Bolsa Família para Trabalhar intersetorialmente as questões da gestão do Programa Bolsa Família em toda a sua dimensão, conforme a Lei nº 10836/04.

Art. 2º O Comitê será composto pelas seguintes Secretarias:
I- Secretaria Municipal de Cidadania e Desenvolvimento Social;
II- Secretaria Municipal de Saúde;
III- Secretaria Municipal de Educação;
IV- Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 3º - A responsabilidade deste Comitê será de :
I - elaborar o Plano de aplicação de Recursos do IGD/Bolsa Família;
II- acompanhar e estimular a integração e a oferta de outras políticas públicas sociais para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;
III- acompanhar a oferta por parte dos governos locais dos serviços necessários para a realização das condicionalidades;
IV - elaborar, aprovar e modificar seu regimento interno;
V - exercer outras atribuições estabelecidas em normas complementares do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
VI- verificar a oferta adequada de serviços de educação, saúde e assistência social pelo poder público local, para o cumprimento das condicionalidades pelas famílias beneficiárias e se estas têm acesso aos serviços;
VII- acompanhar, em conjunto com o Gestor Municipal do PBF, as famílias beneficiárias que apresentam descumprimento de condicionalidades;
VIII- contribuir, juntamente com o Gestor Municipal do PBF, na elaboração de estratégias para acompanhamento das condicionalidades do Programa e para identificação de beneficiários não localizados;
IX- fomentar a intersectorialidade de ações nas áreas de saúde, educação e assistência social no sentido de qualificar os serviços ofertados aos beneficiários.

Art. 4º - O Comitê reunir-se à a cada dois meses nas dependências da Secretaria Municipal de Cidadania e Desenvolvimento Social.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, 29 de janeiro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE SAÚDE

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 01/2015

CONVÊNIO nº 01/2015. Conveniente: MUNICÍPIO DE POMERODE. Conveniada: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E EDUCACIONAL DE POMERODE - HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO
Objeto: Fomentação para sobreaviso médico de especialidades e pronto atendimento do Hospital e Maternidade Rio do Teste. Valor: R\$ 1.900.000,00 (Um milhão e novecentos mil reais). Prazo: 31/12/2015.

Pomerode/SC, 19 de fevereiro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 187/2015

DECRETO Nº 187/2015, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

"DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso "I" do art. 7º da Lei Municipal nº. 2.230, de 16 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 156.375,53 (Cento e Cinquenta e Seis Mil, Trezentos e Setenta e Cinco Reais e Cinquenta e Três Centavos), os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

08.0801 - Fundo Municipal de Saúde

08.301.1001.2.032 - Manutenção do Bloco Assistência Farmacêutica

Modalidade de Aplicação: 339000000 - APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte de Recursos: 00.0367

00.0367 - 22 - APLICAÇÕES DIRETAS - R\$ 82.424,22

08.301.1001.2.033 - Manutenção do Bloco Repasse do Estado

Modalidade de Aplicação: 339000000 - APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte de Recursos: 00.0631

00.0631 - 23 - APLICAÇÕES DIRETAS - R\$ 73.951,31

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto correrá por conta do Superávit Financeiro no exercício de 2014 no valor de R\$ 156.375,53 (Cento e Cinquenta e Seis Mil, Trezentos e Setenta e Cinco Reais e Cinquenta e Três Centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 010/2015

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 010/2015 - PREFEITURA

Partes: Município de Porto União e POSTMIX Soluções Gráficas Ltda EPP.

Objeto: Contratação de uma gráfica especializada para impressão dos carnês de "IPTU", para o exercício de 2015.

Valor total: R\$ 7.375,00 (Sete mil trezentos e setenta e cinco reais)

Vigência: será de 90 (noventa) dias.

Base legal: Dispensa de Licitação 002/2015, art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93.

Porto União SC, 05 de fevereiro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

POSTMIX Soluções Gráficas Ltda EPP

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 005/2015

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 005/2015 - Prefeitura

Aditivo ao Contrato de Fornecimento 001/2014 - Prefeitura

Partes: Município de Porto União e Transportes Coletivos Nossa Senhora da Piedade Ltda.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior por mais 12 (doze) meses, a contar de 24 de janeiro de 2015.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 23 de janeiro de 2015.

Aloísio Francisco Salvatti

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 016/2015

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 016/2015 - Prefeitura

Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 191/2014 - Prefeitura

Partes: Município de Porto União e Kerber Pré Moldados Ltda.

CLAUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 9.587,09 (nove mil quinhentos e oitenta e sete reais e nove centavos) ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 12 de fevereiro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 017/2015

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 017/2015 - Prefeitura
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 008/2014 - Prefeitura
Partes: Município de Porto União e Caixa Econômica Federal.

CLAUSULA DÉCIMA NONA - VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior por mais 12 (doze) meses. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 12 de fevereiro de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 001/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 019/2015 - Prefeitura
Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 001/2015 - Prefeitura

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo eletrônico, para aquisição de medicamentos diversos destinados para o Pronto Atendimento Municipal e farmácias básicas da Secretaria Municipal da Saúde do Município de Porto União - SC. Somente participarão da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site "www.cidadecompras.com.br" até as 08h00min do dia 06 de março de 2015, com início da sessão pública às 08h30min, no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br e no site www.cidadecompas.com.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitate-portouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 19 de fevereiro de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 002//2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 004/2015
Dispensa de Licitação n.º 002/2015

Caracterização da Situação: O Município necessita contratar uma gráfica especializada para impressão dos carnês de "IPTU", para o exercício de 2015.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é a contratação de uma gráfica especializada para impressão dos carnês de "IPTU", para o exercício de 2015.

Razão da escolha: A escolha do objeto recaiu sobre a empresa POST-MIX Soluções Gráficas Ltda, inscrita no CNPJ 02.089.950/0001-60, pois de acordo com os orçamentos, foi a que apresentou menor valor.

Do Preço: O valor total a ser pago pela impressão dos carnês de "IPTU" para o exercício de 2015 será de R\$ 7.375,00 (sete mil trezentos e setenta e cinco reais), sendo R\$ 0,59 (cinquenta e nove centavos) por carnê.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta

dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:
Órgão 0200 - Poder Executivo Porto União
Unidade 0205 - Secretaria de Finanças e Contabilidade
Atividade 2008 - Manutenção Secretaria de Finanças e Contabilidade
Modalidade 3390-100 - Aplicações diretas
Cód. 18
Complemento 33903963 - Serviços gráficos e editoriais
Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no artigo 24, inciso II da lei n.º 8.666/93.

Porto União, 28 de janeiro de 2015.
PAULO RUBENS BUCH
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Decreto 376/2014

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2015

Caracterização da Situação: O município necessita contratar uma empresa para prestação de serviços de assistência técnica, manutenção de equipamentos e sistema telefônico (PABX) da sede da Prefeitura Municipal e das Secretarias Municipais.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a prestação de serviços de assistência técnica, manutenção de equipamentos e sistema telefônico (PABX) da sede da Prefeitura Municipal e das Secretarias Municipais.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Premier Serviços em Telecomunicações Ltda - ME, inscrita no CNPJ 05.389.579/0001-40 visto que foi a que apresentou menor preço, conforme comprovam os orçamentos em anexo ao processo.

Do Preço: O valor a ser pago será de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) mensais, pelo período de 12 (doze) meses.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão - 0200- Poder Executivo
Unidade 0209 - Secretaria de Desenvolvimento Social
Atividade 2005 - Manutenção Secretaria de Administração
Modalidade 3390-100 - Aplicações diretas
Cód. 12

Complemento 33903999 - Outros serviços de terceiros - PJ
Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Porto União, 05 de fevereiro de 2015.
VANESSA NALON DOS SANTOS
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Decreto 644/2015

Rio do Sul

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 244/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 244/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) RITA RASSWEILER, portador(a) do CPF nº 007.474.279-50, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua João Hoffmann, nº 732 - Bairro Fundo Canoas □ Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue: CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Anos Iniciais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Willy Schleumer, em substituição a Edelise Lippel, designada para assumir cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.978,07 (dois mil novecentos e setenta e oito reais e sete centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único □ De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 23/02/2015 e encerrando-se em 23/03/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente

contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 19 de fevereiro de 2015.

GIVANILDO SILVA	RITA RASSWEILER
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

DECRETO Nº 4537, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015.

DECRETO Nº 4537, de 06 de fevereiro de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 007/2015".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado da Carta Convite nº 007/2015 de 15.01.15, cujo resumo está representado no Anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:
	- CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA EPP.

Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO

06 de fevereiro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

NICANOR GABRIEL ALEGRI

Secretária Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

ANEXO AO DECRETO Nº 4537/2015

CARTA CONVITE Nº 007/2015 de 15.01.2015

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS EM PAVER E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DO ACESSO A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO BELA ALIANÇA.

Empresas Convidadas:

- ORBIS ENGENHARIA EIRELI ME;
- LZK CONSTRUTORA LTDA;
- TERRAPLENAGEM AZZA EIRELLI;
- METRO CÚBICO ENGENHARIA EIRELI EPP;
- CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE DE OBRA LTDA;
- CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA;
- EQUAL CONSTRUTORA CIVIL MG LTDA;
- EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI EPP.

Empresas Presentes no ato de abertura:

- TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI;
- CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA EPP.

Decisão: Pelo critério de menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA EPP.

DECRETO Nº 4549, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 4549, de 11 de fevereiro de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2015 - FMS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Eletrônico nº 02/2015-FMS, de 16.01.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA;
- SALVI LOPES & CIA. LTDA - ME;
- AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP;
- NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME;
- CELIA REGINA W. SANI - ME..

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

11 de fevereiro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 4549/2015

Pregão Eletrônico nº 02/2015 - FMS, de 16.01.2015.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA E COZINHA PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Participantes:

MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA

SALVI LOPES & CIA. LTDA - ME

VENER PEREIRA DE SOUZA - EPP

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP (MATRIZ)

NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

DANNA COMERCIAL EIRELI - ME

CAURE INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA - ME

PANIFICADORA COELHO NETO LTDA - EPP

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA

SALVI LOPES & CIA. LTDA - ME

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP (MATRIZ)

NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

CELIA REGINA W. SANI - ME.

DECRETO Nº 4556, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

DECRETO Nº 4556, de 18 de fevereiro de 2015.

"NOMEIA CARMEM PEZENTI MATIAS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas na Lei nº 2.947, de 09/12/1994, na Lei Complementar nº 287, de 16/09/2014, na Lei Federal nº 8.069, de 13/07/1990 com suas alterações posteriores, na Resolução CONANDA nº 28/2009, na Resolução CONANDA nº 152/2012 e na Resolução do CMDCA nº 01/2015, de 13 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º-	Nomear CARMEM PEZENTI MATIAS para a partir de 18/02/2015 até 19/03/2015, exercer o cargo de conselheira tutelar, nos termos dos artigos 1º, 2º, 3º e 4º do Decreto nº 4463, de 10 de dezembro de 2014, em virtude das férias dos membros titulares.
----------	---

Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO.

18 de fevereiro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/15

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 006/15.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Vilmar Ferrari Bonaldo	Xxx.197.100-xx	147079

Rio do Sul, 19 de Fevereiro de 2015

LEONICE WITTE

Protocolo Geral

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO
Secretário Municipal da Fazenda

JOSIANE MONDINI BOSS - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 357/2014, firmado em 29/10/2014, com término previsto para 02/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOSIANE MONDINI BOSS, portador(a) do CPF nº 039.961.179-73, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 357/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 357/2014, iniciando-se a prorrogação em 03/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JOSIANE MONDINI BOSS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

PREGÃO PRESENCIAL 017/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015

OBJETO: Registro de preço para aquisição de 35.000 m³ de macadame para manutenção e conservação de vias públicas municipais - Secretaria de Obras.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 04/03/2015, às 08:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 04/03/2015, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta

a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, ou no site www.riodosul.sc.gov.br, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 18 de fevereiro de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

TERMO DE CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO Nº 003/2014 - ELIZEU CRISPIM DE MELLO

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ELIZEU CRISPIM DE MELLO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação no cargo de provimento ACT Instrutor de Atividade Física, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2014.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 19 de fevereiro de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO Nº 010/2014 - EVA MARIA MUNIZ LUZ

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) EVA MARIA MUNIZ LUZ, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação no cargo de provimento ACT Assistente Social, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 010/2014.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 19 de fevereiro de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PR Nº 01/2015**

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
PROCESSO LICITATÓRIO 03/2.015
PREGÃO PRESENCIAL 01/2.015

A Câmara Municipal de Rio do Sul - SC, através do seu pregoeiro, designado pela Portaria nº 816/2.015, torna público, que realizará Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial, tipo MENOR PREÇO (PREÇO GLOBAL POR LOTE), no dia 05/03/2015, às 13:30 horas, tendo como local, o Plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul, sito à Pç. 25 de Julho, nº 01, visando o Registro de Preços para Aquisição Futura de 01 geladeira duplex frost free - cor branca e 15 cadeiras executivas giratórias com apóia-braços, para atender as necessidades do Poder Legislativo de Rio do Sul de acordo com as especificações do Edital e seus Anexos. Demais informações diariamente, das 07:30 às 12:00 horas no Departamento de Contabilidade da Câmara, no endereço acima, pelo site: <www.camarariosul.sc.gov.br> ou pelo fone: (47) 3531-6300.

Rio do Sul, em 19 de fevereiro de 2.015.
FERNÃO GUEDES
Pregoeiro

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA
Presidente

Salto Veloso**PREFEITURA****PORTARIA Nº 142/2015**

PORTARIA Nº. 142/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. ANA PAULA SARTOREL, nos termos do artigo 12 da Lei Complementar nº 003/2005 de 12/12/2005, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professora Series Iniciais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação na classificação de Professor I - Graduado na área de atuação - Nível "A" do Anexo VI.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de Fevereiro de 2015.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO 01/2015

EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 01 DE 23 DE JANEIRO DE 2015.
RETIFICAÇÃO Nº 01/2015
EDITAL Nº 001/2015, DE 23 DE JANEIRO 2015.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso/SC, no uso de suas atribuições legais, resolve RETIFICAR o Edital do Concurso Público Nº 01/2015, conforme segue abaixo:

ONDE SE LÊ:

2.1.1 O candidato deverá preencher o formulário de inscrição eletrônico de forma a não deixar nenhum campo em branco, do contrário sua inscrição não será efetuada.

LEIA-SE:

2.1.1 O candidato que não tiver condições de acesso para fazer a inscrição on-line, poderá fazê-la dirigindo-se à Prefeitura Municipal de Salto Veloso no horário das 08:00 hrs às 11:30 hrs e das 13:00 hrs às 17:00 hrs, no qual será auxiliado para realizar sua inscrição por um funcionário especialmente indicado para este fim. O candidato deverá preencher o formulário de inscrição eletrônico de forma a não deixar nenhum campo em branco, do contrário sua inscrição não será efetuada.

ONDE SE LÊ:

7.3. A pontuação de cada disciplina para os cargos de nível médio, técnico e superior será (....)

LEIA-SE:

7.3. A pontuação de cada disciplina para os cargos de nível fundamental, alfabetizado, médio, técnico e superior será(....)

ONDE SE LÊ:

16.4. A aprovação no Concurso Público não assegura ao candidato o direito à nomeação imediata, devendo ocorrer conforme a necessidade do serviço público municipal durante a vigência do certame e de acordo com o número de vagas estabelecidas no Anexo

I, sendo que as vagas criadas durante sua vigência serão providas seguindo a ordem de classificação dos aprovados em cada cargo.
LEIA-SE:

16.4 A aprovação e a nomeação dos candidatos aprovados no Concurso Público serão feitas conforme ordem de classificação e conforme a disponibilidade do número de vagas prevista no quadro do Anexo I durante a vigência do certame.

Os demais dispositivos permanecem inalterados e em vigor.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Salto Veloso/SC em 19 de Fevereiro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 050/2015

PORTARIA Nº 050/2015

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedida licença sem vencimentos, por tempo indeterminado a Servidora Municipal, Senhora SANDRA MARIA ELY DALL AGNOL, matrícula nº 806/0, ocupante da função de Assistente Administrativo 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação a partir do dia 19 de Fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 19 de Fevereiro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
MATRICULA Nº1268/8

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL 12/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 16/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 12/2015.
Tipo: Unitário.

Objeto: Aquisição de peças/serviços para manutenção dos veículos Caminhão Caçamba placas Volkswagen 24-220 e Caminhão Caçamba placas LYN3016, utilizado nos serviços da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 04 de março de 2015.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 04 de março de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segundas à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br.

SANTIAGO DO SUL, 19 de fevereiro de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 45/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2015
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:00 horas do dia 04 de março de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ASSESSORIA TÉCNICA AOS PROFISSIONAIS DO CREAS, PARA O PERÍODO DE 10 MESES.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração - Autoridade Competente

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI
Pregoeira

DECISÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 383/2014 (DISPENSA)

EXTRATO DECISÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 383/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Decisão do Processo Licitatório nº 383/2014.

DO OBJETO: Vieram a consideração deste Secretário Municipal de Administração para fins de homologação o processo licitatório na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 383/2014, que tem por objeto a aquisição de 01 VEÍCULO 0 KM COM CAPACIDADE PARA SETE LUGARES CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.

Ocorre que conforme parecer fundamentado e conclusivo emitido pela Douta Procuradoria Municipal, o processo licitatório estaria eivado de vícios, que impediriam sua subsistência.

A Administração Pública, pelo princípio da autotutela, tem o poder/dever de rever e anular seus próprios atos, quando estes forem verificados a qualquer tempo ilegais ou ilegítimos.

DA DECISÃO: Ante o exposto, nos termos do artigo 38, inciso IX da lei 8.666/93, ANULO o Processo Licitatório na Modalidade Dispensa nº 383/2014, invalidando todos os seus efeitos, verificando-se que os vícios apontados não são possíveis de serem sanados, nem vieram os licitantes se manifestar sobre seus direitos perante o presente certame licitatório, publique-se o resumo da presente decisão, para dar ciência aos eventuais interessados, abrindo-se o prazo recursal, previsto na alínea "c" do inciso I do Art. 109 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

São Bento do Sul, 13 de fevereiro de 2015.

ASS: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, como Secretário de Administração.

DECRETO Nº 0857/2015

DECRETO Nº 0857, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 444.943,45 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, novecentos e quarenta e três reais e quarenta e cinco centavos) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.037 - Gestão Administrativa da SEMAS

3.3.90.32.00.00.00 352 - Mat. Distribuição Gratuita.... R\$ 6.444,45

Atividade: 2.072 - FNAS - Gestão - ACESSUAS

3.3.90.30.00.00.00 352 - Material de Consumo.... R\$ 50.000,00

3.3.90.32.00.00.00 352 - Material de Distribuição Gratuita.... R\$ 40.000,00

3.3.90.36.00.00.00 352 - Outros Serviços Terceiros PF.... R\$ 6.000,00

3.3.90.39.00.00.00 352 - Outros Serviços Terceiros PJ.... R\$ 47.547,76

3.3.90.47.00.00.00 352 - Obrigações Tributárias e Contributivas.... R\$ 1.000,00

Atividade: 2.079 - Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

3.3.90.30.00.00.00 352 - Material de Consumo.... R\$ 19.531,94

4.4.90.52.00.00.00 352 - Equip. Material Permanente.... R\$ 1.900,14

Atividade: 2.080 - Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

3.3.90.30.00.00.00 352 - Material de Consumo.... R\$ 8.839,90

3.3.90.39.00.00.00 352 - Outros Serv. Terc. PJ.... R\$ 12.561,88

3.3.90.48.00.00.00 352 - Outros Aux. Financ. a PF R\$ 41.949,51

Atividade: 2.081 - Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica - PBF

3.1.90.11.00.00.00 352 - Venc. Vant. Fixas PC.... R\$ 10.000,00

3.1.91.13.00.00.00 352 - Obrigações Patronais.... R\$ 3.000,00

3.3.90.30.00.00.00 352 - Material de Consumo.... R\$ 8.688,59

3.3.90.32.00.00.00 352 - Mat. Distribuição Gratuita.... R\$ 10.000,00

3.3.90.36.00.00.00 352 - Outros Serv. Terc. PF.... R\$ 3.000,00

3.3.90.39.00.00.00 352 - Outros Serv. Terc. PJ.... R\$ 38.047,34

Atividade: 2.091 - Serv. Convívio de Fortalecimento de Vínculo

3.3.90.32.00.00.00 352 - Mat. Distribuição Gratuita.... R\$ 24.000,00

3.3.90.36.00.00.00 352 - Outros Serv. Terc. PF.... R\$ 2.000,00

3.3.90.39.00.00.00 352 - Outros Serv. Terc. PJ.... R\$ 9.659,85

3.3.90.47.00.00.00 352 - Obrigações Tributárias e Contributivas.... R\$ 1.000,00

Atividade: 4.079 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Especial de Média Complexidade

3.1.90.11.00.00.00 352 - Venc. Vant. Fixas PC.... R\$ 22.000,00

3.3.90.30.00.00.00 352 - Material de Consumo.... R\$ 5.000,00

3.3.90.32.00.00.00 352 - Mat. Distribuição Gratuita.... R\$ 10.000,00

3.3.90.36.00.00.00 352 - Outros Serv. Terc. PF.... R\$ 3.000,00

3.3.90.39.00.00.00 152 - Outros Serv. Terc. PJ.... R\$ 1.500,00

3.3.90.39.00.00.00 352 - Outros Serv. Terc. PJ.... R\$ 16.866,62

Atividade: 4.081 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica - Bolsa Família

3.3.90.14.00.00.00 363 - Diárias - Civil.... R\$ 2.000,00

3.3.90.30.00.00.00 363 - Material de Consumo.... R\$ 10.000,00

3.3.90.39.00.00.00 363 - Outros Serv. Terc. PJ.... R\$ 14.244,73

4.4.90.52.00.00.00 363 - Equip. Material Permanente.... R\$ 15.000,00

Atividade: 6.041 - Gestão da FMAS - Port. Deficiência

3.3.50.43.00.00.00 349 - Subvenções Sociais.... R\$ 160,74

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na fonte de recursos 152 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS, no valor de R\$ 402.037,98, fonte de recursos 149 - Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD, no valor de R\$ 160,74, fonte de recursos 163 - Bolsa Família, no valor de R\$ 41.244,73 e a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 4.079 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Especial de Média Complexidade

3.3.90.32.00.00.00 152 - Mat. Distribuição Gratuita.... R\$ 1.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 029/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços e Vendas de Produtos que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da CONTRATANTE, mediante adesão ao(s) ANEXO(s) deste Instrumento contratual que, individualmente, caracteriza(m) cada modalidade envolvida, conforme Dispensa nº 17/2015.

DO VALOR: R\$ 172.000,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar desta data.

São Bento do Sul, 05 de fevereiro de 2015.

ASS: FERNANDO TURECK, como Prefeito.

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 052/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa UNNICA ÁUDIO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na contratação de uma produtora musical para realizar apresentação de uma banda musical com repertório exclusivo de músicas típicas alemãs, polonesas e italianas. Serão aproximadamente 16 apresentações

até 31 de dezembro de 2015. As apresentações serão no galpão da Igreja de Rio Natal na chegada do passeio da Maria Fumaça em São Bento do Sul/SC, conforme datas e especificações anexas ao Convite nº 4/2015.

DO VALOR: R\$ 19.680,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 10 (dez) meses e 24 (vinte e quatro) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 04 de fevereiro de 2015.

ASS: JOCELITO PIERIN, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Município.

UNNICA ÁUDIO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, como Contratada.

HABILITADOS EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 006/2014 SEMUS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DIVULGAÇÃO DE HABILITADOS

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 006/2014

A COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO, instituída pelo Decreto nº 707/2014, de 15 de outubro de 2014, torna público a relação de prestadores de serviços habilitados no Edital de Chamada Pública nº 006/2014.

Objeto: Contratualização de prestadores de serviços de saúde aos usuários do SUS (Sistema Único de Saúde) do Município de São Bento do Sul.

Serviços: Os serviços a serem tomados pela Secretaria Municipal de Saúde serão todos os exames constantes da Tabela de Procedimentos SIA/SUS - Procedimentos com Finalidade Diagnóstica por Radiologia e Coleta de Material, disponível no site sigtap.datasus.gov.br, do Ministério da Saúde, e no Anexo II do referido Edital.

Conforme documentação apresentada no período de vigência do edital segue abaixo relação dos serviços habilitados.

Relação de Prestadores Habilitados:

- MULTIMAGEM S/C LTDA.

Recurso: Poderá o interessado interpor recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis após esta divulgação.

Obs.: Passado os prazos legais, os serviços habilitados serão contactados pela SEMUS para a contratualização, conforme necessidade da mesma.

São Bento do Sul, 19 de fevereiro de 2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Secretário Municipal de Saúde

HABILITADOS EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2014 SEMUS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DIVULGAÇÃO DE HABILITADOS

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2014

A COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO, instituída pelo Decreto nº 707/2014, de 15 de outubro de 2014, torna público a relação de prestadores de serviços habilitados no Edital de Chamada Pública nº 007/2014.

Objeto: Contratualização de prestadores de serviços de saúde aos usuários do SUS (Sistema Único de Saúde) do Município de São Bento do Sul.

Serviços: Os serviços a serem tomados pela Secretaria Municipal de Saúde serão todos os procedimentos constantes da Tabela de Procedimentos SIA/SUS - FISIOTERAPIA (atendimento fisioterapêutico de média e alta complexidade), disponível no site sigtap.datasus.gov.br, do Ministério da Saúde, e no Anexo II do referido Edital.

Conforme documentação apresentada no período de vigência do edital segue abaixo relação dos serviços habilitados.

Relação de Prestadores Habilitados:

- FISIOMAS - CLINICA DE FISIOTERAPIA E MASSOTERAPIA LTDA
- CENTRO DE REABILITAÇÃO INTEGRADA LTDA
- SÃO LUCAS CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA

Recurso: Poderá o interessado interpor recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis após esta divulgação.

Obs.: Passado os prazos legais, os serviços habilitados serão contactados pela SEMUS para a contratualização, conforme necessidade da mesma.

São Bento do Sul, 19 de fevereiro de 2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Secretário Municipal de Saúde

HABILITADOS EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2014 SEMUS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DIVULGAÇÃO DE HABILITADOS

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2014

A COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO, instituída pelo Decreto nº 707/2014, de 15 de outubro de 2014, torna público a relação de prestadores de serviços habilitados no Edital de Chamada Pública nº 008/2014.

Objeto: Contratualização de prestadores de serviços de saúde aos usuários do SUS (Sistema Único de Saúde) do Município de São Bento do Sul.

Serviços: Os serviços a serem tomados pela Secretaria Municipal de Saúde serão consultas/atendimentos/procedimentos médicos e de outros profissionais da área da saúde e exames especializados, nas áreas de cardiologia, cirurgia vascular, dermatologia, gastroenterologia, neurologia, oftalmologia, ortopedia e traumatologia, otorrinolaringologia, pneumologia, proctologia, urologia e saúde mental, constantes da Tabela de Procedimentos SIA/SUS, disponível no site sigtap.datasus.gov.br, do Ministério da Saúde, e no Anexo II do referido Edital.

Conforme documentação apresentada no período de vigência do edital segue abaixo relação dos serviços habilitados.

Relação de Prestadores Habilitados:

- NÚCLEO DE ESPECIALIDADES CIRÚRGICAS E CLÍNICAS DE SÃO BENTO DO SUL LTDA
- CASA VIDA: ESPAÇO INTERDISCIPLINAR PARA SAÚDE INTEGRAL LTDA
- CLINICA DA VISÃO HADDAD LTDA

Recurso: Poderá o interessado interpor recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis após esta divulgação.

Obs.: Passado os prazos legais, os serviços habilitados serão contactados pela SEMUS para a contratualização, conforme necessidade da mesma.

São Bento do Sul, 19 de fevereiro de 2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Secretário Municipal de Saúde

LISTAGEM DE PORTARIA Nº 02/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 7997, de 19 de fevereiro de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, relativa ao triênio 2004/2007. Dulce Mara Tamanini Salles. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 7998, de 19 de fevereiro de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Maria Becker. Especialista em Assuntos Educacionais. SEMED.

Portaria nº 7999, de 19 de fevereiro de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, relativa ao triênio 2004/2007. Eleonice Odia. Técnico Desenhista. SEPLU.

Portaria nº 8000, de 19 de fevereiro de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, relativa ao triênio 2005/2008. Eliane Kas-mirczak Niedzveski. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8001, de 19 de fevereiro de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, relativa ao triênio 2005/2008. Minalise Nazario dos Santos Bueno Franco. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8002, de 19 de fevereiro de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, relativa ao triênio 2006/2009. Gislaine Carla Pilz Stoeberl. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8003, de 19 de fevereiro de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, relativa ao triênio 2006/2009. Laercio Bueno da Silva. Operador de Máquina I. SEMOB.

Portaria nº 8004, de 19 de fevereiro de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, relativa ao triênio 2007/2010. Marli Moreira. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8005, de 19 de fevereiro de 2015. Prorroga Licença de Parte de Jornada de Trabalho, pelo prazo de 1 ano, a contar de 22/11/2014, conforme Processo nº 7980/2014. Cristina Aparecida Dominski de Lima Pereira. Assistente Social. SEMAS.

Portaria nº 8006, de 19 de fevereiro de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 09 de fevereiro de 2015. Suelen Milczewski. Professor Anos Finais - Matemática. SEMED.

Portaria nº 8007, de 19 de fevereiro de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 06 de fevereiro de 2015. Evelyn Louisiana Duvoisin Ehlke. Professor Anos Finais - Artes. SEMED.

Portaria nº 8008, de 19 de fevereiro de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 06 de fevereiro de 2015. Juliana Krol Linzmeyer. Professor Anos Finais - Oficina de Projetos e Aprendizagem. SEMED.

Portaria nº 8009, de 19 de fevereiro de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 06 de fevereiro de 2015. Andrieli Chaves da Silva. Professor Anos Finais - Geografia. SEMED.

Portaria nº 8010, de 19 de fevereiro de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 05 de fevereiro de 2015. Juliano Guedes Drapala. Professor Anos Finais - Educação Física. SEMED.

Portaria nº 8011, de 19 de fevereiro de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 05 de fevereiro de 2015. Regiane Malinowski Hartz. Professor Anos Finais - Artes. SEMED.

Portaria nº 8012, de 19 de fevereiro de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 02 de fevereiro de 2015. Jéssica Rodrigues de Moraes Vaz. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8013, de 19 de fevereiro de 2015. Exonera Diretor do Departamento de Projetos, a pedido, a partir de 19 de fevereiro de 2015. Ricardo Callado. SEPLU.

Portaria nº 8014, de 19 de fevereiro de 2015. Concede Função Gratificada de Responsabilidade Técnica de Projetos. Ricardo Callado. Arquiteto e Urbanista. SEPLU.

Portaria nº 8015, de 19 de fevereiro de 2015. Prorroga Prazo para Posse, Concurso Público nº 009/2011, conforme Processo nº 951/2015. Marcia Adriane Witcoski, Auxiliar de Consultório Dentário. SEMUS.

São Bento do Sul, 20 de fevereiro de 2015.

FERNANDO TURECK

PREFEITO MUNICIPAL.

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 15/2015

Pregão Presencial nº 15/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 15/2015

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 03 de março de 2015, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de combustíveis Gasolina Aditivada e Diesel S10 Aditivado para uso nos veículos da frota do SAMAE.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(10) 3.3.90.30.00 - Setor Administrativo - Exercício Vigente

(32) 3.3.90.30.00 - Setor de Abastecimento de Água - Exercício Vigente

(56) 3.3.90.30.00 - Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário - Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 19 de fevereiro de 2015.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2015

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 06/2015
Contrato Nº: 06/2015
Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada: Ranieri Renato Ronchi
Vigência: Início: 14/01/2015 - Término: 14/02/2016

Recursos: Dotação:
21 - 1002/24 (4.4.90.51.00.00.00.00 0.2.0000 - Setor de Abastecimento de Água

Objeto: Disponibilização de uma área de terras com a área de 10.000 m2, localizada em sua propriedade, localizada na Rua Geraldo Vicente, s/nº, Bairro Rio Vermelho, com as seguintes medidas 100 m x 100 m, parte integrante de área maior, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul sob nº 32.148.

Valor: R\$ 12.000,00 (Doze Mil Reais) valor total.

São Bento do Sul, 19 de fevereiro de 2015.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2015

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 01/2015
Contrato Nº: 07/2015
Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada: Transresíduos Transportes Industriais Ltda
Vigência: Início: 30/01/2015 - Término: 30/01/2016

Recursos: Dotação:
Órgão: 23 - Unidade: 05 - Resíduos Sólidos.
Despesa: 17.452.0013 - 3.3.90.39.00.00

Objeto: Serviços de Coleta Regular e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares; Coleta Seletiva, e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares Recicláveis; Coleta e Transporte Resíduos Depositados

em Contêineres de 1,0 m3; Operação e Manutenção do Aterro Sanitário de São Bento do Sul; Operação de Estação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares; Destinação Final de Resíduos Sólidos Domiciliares em aterro privado; Manutenção do antigo Aterro Sanitário; Desobstrução mecanizada de Bocas de lobo e hidrojateamento de galerias;

Valor: R\$ 5.009.209,08 (Cinco Milhões, Nove Mil, Duzentos e Nove Reais e Oito Centavos) valor total anual.

São Bento do Sul, 19 de fevereiro de 2015.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 09/2015

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 09/2014
Contrato Nº: 09/2015
Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada: WBT Internet Ltda
Vigência: Início: 14/02/2015 - Término: 14/02/2016

Recursos: Dotação:
3.3.90.39.00.00 (81) - EXERCÍCIO VIGENTE.

Objeto: Contratação de serviço de conexão com a internet: Link IP dedicado com velocidade de 10Mbps, incluindo locação e configuração de modems/routers e outros equipamentos necessários.

Valor: R\$ 1.860,97 (Um Mil, Oitocentos e Sessenta Reais e Noventa e Sete Centavos) valor mensal.

São Bento do Sul, 19 de fevereiro de 2015.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São Carlos**PREFEITURA****EXTRATO TA SAO CARLOS TUR**

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS

EXTRATO TERMO ADITIVO

Contrato Nº.:15/2014- PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Contratante.:FUNDO MUNCIIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS

Contratada...:SÃO CARLOS TUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME

Objeto :PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CIRURGIAS ELETIVAS

Valor: R\$34.000,00(trinta e quatro mil reais)

Vigência: 12 MESES

SAO CARLOS, 30 DE DEZEMBRO DE 2014

CLEOMAR WEBER KUHN

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

São Domingos**PREFEITURA****ADITIVO 003 RODRIGUES E DA SILVA LTDA ME - PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS**

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: JANEIRO/2015

QUARTO TERMO ADITIVO: PREFE N. 003 de 29/01/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n. 038/2013 Tomada de Preços 010/2013

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira - Dos Prazos do contrato PREFE 052 de 26 de agosto de 2013.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADA: Rodrigues e Da Silva Ltda ME.

CNPJ: 07.481.358/0001-22

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 06/04/2015

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº. 013 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2015.

DECRETO Nº. 013 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2015.

Estabelece horário de atendimento ao público nas Repartições Públicas Municipais de São João do Sul a partir da data que especifica, e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, Art. 55 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o horário de atendimento ao público nas Repartições Públicas Municipais, de segunda a sexta-feira, das 08h00min. às e das 13h30min. às 17h30min .

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Saúde, bem como todas as Unidades de Saúde e a Secretaria Municipal de Assistência Social e seus Programas e, o Conselho Tutelar, terão horário diferenciado de atendimento das 08h00min. às 12h00min. e das 13h00min. às 17h00min, de segunda a sexta-feira.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de fevereiro de 2015

Art. 4º - Revogam-se os efeitos do Decreto Municipal nº. 090 de 06 de outubro de 2014, e as demais disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 16 de fevereiro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

São José

PREFEITURA

CONTRATO/CT: Nº 004/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 004/2015 - PR 153/2014 - Processo 377/2014 - Contratado: CASA MOREIRA EVENTOS LTDA - EPP. Objeto: Contratação de empresa de eventos para realização do Carnaval Zé Folia 2015 e demais eventos relacionados. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 90 (noventa) dias, contados a partir deste termo. Valor: R\$476.980,00 - quatrocentos e setenta e seis mil, novecentos e oitenta reais. Data da Assinatura do Contrato: 08 de janeiro de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 005/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 005/2015 - TP 026/2014 - Processo 318/2014 - Contratado: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Contratação de empresa para construção de Unidade Básica de Saúde Ceniro Martins, localizada na Rua Luiz Ribeiro Martins, S/Nº - Loteamento Ceniro Martins - São José - SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 210 (duzentos e dez) dias, contados a partir deste termo e o prazo de execução dos serviços, com fornecimento de materiais, será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data do recebimento da Autorização de Execução de Serviços. Valor: R\$868.381,00 - oitocentos e sessenta e oito mil, trezentos e oitenta e um reais. Data da Assinatura do Contrato: 15 de janeiro de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 006/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 006/2015 - PR 124/2014 - Processo 323/2014 - Contratado: OPTITEL REDES E TELECOMUNICAÇÕES LTDA. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de um link dedicado de acesso a internet de alta velocidade, destinado a Primeira Companhia de Bombeiros Militar do Município de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir deste termo. Valor: R\$10.680,00 - dez mil, seiscentos e oitenta reais. Data da Assinatura do Contrato: 15 de janeiro de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 007/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 007/2015 - TP 030/2014 - Processo 353/2014 - Contratado: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Execução de serviços com fornecimento de materiais para ampliação da unidade escolar existente/anexo I, 04 salas e pátio coberto para o CEM

Santa Terezinha, Bairro Potecas, no Município de São José. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 240 (duzentos e quarenta) dias, contados a partir deste termo e o prazo de execução será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir da Autorização de Execução de Serviços. Valor: R\$273.235,28 - duzentos e setenta e três mil, duzentos e trinta e cinco reais e vinte e oito centavos. Data da Assinatura do Contrato: 20 de janeiro de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 010/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 010/2015 - TP 034/2014 - Processo 365/2014 - Contratado: ASTECA CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços, com fornecimento de materiais, para ampliação/anexo L do Centro Educacional Infantil São Francisco de Assis - Forquilha, no Município de São José. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 240 (duzentos e quarenta) dias, contados a partir deste termo e o prazo de execução será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir da Autorização de Execução de Serviços. Valor: R\$365.910,19 - trezentos e sessenta e cinco mil, novecentos e dez reais e dezenove centavos. Data da Assinatura do Contrato: 26 de janeiro de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 011/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 011/2015 - TP 035/2014 - Processo 366/2014 - Contratado: ASTECA CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Objeto: Contratação de empresa para execução de muro, sistema sanitário e pintura do centro de Educação Infantil Morar Bem, Serraria - São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 210 (duzentos e dez) dias, contados a partir deste termo e o prazo de execução será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da Autorização de Execução de Serviços. Valor: R\$100.697,84 - cem mil, seiscentos e noventa e sete reais e oitenta e quatro centavos. Data da Assinatura do Contrato: 26 de janeiro de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 013/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 013/2015 - PR 159/2014 - Processo 389/2014 - Contratado: RADIAL ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO E DRAGAGENS LTDA. Objeto: Contratação de empresa para serviços de manutenção em ruas com pavimentação asfáltica no sistema viário e nas intervenções realizadas pela CASAN, com fornecimento de materiais. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir deste termo. Valor: R\$1.308.000,00 - um milhão, trezentos e oito mil reais. Data da Assinatura do Contrato: 28 de janeiro de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 261/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 261/2014 - PR 103/2014 - Processo 268/2014 - Contratado: SCHEYLLA DE MENDONÇA - ME. Objeto: Contratação de empresa(s) para fornecimento de materiais permanentes e de consumo para atender os centros de educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de ensino de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir deste termo. Valor: R\$151.800,00 - cento e cinquenta e um mil e oitocentos reais. Data da Assinatura do Contrato: 15 de dezembro de 2014.

CONTRATO/CT: Nº 262/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 262/2014 - PR 103/2014 - Processo 268/2014 - Contratado: HP & E COMERCIAL LTDA - EPP. Objeto: Contratação de empresa(s) para fornecimento de materiais permanentes e de consumo para atender os centros de educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de ensino de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir deste termo. Valor: R\$48.566,10 - quarenta e oito mil, quinhentos e sessenta e seis reais e dez centavos. Data da Assinatura do Contrato: 15 de dezembro de 2014.

CONTRATO/CT: Nº 263/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 263/2014 - PR 103/2014 - Processo 268/2014 - Contratado: DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS LTDA - EPP. Objeto: Contratação de empresa(s) para fornecimento de materiais permanentes e de consumo para atender os centros de educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de ensino de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir deste termo. Valor: R\$149.020,00 - cento e quarenta e nove mil e vinte reais. Data da Assinatura do Contrato: 15 de dezembro de 2014.

CONTRATO/CT: Nº 264/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 264/2014 - PR 103/2014 - Processo 268/2014 - Contratado: TRACTON INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA - EPP. Objeto: Contratação de empresa(s) para fornecimento de materiais permanentes e de consumo para atender os centros de educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de ensino de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir deste termo. Valor: R\$1.640,00 - um mil, seiscentos e quarenta reais. Data da Assinatura do Contrato: 15 de dezembro de 2014.

CONTRATO/CT: Nº 265/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 265/2014 - PR 103/2014 - Processo 268/2014 - Contratado: TODT MÓVEIS LTDA - EPP. Objeto: Contratação de empresa(s) para fornecimento de materiais permanentes e de consumo para atender os centros de educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de ensino de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir deste termo. Valor: R\$5.335,70 - cinco mil, trezentos e trinta e cinco reais e setenta centavos. Data da Assinatura do Contrato: 15 de dezembro de 2014.

CONTRATO/CT: Nº 266/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 266/2014 - PR 103/2014 - Processo 268/2014 - Contratado: FLEXFORMA COMERCIAL DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA - ME. Objeto: Contratação de empresa(s) para fornecimento de materiais permanentes e de consumo para atender os centros de educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de ensino de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir deste termo. Valor: R\$98.185,00 - noventa e oito mil, cento e oitenta e cinco reais. Data da Assinatura do Contrato: 15 de dezembro de 2014.

CONTRATO/CT: Nº 267/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 267/2014 - PR 103/2014 - Processo 268/2014 - Contratado: CSN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA - ME. Objeto: Contratação de empresa(s) para fornecimento de materiais permanentes e de consumo para atender os centros de educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de ensino de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir deste termo. Valor: R\$116.100,00 - cento e dezesseis mil e cem reais. Data da Assinatura do Contrato: 15 de dezembro de 2014.

CONTRATO/CT: Nº 268/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 268/2014 - PR 103/2014 - Processo 268/2014 - Contratado: NORMELIA LOTTERMANN - EPP. Objeto: Contratação de empresa(s) para fornecimento de materiais permanentes e de consumo para atender os centros de educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de ensino de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir deste termo. Valor: R\$47.190,00 - quarenta e sete mil, cento e noventa reais. Data da Assinatura do Contrato: 15 de dezembro de 2014.

CONTRATO/CT: Nº 269/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 269/2014 - TP 021/2014 - Processo 265/2014 - Contratado: TRIO CONSULTORIA E INCORPORADORA LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da cobertura de quadras existentes dos CEM's Santa Anna (12,00 x 15,00 mts), Jardim Solemar (10,00 x 15,00 mts) Renascer5 (15,00 x 25,00 mts) e Morar Bem (20,00 x 30,00 mts) pertencentes à Secretaria de Educação do Município de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 210 (duzentos e dez) dias, contados a partir deste termo e o prazo de execução será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir da Autorização de Execução de Serviços. Valor: R\$396.559,91 - trezentos e noventa e seis mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e noventa e um centavos. Data da Assinatura do Contrato: 19 de dezembro de 2014.

CONTRATO/CT: Nº 270/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 270/2014 - TP 021/2014 - Processo 265/2014 - Contratado: A & B LOPES PLANEJAMENTOS EIRELI - ME. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da cobertura de quadras existentes dos CEM's Santa Anna (12,00 x 15,00 mts), Jardim Solemar (10,00 x 15,00 mts) Renascer5 (15,00 x 25,00 mts) e Morar Bem (20,00 x 30,00 mts) pertencentes à Secretaria de Educação do Município de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 210 (duzentos e dez) dias, contados a partir deste termo e o prazo de execução será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir da Autorização de Execução de Serviços. Valor: R\$223.267,67 - duzentos e vinte e três mil, duzentos e sessenta e sete reais e sete centavos. Data da Assinatura do Contrato: 19 de dezembro de 2014.

CONTRATO/CT: Nº 272/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 272/2014 - PR 148/2014 - Processo 370/2014 - Contratado: ONITUR TURISMO E TRANSPORTE LTDA ME. Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de 03 (três) ônibus tipo urbano com motorista e monitor, para realizar o transporte escolar de alunos da rede estadual e municipal de ensino de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir deste termo. Valor: R\$570.000,00 - quinhentos e setenta mil reais. Data da Assinatura do Contrato: 19 de dezembro de 2014.

CONTRATO/CT: Nº 273/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 273/2014 - PR 068/2014 - Processo 214/2014 - Contratado: DIMAS COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de 02 (dois) veículos destinados a 1ª Companhia de Bombeiros de São José/

SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 60 (sessenta) dias, contados a partir deste termo. Valor: R\$84.600,00 - oitenta e quatro mil e seiscentos reais. Data da Assinatura do Contrato: 29 de dezembro de 2014.

DECRETO Nº 3.949/2015

DECRETO Nº 3.949/2015

REVOGA DESIGNAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE DIRETOR ADJUNTO DE UNIDADE ESCOLAR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogada, a pedido, a designação da servidor EDUARDO TEIXEIRA COELHO, para exercer a função gratificada de Diretor Adjunto da Escola Básica Municipal Vereadora Albertina Krummel Maciel, no valor de R\$ 1.200,00, com carga horária de 40 horas semanais e lotação na Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 059, de 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de fevereiro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.980/2015

DECRETO Nº 3.980/2015

REVOGA DESIGNAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogada, a pedido, a designação da servidora GRAZIELE MACHADO RIBEIRO DA SILVA, para exercer a função gratificada de Diretora do Centro de Educação Infantil José Nitro, no valor de R\$ 1.200,00, com carga horária de 40 horas semanais e lotação na Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 059, de 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de fevereiro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3.981/2015

DECRETO Nº 3.981/2015

DESIGNA FUNÇÃO GRATIFICADA DE DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada MARIANA ROCHA, para exercer a função gratificada de Diretora do Centro de Educação Infantil José Nitro, no valor de R\$ 1.200,00, com carga horária de 40 horas semanais e lotação na Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 059, de 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de fevereiro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 4.003/2015

DECRETO Nº 4.003/2015

REVOGA DESIGNAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE DIRETOR ADJUNTO DE UNIDADE ESCOLAR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogada, a pedido, a designação da servidora CLARISSE DA LUZ NASCIMENTO, para exercer a função gratificada de Diretora Adjunta do Centro Educacional Municipal Interativo Floresta, no valor de R\$ 1.200,00, com carga horária de 40 horas semanais e lotação na Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 059, de 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 11 de fevereiro de 2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de fevereiro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 4021/2015

DECRETO Nº 4021/2015

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, a Lei 4.955/2010 e a Lei 5.388/2014,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2015/FUNDESJ - Fundação Municipal Educacional;

DECRETA:

Art.1º - Ficam admitidos(as), os(as) seguintes servidores(as)

contratados por processo seletivo, ocupantes de cargos temporários:

	Servidor	Função	Carga Horária Contratada	Data Admissão
I	Alexandre Lima	Professor de Ensino Superior Substituto – Área Filosofia - 2º colocado.	05h	25/02/2015
II	Ana Julia Kloeppel	Professora de Ensino Superior Substituta – Área Educação – 1º colocada.	07h	19/02/2015
III	Ana Lúcia Ferraresi Schmitz	Professora de Ensino Superior Substituta – Área Administração da Produção - 1º colocada.	05h	19/02/2015
IV	Carlos Alberto Freitas	Professor de Ensino Superior Substituto – Área Ciências Contábeis – Vaga 3.2 - 1º colocado.	10h	19/02/2015
V	Davi da Silva Böger	Professor de Ensino Superior Substituto – Área Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Vaga 1.2 - 1º colocado.	05h	24/02/2015
VI	Fernanda Matte Cavalcante	Professora de Ensino Superior Substituta – Área Administração Financeira e Orçamento - 1º colocada.	05h	20/02/2015
VII	Jaison Schinaider	Professor de Ensino Superior Substituto – Área Filosofia - 1º colocado.	05h	20/02/2015
VIII	Joselito Smaniotto	Professor de Ensino Superior Substituto – Área Ciências Contábeis – Vaga 3.1 - 1º colocado.	05h	19/02/2015
IX	Marcos Aurélio Espíndola	Professor de Ensino Superior Substituto – Área História - 1º colocado.	10h	20/02/2015
X	Rodrigo Diaz de Vivar y Soler	Professor de Ensino Superior Substituto – Área História - 1º colocado.	15h	19/02/2015

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de fevereiro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 002/2015/GAB

PORTARIA Nº 002/2015/GAB

HOMOLOGA O RESULTADO DOS ALUNOS APROVADOS PELA COMISSÃO AVALIADORA DO PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais, especificamente no artigo 62, da Lei Orgânica do Município de São José e a Lei N.º 4.110 de 06 de janeiro de 2004,

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o resultado dos (as) alunos (as) aprovados (as) pela Comissão Avaliadora do Programa de Compensação Tributária, conforme dispõe a Lei Nº 4.110 de 06 de janeiro de 2004, a qual autoriza a Chefe do Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com as Escolas Particulares e Filantrópicas em todos os

níveis (Educação Básica) e modalidades, no município, mediante compensação tributária para fins específicos.

Art. 2º - Relação das Instituições de Ensino conveniadas para o Exercício de 2015;

- 1 - ALPHA OBJETIVO - Deschamps e Lemes Ltda/ EPP;
- 2 - AQUARELA - Centro Escolar Aquarela Ltda/ ME;
- 3 - ATITUDE - Centro Educacional Atitude Ltda/ ME;
- 4 - ATUAL PETER PAN - Colégio Silveira Ltda/ ME;
- 5 - BALUARTE - Centro Educacional Lugar Seguro Ltda;
- 6 - CEB - Centro Educacional Barreiros ME;
- 7 - CONSTRUINDO UM MUNDO MELHOR - Souza Pereira Recreação Infantil Ltda/ ME;
- 8 - MARIA MONTESSORI - Centro Educacional Maria Montessori Ltda;
- 9 - CRUZ E SOUSA - Centro Educacional Anita Ltda;
- 10 - EXPRESSÃO - Centro Educacional Expressão Ltda;
- 11 - FERREIRA NETO - Colégio Francisco José Ferreira Neto ME;
- 12 - GARDNER - Gardner Cursos e Colégios ME;
- 13 - INTERAGIR - Centro Educacional Interagir Ltda;
- 14 - LIDERANÇA - Marlete Jochen - ME;
- 15- NOSSA SENHORA DE LOURDES - Centro Educacional Nossa Senhora de Lourdes Ltda;
- 16 - PADRE AGOSTINHO - ZS Floriani Colégio Padre Agostinho ME;
- 17 - PASSO A PASSO - Centro Educacional Infantil Passo a Passo Ltda;
- 18 - PAULO FREIRE - Centro Educacional Paulo Neves Freire Ltda/ EPP;
- 19 - REINO AZUL - Cláudia Regina do Livramento ME.

TABELAS DE VAGAS

ALPHA OBJETIVO - Deschamps e Lemes Ltda/ EPP - 49 Vagas

Número	Beneficiados (as)	Nível de Ensino
01	Amandha Rosa Konrad	1º EF
02	Ana Carolina Costa Agostinho	1º EM
03	Arthur dos Santos	Educação Infantil
04	Bárbara Zilli Schmitt	9º EF
05	Beatriz Rocha Ávila Martins	1º EM
06	Brunna Humbert dos Santos	9º EF
07	Camila Alves Pereira	3º EF
08	Camilly Machado dos Santos	8º EF
09	Cauã Kuhn Souza	5º EF
10	Daniele Coutinho Antunes	8º EF
11	Eduarda Alves Silva	4º EF
12	Emily Rodrigues Lopes	1º EM
13	Fiorella Aguzzi Camelo	1º EM
14	Gabriel Luis de Amorim	5º EF
15	Gabriely Seemann da Silva	8º EF
16	Germano Ferreira Giusti	7º EF
17	Giovanna Silva Monschau	7º EF
18	Guilherme Pertile Lima	1º EF
19	Guinywer Celeste Lehmkuhl	7º EF
20	Ingrid Antonello da Costa	1º EF
21	Isadora Warmling	3º EM
22	João Paulo Matias	7º EF
23	João Victor Faraco	6º EF
24	João Victor Weingartner	1º EF
25	João Vitor Machado	8º EF

26	Júlia Costa Gonçalves	1º EF
27	Katharina Sonda Moraes	6º EF
28	Laís Aparecida Bonini	5º EF
29	Lara Gabriella Albanaz	Educação Infantil
30	Laura Pacheco Alves	9º EF
31	Laura Xavier da Silva	1º EF
32	Luana de Almeida Angelo	8º EF
33	Luara Nunes do Nascimento	Educação Infantil
34	Lucas Cruz dos Santos	7º EF
35	Luisa Cristina Pulceno	9º EF
36	Luiz Henrique Sobrosa Klein	8º EF
37	Luka S. Bessey	1º EM
38	Marcos Paulo	6º EF
39	Maria Isabel da Rocha	9º EF
40	Maria Laura de Sousa	6º EF
41	Maria Nicolle Gomes Massote	1º EM
42	Natasha Pacheco Plonkoski	5º EF
43	Matheus Bernardini Schweitzer Koenig	3º EF
44	Raquel Nunes da Silva Brando	7º EF
45	Sophia Gabriella da Silva Bouziani	2º EF
46	Sophia Neckel Nogueira	3º EF
47	Suelyn dos Santos	3º EM
48	Vithória Laiz Pereira	9º EF
49	Yago Machado Nascimento	1º EF

AQUARELA - Centro Escolar Aquarela Ltda/ ME - 06 vagas

Número	Beneficiados (as)	Nível de Ensino
01	Alice Hugem de Carvalho	2º EF
02	Bárbara Machado Teixeira Rodrigues	3º EF
03	Betina Eger de Lima	2º EF
04	Érika Tripoli da Silva	3º EF
05	Isabella Vandresen Mendes Paes	Educação Infantil
06	João Vitor da Silva de Souza	4º EF

ATITUDE - Centro Educacional Atitude Ltda/ ME - 01 Vaga

Número	Beneficiados	Nível de Ensino
1º	Pedro Henrique Gonçalves Velho	Educação Infantil

ATUAL PETER PAN - Colégio Silveira Ltda/ ME - 04 Vagas

Número	Beneficiados (as)	Nível de Ensino
01	Natasha Rodrigues Souza da Silva	4º EF
02	Pietro Vargas Miranda	Educação Infantil
03	Rafael Fidélis Zimmermann	3º EF
04	Vitor Specht de Sousa	5º EF

BALUARTE - Centro Educacional Lugar Seguro Ltda - 02 Vagas

Número	Beneficiados (as)	Nível de Ensino
01	Davi Batista Inácio	Educação Infantil
02	Isabelly Timóteo Ribeiro	Educação Infantil

CEB - Centro Educacional Barreiros ME - 23 Vagas

Número	Beneficiados (as)	Nível de Ensino
01	Ana Carolina Martins Oliveira	7º EF
02	Arthur Bonato da Silva	Educação Infantil
03	Beatriz Guerreiro	6º EF
04	Beatriz Ramos Rocha	Educação Infantil
05	Davi Leopoldo Pereira	4º EF
06	Deysiane do Espírito Santo Cavalcanti	9º EF
07	Fabian Lopes Lucas	7º EF
08	Fernando Gabriel Marques	3º EF
09	Gabriel Felipe Oliveira do Vale	6º EF
10	Giovana Rocha Santos	3º EF
11	Henrique Schmitz Andrade	Educação Infantil
12	Isabella Schmitt de Souza Pereira	6º EF
13	João Vitor Leoni Augusto	Educação Infantil
14	Júlia Laura de Souza	6º EF
15	Larissa da Silva Raulino	Educação Infantil
16	Lucas Ramos de Souza	4º EF
17	Maria Victória Pereira Porto	7º EF
18	Mateus Ribeiro de Campos	7º EF
19	Nicole Grudtner Silveira	9º EF
20	Nicolly Barbosa Souza	Educação Infantil
21	Samuel de Castro Etgens	4º EF
22	Víctor Aparecido Kammer	6º EF
23	Vitória Marcelino de Farias	Educação Infantil

CONSTRUINDO UM MUNDO MELHOR - Souza Pereira Recreação Infantil Ltda/ ME - 02 Vagas

Número	Beneficiados (as)	Nível de Ensino
01	Beatriz Aparecida Arsênio Adriano	Educação Infantil
02	Davi Maxmila Adriano	Educação Infantil

MARIA MONTESSORI - Centro Educacional Maria Montessori Ltda/ ME - 06 vagas

Número	Beneficiados (as)	Nível de Ensino
01	Artur Rulian Meneghelli Werlich	2º EF
02	Bianca de Moura Borges	Educação Infantil
03	Caio Eduardo Alves de Freitas	Educação Infantil
04	Emanuella Cunha da Rosa	3º EF
05	Henrique Kist Neto	Educação Infantil
06	Icaro Ayres Knoll	Educação Infantil

CRUZ E SOUSA - Centro Educacional Anita Ltda - 05 Vagas

Número	Beneficiados (as)	Nível de Ensino
01	Gabriel Pacheco José	2º EM
02	João Pedro Santana Nichele	8º EF
03	João Vítor Coelho Martins	8º EF
04	Manoela Alves Weigel	2º EM
05	Sarah Stuart de Souza	2º EM

EXPRESSÃO - Centro Educacional Expressão Ltda - 06 Vagas

Número	Beneficiados (as)	Nível de Ensino
01	Isabelli Martins Lohn	1º EF
02	Kayo Hudson Camargo Ferreira	Educação Infantil
03	Larissa Severgnini de Oliveira	5º EF
04	Luiza Bueno	1º EF
05	Maria Luiza de Oliveira Paz	4º EF
06	Melissa Vitória Almeida de Sousa	1º EF

FERREIRA NETO - Colégio Francisco José Ferreira Neto ME - 10 vagas

Número	Beneficiados (as)	Nível de Ensino
01	Cecília Rodrigues de Souza	Educação Infantil
02	Gabriela de Jesus Vieira Canela	2º EF
03	Ketlin Giovanella de Andrade	1º EF
04	Lucas Fidélis do Nascimento	2º EF
05	Lucas Oliveira Silva	1º EF
06	Maria Clara Machado	6º EF
07	Nícolas Wagner Nicácio	1º EF
08	Valentina Thomazini	Educação Infantil
09	Vinícius de Medeiros Amândio	2º EM
10	Vitória Fernandes Goulart	Educação Infantil

GARDNER - Gardner Cursos e Colégios ME - 15 Vagas

Número	Beneficiados (as)	Nível de Ensino
01	Arthur Guerreiro Costa	Educação Infantil
02	Bruno Pereira Farache	4º EF
03	Bruno Ricardo Carvalho de Souza	6º EF
04	Eduardo Barbosa da Silva	5º EF
05	Jhonn Lucas Luiz Rosa	7º EF
06	Júlia Pereira Stahelin	Educação Infantil
07	Kauã Davi Germano Schroeder	4º EF
08	Lauany Cordeiro Fernandes	6º EF
09	Lukas Sinnott Thibes de Oliveira	4º EF
10	Maitê Bach Corrêa	4º EF
11	Maria Eduarda de Castro Quevedo	4º EF
12	Miguel Bernardo Botelho Ramos	Educação Infantil
13	Vinícius César Albino	3º EM
14	Vinícius Germano Dias de Oliveira	1º EF
15	Vitória de Lima Alexandre	2º EM

INTERAGIR - Centro Educacional Interagir Ltda - 08 Vagas

Número	Beneficiados (as)	Nível de Ensino
01	Beatriz Segovia	7º EF
02	Fabiano Machado Filho	5º EF
03	Henri Robert Diomar	4º EF
04	Juliana Souza Vidal dos Santos	5º EF
05	Luiz Henrique Ribeiro Neto	5º EF
06	Mariah da Silva Rosa	3º EF
07	Matheus Campani Gomes	2º EF
08	Yan Assunção Talgatti	5º EF

LIDERANÇA - Marlete Jochen ME - 05 Vagas

Número	Beneficiados (as)	Nível de Ensino
01	Gustavo Santiago Corrêa	6º EF
02	Heloisa Santiago Pereira	Educação Infantil
03	Julia Alves Miranda	7º EF
04	Marcelo dos Santos	Educação Infantil
05	Victor Guilherme Quint Wardelmann	9º EF

NOSSA SENHORA DE LOURDES - Centro Educacional Nossa Senhora de Lourdes Ltda; -33 Vagas

Número	Beneficiados (as)	Nível de Ensino
01	Alisson Alaor Campos de Lima	3º EF
02	Anderson Carrera Barbosa	5º EF
03	Anna Helena Machado Motta	1º EF
04	Caroline Lúcia Campos de Lima	1º EF
05	Clara Fernandes Lopes	4º EF
06	Emily Inácio de Souza	2º EF
07	Gabriel de Andrade dos Passos	3º EF
08	Gabriela Pereira Rosa	5º EF
09	Gabriela Santos Vieira	2º EF
10	Iara Carmen Denegredo	8º EF
11	Ikaro da Silva Calônico	Educação Infantil
12	Isabela dos Santos da Silva	3º EF
13	Jarmison Jardel da Silva Coelho	3º EF
14	Jeniffer Farias	5º EF
15	Júlia Borges Garcia	3º EF
16	Kamylle da Cunha Lopes	7º EF
17	Kauã Krausen de Ávila	4º EF
18	Kimberly dos Santos Coelho	5º EF
19	Larissa Beatriz Gomes	2º EF
20	Luan Roza Denegredo	3º EF
21	Luana de Souza Soares	9º EF
22	Lucas Roza Denegredo	6º EF
23	Lucas Soares de Souza	2º EF
24	Luciano Sarmiento Freitas	3º EF
25	Luiz Fernando Silvério Felisbino	4º EF
26	Maria Clara Pacheco	Educação Infantil
27	Maria Eduarda de Souza da Silva	2º EF
28	Matheus Schovinder	Educação Infantil
29	Nicoli Isabella Vieira	5º EF
30	Rafael Benedito de Souza	7º EF
31	Vitória Aline Silva Machado	5º EF
32	Yan Dutra Laurindo	2º EF
33	Yasmim Vieira dos Santos	Educação Infantil

PADRE AGOSTINHO - ZS Floriani Colégio Padre Agostinho ME - 16 Vagas

Número	Beneficiados (as)	Nível de Ensino
01	Brayan Amorim da Silva	Educação Infantil
02	Cameron Lima Ventura da Silva	1º EM
03	Carlos Eduardo Rosa Pavanatti	6º EF
04	Cynthia Valéria de Deus Pedron	1º EM
05	Daniela Schmitt	5º EF

06	Diego Santos de Melo	7º EF
07	Felipe Matos Cardoso	4º EF
08	Francielly de Melo Goulart	3º EM
09	Gabriel Dasil da Silva	2º EF
10	João Nestor Cabral	3º EF
11	Leonardo Santos de Oliveira	1º EM
12	Luan Ono Rodrigues	6º EF
13	Maria Eduarda Fagundes Pereira	5º EF
14	Renan de Sousa Silveira	3º EM
15	Steffany Cristiny Mendes	8º EF
16	Vitor Pinho Lopes	6º EF

PASSO A PASSO - Centro de Educação Infantil Passo a Passo Ltda
- 02 Vaga

Número	Beneficiados	Nível de Ensino
01	Guilherme Campos Soares	Educação Infantil
02	Helena de Oliveira Bianchini	Educação Infantil

PAULO FREIRE - Centro Educacional Paulo Freire Neves Ltda/ EPP
- 18 Vagas

Número	Beneficiados (as)	Nível de Ensino
01	Amáble Pereira Araújo	5º EF
02	Ana Beatriz Amaral de Mello	7º EF
03	Bruno Alexandre dos Santos Nascimento	5º EF
04	Dhandhara da Costa Santos de Jesus	2º EM
05	Eduardo Suave de Oliveira	2º EM
06	Geovana Barcelos Borges Luz	3º EF
07	Isabela Oliveira da Rocha	8º EF
08	Jean Marques Lopes	1º EM
09	João Pedro Godinho de Souza	Educação Infantil
10	João Pedro Lima Fraga	2º EF
11	Letícia Demétrio de Sousa	8º EF
12	Lucas Pierini Rodrigues	6º EF
13	Maria Clara da Silva Makowiesky	1º EF
14	Maria Eduarda dos Santos Campos	8º EF
15	Rafael Derner de Oliveira	2º EM
16	Renan de Souza	9º EF
17	Thais Paula de Barros	2º EM
18	Vitor Corrêa	7º EF

REINO AZUL - Cláudia Regina do Livramento ME - 22 Vagas

Número	Beneficiados (as)	Nível de Ensino
01	Chauana Salete Borges	6º EF
02	Henrique de Sousa Laguna	8º EF
03	Italo Manoel Silva Sarmento	1º EF
04	Jhonny Lucas Ferreira dos Santos	5º EF
05	João Victor de Oliveira Cabral	9º EF
06	João Víctor Giovanella	1º EF
07	João Vítor Steiner	5º EF
08	José Vinícius da Silva	1º EF
09	Kaio Guimarães de Souza	1º EF
10	Kaylaine Francisco Vieira	2º EF

11	Lara dos Santos da Costa	Educação Infantil
12	Leonardo Menezes da Silva	4º EF
13	Lucas Soratto Ferreira	7º EF
14	Luiz Felipe Bueno	9º EF
15	Matheus Powey Brito	2º EF
16	Nicolly Bittencourt	2º EF
17	Rhuan Taruhn Vieira	2º EF
18	Richard do Nascimento Pires	1º EF
19	Sabrina Esther Velloso Cardoso	4º EF
20	Tainná Oliveira Tonetto Floriano	7º EF
21	Thaiane Fogaça de Souza	4º EF
22	Yasmin Souza Lopes	7º EF

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de fevereiro de 2015.

ADELIANA DAL PONT Prefeita Municipal	DANIELA DA SILVA FRAGA Secretária Interina da Educação
---	---

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 142/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 142/2014 - Processo nº 358/2014. Fornecedores: I - LUIZ FERNANDO SEBOLD; II - ATACADO LITORAL CATARINENSE LTDA ME; III - ALEXANDRA DOS PASSOS ME; e IV - JULIANO JAIRO MELO - ME. Objeto: Registro de preço para eventual aquisição de materiais de consumo destinados ao Centro de Referência Especializado para População de Rua - Centro POP do Município de São José/SC. Valor por Fornecedor: I - R\$141.996,60 (cento e quarenta e um mil, novecentos e noventa e seis reais e sessenta centavos); II - R\$39.349,38 (trinta e nove mil, trezentos e quarenta e nove reais e trinta e oito centavos); III - R\$5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais); e IV - R\$71.000,00 (setenta e um mil reais). Valor Total: R\$257.745,98 - duzentos e cinquenta e sete mil, setecentos e quarenta e cinco reais e noventa e oito centavos.

Cláudia Schweitzer Pfleger
Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 169/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 169/2014 - Processo nº 406/2014. Contratado: GELSON AUGUSTO RESENDE ME. Objeto: Registro de preço para contratação de empresa para eventual prestação de serviços gráficos destinados a atender a demanda da Secretaria de Educação da Prefeitura de São José/SC. Valor Total: R\$292.790,00 - duzentos e noventa e dois mil, setecentos e noventa reais.

Cláudia Schweitzer Pfleger
Diretora de Compras.

TERMO ADITIVO Nº 036/2014-02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo nº 036/2014-02 - PR 148/2013 - Processo 401/2013 - Contratado: VEZ - INSTITUTO UNIBRASIL PARA DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA. Objeto: Fornecimento de sistema pedagógico de apoio para alunos, pais e professores do 1º ao 5º ano do ensino fundamental da rede municipal de ensino de São José/SC, incluindo capacitação, treinamento e suporte para os docentes. Prazo: Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 036/2014 por 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 05/02/2015. Valor: O contrato 036/2014 fica readequado em 9,20%, passando a vigorar com a importância de R\$1.848.091,62 - um milhão, oitocentos e quarenta e oito mil, noventa e um reais e sessenta e dois centavos. Data da assinatura: 09 de janeiro de 2015.

TERMO ADITIVO Nº 342/2013-01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo nº 342/2013-01 - PR 113/2013 - Processo 296/2013 - Contratado: INTELBRAS S/A. Objeto: Locação de sistema de telefonia híbrido TDM/IP, autônomo e configurável, com terminais telefônicos analógicos, digitais e/ou ip, prestação de serviços de manutenção da rede interna de telefonia e ampliação nas atuais centrais telefônicas, para atendimento da demanda de telecomunicações da Prefeitura Municipal de São José, compreendendo instalação e configuração do sistema de telefonia e os aparelhos telefônicos. Prazo: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 342/2013 por 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 05/12/2014. Valor: O contrato nº 342/2013 sofrerá uma readequação quantitativa de 21,25%, passando a vigorar com a importância total de R\$363.749,86 - trezentos e sessenta e três mil, setecentos e quarenta e nove reais e oitenta e seis centavos. Data da assinatura: 04 de dezembro de 2014.

São José do Cedro**PREFEITURA****DECRETO Nº 5.544, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.**

DECRETO Nº 5.544, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

"REGULAMENTA PRAZO PARA PAGAMENTO DO IPTU PARA O EXERCÍCIO DE 2015".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e a Lei Complementar nº. 009/2005, de 27 de setembro de 2005,

DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentado o prazo para o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, de acordo com o § 1º do Artigo 137, da Lei Municipal Complementar nº 009/2005, do Código Tributário Municipal, fixando o pagamento para o exercício de 2015, em 06 (seis) parcelas, com os seguintes vencimentos:

- 1ª. Parcela em 11 de maio de 2015;
- 2ª. Parcela em 10 de junho de 2015;
- 3ª. Parcela em 10 de julho de 2015;
- 4ª. Parcela em 10 de agosto de 2015;
- 5ª. Parcela em 10 de setembro de 2015; e
- 6ª. Parcela em 13 de outubro de 2015.

Parágrafo único. Para o pagamento em cota única, com vencimento em 11 de maio de 2015, será concedido desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor total do IPTU.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 19 de fevereiro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº 5.554, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 5.554, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015

"NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, NOELI TEREZINHA PELLEZ, para exercer o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, carga horária de 160 horas mensais, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2011, homologado através do Decreto nº 5.002/2011, de 23 de novembro de 2011, classificada em 10º lugar, média final 5,40, a partir de 19 de fevereiro de 2015, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de fevereiro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 020/2015 - SF

DECRETO Nº. 020/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
03 DEPARTAMENTODE TRANSPORTES E DO INTERIOR
2.041 DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E DO INTEIOR
"237" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
03 DEPARTAMENTODE TRANSPORTES E DO INTERIOR
2.041 DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E DO INTEIOR
"241" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica..R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 021/2015 - SF

DECRETO Nº. 021/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR
1.039 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS
"403" 4.4.90.51.00.00.1.0034 Obras e Instalações
..... R\$ 245.850,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Convênio Ministério das Cidades Nº1.003.774-96/2013/MCIDADES/CAIXAE.FEDERAL, Fonte 1.0034 no valor de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de fevereiro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 022/2015 - SF

DECRETO Nº. 022/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 91.580,90 (noventa e um mil, quinhentos e oitenta reais e noventa centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR
1.039 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS
"404" 4.4.90.51.00.00.3.0000 Obras e Instalações
..... R\$ 91.580,90

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 91.580,90 (noventa e um mil, quinhentos e oitenta reais e noventa centavos), Recursos Ordinários, Fonte N. 3.0000.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de fevereiro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 023/2015 - SF

DECRETO Nº. 023/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

1.039 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS

"403" 4.4.90.51.00.00.1.0034 Obras e Instalações
..... R\$ 245.850,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Convênio Ministério das Cidades Nº1.003.649.70/2013/MCIDADES/CAIXAE.FEDERAL, Fonte 1.0034 no valor de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de fevereiro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 024/2015 - SF

DECRETO Nº. 024/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

1.011 CONSTR. OU AMPLIAR UM. ESCOLAR DO ENSINO

FUNDAMENTAL

"405" 4.4.90.51.00.00.1.0062 Obras e Instalações
..... R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Fonte 1.0062, Convênio SDR/DC - ESTADO Nº2014 TR 1766, no valor R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de fevereiro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 025/2015 - SF

DECRETO Nº. 025/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.013,00 (hum mil e treze reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.102 PROGRAMA DE APOIO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

"337" 3.3.40.43.00.00.1.0035 Subvenções Sociais R\$ 1.013,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Fonte 1.0035, Recursos de Transferências do Sistema Único de Assistência Social, no valor de R\$ 1.013,00 (hum mil e treze reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de fevereiro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 026/2015 - SF

DECRETO Nº. 026/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 159.250,00 (cento e cinquenta e nove mil, duzentos e cinquenta reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

1.010 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO P/TRANP. ESCOLAR

"104" 4.4.90.52.00.00.1.0037 Equipamentos e Material Permanente R\$ 159.250,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Fonte 1.0037, Recursos Outros Recursos do FNDE, no valor de R\$ 159.250,00 (cento e cinquenta e nove mil, duzentos e cinquenta reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de fevereiro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 027/2015 - SF

DECRETO Nº. 027/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar Adicional no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 17.710,00 (dezessete mil, setecentos e dez reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

1.039 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS

"404" 4.4.90.51.00.00.3.0000 Obras e Instalações
..... R\$ 17.710,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior será utilizado o valor de R\$ 17.710,00 (dezessete mil, setecentos e dez reais), Recursos Ordinários, Fonte Nº. 3.0000.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

EXTRATO INEXIGIBILIDADE 11-2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2015

PROCESSO Nº 11/2015 HOMOLOGAÇÃO: 19/02/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGEM DE ÔNIBUS NAS LINHAS INTERMUNICIPAIS PARA OS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO, QUE FREQUENTAM A CASA FAMILIAR RURAL, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2.821/2001, PARA ALUNOS QUE FREQUENTAM A (APAE) ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL VIVIANE, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1.841/92, E PARA O DESLOCAMENTO DA PROFESSORA NOELI TEREZINHA PELLEZ. CONTRATADO: CARAVAGGIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 13.629,00 (treze mil seiscentos e vinte e nove reais). FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei de Licitações.

São José do Cedro, 19/02/2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2015, CC Nº 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 25/03/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2015, MODALIDADE CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 001/2015, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE UM PAVIMENTO COM 12 SALAS DE AULA E QUADRA COBERTA, ÁREA TOTAL DE INTERVENÇÃO 4.806,18M², NO BAIRRO SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME PROJETOS ANEXOS E TERMO DE COMPROMISSO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/FNDE, REFERENTE AS AÇÕES DELIMITADAS NO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR, Nº 31362/2014. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 022/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 022/2015

O Prefeito do Município de São Pedro de Alcântara/SC, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, torna público que no dia 10 de março de 2015, às 10h00min., na Secretaria de Transporte situada na Rua Nossa Senhora de Fátima, 01, Bairro Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, fará realizar o LEILÃO PÚBLICO DE VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, dentre eles, AUTOMÓVEIS, CAMINHÃO, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, TRATOR e MOTONIVELADORA, através do Leiloeiro Público Oficial e Rural Giovano Ávila Alves, matrículas nº AARC/237 e 037. A visita aos lotes será do dia 02 até o dia 10/03/2015 (exceto no final de semana), no horário das 08:00 às 17:00 horas, e no dia 10/03/2015 até iniciar e no mesmo local do Leilão. O Edital e Anexo do Leilão com as descrições dos bens, preço mínimo e as condições de participação está disponível no site www.pmspa.sc.gov.br ou www.soleiloes.net. Demais informações pelos telefones (48) 3277.0122, 3364.1838 ou 9919.7676.

São Pedro de Alcântara (SC), 19 de fevereiro de 2015.

Jucélio Kremer

Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara/SC

Schroeder

PREFEITURA

ATA Nº 001/2015 – NOMEAÇÃO /COMPOSIÇÃO CONSELHO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE SCHROEDER – COMDIS / LEI Nº 1. 808/2010

ATA nº 001/2015 – Nomeação /composição Conselho do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Schroeder – COMDIS / LEI Nº 1. 808/2010.

Aos dezanove dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, nas dependências do auditório do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, situado à Rua Paulo Jahn, 245, Centro, Schroeder, com início às 13h30 realizou-se a tomada de posse dos Conselheiros, do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Schroeder – COMDIS. Registrada a presença de Excelentíssima Sra. Daiane Regina Azevedo Wolf, Diretora da Assistência Social Municipal no qual deu as boas vindas a todos os presentes e em seguida, e justificou a antecipação da data da Reunião, dada prestação de contas, precisando definir a composição, Presidência e Vice presidência, e secretário (a), haja vista, falta de quórum necessário em última reunião 2014. Arnaldo Xavier Matias foi eleito presidente foi eleito para a Vive presidência Milton Trapp Junior e secretária Daniella Silva Felipe. Justificadas as ausências Neiva Gaedke Roters e Nildo Daniel Bauer, dada suas questões pessoais. Daiane Regina Azevedo Wolf, colocou a disposição dos membros os relatórios de ordens de pagamentos do período de 1 de janeiro à 31/12/2014, bem como, convênio n 007/2014 e lei municipal n 1990/2014 referente as despesas do público idoso para análise. A plenária deliberou que a prestação de contas realizada no ano de 2014 não será avaliada. Repassado aos membros quanto à redação da resolução 001/2015, que dispõe sobre a análise da prestação de contas que se refere ao repasse a ações voltadas ao público idoso ano/base de 2014, assinada pelo presidente (Em anexo), aprovada pelos membros presentes. Decidiu-se que as reuniões serão realizadas nas quartas-feiras de cada mês as 15h00min bimestralmente no auditório do CRAS, deste modo à próxima fica agenda 01/04/2015 no horário e local acima acordado. Daiane informou quanto à realização da Conferência Municipal do Idoso de 2015, e quanto às criações das comissões responsáveis como pauta da próxima reunião. Dada à palavra aos presentes sem manifestações a registrar. Nada mais havendo, foi lavrada por mim Daniela Silva Felipe, a assinatura segue com a lista de presença anexa.

CONTRATO Nº. 20/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Contrato nº. 20/2015-PMS
Dispensa de Licitação nº. 09/2015-PMS - Processo nº. 25/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SORRISO PURIFICADORES LTDA., inscrita no CNPJ

sob o nº. 07.049.058/0001-79, estabelecida na Rua Reinoldo Rau nº. 818, sala 04, Bairro Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-600.

Objeto: Aquisição e instalação de refis para bebedouros da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Refis Puricell, na Biblioteca Pública Municipal Cruz e Sousa, Rua Paulo Jahn, nº 215	2	Unidade	75,00	150,00
02	Refis Puricell, na Recepção do Prédio da Prefeitura Municipal, Rua Marechal Castelo Branco, nº 3.201, centro,	2	Unidade	75,00	150,00
03	Refis Puricell, na Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Rua Marechal Castelo Branco, nº 3.201, centro,	2	Unidade	75,00	150,00
04	Refis Puricell, CEIM Cristiane Inês Zerbin, Rua Mario Zerbin, nº 60	2	Unidade	75,00	150,00
05	Refis Puricell, CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social Rua Blumenau, 123, Centro	2	Unidade	75,00	150,00
06	Refis Puricell, CRAS - Centro de Referência de Assistência Social Rua Paulo Jahn, 245, Centro	2	Unidade	75,00	150,00
07	Refil smart para modelo de purificador de água Purific Eletrônico, que retém matéria orgânica, diminui a turbidez da água e possui função bactericida, com resina termoplástica e carvão ativado. (Secretaria de Saúde)	20	Unidade	180,00	3.600,00
08	higienizações de Aparelho Purificadores e Bebedouros	14	Unidade	50,00	700,00
TOTAL R\$					5.200,00

Valor do contrato: R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais).
Data da Assinatura: 19/02/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 15/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 15/2015 - PMS
Processo de licitação nº. 05/2015-PMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 02/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob

o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC. Contratada: ADAM DISTRIBUIDORA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 03.433.636/0001-15, estabelecida na Rua Blumenau nº. 3600, Bairro Araponguinhas, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.120-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), Itens de Segurança, Descartáveis e Uniformes para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
05	CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO SAPATO, PRETO, ANTIDERRAPANTE, EM COURO. COM SELO CONFORTO-ABNT/IBTEC. Modelo Blatt, com elástico lateral, em vaqueta, sem cadarço, palmilha de montagem em material não tecido, palmilha interna removível em látex com tecido algodão antimicrobicos, sola PU bidesdensidade antiderrapante e biqueira truline. Tamanhos 34 a 46. Com C.A.	40	par	51,80	2.072,00
06	BOTA DE PVC, ANTIDERRAPANTE, BRANCA, CANO LONGO. Composição em PVC especial, facilita a higienização e impede a ação de bactérias e fungos. Com forro. Com aditivos antimicrobianos que eliminam micro-organismos causados pelo suor. Abertura do cano em "ângulo", que proporciona maior conforto. Biqueira e calcanhar com frisos reforçados, que melhoram a segurança e facilitam o descalçar. Design e material que reduzem o impacto no calcanhar, dando maior estabilidade em terrenos com inclinação, evitando o escorregamento. Impermeável. Alta performance física do material, evitando desgastes. Cano longo - altura entre 29 e 33 cm. Tamanhos 33 a 46. Com C.A.	40	par	31,30	1.252,00

07	CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO SAPATO, BRANCO, ANTIDERRAPANTE, EM COURO. COM SELO CONFORTO-ABNT/IBTEC. Modelo Blatt, com elástico lateral, em vaqueta, sem cadarço, palmilha de montagem em material não tecido, palmilha interna removível em látex com tecido algodão antimicrobicos, sola PU antiderrapante e biqueira truline. Tamanhos 33 a 42. Com C.A.	40	par	49,50	1.980,00
12	CAPA DE CHUVA, AMARELA. Impermeável, confeccionada em tecido de PVC forrado, com capuz, manga longa e botões de pressão para fechamento. Proteção contra chuva. Tamanhos P, M, G e XG. Com C.A.	30	Unidade	17,40	522,00
13	LUVA NITRÍLICA, VERDE. De segurança, confeccionada em dupla camada de borracha nitrílica de alta qualidade, com resistência mecânica e química. Impermeável, com acabamento antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. Cor verde. Interior liso. Medidas: 33 cm. Tamanhos: M, G e XG. Com C.A.	80	par	5,70	456,00
16	ÓCULOS DE PROTEÇÃO/SEGURANÇA COM LENTE INTEIRIÇA. LENTE INCOLOR. Armação em nylon resistente e flexível. Hastes tipo espátula, fixadas por meio de parafusos, com ajuste de comprimento. Lente única, confeccionada em policarbonato acoplada a armação por meio de encaixes, formando conjunto leve, confortável e seguro. Proteção contra raios UVA e UVB. Lentes com tratamento antirrisco, COM TRATAMENTO ANTIEMBAÇANTE. Com C.A.	50	Unidade	4,40	220,00
TOTAL R\$					6.502,00

Valor do contrato: R\$ 6.502,00 (seis mil quinhentos e dois reais)
Data da Assinatura: 19/02/2015 - Vigência: 19/02/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 16/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 16/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 05/2015-PMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 02/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 03.328.116/0001-54, estabelecida na Av. Prefeito Waldemar Grubba nº. 1061, Bairro Baependi, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.256-500.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), Itens de Segurança, Descartáveis e Uniformes para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
04	BOTA DE PVC, ANTIDERAPANTE, PRETA, CANO LONGO. Composição em PVC especial, de fácil higienização. Com forro. Com aditivos antimicrobianos que eliminam micro-organismos causados pelo suor. Abertura do cano em "ângulo", que proporciona maior conforto. Biqueira e calcanhar com frisos reforçados, que melhoram a segurança e facilitam o descalçar. Design e material que reduzem o impacto no calcanhar, dão maior estabilidade em terrenos com inclinação, evitando o escorregamento. Impermeável. Alta performance física do material, evitando desgastes. Cano longo - altura entre 29 e 33 cm. Tamanhos 33 a 46. Com C.A.	40	par	27,90	1.116,00

14	LUVA DE SEGURANÇA, LÁTEX, NATURAL, SANFONADA, CANO LONGO. Confeccionada em borracha natural, reforçada, sem revestimento interno, com superfície externa antiderapante (na palma e nos dedos), cor natural. Cano longo com detalhe sanfonado. Dimensões: 37 cm e 39 cm. Tamanhos: M e G. Com C.A.	120	par	6,20	744,00
18	RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE PARA PARTÍCULAS PFF2. Com formato tipo dobrável, solda térmica em todo seu perímetro, apresentando lado externo na cor cinza e interno (que fica em contato com a face do usuário) na cor branca. A peça possui uma camada de microfibras impregnadas com partículas de carvão ativado finamente granuladas. Nas laterais da peça dois tirantes elásticos brancos afixados por solda. A parte superior interna da peça possui uma tira de espuma cinza e a parte superior externa uma tira de material metálico moldável. Com C.A.	50	Unidade	3,40	170,00
19	LUVA DE MALHA 4 FIOS, COM PONTOS DE PVC NA PALMA. Luva tricotada em algodão e poliéster, na cor branca, com pigmentos em PVC na palma e face palmar dos dedos, punho com elástico. Tamanho único. Com C.A.	5	par	2,45	12,25
TOTAL R\$					2.042,25

Valor do contrato: R\$ 2.042,25 (dois mil quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos)

Data da Assinatura: 19/02/2015 - Vigência: 19/02/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 17/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 17/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 05/2015-PMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 02/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: BONA GENTE COMERCIAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 01.150.822/0001-11, estabelecida na Rua Anita Garibaldi, nº. 2097, sala 01, Bairro Anita Garibaldi, na Cidade Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.203-301.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), Itens de Segurança, Descartáveis e Uniformes para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
09	CALÇA EM ELANCA (TIPO UNIFORME ESCOLAR), VERDE. Calça com elástico na cintura, tecido elanca (100% Poliéster). Sem bolso. Cor: verde (conforme uniforme escolar do município). Tamanhos: PP, P, M, G, XG e XGG.	100	Unidade	44,00	4.400,00
10	CAMISETA DE MALHA, BRANCA, MANGA CURTA. Tecido meia malha 30/1 penteada (100% Algodão). Com logomarca do Município estampado na parte da frente, no lado esquerdo. Tamanhos: PP, P, M, G, XG e XGG.	150	Unidade	14,50	2.175,00
11	TOUCA SANFONADA DESCARTÁVEL - pacote com 100 unidades. Touca confeccionada em TNT, com características hipoalérgicas e atóxicas. Tamanho único.	50	Unidade	5,00	250,00
TOTAL R\$					6.825,00

Valor do contrato: R\$ 6.825,00 (seis mil oitocentos e vinte e cinco reais)

Data da Assinatura: 19/02/2015 - Vigência: 19/02/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 18/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 18/2015 - PMS
Processo de licitação nº. 05/2015-PMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 02/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FOOT COMERCIAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 11.397.879/0001-73, estabelecida na Rua Gottlieb Reif nº. 72, sala 01, Bairro Escola Agrícola, na Cidade Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.031-270.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), Itens de Segurança, Descartáveis e Uniformes para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
17	PROTETOR SOLAR FPS 60. Embalagem com 120 a 130 ml. Resistente à água, com 4 horas de proteção à prova d'água e ao suor. Proteção imediata. Proteção contra os raios UVA e UVB. Textura leve (Oil Free). Com Vitamina E. Indicado para pele sensível. Oferece alta proteção contra queimaduras solares.	80	Unidade	16,60	1.328,00
TOTAL R\$					1.328,00

Valor do contrato: R\$ 1.328,00 (um mil trezentos e vinte e oito reais)

Data da Assinatura: 19/02/2015 - Vigência: 19/02/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 19/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 19/2015 - PMS
Processo de licitação nº. 05/2015-PMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 02/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: RP COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 20.604.417/0001-70, estabelecida na Av. Hildo Kasulke nº. 386, sala 01, Bairro Fortaleza, na Cidade Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.058-240.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI),

Itens de Segurança, Descartáveis e Uniformes para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	AVENTAL DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM PVC, BRANCO, com forro em poliéster, sem mangas, com tiras do mesmo material (alças soldadas) para fechamento e com acabamento em bainha. Sem cadarço para amarrar. Para proteção do usuário contra umidades provenientes de operações com uso de água. No mínimo com 0,60x1,20m. Com C.A.	60	Unidade	6,30	378,00
02	AVENTAL DESCARTÁVEL EM TNT BRANCO, COM VELCRO, MANGA LONGA. Em tamanho único, totalmente confeccionado em TNT, 100% em polipropileno, fechado com costura overlok em todo o perímetro, fechamento no dorso através de velcro, com mangas longas e terminação nos punhos com elástico. Embalagem com 10 unidades.	20	Unidade	25,00	500,00
03	AVENTAL DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM PVC, PRETO, com forro em poliéster, sem mangas, com tiras (alças soldadas) do mesmo material para fechamento e com acabamento em bainha. Para proteção do usuário contra umidades provenientes de operações com uso de água. No mínimo com 0,60x1,20m. Com C.A.	15	Unidade	6,40	96,00
08	CALÇA DE BRIM, BRANCA, COM ELÁSTICO NA CINTURA. Sem botões, sem bolsos. Tecido 100% algodão. Tamanhos PP, P, M, G, XG e XGG.	60	Unidade	31,00	1.860,00
15	LUVA TÉRMICA DE SILICONE. Confeccionada em silicone, modelo mão de gato, com ranhuras e punho reto. Proteção das mãos contra agentes térmicos (calor e chamas). Tamanho único. Peça. Com C.A.	5	Unidade	90,00	450,00
TOTAL R\$					3.284,00

Valor do contrato: R\$ 3.284,00 (três mil duzentos e oitenta e quatro reais)

Data da Assinatura: 19/02/2015 - Vigência: 19/02/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 08/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 08/2015-PMS

PROCESSO Nº. 15/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata para inclusão de item referente ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preços nº. 08/2015-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material para serviço de inseminação, para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, ficando assim determinado:

Inclue-se:

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 08/2015-PMS

TERMO DE REFERÊNCIA

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material para serviço de inseminação, para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
01	Sêmen bovino Provado da Raça Holandesa, cor Preta e Branca, com prova não inferior a Dezembro de 2014, que atenda às seguintes características mínimas conforme prova oficial na base americana ou com conversão pela Interbull: PTA Leite igual ou maior que 840 libras de leite; Confiabilidade produtiva igual ou maior que 90%; PTA Tipo igual ou maior que 1.00; Composto de Úbere ou Sistema Mamário igual ou maior que 0.80; Profundidade Corporal igual ou maior que 0.80; Facilidade de Parto igual ou menor que 7.4%; Vida Produtiva igual ou maior que 1.00; Contagem de Célula Somática menor ou igual a 3.00.	60	Unid.	23,00	1.380,00

02	Sêmen bovino Provado da Raça Jersey, com prova não inferior a Dezembro de 2014, que atenda às seguintes características mínimas conforme prova oficial na base americana ou com conversão pela interbull: Confiabilidade produtiva igual ou maior a 86%; PTA Leite igual ou maior que 450 libras; PTA Proteína % igual ou maior que 0.01; PTA Tipo igual ou maior que 0.40; Altura igual ou maior que 0.20; Score de Célula Somática igual ou menor que 3.00; Vida Produtiva igual ou maior que 3.5	200		Unid.	23,50	4.700,00
03	Sêmen bovino da Raça Gir Leiteiro, que atenda as seguintes características mínimas: Pai do touro provado pelo Sumário EMBRAPA/ ABCGIL com PTA Leite maior ou igual a 400kg de leite e sua mãe com produção oficial encerrada acima de 6.500kg de leite até 305 dias de ordenha.	80		Unid.	15,00	1.200,00
04	Sêmen bovino da Raça Sindi, com aptidão leiteira, onde sua mãe tenha mais de 3.500 kg de leite na lactação em mais de 240 dias.	40		Unid.	16,00	640,00
05	Sêmen bovino da Raça Aberdeen Angus, com avaliação genética pela American Angus Association (AAA), rodada não inferior à Primavera de 2014 (S14), com DEPs mínimas atendendo aos percentis: Peso de desmama (WW), 15% ou melhor; Peso ao ano (YW), 10% ou melhor; Peso de Carcaça (CW), 50% ou melhor; Leite (MILK), 5% ou melhor; Gordura Subcutânea (FAT), mínimo de 90% de percentil.	30		Unid.	18,20	546,00
06	Sêmen bovino da Raça Guzerá, inscrito no livro PO da ABCZ, com avaliação genética pela ANCP, rodada não inferior à Out/2013, com DEPs mínimas atendendo aos percentis: Mérito Genético Total (MGT), top 1% ou melhor; Peso aos 120 dias (DP120), top 3% ou melhor; Materno (MP120), top 0,1% ou melhor; Peso ao Sobreano (DP450), top 6% ou melhor; Idade ao Primeiro Parto (IPP), top 4% ou melhor; Área de olho de Lombo (AOL), top 8% ou melhor.	30		Unid.	18,00	540,00
07	Sêmen bovino da Raça Tabapuã, inscrito no livro PO da ABCZ, com avaliação genética pelo PMGZ, rodada não inferior à 2014, com DEPs mínimas atendendo aos percentis (TOP%): Índice ABCZ, top 11% ou melhor; Peso à fase materna – efeito direto (PM_ED): top 3% ou melhor; Peso à desmama – efeito direto (PD_ED): top 5% ou melhor; Peso ao Sobreano – efeito direto (PS_ED): top 22% ou melhor; Ganho de peso Pós desmama - efeito direto (GPD): top 23% ou melhor; Total Materno do Peso à Desmama (TMD): top 4% ou melhor.	50		Unid.	14,90	745,00
08	Sêmen bovino da Raça Nelore Mocho, inscrito no livro PO da ABCZ, com avaliação genética pela ANCP, rodada não inferior à Out/2013, com DEPs mínimas atendendo aos percentis: Mérito Genético Total (MGT), top 2% ou melhor; Materno Total (MTP120), top 2% ou melhor; Peso ao Sobreano (DP450), top 3% ou melhor; Idade ao Primeiro Parto (IPP), top 15% ou melhor; Área de olho de Lombo (AOL), top 5% ou melhor.	51		Unid.	16,00	816,00
09	Carga Nitrogênio Líquido para botijão de armazenamento de Sêmen Bovino	180		Litro	7,00	1.260,00
10	Pacote Bainha Francesa IMV com 50 unidades	15		Unid.	25,00	375,00
11	Pacote Luva de Palpação 5 dedos EVA especial Long - 80cm - caixa com 50 unidades - Uso veterinário	15		Unid.	89,00	1.335,00
12	Botijão criogênico para armazenamento de Sêmen bovino com capacidade para 20L de nitrogênio líquido, contendo 6 canecas metálicas e atendido as seguintes especificações: Dimensões Diâmetro da boca - 55mm Altura Total - 652mm Diâmetro Externo - 368mm Altura Caneca - 279mm Diâmetro da Caneca - 41,9mm Peso Vazio - 11,8kg Peso Cheio - 28,3kg		1	Unid.	1.650,00	1.650,00

13	Descongelador de Sêmen bovino: - Água aquecida a uma velocidade de até 3 °C por minuto. - Display de cristal líquido, que indica: A temperatura da água com resolução de 0,1 °C. Os tempos para se descongelar o sêmen conforme o tipo de palheta a ser descongelada (fina ou média). - Comportar até 4 grupos de palhetas por vez, - Totalmente a prova de água, - Resistente a locais úmidos e empoeirados - Eletrônica microprocessada de precisão - Resolução precisa de 0,1 °C - 10 vezes maior do que a necessária ao processo - Garantia de no mínimo 06 meses - Acompanhar maleta de transporte de alta qualidade	Características necessárias:				
			1	Unid.	840,00	840,00
TOTAL R\$ REFERÊNCIA						16.027,00

Schroeder, 19 de fevereiro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO 001/2015 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO – SCHROEDER / SC

Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - Schroeder / SC
Regulamentado pela Lei Municipal Nº 1.527/2006

Resolução 001/2015

Dispõe sobre análise da prestação de contas do Município de Schroeder, Fundo Municipal de Assistência Social no que se refere ao repasse a ações voltados ao público idoso, ano base 2014.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Schroeder, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe conferem a Lei Municipal 1.527/2006, e alterações, em conformidade com os preceitos do Estatuto do Idoso, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e da Política Nacional de Assistência Social;

Considerando a reunião ordinária do dia 19 de fevereiro de 2015;

Considerando o inciso VI, da Lei Municipal 1.527/2006, que prevê:

“acompanhar, controlar e avaliar as negociações e execução de convênios e contratos afetos a área do idoso das organizações governamentais e não-governamentais e a efetiva aplicação dos recursos públicos municipais, estaduais e federais, controlando o desempenho das conveniadas”.

Considerando que este Conselho foi reestruturado na data de 26 de novembro de 2014, tendo sua nomeação em Portaria Nº 5.798/2014, na data de 05 de dezembro de 2014, não acompanhando desta forma as ações realizadas no ano de 2014 para o público idoso.

Resolve:

Art. 1º Atribuir ao Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Schroeder, regulamentado pela Municipal 1.578/2007, e alterações a análise da prestação de contas do Município de Schroeder, Fundo Municipal de Assistência Social no que se refere ao repasse a ações voltados ao público idoso, no ano de 2014;

Art. 2º A partir de 01 de janeiro de 2015, o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Schroeder, em acordo com a legislação vigente acompanhará as ações relacionadas ao público idoso, podendo a partir de então atender ao disposto no inciso IV da Lei supracitada.

Arnaldo Xavier Matias

Presidente

Schroeder, 19, de fevereiro de 2015.

TERMO ADITIVO Nº. A05/2015 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A05/2015 - PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 142/2014 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: METALURGICA TS INDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 03.661.944/0001-85, estabelecida a Rua 1035 nº. 170, Bairro Três Rios do Sul, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.252-000.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 142/2014-PMS, celebrado em 08 de julho de 2014, Modalidade Tomada de Preço nº. 09/2014-PMS, Processo nº. 113/2014-PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, implementação e montagem de Passarela metálica medindo 64,00 metros X 2,00 metros, mais serviços preliminares e sinalização, passarela na Ponte do Rio Itapocuzinho na entrada principal do Município de Schroeder na Rua Jaraguá - bairro Centro Sul - divisa

entre os Municípios de Schroeder e Jaraguá do Sul, de acordo com o programa de transferência 2014002888, Apoio ao sistema viário FUNDOSOCIAL 41094, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 57 e seus dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando que o contrato findou - se em 31 de dezembro de 2014, e em virtude de problemas alhures a vontade da administração não foi possível executar tal aditivo dentro do tempo hábil.

Considerando o que preconiza o artigo 55 da Lei de Procedimentos e atos Administrativos - lei 9784/99

Transcrevo:

“ Em decisão na qual se evidencie não acarretem lesão ao interesse publico nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentam defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria administração”

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, para aditivo de prorrogação da vigência do contrato até 31 de dezembro de 2015.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Décima Sexta “da vigência” no item 16.1, prorrogando-se para o período até 31 de dezembro de 2015 a vigência do contrato.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 142/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 18 de fevereiro de 2015.

CONTRATADA:

METALURGICA TS INDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA.

Daise Maisen

CPF nº 034.154.139-77

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A06/2015 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A06/2015 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 177/2014 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: COMÉRCIO ECOVILLE VIERAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 08.789.602/0001-81, estabelecida na Rua Manoel Francisco da Costa nº. 400, Vieiras, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.257-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Fábio Alceu Peixer, inscrito no CPF sob o nº 951.780.589-68, portador da Carteira de Identidade nº 3486835 expedida pela SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 177/2014-PMS, celebrado em 09 de setembro de 2014, proveniente do Processo de licitação nº. 149/2014-PMS, Pregão Presencial Registro de Preços nº. 69/2014-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Conforme parecer da Procuradoria Municipal e considerando a solicitação feita pela empresa COMÉRCIO ECOVILLE VIERAS LTDA., e que a mesma atendeu as condições contratuais para revisão do preço, juntando notas fiscais que comprovam o aumento do preço, e conforme demais documentos juntados no processo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição”, sendo reajustado o item 03 com a quantidade 1.199 litros no valor unitário de R\$ 4,099 (quatro reais e nove centavos e nove centésimos de real) e o item 74 a quantidade 195 galões no valor unitário de R\$ 9.139 (nove reais e treze centavos e nove centésimos de real), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	UNID.	VALOR ATUAL	SALDO LICITAÇÃO	VALOR REAJUSTADO
03	ÁLCOOL LÍQUIDO HIDRATADO (92,8° INPM) COM 01 LITRO CADA	2.309	Litros	3,83	1.199	4,099
74	Sabão líquido lava roupas remoção de manchas, maior rendimento, diluição instantânea sem deixar resíduos, branco incrível, perfume e maciez. Composição mínima: tensoativo não iônico, estabilizantes, branqueador óptico, aditivo, corante, coadjuvantes, conservante, fragância, quelante e água. Embalagem 5 litros.	217	Galão	8,30	195	9,139

Cláusula 2ª - Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta "do valor total do contrato" aditivado ao contrato o valor de R\$ 486,136 (quatrocentos e oitenta e seis reais e treze centavos e seis centésimos de real) passando a ser o valor total do contrato de R\$ 34.167,326 (trinta e quatro mil cento e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos e seis centésimos de real).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 177/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 19 de fevereiro de 2015.
CONTRATADA:

COMÉRCIO ECOVILLE VIERAS LTDA.
Fábio Alceu Peixer
CPF nº 951.780.589-68
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A07/2015 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A07/2015 - PMS

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 181/2014 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAPELARIA SÃO BENTO LTDA. ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.634.816/0001-16, estabelecida na Rua Cruzeiro, nº. 386, Bairro Cruzeiro, na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.290-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pela Senhora Geane Ribeiro de Lima Ritzmann, inscrita no CPF sob o nº 820.915.289-00, portadora da Carteira de Identidade nº 2.772.525-1- SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 181/2014-PMS, celebrado em 09 de setembro de 2014, proveniente do Processo de licitação nº. 149/2014-PMS, Pregão Presencial Registro de Preços nº. 69/2014-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o pedido de reajuste do item 02 impetrado pela empresa COMÉRCIO ECOVILLE VIERAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 08.789.602/0001-81, e de acordo com Parecer da Procuradoria nº 006/2015-PROJUR.

Considerando que a segunda colocada para o item 02 é a empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA. ME e aceitou entregar o objeto licitado no mesmo valor ofertado na etapa de lance, do qual a administração possui um saldo de 315 litros, no valor unitário no valor unitário de R\$ 4,34 (quatro reais e trinta e quatro centavos).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição", sendo aditivado o item 02, a quantidade de 315 litros, no valor unitário no valor unitário de R\$ 4,34 (quatro reais e trinta e quatro centavos), totalizando o valor de R\$ 1.367,10 (um mil trezentos e sessenta e sete reais e dez centavos), na cláusula quarta "do valor do contrato", alterando o valor do contrato para R\$ 65.437,34 (sessenta e cinco mil quatrocentos e trinta e sete reais e trinta e quatro centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	SALDO LICITADO	VALOR R\$ UNITÁRIO	UNID.	VALOR R\$ TOTAL
02	Alcool etílico hidratado 70%, produto saneante notificado na ANVISA Nº25.351..."ou a expressão" REG.MS Nº3.XXXX. XXXX. Frasco 1 Litro.	315	4,34	Litro	1.367,10

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 181/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 19 de fevereiro de 2015.
CONTRATADA:

PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME
Geane Ribeiro de Lima Ritzmann
CPF nº 820.915.289-00
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A08/2015 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A08/2015 - PMS

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 179/2014 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: MÓBILE EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.764.033/0001-85, estabelecida na Rua Eduardo Neidert nº 1803, Bairro Barro Preto, na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.295-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo senhor Luiz Amarildo Mueller, inscrito no CPF sob o nº 516.501.429-00, portador da carteira de identidade nº. 1.646.471.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 179/2014-PMS, celebrado em 09 de setembro de 2014, proveniente do Processo de licitação nº. 149/2014-PMS, Pregão Presencial Registro de Preços nº. 69/2014-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o pedido de reajuste do item 58 impetrado pela empresa COMÉRCIO ECOVILLE VIERAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 08.789.602/0001-81, e de acordo com Parecer da Procuradoria nº 006/2015-PROJUR.

Considerando que a segunda colocada para o item 58 é a empresa MÓBILE EIRELI ME e aceitou entregar o objeto licitado no mesmo valor ofertado na etapa de lance, do qual a administração possui um saldo de 97 pacotes, no valor unitário no valor unitário de R\$ 27,90 (vinte e sete reais e noventa centavos).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição", sendo aditivado o item 58, a quantidade de 97 pacotes, no valor unitário no valor unitário de R\$ 27,90 (vinte e sete reais e noventa centavos), totalizando o valor de R\$ 2.706,30 (dois mil setecentos e seis reais e trinta centavos), na cláusula quarta "do valor do contrato", alterando o valor do contrato para R\$ 139.101,23 (cento e trinta e nove mil e cento e um reais e vinte e três centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	SALDO LICITADO	VALOR R\$ UNITÁRIO	UNID.	VALOR R\$ TOTAL
58	PAPEL HIGIENICO ROLÃO BRANCO SIMPLES COM 500 METROS - PACOTE C/ 08 ROLOS	97	27,90	Litro	2.706,30

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 179/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 19 de fevereiro de 2015.
CONTRATADA:

M. MÓBILE EIRELI ME
Luiz Amarildo Mueller
CPF nº 516.501.429-00
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 02/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 1/9

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 19/02/2015		Válido até: 19/02/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), Itens de Segurança, Descartáveis e Uniformes para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	AVENTAL DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM PVC, BRANCO, com forro em poliéster, sem mangas, com tiras do mesmo material (alças soldadas) para fechamento e com acabamento em bainha. Sem cadarço para amarrar. Para proteção do usuário contra unidades provenientes de operações com uso de água. No mínimo com 0,60x1,20m. Com C.A.	UN	RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	6,3000	1
			ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)		0	6,4500	2
			BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (8920)		0	8,1000	3
			FOOT ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME - ME (12745)	PLASTCOR	0	8,2500	4
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	8,8000	5
2	AVENTAL DESCARTÁVEL EM TNT BRANCO, COM VELCRO, MANGA LONGA. Em tamanho único, totalmente confeccionado em TNT, 100% em polipropileno, fechado com costura overlök em todo o perímetro, fechamento no dorso através de velcro, com mangas longas e terminação nos punhos com elástico. Embalagem com 10 unidades.	UN	RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	25,0000	1
			ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)		0	25,5000	2
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	55,9000	3
3	AVENTAL DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM PVC, PRETO, com forro em poliéster, sem mangas, com tiras (alças soldadas) do mesmo material para fechamento e com acabamento em bainha. Para proteção do usuário contra unidades provenientes de operações com uso de água. No mínimo com 0,60x1,20m. Com C.A.	UN	RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	6,4000	1
			ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)		0	6,5000	2
			BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (8920)		0	7,7000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 2/9

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 19/02/2015 Válido até: 19/02/2016									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), Itens de Segurança, Descartáveis e Uniformes para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
4	BOTA DE PVC, ANTIDERRAPANTE, PRETA, CANO LONGO. Composição em PVC especial, facilita a higienização, impede a ação de bactérias e fungos. Com forro. Com aditivos antimicrobianos que eliminam micro-organismos causados pelo suor. Abertura do cano em "ângulo", que proporciona maior conforto. Biqueira e calcanhar com frisos reforçados, que melhoram a segurança e facilitam o descalçar. Design e material que reduzem o impacto no calcanhar, dão maior estabilidade em terrenos com inclinação, evitando o escorregamento. Impermeável. Alta performance física do material, evitando desgastes. Cano longo - altura entre 29 e 33 cm. Tamanhos 33 a 46. Com C.A.	PAR	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	8.8000	4		
			FOOT ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME - ME (12745)	PLASTCOR	0	9.0000	5		
			BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (8920)		0	27.9000	1		
			RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	28.0000	2		
			ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)		0	28.8000	3		
			DANNA COMERCIAL EIRELI - ME (13022)	ZUQUIBRAZ	0	30.0000	4		
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	30.8000	5		
			FOOT ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME - ME (12745)	CALFOR	0	32.0000	6		
			ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)		0	51.8000	1		
			DANNA COMERCIAL EIRELI - ME (13022)	BOMPEL	0	57.0000	2		
5	CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO SAPATO, PRETO, ANTIDERRAPANTE, EM COURO. COM SELO CONFORTO-ABNT/IBTEC. Modelo Blatt, com elástico lateral, em vaqueta, sem cadarço, palmilha de montagem em material não tecido, palmilha interna removível em látex com tecido algodão antimicrobiano, sola PU bidensidade antiderrapante e biqueira triline. Tamanhos 34 a 46. Com C.A.	PAR	BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (8920)		0	57.9000	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 3/9

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 19/02/2015		Válido até: 19/02/2016			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), Itens de Segurança, Descartáveis e Uniformes para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	BOTA DE PVC, ANTIDERRAPANTE, BRANCA, CANO LONGO, Composição em PVC especial, facilita a higienização e impede a ação de bactérias e fungos. Com ferro. Com aditivos antimicrobianos que eliminam micro-organismos causados pelo suor. Abertura do cano em "ângulo", que proporciona maior conforto. Biqueira e calcamar com frisos reforçados, que melhoram a segurança e facilitam o descalçar. Design e material que reduzem o impacto no calcanhar, dando maior estabilidade em terrenos com inclinação, evitando o escorregamento. Impermeável. Alta performance física do material, evitando desgastes. Cano longo - altura entre 29 e 33 cm. Tamanhos 33 a 46. Com C.A.	PAR	ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)		0	31,3000	1
			RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	31,4000	2
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	35,0000	3
			DANNA COMERCIAL EIRELI - ME (13022)	ZUQUIBRAZ	0	35,0000	4
			FOOT ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME - ME (12745)	CALFOR	0	36,7500	5
			BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (8920)		0	36,7500	6
7	CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO SAPATO, BRANCO, ANTIDERRAPANTE, EM COURO. COM SELO CONFORTO-ABNT/IBTEC. Modelo Blatt, com elástico lateral, em vaqueta, sem cadarço, palmilha de montagem em material não tecido, palmilha interna removível em latex com tecido algodão antimicrobios, sola PU antiderrapante e biqueira truline. Tamanhos 33 a 42. Com C.A.	PAR	ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)		0	49,5000	1
			RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	49,9000	2
			FOOT ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME - ME (12745)	ARTEFLEX	0	56,0000	3
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	61,0000	4
			BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (8920)		0	61,2000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 19/02/2015 Válido até: 19/02/2016							
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), Itens de Segurança, Descartáveis e Uniformes para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	CALÇA DE BRIM, BRANCA, COM ELÁSTICO NA CINTURA. Sem botões, sem bolsos. Tecido 100% algodão. Tamanhos PP, P, M, G, XG e XGG.	UN	DANNA COMERCIAL EIRELI - ME (13022)	BOMPEL	0	62,0000	6
			RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	31,0000	1
9	CALÇA EM ELANCA (TIPO UNIFORME ESCOLAR), VERDE. Calça com elástico na cintura, tecido elanca (100% Poliéster). Sem bolso. Cor: verde (conforme uniforme escolar do município). Tamanhos: PP, P, M, G, XG e XGG.	UN	FOOT ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME - ME (12745)	LOGOTEX	0	31,2000	2
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	44,0000	1
10	CAMISETA DE MALHA, BRANCA, MANGA CURTA. Tecido meia malha 30/1 penteada (100% Algodão). Com logomarca do Município estampado na parte da frente, no lado esquerdo. Tamanhos: PP, P, M, G, XG e XGG.	UN	RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	45,0000	2
			FOOT ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME - ME (12745)	LOGOTEX	0	45,4000	3
11	TOUCA SANFONADA DESCARTÁVEL - pacote com 100 unidades. Touca confeccionada em TNT, com características hipolérgicas e atóxicas. Tamanho único.	UN	FOOT ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME - ME (12745)	LOGOTEX	0	15,0000	2
			RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	15,0000	3
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	5,0000	1
			BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (8920)		0	5,6000	2
			RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	5,7000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 5/9

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 19/02/2015 Válido até: 19/02/2016							
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), Itens de Segurança, Descartáveis e Uniformes para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	CAPA DE CHUVA, AMARELA. Impermeável, confeccionada em tecido de PVC forrado, com capuz, manga longa e boões de pressão para fechamento. Proteção contra chuva e respingos de produtos químicos. Tamanhos P, M, G e XG. Com C.A.	UN	DANNA COMERCIAL EIRELI - ME (13022)	TALGE	0	7,5000	4
			ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)		0	17,4000	1
			DANNA COMERCIAL EIRELI - ME (13022)	WORKER	0	19,5000	2
			BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (8920)		0	19,9000	3
			ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)		0	5,7000	1
13	LUVA NITRÍLICA, VERDE. De segurança, confeccionada em dupla camada de borracha nitrílica de alta qualidade, com resistência mecânica e química. Impermeável, com acabamento antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. Cor verde. Interior liso. Medidas: 33 cm. Tamanhos: M, G e XG. Com C.A.	PAR	FOOT ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME - ME (12745)	KALIPSO	0	5,7500	2
			DANNA COMERCIAL EIRELI - ME (13022)	VOLK	0	6,0000	3
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	6,5000	4
			BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (8920)		0	6,2000	1
			RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	6,4000	2
14	LUVA DE SEGURANÇA, LÁTEX, NATURAL, SANFONADA, CANO LONGO. Confeccionada em borracha natural, reforçada, sem revestimento interno, com superfície externa antiderrapante (na palma e nos dedos), cor natural. Cano longo com detalhe sanfonado. Dimensões: 37 cm e 39 cm. Tamanhos: M e G. Com C.A.	PAR	ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)		0	6,8000	3
			DANNA COMERCIAL EIRELI - ME (13022)	VOLK	0	7,5000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 19/02/2015 Válido até: 19/02/2016									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), Itens de Segurança, Descartáveis e Uniformes para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
15	LUVA TÉRMICA DE SILICONE: Confeccionada em silicone, modelo mão de gato, com ranhuras e punho reto. Proteção das mãos contra agentes térmicos (calor e chammas). Tamanho Único. Peça. Com C.A.	UN	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	7,6000	5		
			RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	90,0000	1		
			BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (8920)		0	91,0000	2		
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	96,0000	3		
			ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)		0	98,9000	4		
16	ÓCULOS DE PROTEÇÃO/SEGURANÇA COM LENTE INTEIRIÇA. LENTE INCOLOR. Armação em nylon resistente e flexível. Hastes tipo espátula, fixadas por meio de parafusos com ajuste de comprimento. Lente única, confeccionada em policarbonato acoplada a armação por meio de encaixes, formando conjunto leve, confortável e seguro. Proteção contra raios UVA e UVB. Lentes com tratamento antirrisco, COM TRATAMENTO ANTIEMBAÇANTE. Com C.A.	UN	FOOT ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME - ME (12745)	DANNY	0	99,0000	5		
			ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)		0	4,4000	1		
			BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (8920)		0	4,6000	2		
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	5,1000	3		
			NUTRIEX		0	16,6000	1		
17	PROTETOR SOLAR FPS 60. Embalagem com 120 a 130 ml. Resistente à água, com 4 horas de proteção à prova d'água e ao suor. Proteção imediata. Proteção contra os raios UVA e UVB. Textura leve (Oil Free). Com Vitamina E. Indicado para pele sensível. Oferece alta proteção contra queimaduras solares.	UN	FOOT ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME - ME (12745)	NUTRIEX	0	16,6000	1		
			RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (13021)		0	16,8000	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 7/9

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 19/02/2015 Válido até: 19/02/2016							
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), Itens de Segurança, Descartáveis e Uniformes para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE PARA PARTICULAS PFF2. Com formato tipo dobrável, solda térmica em todo seu perímetro, apresentando lado externo na cor cinza e interno (que fica em contato com a face do usuário) na cor branca. A peça possui uma camada de microfibras impregnadas com partículas de carvão ativado finamente granulado. Nas laterais da peça dois tirantes elásticos brancos afixados por solda. A parte superior interna da peça possui uma tira de espuma cinza e a parte superior externa uma tira de material metálico moldável. Com C.A.	UN	BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (8920)		0	16,9000	3
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	21,9000	4
			ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)		0	22,2000	5
			DANNA COMERCIAL EIRELI - ME (13022)	LUVEX	0	22,2500	6
			BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (8920)		0	3,4000	1
			DANNA COMERCIAL EIRELI - ME (13022)	PROSAFETY	0	3,5000	2
19	LUA DE MALHA 4 FIOS, COM PONTOS DE PVC NA PALMA. Luva tricotada em algodão e poliéster, na cor branca, com pigmentos em PVC na palma e face palmar dos dedos, punho com elástico. Tamanho único. Com C.A.	PAR	ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)		0	3,9900	3
			BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (8920)		0	2,4500	1
			ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (12971)		0	2,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 8/9

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 19/02/2015		Válido até: 19/02/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), Itens de Segurança, Descartáveis e Uniformes para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DANNA COMERCIAL EIRELI - ME (13022)	VOLK	0	2.5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 9/9

Número do Registro de Preços: 2/2015							Data do Registro: 19/02/2015		Válido até: 19/02/2016		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), Itens de Segurança, Descartáveis e Uniformes para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2015

PROCESSO Nº 5/2015

- (8920) - BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA
- (10662) - BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP
- (12745) - FOOT ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME - ME
- (12971) - ADAM DISTRIBUIDORA LTDA - EPP
- (13021) - RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME
- (13022) - DANNA COMERCIAL EIRELI - ME

Schroeder, 19 de Fevereiro de 2015.

DISPENSA Nº 09/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 9/2015 - DL**

Processo Nr.: 25/2015
Data: 19/02/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: SORRISO PURIFICADORES LTDA - ME
Endereço: RUA REINOLDO RAU, 818 SALA 04
Cidade: Jaraguá do Sul - SC
CNPJ: 07.049.058/0001-79

Código: 11684

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição e instalação de refis para bebedouros da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	2,00	Refis Puricell, na Biblioteca Pública Municipal Cruz e Sousa, Rua Paulo Jahn, nº 215	UN	75,00	150,00
2	2,00	Refis Puricell, na Recepção do Prédio da Prefeitura Municipal, Rua Marechal Castelo Branco, nº 3.201, centro,	UN	75,00	150,00
3	2,00	Refis Puricell, na Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Rua Marechal Castelo Branco, nº 3.201, centro,	UN	75,00	150,00
4	2,00	Refis Puricell, CEIM Cristiane Inês Zerbin, Rua Mario Zerbin, nº 60	UN	75,00	150,00
5	2,00	Refis Puricell, CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social Rua Blumenau, 123, Centro	UN	75,00	150,00
6	2,00	Refis Puricell, CRAS - Centro de Referência de Assistência Social Rua Paulo Jahn, 245, Centro	UN	75,00	150,00
7	20,00	Refil smart para modelo de purificador de água Purific Eletrônico, que retém matéria orgânica, diminui a turbidez da água e possui função bactericida, com resina termoplástica e carvão ativado. (Secretaria de Saúde)	UN	180,00	3.600,00
8	14,00	higienizações de Aparelho Purificadores e Bebedouros	UN	50,00	700,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Sendo necessário a manutenção dos bebedouros existentes nas secretarias acima descritas. Sendo a mesma empresa que vendeu os referidos bebedouros. A contratada possui uma carta de exclusividade, para atender toda região Norte do Estado.

Schroeder, 19 de Fevereiro de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 9/2015 - DL**

Processo Nr.: 25/2015
Data: 19/02/2015

Folha: 2/2

12/2/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 12 de Fevereiro de 2015

Valor da Despesa: 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Serra Alta**PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO 012/2015**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012/2015

O Prefeito do município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina Sr. FRANCISCO ARTUR BOTH, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Edital do Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2014 e conforme o Decreto nº 016/2015 que homologa o resultado oficial dos classificados,

DETERMINA

I - CONVOCAR o(s) candidato(s) a seguir relacionado aprovado no referido Processo Seletivo Público Municipal, pela ordem de classificação, para comparecer no Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Administração, situada anexa a Prefeitura, na Avenida Dom Pedro II, 830, para preenchimento da vaga, conforme previsto no Edital, no período do dia 19 de fevereiro de 2015 á 26 de fevereiro de 2015, a contar a partir desta data, no horário de expediente (7:30 hs ás 11 :30hs e das 13 :hs ás 17:30hs).

GENTILIA PEREIRA DA SILVA PACASSA - Auxiliar de Serviços Gerais

ROSA LIMA SOARES - Auxiliar de Serviços Gerais

EVA DE JESUS - Auxiliar de Serviços Gerais

II - DETERMINA que o candidato convocado apresente cópia da documentação abaixo, acompanhada dos originais para conferência, quando couber :

- 01 Foto 3x4 (atual);
- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Título de eleitor;
- Quitação com as obrigações eleitorais;
- Certidão de Casamento;
- Registro de Nascimento dos filhos menores de idade;
- Histórico Escolar;
- Diploma e registro no respectivo órgão fiscalizador da Profissão.
- Endereço/ fone;
- Carteira nacional de Habilitação, com a categoria exigida.
- Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- Fotocópia do registro do contrato na carteira profissional, quando se tratar de pessoal celetista; número do PIS/PASEP;
- Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial; (Atestado Médico).
- Comprovante de residência;
- Declaração de Bens;
- Conta corrente do Banco do Brasil S/A.

III - COMUNICAR que o não comparecimento no prazo previsto implicará na desclassificação automática, tais medidas se fazem necessárias frente à necessidade do atendimento profissional junto ao setor competente.

Serra Alta, Gabinete do Prefeito, 19 de Fevereiro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Sombrio**PREFEITURA****DECRETO Nº. 014/2015**

DECRETO Nº 014, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.02 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SOMBRIO

2.014 - Proteção e Atenção às Famílias e Indivíduos

3.3.50.00.00.00.00.0080 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos R\$ 11.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do excesso de arrecadação da fonte 80 (Recursos Próprios) .

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 02 de fevereiro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 015/2015

DECRETO Nº 015, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Orgânica, e

Considerando o relatório final da Comissão Coordenadora e examinadora do Processo Seletivo nº 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado para que produza seus efeitos legais e jurídicos, a lista de candidatos aprovados no Processo Seletivo nº 002/2014 conforme relação constante do anexo I ao Presente Decreto.

Parágrafo Único. O resultado completo encontra-se afixado no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Sombrio e no site www.processosseletivos.com.br/sombrio.

Art. 2º. Cabe ao(s) candidato(s) que se sentirem prejudicados com a sua classificação, apresentar recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, excluindo o dia da publicação, para o e-mail rh@sombrio.sc.gov.br, nos termos do edital nº 001/2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 09 de fevereiro de 2015..

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretária Municipal de Finanças Administração e Planejamento

PORTARIA Nº. 014/2014

PORTARIA Nº 014 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores públicos Municipais, conforme quadro de escala que segue:

CÓD.	NOME	PERIODO AQUISITIVO			PERIODO DE GOZO		
2541	Adriane Pacheco Nunes	20/07/2013	À	19/07/2014	01/02/2015	À	28/02/2015
2544	Claudia Borba da Silva	17/11/2012	À	16/11/2013	01/02/2015	À	28/02/2015
3616	Cristiane Premieri Isoppo	01/02/2014	À	31/01/2015	01/02/2015	À	28/02/2015
6078	Ceniraci Marafigo Souza	02/01/2014	À	01/01/2015	01/02/2015	À	28/02/2015
1108	Cleusa Maria C. Cardoso	01/08/2012	À	31/07/2013	09/02/2015	À	08/03/2015
3725	Diones da Rosa Matos	03/04/2013	À	02/04/2014	01/02/2015	À	28/02/2015
1232	Francisco de Assis Correa	01/02/2014	À	31/01/2015	01/02/2015	À	28/02/2015
6088	Fernando Luiz Ferreira	02/01/2014	À	01/01/2015	01/02/2015	À	28/02/2015
2581	Ivonete Pereira	14/12/2013	À	13/12/2014	01/02/2015	À	28/02/2015
3830	João Marques	28/11/2013	À	27/11/2014	01/02/2015	À	28/02/2015
1021	Jair Coelho	10/05/2015	À	09/05/2013	01/02/2015	À	28/02/2015
3606	Janice Cardoso Trajano	06/02/2014	À	05/02/2015	01/02/2015	À	28/02/2015
5309	Lídia Vagner da Silva	01/02/2014	À	31/01/2014	01/02/2015	À	28/02/2015
1855	Lourdes Rodrigues Miguel	10/02/2013	À	09/02/2014	01/02/2015	À	28/02/2015
6596	Luana da Silva da Rosa	02/01/2014	À	01/01/2015	01/02/2015	À	28/02/2015
1240	Leonete Pereira de Souza	08/03/2012	À	07/03/2013	01/02/2015	À	28/02/2015
3563	Michele da Silva Raupp	03/01/2014	À	02/01/2015	01/02/2015	À	28/02/2015
292	Márcia R. da Silva Coelho	01/01/2014	À	31/12/2014	01/02/2015	À	28/02/2015
153	Maria Aparecida Scheffer	01/12/2013	À	30/11/2014	01/02/2015	À	28/02/2015
3555	Márcia Bólico	18/01/2014	À	17/01/2015	16/02/2015	À	15/03/2015
2580	Silvana Lucia Pereira	01/03/2013	À	28/02/2014	01/02/2015	À	28/02/2015
2578	Sonia Maria Bratti	01/03/2013	À	28/02/2014	01/02/2015	À	28/02/2015
5178	Thiago Arruda Irigote	20/07/2013	À	19/07/2014	01/02/2015	À	28/02/2015
3824	Vanessa Isoppo da Silva	27/11/2012	À	26/11/2013	01/02/2015	À	28/02/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 05 de janeiro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 049/2015

PORTARIA Nº. 049/2015.

NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM TESTE SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. ISMAIRA IDAIANI DE SOUZA SECCHI, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 087.432.889-60, aprovada em 1º lugar no Teste Seletivo regido pelo Edital nº 002/2014, para exercer o cargo de Professor IV - Artes, com 10 (dez) horas semanais, a contar a partir de 09 de Fevereiro de 2015, percebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO SANTA CATARINA, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezenove de fevereiro de dois mil e quinze.

Macon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 34/2015

DECRETO Nº. 34, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratado Diovaniildo da Rosa Feijó, CPF nº 713.352.850-91 e RG nº 11.005.895-0, no Cargo de Motorista, no Quadro de Pessoal do Município de Timbé do Sul - SC.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 18 de fevereiro de 2015.

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 35/2015

DECRETO Nº 35, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
ADMITE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam admitidos os servidores abaixo relacionados com nomenclatura de cargo e carga horária no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

NOME	CPF/RG	CARGO
ANDREI FRASSETTO DE SOUZA	CPF: 071.078.649-20 RG: 4.878.106	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40 HORAS
BEATRIZ ZANELATO ALESSIO	CPF: 030.539.479-78 RG: 4.451.158	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I 40 HORAS
CRISTIANE PIZZOLO JACINTO	CPF: 068.318.629-93 RG: 3.162.959	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I 40 HORAS
DANUBIA DE COSTA PIZZOLO	CPF: 066.316.299-85 RG: 306.784.363-5	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 40 HORAS
FRANCIELI PIZZOLO	CPF: 087.920.999-20 RG: 5.495.359	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I 40 HORAS
MANUELA SACHETTI DAL PONT	CPF: 033.624.309-02 RG: 3.988.186	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I 40 HORAS
ROSANGELA DE OLIVEIRA	CPF: 046.686.069-28 RG: 4.296.718	PROFESSOR SUPLETIVO 20 HORAS

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 18 de fevereiro de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 36/2015

DECRETO Nº 36, de 19 de fevereiro de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO 2015 DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.737 de 02 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais):

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes
2.025 - Manutenção dos Serviços de Coleta de Lixo
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(84) - Aplicações diretas
R\$ 5.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial das seguintes dotações:

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes
2.025 - Manutenção dos Serviços de Coleta de Lixo
4.4.90.00.00.00.00.00.0080(86) - Aplicações diretas
R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 19 de fevereiro de 2015.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

"Dispõe sobre a Publicidade da Audiência Pública, para dar cumprimento ao quanto determina o § 4º do Artigo 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os munícipes que:

Considerando, que esta municipalidade deverá cumprir o quanto determina o § 4º do Artigo 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/2000);

Considerando, que a cada quadrimestre, O Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais;

Resolve:

Art. 1º - Fica marcada para o dia 27/02/2015, audiência pública referente ao 3º Quadrimestre 2014.

§1º - A Audiência que trata o caput deste artigo será realizada na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal deste município às 09:00 horas.

§2º - Ficam convidadas todas as autoridades deste município, bem como todos os munícipes, para dar ciência do quanto determinado no § 4º do Artigo 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 2º - Este edital entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC,
em 19/02/2015.
Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 17/2015

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 17/2015

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Sergio Luis Gregorini

Objeto: Fornecimento parcelado de gás de cozinha para as unidades escolares da rede municipal de ensino, Peti, projeto Novo Amanhecer, manutenção das atividades CRÁS - Centro de Referência da Assistência Social e das atividades da Melhor Idade e manutenção da Administração Municipal, para o ano de 2015.

Valor: R\$ 14.233,00 (quatorze mil duzentos e trinta e três reais) Global estimado.

Vigência: de 20/01/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 18/2015

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 18/2015

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Oeding Assessoria Contabil Ltda EPP

Objeto: Prestação de serviços de assessoria técnica nas áreas financeira, orçamentária e administrativa da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul e Fundo, bem como executar os serviços na área contábil voltada ao atendimento das informações remetidas ao Tribunal de Contas do Estado através do sistema esfinge dos dados contábeis, pessoal, licitações/contratos e de obras, inclusive defesas de processos baixados em diligência.

Valor: R\$ 133,00 (cento e trinta e três reais) por hora/técnico

Vigência: de 23/01/2015 a 31/12/2015

Timbó

PREFEITURA

ATA ABERTURA DE PROPOSTA TOMADA DE PREÇOS N.º 35.2014 FMS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DE PROPOSTA DA TOMADA DE PREÇOS Nº. 35/2014 - FMS

Às oito horas, do décimo nono dia, do mês de fevereiro de dois mil e quinze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Bárbara Luiza Poffo de Azevedo, para abertura do envelope de proposta da empresa habilitada (EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP) no processo licitatório Tomada de Preços nº 35/2014 - FMS conforme segue:

Iniciada a sessão a Senhora Presidente solicitou aos presentes que conferissem a inviolabilidade do envelope.

Em prosseguimento, a Senhora Presidente passou à abertura do envelope de Proposta, colocando à disposição dos presentes os documentos nele contidos.

Da abertura do envelope de proposta, o valor total global apresentado pela empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP foi de R\$ 90.000,13 (noventa mil reais e treze centavos).

Da análise e exame da proposta, à vista das exigências constantes do Edital, a Presidente suspendeu a sessão para encaminhamento dos documentos da proposta ao Setor de Engenharia da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, para análise dos valores e quantitativos, bem como das planilhas de composição do BDI apresentados pela empresa licitante, sendo que após a emissão do parecer/análise será realizado o julgamento da empresa vencedora do certame.

O envelope de proposta da empresa CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, inabilitada no certame, fica disponível para ser retirado junto ao Setor de Licitações da Prefeitura de Timbó.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião e assinada a ata pela Comissão, encaminhando-se os autos ao Setor de Engenharia para as providências de estilo.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro

ATA DECISÃO HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 14 2015 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 14/2015 - PMT

Às sete horas e trinta minutos, do vigésimo dia, do mês de fevereiro de dois mil e quinze (20/02/2015), na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Bárbara Luiza Poffo de Azevedo, para avaliação dos pareceres técnico e contábil emitidos acerca da documentação de habilitação da empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA da Tomada de Preço nº. 14/2015 - PMT, bem como julgamento da habilitação.

Do parecer contábil emitido pela contadora, Sra. Carla Moser, sobre o item 7.1.4 (Qualificação Econômico-financeira) do edital, verificou-se que a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, atendeu aos requisitos estabelecidos no Edital.

Do parecer técnico emitido pelo engenheiro civil, Sr. Moacyr Cristofolini Junior, constatou-se que a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, apresentou acervo compatível com o objeto do Edital. Sobre os documentos da empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA verificou-se que não apresentou documentação de acordo com o item 7.1.6 do Edital, portanto, não cumpriu com o objeto licitado.

Em relação aos documentos da empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, tendo em vista que na sessão de abertura dos envelopes de habilitação verificou-se que no envelope identificado como de "habilitação", havia os documentos de proposta, restou-se desta forma prejudicada qualquer análise em relação a sua habilitação no certame.

Nesse sentido, analisada toda documentação juntada aos autos, aliado com o parecer contábil e parecer técnico do Setor de Engenharia e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, decidimos pela habilitação da empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, e inabilitação da empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA.

Ficam as empresas intimadas do inteiro teor desta Ata de julgamento de habilitação para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou desistência do mesmo, viabilização assim a continuidade do certame.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 34 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 34 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certificam que:

Está APROVADO o DESMEMBRAMENTO denominado "RAFAEL FERNANDO ZOTTO", situado no lado par da Rua Tiroleses, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 291,92 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Palmas, com a área de 8.975,74m² (Oito mil, novecentos e setenta e cinco metros e setenta e quatro decímetros quadrados), processo D-023/2014 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente RAFAEL FERNANDO ZOTTO, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 6.504, datado de 03 de novembro de 2014 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 24.323, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.02.060.0120.001, sendo constituído:

De 04 (quatro) lotes e uma área remanescente, abaixo transcritos:

Lote 01 (um) - com área de 498,54m² (Quatrocentos e noventa e oito metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Tiroleses, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 353,65 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Palmas; estremando na frente em 16,67 metros com lado par da Rua Tiroleses; fundos estrema em 18,43 metros com o lote nº 02; lado direito estrema em 31,61 com terras de Arnaldo Strey Junior, matrícula nº 20.486, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 33,32 metros com o lote nº 02. Edificado com uma casa enxaimel;

Lote 02 (dois) - com área de 2.394,21m² (Dois mil, trezentos e noventa e quatro metros e vinte e um decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Tiroleses, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 332,68 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Palmas; estremando na frente em 20,97 metros com lado par da Rua Tiroleses; fundos estrema em 24,59 metros com terras da Prefeitura Municipal de Timbó, matrícula nº 6.814, livro 2; lado direito estrema em linha quebrada de 33,32 metros e em 18,43 metros com o lote nº 01 e em 90,74 metros com terras de Arnaldo Strey Junior, matrícula nº 20.486, livro 2; e, lado esquerdo estrema em linha quebrada de 31,99 metros, em 26,78 metros e em 6,75 metros com o lote nº 03 e em 24,79 metros com o lote nº 04;

Lote 03 (três) - com área de 1.748,98m² (Hum mil, setecentos e quarenta e oito metros e noventa e oito decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Tiroleses, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 291,92 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Palmas; estremando na frente em 40,76 metros com lado par da Rua Tiroleses; fundos estrema em 22,41 metros com o lote nº 04; lado direito estrema em linha quebrada de 31,99 metros, em 26,78

Continuação da Certidão n.º 034/2015, fls. 02.

metros e em 6,75 metros com o lote nº 02; e, lado esquerdo estrema em linha quebrada de 21,59 metros e em 37,80 metros com o lote nº 04;

Lote 04 (quatro) - com área de 620,17m² (Seiscentos e vinte metros e dezessete decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Tiroleses, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 291,92

metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Palmas; estremando na frente em linha quebrada de 21,59 metros, em 37,80 metros e em 22,41 metros com o lote nº 03; fundos estrema em 25,03 metros com a área remanescente; lado direito estrema em 24,79 metros com o lote nº 02; e, lado esquerdo estrema em 75,15 metros com terras de Lucia de Souza, matrícula nº 14.098, livro 2. Este imóvel deverá ser obrigatoriamente anexado ao confrontante Lucia de Souza, matrícula nº 14.098, livro 2;

Área Remanescente - com área de 3.713,84m² (Três mil, setecentos e treze metros e oitenta e quatro decímetros quadrados), situado no término da Rua Lorena, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 998,10 metros do lado par da Rua Lorena até a esquina formada com o lado ímpar da Rua Aristiliano Ramos; estremando na frente em 48,27 metros, sendo em 14,06 metro com o término da Rua Lorena, em 32,80 metros com terras de Rosely Salete Dallabona, matrícula nº 12.374, livro 2 e em 1,41 metros com terras de Nisio Panoch, matrícula nº 12.300, livro 2; fundos estrema em 32,03 metros com terras de Lucia de Souza, matrícula nº 14.098, livro 2 e em 25,03 metros com o lote nº 04; lado direito estrema em 71,05 metros com terras de Reuter Empreendimentos Imobiliários Ltda EPP, do "Residencial Spazio Jardim de Tiroleses", matrícula nº 10.356, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 70,15 metros com terras da Prefeitura Municipal de Timbó, matrícula nº 6.814, livro 2;

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 13 de fevereiro de 2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

Município de Timbó

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 139 2014 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 139/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: registro de preço para contratação de empresa para manutenção de equipamentos de informática para atender as necessidades de órgãos da administração direta e indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: BITSET Comércio de Equipamentos e Suprimentos de Informática Ltda e AJ BRASIL Informática Eirelli ME.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 17.867,50 (dezessete mil oitocentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 19/11/2015

Timbó, 20/11/2014

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

DEISE ADRIANA NICHOLETTI MENDES

Secretária de Assistência Social

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente Fundação Cultural de Timbó

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente SAMAE

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 136 2014 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 136/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de Preço para aquisição de materiais e equipamentos de informática, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE e do Fundo Municipal de Trânsito - FUMTRAN.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Infoplan Ltda Me, AJ Brasil Informática Eirelli ME, Top Center Comercial Ltda Me, Nano Empreendimentos Ltda Me, Doin Gama Comercio de Produtos de Informática Ltda Me, Império do Papel Comércio de Papéis LTDA ME, Luiz Fernando Cunha Grenier Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 54.481,80 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta centavos)

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 20/11/2015

Timbó, 21/11/2014

FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente SAMAE

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 83 2014 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 83/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para a contratação de serviços de jardinagem para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Fundo Municipal de Saúde e FUNREPOM.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Ronaldo Gehrcke ME; Nayara Caroline Schaefer 06185472902 (MEI)

TOTAL ESTIMADO: R\$ 28.615,00 (vinte e oito mil seiscentos e quinze reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 19/08/2015

Timbó, 20/08/2014

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 47 2014 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preço destinado a contratação de serviços para publicações de anúncios institucionais, informativos do município e demais publicações de interesse do executivo em jornal de circulação no município de Timbó/SC.

EMPRESA FORNECEDORA: Raiter Editora e Eventos LTDA ME; e Editora Jornal do Médio Vale LTDA EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 169.365,00 (cento e sessenta e nove mil trezentos e sessenta e cinco reais)

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 20/05/2015

Timbó, 21/05/2014

JAIME AVENDANO
Assessor Institucional de Comunicação Social

SAMAE

PORTARIA N. SAMAE- 032, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA N. SAMAE- 032, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó - SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3679, de 01/12/2014;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Cargo: Auxiliar Operacional I

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
CAMILA GONÇALVES (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/ Processo Seletivo)	29/01/1989	067.899.349-10	44 horas	16/02/2015 a 31/03/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 033, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA N. SAMAE- 033, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó - SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3679, de 01/12/2014;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
CLEIDE DE FATIMA ELISIO (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/ Processo Seletivo)	10/08/1984	034.752.659-40	44 horas	19/02/2015 a 31/03/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Trombudo Central**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATUAL FMS 001/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 001/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: POSTO MIMO LTDA

Valor : 53.940,00 (cinquenta e três mil novecentos e quarenta reais)

Vigência : Início: 12/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL NOS

PADRÕES NORMAIS DE CONSUMO, GASOLINA AMARELA COMUM MISTURADA COM ÁLCOOL, OLEO DIESEL BS 10 E ÁLCOOL) DE ACORDO COM AS NORMAS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MECANIZADA DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DIRETAMENTE DA BOMBA DO FORNECEDOR

Trombudo Central, 19 de Fevereiro de 2015

EXTRATO CONTRATUAL FMS 002/2015

Contrato Nº.: 002/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: SEEMANN ANDERLE LTDA

Valor : 185.824,00 (cento e oitenta e cinco mil oitocentos e vinte e quatro reais)

Vigência : Início: 12/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL NOS

PADRÕES NORMAIS DE CONSUMO, GASOLINA AMARELA COMUM MISTURADA COM ÁLCOOL, OLEO DIESEL BS 10 E ÁLCOOL) DE ACORDO COM AS NORMAS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MECANIZADA DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DIRETAMENTE DA BOMBA DO FORNECEDOR

Trombudo Central, 19 de Fevereiro de 2015

EXTRATO CONTRATUAL FMS 003/2015

Contrato Nº.: 003/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: DMR FORMULAS LTDA

Valor : 55.250,00 (cinquenta e cinco mil duzentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 27/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS MANIPULADOS PARA

SECRETARIA DE SAUDE

Trombudo Central, 19 de Fevereiro de 2015

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 001/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada....: MÁRCIA M. DA SILVA & CIA LTDA
Valor : 6.112,80 (seis mil cento e doze reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 08/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Recursos : Dotação:
Objeto : A LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA GE-
DOC
(GERENCIADOR ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS) SOB A FORMA
DE
LICENÇA DE USO, NÃO EXCLUSIVA, EM AMBIENTE WINDOWS
Trombudo Central, 19 de Fevereiro de 2015

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 002/2015

Contrato Nº.: 002/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada....: POSTO MIMO LTDA
Valor : 1.155.659,50 (um milhão cento e cinquenta e
cinco mil
seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 12/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 62/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL
NOS
PADRÕES NORMAIS DE CONSUMO, GASOLINA AMARELA COMUM
MISTURADA COM ÁLCOOL, OLEO DIESEL BS 10 E ÁLCOOL) DE
ACORDO COM AS NORMAS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA
MECANIZADA DO MUNICÍPIO DIRETAMENTE DA BOMBA DO
FORNECEDOR.
Trombudo Central, 19 de Fevereiro de 2015

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 003/2015

Aditivo Nº : 003/2015 - Contrato Nº: 195/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada....: VALTAIR ALVES SERVICOS
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 15/01/2015 Término: 15/03/2015
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 1/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : 1º TERMO ADITIVO REFERENTE A AQUISIÇÃO E
INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO E CORTINA DE AR PARA O
CENTRO DE IDOSOS COM A FINALIDADE DE CLIMATIZAR O
AMBIENTE CONFORME CONVÊNIO Nº 2014TR002602
Trombudo Central, 19 de Fevereiro de 2015

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 004/2015

Contrato Nº.: 004/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada....: SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE TR.CENTRAL
Valor : 12.000,00 (doze mil reais)
Vigência : Início: 22/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.:
1/2015
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (147) Sal-
do: 87.935,63
Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL, LOCA-
LIZADO
NA RUA JORGE LACERDA, Nº26, COM ÁREA TOTAL DE 126 M²,
DESTINADO A INSTALAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Trombudo Central, 19 de Fevereiro de 2015

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 005/2015

Contrato Nº.: 005/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada....: SUPERMERCADO 4J LTDA - ME
Valor : 16.800,00 (dezesesseis mil oitocentos reais)
Vigência : Início: 26/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE CESTAS BASICAS PARA
FORNECIMENTO À POPULAÇÃO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Trombudo Central, 19 de Fevereiro de 2015

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 006/2015

Contrato Nº.: 006/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada....: ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA
Valor : 1.348,00 (um mil trezentos e quarenta e oito re-
ais)
Vigência : Início: 27/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (ME-
RENDA)
PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DO MUNI-
CÍPIO
Trombudo Central, 19 de Fevereiro de 2015

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 007/2015

Contrato Nº.: 007/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada....: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE
ALIMENTOS LTD
Valor : 22.665,60 (vinte e dois mil seiscentos e sessenta
e cinco
reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 27/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (ME-
RENDA)
PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DO

MUNICIPIO

Trombudo Central, 19 de Fevereiro de 2015

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 008/2015

Contrato Nº.: 008/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada.: COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME

Valor : 15.358,46 (quinze mil trezentos e cinquenta e oito reais e

quarenta e seis centavos)

Vigência : Início: 27/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA)

PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICIPIO

Trombudo Central, 19 de Fevereiro de 2015

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 009/2015

Contrato Nº.: 009/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada.: Schuhmacher e Schuhmacher Exp. e Imp. Ltda

Valor : 5.803,30 (cinco mil oitocentos e três reais e trinta centavos)

Vigência : Início: 27/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA)

PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICIPIO

Trombudo Central, 19 de Fevereiro de 2015

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 010/2015

Contrato Nº.: 010/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada.: SUPERMERCADO 4J LTDA - ME

Valor : 59.170,06 (cinquenta e nove mil cento e setenta reais e seis

centavos)

Vigência : Início: 27/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA)

PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICIPIO

Trombudo Central, 19 de Fevereiro de 2015

TOMADA DE PREÇOS 02/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

TOMADA DE PREÇO FMS Nº 02/2015

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇO FMS Nº 02/2015, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM GINECOLOGIA. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 10:30h. do dia 09 de março de 2015, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 7:00 às 13:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da home page: www.trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 20 de fevereiro de 2015.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS 03/2015 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

TOMADA DE PREÇO PMTC Nº 03/2015

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇO PMTC Nº 03/2015, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENSINO DE ARTES PARA OS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO CENTRO DE REFERENCIA ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS E GRUPOS DE CONVIVENCIA E CLUBE DE MÃES DA SECRETARIA DE CULTURA. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h do dia 09 de março de 2015, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da Home Page: www.trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 20 de fevereiro de 2015.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

Turvo

PREFEITURA

PORTARIA 049/2015

PORTARIA Nº 049/15, de 11 de Fevereiro de 2015.
ADMITE REGENTE DE MÚSICA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer a função pública de Regente de Música, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF

João Vanoir Pasini 047.044.638-26

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 18 de Fevereiro de 2015 e encerrará em 18 de Dezembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 11 de Fevereiro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 050/2015

PORTARIA Nº 050/15, de 11 de Fevereiro de 2015.
ADMITE ASSESSOR EM PLANEJAMENTO EDUCACIONAL, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir o servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Assessor em Planejamento Educacional, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF

Marcio Roque 048.084.319-80

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 11 de Fevereiro de 2015 e encerrará em 26 de Dezembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 11 de fevereiro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 051/2015

PORTARIA Nº 051/15, de 11 de Fevereiro de 2015.
NOMEIA PROFESSOR IV, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014-SME os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, para exercer a função pública de Professor IV, do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF DISCIPLINA LOCAL DE TRABALHO

Débora Magagnin da Silveira 058.946.129-00 Artes EJA

Catarina Ferraz Marcos 009.993.359-44 Biologia EJA

Daiane Salvaro Ferreira 047.921.089-69 História EJA

Art. 2º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014-SME o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer a função pública de Professor IV, do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF DISCIPLINA LOCAL DE TRABALHO

Daiana Moser 051.389.559-00 Português EJA

Art. 3º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014-SME os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer a função pública de Professor IV, do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF DISCIPLINA LOCAL DE TRABALHO

Patricia T. Cadorin Gomes 043.244.289-80 Inglês EJA

Alexandra dos Santos 037.455.319-06 Geografia EJA

Art. 4º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º, 2º, 3º, desta Portaria, iniciará em 11 de Fevereiro de 2015 e encerrará em 30 de Novembro de 2015.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 11 de fevereiro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 052/2015

PORTARIA Nº 052/15, de 13 de Fevereiro de 2015.

ADMITE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercerem a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A) CPF

Jonas Vicente Pereira 057.194.329-22

Lorete Maria Pinheiro Felisberto 063.996.589-00

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 19 de Fevereiro de 2015 e encerrará em 10 de Junho de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de fevereiro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PREGAO PRESENCIAL PMT 13/2015

Aviso de Licitação

Processo de Licitação nº 13/2015 - Pregão Presencial Nº. 13/2015

Objeto: Aquisição de Escavadeira Hidráulica nova.

Entrega dos envelopes: até às 07h45min do dia 06/03/2015

Abertura da Sessão: á partir das 08:00 horas do dia 06/03/2015

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 - Centro - Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186.

Turvo - SC, 19 de fevereiro de 2015.

Ester Zanette Barp

Pregoeira

Vargeão

PREFEITURA**RESOLUÇÃO Nº 001/2015**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

RESOLUÇÃO Nº 001/2015

Dispõe sobre a prestação de contas do cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica e Benefícios Eventuais, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social de Vargeão (FMAS).

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas de recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Básica e Benefícios Eventuais, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social do ano de 2014 - custeio.

Art. 2º Os recursos foram destinados aos serviços ofertados pelo município no âmbito da Proteção Social Básica e na concessão de Benefícios Eventuais - Funeral segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução nº 109/2009, e conforme plano de aplicação apresentados e aprovado por este Conselho.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Vargeão, 19 de fevereiro de 2015.

Sônia Maria Bonan

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.

Vargem Bonita

PREFEITURA

CONTRATO N.058/2015

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 058/2015

CONTRATADO: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

OBJETO: O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

VALOR: R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais)

DATA DO CONTRATO: 13/02/2015

PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/01/2015 a 31/12/2015

FMS - PROCESSO 004/2015 PR 004/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº004/2015

PREGÃO Nº 004/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO POR DEMANDA E DE FORMA PARCELADA DE: ÓLEOS LUBRIFICANTES, PARA USO NA FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA - SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

Abertura dos Envelopes: 06 de março de 2015 às 09:00 horas.

INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita - SC., Rua Coronel Vitório, 966 - Centro - Fone 49 3548-3000; e-mail compras@vargembonita.sc.gov.br

Vargem Bonita, 19 de fevereiro de 2015.

Lenir Radavelli

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

PROCESSO 012/2015 PR 011/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº012/2015

PREGÃO Nº 011/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO POR DEMANDA E DE FORMA PARCELADA DE: ÓLEOS LUBRIFICANTES; FLUÍDOS E GRAXAS, para uso na frota de veículos automotores leves, ônibus, caminhões e máquinas da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita - SC, durante o exercício de 2015

Abertura dos Envelopes: 06 de março às 10:00 horas.

INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita - SC., Rua Coronel Vitório, 966 - Centro - fone 49 3548-3000; e-mail compras@vargembonita.sc.gov.br

Vargem Bonita, 19 de fevereiro de 2015.

Melania Roman Meneghini

Prefeita Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.514/15

DECRETO Nº 11.514/15, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.344/14.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 2195/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.344/14, que nomeou DAIANE MARIA DE CAMPOS, para exercer o emprego público de Atendente de Consultório Dentário - ESF, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de fevereiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de fevereiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.515/15

DECRETO Nº 11.515/15, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

Nomeia Atendente de Consultório Dentário

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JOELMA VICENTINA DOS SANTOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2014, homologado em 16 de junho de 2014, para exercer o emprego público de Atendente de Consultório Dentário - Estratégia Saúde da Família, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de fevereiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de fevereiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

LAUDO DE AMOSTRA PE 05/2014 - PMV

LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE
CADEIRAS PARA ALUNOS, CADEIRA PARA PROFESSOR
e SWITCH COM 36 PORTAS

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa ERGO MOBILI INDÚSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 97.466.593/0001-18, apresentou os laudos técnicos, conforme previsto no edital e nas marcas citadas abaixo:

LOTE 3			
Item	Especificação Técnica	MARCA	SITUAÇÃO
01	CADEIRAS PARA ALUNOS COM BASE REGULÁVEL, especificação: Cadeira: Assento e encosto em forma de concha, confeccionados em polipropileno tingido na cor azul, com formato anatômico, reforçada através de nervuras na parte inferior do assento, com 04 porcas embutidas na hora da injeção. Fixação na estrutura através de parafuso Phillips CR 5/16x1. Estrutura: Estrutura em tubo de aço industrial 1006/1008, seção 20x40, espessura de chapa de 1,5mm (chapa 16), dotada de mecanismo para regulagem de altura com 06 graduações para melhor adaptação do aluno. Porta livros em perfil de aço 1/4" e 3/16, soldado à estrutura. Acabamento com banho desengraxante à quente por meio de imersão a 120°C e tratamento antiferruginoso de proteção, pintura com tinta pó na cor bege, híbrida, polimerizada em estufa a 180°C. Espessura da película de tinta não inferior a 40 microns. Montagem: A Estrutura de aço deverá ser interligada através de sistema de solda Mig. Fechamento do Topos, Sapatas e Ponteiras em polipropileno 100% injetados na cor e tonalidade da estrutura fixados através de encaixe. Dimensões: Assento / Encosto: Concha - 430 Larg. X 508 Prof. X 400 Altura.	CEQUIPEL	APROVADA
02.	CADEIRA PARA PROFESSOR. Especificação: Componentes metálicos ligados entre si pelo processo de solda M.I.G. 2. Assento e Encosto .Confeccionados em madeira compensada multilaminada de 15mm, moldados anatomicamente. Estofada com espuma de poliuretano injetado com densidade controlada a 45 kg/cm3 e espessura de 45mm no mínimo, revestida em couro sintético, cor preta, com acabamento nas bordas em perfil de PVC do tipo Macho/Fêmea na espessura de 15mm, de cor PRETA. Contracapa do encosto revestida em couro sintético, porém na cor preta, e o fundo do assento com acabamento em TNT na cor preta. Suporte do encosto em tubos oblongos de 16x40mm e 25x50mm encaixados por bucha de polipropileno. Estofado fixado à estrutura através de 4 parafusos sextavados e porcas-garras cravadas na madeira. 3. Braços: Braços reguláveis em formato "T" com, no mínimo 6 (seis) posições acionada por botão, com base em aço e carenagem em polipropileno injetado. Apóia-braços em poliuretano injetado, com a parte frontal curvada para melhor acomodação do braço do usuário. Os braços deverão ser fixados ao assento através de parafusos sextavados e porcas garras cravadas na madeira. 4. Bases Giratórias: Base giratória de cinco patas de aço com raio de 330mm e capa protetora em polipropileno injetado. Sistema de regulagem de altura pneumático com pistão a gás de curso não inferior à 120mm. Rodízios duplos de 50mm de diâmetro com banda de rodagem em PU, indicado para piso duro. Haste telescópica de 3 estágios em polipropileno. 5. Pintura da Estrutura: Tratamento por banhos desengraxantes, antioxidantes, passivadores e fosfatizantes; pintura pelo sistema eletrostático em tinta epóxi – pó na cor preta com polimerização em estufa na temperatura de no mínimo 180°C. 6. Regulagens e Articulações: Encosto com movimento flexível (pingente), para melhor adaptação aos movimentos do usuário, dotado ainda de regulagem de altura do encosto através de manípulo. Regulagem de inclinação do encosto e assento (back-system) de forma sincronizada 2:1, através de alavanca independente localizada sob o assento, permitindo o ajuste e travamento em qualquer posição pelo sistema de fricção. 7. Revestimento: Revestimento do assento e encosto em tecido 100% poliéster na cor azul com acabamento das bordas em perfil de PVC tipo macho-fêmea. Contra encosto injetado na cor preta. 8. Dimensões: Encosto: 420mm (L) x 360mm (A) Assento: 460mm (L) x 450mm (P) Profundidade, Total: 610mm, Largura Total: 630mm, Altura Assento/Piso: 400mm a 520mm, Largura braço (apoio): 70mm. Apresentar junto a proposta, Certificado de Conformidade com as exigências da norma ABNT NBR 13962, emitido por laboratório idôneo reconhecido pelo INMETRO.	CEQUIPEL	APROVADA
LOTE 4			
01.	SWITCH COM 36 PORTAS 10/100/1000 MBPS, PARA REDE LÓGICA. Especificação: 36 portas RJ45 10/100/1000 Mbp/s com auto negociação e suporte Auto MDI/MDIX; compilações com padrões IEEE 802.3 e IEEE 802.3u; suporte a IEEE 802.3x com controle para Full Duplex e Half Duplex; suporte a MAC Address auto instrução e update automático; LED indicador para monitoramento da energia, link, atividade e 10/100/1000 Mbp/s; padrão 19 polegadas com case de aço para montagem em rack; acompanha duas abas para fixação em paredes e moveis; fonte de alimentação interna; tensão de entrada: 100 – 240 V 50/60 Hz 0,6 A. Cabos compatíveis: - 10 Base-T: UTP categoria 3, 4 e 5 (máximo 100m) - EIA/TIA-568 100Ú STP (máximo 100m) - 100 Base-TX: UTP categoria 5 e 5e (máximo 100m) EIA/TIA-568 100Ú STP (máximo 100m)	TP LINK MODELO TL:SG1024D	APROVADA

Dessa forma, após conferência, APROVAMOS, os laudos técnicos apresentados tempestivamente pela empresa acima citada, alusivo ao EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº05/2014- PMV, pela apresentação das amostras físicas e laudos técnicos anexos.

Videira/SC, 09 de fevereiro de 2015.

Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques
Diretora de Educação

LAUDO DE AMOSTRA PE 05/2014 - PMV**LAUDO DE NÃO ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE
SISTEMA DE PROJEÇÃO DE IMAGENS**

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa JAIRO ANTONIO ZANATTA, inscrita no CNPJ nº 03.843.541/0001-70, não apresentou os laudos técnicos das marcas e modelos dos produtos licitados das especificações mínimas do Edital PE 05/2014 - PMV, conforme segue:

LOTE 05			
Item	Especificação Técnica	MARCA	SITUAÇÃO
07.	Sistema de projeção de imagens, com tecnologia LCD padrão UST, resolução nativa de, no mínimo, XGA 1.024x768, sendo suportado até UXGA 1600x1200; luminosidade de 3.300 ANSI LUMENS; contraste de 3000:1; funções second start e instant off – liga em 05 segundos e desliga instantaneamente o projetor, não sendo necessário aguardar o resfriamento da lâmpada; lâmpada com vida útil de, no mínimo, 3.000 horas em alto brilho e 6.000 horas em baixo brilho; tamanho da tela de projeção de 60" a 117" (de 1,60m até 2,96m); uniformidade de brilho de 90%; reprodução de cor de 24bits, 16.7 milhões de cores; 02 auto-falantes de 16W; compatibilidade de vídeo com NTSC / PAL-M / SECAM; resolução de vídeo (NTSC / PAL-M / PAL-N / SECAM / HDTV); conexões de entrada: VGA, Vídeo composto, S-Video, Vídeo componente, áudio, HDMI; Saída: VGA (Retorno para monitor); tensão de alimentação 110/220V automático; maleta para transporte; controle remoto. Garantia: 12 meses contra defeitos de fabricação	Epson	Não apresentou

Em atendimento ao item 1.8 do Edital 05/2014 que diz: "As proponentes classificadas, depois de declaradas vencedoras, anteriormente a adjudicação do Processo licitatório, deverão apresentar amostras físicas ou prospectos / fichas técnicas originais do fabricante, com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado, devidamente identificado, com razão social e respectivo número do lote e item) de todos os itens vencidos, em até (03) dias de sua notificação via sistema Cidadecompras."

Sendo assim, a empresa JAIRO ANTONIO ZANATTA, que obteve a proposta melhor classificada para o lotes 05 na etapa de lances, não encaminhou tempestivamente as amostras físicas ou prospectos / ficha técnica original do fabricante, com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado.

Diante do exposto, a Secretaria de Educação opina pela reprovação dos laudos/prospectos não apresentados pela empresa JAIRO ANTONIO ZANATTA

Videira, 18 de Fevereiro de 2015.

Roberta Aparecida Martinez

Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques

Diretora de Educação

LAUDO DE AMOSTRA PE 05/2014 - PMV

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**LAUDO DE NÃO ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE
LOUSAS INTERATIVAS E CARTEIRA DO ALUNO E PROFESSOR**

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa **MARKA COMERCIOS DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 11.451.932/0001-77, apresentou os laudos técnicos, conforme previsto no edital e nas marcas citadas abaixo.

LOTE 1			
Item	Especificação Técnica	MARCA	SITUAÇÃO
01.	<p>QUADRO PARA PROSPECÇÃO DE CONTEÚDO PEDAGÓGICO EM SALA DE AULA, especificação: Espaço para projeção de imagens com no mínimo 1.800 x 1.350mm, diagonal mínima de 79", com resolução mínima de 1,5m; composta por material de BP revestido com laminado melamínico acetinado de baixa absorção de luminosidade, na cor branca, com tecnologia de digitalização através de película de infra-vermelho mais ultrassom; Dispositivo de interface com botão semelhante ao de mouse (botão direito) e um botão para acionamento de caixa de ferramenta interativa. Com ponta de teflon, que substitui o botão esquerdo do mouse; possui capacidade de interação com Sistema Interativo e paleta de ferramentas através de tecnologia baseada em sistema de ultrassom; Conexão com o computador efetuada através de cabo USB; Receptor de interface em formato longitudinal com captação de sinal de infra-vermelho, e capacidade de captação de sinal de até 123" na diagonal; Softwares de controle composto de ferramenta de interatividade configurável (tamanho e transparência) que permite, no mínimo, as seguintes seleções: entra caneta, entra borracha, marca texto; permite também a anotação sobreposta à qualquer programa instalado no microcomputador; capacidade de reconhecimento de escrita manual em letra de forma ou manuscrita, em qualquer software instalado no microcomputador, que possua um campo de texto editável; permite a mudança de cores e espessuras sem a necessidade da troca da caneta; permite salvar as telas, no mínimo, nos seguintes formatos: HTML, PDF, JPEG, BMP, TIF, EMF, PPT e PPS; permite mover, alterar tamanho ou rotacionar objetos; provê recurso de escurecimento parcial da tela, visando mostrar gradualmente o conteúdo a ser visualizado; permite a importação de arquivos em formato PPS/PPT, XLS e DOC, com imagens de fundo; sustenta uma conferência para, no mínimo, 25 conexões simultâneas via internet e 10 pontos via rede local. todo o pacote de software possui versão compatível com a língua portuguesa; O software deverá possuir recursos para a criação de uma área centralizadora para a organização de atalhos para programas e arquivos mais utilizados pelo usuário. O Software deverá permitir a acessibilidade à paleta de ferramentas interativas, em qualquer posição da tela de projeção, através de um clique de mouse; Unidade de processamento composta por mother-board integrada diretamente na estrutura do quadro contendo, no mínimo, processador com arquitetura de núcleo duplo de, no mínimo, 1.6GHZ, memória RAM de 04GB padrão SODIMM, unidade de armazenamento com, no mínimo, 320GB, com adaptador gráfico de vídeo com resolução HDMI de 1600x1200 e 1080i x 720, interface de rede 10/100/1000; Porta HDMI de 1080i x 720p; 02 portas USB externas; Porta serial RS232; leitor de cartão tipo SD; Interface de áudio analógico com saída para caixas acústicas e entrada para microfone; disco rígido padrão SATA de 160GB; fonte de alimentação de 12V / 5ª, com sistema de conexão sem fio instalado.; Compatível com os sistemas operacionais Microsoft Win2000, Windows XP, Vista, Seven e as distribuições Linux Fedora e Ubuntu. Sistema operacional baseado em plataforma gráfica, instalado e compatível com o software de interface do quadro. Deverá permitir a acessibilidade às portas USB e a conexão com o microfone; Haste para fixação de projetor multimídia, confeccionado de forma retrátil com, no mínimo, 05 pontos de retratibilidade; Suporte para projetor com regulagem de angulação executado em chapa de aço com parede 1,2mm medindo aproximadamente 335x245mm, com flange com 04 furos passantes para fixação em teto/parede; Sistema de projeção de imagens, com tecnologia DLP ou LCD padrão UST, resolução nativa de, no mínimo, SVGA 800x600, sendo suportado até UXGA 1600x1200; luminosidade de, no mínimo 2.500 ANSI LUMENS; contraste de, no mínimo 3000:1; funções second start e instant off – liga em 05 segundos e desliga instantaneamente o projetor, não sendo necessário aguardar o resfriamento da lâmpada; lâmpada com vida útil de, no mínimo, 2.000 horas em alto brilho e 3.000 horas em baixo brilho; tamanho da tela de projeção de 27" a 300"; uniformidade de brilho de 90%; reprodução de cor mínima de 24bits, 16,7 milhões de cores; 02 auto-falantes de 5W; compatibilidade de vídeo mínima com NTSC / PAL-M / SECAM; resolução de vídeo (NTSC / PAL-M / PAL-N / SECAM / HDTV); conexões de entrada: VGA, Vídeo composto, S-Video, Vídeo componente, áudio, HDMI; Saída: VGA (Retorno para monitor); tensão de alimentação 110/220V automático; maleta para transporte; controle remoto. Suporte metálico para lousa branca, com medida total de 2100x1195mm; quadro superior confeccionado em chapa de metalon 30x90mm (chapa 1,2mm), medindo 1195x1350mm, contendo 12 orelhas de balde em aço estampado chapa 14 25x35mm, fixados a estrutura através de solda pelo processo MIG; porta – canetas confeccionado em chapa de metalon 30x90mm (chapa 1,2mm) recortada, formando sulco para suporte de canetas, medindo 800x72,6mm; suporte para os pés inferiores confeccionados em chapa de metalon 30x90mm (chapa 1,2mm), medindo 1195 x 650mm; em suas extremidades devem ser afixados tubos oblongos de 25x60mm (chapa 1,5mm) para os pés medindo 855mm de comprimento, curvados de forma a garantir estabilidade a todo o conjunto; mão – francesa para reforço de união entre o quadro de suporte e os pés, medindo 120x240x1,8"mm; 04 sapatas de apoio tipo quack medindo 90x15,0mm; painel de fechamento confeccionado em chapa de metalon estampado (perfurado) medindo 1135x410mm (chapa 1,2mm); suporte estrutural confeccionado em chapa de metalon medindo 32x93x32x290mm para apoio do painel de fechamento ao suporte para os pés, contendo 06 parafusos com furo expansivo para rosca tipo M6; acabamento das peças metálicas através de banho desengraxante a quente, por meio de imersão e tratamento anti-ferruginoso de proteção; pintura com tinta epóxi pó, híbrida, eletrostática, polimerizada em estufa a 120°C, com espessura mínima de película aplicada a 40microns; os componentes que formam o conjunto deverão ser ligados entre si através de solda pelo processo MIG. O licitante vencedor deverá efetuar curso de capacitação ao uso dos equipamentos ofertados, para público composto por turma de 20 pessoas, num total de 03 encontros, com 04 horas cada, em datas e horários a serem estabelecidos em comum acordo entre a Secretaria de Educação e a empresa vencedora da licitação. Na oportunidade, deverá ser disponibilizado aos participantes material de apoio; O escopo do curso de capacitação deverá conter, no mínimo:</p>	IQBOARD	REPROVADA

	<ul style="list-style-type: none"> i. Ementa aos professores; ii. Apresentação das características com enfoque técnico; iii. Apresentação das características com enfoque de usuário; iv. Procedimentos para instalação física; v. Procedimentos para instalação de softwares; vi. Cuidados no uso; vii. O uso de ferramentas básicas; viii. O uso de ferramentas avançadas. 		
LOTE 2			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	MARCA	SITUAÇÃO
2	<p>CARTEIRA ESCOLAR INFORMATIZADA PARA ALUNO, especificação: Tampo escolar duplo e basculante, sendo o tampo superior confeccionado em ABS TERMOFORMADO, com 02 arestas arredondadas; base inferior do tampo fixa, confeccionado em MDF usinado, com acabamento em pintura PU na cor preta, com apoio para teclado padrão ABNT2 com TrackBall óptico; base superior do tampo, basculante, confeccionado com apoio para monitor de vídeo de, no mínimo 15", widescreen e apoio para sistema de processamento, inserida na parte inferior deste tampo; estrutura metálica confeccionada em tubo industrial de 2", 1,1/2" e 3/4" (parede 1,5mm) e acabamentos em ponteira de plástico; pode ser fixada ao chão ou possuir regulagem de nível de 04 pontos de contato com o piso, através de sapatas reguladoras; acabamento das peças metálicas, efetuado através de banho desengraxante à quente, por meio de imersão e tratamento anti-ferruginoso de proteção; pintura efetuada com tinta epóxi pó, híbrida, eletrostática, polimerizada em estufa a 180°C, com espessura mínima de película aplicada de 40microns, na cor prata; todos os componentes fixos que formam o conjunto deverão ser ligados entre si através de solda pelo processo MIG; composto por módulo distinto, de acesso independente e interligado entre si, através de sistema de comunicação integrado ao gabinete, possuindo conectividade através de cabeamento estruturado e tecnologia wireless simultaneamente; chave com segredo para travamento dos tampos e proteção do hardware com sistema liga/desliga acoplado ao tampo basculante; monitor de vídeo LCD Widescreen, com no mínimo 15", com proteção acrílica frontal, matriz ativa, suportando resolução mínima de 1024x768 pixels, fixada em plataforma rígida fabricada em aço, de forma embutida, com possibilidade de angulação de 112° em relação a horizontal, localizado imediatamente após o teclado; os equipamentos (mother-board, monitor de vídeo LCD, conector USB frontal, entrada e saída de áudio frontal, teclado com trackball) ficam em compartimento protegido contra vandalismos ou saques, afixados diretamente na estrutura; o acesso é efetuado através de tampa basculante de aço, chaveadas com fechadura com segredo; Processador com arquitetura de núcleo duplo, com, no mínimo, 1.5GHZ; memória virtual com, no mínimo, 04GB DDRII SODIMM; unidade de armazenamento com, no mínimo, 320GB; adaptador gráfico de vídeo padrão ATI com resolução HDMI 1600x1200 – 1080i X 720; interface de rede Ethernet Lan RTL8111C 10/100/1000 com wireless integrado; no mínimo, 02 portas USB externas mais 06 portas USB internas; interface de áudio analógica com saída para caixas acústicas e entrada para microfone; fonte de alimentação: 12V/5; webcam com 1.3 megapixel integrada; sistema Operacional baseado em plataforma gráfica Microsoft Windows Seven. Deverá ser apresentado, no envelope de proposta, laudo técnico biomecânico e ergonômico, comprovando que o produto atende aos valores estabelecidos pelas Normas Ergonômicas – NR17, bem como que o móvel atenda aos aspectos biomecânicos funcionais, da saúde e de segurança do indivíduo. Dimensões aproximadas: 725 x 560 x 750mm</p>	IQBOARD	REPROVADA
03	<p>CARTEIRA ESCOLAR INFORMATIZADA PARA PROFESSOR, especificação: Tampo escolar duplo e basculante, confeccionado em MDF USINADO, com 02 arestas arredondadas. Base inferior do tampo, fixa, confeccionado em MDF USINADO e acabamento em pintura PU na cor preta, com apoio para teclado padrão ABNT2 com TrackBall óptico; base superior do tampo, basculante, confeccionado com apoio para monitor de vídeo de, no mínimo 15", widescreen e apoio para sistema de processamento, inserida na parte inferior deste tampo. Estrutura metálica confeccionada em tubo industrial de 2", 1,1/2" e 3/4" (parede 1,5mm) e acabamentos em ponteira de plástico; pode ser fixada ao chão ou possuir regulagem de nível de 04 pontos de contato com o piso, através de sapatas reguladoras; acabamento das peças metálicas, efetuado através de banho desengraxante à quente, por meio de imersão e tratamento anti-ferruginoso de proteção; pintura efetuada com tinta epóxi pó, híbrida, eletrostática, polimerizada em estufa a 180°C, com espessura mínima de película aplicada de 40microns, na cor prata; todos os componentes fixos que formam o conjunto deverão ser ligados entre si através de solda pelo processo MIG; composto por módulo distinto, de acesso independente e interligado entre si, através de sistema de comunicação integrado ao gabinete, possuindo conectividade através de cabeamento estruturado e tecnologia wireless simultaneamente; chave com segredo para travamento dos tampos e proteção do hardware com sistema liga/desliga acoplado ao tampo basculante; monitor de vídeo LCD Widescreen, com no mínimo 15", com proteção acrílica frontal, matriz ativa, suportando resolução mínima de 1024x768 pixels, fixada em plataforma rígida fabricada em aço, de forma embutida, com possibilidade de angulação de até 112° em relação a horizontal, localizado imediatamente após o teclado; os equipamentos (mother-board, monitor de vídeo LCD, conector USB frontal, entrada e saída de áudio frontal, teclado com trackball) ficam em compartimento protegido contra vandalismos ou saques, afixados diretamente na estrutura; o acesso é efetuado através de tampa basculante de aço, chaveadas com fechadura com segredo. Processador com arquitetura de núcleo duplo, com, no mínimo, 1.5GHZ; memória virtual com, no mínimo, 04GB DDRII SODIMM; unidade de armazenamento com, no mínimo, 320GB; adaptador gráfico de vídeo padrão ATI com resolução HDMI 1600x1200 – 1080i X 720; interface de rede Ethernet Lan RTL8111C 10/100/1000 com wireless integrado; no mínimo, 02 portas USB externas mais 06 portas USB internas; interface de áudio analógica com saída para caixas acústicas e entrada para microfone; fonte de alimentação: 12V/5; webcam com 1.3 megapixel integrada; sistema Operacional baseado em plataforma gráfica Microsoft Windows Seven. Dimensões aproximadas: 1.200 x 560 x 750mm</p>	IQBOARD	REPROVADA

Em atendimento ao **item 1.8 do Edital 05/2014** que diz: “As proponentes classificadas, depois de declaradas vencedoras, anteriormente a adjudicação do Processo licitatório, **deverão apresentar amostras físicas ou prospectos / ficha técnica original do fabricante, com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado**, devidamente identificado, com razão social e respectivo número do lote e item) de todos os itens vencidos, em até (03) dias de sua notificação via sistema Cidadecompras.”

A empresa Marka, que obteve a proposta melhor classificada para os lotes 01 e 02 na etapa de lances, optou pela apresentação de ficha técnica encaminhando via correios, conforme exigência do edital.

Sendo que as marcas e modelos cotados dos produtos licitados **não** atendem as especificações mínimas do Edital PE 05/2014 – PMV.

Após análise ponderada pela equipe de TI desta Secretaria segue:

LOTE 01

Item 1 - LOUSA DIGITAL: QUADRO PARA PROSPECÇÃO DE CONTEÚDO PEDAGÓGICO EM SALA DE AULA

- a) Não é possível identificar claramente na Ficha Técnica as dimensões mínimas solicitadas no Termo de Referência para o espaço de projeção de 1.800 X 1350mm, conforme edital;
- b) O receptor de interface possui formato triangular; o Edital pede o formato longitudinal – o formato longitudinal permite que o receptor possa ser instalado nas posições horizontal e vertical, posicionados no meio das arestas do quadro, evitando a interferência de objetos e até mesmo do corpo humano sobre a dissipação do sinal de infravermelho e ultrassom;
- c) Não é possível identificar claramente a capacidade de captação de sinal de até 123” na diagonal, conforme exigido no edital;
- d) Não é possível identificar todas as características dos softwares exigidos no termo de referência do edital;
- e) Não é possível identificar a capacidade de sustentação de uma conferência para, no mínimo 25 conexões simultâneas via internet e 10 pontos via rede local, conforme edital;
- f) Não é possível identificar claramente se o software informado é plenamente compatível com a língua portuguesa, se possui recursos para a criação de uma área centralizada na tela para organização de atalhos para programas e arquivos mais utilizados pelo usuário, e se permite a acessibilidade à paleta de ferramentas interativas, em qualquer posição da tela de projeção através do clique de mouse, conforme edital;
- g) A ficha técnica encaminhada, não faz menção às características de mother-board que deve ser integrado diretamente na estrutura da lousa, conforme edital; não é possível identificar o equipamento cotado;
- h) Não é possível identificar claramente as características técnicas do suporte e haste para projeção apresentados, não sendo possível identificar o equipamento cotado, conforme edital;
- i) Não é possível identificar claramente as características técnicas do suporte metálico para lousa branca apresentado, não sendo possível identificar o equipamento cotado, conforme edital.

LOTE 02

ITEM 2 - CARTEIRA ESCOLAR INFORMATIZADA PARA ALUNO

- a) Tampo superior da carteira para aluno deve ser confeccionado em ABS TERMOFORMADO e o inferior em MDF USINADO; a Ficha técnica apresentada não faz menção as características técnicas específicas do produto; não é possível identificar claramente a utilização do ABS termofomado para o produto;
- b) Não é possível identificar as demais características técnicas construtivas do produto, conforme especificações do edital;

- c) Não é possível identificar claramente as características técnicas dos equipamentos de hardware integrados ao mobiliário, conforme edital; Não houve menção as características de CPU;
- d) Não foi apresentado pela empresa, o LAUDO DE ATENDIMENTO À NR-17 e ASPECTOS BIOMECÂNICOS FUNCIONAIS, conforme o edital;

ITEM 3- CARTEIRA ESCOLAR INFORMATIZADA PARA PROFESSOR

- a) Não é possível identificar as demais características técnicas construtivas do produto, conforme especificações do edital;
- b) Não é possível identificar claramente as características técnicas dos equipamentos de hardware integrados ao mobiliário, conforme edital; Não houve menção as características de CPU.

Diante do exposto, conclui-se que os laudos/prospectos apresentados tempestivamente pela empresa Marka, através de ficha técnica, não atendem as exigências técnicas descritas no termo de referencia, anexo V do Edital, sendo nosso parecer favorável pela **Reprovação** dos referidos laudos que segue anexo.

Videira, 18 de Fevereiro de 2015.

Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques
Diretora de Educação

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL Nº 001/2015**

Edital de Convocação Nº 001/2015

Edital de Convocação Nº 001/2015

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2013

A PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE VIDEIRA (SC), no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Pessoal, à Avenida Manoel Roque, nº 99, 2º andar, Bairro Alvorada, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada, em 4º lugar no Concurso Público (edital nº 001/2013) considerando o pedido de exoneração do Servidor empossado no cargo:

CONVOCADA	CARGO
BRUNA WERLE DE OLIVEIRA	JORNALISTA

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Câmara de Vereadores, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) Uma foto 3x4 recente;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia, autenticada, do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo e comprovante de inscrição no órgão de classe;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Declaração de bens;
- n) Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelos Foros das Justiças Federal e Estadual dos Estados ou do Distrito Federal, em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos.

Videira, 19 de fevereiro de 2015.

CHRISTIANE ZIMMER

Presidente

PORTARIA Nº 004/2015

PORTARIA Nº 004/2015

Nomeia BRUNA WERLE DE OLIVEIRA para o Cargo de Provimento Efetivo de Jornalista.

A mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Nomear BRUNA WERLE DE OLIVEIRA, quarta colocada no Concurso Público da Câmara, Edital nº 001/2013, homologado no dia 06 de junho de 2013, para o cargo de provimento efetivo de Jornalista, nível alfabético CE-5, código 05, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas, considerando o pedido de exoneração do servidor empossado no cargo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Videira, 11 de fevereiro de 2015.

CHRISTIANE ZIMMER JACSON

Presidente

DARCI LOCATELLI

Vice-Presidente

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI

1º Secretário

PORTARIA Nº 005/2015

PORTARIA Nº 005/2015

Nomeia Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório e Avaliação de progressão por Merecimento.

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, Christiane Zimmer, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Nomear o Vereador Clarimar Raimundo Bettoni, ocupante do cargo de 1º Secretário, o servidor Alnei Moriggi, ocupante da função de Assessor Administrativo e a servidora Rose Angela Bertolin, ocupante da função de Diretora Legislativa, para em conjunto, constituírem a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório e de Progressão por Merecimento dos Servidores Efetivos, sob a presidência do primeiro citado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2015.

CHRISTIANE ZIMMER

Presidente

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI

1º Secretário

Vitor Meireles**PREFEITURA****RERRATIFICAÇÃO Nº 01 PP 02/2015**

RERRATIFICAÇÃO Nº 01 PP 02-2015

RERRATIFICAÇÃO Nº 01

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEICULO ZERO KILOMETRO SEDAN

O Município de Vitor Meireles, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido de Impugnação ao Ato Convocatório Supracitado, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo I - do Edital:

- Na descrição do item, leia-se: AUTOMOVEL TIPO SEDAN, ZERO KM 2014 OU 2015 PARA 1º EMPLACAMENTO; 05 PORTAS COM CAPACIDADE PARA 05 OCUPANTES; DEVERA TER PINTURA DE FABRICA NA COR BRANCA; MOTORIZACAO MINIMA DE 1.0 COM POTENCIA MINIMA DE 75CV; AIR BAG DUPLO (MOTORISTA/PASSEIRO); SISTEMA DE FREIO ABS; COMBUSTIVEL (ALCOOL/GASOLINA); AR CONDICIONADO DE FABRICA; AQUECEDOR; APOIO DE CABECA DIANTEIROS E TRASEIROS MINIMO COM 02 COM REGULAGEM DE ALTURA; CINTOS DE SEGURANCA DIANTEIROS RETRATEIS DE 03 PONTOS COM REGULAGEM DE ALTURA, CINTOS DE SEGURANCAS TRASEIROS RETRATEIS; DIRECAO HIDRAULICA; DESEMBACADOR DO VIDRO TRASEIRO; RETROVISORES COM REGULAGEM MANUAL; HODOMETRO E RELOGIO DIGITAIS, CONTA GIROS, PORTA-MALAS DE NO MINIMO 500 LITROS COM ABERTURA INTERNA; PARA-SOL LADOS MOTORISTA E PASSEIRO, PROTECAO DE CARTER E DE MOTOR, RODAS DE FERRO; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTIVEL DE NO MINIMO 50 LITROS; JOGOS DE TAPETES DE BORRACHA; EQUIPADO COM TODOS OS ACESSORIOS DE SEGURANCA EXIGIDOS.

Informando ainda que a data de abertura será mantida, assim como os demais itens.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Vitor Meireles (SC), em 19 de Fevereiro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 07/2015 PMXV - 01

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2015 PMXV
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 07/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 85.093.514/0001-27, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. JACINTO ADAM, portador do CPF nº 002.516.589-53, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 07/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de Material Genético e Materiais Diversos para Inseminação Artificial em Bovinos.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário Em R\$	Especificação
9	150,00	PCT	12,25	Bainha, tipo francesa, descartável para uso em inseminação artificial. Pacotes com 50 unidades.
11	8.000,00	LT	1,54	Nitrogênio líquido para conservação de sêmen bovino.

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 07/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 19 de fevereiro de 2015.

NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP Jacinto Adam	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
--	--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 07/2015 PMXV - 02

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2015 PMXV
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 07/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa VANELLI AGROPECUÁRIA LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 05.166.501/0001-66, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. AMARILDO NARDI, portador do CPF nº 690.345.839-53, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 07/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de Material Genético e Materiais Diversos para Inseminação Artificial em Bovinos.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário Em R\$	Especificação
4	2.000,00	DS	8,75	Sêmen bovino, da raça Red Angus, conforme descrição constante no item 10 do edital.
5	500,00	DS	8,40	Sêmen bovino, da raça Brahman, conforme descrição constante no item 10 do edital.

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 07/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 19 de fevereiro de 2015.

VANELLI AGROPECUÁRIA LTDA EPP Amarildo Nardi	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
---	--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 07/2015 PMXV - 03

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 07/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa CLINICA VETERINÁRIA CAMPESTRE LTDA, inscrita no CNPJ nº 06.310.472/0001-27, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. JEAN RODRIGO FURLAN, portador do CPF nº 015.045.209-80, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 07/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de Material Genético e Materiais Diversos para Inseminação Artificial em Bovinos.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário Em R\$	Especificação
1	3.000,00	DS	16,50	Sêmen bovino da raça Holandesa, conforme descrição constante no item 10 do edital.
2	2.500,00	DS	18,50	Sêmen bovino da raça Jersey conforme descrição constante no item 10 do edital.
8	500,00	DS	19,00	Sêmen bovino da raça Pardo Suíço Leiteiro, conforme descrição constante no item 10 do edital.
10	100,00	CX	29,00	Luva plástica descartável, com 5 dedos, para inseminação artificial com 90cm de comprimento. Caixas com 100 unidades.

12	50,00	CX	28,00	Luva de latex para procedimento tamanhos M e G. Caixa com 100 unidades.
----	-------	----	-------	---

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 07/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 19 de fevereiro de 2015.

CLINICA VETERINÁRIA CAMPESTRE LTDA Jean Rodrigo Furlan	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
---	--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 07/2015 PMXV - 04

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 07/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.593.476/0001-83, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. ANDRE KILPP DE FIGUEIREDO, portador do CPF nº 040.710.299-00, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 07/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de Material Genético e Materiais Diversos para Inseminação Artificial em Bovinos.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário Em R\$	Especificação
7	1.000,00	DS	8,00	Sêmen bovino da raça Girolando, conforme descrição constante no item 10 do edital.

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 07/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 19 de fevereiro de 2015.

SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA Andre Kilpp de Figueiredo	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
---	--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 07/2015 PMXV - 05

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2015 PMXV
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 07/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa LAGOA DA SERRA LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.162.045/0001-86, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. HERTON SCARIOT MATTIELLO,

portador do CPF nº 069.208.649-83, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 07/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de Material Genético e Materiais Diversos para Inseminação Artificial em Bovinos.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário Em R\$	Especificação
3	500,00	DS	7,60	Sêmen bovino da raça Gir Leiteiro, conforme descrição constante no item 10 do edital.
6	500,00	DS	7,80	Sêmen bovino da raça Nelore, conforme descrição constante no item 10 do edital.

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 07/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 19 de fevereiro de 2015.

LAGOA DA SERRA LTDA Herton Scariot Mattiello	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
---	--

CONTRATO Nº 041/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: ROQUE BIELUCZIK MEI.

Contrato nº: 041/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE INSTRUTOR DE OPERAÇÃO DE MOTONIVELADORA.

Data da Assinatura: 18/02/2015.

Vigência: 18/05/2015.

Valor do Contrato: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

PP 11/2015 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015 PMXV

Objeto: Registro de Preços para a possível contratação de Empresa(s) para fornecimento de almoço para os servidores do Município de Xavantina, Fundo Municipal de Saúde e Policiais Militares e Cíveis, conforme especificações constantes no anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 05/03/2015.

Abertura: dia 05/03/2015, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 20 de fevereiro de 2015.

MAURO JUNES POLETO,

Prefeito Municipal.

Xaxim**PREFEITURA****AVISO DE DISPENSA 013/2015**

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XAXIM ATRAVÉS DE SEU PREFEITO COMUNICA A PRESENTE DISPENSA, A SABER:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2015

HOMOLOGAÇÃO: 19/02/2015

CONTRATADO: SELSO DALL AGNHOL PUBLICIDADE ME CNPJ: 80.730.823/0001-01

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ESTRUTURAS PARA EVENTO (COBERTURA PIRAMIDES) PARA AS FESTIVIDADES DO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.890,00 (SETE MIL OITOCENTOS E NOVENTA REAIS)

VIGÊNCIA: 22/02/2015

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

XAXIM, 19/02/2015

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

AVISO DE MANUTENÇÃO DE REVOGAÇÃO PREGÃO 06

PARECER JURÍDICO

(Recurso quanto à revogação de licitação)

Processo licitatório nº 011/2015

Pregão Presencial nº 006/2015

Recorrente: Solenir Teresinha de Amorin Venturi - ME.

Ressaltando que, o recurso interposto com fulcro na alínea 'c', do inciso I, do art. 109 da Constituição Federal é tempestivo, no qual asseverou a recorrente que entende ser ofensivo o argumento que seria entregue material de baixa qualidade, vez que é idônea, está há vários anos no mercado e cotou a marca EUCATEX; ainda que, somente é possível revogar processo licitatório, através de fato superveniente devidamente comprovado;

Primeiramente, do que consta da decisão quanto à revogação da licitação, acredita-se que em momento algum duvidou-se da credibilidade da empresa, até porque, jamais prestou serviço à Municipalidade; o que quis-se dizer é que, em virtude da descrição incompleta, poderiam itens de baixa qualidade serem ofertados, o que se explica inclusive, a baixa procura de licitantes ao referido processo; logo, o parecer é o que segue:

Considerando que, conforme os ensinamentos de Marçal Justen Filho e Celso Antônio Bandeira de Mello, indiferente se a inconveniência deu-se de forma contemporânea ou superveniente ao que irá se revogar:

"A revogação se funda na inconveniência do ato para a satisfação de interesses coletivos ou a realização de direitos fundamentais[...] Depois de praticado o ato, a Administração verifica que o interesse público poderia ser mais adequadamente satisfeito por outra via" (FILHO, Marçal Justen. Curso de Direito Administrativo. 8ª edição revista, ampliada e atualizada. Editora Fórum. Pág. 414 apud DE MELLO, Celso Antônio Bandeira. Curso de Direito

Administrativo. Pág. 457)

Considerando que, a descrição incompleta fere o princípio da ampla concorrência;

Considerando que, a descrição incompleta pode ter ocasionado a baixa procura por este procedimento licitatório, resultando em falta de concorrência em desfavor do erário e pagamento de preço à maior do que se houvesse disputa na fase de lances;

Considerando que o art. 20 c/c art. 49 da Lei 8.666/93, trata da preponderância do interesse público sobre o particular, e a precaução é a melhor alternativa a ser tomada, até porque, não se trata de aquisição urgente;

Considerando os motivos já expostos na decisão que entendeu pela revogação do processo licitatório, além do demonstrado que, outros órgãos descrevem pormenorizadamente os itens neste tipo de licitação, opina-se pela **MANUTENÇÃO DA REVOGAÇÃO** do processo licitatório para aquisição de divisórias, vidros, portas e películas; dê-se a devida publicidade.

Xaxim, 16 de fevereiro de 2015.

Fabio José Dal Magro

OAB/SC 20.041 - Procurador-geral

Adoto como razão de decidir, o parecer jurídico.

Xaxim, 18 de fevereiro de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO 021 PM E FUNDOS

MUNICÍPIO DE XAXIM

PROCESSO LICITATÓRIO N. 038/2015

PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 021/2015

O Município de Xaxim - SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando o registro de preços para aquisição de pneus novos, protetores e câmaras de ar para atender as necessidades das Secretarias e Fundos do Município destinados aos Veículos, Caminhões e Máquinas da Frota Municipal. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 45min do dia 05 de março de 2015, procedendo à abertura às 09h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 19 de fevereiro de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

AVISO DE PREGÃO 022/2015 PM

MUNICÍPIO DE XAXIM

PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 022/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 039/2015

O Município de Xaxim - SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a Aquisição de materiais esportivos para uso da Secretaria de Esportes e Laser, conforme descrição completa no edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 45min do dia 04 de março de 2015, procedendo à abertura às 09h:00min

do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 18 de fevereiro de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

AVISO DE PREGÃO 023/2015 SAUDE

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE XAXIM - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO N. 040/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 023/2015

O Município de Xaxim - SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando contratação de empresa para execução dos serviços de limpeza externa nos arredores das Unidades de Saúde, ajardinamento, manutenção hidráulica, elétrica, conserto em geral. Tipo menor preço global. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 45min do dia 06 de março de 2015, procedendo à abertura às 09h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

OBS: licitação destinada exclusivamente à participação de micro-empresas e empresas de pequeno porte.

Xaxim - SC, 19 de fevereiro de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO 006

DESPACHO PELA REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Processo licitatório nº 011/2015

Pregão Presencial nº 006/2015

Considerando que, não houve qualquer, equívoco quanto à formalidade do procedimento licitatório, mas apenas quanto à descrição dos objetos;

Considerando que, o inciso IX, do art. 38 da Lei 8.666/93, possibilita a revogação de licitação;

Considerando que o art. 20 c/c art. 49 da Lei 8.666/93, tratam da preponderância do interesse público sobre o particular;

Considerando que, a descrição dos itens poderia fazer com que o contratado fornecesse itens sem a necessária qualidade à Administração, o que seria prejudicial ao Erário;

Considerando que, a baixa qualidade poderia acarretar consertos constantes e em pouco tempo, ter de nova licitação ser lançada para os mesmo itens, afrontando brutalmente o princípio constitucional da eficiência, previsto no art. 37, 'caput' da Constituição Federal, como também, o da economicidade;

Considerando ainda que, a competitividade restaria inevitavelmente prejudicada em virtude da descrição superficial do material;

Considerando que alguns itens restaram desertos;

Considerando que, conforme anexos, em licitações do TCU e da Receita Federal do Brasil, há minucioso detalhamento dos itens, devendo-se no próximo edital, utilizar-se de sistemática semelhante, resolve-se por REVOGAR o processo licitatório para aquisição de divisórias, vidros, portas e películas; dê-se a devida publicidade.

Xaxim, 06 de fevereiro de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal de Xaxim

PORTARIA 372

PORTARIA Nº 372/2015.

Prorroga prazo do Processo Administrativo Disciplinar, Portaria nº 1253/2014, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, art. 200, parte final, da Lei 1.729/94; e,

Considerando que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade e eficiência, ambos previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

Considerando o excesso de trabalho encontrado pelos membros da Comissão que não conseguem reunir-se com frequência, haja vista os afazeres do cotidiano inerente a cada membro da comissão;

Considerando que, a prorrogação do prazo não implica em prejuízo a defesa dos servidores;

Considerando que, eventual tomada de decisão as presas, pura e simplesmente para cumprir-se o prazo estipulado poderia acarretar em prejuízo aos servidores, deixando de analisar de modo esmiuçado as provas produzidas;

Considerando que, o acúmulo de trabalho da comissão processante, que jamais na história do Executivo contou com tantos PAD em andamento, de forma concomitante;

Considerando que, tendo em vista o volume de tarefas que acaba fazendo com que não seja possível cumprir os prazos estabelecidos, situação idêntica ao que ocorre junto ao poder judiciário;

Considerando que os Processos Administrativos Disciplinares não poderão ser concluídos no prazo assinalado inicialmente, tendo em vista diligências que se fizeram necessárias durante o andamento processual;

Considerando o excesso de trabalho verificado no Órgão de assessoramento à Comissão, qual seja, a Procuradoria-Geral do Município; e

Considerando que, o prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar se deu em feriado nacional, cumulado, consecutivamente com o feriado Municipal, motivo pelo qual se estendeu a prorrogação até presente data.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo dos Processos Administrativos Disciplinares, Portaria nº 1253/2014, que é movido em relação à Servidora J. A. M. O., pelo prazo de 30 (trinta) dias úteis, para conclusão do Procedimento, com vigência a partir do dia 18 de fevereiro de 2015;

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário, entrando a presente em vigor na data da sua publicação, com vigência a partir de 18 de fevereiro de 2015.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de fevereiro de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Administrativo

CÂMARA MUNICIPAL

ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 01/2015

CÂMARA DE VEREADORES DE XAXIM

ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 01/2015

O Presidente da Câmara de Vereadores de Xaxim/SC, em 09/02/2015, homologou o resultado da licitação - Tomada de Preços 001/2015, bem como adjudicação do objeto, efetuada pela Comissão Permanente de Licitações à empresa Orbenk Administração e Serviços Ltda - CNPJ 79.283.065/0001-41 Para contratação de serviços de recepcionista e de limpeza (faxina), mão de obra residente em caráter temporário, a ser executado de forma contínua, durante o exercício de 2015, pelo valor mensal de R\$ 2.394,83 (dois mil, trezentos e noventa e quatro reais e oitenta e três centavos) para o cargo de recepcionista e R\$ 2.394,83 (dois mil, trezentos e noventa e quatro reais e oitenta e três centavos) para o cargo de limpeza (faxineira), totalizando R\$ 4.789,66 (quatro mil, setecentos e oitenta e nove reais e sessenta e seis centavos mensais para os dois cargos serem disponibilizados para a Câmara, totalizando R\$ 57.475,92 (conquenta e sete mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa e dois centavos), cada interstício temporal de 12 (doze) meses. Prazo de vigência: 24 meses; Assinatura: 09/02/15.

Associações

AMOSC

EXTRATO CONVÊNIOS CIS E CIDEMA

EXTRATO DO CONVENIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº: 01/2015

CONCEDENTE: AMOSC

CONVENIENTE: CIDEMA

OBJETO: prestação de apoio técnico entre a AMOSC e o CIDEMA, possibilitando que esta execute as ações necessárias para a estruturação e operacionalização das atividades de sua competência.

VIGÊNCIA: 01/01/2015 a 31/12/2019

EXTRATO DO CONVENIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº: 02/2015

CONCEDENTE: AMOSC

CONVENIENTE: CIS-AMOSC

OBJETO: prestação de apoio técnico entre a AMOSC e o CIS-AMOSC, possibilitando que esta execute as ações necessárias para a estruturação e operacionalização das atividades de sua competência.

VIGÊNCIA: 01/01/2015 a 31/12/2019

RESOLUÇÃO Nº 01/2015

RESOLUÇÃO Nº 01/2015

JOSÉ CLAUDIO CARAMORI, Prefeito de Chapecó e Presidente da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC, no uso das atribuições conferidas pelo art. 26, incisos IV e VIII do Estatuto Social,

RESOLVE

Art. 1º Designar a funcionária da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC, SONIA DAMIÃO BRESOLIN, CRC nº SC-033052-O-9, para exercer as atribuições de Contadora do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, bem como a responsabilidade da remessa por meio informatizado da Prestação de Contas Anual do Consórcio Público ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, na forma da Resolução nº TC-0094/2014 e demais normas legais e regulamentos pertinentes em vigor.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 02 de janeiro de 2015.

JOSÉ CLAUDIO CARAMORI

Prefeito de Chapecó

Presidente da AMOSC

RESOLUÇÃO Nº 02/2015

JOSÉ CLAUDIO CARAMORI, Prefeito de Chapecó e Presidente da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC, no uso das atribuições conferidas pelo art. 26, incisos IV e VIII do Estatuto Social,

RESOLVE

Art. 1º Designar o funcionário da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC, LUCIANO DEON, CRC nº SC-034033/O-8 para exercer as atribuições de Contador do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, bem como a responsabilidade da remessa por meio informatizado da Prestação de Contas Anual do Consórcio Público ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, na forma da Resolução nº TC-0094/2014 e demais normas legais e

regulamentos pertinentes em vigor.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 02 de janeiro de 2015.

JOSÉ CLAUDIO CARAMORI

Prefeito de Chapecó

Presidente da AMOSC

BALANÇO PATRIMONIAL 2014 AMOSC**Empresa: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIO DOS OESTE DE SANTA CATARINA**

Folha: 0001

CNPJ: 82.805.961/0001-38

Balanço encerrado em: 31/12/2014

BALANÇO PATRIMONIAL

Código	Classificação	Descrição	Saldo Atual
1	1	ATIVO	696.380,57D
2	1.1	Circulante	23.710,65D
3	1.1.1	Caixa e Equivalentes de Caixa	23.710,65D
4	1.1.1.01	Caixa/Bancos	23.710,65D
5	1.1.1.01.001	Bco Brasil cta n. 29.822-0 - Movimento	400,15D
7	1.1.1.01.004	Aco. Brasil Cta n. 29.822-0 - Aplicação	23.310,50D
26	1.2	Não Circulante	672.669,92D
34	1.2.3	Imobilizado	672.669,92D
36	1.2.3.02	Bens Imóveis	486.161,98D
37	1.2.3.02.01	Edifícios	231.861,98D
38	1.2.3.02.02	Terrenos	254.300,00D
39	1.2.3.03	Bens Móveis	186.507,94D
40	1.2.3.03.01	Coleções e Materiais Bibliográficos	3.040,80D
41	1.2.3.03.02	Máquinas, Utencílios e Equipamentos Diversos	13.541,76D
42	1.2.3.03.03	Equipamentos de Processamento de dados	63.292,30D
43	1.2.3.03.04	Máquinas, Instalações e Utens. De Escritório	1.017,37D
44	1.2.3.03.05	Mobiliário em Geral	32.439,55D
45	1.2.3.03.06	Veículos Diversos	114.139,47D
46	1.2.3.03.07	(-) Depreciação Acumulada	21.950,00C
228	1.2.3.03.08	(-) Depreciação Acumulada, Equi. de Processamento de	8.707,67C
229	1.2.3.03.09	(-) Depreciação Acumulada, Máquinas, Inst. e Ut. de E	21,36C
230	1.2.3.03.10	(-) Depreciação Acumulada, Mobiliário em Geral	2.716,84C
231	1.2.3.03.11	(-) Depreciação Acumulada, Veículos Diversos	6.649,44C
232	1.2.3.03.12	(-) Depreciação Acumulada, Máq., Utenc. e Equ. Divers	918,00C
52	2	PASSIVO	696.380,57C
53	2.1	Circulante	612,32C
54	2.1.1	Obrigações, Fornecedores e Empréstimos	612,32C
55	2.1.1.01	Fornecedores	612,32C
286	2.1.1.01.033	Fornecedores a Pagar	612,32C
85	2.3	Patrimônio Social	695.768,25C
86	2.3.1	Patrimônio Social	695.768,25C
87	2.3.1.01	Patrimônio Social	695.768,25C
91	2.3.1.01.004	Superávit Acumulado	759.967,19C
201	2.3.1.01.005	(-) Déficit Acumulado	64.198,94D

MAURI JOSÉ ZUCCO
PRESIDENTE
CPF: 589.592.709-20

PAULO UTZIG
Reg. no CRC - SC sob o No. 11.615/1-0
CPF: 430.923.909-97

EGEM**EDITAL Nº 009.2015 - CHAMAMENTO CURSO SOBRE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

EDITAL Nº 009/2015

Chamamento para Inscrição no

Curso sobre a Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos

1. OBJETIVO DO CURSO

Apresentar e debater os temas pertinentes à contratação pública, em especial os princípios constitucionais e normas específicas, as fases da contratação, a celebração dos contratos administrativos e sua regular execução.

2. PÚBLICO-ALVO

Presidente e membro da comissão de licitação, pregoeiro, membro de equipe de apoio, chefe do departamento de compras, assessores jurídicos e demais interessados.

3. CALENDÁRIO

Cidade/Local	Florianópolis/SC Acompanhe a divulgação do local no site da EGEM, na página do Curso.
Vencimento do boleto de cobrança	11/03/2015
Homologação das inscrições	20/03/2015
Período de realização	26 e 27/03/2015
Carga horária total	20 h/a
Quantidade de vagas	100 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES**QUADRO I - Dos Valores**

Participante	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 250,00
Demais participantes	R\$ 350,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Caso a opção seja pelo parcelamento, o sistema gerará apenas a primeira parcela, a segunda parcela será encaminhada após a homologação e confirmação de participação.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário, ou através do envio da cópia do empenho.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC - CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 - Dados bancários: Banco do Brasil - Agência 5255-8 - Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal

emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. DIREITOS DE IMAGEM

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

Primeiro Dia	
08h30 às 17h30	<ul style="list-style-type: none"> - Princípios da licitação pública; - Planejamento da contratação administrativa; - Formalização do contrato: procedimentos e cláusulas obrigatórias; - Competências dos agentes públicos na celebração e execução do contrato: Ordenador de despesa, gestor e fiscal do contrato; - Duração e renovação de contratos administrativos;
Segundo Dia	
08h30 às 17h30	<ul style="list-style-type: none"> - Instrumentos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato: reajuste, revisão e repactuação; - Alterações contratuais: espécies, limites e procedimentos; - Fiscalização e recebimento do objeto do contrato; - Execução irregular do contrato administrativo: Aplicação de sanções e rescisão antecipada; - Contratação mediante Sistema de Registro de Preços.

7. DOCENTE**EDINANDO LUIZ BRUSTOLIN**

Advogado inscrito na OAB/SC nº 21.087. Consultor Jurídico da Federação Catarinense de Municípios (FECAM). Mestre em Direito, Estado e Sociedade pela UFSC. Professor convidado em cursos de especialização e pós-graduação. Tem experiência na área de Direito Administrativo, com ênfase em Licitações Públicas e Contratos Administrativos.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) A participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS**Resolução nº 03/2015**

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito de Penha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 010.2015 - CHAMAMENTO_CURSO DE FORMAÇÃO DE PREGOEIROS

EDITAL Nº 010/2015

Chamamento para Inscrição no
Curso de formação de Pregoeiros

1. OBJETIVO DO CURSO

O tema licitações públicas é de suma importância para a Gestão Pública, revelando-se um dos grandes ramos do direito administrativo. Guarda inúmeras complexidades e especificidades, que à luz dos princípios norteadores da Administração Pública precisam ser avaliadas e compreendidas.

Assim, justifica-se a realização do presente curso, que almeja apresentar e debater a licitação pública na modalidade Pregão, a fim de capacitar os servidores públicos que exercerão as funções de pregoeiro, em suas formas presencial e eletrônica.

Ao final do curso, os participantes receberão certificado de Formação de Pregoeiro, estando apto a realizar licitações nesta modalidade, nos termos do art. 7º, Parágrafo Único, do Decreto Federal nº 3.555/00.

2. PÚBLICO-ALVO

PServidores públicos que exerçam função de pregoeiro, presidentes e membros de comissão de licitação, membros de equipe de apoio, chefes de departamento de compras, assessores jurídicos e

demais interessados.

3. CALENDÁRIO

Cidade/Local	Blumenau/SC Auditório da AMMVI – Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí Rua Alberto Stein, 466.
Vencimento do boleto de cobrança	31/03/2015
Homologação das inscrições	08/04/2015
Período de realização	14 e 15/04/2015
Carga horária total	15 h/a
Quantidade de vagas	60 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES**QUADRO I - Dos Valores**

Participante	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 250,00
Demais participantes	R\$ 350,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Caso a opção seja pelo parcelamento, o sistema gerará apenas a primeira parcela, a segunda parcela será encaminhada após a homologação e confirmação de participação.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário, ou através do envio da cópia do empenho.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC - CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 - Dados bancários: Banco do Brasil - Agência 5255-8 - Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. DIREITOS DE IMAGEM

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

Primeiro Dia	
08h30 às 12h	Pregão Presencial e Eletrônico Conceito de Pregão Cabimento do Pregão: bens e serviços comuns Pregão para serviços de engenharia e obras públicas Obrigatoriedade do Pregão Agentes públicos envolvidos no pregão Pregoeiro: perfil, atribuições Membros da equipe de apoio: perfil e atribuições Autoridade competente: atribuições Edital do Pregão Termo de Referência
13h30 às 17h30	Sessão Pública do Pregão Fase de credenciamento Amostras e pré-qualificação de produtos Etapa de Lances Habilitação Benefícios para Pequenas Empresas (Lei Complementar nº 123/06) Recursos Administrativos Adjudicação e Homologação Procedimentos especiais do Pregão Eletrônico Saneamento de processos licitatórios Contratos Administrativos decorrentes do Pregão Formalização Duração e Execução Aditivos quantitativos e qualitativos Revisão, reajuste e repactuação Rescisão Sanções Administrativas em Pregão
Segundo Dia	
08h30 às 12h	Sistema de Registro de Preços (SRP) Cabimento Licitação para SRP: Pregão ou Concorrência Edital de licitação para SRP Ata de Registro de Preços Prazo de validade da ata Reajuste de preços no SRP Aditivo quantitativo à Ata de Registro de Preços Contratos administrativos decorrentes do SRP

7. DOCENTE

EDINANDO LUIZ BRUSTOLIN

Advogado inscrito na OAB/SC nº 21.087. Consultor Jurídico da Federação Catarinense de Municípios (FECAM). Mestre em Direito, Estado e Sociedade pela UFSC. Professor convidado em cursos de especialização e pós-graduação. Tem experiência na área de Direito Administrativo, com ênfase em Licitações Públicas e Contratos Administrativos.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) A participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 03/2015

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito de Penha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 011.2015 - CHAMAMENTO_CURSO SOBRE COMUNICAÇÃO NO TRABALHO_EDIÇÃO AMPLASC E AMMVI

EDITAL Nº 011/2015

Chamamento para Inscrição no

Curso sobre Comunicação no Trabalho

1. OBJETIVO DO CURSO

Identificar nos participantes, de maneira dinâmica e interativa, a forma de linguagem que utilizam para se comunicar e os pontos que precisam melhorar, sensibilizando-os para a importância dessa prática no dia-a-dia da organização, fundamental para que as metas e objetivos sejam atingidos. Um relacionamento saudável entre as pessoas está diretamente ligado à capacidade de pensar, sentir, falar e agir com responsabilidade, qualidade que pode ser adquirida, desenvolvida e aprimorada.

2. PÚBLICO-ALVO

Servidores Públicos Municipais e gestores.

3. CALENDÁRIO

EDIÇÃO Nº 01	Campos Novos/SC
Cidade/Local	Auditório da AMPLASC – Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina Rua São João Batista, 347.
Vencimento do boleto de cobrança	23/03/2015
Homologação das inscrições	01/04/2015
Período de realização	07/04/2015
Carga horária total	10 h/a
Quantidade de vagas	60 vagas

EDIÇÃO Nº 02	Blumenau/SC
Cidade/Local	Auditório da AMMVI – Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí Rua Alberto Stein, 466.
Vencimento do boleto de cobrança	23/04/2015
Homologação das inscrições	30/04/2015
Período de realização	07/05/2015
Carga horária total	10 h/a
Quantidade de vagas	60 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I - Dos Valores

Participante	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 250,00
Demais participantes	R\$ 350,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Caso a opção seja pelo parcelamento, o sistema gerará apenas a primeira parcela, a segunda parcela será encaminhada após a homologação e confirmação de participação.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário, ou através do envio da cópia do empenho.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.
CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC - CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 - Dados bancários: Banco do Brasil - Agência 5255-8 - Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de

deslocamento, correrão por conta do participante;
b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. DIREITOS DE IMAGEM

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

08h30 às 12h	- Abertura
	- Dinâmica de integração
13h30 às 17h30	- Conteúdo: Conceito de trabalho Motivação pessoal Comunicação Interpessoal Comunicação verbal e não verbal Aprendendo a escutar Técnicas para prender a atenção
	- Exercício prático
13h30 às 17h30	- Dinâmica comportamental
	- Conteúdo Marketing pessoal Zona de conforto e seus perigos Como lidar com pessoas difíceis Fofoca corporativa Administração de conflitos O poder da escassez
	- Conclusão

7. DOCENTE

Michele Fernandes Bonilla.

Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. MBA em Gestão de Pessoas. Practitioner em Programação Neurolinguística. Assessora de Comunicação há 15 anos para diversas empresas privadas e entidades de classe do Estado. Administra palestras e cursos na área de Gestão de Pessoas, com ênfase em Comunicação Organizacional.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) A participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!
8. ANEXOS

Resolução nº 03/2015

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito de Penha
Presidente da EGEM

Consórcios

AGIR

COMUNICADO ENCERRAMENTO DA CONSULTA PÚBLICA Nº 001/2015 - AGIR

COMUNICADO DE ENCERRAMENTO DA CONSULTA PÚBLICA Nº 001/2015

O Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, Dr. Heinrich Luiz Pasold e a Presidente do Comitê de Regulação da AGIR a Sra. Dra. Maria de Fátima Martins, no uso das atribuições legais, vêm, com fundamento no artigo 47, da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, no Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, inciso II c/c art. 158 e seus parágrafos, do Regimento Interno da AGIR, tornar público o Comunicado acerca da finalização do prazo para manifestações relativas à Consulta Pública nº 001/2015, instaurada com o objetivo da apresentação relativa a matéria que deu origem ao Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Esgotamento Sanitário do Município de Blumenau - SC, firmado pelo SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE e ODEBRECHT AMBIENTAL - BLUMENAU S.A., como resultado do pedido de reequilíbrio econômico financeiro, da revisão contratual ordinária e decisão do Incidente Processual nos autos do Procedimento Administrativo nº 010/2011.

Desta forma, a Consulta Pública nº 001/2015 sobre o Quarto Termo Aditivo, seus anexos e demais documentos finaliza-se por meio deste Instrumento, não havendo interposição de qualquer manifestação no período de vigência de 26/01/2015 a 10/02/2015.

Blumenau (SC), em 11 de fevereiro de 2015.

HEINRICH LUIZ PASOLD
Diretor Geral da AGIR

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Presidente do Comitê de Regulação da AGIR

DECISÃO Nº 002/2015 - PROCEDIMENTO Nº 021/2014 - AGIR

Procedimento Administrativo nº 021/2014.

OBJETO: Reajuste anual do valor da tarifa dos serviços públicos de esgotamento sanitário prestados pela Concessionária Odebrecht Ambiental - Blumenau S.A. no município de Blumenau/SC
SOLICITANTE: Odebrecht Ambiental - Blumenau S.A.
INTERESSADOS: Odebrecht Ambiental - Blumenau S.A. e Município de Blumenau/SC.

DECISÃO Nº 002/2015

1) Breve e necessário relatório:

A Odebrecht Ambiental - Blumenau S.A. fez chegar à Agência de Regulação o Ofício AO-DIR 044/2014-AGIR, datado de 14.11.2014 em que solicita o reajuste anual da tarifa dos serviços do esgotamento sanitário de Blumenau, como previsto no Contrato de Concessão vigente. Pedem que seja aplicado o percentual lastreado no IPCA/IBGE entre os meses de janeiro/2014 e dezembro/2014, alertando que para os meses de novembro e dezembro deve ser observada a projeção deste indicador e que ficaria projetado em 6,41%. Instrui o pedido com gráfico da FOCUS - Relatório de Mercado demonstrando os vários índices e as suas projeções. O Procedimento Administrativo tomou o nº 021/2014, aberto em

14.11.2014 (Termo de Abertura em anexo), tendo como documento legal a Resolução nº 050/2014 (cópia em anexo) que foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, edição nº 1629, de 04.12.2014, p. 597, cuja cópia também integra esse procedimento.

Em 08 de dezembro de 2014, foi, através de despacho, suspensa a tramitação deste feito, devendo ser aguardado o julgamento daquele (Procedimento Administrativo nº 010/2011), para então decidir o presente. É o que ocorreu e, para tanto, junta-se cópia do voto Relator e da Resolução nº 001/2015 proferida pelo Comitê de Regulação. Extrai-se daquela Resolução que o pleito do reequilíbrio foi concluído no exercício de 2014, diante da antecipação da revisão ordinária que ocorreu neste quarto ano do Contrato ao contrário do que antes era previsto, ou seja, no quinto, tudo por força do Terceiro Termo Aditivo. Assim o pedido de reajuste acabou acontecendo no mesmo período (ano) da revisão ordinária contratual quadrienal, ou seja, no quarto ano da vigência do contrato, como acordado.

DECISÃO:

Todo o Procedimento Administrativo nº 010/2011 que tratou do pedido de reequilíbrio extraordinário do Contrato de Concessão dos Serviços do Esgotamento Sanitário de Blumenau, que resultou na assinatura do Segundo e Terceiro Termos Aditivos àquele Contrato, ao mesmo tempo, oportunizou ao Poder Concedente buscar validar os números e as metodologias utilizadas para o reconhecimento do desequilíbrio contratual. Cabe citar aqui, como condição precípua para tomada desta Decisão, que através do Terceiro Termo Aditivo foi modificado (reduzido) de cinco (05) para quatro (04) anos o prazo para a revisão ordinária do Contrato, tudo isso através de ações acordadas e com a concordância desta Agência de Regulação. Também restou reconhecido o débito apontado no Segundo Termo Aditivo. Com a edição do Terceiro Termo aditivo ficou acordado que no ano de 2014 o Contrato seria submetido a sua revisão ordinária, o que acabou resultando no Quarto Termo Aditivo que foi objeto de Consulta Pública e da referida Resolução por parte do Comitê de Regulação da AGIR.

Assim, a revisão ordinária teve como base aquele valor já reconhecido e todos os estudos evoluíram então nos termos do artigo 38 e Incisos que dispõem:

Art. 38. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:

I - periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;
II - extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

Assim foi então procedida a revisão ordinária e no ano em que esta venha a ocorrer, não se pode, conceder o reajuste, como é do entendimento da doutrina que trata sobre tal.

A gestão regulatória das tarifas de água e esgoto, conforme estabelece a Lei Nacional de Saneamento (Lei nº 11.445/2007), é realizada mediante a utilização de dois mecanismos distintos, mas complementares: a revisão e o reajuste tarifários. Na revisão tarifária são definidas: a metodologia, os valores, as regras e os procedimentos a serem adotados no ciclo tarifário seguinte. Já o reajuste tarifário prevê repor anualmente a perda inflacionária verificada nas tarifas, e, em sendo o caso, repassar o ganho de produtividade (fator x), previsto na verdade, a partir da vigência do Quarto Termo Aditivo e para análise no próximo ciclo tarifário. O índice aprovado de 17,27%, nos termos da revisão ordinária, poderá, em tese, quando da próxima revisão ordinária, ser objeto de ajustes compensatórios ou não de modo a assegurar a manutenção das condições iniciais de equilíbrio econômico-financeiro da Concessionária, estabelecidas para o ciclo tarifário como um todo,

em sendo o caso.

Essa Decisão de remeter a eventual divergência para a próxima revisão ordinária se dá em função de que as partes, ao final da revisão ordinária, não chegaram a um percentual único, como se extrai do relatório final que assim se expressa:

"Ressalta-se, no entanto, que a consideração da inflação do ano de 2014 no modelo é ponto de divergência entre LMDM e Odebrecht, e um arbitramento por parte da AGIR será necessário. Resolvido este ponto, pode-se considerar a metodologia como "concluída".

Como já mencionado, não há como através deste Procedimento ver reconhecido o pedido de reajuste requerido pela Odebrecht Ambiental - Blumenau S.A., uma vez que é obrigação desta Agência respeitar o princípio da modicidade tarifária e não seria razoável aplicar o reajuste inflacionário em cima da majoração já reconhecida como mínima necessária para a reposição econômico-financeira do Contrato.

Assim, vistos todos esses aspectos relevantes, passo a decidir o pleito deste Procedimento Administrativo para determinar que:

a) na próxima revisão ordinária quadrienal, seja apurada eventual diferença, se houver, quanto ao percentual do reajuste do atual período, para maior ou menor e, aplicadas então as correções necessárias;

b) que no ano anterior aquela revisão ordinária, as partes antecipem os estudos neste sentido para, quando da aplicação da metodologia aprovada para as revisões futuras do Contrato de Concessão, os ajustes já estejam consolidados e que não venham ser objeto de questionamentos à época;

c) ainda por força da primeira revisão ordinária e em razão do lapso temporal legal de trinta (30) dias, nos termos do artigo 39 da Lei nº 11.445/07, em havendo prejuízo na vigência da nova tarifa ali autorizada (Procedimento nº 010/2011), essa diferença, se vier a ocorrer, seja analisada junto ao próximo pedido de reajuste contratual e ali considerado como fator x daquele reajuste.

Por isso decido julgar extinto o Procedimento Administrativo nº 021/2014 e não conceder para a Requerente Odebrecht Ambiental - Blumenau S.A. o reajuste contratual do período de 2014, tendo em vista a revisão ordinária levada a efeito no decorrer de 2014 e ainda com amparo na Lei nº 11.445/2007 que determina que entre um e outro reajuste e/ou revisão ordinária, deverá transcorrer o interstício de no mínimo doze (12) meses.

Publique-se a presente decisão no DOM/SC, com a maior celeridade possível.

Intimem-se as partes para que no prazo de quinze (15) dias se manifestem, em assim querendo e achando oportuno. Não havendo qualquer manifestação seja o feito arquivado.

Blumenau (SC), em 19 de fevereiro de 2015.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

CIDEMA**BALANÇO PATRIMONIAL 2014****Santa Catarina****CONSORCIO.INTER.DESENV.ECON.SOC.MEIO AMB. - CIDEMA**

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

Administração Indireta - CONSORCIO.INTER.DESENV.ECON.SOC.MEIO AMB. - CIDEMA

Betha Sistemas

Exercício 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
FINANCEIRO	51.858,18	FINANCEIRO	15.429,24
DISPONÍVEL	51.858,18	DEPÓSITOS	15.429,24
Bancos Conta Movimento	51.858,18	Consignações	15.429,24
PERMANENTE	1.455.453,03		
DÍVIDA.ATIVA	18.700,00		
Crédito em Processo de Inscrição Dívida Ativa	18.700,00		
IMOBILIZADO	1.436.753,03		
Bens Móveis	1.436.753,03		
ATIVO REAL	1.507.311,21	PASSIVO REAL	15.429,24
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	1.491.881,97
PASSIVO REAL A DESCOBERTO	0,00	ATIVO REAL LÍQUIDO	1.491.881,97
COMPENSADO	52.710,85	COMPENSADO	52.710,85
Execução da Programação Financeira	52.710,85	Execução da Programação Financeira	52.710,85
TOTAL	1.560.022,06	TOTAL	1.560.022,06

Chapecó, 03/02/2015

Eder Ivan Marmitt
Presidente

Paulo Utzig
Diretor Executivo - CRC/SC 11.615/1-0

CIMVI**CONTRATO DE USUÁRIO Nº 2015/004 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE REJEITOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS COM CARACTERÍSTICAS DOMICILIARES NO ATERRO SANITÁRIO**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE USUÁRIO Nº 2015/004

CONTRATANTE: Salvadori Comercio de Reciclados Ltda Me

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

OBJETO: Prestação de serviços de disposição final ambientalmente adequada de rejeitos de resíduos sólidos com características domiciliares no Aterro Sanitário

VALOR: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por tonelada.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

Integra em www.cimvi.sc.gov.br>Contratos

Timbó, 18 de fevereiro de 2015.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS

Presidente

CONTRATO Nº 2015/008 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE EM REVISTA ESPECIALIZADA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2015/008

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: ECCO Editora e Indústria Gráfica Ltda EPP

OBJETO: Prestação de serviços de publicidade em revista especializada

VALOR: R\$ 6.435,00 (seis mil quatrocentos e trinta e cinco reais)

VIGÊNCIA: 17 de fevereiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

Integra em www.cimvi.sc.gov.br>Contratos>Prestação de Serviços

Timbó, 17 de fevereiro de 2015.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS

Presidente

CIS NORDESTE**EXTRATO TERMO RESCISÃO CONTRATO Nº 08/2014**

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 08/2014

Origem: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo nº 23/2014

Rescindente: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS/AMUNESC

Rescindida: MAXICONTA CENTRO CONTÁBIL LTDA(CNPJ 03.258.473/0001-81)

Objeto: Rescisão do Contrato nº 08/2014, o qual tem por objeto a prestação de serviços profissionais de assessoria e operacionalização de serviços contábeis e de setor de pessoal, com efeitos a partir de 31/01/2014.

Fundamento Legal: Ofício de Notificação nº 4.068, datado de 19 de dezembro de 2014 e encontra amparo legal no artigo 79, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

Data da Rescisão: 19 de dezembro de 2014.

Mário Fernando Reinke

Prefeito Municipal de Massaranduba

Presidente do CISNORDESTE/SC

CONTRATANTE

Luiz Henrique Pereira

Maxiconta Centro Contábil Ltda

CONTRATADA

PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 20/2014

PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 20/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS/AMUNESC

Contratada: REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA (CNPJ 09.484.316/0001-70)

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato para mais 90 (noventa) dias; Ratificar demais cláusulas não alteradas.

Fundamento Legal: Art. 57, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

Vigência: 24/01/2015 a 24/04/2015

Data do Aditivo: 23 de janeiro de 2015.

Mário Fernando Reinke

Prefeito Municipal de Massaranduba

Presidente do CISNORDESTE/SC

CONTRATANTE

Roberto Pires da Silva

CONTRATADA

CIS/AMOSC**BALANÇO PATRIMONIAL 2014****SANTA CATARINA****CONSORCIO INTEM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

Administração Indireta - CONSORCIO INTEM.SAUDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

Exercício 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
FINANCEIRO	542.723,85	FINANCEIRO	447.769,36
DISPONÍVEL	542.723,85	DEPÓSITOS	447.769,36
Bancos Conta Movimento	463.893,02	Consignações	447.769,36
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	78.830,83		
PERMANENTE	532.455,22		
DÍVIDA ATIVA	519.313,18		
Crédito em Processo de Inscrição Dívida Ativa	519.313,18		
IMOBILIZADO	13.142,04		
Bens Móveis	13.142,04		
ATIVO REAL	1.075.179,07	PASSIVO REAL	447.769,36
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	627.409,71
PASSIVO REAL A DESCOBERTO	0,00	ATIVO REAL LÍQUIDO	627.409,71
COMPENSADO	543.036,43	COMPENSADO	543.036,43
Execução da Programação Financeira	543.036,43	Execução da Programação Financeira	543.036,43
TOTAL	1.618.215,50	TOTAL	1.618.215,50

CHAPECÓ, 03/02/2015

 Pedro Borsoi
 Presidente

 Paulo Utzig
 Diretor Executivo - CRC/SC 11.615/1-0

CIS/AMURES**OFÍCIO DE CONVOCAÇÃO EMPREGO PÚBLICO**

Of. Nº 022/2015

Lages, 19 de Fevereiro de 2015.

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, vimos através deste, comunicar que após divulgação do resultado final do Concurso Público edital nº 01/2014, para contratação de pessoal para desempenhar função de Auxiliar Administrativo, junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES, conforme relação divulgada no último dia 22 (vinte e dois) de Agosto de 2014, V.Sª, foi classificada em 4º (quarto) lugar.

Assim sendo, solicitamos vossa manifestação de interesse em ocupar a vaga até o próximo dia 27 de Fevereiro de 2015, através de ofício assinado e endereçado ao Presidente do CIS/AMURES, Sr. Edelvanio Topanoti, no seguinte endereço: Rua João de Castro, 367 - Centro - CEP 88.501-160, Lages-S/C, preferencialmente que seja entregue em mãos para a Diretora Executiva, Nalú Júlio, no mesmo endereço acima mencionado.

Na oportunidade, solicitamos informar a disponibilidade de data para assumir o cargo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar desta data.

Para assumir o cargo, V.Sª, deverá apresentar a documentação que consta no anexo I, deste ofício, para agendarmos horário com o médico do trabalho.

Sendo o que tínhamos para o momento,

Atenciosamente,

NALÚ TEREZINHA JÚLIO
Diret. Exec. CIS/AMURES

Ilma Sra.
SYLVIA BRÄSCHER CARNEIRO
Rua Frei Rogério, nº 774
Bairro Centro - CEP 88502-161
Lages - SC

ANEXO I

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA POSSE EM EMPREGO PÚBLICO:

Todos os documentos deverão ser entregues em cópia simples, legíveis, sem rasuras e em folha de papel tamanho A4. Deverão ser apresentados, além de cópia simples, os originais dos comprovantes de escolaridade, conforme consta no respectivo edital do Concurso Público.

- 1)- Carteira de trabalho.
- 2)- Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição ou Certidão de quitação das obrigações eleitorais, que pode ser obtida no site do TSE no endereço eletrônico : <http://www.tse.gov.br>; caso não seja possível emitir a Certidão de Quitação Eleitoral pela Internet, procure qualquer cartório eleitoral para solicitar a emissão.
- 3)- Certificado de reservista.
- 4)- Comprovante de Inscrição e de situação Cadastral no CPF e cópia de Identidade.
- 5)- Comprovante de PIS/PASEP.
- 6)- Certidão de registro civil de nascimento ou casamento.
- 7)- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos e carteira de vacinação atualizada de filhos menores de 06 (seis) anos.
- 8)- Comprovante de endereço.
- 9)- Comprovante de escolaridade, conforme Edital (original e

cópia simples)

10)- Registro no conselho de classe competente.

11)- Número de conta corrente no Banco do Brasil.

12)- Para pessoas que possuem outro emprego público, devem apresentar declaração dos órgãos com carga horária, horários e dias da semana que desenvolvem as atividades.

13)- 2 (duas) fotos 3X4.

14)- Avaliação médica. Os exames laboratoriais exigidos quando da avaliação médica são: hemograma; contagem de plaquetas, exame qualitativo de urina; TGO e TGP; radiografia de campos pulmonares P e AP (com interpretação); eletrocardiograma em repouso com interpretação; dosagem de colesterol total e frações; triglicérides; dosagem de glicose; creatinina, Na+; K+; citologia oncológica (para mulheres).

15)- Exame oftalmológico: acuidade visual declarado por médico oftalmologista.

16)- Exame de saúde mental: apto de saúde mental- declarado por médico psiquiatra.

17)- Para ingressantes com idade igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) anos será exigido ainda: Avaliação cardiológica - declarado por médico cardiologista; para homens PSA; e para mulheres Mamografia.

18)- Certidão de antecedentes criminais que se encontra em pleno exercício de seus direitos civis e políticos.

OBS: Após todos os exames em mãos e documentação entrar em contato no CIS/AMURES com Neiva, fone (49) 32513700, para agendar avaliação com o médico do trabalho.

Ao médico do Trabalho cabe, quando necessário, solicitar exames complementares. O prazo de validação dos exames solicitados é de 03 (três) meses.

CITMAR**EXTRATO DE CONTRATO Nº. 001/2015**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 001/2015

Objeto: É objeto do presente contrato a prestação do serviço de assessoria de imprensa ao CITMAR conforme disposições do contrato.

Fundamento Legal: O CITMAR formaliza a presente justificativa de Dispensa de Licitação com fulcro no §8º do art. 23 c/c art. 24, inciso II e Parágrafo Único da Lei Federal 8.666/93.

Valor Global: R\$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais).

Contratado: Oficina das Palavras Gravadora Ltda. ME - CNPJ 09.037.462/0001-58.

Vigência: O presente contrato entrará em vigor na data de 28/01/2015, e findando em 28/01/2016.

Itajaí/SC, 28 de Janeiro de 2015.

Célio José Bernardino

Diretor Executivo CITMAR

Editais de Notificação

DOUTOR PEDRINHO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 126/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 126/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWY4972	55564721	27/09/2004	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 133/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 133/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCH4806	55565101	04/02/2005	69120	232	53.20

MDM8739 55564933 20/01/2005 50100 162 * I 574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 135/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 135/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYH3996	55565102	07/02/2005	65640	230 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 137/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 137/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCD0559	55564726	27/01/2005	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 141/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 141/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXR5282	55564667	13/05/2005	65990	230 * V	191.53
LXR5282	55564668	13/05/2005	65560	230 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 143/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 143/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZU2920	55565131	27/03/2005	65560	230 * I	191.53
LZU2920	55565132	27/03/2005	66020	230 * VI	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 148/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 148/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZD8542	55565162	06/05/2005	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 149/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 149/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABA8652	55564898	13/05/2005	51850	167	127.69
ABA8652	55564899	13/05/2005	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 123/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 123/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXF3208 55564660 16/12/2004 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 124/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 124/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBJ8339 55565093 01/01/2005 69120 232
MBJ8339 55565091 01/01/2005 65990 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 125/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 125/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBK8678 55565096 13/01/2005 70300 244 * I

MBK8678 55565094 13/01/2005 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 127/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 127/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDW5901	55564932	20/01/2005	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 128/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 128/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXA4213	55564727	30/01/2005	52740	175
MBN2490	55564940	26/01/2005	73400	252 * IV
MBN2490	55564940	26/01/2005	51850	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 129/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 129/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWU7846	55565113	20/02/2005	66020	230 * VI
LWU7846	55565112	20/02/2005	65990	230 * V
LWU7846	55565114	20/02/2005	66370	230 * IX
LWX8652	55565111	16/02/2005	65560	230 * I
LYQ1710	55565104	07/02/2005	51850	167
LZG2344	55565105	08/02/2005	65560	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOCTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 130/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 130/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZO7689	55564945	27/01/2005	50450	162 * V
MFL9730	55565109	13/02/2005	66370	230 * IX
MFL9730	55565108	13/02/2005	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 131/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 131/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BWK7558	55565122	28/02/2005	65560	230 * I
IEF3474	55564889	18/02/2005	55250	181 * XV
LXP3798	55565116	20/02/2005	65560	230 * I
LXP3798	55565115	20/02/2005	50530	162 * VI
LYQ2227	55565124	06/03/2005	65990	230 * V
LYQ2227	55565125	06/03/2005	58350	195
MCK2362	55565107	13/02/2005	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 132/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 132/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFM7944	55565147	02/05/2005	50610	163 c/c 162 * I
AFM7944	55565145	02/05/2005	50100	162 * I
AFM7944	55565143	02/05/2005	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 134/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 134/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZD2862	55564669	13/05/2005	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8274 136/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 136/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYE7769	55565123	01/03/2005	65560	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 138/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 138/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYM1409	55565149	03/05/2005	69120	232
LYM1409	55565150	03/05/2005	73400	252 * IV
LYM1409	55565148	03/05/2005	66020	230 * VI
LZJ5896	55564663	15/04/2005	69120	232
MBE7810	55564763	14/05/2005	69120	232
MBE7810	55564764	14/05/2005	50450	162 * V
MDR1291	55564895	26/03/2005	65800	230 * IV
MDR1291	55564896	26/03/2005	50530	162 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 139/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 139/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BSQ8571	55565168	10/06/2005	50530	162 * VI
LXV0917	55564757	10/05/2005	65560	230 * I
LYC4923	55564753	07/05/2005	69120	232
MAT3462	55564666	06/05/2005	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 140/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 140/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEC6982	55564760	12/05/2005	65560	230 * I
LZO6865	55564762	14/05/2005	65560	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 142/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 142/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYU2215	55564673	06/06/2005	70480	244 * II
MBM2113	55564672	05/06/2005	58350	195
MBM2113	55564670	05/06/2005	70480	244 * II
MBM2113	55564671	05/06/2005	52740	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 144/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 144/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCD5046	55565169	10/06/2005	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8274 145/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 145/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZG4092	55565170	20/06/2005	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 146/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 146/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBC7318 55564769 21/07/2005 66020 230 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOCTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 147/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 147/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZM4100 55564662 27/03/2005 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 150/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 150/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZE8587	55564771	07/09/2005	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 151/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 151/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAZ1103 55564732 08/09/2005 65990 230 * V
MAZ1103 55564733 08/09/2005 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 152/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 152/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAN9022 55564772 10/09/2005 58350 195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

ERVAL VELHO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 48/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 48/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZD1403	54126507B	01/11/2005	50100	162 * I
LZD1403	54126509B	01/11/2005	52740	175
LZD1403	54126508B	01/11/2005	52070	169
LZD1403	54126511B	01/11/2005	65990	230 * V
LZD1403	54126510B	01/11/2005	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

GARUVA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 69/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 69/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCM9123	54088000A	28/10/2004	60500	208	191.53
MCQ1602	54087928A	26/10/2004	70560	244 * III	191.53
MCQ1602	54087928A	26/10/2004	58350	195	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 70/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 70/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXW6201	54087998A	27/10/2004	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 79/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 79/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBW6255	54087939A	02/03/2005	54870	181 * XI	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 84/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 84/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZP9881	54088049A	28/06/2005	51930	168	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 86/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 86/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEP2212	54087724A	04/09/2005	57200	186 * I	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 87/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 87/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDY2461	54088059A	18/08/2005	66370	230 * IX	127.69
MDY2461	54088058A	18/08/2005	70560	244 * III	191.53
MDY2461	54088058A	18/08/2005	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 71/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 71/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZZ8088	54087714A	05/02/2005	51690	165
LZZ8088	54087714A	05/02/2005	52070	169

LZZ8088 54087713A 05/02/2005 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 72/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 72/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYV5151	54088016A	19/02/2005	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 73/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 73/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADL9817	54087934A	31/01/2005	51850	167
MGH7440	54088009A	05/02/2005	65990	230 * V
MGH7440	54088009A	05/02/2005	70480	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

GARUVA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8188 74/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 74/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZG7721	54087941A	05/03/2005	70300	244 * I
---------	-----------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 75/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 75/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZE8018	54087716A	07/04/2005	52740	175
LZE8018	54087717A	07/04/2005	60500	208
LZE8018	54087717A	07/04/2005	69120	232
MBW6297	54088022A	18/03/2005	70300	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 76/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 76/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MES4732 54088034A 05/06/2005 70480 244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 77/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 77/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBM8748 54088043A 22/06/2005 70720 244 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

GARUVA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 78/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 78/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEZ1985	54088038A	16/06/2005	51850	167
AEZ1985	54088038A	16/06/2005	51930	168
AKA2561	54087620A	08/07/2005	51690	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 80/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 80/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFS8782 54087722A 17/07/2005 51690 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 81/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 81/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAJ3031 54088039A 16/06/2005 55250 181 * XV
MBX1761 54088036A 16/06/2005 52070 169
MBX1761 54088036A 16/06/2005 65990 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 82/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 82/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MC10189	54087719A	08/07/2005	66530	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 83/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 83/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BSC8235	54087728A	24/09/2005	52740	175
MBN4699	54087874A	07/09/2005	51690	165
MIN7010	54087729A	24/09/2005	52740	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 85/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 85/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADM2796	54087949A	08/10/2005	54520	181 * VIII
LZE8018	54087629A	23/10/2005	51850	167
MDC6882	54087624A	06/10/2005	70300	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

GUARAMIRIM**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 174/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 174/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDI3631	55493116A	21/09/2004	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 214/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 214/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
GWV3189	55485451A	19/02/2005	69120	232	53.20
LYE5804	55486448A	05/03/2005	50100	162 * I	574.61
LYE5804	55486449A	05/03/2005	51690	165	957.69
LYE5804	55486450A	05/03/2005	69120	232	53.20

MCN7149	55487069A	09/03/2005	65990	230	*	V	191.53
MCN7149	55487068A	09/03/2005	50100	162	*	I	574.61
MCV8331	55479065A	19/02/2005	65990	230	*	V	191.53
MDD3337	55479045A	20/02/2005	50100	162	*	I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 222/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 222/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAL0202	55486495A	13/12/2004	73580	252 * V	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 172/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 172/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ICN4043	55480476A	22/12/2004	57380	186 * II
LYL1810	55487031A	24/12/2004	55250	181 * XV
LYU8729	55485640A	28/12/2004	65990	230 * V
LYV6165	55487033A	25/12/2004	50100	162 * I
LYV6165	55487034A	25/12/2004	51180	164 c/c 162 * I
LYV6165	55487032A	25/12/2004	57380	186 * II
MBF1215	55486601A	23/12/2004	69120	232
MCZ4551	55486604A	26/12/2004	50100	162 * I
MDR9000	55486500A	19/12/2004	65990	230 * V
MDR9000	55486499A	19/12/2004	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8204 173/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 173/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AHL7908	55487153A	04/01/2005	69200	233
LZB3247	55487152A	04/01/2005	69200	233
MCJ6220	55487160A	04/01/2005	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 212/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 212/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ACQ3925	55485493A	28/06/2005	55410	181 * XVII
LZR5082	55485494A	28/06/2005	55410	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 213/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 213/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBM7298 55486573A 07/06/2005 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 221/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 221/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAV2458 55486609A 08/01/2005 51690 165

LXS8626 55480410A 30/07/2005 65560 230 * I
MCH7125 55486551A 24/04/2005 50100 162 * I
MCH7125 55486552A 24/04/2005 50610 163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

GUARUJÁ DO SUL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 77/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 77/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MAE0691 54912763 04/10/2004 69120 232 53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 82/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 82/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAZ9480	54912957	06/01/2005	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE

DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 84/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 84/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXG1285	54912796	14/03/2005	66450	230 * X	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 85/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 85/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LBM7630	54912967	31/03/2005	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 86/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 86/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZX4777	54912799	01/04/2005	65560	230 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 88/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 88/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZX3016	54913252	23/06/2005	50450	162 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 76/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 76/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADA6854 54912837 16/12/2004 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE

DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 78/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 78/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZB8643 54912934 22/01/2005 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 79/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 79/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYI1677	54912955	06/01/2005	65560	230 * I
LYI1677	54912955	06/01/2005	66370	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 80/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 80/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LJV6965 54912770 26/02/2005 65560 230 * I
LJV6965 54912769 26/02/2005 51690 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8252 81/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 81/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CBJ5192 54912870 06/03/2005 60250 206 * IV
LXH3304 54912979 16/02/2005 55250 181 * XV
LYZ7734 54912871 21/03/2005 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE

DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 83/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 83/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZK2412	54912982	03/03/2005	51850	167
MAR4410	54912983	04/03/2005	57200	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 87/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 87/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHW2660	54913276	20/08/2005	52740	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 89/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 89/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAG9509	54912841	12/10/2005	52740	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 90/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 90/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFP6934 54913279 07/10/2005 65050 227 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE

DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8252 91/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 91/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ICC9449 54912969 28/10/2005 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

ITAPOÁ

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 46/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 46/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBF8052	55784992A	31/12/2004	55250	181 * XV	85.12
MDZ4891	55785316	03/01/2005	73660	252 * VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 47/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 47/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBY2960	55785710	08/01/2005	54520	181 * VIII	127.69
MEL6682	55784947A	31/12/2004	66020	230 * VI	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 50/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 50/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBE6008	55785707	08/01/2005	54520	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 59/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 59/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACY5191	55785623	06/08/2005	69120	232	53.20
ACY5191	55785675	15/08/2005	73400	252 * IV	85.12
IKJ8825	55785646	22/08/2005	69120	232	53.20
MDL7679	55785644	18/08/2005	50100	162 * I	574.61
MGA1470	55785661	28/07/2005	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 42/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 42/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AIF8257	55785246A	01/01/2005	65990	230 * V
MFA4800	55785401	27/12/2004	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 43/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 43/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MGZ7170	55784932A	29/12/2004	70480	244 * II
---------	-----------	------------	-------	----------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 44/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 44/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IHF2578	55784908A	25/12/2004	54520	181 * VIII
MYA6340	55785249A	06/01/2005	50100	162 * I
MYA6340	55785250A	06/01/2005	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8190 45/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 45/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWW8153	55785655	04/02/2005	69120	232
MBW9816	55785456	02/01/2005	70300	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 48/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 48/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXQ7215	55785400	11/02/2005	51850	167
LXQ9779	55785399	11/02/2005	51850	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 49/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 49/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBF6593 55785604 04/03/2005 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8190 51/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 51/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCK7744 55785607 03/04/2005 50100 162 * I
MCK7744 55785607 03/04/2005 50610 163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 52/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 52/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCF1894	55785461	08/04/2005	69120	232
MCF1894	55785461	08/04/2005	70300	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 53/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 53/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYB4254 55785608 03/06/2005 50100 162 * I
LYB4254 55785608 03/06/2005 65990 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 54/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 54/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEW7772 55785657 24/06/2005 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 55/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 55/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHW6743	55785626	06/08/2005	50100	162 * I
BML1852	55785617	06/08/2005	69120	232
CIT7692	55785412	06/02/2005	64320	223
JMX9689	55785627	06/08/2005	69120	232
LXU8290	55785631	06/08/2005	69120	232
LXU8290	55785631	06/08/2005	50100	162 * I
MBG6814	55785320	18/08/2005	70300	244 * I
MBT6928	55785633	06/08/2005	50100	162 * I
MBT6928	55785633	06/08/2005	69120	232
MDC6352	55785647	22/08/2005	65990	230 * V
MDC6352	55785647	22/08/2005	65050	227 * III
MDC6352	55785647	22/08/2005	69120	232
MDL6859	55785621	06/08/2005	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 56/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 56/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AIM2743	55785620	06/08/2005	69120	232
LXN9931	55785323	19/08/2005	65990	230 * V
LXN9931	55785323	19/08/2005	69120	232
LZX1901	55785648	23/08/2005	69120	232
MCF0615	55785639	16/08/2005	69120	232
MDH0341	55785649	24/08/2005	69120	232
MDH0341	55785649	24/08/2005	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8190 57/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 57/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCN8312	55785628	06/08/2005	69120	232	
MCN8312	55785628	06/08/2005	65990	230	* V
MDL7679	55785689	16/09/2005	65990	230	* V
MDL7679	55785685	16/09/2005	69120	232	
MDL7679	55785688	16/09/2005	50100	162	* I
MDL7679	55785684	16/09/2005	70300	244	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 58/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 58/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HRC8766	55785327	06/09/2005	50100	162 * I
MDQ5318	55785677	07/09/2005	69120	232
MDQ5318	55785677	07/09/2005	66530	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 60/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 60/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BON1125	55785482	12/11/2005	69120	232
BON1125	55785483	12/11/2005	65990	230 * V
BON1125	55785481	12/11/2005	50100	162 * I
MFC9782	55785468	11/11/2005	57380	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 61/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 61/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ADY1094	55785491	17/11/2005	54520	181 * VIII
LXX5096	55785699	11/11/2005	57380	186 * II
MBT4943	55785693	23/10/2005	70300	244 * I
MDL6879	55785343	04/12/2005	70480	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

MARAVILHA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 276/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 276/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYJ9711	54910641	30/07/2004	67000	230 * XVI	127.69
LYN4295	54910877	18/09/2004	65990	230 * V	191.53
LZE1550	54818370	24/07/2004	50100	162 * I	574.61
MAD3697	54910929	14/09/2004	57200	186 * I	127.69
MAD3697	54910928	14/09/2004	51690	165	957.69
MAW4192	54910819	21/09/2004	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 281/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 281/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHC9526	54910741	23/11/2004	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 298/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 298/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYW8661	54910762	30/10/2004	51690	165	957.69
LZX0075	54920418	26/03/2005	66370	230 * IX	127.69
MDL7620	54920507	17/02/2005	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 304/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA - ORTRAMA - 282050

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 304/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGO0007	54920764	15/04/2005	52070	169	53.20
AID9180	54920701	07/03/2005	52070	169	53.20
MAZ7483	54920513	26/03/2005	50100	162 * I	574.61
MAZ7483	54920514	26/03/2005	65560	230 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
VALDEMIR ANDRETTA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 305/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 305/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYI0958	54920439	30/04/2005	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 309/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA - ORTRAMA - 282050

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 309/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAV1595	54920605	17/04/2005	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

VALDEMIR ANDRETTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 310/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA - ORTRAMA - 282050

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 310/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CSA7568	54920782	26/04/2005	51850	167	127.69
LYP5971	54818284	16/04/2005	66370	230 * IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
VALDEMIR ANDRETTA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 312/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA - ORTRAMA - 282050

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 312/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYJ6430	54920757	29/03/2005	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

VALDEMIR ANDRETTA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 314/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 314/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABD1810	54920518	15/04/2005	50290	162 * II	957.69
ABD1810	54920516	15/04/2005	65990	230 * V	191.53
ABD1810	54920517	15/04/2005	51690	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 315/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 315/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ICZ7226	54920520	05/05/2005	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 319/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 319/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABG7303	54910924	22/07/2005	65990	230 * V	191.53
ABG7303	54910923	22/07/2005	50100	162 * I	574.61
BNI5791	54920865	05/08/2005	50100	162 * I	574.61
BPT3666	54920741	27/05/2005	51850	167	127.69
BSH4547	54920844	19/08/2005	65300	228	127.69
MBI4974	54920857	21/05/2005	50100	162 * I	574.61
MBI4974	54920858	21/05/2005	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 321/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 321/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXE5123	54920748	15/07/2005	50100	162 * I	574.61
LXE5123	54920747	15/07/2005	65990	230 * V	191.53
LXP2304	54920868	19/09/2005	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 324/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA - ORTRAMA - 282050

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 324/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

LYW6323	54910863	15/08/2005	50100	162 * I	574.61
MAE7682	54920662	23/10/2005	55250	181 * XV	85.12
MBF5930	54920863	28/07/2005	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

VALDEMIR ANDRETTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 277/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 277/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CMP2192	54920429	12/01/2005	51850	167
IBD7535	54920335	05/01/2005	73400	252 * IV
LWS1325	54920296	13/01/2005	51850	167
LXZ5750	54910315	08/12/2004	65560	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE

DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 278/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA - ORTRAMA - 282050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 278/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFP3536	54910625	21/12/2004	53040	176 * III
KJR1001	54920295	13/01/2005	73660	252 * VI
LXZ5750	54910314	08/12/2004	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

VALDEMIR ANDRETTA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 280/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 280/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LWT2057 54818372 02/12/2004 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 283/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA - ORTRAMA - 282050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 283/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CIN5660 54920477 20/01/2005 51850 167
LXO3299 54910447 06/01/2005 67690 230 * XXII
LYF3691 54920528 22/01/2005 51850 167
LYF3691 54920529 22/01/2005 58350 195
MAA2650 54910444 04/01/2005 50100 162 * I
MAF0571 54910325 04/01/2005 73400 252 * IV
MBB0570 54920502 02/02/2005 51850 167
MBZ3869 54920369 04/01/2005 55250 181 * XV
MCK9855 54920379 17/01/2005 51930 168
MDQ5469 54910899 12/01/2005 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

VALDEMIR ANDRETTA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 287/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 287/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABE0642	54910765	20/02/2005	50100	162 * I
ABE0642	54910767	20/02/2005	51850	167
ABE0642	54910766	20/02/2005	66370	230 * IX
AFZ0416	54920469	14/01/2005	72690	250 * I * d
AHV1866	54920297	15/01/2005	72340	250 * I * a
LYP1516	54910695	23/02/2005	51850	167
LZJ9372	54920260	14/01/2005	70640	244 * IV
LZP9339	54920392	27/02/2005	51690	165
LZZ4732	54920467	14/01/2005	67690	230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 293/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA - ORTRAMA - 282050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 293/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAA2650	54920474	24/02/2005	67690	230 * XXII
MFE9330	54910750	22/02/2005	58780	199

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

VALDEMIR ANDRETTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 296/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA - ORTRAMA - 282050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 296/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACF6992	54920826	01/05/2005	55410	181 * XVII
AFM2286	54920337	22/03/2005	51850	167
AHC4303	54920777	16/04/2005	53470	178
AHC4303	54920776	16/04/2005	51690	165
CMG4990	54920778	17/04/2005	57200	186 * I
JYW7452	54920689	21/03/2005	69120	232
LWT6904	54920727	26/03/2005	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
VALDEMIR ANDRETTA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 299/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 299/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYL6801	54920273	17/04/2005	51690	165
LYL6801	54920272	17/04/2005	50100	162 * I
LYQ5780	54920629	14/04/2005	65990	230 * V
LYQ5780	54920628	14/04/2005	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 301/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 301/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CBH1733	54920400	15/04/2005	51850	167
CNB5772	54920855	05/05/2005	66020	230 * VI
CNB5772	54920854	05/05/2005	65990	230 * V
IKR1995	54920830	28/05/2005	73660	252 * VI
LWV7760	54920760	02/04/2005	55250	181 * XV
LWW6113	54920604	16/04/2005	55250	181 * XV
LYE7146	54920825	17/04/2005	65480	229
LYV9974	54910950	17/03/2005	66100	230 * VII
LYV9974	54910949	17/03/2005	51690	165
MAG0929	54920397	27/03/2005	51690	165
MAG0929	54920394	27/03/2005	65990	230 * V
MAG0929	54920396	27/03/2005	67260	230 * XVIII
MAG0929	54920395	27/03/2005	66370	230 * IX
MBJ5970	54910948	13/03/2005	69120	232
MBV1920	54920743	27/05/2005	73660	252 * VI
MEF0151	54920533	16/04/2005	52070	169
MGP9750	54920399	15/04/2005	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 303/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 303/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BYH3523 54920832 01/06/2005 69120 232
BYH3523 54920833 01/06/2005 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

MARAVILHA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8224 308/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 308/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IIM0032 54920446 25/06/2005 50610 163 c/c 162 * I
IJH8138 54920911 28/06/2005 66370 230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

MARAVILHA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE

DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 311/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 311/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AWB1809	54920786	17/07/2005	56060	182 * IV
BMG6927	54910957	05/07/2005	60250	206 * IV
IKD8403	54920862	08/07/2005	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 313/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 313/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CEK1194	54920445	20/06/2005	51930	168
LXR7158	54920536	17/06/2005	60760	210
LYE6259	54920245	26/06/2005	50100	162 * I
LYJ4621	54910859	24/06/2005	54010	181 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 317/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 317/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFO6440	54920953	20/07/2005	65560	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 320/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA - ORTRAMA - 282050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 320/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGP4822	54920665	29/10/2005	65990	230 * V
AGP4822	54920667	29/10/2005	51850	167
AGP4822	54920666	29/10/2005	69120	232
AGP4822	54920668	29/10/2005	67690	230 * XXII
AGP4822	54920664	29/10/2005	50100	162 * I
GMA5108	54207063	30/10/2005	57200	186 * I
GMA5108	54207062	30/10/2005	63940	220 * XIV
GMA5108	54207060	30/10/2005	58350	195
GMA5108	54207059	30/10/2005	66370	230 * IX
GMA5108	54207061	30/10/2005	58430	196
LYO8215	54920248	21/09/2005	65990	230 * V
LYO8215	54920249	21/09/2005	50450	162 * V
LZT6771	54920921	10/09/2005	58350	195
LZT6771	54920924	10/09/2005	51850	167
LZT6771	54920923	10/09/2005	52740	175
LZT6771	54920922	10/09/2005	65990	230 * V
LZT6771	54920920	10/09/2005	50100	162 * I
LZT6771	54920925	10/09/2005	68580	231 * VII
MBB4948	54910866	27/08/2005	65560	230 * I
MBB4948	54910865	27/08/2005	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

VALDEMIR ANDRETTA
AUTORIDADE DE TRANSITO

MASSARANDUBA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 153/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 153/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBX8929	54170911A	03/12/2004	70640	244 * IV	191.53
MBX8929	54170910A	03/12/2004	58350	195	127.69
MBX8929	54170909A	03/12/2004	62700	220 * II	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MASSARANDUBA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 165/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 165/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAW3606	54170855A	30/01/2005	70560	244 * III	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MASSARANDUBA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 152/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 152/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBA0216	54170913A	14/01/2005	69120	232
MBA0216	54170912A	14/01/2005	65990	230 * V
MBG3070	55288808	19/02/2005	50100	162 * I
MBG3070	55288808	19/02/2005	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MASSARANDUBA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 155/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 155/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYZ9468	54170920A	20/02/2005	65990	230 * V
LZY2851	55288813	10/03/2005	52740	175
LZY2851	55288814	10/03/2005	58350	195
MBU3241	54170863A	26/02/2005	60500	208
MEF3911	54170864A	05/03/2005	50100	162 * I
MEF3911	54170865A	05/03/2005	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MASSARANDUBA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8234 156/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 156/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBC1700	54170873A	29/03/2005	57200	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MASSARANDUBA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 158/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 158/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXM4974	54170983A	06/05/2005	65990	230 * V
MAC3739	55288716	02/05/2005	69200	233
MAF7292	54170979A	06/05/2005	50100	162 * I
MAF7292	54170978A	06/05/2005	65990	230 * V
MAF7292	54170980A	06/05/2005	51180	164 c/c 162 * I
MBA0216	55288709	02/05/2005	69200	233
MCW1162	54170878A	30/04/2005	51180	164 c/c 162 * I
MCW1162	54170877A	30/04/2005	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MASSARANDUBA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 164/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 164/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACC1867	55288544	02/05/2005	69200	233
IDK0151	55288703	02/05/2005	69200	233
IIU8328	55288546	02/05/2005	69200	233
LWW3492	55288548	02/05/2005	69200	233
LWZ7062	55288710	02/05/2005	69200	233
LYX3118	55288705	02/05/2005	69200	233
MAJ7760	55288550	02/05/2005	69200	233
MCS3817	55288712	02/05/2005	69200	233
MDZ3649	55288831	03/05/2005	50610	163 c/c 162 * I
MDZ3649	55288830	03/05/2005	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MASSARANDUBA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 173/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 173/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXJ8144 54406220 10/08/2005 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MASSARANDUBA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

MORRO DA FUMAÇA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 224/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 224/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MAM2128 55401423A 07/05/2005 70480 244 * II 191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 226/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 226/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZB3836	55924759A	28/03/2005	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 237/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 237/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CWK2379	55923624A	11/08/2005	57380	186 * II	191.53
DBY5530	55923556A	07/06/2005	51850	167	127.69
LYH8522	55923521A	01/07/2005	65990	230 * V	191.53
LYH8522	55923521A	01/07/2005	50100	162 * I	574.61
LYQ5350	55924789A	21/05/2005	66100	230 * VII	127.69
LYQ5350	55924789A	21/05/2005	57380	186 * II	191.53
MAU2998	55401418A	02/03/2005	51930	168	191.53

MCZ0959	55923554A	07/06/2005	69120	232		53.20
MEX8032	55924769A	14/04/2005	50100	162 * I		574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 239/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 239/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYV6935	55924765A	09/04/2005	70480	244 * II	191.53
LZA6643	55924781A	14/05/2005	50100	162 * I	574.61
MAA9696	55924786A	21/05/2005	50530	162 * VI	191.53
MAA9696	55924786A	21/05/2005	66100	230 * VII	127.69
MAF6212	55923511A	16/04/2005	69120	232	53.20
MBR1722	55923515A	10/05/2005	70480	244 * II	191.53
MBR1722	55923514A	10/05/2005	65990	230 * V	191.53
MBR1722	55923514A	10/05/2005	58350	195	127.69
MBR1722	55923514A	10/05/2005	57380	186 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 241/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 241/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BXT8934	55924752A	16/03/2005	58270	194	127.69
CYR1691	55401422A	07/05/2005	73580	252 * V	85.12
JMP8401	55924775A	29/04/2005	65990	230 * V	191.53
LXB9046	55923518A	24/06/2005	50100	162 * I	574.61
LYY3637	55401772A	08/04/2005	65990	230 * V	191.53
LYY3637	55401772A	08/04/2005	50100	162 * I	574.61
LZK2163	55401709A	07/06/2005	65990	230 * V	191.53
MAJ3899	55924771A	20/04/2005	50100	162 * I	574.61
MBO7609	55401479A	17/07/2005	65050	227 * III	53.20
MBQ3640	55923605A	10/06/2005	51850	167	127.69
MCV3156	55923502A	17/03/2005	50100	162 * I	574.61
MEQ2272	55401707A	02/05/2005	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 244/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 244/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXL3139	55401499A	15/08/2005	50100	162 * I	574.61
MBD6673	55401778A	03/09/2005	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 246/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 246/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IDZ7700	55924791A	23/05/2005	50100	162 * I	574.61
LYD5137	55923551A	22/05/2005	50100	162 * I	574.61
MAH1311	55923613A	27/07/2005	65990	230 * V	191.53
MBV6982	55924782A	17/05/2005	54520	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 238/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 238/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZA6348 55923708A 22/08/2005 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 242/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 242/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IGV3650 55923721A 24/10/2005 57380 186 * II

MCX4574	55923629A	03/10/2005	69120	232
MCX4574	55923629A	03/10/2005	52070	169
MCX4574	55923629A	03/10/2005	70300	244 * I
MJC0303	55923767A	27/10/2005	66100	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

SANTA ROSA DO SUL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 113/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 113/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBW6647 55414891 10/02/2005 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ARI JOSE SOTO RIVA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 134/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 134/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEE0620 54159577 12/11/2005 50100 162 * I
MFA1042 54159568 01/10/2005 57380 186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
ARI JOSE SOTO RIVA
DELEGADO DE POLICIA

SÃO CARLOS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 145/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS - 283150

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 145/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

CGR8130 55287987 22/10/2004 51850 167 127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
VOLNEI MUMBER
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 151/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS - 283150

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 151/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYC5866	54509073	09/01/2005	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
VOLNEI MUMBER
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 155/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 155/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKJ1048	55287866	30/01/2005	65560	230 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 157/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 157/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IGH9536	55147455	16/02/2005	69200	233	127.69
KTP7306	55287479	27/07/2004	66370	230 * IX	127.69
LCG6457	55287997	26/01/2005	69200	233	127.69
LXL9505	54509069	07/11/2004	55250	181 * XV	85.12
MCR8727	55287990	22/10/2004	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 158/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 158/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYV0408	55147456	14/02/2005	65990	230 * V	191.53
MDK6090	55287890	24/02/2005	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 163/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 163/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
JYX2869	55287676	18/05/2005	50450	162 * V	191.53

MBC3008 54509096 10/03/2005 51850 167 127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 164/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 164/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
JKW0917	55148325	03/05/2005	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 165/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 165/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHY0564	55148328	03/05/2005	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 166/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 166/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAX3383	55148177	18/05/2005	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 168/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 168/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZD9411	55147459	28/06/2005	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 171/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 171/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXV4602	55148196	02/08/2005	57200	186 * I	127.69
LXV4602	55148195	02/08/2005	50100	162 * I	574.61
LXV4602	55148197	02/08/2005	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE.

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 143/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS - 283150

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 143/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACY7743	55287845	31/12/2004	50100	162 * I
FBN1301	55147803	09/01/2005	55680	181 * XIX
IDM3337	55147805	09/01/2005	55680	181 * XIX
LYE8818	55147804	09/01/2005	55680	181 * XIX
MEC6312	55287489	12/12/2004	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
VOLNEI MUMBER
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 144/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS - 283150

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 144/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCL1708 55147802 08/01/2005 55680 181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

VOLNEI MUMBER

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 146/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS - 283150

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 146/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IDR9047 55287861 23/01/2005 57380 186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
VOLNEI MUMBER
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 147/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 147/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDK0188	55288000	07/02/2005	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 149/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS - 283150

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 149/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BTV6943 55287879 07/02/2005 70990 244 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

VOLNEI MUMBER

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 150/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 150/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACC6480 54509079 20/02/2005 51850 167
AHH8552 55287865 29/01/2005 66370 230 * IX
AMJ0010 54509083 21/02/2005 51850 167
MBA9910 55287864 28/01/2005 69120 232
MBJ8643 54509087 21/02/2005 70480 244 * II
MDR3638 55287868 30/01/2005 69120 232
MFL7550 55287891 24/02/2005 70300 244 * I
MGT5660 54509085 20/02/2005 51850 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 152/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 152/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWX1864	55148312	02/03/2005	51850	167
LZD9374	55287895	06/03/2005	50100	162 * I
MBY1170	54509091	10/03/2005	51850	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 153/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS - 283150

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 153/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXB7676	54509098	22/03/2005	51850	167
LZQ6197	55148320	22/03/2005	50100	162 * I
MBC3008	54509084	21/02/2005	51850	167
SU839	55148316	11/03/2005	50100	162 * I
SU839	55148315	11/03/2005	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
VOLNEI MUMBER
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 154/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS - 283150

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 154/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACC6480	55148151	22/03/2005	51850	167
IIW1488	55148162	28/03/2005	54520	181 * VIII
LWW2940	55148157	22/03/2005	51850	167
MCX9971	55287898	15/03/2005	70480	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
VOLNEI MUMBER
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 156/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 156/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IGH2164	54509099	22/03/2005	51850	167
LZG9003	55287848	07/01/2005	69200	233
MDY2960	55148163	15/04/2005	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 159/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 159/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADH6131	55287678	18/05/2005	69120	232
ADH6131	55287677	18/05/2005	65990	230 * V
JYX2869	55287676	18/05/2005	50450	162 * V
LZG5134	55148324	13/04/2005	65990	230 * V
MBK3987	55148158	22/03/2005	51850	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 160/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 160/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYW5291	55287689	09/06/2005	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 161/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 161/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IKJ1042	55287680	18/05/2005	50100	162 * I
IKJ1042	55287681	18/05/2005	65990	230 * V
MBC3008	55148181	18/05/2005	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 162/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 162/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCI2038	55148178	18/05/2005	50100	162 * I
MCI2038	55148179	18/05/2005	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 167/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS - 283150

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 167/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEO4527	55148219	29/09/2005	50100	162 * I
AES3864	55148216	25/09/2005	72340	250 * I * a
AIA6438	55287699	19/09/2005	69200	233
CLC3040	55148348	06/08/2005	69200	233
GQH2784	55148101	02/09/2005	65480	229
IGT3818	55148213	22/09/2005	69200	233
IHB4836	55148226	10/10/2005	70480	244 * II
LYD0634	55148214	22/09/2005	65640	230 * II
LZL0854	55148191	26/07/2005	51850	167
MAM6600	55147467	08/10/2005	59400	203 * III
MBB4989	55148212	22/09/2005	69200	233

MBB7443	55148190	26/07/2005	51850	167
MBK3987	55148109	09/09/2005	51850	167
MBW8253	55148103	03/09/2005	65480	229
MCJ4596	55148215	22/09/2005	67000	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
VOLNEI MUMBER
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 169/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 169/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAC2712	55148210	16/09/2005	65560	230 * I
MCC8770	55148102	22/08/2005	70480	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 170/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 170/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABF6415	55148232	13/10/2005	69200	233
MBK6848	55148211	22/09/2005	69200	233
MCG9595	55148236	25/10/2005	51850	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 172/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS - 283150

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 172/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

HTW2230 55287700 07/10/2005 70480 244 * II
LZE6994 55148116 09/10/2005 66100 230 * VII
MCV1364 55148362 01/12/2005 51850 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
VOLNEI MUMBER
DIRETOR DE TRANSITO

São JOAQUIM

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 283/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 283/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

IEC7127 55320735 03/09/2004 69200 233 127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 286/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 286/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXT3721	55320893	21/09/2004	53800	181 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 292/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 292/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
JNS7174	55988405	09/01/2005	51850	167	127.69
JNS7174	55988405	09/01/2005	57380	186 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 293/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 293/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAF4992	54746816	02/12/2004	51690	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 281/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 281/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SEND O PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CGS0729	55320747	26/11/2004	69200	233
LXQ6558	55321229	28/11/2004	52820	176 * I
MCG7496	55320549	24/12/2004	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA

DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 282/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 282/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IFB1597	55320632	27/12/2004	69200	233
MBJ9876	55320541	03/12/2004	51850	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

STELIO BONELLI PORTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 284/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 284/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEX3043	55320679	18/12/2004	65990	230 * V
BMJ8221	55321152	08/12/2004	69200	233
LZR3281	55988402	08/01/2005	70300	244 * I
LZR3281	55988403	08/01/2005	58350	195
LZR3281	55988402	08/01/2005	69120	232
LZR3281	55988402	08/01/2005	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 285/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 285/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXM5930	55320542	04/12/2004	60500	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 287/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 287/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZ08707	55320635	30/12/2004	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 288/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 288/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIR1133 55320637 04/02/2005 55410 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 289/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 289/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BRN7421 55320645 25/02/2005 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA

DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 290/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 290/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BKI2197	55320406	01/02/2005	69200	233
LXE9610	55321016	11/03/2005	51850	167
LZW4073	55320643	20/02/2005	65480	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA

DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 291/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 291/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACF2209 54746742 13/03/2005 52070 169
LZX3358 55320689 26/03/2005 51690 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA

DELEGADO REGIONAL 27. DRP

SCHROEDER

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8192 136/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 136/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

LYJ1964 55571201A 03/10/2004 52150 170 191.53
LYJ1964 55571337A 03/10/2004 69470 235 127.69
MGH4320 55575306A 03/10/2004 70560 244 * III 191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 137/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 137/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IDO3890	55575387A	22/10/2004	73230	252 * II	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 142/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 142/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZW9905	55571257A	14/12/2004	53710	180	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 145/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 145/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZX3584	55571307A	21/01/2005	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 147/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 147/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHM7577	55571179A	22/03/2005	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 151/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 151/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDM6121	55571298A	28/04/2005	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8192 156/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 156/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO
QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWX4042	55575476A	02/06/2005	69120	232	53.20
LYT0395	55575465A	25/05/2005	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU
INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-
LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-
GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-
AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8192 159/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 159/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO
QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBP3453	55571353A	08/06/2005	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 162/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 162/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXI9649	55571354A	09/06/2005	63940	220 * XIV	191.53
MCF8837	55575495A	07/06/2005	59160	202 * II	127.69
MCI8477	55575419A	06/05/2005	58190	193	574.61
MED1731	55575342A	20/04/2005	54010	181 * III	127.69
MEU5092	55571355A	09/06/2005	68230	231 * IV	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 165/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 165/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYW2905	55575509A	20/09/2005	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 166/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 166/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BSQ0245	55575424A	01/09/2005	55250	181 * XV	85.12
BSQ0245	55575425A	01/09/2005	65990	230 * V	191.53
BSQ0245	55575426A	01/09/2005	50450	162 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE.

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 134/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 134/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYE9238	55571147A	24/12/2004	65990	230 * V
MBS8406	55575393A	20/12/2004	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 135/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 135/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWV0358 55571256A 14/12/2004 53800 181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 138/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 138/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABG2168 55571174A 18/01/2005 65990 230 * V
ARV9909 55571149A 18/01/2005 65990 230 * V
ARV9909 55571266A 18/01/2005 50100 162 * I
LXM3225 55571263A 15/01/2005 65990 230 * V
LXT4438 55571260A 15/01/2005 50100 162 * I
LXT4438 55571260A 15/01/2005 65990 230 * V
LYI2673 55571264A 15/01/2005 51850 167
LZJ2500 55571172A 18/01/2005 66700 230 * XIII
LZY6875 55571259A 15/01/2005 50370 162 * III
MCJ4104 55571308A 21/01/2005 73400 252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 139/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 139/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYT7802	55571273A	02/02/2005	66100	230 * VII
LYT7802	55571272A	02/02/2005	65990	230 * V
MBL9495	55571214A	29/01/2005	50100	162 * I
MCF5983	55571176A	20/02/2005	51690	165
MCF5983	55571178A	20/02/2005	70300	244 * I
MCF5983	55571177A	20/02/2005	70720	244 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 140/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 140/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXP6269	55571212A	29/01/2005	69120	232
LXR2843	55575396A	10/03/2005	58350	195
LXR2843	55575395A	10/03/2005	50100	162 * I
LZJ7115	55575394A	10/03/2005	65990	230 * V
LZP0979	55575401A	19/02/2005	69120	232
LZP0979	55575401A	19/02/2005	65990	230 * V
MCL3219	55575402A	23/02/2005	73400	252 * IV
MCL3219	55575402A	23/02/2005	61900	216

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8192 141/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 141/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABX9176	55575341A	23/03/2005	65990	230 * V
MAF2686	55571280A	27/03/2005	50450	162 * V
MAF2686	55571280A	27/03/2005	50370	162 * III
MBY9187	55571211A	29/01/2005	69120	232
MEQ0791	55571276A	23/03/2005	50100	162 * I
MER7221	55575406A	30/03/2005	70300	244 * I
MER7221	55575407A	30/03/2005	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 143/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 143/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGE7261	55571296A	28/04/2005	50100	162 * I
LXR2140	55571215A	02/04/2005	50100	162 * I
LXW9391	55571180A	29/03/2005	60500	208
LYA1783	55575416A	27/04/2005	58430	196
LYS2284	55571288A	19/04/2005	66100	230 * VII
LYS2284	55571288A	19/04/2005	66700	230 * XIII
LYS5962	55571293A	27/04/2005	73400	252 * IV
LYV4078	55571286A	15/04/2005	65480	229
LZO5541	55571290A	23/04/2005	65990	230 * V
MAC9699	55571284A	13/04/2005	60500	208
MBM0922	55575414A	20/04/2005	57620	188
MCO8447	55571291A	23/04/2005	73400	252 * IV
MDJ5650	55571311A	23/04/2005	51690	165
MDJ5650	55571312A	23/04/2005	58350	195

MDJ5650 55571314A 23/04/2005 50450 162 * V
MEA5331 55571217A 28/03/2005 70300 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 144/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 144/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BFN3034	55571309A	05/04/2005	50100	162 * I
BFN3034	55571310A	05/04/2005	60500	208
LYQ0332	55575415A	27/04/2005	52070	169
LYQ0332	55575415A	27/04/2005	61900	216

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 146/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 146/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJN4519	55575421A	10/05/2005	56650	182 * X
AJN4519	55575421A	10/05/2005	52070	169
MAP9009	55571222A	04/05/2005	60500	208
MBT5531	55575453A	17/05/2005	65990	230 * V
MCA3253	55575454A	17/05/2005	69120	232
MCA3253	55575454A	17/05/2005	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 148/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 148/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCO0889	55571297A	28/04/2005	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 149/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 149/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADO4137	55575469A	30/05/2005	52070	169
LYG5351	55575344A	19/05/2005	65990	230 * V
LYG5351	55575345A	19/05/2005	52230	171
MAS4705	55575463A	25/05/2005	51850	167
MBB2882	55571181A	27/05/2005	60500	208
MCS4010	55575461A	25/05/2005	51850	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DANIEL FERREIRA DIAS

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 150/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 150/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACV7167	55571359A	10/06/2005	50610	163 c/c 162 * I
CFM4412	55575399A	19/05/2005	65990	230 * V
LWS4226	55575487A	06/06/2005	51850	167
LXY1760	55575484A	06/06/2005	51850	167
LZH5261	55571320A	01/06/2005	60500	208
LZH5261	55571322A	01/06/2005	65560	230 * I
LZH5261	55571321A	01/06/2005	65990	230 * V
LZI1330	55571323A	10/06/2005	50100	162 * I
MAW3748	55575485A	06/06/2005	51850	167
MBH3436	55575488A	06/06/2005	52070	169
MBL9720	55571300A	10/06/2005	60500	208
MBR8632	55571362A	11/06/2005	65990	230 * V
MBS0806	55571361A	11/06/2005	59590	203 * IV
MCG4014	55571360A	11/06/2005	50100	162 * I
MCG6988	55571186A	10/06/2005	60500	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 153/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 153/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LX05776 55575492A 06/06/2005 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8192 154/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 154/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACT3051 55575477A 02/06/2005 50290 162 * II
AFN5765 55571367A 14/06/2005 69120 232
MAD1915 55571364A 15/06/2005 60500 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 155/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 155/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AED3451	55571324A	14/07/2005	54010	181 * III
LXI6037	55571374A	16/07/2005	51690	165
LXI6037	55571373A	16/07/2005	67260	230 * XVIII
LXI6037	55571373A	16/07/2005	58350	195
MBQ4791	55571299A	10/06/2005	51850	167
MCC8698	55571327A	17/07/2005	52740	175
MHB2790	55571184A	03/06/2005	51180	164 c/c 162 * I
MHB2790	55571182A	03/06/2005	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 157/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 157/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBX1860 55571326A 17/07/2005 52740 175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8192 158/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 158/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBQ7513 55571376A 30/07/2005 65990 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 160/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 160/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZD0248	55575422A	16/07/2005	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 161/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 161/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHX1715	55575503A	16/08/2005	65990	230 * V
AHX1715	55575504A	16/08/2005	69120	232
KFZ9331	55571385A	26/08/2005	59670	203 * V
LWR2047	55571381A	05/08/2005	59590	203 * IV
LXB9282	55571384A	25/08/2005	50100	162 * I
LXU2069	55571397A	10/09/2005	66100	230 * VII
LXW7945	55575346A	29/07/2005	60500	208
LXW7945	55575347A	29/07/2005	66020	230 * VI
LYO7848	55571391A	05/09/2005	65990	230 * V
LZM6201	55571390A	04/09/2005	51690	165
MAD3841	55571228A	19/08/2005	65990	230 * V
MBC5935	55575507A	09/09/2005	65560	230 * I
MBC5935	55575506A	08/09/2005	65990	230 * V
MBC7777	55571330A	25/08/2005	60500	208
MCJ6114	55571395A	10/09/2005	65990	230 * V
MCJ6114	55571396A	10/09/2005	50100	162 * I
MHJ2020	55575146A	05/08/2005	58350	195
MHJ2020	55575145A	05/08/2005	63940	220 * XIV
MHJ2020	55575145A	05/08/2005	60500	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 163/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 163/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
APR0021	55571410A	09/10/2005	65990	230 * V
APR0021	55571409A	09/10/2005	51690	165
LWW8376	55571411A	09/10/2005	65990	230 * V
MET3292	55571400A	12/09/2005	50100	162 * I
MET3292	55571401A	12/09/2005	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 164/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 164/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXM3850	55571187A	01/11/2005	55250	181 * XV
LZM6201	55571407A	01/10/2005	65480	229
MAG3315	55571414A	12/10/2005	69120	232
MCZ8515	55571413A	10/10/2005	50100	162 * I
MCZ8515	55571412A	10/10/2005	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 167/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 167/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZY8978	55571415A	15/10/2005	50100	162 * I
MBD6325	55571333A	28/11/2005	73400	252 * IV
MBD6325	55571333A	28/11/2005	67690	230 * XXII
MBD6325	55571333A	28/11/2005	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

SIDERÓPOLIS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 180/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 180/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFJ6140	55922134	28/08/2004	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 183/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 183/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CKH5579	55922166	20/10/2004	52070	169	53.20
COD6860	55922275A	07/11/2004	55250	181 * XV	85.12
COD6860	55922275A	07/11/2004	51850	167	127.69
IGW2830	55922147	09/10/2004	69710	238	191.53
IGW2830	55922147	09/10/2004	65800	230 * IV	191.53
LXD3918	55922250	14/10/2004	54520	181 * VIII	127.69
LZG0801	55922262A	26/10/2004	53800	181 * I	85.12
MAD9067	55922261A	26/10/2004	53800	181 * I	85.12
MAH9408	55922245	11/10/2004	54520	181 * VIII	127.69
MBD1134	55922241	11/10/2004	54520	181 * VIII	127.69
MFJ6700	55922244	11/10/2004	53800	181 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 185/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 185/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFF6970	55922309A	23/11/2004	73400	252 * IV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 189/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 189/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDH5572	55922912A	24/12/2004	53800	181 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 192/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 192/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBR9673	55974374	24/11/2004	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 194/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 194/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CLV4256	55922318A	21/12/2004	51850	167	127.69
CLV4256	55922289A	27/01/2005	51850	167	127.69
IBR6799	55922290A	02/02/2005	53800	181 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8210 196/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 196/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGH0496	55922853A	30/01/2005	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 198/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 198/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYU2610	55922189	18/01/2005	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 203/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 203/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

CAU8222	55922188	18/01/2005	51850	167		127.69
MCF1207	55922179	12/01/2005	55250	181 * XV		85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 206/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 206/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BME3587	55922197	27/01/2005	51850	167	127.69
BME3587	55922197	27/01/2005	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 207/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 207/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLC8700	55922296A	23/03/2005	53800	181 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 210/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 210/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IEB1632	55922298A	29/03/2005	69120	232	53.20
IEB1632	55922298A	29/03/2005	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 212/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 212/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXJ1118	55922360	15/05/2005	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 214/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 214/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BFN2074	55922422A	01/05/2005	52740	175	191.53
MAP5349	55922355	15/04/2005	51690	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 215/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 215/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYM8662	55922431A	31/05/2005	66100	230 * VII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 222/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 222/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXD0494	55922439A	06/07/2005	66100	230 * VII	127.69
MDM4428	55922441A	12/07/2005	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 224/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 224/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZD0607	55922943A	01/09/2005	53800	181 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 226/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 226/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BOX4882	55922379	29/07/2005	65990	230 * v	191.53
CPM5565	55922949A	12/09/2005	51930	168	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 228/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 228/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IKO7487	55974421	04/10/2005	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 230/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 230/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBC6142	55922768	10/10/2005	53800	181 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 177/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 177/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CLV4256 55922318A 21/12/2004 51850 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8210 178/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 178/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYI6228 55922312A 16/11/2004 65990 230 * V
LYK1615 55922814 23/12/2004 54520 181 * VIII
MDI3408 55974616 01/12/2004 70480 244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 179/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 179/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BPL5038	55922325A	21/12/2004	57380	186 * II
CFM8086	55922806	17/12/2004	52740	175
KML2094	55922176	28/12/2004	61220	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 181/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 181/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFF4525	55922319A	21/12/2004	55250	181 * XV
CBL5715	55922910A	24/12/2004	51850	167
LXM3935	55922183	12/01/2005	53800	181 * I
LZO5677	55922914A	05/01/2005	53980	181 * II
LZO5677	55922914A	05/01/2005	53800	181 * I
MAL6052	55922906A	14/01/2005	69120	232
MBI7480	55922177	03/01/2005	53800	181 * I
MBL6759	55922174	07/12/2004	51850	167
MCD1469	55922282A	12/01/2005	53800	181 * I
MCD2661	55922801	11/12/2004	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 182/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 182/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IDC1452	55922187	18/01/2005	53800	181 * I
MBM7800	55922827	19/01/2005	70300	244 * I
MIS2010	55922284A	18/01/2005	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 184/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 184/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CDQ0571	55922807	18/12/2004	53800	181 * I
GVW6352	55922287A	24/01/2005	54600	181 * IX
LWW5949	55922192	21/01/2005	53800	181 * I
MDG6809	55922809	18/12/2004	70560	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 186/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 186/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CLV4256 55922289A 27/01/2005 51850 167

LXJ7558 55922918A 23/01/2005 51850 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 187/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 187/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BXC3684 55922815 29/12/2004 54520 181 * VIII

CEQ0591 55922178 09/01/2005 51850 167

CLV4256 55922915A 08/01/2005 51850 167

LXA9105 55922292A 06/02/2005 54520 181 * VIII

MAG5800 55922818 07/01/2005 70560 244 * III

MAG5800 55922820 07/01/2005 66370 230 * IX

MBH8518 55922816 07/01/2005 51850 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 188/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 188/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXC3733	55922824	13/01/2005	73400	252 * IV
LXC3733	55922823	13/01/2005	58780	199
LXQ4165	55922314A	14/01/2005	51850	167
MAD4064	55922921A	08/02/2005	70300	244 * I
MBA0447	55922199	27/01/2005	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 190/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 190/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CDB8567 55922196 24/01/2005 53800 181 * I
MCW7819 55922293A 06/02/2005 55410 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 191/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 191/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGT8230 55922286A 21/01/2005 51850 167
BXE7059 55922288A 24/01/2005 58190 193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 193/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 193/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CHV3809	55922835	07/03/2005	52740	175
CHV3809	55922836	07/03/2005	65990	230 * V
LYN8442	55922353	19/03/2005	52740	175
MAL9590	55922294A	20/02/2005	51930	168
MBV0794	55922842	21/03/2005	70300	244 * I
MDX3029	55922351	13/02/2005	70300	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 195/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 195/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IGW2830 55922297A 29/03/2005 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 197/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 197/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IBL8441 55922300A 01/04/2005 53800 181 * I
LXC3733 55922832 04/03/2005 73400 252 * IV
LXM3824 55922862A 04/04/2005 69200 233
LZG4461 55922861A 04/04/2005 69200 233
MAG5800 55922295A 23/02/2005 73400 252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 199/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 199/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDE8060	55922926A	12/03/2005	51180	164 c/c 162 * I
MDE8060	55922926A	12/03/2005	50100	162 * I
MEE7431	55922837	10/03/2005	73400	252 * IV
MEE7431	55922838	10/03/2005	69120	232
MEE7431	55922837	10/03/2005	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 200/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 200/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IEB1632 55922298A 29/03/2005 69120 232
IEB1632 55922298A 29/03/2005 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8210 201/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 201/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAB0093 55922423A 01/05/2005 57380 186 * II
MAU5757 55922421A 01/05/2005 65990 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 202/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 202/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZM1940	55922408A	04/04/2005	69200	233
LZN7536	55922406A	04/04/2005	69200	233
LZW8304	55922860A	04/04/2005	69200	233
LZW8936	55922857A	04/04/2005	69200	233
MAF7594	55922864A	20/04/2005	50100	162 * I
MAF7594	55922864A	20/04/2005	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 204/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 204/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CBR3988	55922927A	09/04/2005	52740	175
LZN4022	55922412A	10/04/2005	55250	181 * XV
MAP5349	55922417A	16/04/2005	69120	232
MAP5349	55922415A	16/04/2005	51690	165
MAP5349	55922355	15/04/2005	51690	165
MAV5384	55922418A	19/04/2005	51930	168
MCL3223	55922843	12/04/2005	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8210 205/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 205/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IEB1632	55922420A	22/04/2005	69120	232
---------	-----------	------------	-------	-----

MBR9673	55922929A	20/04/2005	50100	162 * I
MBR9673	55922930A	20/04/2005	69120	232
MBR9673	55922929A	20/04/2005	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 208/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 208/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDQ9249	55922936A	13/05/2005	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 209/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 209/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXC3733	55922361	15/05/2005	73400	252 * IV
LZY8695	55922430A	19/05/2005	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8210 211/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 211/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWU4645	55922364	26/06/2005	69120	232
MBL0798	55922870A	28/06/2005	69200	233
MCR9953	55922440A	27/06/2005	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 213/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 213/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IHX5946	55922436A	06/06/2005	67000	230 * XVI
MAZ5927	55922880A	01/07/2005	65990	230 * V
MEE7431	55922432A	31/05/2005	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 216/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 216/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAT0708 55922367 08/07/2005 66370 230 * IX
MAT0708 55922366 08/07/2005 52740 175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8210 217/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 217/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXC3733 55922442A 15/07/2005 66530 230 * XI
MLX1717 55922375 26/07/2005 50450 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 218/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 218/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BOQ8435	55922370	26/07/2005	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 219/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 219/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYQ7972 55922447A 27/07/2005 65990 230 * V

MAB0093 55922429A 19/05/2005 50450 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 220/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 220/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

KLZ9709 55922941A 29/08/2005 54520 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 221/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 221/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFX4517	55922846	17/08/2005	50100	162 * I
AHP7363	55974420	04/10/2005	53800	181 * I
CYB1102	55974265	04/10/2005	69200	233
IAQ5879	55974263	04/10/2005	69200	233
LXA4673	55974422	04/10/2005	50100	162 * I
LXM8652	55974415	22/09/2005	54600	181 * IX
LZM9011	55922847	09/09/2005	65480	229
LZZ0556	55922381	01/08/2005	58350	195
LZZ5854	55974267	04/10/2005	69200	233
MAJ3147	55922945A	10/09/2005	73580	252 * V
MBQ4727	55922774	13/10/2005	65990	230 * V
MBT6942	55974425	04/10/2005	53800	181 * I
MES5250	55922328A	15/08/2005	50100	162 * I
MFD8212	55974414	10/09/2005	54520	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 223/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 223/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKZ5066	55974622	19/10/2005	65990	230 * V
LXK6650	55922772	13/10/2005	69120	232
MDO4770	55974261	04/10/2005	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8210 225/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 225/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CGB9709	55922383	20/11/2005	52150	170
LYC9741	55974262	04/10/2005	69200	233
LYP8867	55922791	21/11/2005	69120	232

MCE8510	55973953	06/11/2005	52740	175
MCE8510	55973953	06/11/2005	50450	162 * V
MCM6869	55922769	10/10/2005	53800	181 * I
MEN7650	55974259	04/10/2005	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 227/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 227/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABC0363	55974625	03/11/2005	51850	167
MAJ8794	55922786	06/11/2005	57380	186 * II
MDA0920	55974271	19/10/2005	65990	230 * V
MGI0720	55922787	09/11/2005	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 229/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 229/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BNI2001	55922884A	10/11/2005	65990	230 * V
LWX8869	55973950	29/11/2005	50100	162 * I
LXG7194	55922795	27/11/2005	61810	215 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

TIMBÉ DO SUL**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 102/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 102/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

CRT8500 55506583A 14/02/2005 69200 233 127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 104/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 104/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

KNG2243 55506581A 27/12/2004 69200 233 127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 109/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 109/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYF6401	55506556A	17/01/2005	70640	244 * IV	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 93/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 93/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAQ8497	55506576A	30/08/2004	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 95/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 95/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBE0434	55506492A	29/11/2004	66370	230 * IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 98/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 98/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDU8132	55506341A	20/12/2004	50100	162 * I	574.61
MDU8132	55506342A	20/12/2004	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MR425	55506567A	01/02/2005	65800	230 * IV	191.53
MR425	55506564A	01/02/2005	50100	162 * I	574.61
MR425	55506568A	01/02/2005	66370	230 * IX	127.69

MR425	55506565A	01/02/2005	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MR425	55506566A	01/02/2005	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 100/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 100/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBA3361	55506627A	22/03/2005	69200	233
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 101/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 101/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXQ9759 55506587A 07/04/2005 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8280 103/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 103/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBK0397 55506584A 25/02/2005 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 105/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 105/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXT4693	55506628A	27/05/2005	50100	162 * I
LXT4693	55506628A	27/05/2005	65990	230 * V
LXT4693	55506629A	27/05/2005	70300	244 * I
LXT4693	55506629A	27/05/2005	66020	230 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 106/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 106/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

JYK1333 55506591A 07/07/2005 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 107/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 107/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWV1991 55506595A 22/08/2005 69200 233
LYW7371 55506594A 18/08/2005 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 108/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 108/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCB2378	55506608A	05/10/2005	65990	230 * V
MCB2378	55506607A	05/10/2005	50610	163 c/c 162 * I
MCB2378	55506605A	05/10/2005	50100	162 * I
MFN6340	55506598A	04/10/2005	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 94/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 94/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZQ9687	55506339A	24/11/2004	69200	233
MBK5229	55506533A	04/12/2004	69120	232
MBK5229	55506524A	04/12/2004	50100	162 * I
MBK5229	55506525A	04/12/2004	65990	230 * V
MBK5229	55506532A	04/12/2004	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 96/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 96/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
FE610	55506604A	14/02/2005	50610	163 c/c 162 * I
FE610	55506500A	14/02/2005	69120	232
FE610	55506500A	14/02/2005	65800	230 * IV
FE610	55506603A	14/02/2005	70480	244 * II
FE610	55506601A	14/02/2005	65990	230 * V
FE610	55506602A	14/02/2005	50100	162 * I
LYI5667	55506582A	05/01/2005	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 97/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 97/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYH0675	55506562A	29/01/2005	50100	162 * I
LYH0675	55506563A	29/01/2005	50610	163 c/c 162 * I
MGH6590	55506560A	23/01/2005	65990	230 * V
MGH6590	55506561A	23/01/2005	50610	163 c/c 162 * I
MGH6590	55506559A	23/01/2005	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 99/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 99/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MY381	55506344A	27/03/2005	50100	162 * I
MY381	55506347A	27/03/2005	65800	230 * IV
MY381	55506345A	27/03/2005	50610	163 c/c 162 * I
MY381	55506346A	27/03/2005	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

Três Barras

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8202 187/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 187/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAT3732	55236601A	24/04/2005	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TRES BARRAS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
RUI ORESTES KISNIR
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 192/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 192/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BOB9617	55236616A	05/06/2005	51690	165	957.69
BOB9617	55236616A	05/06/2005	72340	250 * I * a	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TRES BARRAS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
RUI ORESTES KISNIR
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 193/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 193/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACH2749	55934052A	25/08/2005	69120	232
LZQ1305	55934053A	26/08/2005	51690	165
LZZ6476	55934062A	16/09/2005	65990	230 * V
MCX4195	55934012A	22/08/2005	65800	230 * IV
MDJ8616	55934057A	15/09/2005	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TRES BARRAS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RUI ORESTES KISNIR

DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 197/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 197/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYB3725	55934115A	26/11/2005	65990	230 * V
LYB3725	55934114A	26/11/2005	50100	162 * I
LZW1097	55934116A	02/12/2005	59160	202 * II
MDK1296	55934081A	29/10/2005	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TRES BARRAS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
RUI ORESTES KISNIR
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

Turvo

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 212/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 212/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAN0561	55504578A	12/04/2005	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 211/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 211/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBF9331	55504547A	27/06/2005	50100	162 * I
MBF9331	55504547A	27/06/2005	65990	230 * V
MCX8022	55504655A	19/07/2005	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 213/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 213/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZG2273	55504616A	21/06/2005	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 214/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 214/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

JNR1954	55504585A	29/06/2005	69200	233
MGW7950	55504618A	30/06/2005	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 215/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 215/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADX0337 55504651A 06/07/2005 50450 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

